

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Adriana Picheco Rolim

**O PERIGO ESTRANGEIRO: ESTUDO DE CASOS DE
PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL E NA
ARGENTINA**

São Leopoldo-RS

2023

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Adriana Picheco Rolim

O PERIGO ESTRANGEIRO: ESTUDO DE CASOS DE PERSEGUIÇÃO
E RESISTÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez
Coorientadora: Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame

São Leopoldo-RS

2023

R748p

Rolim, Adriana Picheco.

O perigo estrangeiro : estudo de casos de perseguição e resistência política no Brasil e na Argentina / Adriana Picheco Rolim. – 2023.

360 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez
Coorientadora: Profa. Dra. Máira Ines Vendrame.”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

ADRIANA PICHECO ROLIM

O PERIGO ESTRANGEIRO: ESTUDO DE CASOS DE PERSEGUIÇÃO
E RESISTENCIA POLÍTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História
pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos - UNISINOS

Aprovado em _____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez (Orientador)-UNISINOS

Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame (Coorientadora)-UNISINOS

Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs – UEMA

Profa. Dra. Gizele Zanotto– UPF

Prof. Dr. Mateus da Fonseca Capssa de Lima – IFSUL

Profa. Dra. Marluza Marques Harres – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos pela oportunidade que me foi concedida para retornar à instituição em um curso de doutorado. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES pela concessão da bolsa de estudos CAPES-PROSUC que oportunizou a pesquisa, o andamento dos estudos e a complementação deste trabalho. Ao Instituto Vladimir Herzog pela atenção dispensada e disponibilização das imagens dos trabalhos de Antonio Benetazzo para uso desta pesquisa. Também agradeço ao *Memoria Abierta* pela gentileza em enviar cópias das cartas de Bernardo Rus, parte do seu acervo documental.

Minha gratidão e reconhecimento ao meu orientador Hernán Ramiro Ramírez pela compreensão com as “disonâncias” e erros no “espanhol latino” desta orientanda, os “puxões de orelha” quando as propostas iam além do tema e principalmente pela confiança nesta longa caminhada desde o mestrado. Pelas indicações de textos, fontes, arquivos, entre outras coisas. Agradeço igualmente à minha coorientadora Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame pelo aceite em acertar os pontos dos estudos das trajetórias no andamento tardio deste trabalho, pelos debates acalorados na sua disciplina de História e Historiografia nas tardes de terça-feira e na indicação das leituras pertinentes à pesquisa.

Aos professores do PPG em História que ministraram as disciplinas as quais pude aprofundar as discussões, como o Prof. Dr. Luís Fernando Medeiros, Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge, Profa. Dra. Marluza Marques Harres e a “inesquecível” e sempre “presente” Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, que proporcionou uma alegria contagiante nas tardes de segunda-feira. Os meus agradecimentos vão também para a Profa. Dra. Fernanda Frizzo Bragato, do PPG em Direito da UNISINOS, pela seriedade na abordagem de temas tão pertinentes para o estudo dos direitos-humanos. E, por fim, às “meninas” da secretaria do PPG em História que tanto nos auxiliam ao longo do curso, em especial à Saionara Brazil, que não faz mais parte do quadro da universidade, mas que esteve presente no meu início de curso com sua atenção e dedicação de sempre.

Agradeço aos meus colegas do curso de doutorado que compartilharam os debates e acrescentaram pontos interessantes para o trabalho e com os quais pude, de forma direta ou indireta, trocar dúvidas, experiências, textos etc. Minha gratidão em especial ao colega Júlio Cesar da Rosa pela disponibilidade e atenção quando foi necessário e à colega

Lidiane Friedrich pelas conversas diante das inseguranças em relação ao trabalho e suas contribuições quanto à temática escolhida. Agradeço igualmente aos colegas e amigos de fora do âmbito do doutorado, pela paciência diante dos “desesperos” para a conclusão deste trabalho e que de outras formas puderam me auxiliar.

E, finalmente, aos meus familiares pelo apoio, compreensão e, principalmente, pelas ausências em função do andamento da pesquisa e escrita da tese. Em especial ao meu marido Lúcio e ao meu filho Jan que de certa maneira encontraram paciência em relação aos períodos de aflição e pela constante falta de tempo para o lazer e o convívio familiar.

*Quero lhe contar como eu vivi
E tudo que aconteceu comigo
Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto
É menor do que a vida de qualquer pessoa[...]*

(Antonio Belchior)

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o impacto das ditaduras no Brasil e na Argentina, entre 1964 e 1985, na vida de imigrantes europeus e seus descendentes. O foco da pesquisa está na investigação de cinco trajetórias, indivíduos entendidos como protagonistas na luta contra as práticas autoritárias institucionalizadas pelos regimes ditatoriais. O estudo busca compreender as dinâmicas e movimentações desses sujeitos nos cenários sociais e políticos do Brasil e da Argentina nas décadas de 1960 e 1970. Ambos os países receberam um grande número de imigrantes após 1945, incluindo aqueles que haviam sido afetados pela guerra ou pelos regimes nazista, fascista e stalinista. Durante as décadas de 1960 e 1970, muitos desses estrangeiros já estavam estabelecidos com suas famílias, porém, enfrentaram um contexto político conturbado, caracterizado por discursos anticomunistas e conservadores influenciados por ideologias de extrema-direita. A pesquisa utiliza diversas fontes, como documentos de arquivos públicos, instituições, bibliotecas digitais e hemerotecas. As ditaduras brasileira e argentina, estabelecidas em 1964 e 1976, respectivamente, afetaram profundamente os estrangeiros, especialmente aqueles de origem judaica, resultando em repressão, perseguição, censura, violência e marginalização social, condição agravada pelas relações transnacionais entre países do Cone Sul na chamada Operação Condor. Acredita-se que houve práticas de xenofobia e antissemitismo durante as ditaduras, principalmente na Argentina. Conclui-se, assim, que o impacto dos regimes militares na vida dos estrangeiros foi agravado pelo histórico de perseguições vivenciadas por suas famílias na Europa, durante o período do nazifascismo e stalinismo.

Palavras-chave: Ditaduras, Trajetórias, Anticomunismo, Xenofobia, Estrangeiros.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the impact of dictatorships in Brazil and Argentina between 1964 and 1985 on the lives of European immigrants and their descendants. The research focuses on five specific cases, investigating the trajectories of these individuals, understanding them as protagonists in the struggle against the authoritarian practices institutionalized by the dictatorial regimes. The study seeks to understand the dynamics and movements of these individuals within the social and political contexts of Brazil and Argentina in the 1960s and 1970s. Both Brazil and Argentina received a large number of immigrants after 1945, including those who were affected by the war or by Nazi, fascist, and Stalinist regimes. During the 1960s and 1970s, many of these foreigners were already settled with their families, but they faced a turbulent political context characterized by anti-communist and conservative discourses influenced by far-right ideologies. The research utilizes various sources, such as documents from public archives, institutions, digital libraries, and newspaper archives. The Brazilian and Argentine dictatorships established in 1964 and 1976, respectively, deeply affected foreigners, especially those of Jewish origin, resulting in repression, persecution, censorship, violence, and social marginalization, conditions exacerbated by the transnational relations among Southern Cone countries in the so-called Operation Condor. It is believed that there were practices of xenophobia and anti-Semitism during the dictatorships, particularly in Argentina. In conclusion, the impact of the military regimes on the lives of foreigners was further compounded by the history of persecution experienced by their families in Europe during the Nazi-fascist and Stalinist periods.

Keywords: Dictatorships, Trajectories, Anticommunism, Xenophobia, Foreigners

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução de fotografia de Antonio Benetazzo.....	61
Figura 2 – Reprodução de fotografia de Horacio Campiglia.....	61
Figura 3 – Reprodução de fotografia de Lorenzo Viñas Gigli.....	62
Figura 4 – Reprodução de fotografia de Alfredo Sirkis.....	62
Figura 5 – Reprodução de fotografia de Daniel Lázaro Rus.....	63
Figura 6 – Cartão de Imigração de Pietro Benetazzo-frente.....	171
Figura 7 –Cartão de Imigração de Pietro Benetazzo- verso.....	171
Figura 8 – Cartão de Imigração de Giulietta Sguazzardo Benetazzo-frente...	172
Figura 9 – Cartão de Imigração de Giulietta Sguazzardo Benetazzo-verso....	172
Figura 10 – Cartão de Imigração de Selman Reichstul-frente.....	173
Figura 11– Cartão de Imigração de Selman Reichstul-verso.....	174
Figura 12 – Cartão de Imigração de Ethel Reichstul- frente.....	174
Figura 13 – Cartão de Imigração de Ethel Reichstul-verso.....	175
Figura 14 – Cartão de Imigração de Herman Syrkis-frente.....	179
Figura 15 – Cartão de Imigração de Herman Syrkis-verso.....	180
Figura 16 – Cartão de Imigração de Liliana Binensztok- frente.....	180
Figura 17 – Cartão de Imigração de Liliana Binensztok-verso.....	181
Figura 18 – Cartão de identificação de Bernardo Rus-frente.....	191
Figura 19 – Cartão de identificação de Bernardo Rus-verso.....	192
Figura 20 – Cartão de identificação de Sara Rus-frente.....	192
Figura 21 – Cartão de identificação de Sara Rus-verso.....	193
Figura 22 – Panfleto/propaganda do grupo <i>Tacuara</i>	226
Figura 23 – Panfleto/propaganda do grupo <i>Tacuara</i>	226
Figura 24– Panfleto/propaganda do grupo <i>Tacuara</i>	227
Figura 25- Panfleto/propaganda do grupo <i>Tacuara</i>	227
Figura 26– Reprodução da obra: BR 66, Antonio Benetazzo, 1966.....	269
Figura 27– Reprodução da obra: Sem título, Antonio Benetazzo, 1966.....	270
Figura 28– Reprodução da obra: Sem título, Antonio Benetazzo, 1967.....	271
Figura 29– Reprodução da obra: Sem título/ Haicai II, Antonio Benetazzo, s/ data.....	272
Figura 30– Reprodução da obra: Sem título/ Haicai III, Antonio Benetazzo, s/data.....	272

Figura 31– Reprodução da obra: Sem título/ Haicai VII, Antonio Benetazzo, s/ data.	273
Figura 32– Reprodução da obra: Sem título/ Gestação de Monstros, Antonio Benetazzo, prov.1967-68.....	274
Figura 33– Reprodução da obra: Brasil 68/ Gestação de Monstros, Antonio Benetazzo, 1968.....	275
Figura 34– Reprodução da obra: Sem título/ Gestação de Monstros, Antonio Benetazzo, s/ data.....	276
Figura 35– Reprodução da obra: Y muerto sse qued�o, Antonio Benetazzo, 1967.....	277
Figura 36– Reprodução da obra: E quando não tem inspira�o?, Antonio Benetazzo, 1968.....	278
Figura 37– Reprodução da obra: O povo contra a ditadura militar. Por um Brasil livre, Antonio Benetazzo, 1968.....	279
Figura 38– Reprodução da obra: Sem título, Antonio Benetazzo, 1969.....	280
Figura 39– Reprodução da obra: A copa do mundo � nossa, com o brasileiro não há quem possa, Antonio Benetazzo, 1971.....	281
Figura 40– Reprodução da obra: Brasil, Antonio Benetazzo, 1971.....	282
Figura 41– Reprodução da obra: Homenagem ao azul/ Autorretrato II, Antonio Benetazzo, 1967.....	283
Figura 42– Reprodução da obra: Sem título/ Autorretrato VII, Antonio Benetazzo, 1968.....	284
Figura 43– Reprodução da obra: Sem título/Autorretrato. Antonio Benetazzo, 1971.....	285
Figura 44– Museo Sítio de Memoria- ESMA.....	292
Figura 45– Parque de la Memoria.....	293
Figura 46– CCD Virrey Cevallos.....	294
Figura 47– CCD Automotores Orletti.....	295
Figura 48– CCD El Olimpo.....	296
Figura 49– CCD El Vesubio.....	297
Figura 50– CCD Club Atlético.....	298
Figura 51– Plaza de Mayo.	299
Figura 52– Museo del Holocausto.....	310

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sobre os “estrangeiros”.....	32
Tabela 2 – Linha temporal dos eventos.....	56

LISTA DE SIGLAS

AAA Alianza Anticomunista Argentina
AIB Ação Integralista Brasileira
ALN Ação Libertadora Nacional
AMIA Associação Mutual Israelita Argentina
APESP Arquivo Público do Estado de São Paulo
CAp Colégio Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CCD Centro de Detención Clandestino
CENIMAR Centro de Informações da Marinha
CIE Centro de Informações do Exército
CFMMP Comissão de Familiares de Mortos de Desaparecidos Políticos
CIOP Centro Integrado de Operação Política
CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CNEA Comisión Nacional de Energía Atómica
CNV Comissão nacional da Verdade
CONADEP Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas
COLINA Comando de Libertação Nacional
DAIA Delegación Asociaciones Israelitas Argentinas
DEOPS Departamento de Ordem Política e Social
DINA Dirección de Inteligencia Nacional
DISP Dissidência Estudantil do Partido Comunista do Brasil de São Paulo
DOI Destacamento de Operações de Informações
DOI-CODI Destacamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS Departamento de Ordem Social
DSN Doutrina de Segurança Nacional
ERP Ejército Revolucionario del Pueblo
ESG Escola Superior de Guerra
ESMA Escuela de Mecanica de la Armada
EUA Estados Unidos da América

FAC Frente Anticomunista
FAR Fuerzas Armadas Revolucionarias
FEB Força Expedicionária Brasileira
FIB Frente Integralista Brasileira
JPT Juventud Trabajadora Peronista
JUP Juventud Universitaria Peronista
LRD Lugar de Reunião de Detidos
MAC Movimento Anticomunista
MNR Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO Movimento de Libertação Polpular
MR-8 Movimento Revolucionário 8 de outubro
NKDV Narodiy Komissariat Knutrennikh Diel
OBAN Operação Bandeirantes
OCOA Organismo Coordenador de Operações Antisubversivas
OEA Organização dos Estados Americanos
OLP Organização para a Libertação da Palestina
PCB Partido Comunista Brasileiro
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCR Partido Comunista Revolucionário
POLOP Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PORT Partido Operário Revolucionário Trotskista
PSB Partido Socialista Brasileiro
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PV Partido Verde
RIS República Social Italiana
SIDE Secretaría de Inteligencia del Estado
SNI Serviço Nacional de Informações
SPK Stowarzyszenie Polskich Kombatantow
TEA Tropa Especial de Agitação
TEI Tropas Especiais de Infantaria

TFP Tradição família e Propriedade

TK Tadeusz Kosciuszko

UBA Universidad de Buenos Aires

UNE União Nacional de Estudantes

UNES União Nacional de Estudantes Secundaristas

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID United States Agency for International Development

VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares

VPR Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O INIMIGO TRANSNACIONAL: TRAJETÓRIAS NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO BRASIL E DA ARGENTINA ENTRE OS ANOS SESSENTA E OITENTA	54
2.1 Trajetórias conectadas: o “inimigo estrangeiro” e os regimes ditatoriais de 1964 e 1976.....	60
2.1.1 A trajetória de Antonio Benetazzo: um italiano, o anticomunismo e a ditadura brasileira.....	68
2.1.2 Repressão ao “estrangeiro”: tortura, morte e “versões oficiais”	84
2.1.3 A “Operação Condor” e o desaparecimento de dois ítalo-argentinos.....	88
2.2 As trajetórias dos judeus e suas relações com a repressão das ditaduras brasileira e argentina	103
2.2.1 Um descendente de judeus-poloneses e a militância política entre os anos de 1960 e 1970 no Brasil.....	107
2.2.2 Daniel Rus: um peronista judeu-polonês e o regime genocida de Videla.....	126
2.2.3 O caso dos judeus da CNEA: antissemitismo argentino?.....	140
3 O ANTICOMUNISMO E O ELEMENTO “ESTRANGEIRO”: AS MOVIMENTAÇÕES DA EXTREMA-DIREITA E SUAS RELAÇÕES COM AS DITADURAS BRASILEIRA E ARGENTINA	152
3.1 Os “estrangeiros” diante do anticomunismo e da xenofobia.....	163
3.1.1 Os Benetazzo, os Syrkis e os Rus: “estrangeiros” do pós-guerra no contexto social e político brasileiro e argentino.....	169
3.1.2 Anticomunismos e antissemitismos: duas nações com “aspirações” nacionalistas e “inspirações” nazifascistas.....	195
3.2 Os “autoritarismos” e suas heranças presentes na violência estatal contra o “inimigo interno” das ditaduras brasileira e argentina.....	209

3.2.1 A movimentação da extrema-direita e as ditaduras de 1964 no Brasil e 1976 na Argentina.....	224
3.2.2 O CCC, o MAC e a <i>Triple A</i> : os grupos de extrema-direita e as ditaduras brasileira e argentina.....	236
4 APONTAMENTOS SOBRE AS RECONSTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS DIANTE DAS REPARAÇÕES REFERENTES AO “INIMIGO ESTRANGEIRO”	246
4.1 O Brasil e a reconstrução das memórias sobre o “inimigo terrorista e estrangeiro”	249
4.1.1 A literatura testemunho de Alfredo Sirkis; relatos de um “carbonário”	251
4.1.2 A “arte” de Antonio Benetazzo: o sujeito além do “inimigo terrorista”.....	262
4.2 Argentina: memórias e processos de reparação de um passado recente.....	288
4.2.1 Daniel Rus e as entidades judaicas: conexões próprias entre o nazifascismo e a ditadura argentina de 1976.....	301
4.2.2 Vinãs e Campiglia: o Processo Condor e a violência de Estado entre duas nações contra dois ítalo-argentinos.....	317
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	335
REFERÊNCIAS.....	344

1 INTRODUÇÃO

Mas é você que ama o passado e que não vê

Que o novo sempre vem...¹

Este trabalho foi resultado de questionamentos referentes ao período que abarcou as ditaduras brasileira e argentina entre as décadas de 1960 e 1980 e seus desdobramentos. Muito embora a temática das ditaduras apresente inúmeras pesquisas sobre as suas clivagens, ela ainda apresenta novas possibilidades de análise e compreensão. Percebemos, na atualidade, um ressurgimento de discursos conservadores de extrema-direita pelo mundo, um fato preocupante diante do passado recente a que o Brasil e a Argentina enfrentaram com os regimes autoritários. Semelhantes e distintos em suas particularidades, estes regimes atingiram um número considerável de pessoas, o que não demonstra ser uma informação inédita. Porém, ao longo das pesquisas relacionadas a esses contextos, foi possível verificar o envolvimento de indivíduos “estrangeiros” na militância política contra as ditaduras. Esses indivíduos foram vítimas da repressão nos países supracitados, sendo que muitos deles haviam sofrido com os regimes totalitários durante a Segunda Guerra Mundial.

Partir desta situação me levou a perceber outros protagonismos relacionados ao elemento “terrorista” e “subversivo”. A questão do “inimigo interno” ia além do indivíduo nacional e perpassava as fronteiras dos dois países. Além das conexões com o período do último conflito mundial, também verificamos que as relações transnacionais envolviam as fronteiras do Brasil e da Argentina pela “parceria” que ambos os países formaram com a Operação Condor. Tratar destes questionamentos trouxe para o meu entendimento como pesquisadora as múltiplas possibilidades sobre os processos ditatoriais que ainda requerem uma devida atenção. Demonstrando que não são finitas as temáticas, essas apresentam dinâmicas que se orientam por um quadro de variantes. Sendo assim, este trabalho foi possível devido a fatores e empenhos que determinaram seus procedimentos.

Nestes últimos anos, estamos diante de um cenário de disputas políticas advindas de grupos que defendem um escopo ideológico de extrema-direita. Eles exaltam modelos patrióticos-nacionalistas, excludentes e anticomunistas pela promoção de um “resgate”

¹ Excerto da letra da composição musical “Como nossos pais”, de autoria de Antonio Belchior.

de práticas conservadoras e do enaltecimento de figuras “heroicas”. Este ideário se insere em um “novo” contexto de bipolarização de forças, pois, atualmente, estamos vivenciando uma forte tendência deste conservadorismo extremista e sua inserção no meio social. O papel das redes sociais como meio de propaganda de determinados grupos tem ganhado espaço nesse sentido. Posicionamentos paternalistas, reacionários e revisionistas agem neste meio, onde há uma manipulação da opinião pública. Do mesmo modo, percebe-se que setores da sociedade e parte da população se identifica com a ideologia proposta por estes grupos, reproduzindo ideias um tanto “deslocadas” em um momento, digamos, de políticas globalizantes.

Esta coalizão de forças conservadora, que “possui inúmeros matizes, variações e peculiaridades entre suas sistematizações e mesmo suas práticas” (ZANOTTO, 2010, p. 96), faz ressurgir “inimigos” de antanho, pinçados de outro contexto bipolar resultante do final da Segunda Guerra Mundial, que resultaram em modelos autoritários de governo, entre os anos sessenta e oitenta na América Latina. Estes modelos foram marcados pelo “combate ao comunismo”, amparados por discursos conservadores referentes ao perigo da infiltração do “comunismo” no âmbito nacional.

Renovado com o término da guerra em 1945, quando o mundo acabava por encerrar um episódio de proporções catastróficas que destruiu o antigo modelo ocidental de civilização europeia, a questão do anticomunismo foi intensificada pela disputa entre duas grandes potências vencedoras do conflito: a chamada “Guerra Fria”, onde uma nova ordem mundial e bipolar era protagonizada pela União Soviética (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Ambas “tentavam, cada qual à sua maneira, impor-se hegemonicamente” (CARNEIRO, 2010, p. 345-346) pela expansão de suas ideologias para territórios que atendessem aos seus interesses.

Estas circunstâncias nos fizeram refletir sobre determinadas similitudes entre estes eventos do presente e o período das duas últimas ditaduras civil-militares consumadas no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, e na Argentina, entre 1976 e 1983. Ambos os regimes autoritários se empenharam pela erradicação do “comunismo internacional” dentro das suas fronteiras em nome da preservação de valores tradicionais, como Deus, pátria, família e liberdade. Os regimes em questão promoveram um combate por meio de práticas e metodologias que foram estruturadas para fins de repressão e da violência contra indivíduos considerados “inimigos internos”, “terroristas” e “subversivos”, resultando em crimes de lesa-humanidade, com graves violações de direitos humanos contra um número significativo de pessoas.

Outras questões nos levaram a perceber o ressurgimento desses discursos, fatos que reacenderam velhos temores em relação a pensamentos que julgávamos terem sido minimizados ao longo do tempo. A fim de contextualizarmos este tema, elencamos alguns eventos passados no cenário brasileiro e argentino na contemporaneidade. Iniciamos destacando uma pequena manifestação ocorrida na cidade de São Paulo no decorrer de 2019, organizada por um grupo ligado ao integralismo no Brasil. As bases deste grupo se apoiam na antiga agremiação política surgida na década de 1930, denominada de Aliança Integralista Brasileira (AIB) fundada por Plínio Salgado, um movimento que obteve inúmeros adeptos durante o primeiro governo getulista, guiado por uma moralidade altruísta com inspirações doutrinárias fascistas. Renomeado de Frente Integralista Brasileira (FIB), a manifestação mobilizou os seus integrantes em um “desfile” uniformizado, braços estendidos em saudação, gritos de “Anauê” e portando estandartes com o lema “Deus, Pátria e Família” pelas ruas paulistas.

Outro exemplo recente e que despertou a nossa atenção, aconteceu durante um programa chamado *Flow Podcast*, quando o apresentador do programa Bruno Aiub, conhecido como “Monark”, defendeu a criação e a legalização de um partido nazista no Brasil sob a alegação de que as pessoas têm o direito de “serem antijudias”, embasado em uma rasa e equivocada noção de direito democrático. Confrontado por um de seus entrevistados, a deputada federal Tábata Amaral, sobre o genocídio do povo judaico e das maleficências que o nazismo impôs à humanidade, Monark contra-argumentou dizendo que o holocausto atingiu uma minoria e, portanto, não teria sido tão prejudicial². Após intensos protestos nas redes sociais e uma larga repercussão midiática, Monark foi afastado do programa e, em razão disso, realizou um vídeo com a finalidade de se retratar perante a comunidade judaica e a sociedade, justificando estar sob o efeito de bebidas alcoólicas no momento da sua insensível e equivocada fala.

Assim como no Brasil, eventos desta natureza se sucederam na Argentina. Nas eleições para a presidência do país, Alejandro Biondini candidatou-se à presidência pela *Frente Patriota*, com a promessa de perseguição aos judeus e a ameaça de expulsão do embaixador israelense do país³. Biondini que foi secretário-geral da Juventude Peronista da capital federal no ano de 1981, declarou a sua identificação com o populista Juan

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WaFbYWLHCXE>. Acesso em: 20 maio 2023.

³ Candidato à presidência argentina promete expulsar embaixada de Israel. Boletim da Liberdade 02/06/2019. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2019/06/02/candidato-a-presidencia-argentina-promete-expulsar-embaixada-de-israel/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Domingo Perón e exaltou o uso de simbologia nazista como sendo de ordem “milénar”, entre outras coisas. Contudo, devido às polémicas geradas por suas falas em torno da sua candidatura, acabou por negar que seria antissemita e um simpatizante do nazismo.

Nesta linha de políticos e eleições, Cristina Kirchner, ex-presidente da Argentina, acabou sendo vítima de um atentado contra a sua vida no dia primeiro de setembro de 2020, ocorrido em frente à sua residência em Buenos Aires. O autor do atentado foi Fernando Sabag Montiel, um brasileiro que reside no país desde os anos noventa e que ostenta uma suástica tatuado no corpo⁴. A namorada dele, Brenda Uliarte, também está sendo acusada de envolvimento em homicídio qualificado. Ela teria ameaçado Kirchner com mensagens de ódio e supostamente mantém relações com um grupo de extrema-direita que estava sendo investigado⁵.

Partindo desta conjuntura permeada por discursos de ódio, surge uma questão pertinente em relação ao passado recente, quando manifestações e discursos da extrema-direita mobilizaram o meio social para a implementação das ditaduras brasileira e argentina. Estes eventos culminaram em práticas autoritárias e repressoras dirigidas a elementos “terroristas” e “subversivos”, considerados “inimigos internos”, vitimizando indivíduos de variadas maneiras. Destacando determinadas singularidades que os regimes apresentaram, como, por exemplo, o envolvimento político de “estrangeiros” com as ditaduras brasileira e argentina de 1964 e 1976, respectivamente. Protagonistas em um

⁴ De acordo com a reportagem “Extremismo nas redes e munições em casa: quem é o homem preso após atentado contra Cristina Kirchner?”, da BBC News: de 02/09/2022: “Segundo informações da polícia, Sabag Montiel se apresentava nas redes sociais como Fernando Salim ou Tedi e era seguidor de grupos “associados ao ódio e ao radicalismo”. Nas fotos em suas redes sociais, ele mostrava uma de suas tatuagens, associada ao “Sol Negro” (Schwarze Sonne), símbolo que foi apropriado pelo nazismo e é frequentemente associado a neonazistas atualmente. Em março do ano passado, ele teve passagem pela polícia de Buenos Aires, quando foi flagrado com uma faca e um carro sem placa. Ele, então, declarou que a faca era para “proteção pessoal”. O episódio levou a Polícia Federal a informar que Sabag Montiel tem por isso “antecedentes policiais”. Sabag Montiel também já teria sido acusado por maus tratos contra animais, apesar de ter um cachorro, cujo nome é Moro, segundo informou o portal do jornal Ambito Financiero, de Buenos Aires. De acordo com a polícia, o acusado estava registrado como motorista e pela descrição do serviço trabalharia em aplicativos de transporte. Nenhum familiar tinha feito declarações públicas sobre o acusado. Um advogado se apresentou nas dependências da Polícia Federal, no bairro de Palermo, informando ser seu defensor após ter sido contratado por familiares, mas evitou dar mais detalhes. O caso sacudiu a política argentina e provoca comoção nacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62765980>. Acesso em: 27 dez. 2022.

⁵ Uma das acusadas pelo atentado contra Cristina Kirchner é libertada na Argentina. Correio Brasiliense: 01/11/2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/11/5048636-uma-das-acusadas-pelo-atentado-contra-cristina-kirchner-e-libertada-na-argentina.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

contexto conturbado da história destas duas nações, eles participaram da militância estudantil e política em organizações clandestinas de oposição aos regimes.

Uma forte presença ideológica de grupos de extrema-direita que se formaram antes e durante os processos de implementação das ditaduras em questão, possibilitaram dar crédito a uma estruturação metodológica e repressiva, carregada de forte discurso anticomunista, nacionalista e cristianizado, dirigido a estes “inimigos estrangeiros”. Muitos desses imigrantes europeus ingressaram no Brasil e na Argentina como parte dos deslocamentos relacionados à Segunda Guerra Mundial, em uma conjuntura onde um “sentimento nacional exacerbado vai ter como corolário a recusa do estrangeiro, sua rejeição” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 55). Contudo, essa situação não os impediu de se estabilizarem nestes países e, assim, recomeçarem suas vidas com o passar dos anos.

O nacionalismo estimula o que seriam atitudes de defesa do espaço nacional, afinal tido como espaço de vida para seus próprios habitantes, o espaço vital para sua população, ideia muito explorada pelo nazismo. O estrangeiro, ser nascido em outra nação. Torna-se uma ameaça de invasão territorial e de dissolução dos valores, da cultura, do próprio imaginário que sustenta a ideia de nação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 55).

Nas décadas de sessenta e setenta, os nacionalistas passam a se preocupar com a questão da “infiltração do comunismo” de forma mais pontual. Com a implementação das ditaduras brasileira e argentina, as hostilidades geradas diante dos elementos “comunistas” atingiram o “estrangeiro” nas disputas do campo político. Visto sob a ótica da segurança nacional durante o período supracitado, o indivíduo “estrangeiro” estava sujeito às legislações pertinentes à sua situação.

Por exemplo, durante a ditadura brasileira, as legislações sobre o “estrangeiro” tinham “como principal função resguardar a soberania nacional e os interesses diante da possível ameaça estrangeira”. O imigrante poderia ser visto “como potencial inimigo para o país e sua população” (CLARO, 2020, p. 41). Diante disso, pensamos que o “estrangeiro” estaria propenso a formas de suspeição antes mesmo de realizar algo considerado “subversivo”, pois tratava-se de um elemento “estranho” para os modelos nacionais, tanto em termos sociais e culturais quanto religiosos.

Havia determinantes no Brasil e na Argentina que qualificaram os “estrangeiros” como indesejáveis, pois, dependendo da nacionalidade, da origem ou do lugar de onde viessem, eles tornavam-se fortes candidatos a agentes para a infiltração do “comunismo

internacional”. Nessa lógica, as ditaduras brasileira e argentina instrumentalizaram práticas repressoras e violentas bastante definidas, assim como tornaram-se “parceiras” na troca de informações, na detenção, nos desaparecimentos e nas mortes de inúmeros militantes das chamadas esquerdas revolucionárias ou organizações armadas clandestinas que tinham outras nacionalidades. Muitos destes militantes eram imigrantes ou descendentes com um passado ligado aos regimes europeus totalitários com base excludente.

A questão referente ao “estrangeiro” nos leva a considerar o conceito de pensamento identitário segundo Albuquerque Júnior (2016, p. 83), que “tende a levar à intolerância com o diferente, pois aparece como uma ameaça de destruição da própria identidade, que precisa produzir e reproduzir sempre o semelhante”. No caso das ditaduras, este conceito assumiu uma postura em defesa de uma forma de identificação com o nacional, pois o elemento “estrangeiro” representava um agente irradiador de um ideário “internacional”.

O nacionalismo dá um novo sentido ao fato de ser estrangeiro: o estrangeiro não é apenas aquele que possui origens étnicas distintas ou que possui costumes ou modos diversos, mas, principalmente e, sobretudo, aquele que nasceu em outra nação. [...] O nacionalismo vai contribuir para a disseminação de sentimento e atitudes agressivas em relação ao estrangeiro, àquilo e àquele que não é nacional, o que terminou por contribuir decisivamente para a deflagração das duas guerras mundiais, que marcaram o século XX. O discurso nacionalista amplia o sentimento de xenofobia à medida que tende a fazer comparações e estabelecer hierarquias entre as nações e seus habitantes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 54-55).

No Brasil, isso se deu a partir de uma “intensa campanha de brasilidade ufanista, antiliberal, anticomunista e xenófoba – aprimorada nos anos 1930 e 1940 [...]” que “prestou-se para encobrir valores racistas e antisemitas [...]” (CARNEIRO, 2018, p.220) – exatamente quando o país recebia imigrantes que provinham da Europa em razão da ascensão do nazismo e da eclosão da Segunda Guerra, apesar das políticas restritivas impostas a determinadas nacionalidades e etnias, políticas estas que também eram aplicadas na Argentina. Mesmo assim os dois países receberam um número considerável de imigrantes de múltiplas nacionalidades desejadas e indesejadas.

A fim de vislumbrar um panorama mais contemplador referente a estes “estrangeiros”, urge colocar alguns pontos em discussão sobre os deslocamentos do pós-guerra para o Brasil e a Argentina. Nos anos entre 1947 e 1952, uma grande rede de

migrações transnacionais se estendeu sobre a América Latina em decorrência do término da Segunda Guerra Mundial. Brasil e Argentina receberam uma diversidade de pessoas atingidas pelo conflito como judeus sobreviventes dos campos de extermínio nazistas, indivíduos que sofreram com o fascismo italiano ou com o stalinismo soviético, e aqueles sem perspectivas em um continente devastado, além de um *staff* de nazistas em fuga dos julgamentos por crimes de guerra na Europa.

As saídas do continente europeu, principalmente da Alemanha e países ocupados, já ocorriam desde a ascensão do regime nazista no início dos anos 1930, principalmente de pessoas de origem judaica. Contudo, intensificaram-se ao término do conflito por razões óbvias, deslocando um número expressivo de pessoas. Esta intensa movimentação transnacional gerou um encontro de múltiplas nacionalidades e de culturas na América Latina ao longo do século XX. A fim de compreender a relação transnacional referente a esse encontro, buscamos sob a perspectiva de Lowande (2018, p. 240):

[...] superar os estudos ‘monoscópicos’ de modo a complexificar a historiografia voltada para a questão nacional. Torna-se, desse modo, possível ir além da história macroestrutural que predominou nas décadas de 1960-80, enriquecer a micro-história das décadas de 1980-90 e repensar a novamente a macro-história dos processos de globalização mais recente. A perspectiva transnacional possibilita justamente que os consensos e conflitos produzidos num conjunto finito de relações possam ser conectados concretamente ao problema mais amplo de construção de modernidade e da institucionalização desse ideal social no Estado.

Cidadãos e apátridas aportaram em terras latinas para recomeçar longe das mazelas da guerra e das perseguições ideológicas e étnicas das que foram vítimas. Contudo, nem todos escolheram o Brasil ou a Argentina somente pelas melhorias econômicas, mesmo diante das múltiplas disponibilidades que estes países demonstravam ter na época. Alguns mantinham, desde a Europa, contatos com parentes que se encontravam devidamente aculturados nestes países e que lhes motivavam com a chance de uma reunião com parte do núcleo familiar que restara, já que muitos haviam perdido a quase totalidade dos seus familiares na guerra. Além disso, essa situação representava um mecanismo de proteção para recomeçar em um lugar desconhecido para muitos.

Denominados como “deslocados de guerra”, estas pessoas nem sempre encontraram um acolhimento favorável pelas lideranças políticas dos países supracitados.

Entre 1943 e 1950, o termo *deslocados de guerra* assumiu um sentido técnico entre os membros das instituições oficiais internacionais, e

alguns países, mais otimistas, optaram por chamá-los de *refugiados a curto prazo* (*short-term refugees*). Simultaneamente ao aparecimento físico destes *seres deslocados*, os governos intolerantes acionaram estereótipos e metáforas de forma a inseri-los no discurso público e antissemita em circulação. Para alguns intelectuais brasileiros, intérpretes do fenômeno migratório do pós-guerra, esses indivíduos nada mais eram do que ‘um rebotalho humano sem profissão, sem dignidade, em cujo seio figuravam indivíduos tarados, propagandistas ocultos de ideologias reacionárias e altamente perigosos para o nosso país’ (CARNEIRO, 2010, p. 346).

Mas isso não definia a realidade destes “deslocados”, visto que as chances de uma inserção nas sociedades de destino podiam ser melhoradas no caso de os imigrantes possuírem relações parentais sólidas. A colocação destes indivíduos no mercado de trabalho também era facilitada por esses contatos e sugeria uma forma de acolhimento em um núcleo adaptado às premissas nacionais. Uma boa parcela da população migrante mantinha algum tipo de referência sobre e no país de destino, pois eles recebiam correspondências com notícias de parentes que lhes contavam sobre a vida além-mar. Assim, a escolha de cada um, ou dos reduzidos núcleos familiares por determinado local, ancorou-se nas redes de apoio que os parentes propiciaram.

Todavia, possuir rede de apoio não era uma regra geral sobre as migrações do pós-guerra, pois havia outros casos mais específicos, como o dos judeus. Para esta etnia, as “associações judaicas nacionais e internacionais desenvolviam intensos programas de acolhimento e proteção aos judeus sem destino”, inclusive para “localizar no Brasil possíveis parentes de judeus refugiados na Suíça” (CARNEIRO, 2010, p. 292). Elas se configuraram como redes de apoio principalmente frente às restrições que o Brasil e a Argentina impunham para a entrada destas pessoas.

Ao longo da primeira metade do século XX, Brasil e Argentina caracterizaram-se por vertentes ideológicas anticomunistas e xenófobas, principalmente antissemitas, extremamente conservadoras. O surgimento de grupos nacionalistas de extrema-direita pode “incluir reacionários, católicos, ultraconservadores, anticomunistas radicais e outros” (BERTONHA, 2015, p. 205), com inspirações nazifascistas como foi o caso da agremiação Ação Integralista Brasileira (AIB), surgida nos anos 1930 no Brasil, e do *Movimiento Nacionalista Tacuara*, surgido nos anos 1950 na Argentina.

Estes grupos movimentaram-se por uma lógica de descrença no liberalismo decadente dos anos trinta frente ao crescimento de adeptos e simpatizantes da doutrina comunista.

Em contextos de deterioração política e em períodos de recessão econômica ou ocupação imperial, o fascismo propôs uma alternativa à visível crise da democracia liberal nos anos entre e durante as guerras mundiais. Apresentava a violência política, o racismo e a ditadura como soluções transcendentais para problemas históricos. O fascismo queria redefinir a relação entre a sociedade e o Estado, mas seus esforços nesse sentido resultaram em transformações nacionais muito diferentes. Às vezes, os fascismos diferentes (sobretudo, mas não só o nazismo e o fascismo italiano) competiam uns com os outros e o conflito ocorria geralmente no centro dos intercâmbios transnacionais (FINCHELSTEIN, 2019, p. 90).

Na Argentina, por exemplo, de acordo com Bertonha (2015, p. 219):

No pós-1945, os nacionalistas continuaram fragmentados, mas com um corpo de ideias e conceitos distinto e minimamente coerente. Discordavam sobre muita coisa (como a relação com Perón, por exemplo), mas se mantiveram unidos, mantendo alguma influência (que não pode ser superestimada, contudo) no sistema político argentino e, especialmente, nos militares e na Igreja. Além dessa capacidade maior em influenciar a sociedade, ou, ao menos, as classes dirigentes, outro diferencial da extrema-direita argentina foi a opção, por parte de alguns grupos, pela violência.

O caráter nacionalista assumido por agremiações como a AIB e o *Tacuara* advém de uma simpatia ao modelo do nazifascismo. No caso da AIB, este caráter esteve mais acentuado, principalmente pela sua inspiração com o fascismo italiano⁶.

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo, nas Américas na década de 1930, seria, provavelmente, o Brasil. O governo do presidente Vargas entre 1937 e 1945, o Estado Novo, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura autoritária com tons modernizantes), mas vários de seus membros simpatizavam com Hitler e, ainda mais, com Mussolini e Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta esta afirmação é a existência da Ação Integralista Brasileira (AIB), o maior partido fascista surgido fora da Europa (BERTONHA, 2015, p.209).

Este ideário nacionalista, autoritário e excludente não se extinguiu de todo com o passar dos anos e nem nas décadas seguintes com governos democráticos. Discursos acalorados em relação a composição social da nação e ao patriotismo retornam ao cenário social em interregnos de tempo, desestabilizando as noções de direitos básicos e fundamentais do homem e fazendo ressurgir ideologias ultradireitistas e conservadoras

⁶ O fundador da AIB, Plínio Salgado, rompeu com o Partido Republicano Paulista, desiludido com a política nacional e com os rumos da Revolução de 1930. Partiu em viagem rumo à Europa em busca de soluções. Ao visitar a Itália fascista, teve um encontro com Mussolini que foi fundamental para a sua posterior trajetória fascista. Caldeira, 2014.

dirigidas a públicos específicos, visando a destituição dos sujeitos de algum tipo de protagonismo social. Em meio a este ideário, o anticomunismo e a xenofobia marcaram as ações destes grupos que prevaleceram de muitas maneiras ao longo do século XX.

Passadas algumas décadas, as dinâmicas tencionadas no meio social por distintas forças opositoras no Brasil e na Argentina, relevadas às distintas particularidades, modificavam o quadro de estabilidade em que muitos “estrangeiros” viviam até então. Em 1961, no Brasil, uma movimentação golpista composta por militares, empresários, membros da Igreja, entre outros, articulou-se intensamente contra a posse legítima à presidência do país pelo então vice-presidente eleito João Goulart, após a renúncia de Jânio da Silva Quadros⁷, que abdicou do cargo em meio a grandes polêmicas.

Esta intensa campanha mobilizada contra Goulart insuflou o meio social com a possibilidade da transformação do Estado brasileiro em um satélite da União Soviética (URSS), ou seja, subjugada ao “comunismo internacional”. A questão foi reforçada na época pelo fato de que Goulart realizava uma visita à China “comunista” durante o processo de renúncia de Quadros. Um fato foi bastante explorado pelos setores midiáticos e de opositores no sentido de comprovar o suposto “alinhamento” à doutrina comunista por parte de Goulart como proposta para o seu governo.

As motivações que levaram esta movimentação de forças opositoras a se preparar contra a posse de João Goulart foram múltiplas e amplas. Contudo, o ponto principal dela residia na contenção de possíveis mudanças radicais no *status quo* das instituições e da sociedade como um todo. Este pensamento tomou corpo dentro de uma lógica anticomunista estadunidense⁸, que fora fortemente intensificada após o término da

⁷ Segundo Pedro Teixeira, “o governo Jânio Quadros nascia com a promessa de inaugurar um modelo peculiar de se fazer política no país. As preocupações imediatas da nova administração estiveram concentradas em três eixos principais: os problemas econômicos, o reposicionamento internacional do Brasil – com o lançamento da Política Externa Independente (PEI) – e a ‘pequena política’, ou seja, a administração conservadora em torno de temas polêmicos, que Jânio atribuía à missão de ‘saneamento moral da nação’. Em menos de 7 meses, entretanto, o governo perdeu sua base de apoio e conseguiu desagradar a quase totalidade dos atores políticos: a política externa incomodava o governo dos Estados Unidos, o plano ortodoxo de estabilização financeira agravava a situação da maior parte do povo, as polêmicas posições ideológicas geravam muitos desgastes em diversas frentes de ação e o governo já não conseguia manter uma base sólida de apoio no Congresso Nacional. Com o afastamento de importantes lideranças da UDN, o governo parecia perder a legitimidade política. No dia 24 de agosto, em rede de rádio e televisão, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, apresentou uma série de denúncias contra o presidente da República, que estaria tramando um golpe contra a democracia brasileira. Menos de 24 horas depois, Jânio Quadros renunciava à presidência da República”. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-janio-quadros-renunciou/>. Acesso em: 10 maio 2022.

⁸ Utilizamos esta forma de nos referirmos aos Estados Unidos, no sentido de que: há quem imagine que, referindo-se a “norte-americanos” em vez de “americanos”, resolve a designação equivocada e arrogante. Quem pensa assim negligencia outro fato elementar: o de que a América do Norte não é integrada somente pelos Estados Unidos, mas também pelo Canadá e pelo México. Os povos desses países são tão norte-americanos quanto o dos Estados Unidos. A designação adequada para referir-se ao território dos Estados

Segunda Guerra Mundial. Todavia, João Goulart tomou posse do cargo em 1961 e governou em meio a conturbados processos para limitar seus poderes como presidente. Esta situação durou até final de março e início de abril de 1964, quando foi deposto por seus opositores diante de uma conjuntura de acontecimentos que levaram à instauração de uma ditadura civil-militar que duraria pelos próximos vinte e um anos.

A motivação ideológica dos setores militares para o golpe de 1964 remontam à participação destas ao lado das forças estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial. Esta participação resultou na criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948⁹. Essa instituição formou oficiais que deram continuidade à linha anticomunista estadunidense no contexto da disputa ideológica bipolar entre os modelos capitalista dos EUA e o comunista soviético. De acordo com Dreifuss (1981, p. 26):

O governo brasileiro, que no período inicial da guerra oscilava entre a neutralidade e uma posição pró-eixo, ao mesmo tempo em que oficiais superiores como o General Góes Monteiro e o General Eurico Gaspar Dutra manifestavam simpatia pela Alemanha, declarava-se a favor dos aliados enviando inclusive um contingente à Europa, a Força Expedicionária Brasileira-FEB, que participou da campanha na Itália sob o comando dos americanos. O resultado dessa participação foi uma aliança estreita entre oficiais brasileiros e americanos, quando uma série de amizades pessoais se formaram e persistiram, até mesmo intensificaram-se nas duas décadas seguintes. Vários destes oficiais foram enviados aos Estados Unidos de onde voltaram com novas ideias sobre o desenvolvimento industrial e organização política do país¹⁰.

No caso da Argentina, as relações entre os militares e os governos argentinos atingiram outras proporções em relação ao Brasil, pelo menos no que diz respeito ao campo da política. A atuação das Forças Armadas foi muito presente nos governos anteriores ao golpe civil-militar de 1976, mesmo quando estes eram liderados por presidentes civis. Desta maneira, entre os anos 1950 e 1970, os militares depuseram seis

Unidos, ou a seus cidadãos, cidadãs e habitantes, ou a suas instituições, criações e história, é a de estadunidenses. É um adjetivo mais longo e menos eufônico, poderão objetar alguns acomodados à referência tradicional e arraigada, mas é o adjetivo correto. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/americanos-ou-estadunidenses/#:~:text=A%20designa%C3%A7%C3%A3o%20adequada%20para%20referir,hist%C3%B3ria%2C%20%C3%A9%20a%20de%20estadunidenses..> Acesso em: 30 maio 2023.

⁹ Entidade criada em 22 de outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705 e organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. A Escola Superior de Guerra foi subordinada à Presidência da República através do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Entre os propósitos que presidiram sua fundação estava o de se tornar uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país, numa espécie de foro acadêmico. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/escola-superior-de-guerra-esg>. Acesso em: 22 set. 2022.

¹⁰ Foi mantida a grafia original do autor.

presidentes argentinos, inclusive aqueles que foram colocados por eles no cargo. A ideologia de guerra estadunidense, como na ESG brasileira, influenciou o exército argentino a partir dos *azules*, uma tendência predominantemente moderada, partidária de uma legalidade restritiva em oposição aos “colorados”¹¹ e aos “gorilas”¹², esses últimos extremistas e radicais.

A política dos ‘azules’ está bastante bem representada pela famosa ‘Doutrina de Westpoint’ do General Onganía. O General Onganía era chefe dos ‘azules’, mas foi também um chefe de prestígio no exército, que soube, durante certo tempo, manobrar a reconciliação e impor-se como símbolo vivo das forças armadas. Assumiu esse papel em 1962. Em 1965, na qualidade de Comandante-em-chefe, foi chamado a fazer um discurso na Academia Militar de Westpoint, nos Estados Unidos, e aproveitou para definir seus princípios políticos. Segundo a Doutrina de Westpoint, as forças armadas argentina devem defender a legalidade até um certo ponto-limite: esse ponto-limite situa-se no momento em que o livre jogo das instituições constitucionais poderia ameaçar as instituições fundamentais da nação e seu estilo de vida tradicional, que é o estilo de vida ocidental e cristão (COMBLIN, 1978, p. 189)¹³.

¹¹ Eram facções que se gestaram dentro do Exército argentino a partir do golpe de Estado em 1955. Os *Azules* se definiam mais realistas e profissionalistas, admitiam que o peronismo fazia parte da realidade política e acreditavam que este deveria ser assimilado democraticamente. Já os *Colorados*, identificavam o movimento peronista como sendo pró-comunista e acreditavam que ele deveria ser erradicado por completo.

¹² Rodrigo Patto Sá Motta refere-se à imagem do animal que “foi usada pelos peronistas de esquerda para atacar militares direitistas que se opunham ao peronismo. O movimento político criado por Juan Perón era ideologicamente ambíguo e seu amplo guarda-chuva abrigava interpretações conflitantes do legado do líder, que variavam desde posições esquerdistas até projetos nacional-conservadores. É importante mencionar que não havia intenção de criticar os militares quando o termo foi usado pela primeira vez. A expressão começou a circular em 1955, quando Perón experimentava momento de grande instabilidade política. Há mais de uma década no poder, o líder argentino sofria pressão de importantes segmentos da sociedade, notadamente as Forças Armadas e a Igreja, insatisfeitas com o regime autoritário e populista. A expressão teria sido criada por um humorista para se referir ao esperado golpe militar que deporiam Juan Perón. “Os gorilas estão chegando”, teria dito ele em sketch que parodiava filme hollywoodiano então em cartaz, estrelado por Clarke Gable e Ava Gardner. Ver em: Revista *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007.

¹³ Os “azules” e os “colorados” são grupos militares de oposição dentro do próprio exército argentino. Muito embora os “azules”, mais moderados, tenham conseguido ficar no poder, em determinados momentos acabaram por ceder à política da linha dura, extremistas, resultando em uma instabilidade no seguimento da política de fato. Ver Comblin, 1978. “Gorilas”, segundo Motta (2007), é uma expressão que começou a circular em 1955, quando Perón experimentava momento de grande instabilidade política. Há mais de uma década no poder, o líder argentino sofria pressão de importantes segmentos da sociedade, notadamente as Forças Armadas e a Igreja, insatisfeitas com o regime autoritário e populista. Havia forte sensação que os dias de Perón no comando da Argentina estavam contados. A expressão referia-se ao esperado golpe militar que deporiam Juan Perón. O filme (*Mogambo*) é ambientado na selva africana e um dos personagens, pesquisador e cientista, ao ouvir qualquer barulho proveniente das matas, dizia, atemorizado: “devem ser os gorilas, devem ser”. A cena do filme foi usada como inspiração metafórica para aludir aos rumores ouvidos na Argentina daquele momento, um indicador de que atores políticos importantes sairiam das “matas” para alterar os rumos do país. A trajetória inicial do gorila na Argentina é obscura e, em sua primeira versão, a imagem não tinha sentido pejorativo, pois o humorista que a disseminou guardava sentimentos antiperonistas. Porém, independente de qual tenha sido a intenção original, não há dúvida que a imagem foi apropriada pela esquerda peronista para caricaturar os seus inimigos de uniforme. Entre o final dos anos de 1950 e os anos de 1970, o gorila foi usado para atacar os

Estas interferências no âmbito político advindas das Forças Armadas nos governos argentinos resultaram na destituição de Juan Dominguez Perón durante o seu mandato em 1955. A partir daí, uma série de eventos propiciaram a ocupação do governo pelos militares até 1966, quando então foram sucedidos por governos civis, mas tutelados por eles. Estes governos civis “nunca contaram com base de apoio significativa e sua legitimidade democrática sempre foi questionada pelo povo em razão da permanência da proscricção ao peronismo como força política” (FERNÁNDEZ, 2011, p. 126). Com isso, inferimos que a sociedade argentina pouco conviveu com um sólido modelo democrático desde a segunda metade do século XX, mantendo um panorama político de instabilidade institucional.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a Argentina se tornou um cenário de intensa movimentação social e política, o corolário de um intrincado e complexo processo histórico que passava pelo fracasso do populismo e a instabilidade democrática, alternada com frequentes saídas autoritárias refletidas em “panaceias” imediatistas para crises institucionais (FERNÁNDEZ, 2011, p. 125).

Entretanto, em meio às crises políticas, o eleito peronista Héctor Campora deixou a presidência da Argentina para que Perón assumisse o cargo em 1973¹⁴. Dentre outras situações e apesar da sua popularidade, ele governou sob intensas disputas políticas em um curto período democrático controlado. Porém, em meio a múltiplas crises internas e com a saúde debilitada, Perón veio a falecer antes do final do seu mandato, deixando a esposa Maria Isabel Martinez Perón, então sua vice-presidente, para assumir o cargo na Casa Rosada. Isabelita, como era conhecida, enfrentou um agravante quadro de tensões entre a extrema-direita, os peronistas e demais vertentes políticas.

militares golpistas de direita, e, como ocorreram vários golpes durante esse período, não faltaram oportunidades para que o termo fosse mobilizado.

¹⁴ Hector Cámpora, "el Tío", como era conhecido, um modesto dentista que se destacara na política apenas por sua incondicional lealdade a Perón, foi o escolhido para ocupar seu lugar e comandar uma campanha que tinha como lema “Cámpora no governo, Perón no poder”. Liderando a Frejuli (Frente Justicialista de Libertação Nacional), uma ampla coalizão que misturava conservadores e guerrilheiros e juntava todas as oposições ao governo militar, Cámpora venceu as eleições com 49,6% dos votos, contra 21,3% do segundo colocado, Ricardo Balbín, da União Cívica Radical. Perón voltou definitivamente à Argentina menos de um mês depois de Cámpora começar a despachar na Casa Rosada. Ou melhor, na casa de Perón, para onde o presidente eleito se dirigia todos os dias para despachar com o chefe. Conta-se que Perón jamais botou os pés na sede do governo enquanto Cámpora lá manteve seu gabinete. No dia 23 de setembro de 1973, Juan Domingo Perón foi eleito presidente da Argentina pela terceira vez. Por causa de sua saúde debilitada, não fez campanha. Recebeu 62% dos votos, a maior votação de um presidente argentino em toda a história. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-set-12/historia-candidato-foi-proibido-concorrer-foi-eleito>. Acesso em: 12 jun. de 2023.

Com a saída de Perón e o fraco gerenciamento frente a estas tensões da parte de Isabelita, uma Junta Militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla, comandante-em-Chefe do Exército, pressionou a sua destituição do cargo e assumiu a Argentina com propostas autoritárias de reorganização nacional, amparada por uma coalizão de forças empenhadas no combate das oposições, principalmente do “comunismo”. Esta mudança no cenário nacional deu espaço para uma estruturação repressiva extremamente violenta com proposições de eliminação da oposição a moldes genocidas. Segundo Franco (2012, p. 140-141):

Pero aun en el caso de que las Fuerzas Armadas hubieran presionado sobre el Ejecutivo para obtener el control de la ‘lucha antisubversiva’ y/o hubieran actuado con autonomía de métodos y recursos, la responsabilidad gubernamental reside, incuestionablemente, en haberles otorgado funciones represivas de seguridad interior. Incluso si esas funciones se hubieran otorgado sólo por la presión castrense sobre el poder civil, es significativo que se inscriban y cobren sentido a la luz de la escalada represiva previa, en el proceso de legitimación de esa represión durante casi tres años y en la apropiación de las nociones y las prácticas de la seguridad nacional por parte del gobierno.

Os militares em ambos os golpes foram apoiados e financiados por setores da sociedade ideologicamente alinhados com o anticomunismo estadunidense e imersos em uma lógica de combate ao “inimigo” dentro e fora das suas fronteiras nacionais. Tanto a ditadura brasileira quando a argentina, cada qual a sua maneira, utilizaram das prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ou *Doctrina de la Seguridad Nacional*, para conterem o “avanço do comunismo”, empreendendo ações que se estenderam amplamente ao meio social. No caso argentino podemos dizer que o *Decreto-Ley de Defensa Nacional*, de acordo com Franco (2012, p. 40), “fue invocado sucesivas veces como fundamento jurídico de diversas medidas restrictivas de las libertades públicas, hasta que una nueva legislación intentó sustituirlo para ‘profundizarlo’ em 1975”.

Nas décadas de sessenta e setenta, os “estrangeiros” europeus vindos antes, durante ou no pós-guerra, por exemplo, encontravam-se estabelecidos no Brasil e na Argentina. Eles haviam fixado residência, tinham alguma forma de sustento e núcleos familiares consolidados. Com a deflagração dos golpes e a implementação dos modelos ditatoriais brasileiro e argentino, ocorridos em datas distintas, eles se viram em meio aos atribulados processos políticos. Judeus, italianos, poloneses, tchecos, húngaros, entre outros, foram atingidos direta ou indiretamente pelos acontecimentos que se sucederam,

enfrentando um cenário de repressão, perseguição, censura, violência e de discriminação, ao qual muitos deles já tinham alguma familiaridade.

No início da década de 1970, a Argentina era palco de intensa movimentação social e política (guerrilhas, greves, levantes populares, etc.), como corolário de um complexo processo histórico que passava pelo fracasso do populismo e uma crônica instabilidade democrática, alternada com frequentes saídas autoritárias para as crises institucionais. Em 1972-1973, a saída dos militares do poder e o retorno do líder popular Juan Perón pareciam sinalizar novos tempos. Entretanto, o interregno democrático de 1973-1976 foi marcado por disputas violentas entre os setores antagônicos do peronismo, tradicional movimento político. Nessa clivagem, os grupos da esquerda passaram a ser caçados pelos extremistas de direita. Logo a sociedade encontrou-se submersa em um clima de pânico e insegurança, onde um cotidiano de atentados, sequestros e morte balizou a prática política das ruas [...]. Com o golpe de 24 de março de 1976, a violência da direita deixou de ser obra de extremistas e paramilitares para ser uma prática do Estado, controlada e planejada pelas Forças Armadas. A repressão tornou-se, ao mesmo tempo, indiscriminada e seletiva, buscando atingir todo o espectro da malha social (FERNÁNDEZ, 2013, p. 205).

No Brasil a situação se desenrolava de modo semelhante, a partir de uma conjuntura que:

Surpreendentemente, todos os generais-presidentes prometiam, sobretudo quando iniciavam os seus mandatos, medidas de liberalização do regime militar. Tais medidas, de ordinário, consistiam apenas na incorporação, pela Constituição, dos poderes arbitrários conferidos pela ‘Revolução’ aos presidentes. Como se vê, essas promessas de liberalização não passavam de simples institucionalização dos desmanchos, mas, ainda assim, eram vistas pelos militares mais exaltados como iniciativas açodadas que implicavam riscos de perda de controle ante a ‘subversão’, o ‘comunismo internacional’ ou o ‘terrorismo’ (FICO, 2001, p.19).

A partir desta conjuntura, dentre os “estrangeiros” atingidos pela metodologia repressiva das ditaduras em questão e considerados “inimigos subversivos e terroristas”, averiguamos indivíduos com cidadania italiana, de origem judaica e descendentes diretos daqueles que vivenciaram de variadas formas as experiências traumáticas do último conflito mundial. Eles terminaram por serem marginalizados e se tornaram vítimas da violência Estatal e da exclusão social, em alguns casos de maneira peculiar. Nascidos ou não no Brasil e na Argentina, estes sujeitos protagonizaram o âmbito social e político em um período de efervescências juvenis, percorrendo por caminhos que os levaram a posicionar-se contra os regimes ditatoriais de maneira contundente.

No caso daqueles que emigraram em busca de novas perspectivas de vida com o intuito de distanciarem-se das mazelas da guerra, o envolvimento dos filhos nos movimentos estudantis ou em grupos armados clandestinos contra as ditaduras pode ter proporcionado certa instabilidade. Se a estimativa gerada por estes imigrantes era a de um futuro tranquilo e promissor para os seus descendentes, as expectativas em relação a isso foram logradas ao longo dos acontecimentos que se seguiram. No final, eles testemunharam os filhos serem presos, sequestrados, mortos ou desaparecidos como resultado das suas escolhas, iniciada na contestação contra os modelos e valores nacionais impostos pelas ditaduras por meio de protestos, passeatas ou panfletagens e ampliada para ações mais específicas no desenrolar dos eventos.

As ditaduras brasileira e argentina instrumentalizaram práticas de controle ideológico para os setores públicos, privados e da população em geral, mobilizados em torno da coação e contenção do “comunismo internacional”, o que acabou por atingir inúmeros indivíduos e instituições que se viram impossibilitados de terem autonomia, entre eles os “estrangeiros” e suas famílias. Mas o protagonismo destes indivíduos foi múltiplo e obteve um resultado diversificado.

Na Argentina, por exemplo, no caso dos de origem judaica, houve uma peculiaridade em relação aos métodos de repressão. Os repressores se embasaram em um escopo ideológico nazifascista, reproduzindo discursos e uma simbologia que visava degradar o indivíduo em razão da sua condição étnica. Esta particularidade referente à origem, como forma de destituição de humanidade para atingir determinada finalidade, ocasionou um entrelaçamento entre traumas específicos e passados com as dinâmicas dos regimes autoritários por parte das famílias das vítimas. Muitos destes sujeitos tinham relações com as imigrações do pós-guerra e presenciaram uma forma de antissemitismo que atingiu seus pais em um passado muito próximo.

Sendo assim, este trabalho busca compreender as práticas autoritárias, repressivas e violentas institucionalizadas pelas ditaduras brasileira e argentina, entre os anos 1960 e 1980, que vitimaram indivíduos estrangeiros ou com dupla cidadania em suas múltiplas particularidades, através da análise das trajetórias de determinados sujeitos que se enquadram nessa condição. Pensamos na abordagem destas trajetórias no sentido em “que diferem do modelo tradicional de se estudar uma vida. A questão passa por problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais, percebendo semelhanças e, principalmente, diferenças” (KARSBURG, 2015, p. 32). Para tanto, destacamos dois indivíduos de origem judaica: um argentino filho de dois sobreviventes

dos campos de extermínio nazistas e um brasileiro cujos progenitores sofreram diretamente com o nazismo e o stalinismo soviético. Além deles, estudaremos três indivíduos com dupla cidadania: um imigrante ítalo-brasileiro, que se deslocou com a família em razão das consequências impostas pelas políticas totalitárias do fascismo, e dois ítalo-argentinos vítimas da Operação Condor.

Tabela 1: Os “estrangeiros”

Militante/Nome	Nacionalidade	Origem	Organização	País
Antonio Benetazzo	Ítalo-brasileiro	Imigrante	PCB; ALN; MOLIPO	Itália/Brasil
Alfredo Sirkis	Judeu-polonês (brasileiro)	Filho de imigrantes	Movimento Estudantil; VPR	Brasil
Daniel Rus	Judeu-polonês (argentino)	Filho de imigrantes	Movimento Estudantil-JUP	Argentina
Horacio Campiglia	Ítalo-argentino	Filho de imigrantes	Montoneros	Argentina
Lorenzo Viñas Gigli	Ítalo-argentino	Filho de imigrantes	Movimento Estudantil- JUP; Montoneros	Argentina

Fonte: Elaborado pela autora

Ao abordar os percursos de vida de Alfredo Hélio Sirkis e Daniel Lázaro Rus, Antonio Benetazzo, Horacio Domingo Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas Gigli tencionamos demonstrar, a partir dos seus protagonismos, os sujeitos dotados de escolhas e meios diante de um processo de estigmatização do elemento “estrangeiro” como um potencial perigo e, portanto, suscetíveis de serem portadores de “doutrinas exóticas”, como o comunismo. Juntamente a estas trajetórias, e para uma melhor compreensão, agregamos outros percursos de indivíduos “estrangeiros” que contemplam a situação dos sujeitos destacados.

Parte destes indivíduos tinham fortes relações com os eventos da Segunda Guerra Mundial, ou com a “parceria” repressora entre o Brasil e a Argentina. Nesta perspectiva, de acordo com Karsburg (2015, p. 33), se:

[...] entende que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizonte de expectativas e possibilidades em constante mudança e, acima de tudo, que a vida deles não está dada desde o início; ou seja, a vida, seja ela de quem for, é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc. que fogem ao controle pessoal, mas é com base nessas situações que eles, sujeitos históricos, devem fazer suas escolhas.

A entrada de imigrantes em países da América Latina ao final dos anos quarenta reanimaram os preconceitos em relação ao elemento “estrangeiro”, mesmo após o desvelamento das atrocidades a que muitos foram submetidos, como, por exemplo, os judeus nos campos de extermínio nazistas. Assim, estas pessoas ainda precisaram demonstrar que podiam assumir uma identidade mais próxima ao nacional, seja inserindo-se em setores sociais ou produtivos importantes, ou atuando em entidades que ofertassem certa visibilidade social, pensando na “qualidade das relações, o status da família e da parentela constituem os elementos principais a partir dos quais são julgadas não somente a fisionomia social, mas também a posição profissional” (GRIBAUDI, 2012, p. 132). Apesar da visão que acreditava que os europeus eram “superiores” culturalmente, ainda havia reticências diante dos imigrantes que não se enquadravam em padrões de europeu branco e cristão concebido pelas políticas governamentais.

O papel “branqueador” atribuído ao imigrante europeu no cenário miscigenado brasileiro, do final do século XIX e início do XX, esteve amparado por políticas nacionais definidas para esta finalidade. Porém, este quadro se modificou nos anos quarenta do século XX. Anteriormente, a proposta era de povoamento nas áreas rurais como ponto principal para o desenvolvimento nacional, ao contrário dos deslocamentos no pós-guerra onde os imigrantes encontraram espaços em setores de trabalho urbano por conta das habilidades e técnicas adquiridas pelas experiências com a guerra.

Em sua maioria, aqueles que imigraram no período posterior ao final da guerra possuíam alguma instrução ou conhecimento em relação a um ofício, pois adquiriram habilidades variadas como resultado da necessidade de sobreviver a uma total escassez de meios e produtos, seja pela imposição do domínio de nações invasoras ou pelas perseguições, prisões, violência e deslocamentos forçados. A necessidade em manter

alguma rotina, se é que isso era possível naquele momento, levou-os a aprender determinados tipos de trabalho que antes não tinham necessidade. A falta de homens, que estavam nas frentes de batalha, levou muitas mulheres a se especializarem em campos de trabalho impensáveis em outros contextos. Assim, uma mão de obra especializada encontrou espaço nas sociedades latino-americanas que estavam em processo de industrialização. Segundo Carneiro (2010, p. 356):

Os principais diários das metrópoles brasileiras de destino, cientes das atrocidades praticadas pelos nazistas, publicaram uma série de matérias informando sobre o drama vivenciado pelos deslocados de guerra (incluindo os judeus) nos campos de refugiados na Europa e sobre o papel da OIR¹⁵ como organização recém-criada. Fundamentando-se em textos produzidos pela própria OIR, os jornalistas enfatizavam o perfil profissional dos refugiados, mostrando-os como mão de obra apta para atender o mercado brasileiro: ‘um terço dos homens era de trabalhadores especializados, um quarto de agricultores e um oitavo exerce profissões liberais’. Apesar do lento processo de construção da cidadania, a imprensa, as organizações comunitárias e os sionistas foram - ao longo dos anos cinquenta - abrindo caminho entre os racistas.

Não obstante, havia um ideário xenófobo e nazifascista com fortes ramificações nas sociedades brasileira e argentina. Desde Juan Perón a Getúlio Vargas, ambos flertaram fortemente com os princípios que a doutrina nazifascista propunha. Embora não possamos afirmar que eram fascistas e, sim, anticomunistas e antisemitas, seus governos ficaram conhecidos como populistas, embora o conceito esteja em discussão, já que a atuação das massas populares teria sido “fantasma” em relação a participação das elites videntes. Contudo, em um sentido de ser “uma forma autoritária de democracia que surgiu inicialmente como uma reformulação do fascismo no pós-guerra” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 131). No caso de Vargas durante o Estado Novo, o anticomunismo foi um sentimento forte que acabou por associar-se ao antisemitismo.

Para o Estado varguista, tanto os sionistas quanto os judeus comunistas eram muito perigosos por serem estrangeiros e *subversivos* por tradição, marcas registradas de muitos refugiados. Desse ângulo, o sionismo era interpretado como um problema interno político por proporcionar a organização de grupos clandestinos *financiados com capital internacional*. Nesse sentido, o antissionismo servia para alimentar o antisemitismo político sustentado pelo Estado, dedicado a aniquilar a identidade específica das minorias nacionais (CARNEIRO, 2010, p. 363).

¹⁵ Organização Internacional para Refugiados

Contudo, outros eventos destacam a “simpatia” que a ideologia nazifascista encontrou na América Latina, acolhendo criminosos de guerra nazistas beneficiados pelas legislações dos governos brasileiro e argentino. Apesar desta questão ser tratada atualmente como um agravante em termos de justiça, ao final da guerra isso se mostrou possível, visto que muitos deles atendiam a um protótipo aceito do branco, europeu e cristão. Homens como Josef Mengele, Adolf Otto Eichmann, Erich Priebke, Josef Schwannberger, Walter Kutschmann, Eduard Roschmann, Dinko Sakic e Herberts Cukurs, Mirko Eterovic entre outros tantos, passaram a viver sob nomes e identidades falsas tanto no Brasil quanto na Argentina, entre o final dos anos quarenta e noventa, bem como em outros países latinos. Eles inseriram-se de muitas maneiras nas comunidades locais e, mesmo sem assumirem suas identidades, só Priebke viveu com o seu nome verdadeiro, “inspirando” grupos e simpatizantes de direitas extremistas.

La otra razón por la cual los fascistas utilizaron cadenas y redes migratorias eran los vínculos que, a lo largo de un siglo, los imponentes flujos migratorios habían generado entre Italia y los principales destinos de los fascistas, Argentina *in primis* y Brasil en segundo lugar: los lazos con familiares o con conocidos emigrados, e incluso en varios casos el pasaporte, por haber nacido algunos de ellos en la Argentina, fueron los recursos que les sirvieron para expatriar o insertarse en el lugar de destino.

Los ejemplos son numerosos y abarcan desde altos cargos del régimen- comenzando por uno de los hijos del Duce, Vittorio Mussolini, que estaba casado con una argentina descendiente de italianos, cuyo suegro residía en Buenos Aires, y el ya mencionado Edoardo Moroni, ministro de la RSI, que era ciudadano argentino por haber nacido en Córdoba- hasta fascistas comunes y corrientes, a veces prófugos- como Bruno Caneva, excombatiente de la RSI, condenado a treinta años de cárcel, que aparentemente logró el permiso de desembarco en la Argentina gracias a un cuñado suyo residente en Buenos Aires y amigo de un miembro de la guardia personal del presidente Perón (BERTAGNA, 2021, p. 170).

Com esta conjuntura, algozes e vítimas conviveram nas sociedades brasileira e argentina. O empenho em vislumbrar uma punição para os criminosos nazifascistas ou diante da reincidência de propagandas “racistas” e de ações violentas contra a comunidade judaica argentina, por exemplo, acirraram-se as disputas pelas memórias dos eventos passados nas décadas que se seguiram. Verificamos esta questão a partir do desfecho do caso Eichmann, quando ataques à comunidade judaica e contra comunistas foram infringidos por extremistas de direita em razão da sua captura na Argentina pelo

*Mossad*¹⁶, o serviço secreto israelense, e seu posterior julgamento e execução. Em represália a este evento, agrupamentos de extrema-direita argentinos promoveram uma série de atentados contra indivíduos de origem judaica, estabelecimentos comerciais pertencentes a judeus e com o sequestro de moças judias ou comunistas que foram torturadas e marcadas com suásticas em partes do corpo. Estes fatos não foram isolados e representam o enraizamento das doutrinas totalitárias e seus preceitos xenófobos no interior da sociedade argentina.

O caso Eichmann repercutiu mundialmente no início dos anos sessenta em um momento em que as nações latino-americanas se movimentavam dentro da lógica da Guerra Fria. É neste período também que uma onda de movimentos políticos, sociais e de contestação aos valores vigentes explodiam nos EUA, protagonizados por grupos de jovens que não se contentavam com os padrões e os valores vigentes, além da estrutura que os limitava a reproduzirem um sistema social e familiar específico. Tudo isso em um período promissor e de estabilidade econômica estadunidense, cuja sociedade se compunha de imigrantes europeus que conheceram a escassez de trabalho, produtos e alimentos durante a Segunda Guerra.

Estes jovens “libertadores” buscaram burlar determinadas regras e romper paradigmas moralizantes, cujas propostas de mudanças comportamentais e estéticas apresentavam um cunho altamente “radical” de mudança em relação aos padrões de então. Assim, movimentos como o *Hippie*, o *Black Power* e do Feminismo nos EUA influenciaram grupos e indivíduos pelo mundo a partir de conceitos e estilos de vida que tencionavam experimentar. A sóbria geração do final dos quarenta e início dos cinquenta encarou estas mudanças como uma “desvirtualização” do *status quo* vigente e principalmente dos caminhos organizados e ordenados para os seus descendentes.

Junto a esta conjuntura, as disputas ideológicas e tecnológicas entre EUA e URSS, duas potências que se consolidaram após o conflito mundial, acentuaram-se ao longo desta década na busca por invenções e pioneirismos a nível global. Da espionagem aos esportes, da propaganda televisiva à corrida espacial, a rivalidade entre os modelos capitalista estadunidense e comunista soviético levou as duas grandes potências a

¹⁶ Uma parte dos serviços de inteligência de Israel é formada pela agência de Mosad ou Mossad. Este órgão foi fundado em 1949, um ano depois do nascimento da nação de Israel. Como qualquer outro serviço de inteligência, o Mossad trata de uma ação de espionagem e contraespionagem para proteger os interesses de Israel dentro e fora de suas fronteiras. No campo dos serviços de inteligência o Mossad é considerado uma instituição, tanto pela preparação de seus agentes como pela sua eficácia. Disponível em: <https://conceitos.com/mossad/>. Acesso em: 4 jan. 2023.

disputarem espaços muito além das suas fronteiras, objetivando uma hegemonia no campo político de países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo.

Da sua parte, os EUA difundiam a ideia de que “a luta contra os países comunistas se ligava ao objetivo de afirmar a democracia contra a tirania” (MOTTA, 2020, p. 66), ou seja, contra o modelo soviético. Do final dos anos cinquenta ao início dos noventa, os países da América Latina reproduziram as premissas estadunidense de luta “contra a tirania”. Nesta disputa bipolar ideológica, os conflitos bélicos desenvolveram-se de forma indireta entre as duas potências em países como a Coreia, o Vietnã e o Afeganistão e, também, fomentaram conflitos internos em países da América Latina, alterando de forma incisiva a construção dos planejamentos nacionais, a partir de um apoio financeiro e de estratégias.

No Brasil e na Argentina, a influência estadunidense proporcionou um acirramento de tensões no meio social. Não necessariamente de ordem comportamental de contestação de valores como nos EUA, mas no enfrentamento de crises políticas, problemas econômicos e de desigualdades sociais. Na Argentina, o tipo *hippie* assumiu uma conotação de “esquerdismo”, conforme Ernesto Bohoslavsky (2016, p. 48):

A diferencia de otras organizaciones explícitamente político-partidarias que concentraban su anticomunismo en la coyuntura política. FAEDA desarrolló una agenda de tinte también ‘cultural’. Su negativa percepción de algunas de las implicancias del proceso de modernización cultural desarrollado en Buenos Aires y la recepción de algunas formas de consumo simbólico ligadas a la cultura norteamericana, le dio una impronta particular. En ese sentido, la lucha contra el hipismo apareció como una marca registrada de la organización, tanto en sus prácticas públicas (declaraciones, conferencias de prensa, etc.) como clandestina (‘razias’ y palizas contra varones de pelo largo y hippies, por ejemplo). Es por eso que su definición de lo que eran los hippies o los comunistas apuntaba a una hidra monstruosa, que contenía en sí todo aquello que asociaban con lo malvado o lo indigno: homosexualidad, izquierdismo, consumo de drogas, contracultura, abuso sexual, holgazanería, etc.¹⁷

Em termos gerais, a militância juvenil brasileira e argentina captou os ares das transformações em relação aos valores conservadores imbuindo-se em nome de causas mais nacionais, tanto no âmbito escolar secundarista quanto no acadêmico. Milhares de jovens engajaram-se em algum tipo manifestação de cunho social, econômico ou político, em espaços que clamava por mudanças na segunda metade dos anos de 1960. Como

¹⁷ FAEDA (Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas).

resultado disto, foram marginalizados e proibidos de se manifestar¹⁸ de acordo com as premissas impostas pela implementação das ditaduras. A influência “imperialista” do capitalismo estadunidense formava a base de contestação de uma juventude politizada nestes países, que, por outro viés, fora recepcionada com o envolvimento fervoroso de determinados setores que abraçavam as normativas do capitalismo ianque.

Adaptados ou não às prerrogativas nacionais ditadas pelos modelos ajustados de comportamento dos anos sessenta e setenta, os imigrantes do pós-guerra foram vítimas dos regimes autoritários e ditatoriais com forte presença de forças conservadoras, católicas, anticomunistas e xenófobas, acentuadas pela lógica de disputa ideológica entre o “comunismo soviético” e o “capitalismo estadunidense”. Nesta lógica, as ditaduras brasileira e argentina institucionalizaram práticas repressoras, metodológicas e elásticas¹⁹ voltadas ao chamado “inimigo interno” e suas ações de cunho “terrorista” e “subversivas”, de maneira bastante peculiar nos dois países e que atingiram estes “estrangeiros”.

O “inimigo interno” foi uma categoria que alocou uma miríade de sujeitos que se envolveram em ações consideradas “terroristas” ou “subversivas”. Estamos nos referindo a militantes estudantis, organizações clandestinas de luta armada, sindicalistas e trabalhadores, movimentos sociais, partidos políticos extintos ou proscritos, entre outros que proporcionaram uma razão de ser do aparato estatal repressivo. De maneira generalizada, esta categoria como única abarcou um número distinto de indivíduos, tornando-se funcional de acordo com Padrós (2014, p.21), pois “permitia manter um alerta permanente e a coesão forçada da sociedade. Sua existência, real ou fictícia, possibilitou à repressão estatal justificar sua razão de ser”. Portanto, a sua extensão ao meio social teve como objetivo “educar” a população, cooptando-a para a aceitação, a vigília e o apoio aos regimes.

O “inimigo” esteve presente nas duas ditaduras em questão e sobre ele se edificou um conjunto de práticas e ações que o definiram como um mal a ser erradicado. Na Argentina, de acordo com Franco (2012, p. 64):

Por esa vía comenzó a abrirse el argumento de la ‘necesidad’ y la recreación permanente de enemigos internos intra y extrapartidarios que justificaron la implementación de una normativa legal basada en el recorte sistemático de las libertades democráticas y en la suspensión progresiva del Estado de derecho en nombre precisamente de su

¹⁸ Congresso de Ibiúna.

¹⁹ Segundo Padrós (2014), o terrorismo de Estado (TDE) dentro da lógica da DSN, flexibilizou a figura do inimigo interno, transformando inúmeros setores da população em potenciais inimigos.

preservación. De esta forma, el estado de excepción se abrió paso y se profundizó de manera sistemática desde 1973, tan sólo pocos meses después de la reposición del Estado de derecho.

No Brasil, as prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional (DNS) definiram o “inimigo” como todo aquele contrário ao projeto de nação estabelecido pelas ditaduras civil-militares. Para compreender melhor essa questão, precisamos atentar ao fato de que a DNS se tornou, na década de 1960, uma doutrina contrarrevolucionária que partiu da lógica do equilíbrio nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética. A questão dos mísseis, no contexto da Guerra Fria, preocupava os EUA em relação à “descolonização” e os “problemas do Terceiro Mundo”, no sentido de uma infiltração da subversão para a tomada do mundo livre pelo comunismo, pois “Kennedy estava convencido de que o comunismo estava mais virulento do que nunca, e que ia daí por diante ameaçar a segurança dos Estados Unidos” (COMBLIN, 1978, p. 113). Essa noção se estendeu para os países que os EUA consideravam vulneráveis à doutrinação soviética.

A doutrina contrarrevolucionária estadunidense voltou-se a países do Terceiro Mundo como o Brasil e a Argentina. Pensava-se que estes países deveriam resolver internamente a questão da infiltração comunista em seus territórios sem a intervenção direta dos EUA. Esse considerava o Brasil um “satélite privilegiado” passível de aperfeiçoamento para a guerra contra o comunismo, com a implementação de técnicas devidas para este tipo de conflito. Estas técnicas foram passadas ao Exército brasileiro e para outros da América Latina. Os EUA equipariam governos e exércitos para esta finalidade, intervindo nos processos políticos e oferecendo apoio financeiro e logístico para os golpes que se consolidaram como parte de um ideário de manutenção do mundo livre, além da própria segurança estadunidense.

Os golpes de 1964 no Brasil e de 1976 na Argentina são fruto do alinhamento “anticomunista” político, econômico e social com os EUA em nome da segurança nacional. Implementados em defesa da “democracia”, a vigília imposta ao meio social considerou os movimentos sociais em suas múltiplas definições como “subversivas”, obscurecendo as dinâmicas relacionadas aos problemas econômicos e sociais referentes ao período e diante das diferentes características destes movimentos. Mas a questão residia em amordaçar a oposição e demonstrar à sociedade uma prova de controle frente à ameaça da “comunização” destes países. No Brasil, segundo Ridenti (2010, p. 32):

Com o golpe de 1964, reafirmado pelo AI-5 no final de 1968, instaurava-se a modernização conservadora de riquezas e consideradas pelas classes dirigentes a saída viável para superar a crise vivida em meados da década de 1960. A política econômica adotada tinha como contrapartida necessária a total submissão do trabalho aos ditames do capital, o que implicou a repressão ou o desmantelamento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos combativos e partidos clandestinos.

Como resultado, práticas e ações ilegais de grave violação dos direitos humanos, em maior ou menor grau, foram dirigidas a uma miríades de indivíduos nas sociedades brasileira e argentina, acentuando um ideário de exclusão por questões políticas, ideológicas, sociais e étnicas, bem como promoveram a destituição de cidadania destes sujeitos, Segundo Bohoslavsky (2016, p. 37), tal processo deve ser compreendido em “toda su magnitud, esto es, como una fuerza ideológica con adherentes en múltiples capas sociales y tradiciones políticas, y por lo tanto, como un elemento con capacidad potencial para aglutinar a esos distintos aliados sociales y políticos”.

Os golpes de 1964 e de 1976 apropriaram-se do meio social na defesa de uma democracia que supostamente estava ameaçada pela infiltração de agentes “estrangeiros” a serviço do comunismo soviético. Setores políticos e sociais defendiam um Estado forte, apoiando a institucionalização das ditaduras autoritárias onde o papel da ordem e da disciplina ficou a cargo das Forças Armadas. Na Argentina, nos “primeiros anos de ditadura, o empresariado em geral se mostrou complacente com a política do governo e o apoiou” (RAMÍREZ, 2005, p. 182), assim como outros setores imersos em um quadro de instabilidade desde antes de 1976. No Brasil, antes do golpe:

[...] a partir de 1961, formou-se uma extensa coalizão opositora ao presidente, nela os empresários e suas organizações corporativas tiveram ampla participação, seja como atores ou constituindo suas mais importantes bases de apoio. Essa ampla frente formou seu núcleo mais consistentemente em torno do Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD) e do IPÊS, que foram elementos-chaves no processo de desestabilização que levou ao golpe de Estado de 1964 (RAMÍREZ, 2005, p.135).

Os golpes civil-militares em questão, recorreram em nome da ordem, da disciplina e da moralidade na promoção de discursos de ódio dirigidos a grupos específicos e que contaram com um rede estruturada de agentes e locais de cárcere privado, imbuídos no combate ao “inimigo”, bem como marginalizaram movimentos sociais que, segundo Ridenti (2010, p. 28), foram levados pelo “terremoto” de 1964 “com a dispersão da maior

parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política”, destituindo suas lideranças e, também, desumanizando grupos étnicos considerados por eles como inferiores, por uma lógica eurocêntrica.

As ditaduras subjugarão arbitrariamente o meio social abusando de uma autoridade usurpada em razão de interesses particulares. Elas ofuscaram a cena pública afastando a participação popular da política, no âmbito das manifestações sociais, nos interesses econômicos, a partir da instrumentalização de ferramentas pedagógicas destinadas ao controle da sociedade, como define Padrós (2007, p. 3):

Por exemplo, a intervenção da ditadura no campo da cultura acarretou a perda da criatividade vital e a imposição de um clima pesaroso que contrastou com um clima anterior de efervescência cultural. O oportunismo, o adesismo e o oficialismo, marcas dos novos tempos, foram formas de ascensão e de reconhecimento institucional, sintomas de uma decomposição cultural que se aprofundou sob o impulso da contra-insurgência e do disciplinamento do comportamento social. Censura e autocensura foram registros dessa sociedade, e a combinação de medidas essencialmente repressivas com outras de asfixia econômica se mostraram sensivelmente eficientes no fechamento de empresas jornalísticas e editoriais de perfil opositor. Já na área do ensino, ocorreu a combinação de repressão, disciplina e controle, atingindo, nos diversos estabelecimentos, todos os aspectos das atividades inerentes aos mesmos. Os “semeadores de medo” produziram destituições massivas, expurgos, aposentadorias compulsórias, abandonos de cargo e prisões de professores e de alunos. A presença intimidatória de colaboradores, delatores e a responsabilização dos pais pelo comportamento dos estudantes tornaram o cotidiano escolar e universitário um cenário de insegurança, temor e apatia. A proposta “educativa” da nova ordem, a partir das premissas da DSN, produziu, de forma geral, um retrocesso devastador, particularmente, nas áreas das ciências humanas.

Entre os anos de 1960 e 1980, a censura coibiu as oposições e a violência contra elas estavam sendo largamente utilizadas por “un conjunto de indicios que muestran prácticas y circulación de representaciones sobre ‘la violencia’, el ‘terrorismo’, la ‘subversión’ y el ‘comunismo’ entre la ‘gente común’” (FRANCO, 2012, p. 28). Organizações de esquerda, armadas, revolucionárias e clandestinas eram o principal alvo deste combate. Elas atuaram no meio urbano e rural, dependendo das proposições dos grupos, mobilizando homens e mulheres, antigos socialistas e jovens militantes que se voltavam contra os modelos autoritários de governo em formato militarista.

No Brasil formaram-se organizações de bases teóricas marxistas com diversificadas vertentes e que, após 1968, passaram a empreender ações armadas. Visados pelos órgãos de repressão por ameaça à segurança nacional, de fato estes grupos

opositores não objetivavam apenas retirar a ditadura civil-militar do poder. Muitos deles se organizaram para, depois da derrubada do regime, implementar um sistema socialista no país.

Os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura. O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 1964; vinha, desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. Para não falar das propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como alinha política do PCB no início dos anos 1950 ou, ainda, como eclodiu antes de 1964, mas sua premência já era defendida pela POLOP e por setores ligados às Ligas camponesas, dando-se até alguns passos para a preparação de guerrilheiros (RIDENTI, 2010, p. 65).

As distintas relações de quadros integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mobilizados pelos preceitos da Revolução Cubana, tomaram a frente de importantes grupos armados que se organizaram em discordância com a posição do PCB em manter uma militância pacífica. Essa dissonância deu origem a agrupamentos armados de relevada expressão. As organizações surgidas a partir de discórdias internas mostraram-se bastante organizadas e hierarquizadas, além de terem uma esclarecida linha de “luta” e parâmetros específicos para os problemas sociais e econômicos brasileiros. As inúmeras agremiações que surgiram entre 1967 e 1968 no Brasil, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento de Libertação Nacional (MOLIPO), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) por exemplo, caracterizaram-se basicamente por linhas semelhantes de ação.

Aqueles que advogavam como principal forma de luta a via armada divergiam sobre a maneira pela qual ela deveria ocorrer. Dentre os partidários da luta armada, só o PORT se prendeu exclusivamente à tradição bolchevique de insurreição das massas trabalhadoras, ficando imune às influências das ideias guerrilheiras. O PCdoB e a AP, proponentes da “guerra popular prolongada”, com o “cerco das cidades pelo campo”, abstiveram-se de ações armadas nas cidades. Entre as organizações guerrilheiras que entraram na dinâmica das ações armadas urbanas também havia divergências sobre o tipo de luta a ser travado. No tocante à constituição guerrilheira rural, dois eram os polos teóricos que atraíam os grupos de esquerda: o guevarismo e o maoísmo, com várias posições híbridas entre eles (RIDENTI, 2010, p. 46).

Na Argentina, as organizações guerrilheiras que se sobressaíram no contexto da ditadura de 1976, empreendendo ações de armadas contra o regime e que tinham como ponto em comum a adesão à estratégia da guerrilha, diferindo em outras instâncias, foram

o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) ligado ao *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT), voltado às massas operárias e que atuaram entre os anos de 1969 a 1977 em diversas regiões da Argentina, inclusive em Buenos Aires²⁰, e os *Montoneros*.

A complexidade da organização Montoneros está na conjunção de elementos ideológicos que ela congregou. Tem-se o elemento do cristianismo militante, que se aproximou dos ideais de esquerda através da Teologia da Libertação, e que no contexto latino-americano se radicalizou com a visão de que a guerrilha seria a solução para o problema da pobreza, que muito os tocava, inspirados pela figura de Camilo Torres, sacerdote colombiano que morreu em 1966 com as armas em punho enquanto praticava a guerrilha armada em seu país. Somado a isso tem-se o socialismo trazido pelo caso cubano, não os levando a uma aproximação com o comunismo marxista clássico, ou à ortodoxia do Partido Comunista Soviético, e sim à ação revolucionária imediata através do foquismo, inspirado pela estratégia de Che Guevara. E, por último, o elemento do peronismo, explicado pelo fato de as massas populares, a grande maioria dos trabalhadores, enxergarem em Perón seu representante e salvador (MARTINS, 2018, p.47).

Na Argentina, uma coalizão golpista depôs a presidente Isabelita Perón, empossada como chefe da nação após a morte do presidente eleito Juan Perón em 1974 e solidificou prerrogativas genocidas por sete anos. No Brasil, o apoio financeiro e propagandístico dos setores conservadores, que possibilitou a deposição de João Goulart, deu início a uma ditadura que durou vinte e um anos. Por coincidência ou não, em ambos os países, os vice-presidentes assumiram a liderança das nações sob circunstâncias excessivamente tumultuadas, agravadas em razão das políticas anticomunistas presentes nos dois contextos. Embora a implementação dos regimes ditatoriais nestes países tenha se iniciado em datas distintas – quando do golpe argentino de 1976, o Brasil já havia eliminado praticamente toda a oposição armada –, o fato é que ambos os governos militares puderam dar suporte informacional e de efetivos um para o outro por meio da Operação Condor.

Este trabalho quer compreender os protagonismos de militantes políticos estrangeiros envolvidos com os regimes ditatoriais brasileiro e argentino entre os anos de 1960 e 1980 e suas relações com um passado familiar ligado aos regimes totalitários europeus ou com a Operação Condor, uma forma de “parceria” repressiva entre Brasil e

²⁰ De acordo com Pozzi (2015), o ERP representava as demandas populares, sendo um dos principais grupos guerrilheiros argentinos sob a diligência do PRT, um partido revolucionário, clandestino e de quadros definidos que foi aniquilado em 1977.

Argentina, dentro de uma lógica de “ser estrangeiro”. Como objetivos específicos, demonstrar os múltiplos protagonismos referentes aos sujeitos elencados e suas implicações; destacar os históricos familiares e seus deslocamentos; identificar as ideologias e ações dos movimentos e grupos de extrema-direita diante do elemento “estrangeiro”; determinar as relações entre o anticomunismo e a xenofobia em casos determinados; caracterizar os discursos anticomunistas e xenófobos nos processos ditatoriais brasileiro e argentino; relevar os meios de reconstrução das memórias referentes aos “estrangeiros” e suas formas de busca por reparação histórica.

A fim de contemplarmos as hipóteses pertinentes, escolhemos abordar as trajetórias de determinados “estrangeiros” que se envolveram com a militância estudantil ou integraram organizações de esquerda armadas e clandestinas contra os regimes autoritários em questão. Também, relevamos os históricos familiares destes “estrangeiros” levando em consideração os saberes e os bens “compartilhados por uma família e pelo conjunto de seu tecido social” (GRIBAUDI, 2021, p. 134). Procuraremos definir os seus papéis como agentes políticos e sociais no contexto das oposições às ditaduras, como alvos das movimentações anticomunistas influenciadas por uma ideologia advinda de grupos de extrema-direita. Estes grupos atuaram antes e durante as ditaduras, alguns deles simpatizantes do nazifascismo.

Contudo, o nosso objetivo não prevê uma comparação com os regimes totalitários e, sim, discutir algumas das similitudes presentes nos regimes autoritários diante do indivíduo “estrangeiro”.

Dizer que, metodologicamente, regimes fascistas e ditaduras militares estão em campos separados não resolve, contudo, a questão. Desde os anos 1920 e 1930, como visto acima, os vários grupos, movimentos e regimes de direita estavam permanentemente trocando ideias, perspectivas e modelos. Mesmo em ditaduras militares mais ou menos clássicas como as latino-americanas, o potencial de colaboração e influência da extrema-direita fascista (representada tanto pelos antigos militantes dos anos 1920 e 1930 ainda ativos, como pelos novos, contemporâneos) era real (...) e verificar como e em que nível ela colaborou na formatação dos regimes militares de Brasil, Chile e Argentina pode ser um exercício interessante para compreender a gênese dos mesmos (BERTONHA 2015, p. 208-209).

Um discurso anticomunista foi fortemente difundido antes e durante os contextos ditatoriais brasileiro e argentino. Ambos os países mantinham uma visão da doutrina comunista como uma ameaça aos pilares das seculares instituições cristãs. Tal situação

permite um vislumbre que vai muito além do real. Possibilitado por propagandas que caricaturizavam, generalizavam e estigmatizavam o comunismo e seus seguidores, ampliando os discursos para determinada etnia como portadora desta ameaça.

Em meio às representações do comunismo como fenômeno ligado à ação de estrangeiros, destaca-se a vertente antissemita. Os judeus tiveram o ‘privilégio’ de atrair contra si a principal carga de ataques do anticomunismo. Nenhum outro grupo de imigrantes recebeu tantas acusações de envolvimento com as ‘doutrinas malsãs’ quanto os judeus. A desconfiança com os recém-chegados ao Brasil foi geral nos anos 1930, quando as investidas contra os estrangeiros se tornaram comuns. Mas nos momentos em que o discurso anticomunista abandonava as referências genéricas aos ‘estrangeiros perigosos’ e procurava personificar temores, quase sempre os alvos escolhidos eram os judeus (MOTTA, 2020, p. 83).

O “comunismo” transformou-se no “monstro” ameaçador da população a partir destas propagandas difundidas que atacavam as ideias “estranhas” que visavam a destruição das bases cristãs das sociedades brasileira e argentina, bem como da apropriação da propriedade privada pelo Estado. Segundo Motta (2020, p. 101-102):

Exatamente por isso, os propagandistas de direita investiram para mostrar que, ao contrário das promessas de igualdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o regime bolchevista oferecia, concretamente, miséria e exploração. Muita tinta e papel foram gastos para convencer os brasileiros [...]. O tão desencantado socialismo não passaria de burla, pois os líderes comunistas viveriam tão luxuosamente quanto as classes dominantes. A prometida libertação feminina teria sido outro engodo comunista, pois as mulheres do mundo livre viveriam com mais conforto e desfrutavam de comodidades materiais que as russas sequer sonhavam possuir. Em suma, além de ser ditatorial, ateu, imoral, assassino e diabólico, o comunismo também traria miséria e exploração aos infelizes povos que caíam sob suas garras. Longe das utopias generosas com que apresentaria para enganar os ingênuos, a realidade nos países comunistas estaria mais para o inferno que paraíso.

Esta perspectiva desencantadora do comunismo foi propalada dentro de uma insistente campanha difundida nos anos trinta e quarenta, principalmente após o evento conhecido como “Intentona Comunista”²¹. Neste mesmo período, além da intensa

²¹ A Intentona Comunista de 1935 foi uma tentativa frustrada de revolução comunista no Brasil. Participaram como líderes Luís Carlos Prestes e Olga Benário, além de outros indivíduos, em sua maioria estrangeiros. Várias pessoas foram presas, entre elas Prestes e Benário que se tornara sua esposa e estava grávida. Como estrangeira, Olga era uma judia-alemã, e foi mandada de volta à Alemanha em 1938, dando início a um processo emblemático da família de Prestes para a recuperação da filha deles que nasceu em uma prisão alemã. A Intentona foi explorada e representada como um exemplo das características maléficas do comunismo e dos comunistas. Relatos mitificados de que Prestes teria cometido atos condenáveis

movimentação anticomunista, a xenofobia foi uma constante diante do elemento não nacional ou aquele que se distanciava das prerrogativas ditadas para a nação e, portanto, um aliado da “doutrina malsã”²². De certo modo, a influência do ultranacionalismo dos regimes italiano e alemão nas classes dominantes associaram, inúmeras vezes, o comunismo internacional ao judaísmo, edificando uma imagem única sobre eles.

O nacionalismo de extrema-direita da primeira metade do século XX assumiu um caráter mais anticomunista que antissemítico no contexto das ditaduras implementadas nos anos sessenta aos oitenta, mas não menos xenófobo. Nesta perspectiva, tencionamos verificar as influências dos grupos conservadores que surgiram antes ou durante os regimes ditatoriais, como exemplo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no Brasil e a *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA) ou *Triple A* na Argentina. Eles articularam-se contra o comunismo e contra o “estrangeiro”, principalmente na Argentina, contra indivíduos de origem judaica, assimilando-os como parte de um mesmo problema, devendo ser erradicados.

Nesta composição de ajuste de modelos para o desenvolvimento dos países em questão, os movimentos ideológicos anticomunistas agiam em prol da eliminação do “inimigo” que agia dentro das fronteiras nacionais. Este fato não era novidade, pois o comunismo e seus adeptos sofreram inúmeros revezes desde o início do século XX. Entretanto, com os golpes em 1964 e 1976, estruturou-se efetivamente uma rede de informação e repressão que proporcionou a vigilância e o combate de forma mais contundente.

A fim de chegarmos às devidas inferências e contemplarmos as hipóteses suscitadas neste trabalho, a pesquisa se ocupará de um conjunto documental por vezes

circularam no meio social e foram sendo reproduzidos pelas décadas posteriores, construindo uma imagem aterradora do que os comunistas eram capazes de realizar em nome da doutrina. Ver Motta 2020, p. 102-103.

²² Em meio às representações do comunismo como fenômeno ligado à ação de estrangeiros, destaca-se a vertente antissemítica. Os judeus tiveram o ‘privilégio’ de atrair contra si a principal carga de ataques do anticomunismo. Nenhum outro grupo de imigrantes recebeu tantas acusações de envolvimento com as ‘doutrinas malsãs’ quanto os judeus. A desconfiança com os recém-chegados ao Brasil foi geral nos anos 1930, quando as investidas contra os estrangeiros se tornaram comuns. Mas nos momentos em que o discurso anticomunista abandonava as referências genéricas aos ‘estrangeiros perigosos’ e procurava personificar temores, quase sempre os alvos escolhidos eram os judeus. MOTTA, 2020. Uma lógica que permaneceria nas décadas posteriores, quando a propaganda anticomunista destacava que doutrinas “estranhas” a nação e deveriam ser erradicadas. Se as nações em questão eram cristianizadas, tanto judeus quanto comunistas eram vistos como parte de um mesmo mal. Mas foi a propaganda anticomunista que se encarregou de expandir a imagem terrível da doutrina comunista, intuindo assombrar o cotidiano do cidadão comum para que não houvesse adesão alguma. Desta forma, o comunismo assumiu um quadro degenerado no meio social, visto como “uma ideologia brutal, responsável pela ocorrência de uma lista infinita de violências, tais como tortura, assassinato e estupro, bem como por promover a usurpação da liberdade e transformar os seres humanos em escravos do Estado”. MOTTA, 2020.

disperso no que se refere a uma continuidade linear. Este conjunto se propôs a uma determinada organização para chegarmos às informações equivalentes. Com isso, dentre as fontes pesquisadas, contamos com aquelas de origem oficial encontradas em arquivos, fontes memoriais de relatos e testemunhos, as hemerográficas e audiovisuais, além da bibliografia pertinente. Cada informação nos proporcionará inferir sobre as questões abordadas por este trabalho, sobre as trajetórias dos militantes “estrangeiros”, do histórico familiar deles ou das formas de reparação.

Os dados e informações compilados e reunidos para contemplar o problema serão analisados à luz dos acontecimentos obtidos pela documentação oficial produzida pelos órgãos de informação e repressão, pelos depoimentos e testemunhos de indivíduos envolvidos com os nazifascismo e as ditaduras brasileira e argentina, pelas bibliografias referentes aos contextos históricos, aos conceitos observados, aos indivíduos envolvidos e sobre a temática em questão, pelas efemérides nos meios impressos.

Partindo destes pressupostos, buscamos estudos que ampliassem o campo das observações relativas ao antissemitismo na Argentina, como os de Ernesto Bohoslavsky. Em um artigo intitulado “Los judíos y la política en Iberoamérica en el siglo XX”, compreendemos que “los últimos veinte años de historia muestran un cambio muy significativo en la participación de los judíos en la vida política del continente” (LVOVICH; BOHOSLAVSKY, 2007). Em seus estudos, o autor contempla toda uma conjuntura referente às questões do antissemitismo que proporcionaram a inserção do antissemitismo na repressão argentina, fato irrefutável diante dos testemunhos de sobreviventes do processo de extermínio argentino que passaram pelos CCDs e constataram o uso de simbologia nazista, como suásticas, discursos de Adolf Hitler e castigos “especiais” para aqueles detidos de origem judaica.

Sobre o anticomunismo e o antissemitismo, tanto Ernesto Bohoslavsky quanto Rodrigo Patto Sá Motta nos conduzirão por narrativas que abordam estas questões. Bohoslavsky, em seu artigo intitulado “Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966)”, reflete que o anticomunismo “fue más que una reacción histórica de las clases dominantes, frente a la amenaza de la pérdida de sus posiciones privilegiadas” (2016, p.37). Já Motta discorre sobre a construção de um “sentimento” anticomunista a partir da irradiação de múltiplas propagandas no meio social com a finalidade de interceder por um imaginário popular frente ao comunismo. No seu livro “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”, o autor destaca o enlace do sentimento anticomunista ao antissemitismo na metade do século XX,

pois, segundo ele, as representações anticomunistas recaíram sobre os estrangeiros, imigrantes que desembarcavam no Brasil “trazendo na bagagem ideias perigosas” (2020, p. 83); dentre eles se destacavam os judeus, de longe o grupo mais associado às “doutrinas malsãs”.

No livro de Marina Franco (2012), *Un enemigo para la nación; orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*, a autora versa sobre a construção do “inimigo” a partir do medo da “subversão” que impôs a crise e o caos na Argentina antes do golpe. No caso brasileiro, o autoritarismo abarcou um conjunto de poderes que incluíram o mandonismo, o patrimonialismo, o patriarcalismo e a exclusão das minorias étnicas. Lilia Moritz Schwarcz (2019, p.43), em “Sobre o Autoritarismo Brasileiro”, afirma que prevaleceu um “modelo de sociedade patriarcal brasileira, a família (do senhor) funcionava como esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social”.

O conceito pode aplicar-se, também, para a questão argentina, já que esse modelo “inventou uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida e de sujeição para além dos laços de sangue” (2019, p. 44) e cujo elemento em comum foi o sistema das oligarquias, visto que em ambos os países houve o predomínio do poder dos latifundiários brasileiros e dos *terratenientes* argentinos, emplacado por uma economia monocultora e agroexportadora que legou uma estrutura estatal exploradora dos recursos naturais, aberta ao capital estrangeiro e com autoridade para manipular o poder do Estado.

A abordagem das temáticas propostas para este trabalho foi a história transnacional conectada a partir de Walter Lowande, cuja perspectiva analisa a questão de que esta “refletiria a percepção contemporânea de que as fronteiras nacionais representam algo cada vez mais obsoleto”, bem como “apontar formas de superação da metanarrativa da modernização, à qual se subordinam às narrativas nacionalistas” (2018, p. 224) que limitam os acontecimentos a partir de uma ótica de isolamento de movimentos ou de simples similaridades. Michael Werner e Benedicte Zimmermann” problematizam um aspecto: que a perspectiva transnacional não reduz o olhar macroscópico, mas “faz aparecer uma rede de inter-relações dinâmicas, cujos componentes são em parte definidos por meio de vínculos que entretêm e das articulações que estruturam suas posições” (2003, p. 103).

A metodologia empregada neste trabalho contou com o cruzamento das fontes supracitadas e do estudo de trajetória, seguindo os “rastros” e reunindo as “pistas” que nos indicaram as devidas conexões entre os fatos, pois “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 1986, p. 157). As fontes devidamente

elencadas e qualificadas se apresentaram fragmentadas, além de serem produzidas sob ideologias diversas. Assim, de acordo com Ginzburg (1986, p.177), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la”. Diante da natureza e da multiplicidade destas fontes, percebemos o imperativo de organizá-las de acordo com as suas referências e assim dar prosseguimento à análise.

Dentre as fontes utilizadas estão o “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985”, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE) e os relatórios das Comissões da Verdade realizadas nos últimos anos, disponíveis *online*, contendo informações sobre militantes desaparecidos ou mortos pela ditadura brasileira, bem como sobre a estruturação repressiva, agentes, etc. Para o regime argentino, destacamos o “Nunca Mais”, um Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina e o *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, contendo testemunhos pessoais, locais de aprisionamento, campos de extermínio e a estruturação do aparelho repressivo argentino.

Em relação aos arquivos e documentos, dispomos do *Archivos Abiertos*, do Ministério da Defesa da Argentina, que conta com as *Actas de la Junta Militar*, documento que abrange o período 1976 até 1983, onde é possível verificar no manuscrito intitulado *Fundamentos y alcances para un esquema de Proyecto Nacional* a base da ideologia golpista argentina; o *Parque de la Memoria*, um centro de documentação sobre a ditadura Argentina; o *Arolsen Archives- International Center on Nazi Persecution*, cujo acervo documental abrange dados sobre o holocausto e informações sobre sobreviventes e campos de extermínio nazistas; o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), onde foi possível encontrar informações sobre o “inimigo terrorista e subversivo”, grupos clandestinos de esquerda, bem como sobre o conhecimento e circulação de informações destes indivíduos pelos órgãos de informação e repressão e que desvelam a visão oficial para a construção da imagem do “inimigo interno”, indispensável para o desvelamento das trajetórias dos “estrangeiros” aqui elencados.

No campo das memórias referentes aos eventos transcorridos e sobre os sujeitos definidos, optamos por trabalhar com relatos e testemunhos disponíveis em formato *online*, encontrados em canais disponíveis no *YouTube*, como a AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina), ARQSHOAH (Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo), canal D Cinema, Instituto Vladimir Herzog, Projeto Vozes do Holocausto, entre outros. Estes canais produziram vídeos contendo entrevistas e/ou

depoimentos de familiares, amigos e sobreviventes das ditaduras brasileira e argentina e do Holocausto. Os depoimentos gravados e disponibilizados foram analisados e nos proporcionaram inferências sobre as relações entre os contextos do pós-guerra e das ditaduras, além de revelar as peculiaridades de cada caso analisado. Optamos por trabalhar com esta tipologia de fonte “oral indireta” pelas possibilidades de análise dos discursos, ora suscetíveis a repetições, ora silenciadas diante dos fatos e recordações, além das dificuldades que se apresentaram em contatar pessoas envolvidas, seja pela idade avançada ou por terem falecido, ou ainda pela negativa de retorno.

Para o tratamento destas fontes, procuramos cruzar as informações de mais de um testemunho, pois os sobreviventes dos campos de extermínio nazistas tendem a reproduzir uma memória bastante definida, ou seja, um relato que segue um determinado roteiro por assim dizer, um tanto repetitivas em relação aos eventos que vivenciaram. Esta questão tem pontos negativos, mas também pontos positivos, visto que o não dito aponta para uma variedade de possibilidades sobre as relações com o passado. Os relatos ou narrativas advindas dos filhos destes sobreviventes proporcionaram preencher algumas lacunas em relação as dos sobreviventes em si.

As fontes hemerográficas utilizadas contaram com periódicos da época como a *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Estado de S. Paulo*, disponíveis no site da Hemeroteca Digital em seus acervos digitais, além de periódicos menos expressivos também disponíveis em formato digital. Para a imprensa argentina utilizamos o *La Prensa*, o *La Nación*, o *Clarín* e o *El País*. Estas fontes estão disponibilizadas para a consulta e são de um razoável acesso. São fontes relevantes para a compreensão das dinâmicas relativas ao discurso oficial durante os períodos das ditaduras.

A fim de contemplar este trabalho, examinamos um conjunto de fontes referentes ao problema da pesquisa e suas hipóteses. As inferências resultantes deste conjunto atribuíram um sentido ao tema proposto, através do estudo das trajetórias dos indivíduos escolhidos para tal finalidade, militantes do movimento estudantil ou como integrantes nas organizações de esquerda armadas vítimas do terrorismo de Estado nas ditaduras brasileira e argentina entre os anos 1960 e 1980, no intuito de romper as fronteiras territoriais e nacionais para demonstrar este fenômeno como transnacional pelas relações envolvidas.

O histórico familiar destes indivíduos será fundamental para percebermos o ambiente em que eles se inseriram a fim de nos conduzir pelos eventos passados e compreender o anticomunismo e/ou a xenofobia, principalmente o antissemitismo,

impressos nas ações das repressões. A inserção destes sujeitos no contexto cultural, social e político do período no Brasil e na Argentina, nos indicará para a existência de fatores pertinentes para a implementação dos regimes ditatoriais, organizados bem antes dos golpes. As reflexões sobre as trajetórias necessitarão de uma exposição de outros casos secundários, por apresentarem características semelhantes aos indivíduos aqui escolhidos e por estarem diante do mesmo horizonte de eventos, inseridos em contextos parecidos. Esse confronto de trajetórias nos trará respostas mais adequadas sobre um tempo e espaço definidos.

Este trabalho busca compreender as múltiplas dinâmicas e conexões através de quatro eixos temáticos: autoritarismo, estrangeiros, anticomunismo e xenofobia. Estes eixos foram abordados ao longo do trabalho obedecendo a um conjunto teórico referentes. Esta tese encontra-se dividida em quatro capítulos com seus respectivos subcapítulos. O primeiro é esta introdução, onde procuramos abordar a temática, o problema, o objetivo principal, os objetivos gerais, a historiografia, as fontes e as metodologias que serão utilizadas para confirmar, ou não, as hipóteses levantadas.

No segundo capítulo, abordaremos as trajetórias de cinco indivíduos “estrangeiros” e suas conexões com a imigração do pós-guerra e o aparato repressivo das ditaduras brasileira e argentina entre os anos de 1964 e 1985. Para tanto, escolhemos três sujeitos: Antonio Benetazzo, Horacio Campiglia e Lorenzo Viñas Gigli, um nascido na Itália e dois descendentes de italianos, militantes que integraram grupos da esquerda armada e revolucionária. E dois descendentes diretos de sobreviventes, um do regime stalinista e outro do nazismo, respectivamente, como Alfredo Sirkis e Daniel Rus.

Abordaremos os seus percursos de vida dentro das possibilidades das fontes pesquisadas, assim como apresentaremos outros ligados a estes no intuito de melhor entender suas trajetórias. Elencamos estes indivíduos por serem “estrangeiros”, imigrantes ou descendentes destes, no intuito de compreender os seus múltiplos protagonismos como indivíduos sociais e militantes políticos. O fato de três deles terem ligações com os eventos que se desenrolaram na Segunda Guerra Mundial foi pertinente, no que compete às conexões entre dois períodos conturbados da história recente. Os outros dois “estrangeiros” se inserem nas relações de mutualidade entre Brasil e Argentina que possibilitaram alargar o processo repressivo para além das fronteiras nacionais, no caso, com a Operação Condor.

A escolha por Antonio Benetazzo, um italiano que veio para o Brasil juntamente com a família no início dos anos 1950, se deu pela sua relação direta com o combate ao

fascismo e os deslocamentos do pós-guerra. No Brasil, ainda jovem, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, mais adiante, envolveu-se com outros grupos clandestinos de luta armada. Teve final trágico em 1972. No caso dos ítalo-argentinos Campiglia e Vinãs Gigli, nossa escolha se deu pela conexão entre as ditaduras brasileira e argentina através da Operação Condor, e em razão da dupla cidadania italiana. Sirkis e Rus foram escolhidos por serem descendentes diretos de vítimas dos regimes totalitários. Sirkis foi um atuante membro da organização clandestina Vanguarda Revolucionária Popular (VPR) e exilou-se inicialmente no Chile, passando pela Argentina e Portugal, retornando ao Brasil com a Lei da anistia de 1979, sendo o único deles que sobreviveu ao regime.

O caso de Rus foi um pouco mais complexo, visto que ele não tinha uma militância ativa em algum grupo clandestino argentino, pois pertencia a *Juventud Universitaria Peronista* (JUP), mas mantinha ligações com integrantes do grupo *Montoneros*. Era estudante de física nuclear e trabalhava na *Comisión Nacional de Energía Atómica* de onde foi levado, tendo desaparecido em seguida. Seus pais eram sobreviventes de campos de concentração nazistas e imigraram para a Argentina no final dos anos 1940, como os pais de Sirkis. Para construir a sua trajetória será necessário analisar as memórias da sua mãe Sara Rus e, a partir disso, tornar-se-á possível conectar as tragédias familiares com a questão do antissemitismo na Argentina. A escolha por Rus se encaixou nas denúncias de antissemitismo nos centros de tortura argentinos, apesar de não sabermos oficialmente o seu destino.

O capítulo três discorre sobre o anticomunismo e o “estrangeiro” e suas relações com a xenofobia a partir do histórico das famílias dos indivíduos escolhidos, a fim de situar estes sujeitos no universo familiar. Apresentaremos neste capítulo o escopo ideológico de grupos de extrema-direita surgidos nos anos trinta e quarenta, quando muitos dos “estrangeiros” emigraram da Europa, cujo ideário nacionalista apresentava inspirações nazifascistas. Estes agrupamentos ou agremiações de extrema-direita influenciaram as ditaduras brasileira e argentina nos anos sessenta e setenta e alguns dos seus membros ou integrantes atuaram nas estruturas dos regimes ditatoriais. Muitos destes grupos formaram-se antes dos golpes, outros foram organizados depois e deram suporte à violência estruturada pelos regimes, como foi o caso do CCC e o MAC no Brasil e da *Triple A* na Argentina.

O capítulo quatro versa sobre a reconstrução das memórias e as formas de reparação através da literatura de Sirkis, da exposição de obras de Benetazzo, dos lugares de memória na Argentina em relação à ditadura e ao Holocausto, das ações das

comunidades judaicas e do processo movido pela Corte de Roma na Itália, a partir das denúncias de assassinatos e desaparecimentos de indivíduos proporcionados pela conexão repressiva entre Brasil e Argentina e evidenciadas nas trajetórias de Campiglia e Viñas Gigli.

A reconstrução das memórias para além do “inimigo terrorista” foi oportunizada pela produção literária de Alfredo Sirkis como fonte, cuja narrativa revela as suas experiências com a militância política e o exílio. Sirkis foi um escritor que deixou obras de literatura que desvelam o contexto das ditaduras e as relações com os pais imigrantes do pós-guerra. Neste capítulo, analisaremos especificadamente os livros “Os carbonários” e “Roleta Chilena”, escritos ainda no exílio.

Antonio Benetazzo deixou uma diversificada coleção de desenhos e pinturas produzidos paralelamente à sua militância política. Estes trabalhos foram guardados por décadas por seus familiares e amigos. A organização de parte destas obras culminou em uma mostra aberta ao público na cidade de São Paulo em duas ocasiões, o que possibilitou reconstruir uma memória mais íntima deste sujeito, apresentando outro indivíduo à sociedade para além do “inimigo terrorista”.

A existência do “inimigo” não foi exclusividade dos regimes autoritários latinos, muito menos de outros países no continente latino-americano. Ele tornou-se, de certa maneira, uma marca registrada dos muitos modelos de ditaduras para legitimar e justificar ações perante a opinião pública, principalmente pela adesão aos seus preceitos com a finalidade da colaboração do meio social. Entretanto, as particularidades referentes aos indivíduos supracitados se apresentam como parte das suas atuações como opositoristas dos modelos ditatoriais e refletem as suas personalidades como sujeitos em seu tempo.

2 O INIMIGO TRANSNACIONAL: TRAJETÓRIAS NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO BRASIL E DA ARGENTINA ENTRE OS ANOS SESSENTA E OITENTA

*Por isso cuidado meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram
E o sinal está fechado prá nós
Que somos jovens...²³*

Quase seis décadas se passaram desde a implementação dos regimes autoritários e ditatoriais do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983). Em curto espaço de tempo, entre o início dos dois eventos, verificamos um número de “estrangeiros” que participaram da oposição a estes regimes. Muitos deles têm ligações com os deslocamentos após a Segunda Guerra e seus resultados que culminaram com a reorganização e realocação de uma quantidade de indivíduos atingidos diretamente pelo conflito mundial. Como sugere Gribaudo (2021, p. 161): “aquele que deixa um lugar e uma cultura bem definidos para ir em direção a outro lugar e outra cultura, igualmente compactos e coerentes”, acabam por redefinir os referenciais familiares, sociais e econômicos dos seus lugares de origem com os locais de destino.

Nesta conjuntura, Brasil e Argentina receberam um número significativo destes indivíduos que cruzaram o Atlântico a partir de diferentes pontos em busca de certa estabilidade social e econômica ou para fugirem das perseguições xenófobas, como no caso dos judeus poloneses que ao retornarem às suas comunidades de origem, na Europa, a partir da Segunda Guerra Mundial, para reassumirem suas posições antes da guerra, em que encontraram hostilidade e antissemitismo. Sobre essa questão, Carneiro (2010, p. 91-92) avalia que:

No final da Segunda Guerra Mundial, esse movimento humano que caracteriza a Diáspora entrou em uma segunda fase, avaliada como um imenso *êxodo espontâneo* delineado pela tentativa de retorno à vida. Muitos tentam *voltar para casa*, como aconteceu com os quatrocentos mil judeus poloneses que haviam se refugiado na Rússia após a invasão alemã. Outros, recém-saídos dos campos de concentração e dos abrigos clandestinos, procuraram abrigo nos campos de refugiados instalados pelas forças aliadas na Alemanha e na Áustria.

²³ Excerto da letra da composição musical “Como nossos pais” de autoria de Antonio Belchior.

Muitos dos judeus poloneses que retornarem às suas comunidades na Polônia encontraram seus bens e propriedades nas mãos de antigos vizinhos ou conhecidos, que se apropriaram após as deportações em massa de judeus pelos nazistas. Ao buscarem retomar o que haviam perdido, foram tratados com violência e escárnio. Segundo alguns relatos de sobreviventes do holocausto, não era seguro ficar na Polônia, ou melhor, não era seguro para os judeus.

Ao chegarem aos países de destino os emigrantes europeus procuraram normalizar a vida, seja nos espaços de trabalho, nas relações sociais ou por meio de comunidades afins. Da mesma forma, eles constituíram família, laços de amizade e desfrutaram de certa segurança e estabilidade vislumbrando alguma prosperidade, cada qual com as suas singularidades e peculiaridades. Com isso, inúmeras nacionalidades e etnias deslocadas se inseriram nas sociedades brasileira e argentina ao final dos anos quarenta e início dos cinquenta.

Nas décadas seguintes aos deslocamentos, eles presenciaram significativas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que culminaram com a implementação de regimes autoritários e ditatoriais na metade dos anos sessenta e dos setenta. Ao longo destes processos ditatoriais o cenário se movimentava, apresentando os acontecimentos nos contextos em que estes sujeitos se inseriram. Assim para nos situarmos de forma mais abrangente, na tabela a seguir relevamos alguns dos principais eventos dentro de um recorte temporal que vai dos anos 1960 a 1999:

Tabela 2: Linha temporal dos eventos

1960-1964-1970	1972-1975-1977	1979-1980-1983	1985-1990-1999
Movimentação de extrema-direita em favor da deposição do presidente brasileiro João Goulart	Tensões entre a esquerda, peronistas e a extrema-direita na Argentina	Lei de Anistia; Retorno dos exilados ao país (Brasil)	Movimentos pró-democracia
Anticomunismo (EUA)	Morte de Juan Perón (1974); Desestabilização do governo de Isabelita Perón	Operação Condor; Mobilização pelos desaparecidos na Argentina (Madre de Plaza de Mayo)	Fim do regime ditatorial brasileiro (1985)
Implementação da ditadura civil-militar no Brasil (1964)	Golpe civil-militar pelas Forças Armadas Argentinas; Plano de Reorganização Nacional	Término do regime ditatorial argentino (1983)	Julgamentos dos crimes de lesa humanidade na Argentina
Caça e repressão ao “Inimigo Interno”	Anticomunismo e antissemitismo; Modelo genocida de repressão	Abertura lenta e gradual do regime ditatorial brasileiro	Movimentação pelas reparações das vítimas das ditaduras com desfechos diversificados

Fonte: Elaborado pela autora

Neste capítulo, abordaremos as trajetórias de cinco indivíduos “estrangeiros”: três italianos e dois judeus-poloneses, que vivenciaram o contexto ditatorial brasileiro e argentino entre 1960 e 1980. As trajetórias são, de acordo com Bourdieu, (2012, p. 189-190):

[...] como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo um grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz de relações objetivas entre as diferentes estações.

Para percorrer o percurso de vida destes indivíduos, intuimos considerá-las a partir das suas participações na militância estudantil ou no combate direto com as forças repressoras dos regimes em questão, sob a ótica transnacional proposta por Bertagna (2021, p.176):

[...] el uso de ‘transnacional’ para las migraciones del pasado y lo consideron válido más bien para las migraciones contemporáneas, sucesivas a la Segunda Guerra Mundial, con el argumento de la frecuencia y, con ella, la intensidad de las relaciones de los migrantes con sus países de origen son, en esta fase reciente, tan intensificadas[...]

A escolha dos sujeitos se deu pelo fato de serem estrangeiros com posicionamentos e ações contra as ditaduras, além de terem vivido a Segunda Guerra Mundial, os regimes totalitários e sentido os efeitos da Operação Condor, definindo relações transnacionais. Estes sujeitos se inserem em uma lógica de que o “estrangeiro imigrante é refugiado ou é um forasteiro. Ele vem de outra terra, mas ele não possui, na maioria das vezes, visto, uma passagem ou mesmo uma perspectiva de volta para seu lugar de origem” (SILVA; SOUSA, 2017, p. 3). Nessa condição, partimos de informações e dados encontrados em um conjunto de fontes documentais e oficiais referentes a eles. Analisamos testemunhos e depoimentos que pudessem esclarecer os seus percursos, que segundo Albuquerque Júnior (1994, p.43):

[...] requer uma consciência do tempo, no sentido de demarcar claramente o presente que foi e o presente que é, esta demarcação na verdade significa a criação de um novo tempo saturado de vivências. Ela estabelece o passado e o presente e a relação entre eles; estabelece a representação do passado que é convocada pelos quadros sociais do presente. É nesse nível das memórias que fixa as experiências e inventa tradições, portanto, nada conserva do ‘passado puro’, ela é produto do trabalho e da inteligência em que o narrador incorpora sempre o acontecimento na sua vida, e o narra como sua própria experiência individual.

Esses indivíduos, durante os processos ditatoriais e autoritários a partir de 1964 e 1976, envolveram-se em ações relativas à segurança nacional. Essa situação atingiu os seus familiares que estavam inseridos econômica e socialmente nas sociedades brasileira e argentina. Muitos deles eram estudantes, secundaristas ou acadêmicos, e provinham de núcleos familiares distintos. Alguns puderam usufruir de uma boa educação escolar devido ao alcance de uma posição social e orçamento melhorados; já outros, não possuíam orçamento que alcançasse boa educação escolar, pois necessitavam da mão de obra extra dos filhos para melhorar as condições de sustento da família.

Os anseios destes imigrantes por uma “vida melhor” não se concretizaram da mesma maneira para todos. Recomeçar em outro país impôs alguns obstáculos e nem sempre ofereceu oportunidades esperadas, mas representou uma chance para aqueles que não tinham mais perspectivas e precisavam dar um outro sentido para as suas vidas. Assim, alguns destes sujeitos tiveram que empreender um esforço maior na obtenção de alguma formação educacional ou profissional, o que dependia não somente de uma vontade pessoal, mas de incentivos externos.

Uma parcela destes “estrangeiros” atuou no meio operário a partir de formações específicas, pelo menos de início, com chances de melhorar as suas condições.

[...] no Brasil dos anos 1970, o filho de uma família de operários da indústria poderia projetar-se como um futuro operário, que poderia estruturar sua vida pessoal e familiar a partir deste trabalho; mesmo que de forma precária, havia alguma expectativa mais concreta de reprodução ou de mobilidade social (MARINHO, 2017, p. 32).

Quando as ditaduras civil-militares tomaram o poder no Brasil em 1964 e na Argentina em 1976, o meio estudantil fervilhava em movimentos juvenis contestatórios referentes a uma série de questões relacionadas ao ensino e suas mudanças, além de acalorados debates políticos que levaram muitos deles a engajar-se em organizações clandestinas e armadas. A oposição, a partir da luta armada contra os regimes em questão, chamado de “fascistas” por alguns, foi uma via que nem todos aqueles que participaram das efervescências estudantis se utilizaram.

Refletimos sobre os estímulos que levaram estes indivíduos “estrangeiros” em se oporem aos regimes estabelecidos por golpes institucionais e empreender ações de guerrilha que os conduziram ao enfrentamento direto das ditaduras. Se não pelas

“inspirações” das movimentações libertárias²⁴, fluentes no final dos anos sessenta e início dos setenta, décadas em que viveram as suas juventudes, ou pela convivência com os relatos ou os silêncios sobre as atrocidades da guerra no ambiente familiar. Pois as “experiências desses indivíduos se inscrevem e adquirem significados dentro de um horizonte social no qual são interpretadas formas específicas de combinar símbolos, recursos, lembranças e expectativas [...]” (GRIBAUDI, 2021, p.162).

A conjugação destes fatores, principalmente em relação aos traumas absorvidos no âmbito familiar, pode ser observada sob a ótica de uma “pós-memória”.

Pós-memória descreve a relação que a geração posterior àqueles que testemunharam o trauma colectivo ou cultural estabelece com as experiências da geração anterior, experiências essas que apenas ‘recordam’ por via de histórias, imagens e comportamentos entre os quais cresceram. Contudo, estas experiências foram-lhes transmitidas tão profunda e afectivamente que parecem constituir-se como memórias próprias. A relação da pós-memória com o passado, assim, não é efetivamente mediada através da recordação, mas sim por investimento, projecção e criação imaginativa (HIRSCH apud AGOSTINHO, 2013).

As experiências passadas com a guerra, com o nazifascismo ou com o stalinismo pelos imigrantes e o envolvimento destes, ou de seus filhos, com as ditaduras pode ter-lhes atribuído uma noção de reviver determinados traumas. Por vezes dizemos que alguns eventos se repetem, contudo, é a reincidência de determinados fatores marcantes, ou mesmo a sua reprodução distorcida ou adaptada, que leva pessoas ou grupos a identificarem semelhanças, nem sempre reais, entre os acontecimentos passados e aqueles vividos ao longo dos anos. Para aqueles descendentes de imigrantes que vieram para a América Latina em períodos anteriores, as ligações com os países de origem na Europa, através das nacionalidades originais dos seus antepassados, apontaram o fato de serem “estrangeiros” em meio aos eventos violentos ocasionados pelos regimes repressores por inúmeras razões.

²⁴ Ao final dos anos 1960 e início dos 1970, nos Estados Unidos, ocorreram inúmeros movimentos em defesa dos direitos dos afrodescendentes, como o movimento *Black Power* e o grupo dos Panteras Negras, das mulheres, como o Movimento Feminista, contra a guerra do Vietnã e a Contracultura *Hippie*. Foi um período de contestações aos padrões vigentes, ao conservadorismo, de defesa da liberdade sexual, das terapias com opioides diante de valores e imposições de um modelo social construído que excluía uma grande parcela de pessoas que não se ajustavam a este modelo, ou que tendiam a modificá-lo por meios nada convencionais.

2.1 Trajetórias conectadas: o “inimigo estrangeiro” e os regimes ditatoriais entre 1964 e 1976

Uma forte estrutura repressiva impulsionada por um ideário anticomunista e, por vezes xenófobo, esteve presente nas ditaduras brasileira e argentina. O caráter nacionalista destacado por elas seguiu uma noção de exclusão social e erradicação das esquerdas políticas e daqueles indivíduos que destoavam do modelo concebido para as sociedades sob estes regimes. Tanto no Brasil quanto na Argentina a composição social nacional compreendia um número significativo de indivíduos “estrangeiros”, que para as ditaduras eram mais propensos a serem portadores da doutrina comunista em detrimento dos objetivos nacionais.

A fim de compreendermos mais concisamente o papel destes “estrangeiros” e suas conexões com as práticas anticomunistas e xenófobas, ocasionadas pelas ditaduras brasileira e argentina entre os anos 1964 e 1985, destacamos as trajetórias de determinados indivíduos “estrangeiros”, imigrantes ou descendentes de europeus que entraram no Brasil e na Argentina antes ou após o término da Segunda Guerra Mundial. Estes indivíduos foram vítimas dos regimes ditatoriais por integraram algum tipo de militância política ou de oposição às ditaduras. Intuímos demonstrar, através das suas trajetórias, o protagonismo destes sujeitos no campo político e nas relações sociais, diante de um processo repressivo que os atingiu de múltiplas maneiras.

As conexões políticas, econômicas e sociais destes indivíduos nos regimes ditatoriais em questão e que estiveram estruturados pela opressão, violência e inspirados por um ideário eugenista e moralista dos regimes totalitários europeus, evidencia múltiplas conexões transnacionais, visto que a perspectiva transnacional “possibilita justamente que consensos e conflitos produzidos num conjunto finito de relações possam ser conectados concretamente ao problema mais amplo da construção de modernidade e da institucionalização desse ideal social no Estado” (LOWANDE, 2018, p. 24).

Estes sujeitos foram produtores em seu tempo e protagonistas, seja na militância estudantil, em grupos da esquerda revolucionária e armada ou nas suas relações pessoais. Isso nos possibilita ampliar possibilidades e perceber parte do cenário político, social e cultural do período. Sendo assim, escolhemos o italiano Antonio Benetazzo, que se deslocou para o Brasil no final dos anos quarenta, os ítalo-argentinos Horacio Domingo Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas Gigli, além de Alfredo Helio Sirkis e Daniel Lázaro

Rus, ambos descendentes de judeus poloneses que imigraram para o Brasil e para a Argentina em razão do último conflito mundial.

Figura 1: Antonio Benetazzo



Fonte: Instituto Vladimir Herzog

Figura 2: Horacio Campiglia



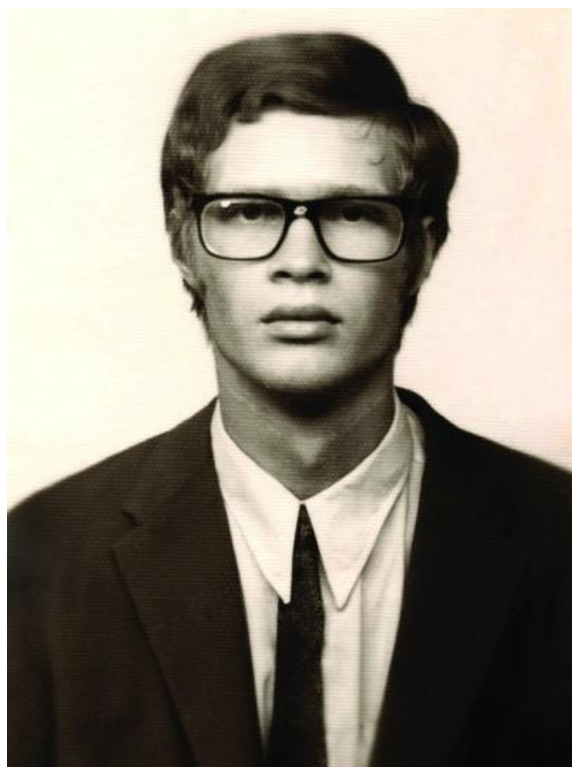
Fonte: 24marzo.it

Figura 3: Lorenzo Viñas Gigli



Fonte: Memorial da Resistência

Figura 4: Alfredo Sirkis



Fonte: O Globo

Figura 5: Daniel Lázaro Rus



Fonte: Argentina.org.ar

Edificamos estes percursos de vida a partir das militâncias políticas de cada um, entrelaçando-os a outros indivíduos com características semelhantes “partindo da suposição que elas mantêm relações entre si” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 89).

Porém:

[...]tomando o indivíduo e o contexto como duas entidades separadas, perde-se a possibilidade de considerar a natureza do espaço social através dos usos concretos feitos pelos indivíduos que o compõem. O indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, um sendo parte do outro. É o que sentem os mesmos emigrantes, por meio de suas experiências de vida, mas que nós, pesquisadores, com os poucos instrumentos de que dispomos, tentamos, a duras penas, reconhecer e descrever (GRIBAUDI, 2021, p. 161-162).

Muitos destes “estrangeiros” que se tornaram militantes ativos no meio estudantil ou em grupos armados e revolucionários durante as ditaduras brasileira e argentina, estavam inseridos em um universo de contestação de valores e padrões. Embalados pelas mudanças de uma década acelerada de movimentações libertárias como foram os anos 1960 e 1970 no mundo, estes jovens assumiram uma postura contra a censura, a opressão e a violência impostos por estes regimes. Os que se engajaram em alguma organização proscrita ou clandestina como forma de combater os regimes, também tencionavam

implementar um modelo de governo “socialista” através de uma revolução pelas armas, cujas inspirações teóricas dividiam-se por determinadas linhas de ação²⁵.

A chamada luta armada no Brasil constituiu-se efetivamente no polo mais extremado da resistência à ditadura no final da década de 1960. Resistência no sentido libertário e não necessariamente institucional, subversivo por excelência numa sociedade como a brasileira, em classes dominantes de tradição autoritária secular. Uma resistência armada contra aqueles que impunham uma ordem que recusava um lugar para a expressão libertária dos movimentos sociais; resistência não necessariamente enquadrável pelo sistema, ou cabível nos mecanismos tradicionais de contestação à ordem [...] (RIDENTI, 2005, p.66-67).

Posicionados e determinados a derrubar os regimes com bases autoritárias e conservadoras, estes indivíduos foram vítimas da tortura, da morte ou do desaparecimento por serem considerados “subversivos” e/ou “terroristas”. A questão do “terrorismo” abarcou inúmeros setores da sociedade civil e, como consequência, a sua existência incutiu o medo na população através de propagandas que construíram a imagem do inimigo. Com isso, escolas, universidades, repartições públicas e jornalísticas, setores industriais e comerciários, organizações de trabalhadores, sindicatos, entre tantos outros, sofreram com a vigília sobre as atividades e membros. Essa situação tencionava alertar que as instituições não estavam livres da interferência do “inimigo”.

Muitos indivíduos que não tinham relação com a militância política de esquerda acabaram classificados como elementos “suspeitos” de averiguação. Para além da noção do quem era o “inimigo” em si, estavam homens e mulheres, filhos e filhas, pais e mães, maridos e esposas, amigos e amigas, enfim, sujeitos sociais e distintos que se definiam por talentos, anseios, medos, frustrações, ideais etc. Assim, a categoria do “inimigo” ofuscou as múltiplas identidades pertencentes a ela.

Perceber quem era o indivíduo em sua multiplicidade pressupõe uma análise das trajetórias, com a finalidade de fazer surgir o sujeito em suas relações e autor das suas ações. Pensando que a “trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p. 34), delineamos o percurso de vida de Benetazzo, Campiglia, Viñas Gigli, Sirkis e Rus reunindo fragmentos das bibliografias, relatos, documentos

²⁵ As vertentes ideológicas que embasavam as ações dos grupos de esquerda revolucionária se dividiam em: marxista, cubana, maoísta, leninista, stalinista, entre outras.

oficiais e fontes hemerográficas que trouxessem à luz dos acontecimentos seus protagonismos em suas múltiplas versões. Para Marinho (2017, p. 29), os:

[...] percursos sociais tracejados por indivíduos assumem uma morfologia coerente com a ordem social vigente, seja afirmando-a, reproduzindo-a, negando-a; dificilmente seriam exóticos a ela, e por serem distintos e distintivos, expressam determinadas condições sociais. Situar o contexto no qual os indivíduos agem, ao longo do tempo, implica situá-los perante os seus círculos sociais de referência, localizados no espaço social, físico e simbólico.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, o “inimigo” esteve refém da pressão dos mecanismos repressores. Muito embora não seja possível compará-los em graus ou números, as semelhanças e diferenças destes mecanismos nos ofertam um contexto social e político que determinou o destino destes sujeitos “estrangeiros”. Quanto ao *modus operandi* de cada um dos regimes e do caráter violento, podemos dizer que o anticomunismo foi partilhado pelas políticas dos dois países, com particularidades distintas.

As trajetórias de vida de Benetazzo, Campiglia, Viñas Gigli, Sirkis e Rus partem dos seus protagonismos no campo da oposição às ditaduras, influenciados ou não pelas relações familiares, com os eventos da guerra, ou mesmo pelas descendências europeias que possuíam, considerando as suas relações sociais. Entendemos que somente o envolvimento político destes indivíduos não dá conta das singularidades de cada um, assim, foi necessário levar em consideração seus círculos íntimos, os lugares onde nasceram, as escolas onde estudaram, os locais onde trabalharam, entre outras informações pessoais. Não houve a intenção de escrever uma biografia sobre eles, porém, foi preciso conhecer os espaços onde eles transitaram.

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, destas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo

campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2012, p. 190).

Outra questão diz respeito às tratativas sobre o elemento “estrangeiro”, como, por exemplo, a terminologia utilizada para referir um indivíduo de outra nacionalidade no discurso oficial, caso de um documento produzido pelos órgãos de informação no Brasil. O documento em questão faz uso da terminologia “alienígena” para o “estrangeiro”. Este documento consiste em um ofício de nº 257/73, datado de 23 de março de 1973, remetido pelo Chefe do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e destinado ao Delegado de Ordem Política e Social de São Paulo. Nele, solicita-se informações sobre um “automóvel marca Dogde-Dart, ano de fabricação 1970, cor gelo e capota preta, apreendido quando da prisão do alienígena BENEDETTO CAVALLARO ou BENEDETTO BRUSCHETTA”²⁶.

O documento não parece ter clareza sobre qual seria o sobrenome real do sujeito, mas sabia que ele não era brasileiro, explícito pelo termo “alienígena”. Benedetto era um elemento que pertencia a outro lugar, de fora do território nacional e, por conseguinte, estranho à nação. Este termo define o que ou quem é exótico ao meio, em um sentido mais figurado ele denota a que pertence a “outros mundos”, ou ainda, que tem origem em outros planetas, um “extraterrestre”²⁷.

O Estatuto do Estrangeiro legislava sobre o imigrante que se estabelecia no Brasil desde 1945. O Decreto-lei nº 7967 definiu quais elementos estrangeiros eram interessantes para o país. Promulgado durante o governo de Getúlio Vargas, este decreto determinava que “a escolha dos migrantes seria orientada segundo a ‘necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia’” (FERNANDES, 2012). Portanto, escolhia quais europeus entrariam no território nacional. O Decreto-lei nº 941 de 1969 revogou o de 1945, preocupando-se “especificamente com o procedimento de expulsão do estrangeiro nocivo à segurança nacional” (FERNANDES, 2012). O decreto de 1980²⁸ e que revogou o de 1969, seguiu por esta linha.

²⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Digitalizado. BR_SPAPESP-DEOPSOS000213. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 14 jul. 2021.

²⁷ Ver em: <https://www.lexico.pt/alienigena/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

²⁸ O Estatuto do Estrangeiro foi revogado pela Lei da Migração, aprovada em 24 de maio de 2017 sob o nº 13.445. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

Dessa forma, vimos que o Brasil se orientou por parâmetros de definição de “raça” nociva à segurança da nação por definidos parâmetros. A Argentina não ficou muito aquém desta situação em relação ao lugar do “estrangeiro” e seu papel na sociedade, pois “se, por um lado, o elemento imigratório era visto como porta-voz de progresso e civilização, por outro, correspondia ao que poderá haver de mais desagregador dentro de uma sociedade que buscava estruturar-se” (GREJO, 2009, p. 94). A existência de vertentes intelectuais desde o final do século XIX e início do XX, defendiam formas de elaboração e instrumentalização para a integração do imigrante à sociedade argentina. Os mecanismos de classificação para controlar a entrada deles no país não visavam apenas o conjunto cultural do indivíduo e, sim, buscavam “garantir que o tipo nacional idealizado, fruto da interação com o elemento estrangeiro, mantivesse os valores patrióticos, uma vez que temia a dissolução da nacionalidade que ainda se buscava construir” (GREJO, 2009, p. 95).

As supracitadas legislações brasileiras e o posicionamento argentino para a escolha de quais “estrangeiros” seriam interessantes ou não para a construção das suas nacionalidades seguem linhas muito semelhantes. Se, por um lado, a entrada de determinados europeus era bem-vinda, por outro, excluía aqueles que não se enquadravam na tipologia pretendida, “estranhos” à construção dos modelos nacionais como falamos anteriormente. Esta concepção de modelos nacionais para a composição “racial” no Brasil e na Argentina logrou padronizar a população para assumir características típicas de um “bom cidadão”, obediente, cristão, branco, anticomunista e colaborador da ordem.

Essa conjuntura referente ao “estrangeiro”, dentro de um modelo nacionalista, acabou por ceifar inúmeras vidas de jovens, bem como interrompeu os propósitos daqueles que não se adequaram a tipologia prevista. Os métodos violentos que as ditaduras institucionalizaram por práticas de coerção moral e física, justificaram-se no combate ao “comunismo internacional”, promovido pelo “inimigo interno” que era socialmente construída pelos países supracitados, mas portadores da doutrina “estranha” ao nacional e que tinha por objetivo dominar outros sujeitos, maculando-os moralmente.

Uma diversidade de jovens “estrangeiros”, ou descendentes diretos destes, foram alocados na categoria do “inimigo”, e uma grande parcela deles morreu ou desapareceu em decorrência do abuso da violência empreendida. O fato de serem “estrangeiros” não surpreende, pois o Brasil e a Argentina têm um longo histórico de imigrações de variadas nacionalidades em períodos distintos das suas histórias. Contudo, neste período em

específico, essa condição favoreceu múltiplas formas de destituição de direitos, determinando uma diversidade de níveis e graus de violência física e verbal.

2.1.1 A trajetória de Antonio Benetazzo: um italiano, o anticomunismo e a ditadura brasileira

Antonio Benetazzo foi um militante político e “estrangeiro”, visado pelo anticomunismo e considerado um “inimigo interno”. Ele contava com a idade de 23 anos quando a ditadura civil-militar foi implementada no Brasil, atuando contra o sistema opressor que se consolidaria com ela. Benetazzo nasceu no dia primeiro de novembro de 1941, em Verona, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Passou os primeiros anos de sua vida em meio ao conflito e, quando esse chegou ao seu final, imigrou com a família para o Brasil em decorrência dos resultados da guerra, como o desemprego e a falta de perspectivas que assolavam o continente europeu. Como muitos outros imigrantes do pós-guerra que desembarcaram no porto de Santos, a família chegou ao país em busca de novas oportunidades. Benetazzo entrou no Brasil ao final dos anos quarenta aos nove anos de idade e como cidadão italiano, condição que manteria durante toda a sua vida.

Por influência do pai, ele começou a trabalhar muito cedo, tinha entre 12 e 13 anos de idade, segundo relata a irmã Nordana²⁹. Em determinada ocasião, Benetazzo e o pai, Pietro, trabalharam como operários durante um período em que família residiu na cidade de São Paulo. Quando eles se mudaram para Caraguatatuba, no interior do estado, Pietro iniciou pequenos negócios no ramo alimentício, montou uma sorveteria e uma pizzaria onde Benetazzo o ajudava com o trabalho. Trabalhava sério, como “gente grande”, segundo a irmã, motivo pelo qual parou de estudar por dois ou três anos, ocasionando atraso na sua escolaridade. Com a demanda de serviço, ele teve que interromper os estudos, um fato que parece ter marcado o jovem que aspirava ter instrução e conhecimento.

Retomou os estudos, ainda em Caraguatatuba, na Escola Thomaz Ribeiro de Lima e depois preferiu terminar o colégio em Mogi das Cruzes, quando foi morar com a “zia

²⁹ Relato de Nordana Benetazzo para a amostra de Antonio Benetazzo. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 15 junho de 2020.

Ema”³⁰ em 1955. Lá ele cursou o científico no Instituto de Educação Washington Luiz onde participou do grêmio estudantil e de movimentações artísticas, esportivas e políticas. Foi nesta época que se filiou ao PCB. Quando concluiu os estudos básicos, ele prestou vestibular e ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e, dois anos depois, entrou na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (USP), onde participou da coordenação do movimento estudantil conhecido como “setembrada”³¹. Mudou-se para São Paulo em 1964, fixou residência na Casa do Politécnico, um local onde circulavam pessoas que gostavam de arte e cinema como Francisco Ramalho Jr, que, em determinada ocasião, arrumou-lhe emprego em um curso pré-vestibular para lecionar aulas de desenho. Ramalho realizou alguns filmes em que Benetazzo foi seu diretor de arte e ator coadjuvante³².

Neste ínterim, ele construiu uma estreita relação compartilhada pelo entusiasmo artístico, a poesia, a música clássica e as artes plásticas com Zuleika Alvin. Ela relata que ambos não tinham uma amizade pautada pela política, eram grandes amigos e davam aulas no mesmo curso preparativo universitário, onde Benetazzo lecionava a disciplina de História da Arte. Foi neste período que ele começou a pintar e a desenhar, apresentando-lhe com alguns dos seus trabalhos. De acordo com ela, Benetazzo nunca pensou em se tornar um artista profissional, mas, na sua opinião, ele tinha a necessidade de se expressar.

Nesta época ele residia em um pequeno apartamento no famoso Edifício Copan na capital paulista. Com a intenção da sua irmã Nordana ir morar em São Paulo e, como

³⁰ “Zia Ema”. A irmã mais nova de Benetazzo, Itália, refere-se assim a este familiar que em italiano significa “tia Ema”. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

³¹ Em setembro de 1966, portanto, há 50 anos, milhares de estudantes universitários saíram às ruas em protesto contra a ditadura e sua política educacional, em um movimento que se tornou conhecido como Setembrada. Na efervescência que marcou a época, um episódio emblemático foi a brutal desocupação da Faculdade de Medicina da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/colunista-relembra-setembrada-de-1966/>. Acesso em: 12 out. 2022.

³² Benetazzo participou de dois filmes gravados em Super-8 sob a direção de Francisco Ramalho: como ator em “Menina moça”, provavelmente de 1966, e como cenógrafo e ator coadjuvante em “Anuska: manequim e mulher”, de 1968. Informação disponível em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/a-vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 20 jun. 2020. O filme “Anuska: manequim e mulher” encontra-se no canal You Tube, onde podemos conferir o nome de Antonio Benetazzo como cenógrafo nos créditos. Disponível em: https://www.google.com/search?q=menina+mo%C3%A7a+de+francisco+ramalho+filme+you+tube&sxsrf=APwXEd2kkOoBnDAzntFE8wHwMOeYKw2_g%3A1685906769283&ei=UeV8ZOjiEPXS1sQPhNSGuAc&ved=0ahUKEwioz-2QrKr_AhV1qZUCHQSQAXcQ4dUDCA8&uact=5&oq=menina+mo%C3%A7a+de+francisco+ramalho+filme+you+tube&gs_lcp=Cgxn3Mtd216LXNlcnAQA0oECEEYAVDeAlilGmD0HGgBcAB4AIABm_wKIABoLkgEFMC44LjGYAOCgAQHAAQE&sclient=gws-wiz-serp#fpstate=ive&vld=cid:8f1996f0,vid:mu5hsX_7A0s. Acesso em: 12 set. 2022.

o apartamento era pequeno, ele ficaria desacomodado. Então Benetazzo, Zuleika e outros amigos resolveram alugar um espaço maior no mesmo edifício em uma espécie de comunidade. Neste novo apartamento no Copan circularam muitos dos líderes políticos de esquerda, como Carlos Marighella, pois lá ocorriam reuniões do PCB envoltas em grandes discussões políticas, segundo Zuleika³³.

Contudo, Benetazzo desligou-se do PCB no ano de 1965 por divergências em relação à posição pacífica do partido sobre o golpe de 1964; em 1967, passou a integrar a Dissidência Estudantil do PCB/SP (DISP). Participou da organização do Congresso da Une em Ibiúna e, em 1969, ingressou na organização clandestina Ação Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella³⁴. Com isso, abandonou a universidade e as escolas em que lecionava e passou a viver na clandestinidade. Após um curto período, ele foi para Cuba fazer cursos de tática e guerrilha e, segundo Alípio Freire, um companheiro da ALN, ocorreu uma festa de despedida em uma casa na Vila Mariana com o intuito de divulgar “oficialmente” que iria estudar Artes Plásticas na Itália, uma despedida pública para despistar os órgãos de informação³⁵.

Em Cuba, o treinamento consistia em aulas sobre a Revolução Cubana, história e pensamento marxista, sobre as lutas socialistas na América Latina, armas e táticas de guerrilha. Conforme Ana Corbusier, que conheceu Benetazzo durante o treinamento, eles ficaram no campo por sete meses e depois realizaram um treinamento urbano na cidade de Santiago de Cuba, por mais dois ou três meses. Após este período, os dois foram levados para um local denominado de “Ponto Zero” com a finalidade de aperfeiçoarem o uso de armamentos e explosivos por aproximadamente quinze dias³⁶. Este curso para treinamento ficou conhecido como “III Exército da ALN” ou “grupo dos 28”³⁷.

Segundo um documento do Ministério da Aeronáutica:

³³ Relato de Zuleika Alvim para a amostra de trabalhos de Antonio Benetazzo. Ver em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

³⁴ Informações da CNV em Mortos e desaparecidos. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/antonio-benetazzo>. Acesso em 10 jun. 2020.

³⁵ Relato de Alípio Freire para a amostra de trabalhos de Antonio Benetazzo. Ver em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

³⁶ Relato de Ana Corbusier para a amostra de trabalhos de Antonio Benetazzo. Ver em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

³⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo: BR_SPAPESP_DEOPSOS001035, 1972. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_documento. Acesso em: 20 out. 2022.

O ‘grupo dos 28’ era conhecido em Cuba como uma/ turma que criava muitos casos, atrapalhando os planejamentos com detalhes insignificantes, expedindo documentos quase todos os dias sem qualquer resultado/prático. Deste grupo, dentre elementos da ALN, começou a ideia de dissidência informal com RUY CARLOS VIEIRA BERBET e BOANERGES DE SOUZA MASSA, depois ampliada por CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY e JEOVÀ DE ASSIS/GOMES. Desta dissidência, com o grupo que já retornou ao Brasil, constituiu-se o que se conhece hoje como ‘O GRUPO DA ILHA’, todos oriundos da ALN, mas já/ dissidentes desde a partida de Cuba (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1972).

Dentre os elementos citados no referido documento que faziam parte do “Grupo da Ilha”, o nome de Benetazzo consta no início da lista. No seguimento abaixo podemos averiguar outras informações sobre as divergências em Cuba.

O III Exército, bem melhor dotado quanto à qualidade dos seus quadros, nutria suas divergências/ em torno da questão ‘trabalho armado não exclui//trabalho de massas também de armas na mão’ - e colocado nisso, aprofundou essa posição junto à organização revolucionária, além da tentativa de mudança no relacionamento político interno da organização (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1972).

Em 1971, Benetazzo ajuda a organizar e depois passa a integrar o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Esta organização constituiu-se a partir destas divergências políticas com os comandos da ALN³⁸ após a morte de Carlos Marighella, advindos dos quadros que se encontravam descontentes com as diretrizes que os dirigentes do grupo insistiam em manter, como, por exemplo, a execução de ações armadas para levantar dinheiro para a manutenção da organização. Em contrapartida, nas diretrizes da ALN apareciam a necessidade de fazer uma militância mais voltada e próxima à população, com ações de conscientização política das massas sobre o cenário negativo imposto pela ditadura. Discutiam sobre o fato dos seus dirigentes coordenarem ações e enviavam instruções a partir do exílio na Europa, algo que os desmoralizava frente aos quadros de militantes que enfrentavam outra realidade no Brasil.

Segundo Corbusier, estes dirigentes não queriam mais voltar para o Brasil por acreditarem que não havia mais o que fazer em relação à luta contra o regime, afinal, muitos dos seus militantes estavam sendo mortos ou desapareciam, além das organizações estarem desarticuladas. Ela e os demais “companheiros”³⁹ queiram retornar ao país e continuar o trabalho de outra maneira, pois, para ela, a ALN estava se tornando

³⁸ Dossiê Ditadura, 2009.

³⁹ Com se chamavam dentro das organizações e da luta contra o regime.

“militarista” demais em decorrência do modelo de “ação pela ação”, ou seja, assaltos para o financiamento de outras ações perpetradas pela organização.

Dentro desta perspectiva de insatisfação com as diretrizes da ALN, Maria Aparecida Antunes Horta, que conheceu Benetazzo durante os treinamentos em Cuba, refere-se ao início da formação do MOLIPO como resultado da estadia dos quadros da ALN naquele país. Segundo ela, os companheiros dissidentes da ALN já pensavam em retornar ao Brasil para desenvolverem outro modelo de luta com princípios diferentes daqueles que a organização se posicionava naquele momento. O trabalho de Horta e Benetazzo no MOLIPO consistia em elaborar e distribuir o jornal oficial da organização chamado de “Imprensa Popular” no Brasil. Para Horta, o jornal teve significativa importância, pois propiciou um redirecionamento para o trabalho político em detrimento das “ações” de assaltos, como ambos desejavam.

O “Imprensa Popular” era voltado às classes médias, intelectuais e estudantes com a finalidade de ampliar a “luta” por um país socialista. As matérias desenvolvidas para o jornal eram escritas a punho por Benetazzo e, depois de elaborados, Horta datilografava o conteúdo, rodava no mimeógrafo e os demais companheiros distribuía o jornal. Horta não conhecia Benetazzo além da militância política, apenas sabia que ele era “Paulo”, seu codinome ou “nome de guerra”. Ele escolheu o codinome “Laura” para ela, e contou-lhe a história de dois revolucionários de nomes Paul Lafargue e Laura Marx⁴⁰ que haviam se suicidado juntos e, com isto, explicou de onde vinham as escolhas⁴¹.

Benetazzo ficou conhecido como um elemento “subversivo e terrorista” pelos órgãos de informação e repressão dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Este fato pode ser averiguado nos álbuns de “terroristas e procurados” produzidos para a troca de informações sobre estes indivíduos entre os órgãos afins, onde consta o seu nome e outras informações sobre ele. No acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), encontramos uma média de oito álbuns contendo fotografias e nomes de indivíduos, seguidas de fichas de qualificação e histórico, coletados e organizados pelos órgãos de informação para a circulação entre a repressão. Estes álbuns,

⁴⁰ Paul Lafargue foi um escritor e militante marxista cubano-francês. Casou-se com a filha caçula de Karl Marx, Laura. Depois de uma vida de militância, perseguições e dificuldades, o casal decidiu pôr fim às suas vidas com uma injeção com ácido cianídrico. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/morte-escolhida-de-paul-lafargue-e-laura-marx/25326>. Acesso em: 15 jun. 2020.

⁴¹ Relato de Cida Horta para a amostra de trabalhos de Antonio Benetazzo. Ver em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em 15 jun. 2020.

denominados de “Álbuns de terroristas e Subversivos”, reúnem uma coleção de oito volumes.

No “Volume nº 3”, com data de 1973⁴², consta o nome de Benetazzo seguido de determinadas informações sobre ele. Na ficha de qualificação há a afirmação de: “indiciado e qualificado indiretamente no Inquérito Policial n. 9/72, instaurado pelo DEOPS, que apurou as atividades do grupo MOLIPO”. No documento consta que “participou de diversos assaltos, sendo ainda profissional da organização e em plena atividade...”⁴³. O documento define que Benetazzo era um “profissional” a serviço do “comunismo”, um detalhe que o difere daqueles meramente suspeitos ou dos “ludibriados” pelo recrutamento das organizações clandestinas. Um profissional do “terrorismo” e da “subversão”, portanto, um criminoso específico que, apesar de cometer crimes comuns como assaltos, diferenciava-se pelo teor ideológico do crime. A produção dos referidos álbuns e a sua destinação podem ser averiguados no início do álbum da seguinte maneira:

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, organizou mais este álbum, visando com isso dar modesta, mas valiosa contribuição ao combate do Comunismo Internacional e mais intimamente à subversão e terrorismo em nossa Pátria, A presente edição, é a terceira, dando continuidade as duas outras, já distribuídas aos Órgãos de Segurança. Divide-se o presente álbum em três tomos:

- a) - catalogo das fotos com a respectiva numeração para pesquisa no índice;
- b) - anota genericamente a atuação e comprometimento do elemento fichado;
- c) - complementação do item acima, com as providências pertinentes ao assunto (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1973)⁴⁴.

Paralelamente às informações verificadas nos documentos supracitados, os periódicos da época foram um veículo de difusão do “terrorismo comunista” no meio social. A imprensa divulgou inúmeras efemérides sobre a questão do “inimigo”, como sobre elementos procurados e principalmente irradiando as “versões oficiais” referentes

⁴²Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSOS000342. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000342.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

⁴³ Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSOS000343, 1972. p.20. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_documento. Acesso em: 12 mar. 2020.

⁴⁴ A grafia original foi mantida de acordo com o documento.

às suas mortes ocorridas sob outras circunstâncias. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou uma nota sobre Benetazzo apontando para as inúmeras “ações criminosas” realizadas por ele, conforme podemos verificar no excerto que segue:

Antonio Benetazzo participara das seguintes ações: assaltos ao Banco Nacional de Minas Gerais, a Faculdade Metropolitana Unidas, a agência da Light, na rua Siqueira Bueno; loja de roupas feitas na rua Xavantes, no Brás: roubo a oito automóveis a mão armada; assalto contra a editora Abril; e, com João Carlos do Reis, assassinou o sargento da Polícia Militar, Thomaz Paulino de Almeida, no dia 18 na rua Tabarana (FOLHA DE S. PAULO, 1972)⁴⁵.

Comumente, as notícias relacionadas aos “terroristas” apresentavam uma listagem de dados e ações realizadas pelos militantes de esquerda, como uma ficha corrida policial, muito provavelmente advinda dos órgãos afins. Observando uma variedade de dados relacionada a eles, pudemos averiguar que as descrições que se seguiam sobre estes elementos tratavam-se das mesmas informações que os órgãos produziam em seus documentos. Em um contexto de censura e/ou de colaboração, os meios de comunicação não seriam uma exceção, mesmo aqueles que se alinhavam ideologicamente ao regime.

Este alinhamento pela irradiação das informações atendia a outro propósito: estigmatizar determinados indivíduos como sendo os “inimigos” da nação e, portanto, perigosos para o meio social. Isso facilitava a população no reconhecimento e na delação aos órgãos competentes. Na notícia intitulada “Ajuda do povo contra a subversão”, podemos conferir essa situação.

Os Órgãos de Segurança solicitam o apoio do povo para que colabore na localização dos elementos terroristas responsáveis por diversos atentados contra a Segurança nacional, como assalto a Bancos, empresas comerciais, sequestros, panfletagem e assassinatos de policiais e civis (FOLHA DE S. PAULO, 1972, p. 4).

Notadamente, havia uma forma de convocação da população para vigiar as pessoas, pois o “inimigo” poderia ser um conhecido, um vizinho, um prestador de serviços, enfim, não se descartava ninguém. Não necessariamente que todo o cidadão fosse reconhecer o indivíduo por meio de imagens fotográficas não atualizadas ou pouco nítidas. Contudo, somente o fato de saber da existência destes elementos, proporcionava

⁴⁵ Acervo Digital da Folha de S. Paulo, do dia 02 de novembro de 1972, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 7 jul. 2020.

a prontidão do cidadão comum para tipos “suspeitos” que circulassem em locais cotidianos, ou mesmo que se destacassem por atitudes “anormais”. As pessoas ficavam inseguras, principalmente pela viabilidade de serem vítimas das ações “terroristas” como assaltos e sequestros.

Um documento produzido pelo Ministério do Exército discorre quanto a necessidade de informar o cidadão comum para a relevância em manter determinados cuidados. Intitulado de “Proteção pessoal contra raptos e emprego de segurança pessoal” e datado do início de 1972, o documento de teor “confidencial” adverte do imperativo em informar a população em relação a atitudes “suspeitas” para a proteção pessoal. Nele, averiguamos uma sequência de itens: no primeiro deles, cujo subtítulo é “Proteção permanece com o indivíduo”, verificamos a seguinte orientação:

Não há mágica, invento, expediente ou escudo que possa substituí-la na execução do trabalho. A proteção pessoal tornando a execução do terrorismo e do rapto mais difícil - deve ser constante e prática rotineira da segurança diária. Para realizar isto não há dificuldades, limitações, fadigas; mas a frouxidão (relaxamento) constitui um convite à violência para uma exposição vigilante (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1972).

Perante a orientação acima, vimos que os órgãos de segurança e informação se predispunham a cooptar a colaboração da população para o enfrentamento do “terrorismo”, que deveria estar atenta às suas ações de maneira aleatória. Não somente por um engajamento de causa, mas por um apelo à proteção pessoal que estendia “os ‘círculos de terror’: quanto mais indefinido era o contorno, mais refém ficava a população[...]” (PADRÓS, 2014, p. 21).

Paralelamente às notícias sobre o “terrorismo” e a “subversão”, um conjunto de cartazes contendo *slogans*, fotografias, nomes e em alguns casos codinomes foram afixados em locais de grande circulação de público nas principais capitais do Brasil. Produzidos para o conhecimento, o reconhecimento e a delação de elementos “terroristas e subversivos”, estes cartazes também eram reproduzidos pela imprensa como podemos conferir na informação abaixo:

Os pontos de maior movimento da Guanabara receberam, ontem, cartazes do Ministério da Aeronáutica, com as fotografias e os nomes reais e ‘frios’ de 38 terroristas procurados pelas autoridades. São cinco cartazes, com as seguintes expressões: ‘Terroristas procurados. Assaltaram, roubaram, mataram pais de família. A menor suspeita, avise o primeiro policial que encontrar. Ajude-nos a proteger a sua

própria vida e a de seus familiares' (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1969, p. 2).

As ações “terroristas” atribuídas a Benetazzo estão listadas em uma edição do *Jornal do Brasil* do ano de 1972. A descrição de suas ações aparece em uma mesma ordem na coluna divulgada pela *Folha de S. Paulo* do mesmo ano. O *Jornal do Brasil*⁴⁶ não reproduz a fotografia dele, mas a *Folha de S. Paulo* ilustra a notícia com duas imagens: a fotografia de Antonio Benetazzo e a de Maria Aparecida Antunes Horta, a companheira de militância que realizou o treinamento em Cuba junto com ele. Porém, a reprodução da imagem de Benetazzo não corresponde a ele, sendo a de outro indivíduo. O sujeito em questão era Natanael de Moura Giraldi, que teria fugido e estava ferido após o “estouro do aparelho”⁴⁷ ocorrido na Vila Carrão em São Paulo. Aparelho este em que Benetazzo acabou sendo detido.

No “aparelho” da Vila Carrão no dia 27 de novembro de 1972⁴⁸, os órgãos de repressão apreenderam inúmeros documentos pertencentes a Benetazzo. Entre eles, encontravam-se sua certidão de nascimento e a dispensa militar italiana, o certificado de vacinação, a carteira de estudante e a de trabalho. Averiguamos na sua carteira de trabalho, constante nesta documentação, que ele não se naturalizou brasileiro, mantendo a nacionalidade italiana. A carteira em questão foi expedida em maio de 1967 quando ele contava com 17 anos. No item destinado aos “Estrangeiros” consta a data em que chegou ao Brasil: 12 de outubro de 1950. A profissão informada na carteira é a de “comerciário”, porém, no campo destinado à descrição intitulada “contrato de trabalho”, Benetazzo teria exercido a profissão de professor em duas instituições de ensino.

As instituições são a Sociedade de Ensino Pais Leme Ltda., cuja data de admissão é de 1º de maio 1967, e a Sociedade Civil de Ensino Médio Ltda., com data de 2 de maio do mesmo ano. Percebemos que duas instituições são a mesma pela compatibilidade do endereço, pois ambas tinham a sua sede na Av. Paulista nº 2128, em São Paul. Pode ter havido uma mudança de nomenclatura da instituição. O ganho mensal era por hora/aula, padrão característico desta profissão e que torna os horários de trabalho flexíveis em relação à jornada semanal. Em 17 de abril de 1969, ele foi admitido na Delta-Curso

⁴⁶Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 22, 2 de novembro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁴⁷ Refere-se à invasão de local onde os militantes clandestinos moravam e se reuniam para planejar as ações, ou mesmo para se esconderem.

⁴⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Digitalizado sob a pasta denominada BR_SPAPESP_DEOPSOS000201, p. 77. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 set 2021.

Universitário S/C, cuja instituição é nomeada de “Curso Preparativo” e estava localizada à Rua São Vicente nº18. Inferimos, através do relato de Alvin, que este era o local onde ela e Benetazzo trabalharam juntos.

Em outra pasta contendo documentos referentes ao período da ditadura, encontramos informações que corroboram com o material apreendido no local onde Benetazzo fora detido. O documento consiste em uma ficha referente ao seu histórico e que discorre sobre a dita apreensão da seguinte maneira:

Foi detido no “aparelho” de RUBENS Carlos Costa sito á Luiz Pinto 279, Vila Carrão, onde foi apreendido cont. foi apreendido grande material de cunha subversivo, vinte e sete cédulas de identidade em branco, maquina de plastificar cédulas de identidades, diversos carimbos oficiais.-. Possuia os documentos falsos; Carteira de Trabalho 057352- série 272 com o nome de ALBERTO FERREIRA, filho de Duarte Ferreira e Renata Soares Ferreira, natural de Bauru/SP, nascido em 01.04.1940. Cédula de identidade com o mesmo nome e filiação com RG 3.445.234/SP. Cédula de Identidade com o nome de ADERVAL TEODORO DE ANDRADE, como sendo filho de Otavio José de Andrade e de Odete Maria de Andrade, natural de S. João Del rei/MG, nascido em 15.07.1944, RG 6.795.909/SP. Titulo de Eleitor com o mesmo nome e filiação. Titulo 19662 da 250ª ZE. Certificado de Dispensado de Incorporação, com o mesmo nome e filiação, de nº 195907 da 4ª RM, 13ª CSM. Cédula de Identidade da Republica Argentina de nº 4.736.744 - e de nº 2.119.075 com o nome de LOTHAR JOACHIM DRESSLER, como sendo filho de (não consta filiação) como sendo natural de Misiones/Argentina, nascido em 18.08.1940 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO)⁴⁹.

Os documentos acima elencados encontram-se descritos em outra pasta produzida pela Secretaria de Segurança Pública⁵⁰, onde estão reunidas as cópias apreendidas na Vila Carrão na seguinte ordem: carteira profissional legal, carteira universitária, certificado de registro italiano, documento do consulado brasileiro em Veneza, certificado internacional de vacinação, dispensa militar do consulado italiano no Brasil, permissão temporária para retornar à Itália com data de 1969, passaporte italiano e carteira de identidade brasileira. Seguidos por identidades falsas como: carteira de trabalho, título de eleitor, recibo de um banco, cédula de universidade e de identidade.

⁴⁹ Foram mantidas a grafia original, assim como pontos e traços. Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB001606, p. 1-2.

⁵⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSOS000233, p. 1-59.

De acordo com os documentos supracitados, Benetazzo portava passaporte italiano. Era um “estrangeiro” como outros que se envolveram com a repressão no Brasil e que tinham cidadania italiana. Categorizados como elementos “subversivos e terroristas” como ele, estes outros tinham ligações com os eventos ocasionados pela Segunda Guerra na Europa. Caso do italiano Líbero Giancarlo Castiglia, militante no Partido Comunista do Brasil (PC do B), que desapareceu na região do Araguaia, no Pará, em 1974. Castiglia fazia parte de um grupo de militantes que se deslocou para o interior do país ao final dos anos sessenta com o objetivo de organizar a revolução a partir do meio rural. O seu percurso de vida apresenta algumas semelhanças com Benetazzo.

Castiglia era natural de *San Lucido* na Itália, imigrou para o Brasil ainda criança junto com a família na segunda metade dos anos quarenta, estabelecendo-se na cidade do Rio de Janeiro. Embora seus locais de residência na Itália fossem distantes um do outro, os Benetazzo são de Verona ao norte e os Castiglia da Calábria ao sul, eles vivenciaram um evento em comum: o fascismo e a Segunda Guerra Mundial. Ambos tinham quase a mesma idade quando emigraram do continente europeu: Castiglia contava com dez anos e Benetazzo com oito. A sua família veio para o Brasil por uma situação semelhante à dos Benetazzo e a de muitos outros que sobreviveram à guerra, em busca de novas oportunidades devido às dificuldades enfrentadas na Itália após o conflito.

Outro ponto em comum entre eles é o fato do pai de Castiglia, Luigi, ter imigrado sozinho em 1949. Cinco anos depois vieram a esposa, Elena, e os filhos do casal. Isso demonstra uma particularidade nas dinâmicas migratórias do pós-guerra que podem estar relacionadas com questões financeiras. Seja pelo custo da viagem, que para uma pessoa se tornava mais viável e menos oneroso, ou por ser menos dificultoso em termos de alocação e adaptação.

Ao vir primeiro, o provedor, pensando que o restante do grupo teria alguma proteção de parentes no local de origem, poderia arranjar um trabalho e local para residir e, depois disso, trazer o restante do núcleo familiar para uma mudança definitiva mais segura. Inferimos que o dinheiro não poderia ser desperdiçado, caso o objetivo do deslocamento não tivesse algum êxito, pois havia riscos como em todos os deslocamentos que dependia não somente das possibilidades, mas de uma rede de apoio para os recém-chegados. Mesmo que a situação em que se encontravam no local de origem fosse ruim, estas pessoas abandonavam tudo o que conheciam rumo a lugares desconhecidos.

No Brasil, o envolvimento de Castiglia com os movimentos de esquerda não era aleatório. Ele apresentava um histórico familiar de militância política, visto que o pai

pertencia ao Partido Socialista e a mãe ao Partido Comunista Italiano⁵¹, o que difere um pouco do percurso político de Benetazzo, cuja família aparentemente não tinha vínculos com partidos de esquerda na Itália. O seu engajamento no Brasil em uma organização de linha comunista, quando se tornou um pouco mais velho, pode ser atribuído ao ambiente familiar em que fora educado, assim como o fato de ter se inserido no meio laboral possivelmente tenha reforçado este engajamento. Castiglia encontrou trabalho como operário metalúrgico no Rio de Janeiro, após concluir um curso preparatório de torneiro-mecânico no SENAI. O contato com o meio operário reforçou a militância política no Partido Comunista do Brasil (PC do B)⁵².

O italiano Castiglia se especializou a partir de um curso que lhe proporcionou uma posição profissional definida. O pai dele era pedreiro, profissão que consta na sua ficha consular com data de novembro de 1949. A profissão da mãe consta como “prendas domésticas”, na ficha consular de novembro de 1954 referente a ela. A família instalou-se no Rio de Janeiro em dois bairros industriais na Zona Leopoldina, Bonsucesso e Ramos. Portanto, a família pertencia à classe trabalhadora e a especialização de Castiglia como torneiro mecânico o colocou em determinado ambiente de trabalho permeado por outras relações.

Com o advento do golpe em 1964, ele passou a viver na clandestinidade por conta da militância política. Isto nos leva a crer que era um militante ativo, já que logo no início da implementação do regime, Castiglia deixou uma posição de legalidade e deslocou-se

⁵¹ Os primeiros anos do Partido Comunista da Itália (PCI), nascido da cisão de Livorno no Partido Socialista Italiano (PSI) em 1921 (após a direção do PSI ter desempenhado um papel traiçoeiro durante a ocupação das fábricas alguns meses antes), foram intensos e difíceis. Esse jovem e inexperiente partido teve que enfrentar desafios sem precedentes para o movimento comunista: como combater o fascismo – um fenômeno desconhecido e reacionário – e como se engajar com uma Internacional Comunista (de cuja orientação estratégica e tática, decidida nos terceiro e quarto congressos, o jovem partido não compartilhava) que foi logo depois tomada pelo mesmo processo de degeneração burocrática em curso no partido líder da Internacional, os bolcheviques russos. O partido nascido em Livorno foi dominado pelas ideias de Amadeo Bordiga (13 de junho de 1889 – 23 de julho de 1970), que foi o líder reconhecido e fundador do PCI. Ele desempenhou um papel fundamental na organização da ala revolucionária mais intransigente do PSI e, portanto, tinha grande autoridade dentro das fileiras do novo partido. Embora fosse um revolucionário de grande estatura, infelizmente adotou uma posição ultra-esquerdista e rejeitou a tática de Frente Única aconselhada pela direção da Internacional Comunista. Ele foi o mais determinado na preparação da separação do Partido Socialista Italiano (PSI). Ele havia conseguido unir a corrente comunista de esquerda em Milão – com seus principais líderes, Fortichiari e Repossi, um grupo de maximalistas (centristas) por trás de Gennari, e o grupo do *Ordine Nuovo* – em torno de si e sua facção, representada pelo jornal *Il Soviet*. Gramsci e Terracini estavam no comitê central desde o início. A divisão, embora necessária, não resolveu sozinha o problema de criar uma direção revolucionária na Itália: apenas criou a base sobre a qual construí-la. Ver em: <https://www.marxismo.org.br/gramsci-e-o-partido-comunista-italiano/>. Acesso em: 21 de nov. 2022.

⁵² Memorial da Resistência. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/libero-giancarlo-castiglia/>. Acesso em: 12 de out. 2022.

para a região do Araguaia a fim de organizar a logística da guerrilha rural, seguindo instruções do partido. Ao mencionarmos esta questão é importante destacar que nos primeiros dias após o golpe civil-militar no Brasil, os primeiros indivíduos atingidos e declarados como inimigos foram os partidários do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Goulart e Brizola, antigos comunistas conhecidos e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do PC do B. Castiglia se encaixa nesta lógica de visibilidade, o que explicaria a sua opção pela clandestinidade tão logo o golpe aconteceu.

No ano de 1966, foi enviado à China pelo partido com a finalidade de realizar cursos políticos e militares. Sobre estes cursos, o periódico *Folha de S. Paulo* divulgou uma matéria relatando as condições de ida de um grupo de brasileiros para a China, e sobre a sua realização quase dois anos depois de terem efetivamente ocorrido. A nota exhibe, ainda, as imagens fotográficas de treze indivíduos e um breve histórico sobre eles, bem como de outros cinco que não possuem imagens relacionadas. As informações constantes vieram dos órgãos de informação e repressão que chegaram destes militantes após a captura de dois indivíduos de organizações clandestinas.

Segundo o periódico, a duração dos cursos previa um tempo de cinco meses e teriam acontecido entre os anos de 1965 e 1966. Castiglia não consta na relação de nomes, mas teria ido nesta turma de 1966 conforme informações posteriores sobre ele. A chamada na capa da edição do periódico está intitulada como: “China prepara 18 brasileiros para guerrilha” e a notícia na íntegra consta no Primeiro Caderno do impresso, cujo título se modifica para: “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país”:

Dezoito brasileiros aprenderam a fazer guerra de guerrilha na Academia Militar de Pequim, na China Comunista, em dois cursos que duraram cinco meses cada um, em 1965 e 1966. Dois dos guerrilheiros - Gerson Alves Parreira e Tarzan de Castro - chegaram a ser presos, no Brasil, depois do primeiro curso, mas fugiram da cadeia. Não há notícias sobre novos cursos de guerrilha a brasileiros, na Academia Militar de Pequim em 1967 e este ano. A idade dos dezoito brasileiros varia de 21 a 48 anos. Eles são filiados ao Partido Comunista do Brasil (linha chinesa). Estão todos identificados e todos foragidos. Eles são: oito estudantes, três bancários, dois comerciários, um médico, um jornalista, um mecânico, um metalúrgico e um marceneiro (FOLHA de S. PAULO, 1968).

Os órgãos de informação e repressão conheciam um número significativo de “elementos terroristas” por meio de álbuns de “terroristas e subversivos” em que

Benetazzo está identificado juntamente com outros tantos. Contudo, os erros e as confusões eram inevitáveis neste universo de espionagem, interrogatórios e violência física com a intenção de coletar informações. Em meio a estas práticas coercivas, um ou outro nome podia surgir sem grandes destaques e porventura ia parar em algum canto de pedaço de papel como nota. Como as informações sobre os militantes provinham dos órgãos de informação do regime, estes erros ou confusões apareciam reproduzidos nos impressos. Um exemplo disso é a nota supracitada, onde um conjunto de imagens fotográficas ilustra a página do periódico. Na primeira imagem, ao alto e maior que as demais, consta a fotografia de André Gabrois, um militante do PC do B que realizou o curso junto com Castiglia e que, posteriormente, fez parte da Guerrilha do Araguaia. Porém, o nome que está relacionado à imagem não é o dele. As imagens que aparecem são numeradas e, ao lado direito da página, encontra-se um quadro com os nomes dos indivíduos em cursos na China, também com números relacionados às imagens. O nome que compete a imagem de número “um”, que seria a reprodução fotográfica de Gabrois, está como outro nome: o de “José Vieira da Silva, de 21 anos, estudante no Rio de Janeiro”⁵³.

Confusões à parte, Líbero Giancarlo Castiglia parece ter sido um desconhecido da repressão por um determinado espaço de tempo. O fato de ser um “estrangeiro” pode ter dificultado a sua identificação, pois ele usava o nome falso de João Bispo Ferreira da Silva, detalhe que pode ter confundido os órgãos de informação e repressão quanto à sua real identidade. Não encontramos informações relativas à sua militância política nos documentos que foram analisados e nem referências ao seu nome. Um documento do CIE, com data de 26 de maio de 1972, baseou-se em um relatório do Comando Militar da Amazônia para fazer um balanço das investigações na região e de acordo com Moraes e Silva (2005, p. 176):

Um mês e meio depois do início das investigações, os militares estão completamente equivocados sobre a identidade dos inimigos. Em 26 de maio, o guerrilheiro Joca foi identificado como João Amazonas ou Aarão Reis. Na verdade, tratava-se do italiano Líbero Giancarlo Castiglia, único estrangeiro enviado pelo PC do B ao Araguaia, comandante do Destacamento A e transferido para a Comissão Militar quatro meses antes do início da guerrilha.

⁵³ *Folha de S. Paulo*, 1968.

A sua imagem não consta nos álbuns, nos cartazes de “terroristas e procurados” que pudemos averiguar, nem mesmo nos poucos exemplares espalhados pela região do Araguaia que restaram. Pensamos que a passagem para a clandestinidade, tão logo o regime se instaurou, levou-o à China para realizar cursos de guerrilha. Ao retornar ao país, estabeleceu-se em Rondonópolis na região de Mato Grosso e, por volta do ano de 1967, mudou-se para o Araguaia juntamente com outros integrantes do PC do B. Sendo assim, não houve tempo hábil ou algum outro percalço que o tornasse nome conhecido pela repressão, pelo menos não o seu verdadeiro nome, visto que ao final dos anos sessenta os radares de observação sobre os “comunistas” ou os indivíduos “suspeitos” se encontravam voltados para o meio urbano.

Castiglia esteve fora dos radares da repressão por mais tempo que Benetazzo. Sua atuação contra o regime se deu na região do Pará, no episódio que ficou conhecido como a “Guerrilha do Araguaia”.

Tem início a primeira operação das Forças Armadas de combate à guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Araguaia. Instalados na região desde 1966, militantes comunistas misturaram-se à população de camponeses pobres e catadores de castanhas, na tentativa de criar um foco de guerrilha. O cenário dos combates foi a região do Bico do Papagaio, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins e dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás (na região pertencente hoje a Tocantins). Era uma região abandonada pelos governos, por onde avançava a pecuária extensiva, tornando iminentes os conflitos pela posse da terra. Quase todos os grupos revolucionários – Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Comando de Libertação Nacional (Colina), Ação Libertadora Nacional (ALN) e Ação Popular Marxista-Leninista (APML) – tentaram estabelecer bases na região, mas apenas o núcleo do PCdoB conseguiu se implantar em pequenos povoados (MEMORIAL DA DEMOCRACIA)⁵⁴.

O *Estado de S. Paulo* publicou uma matéria sobre a movimentação das Forças Armadas brasileiras na região do Pará. A reportagem destaca as condições que a região se encontrava e de como ela se modificou com a chegada dos militares e a implementação de melhorias, vistas como positivas pelas lideranças políticas locais. Segundo a informação:

⁵⁴ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/guerrilha-do-araguaia-combate-em-silencio>. Acesso em: 26 nov.2022.

Enquanto as forças conjugadas do Exército, Marinha e Aeronáutica somam, nas selvas da margem esquerda do rio Araguaia, cerca de cinco mil homens, na caça de guerrilheiros, o Exército iniciou, ontem, simultaneamente, em Xambioá e Araguatins, em Goiás, à margem direita do rio e no extremo norte do Estado, a Ação Cívico e Social-Aciso - visando levar assistência a toda a população da área (ESTADO DE S. PAULO, 1972, p. 27).

Percebe-se a colaboração de todas as forças militares para empreender logisticamente as operações em duas frentes: levar à população determinada estrutura de assistência e combater “guerrilheiros”⁵⁵. A região ao norte de Goiás e do Pará carecia de infraestrutura adequada, uma proposta de atenção para as necessidades básicas da população elevaria positivamente a imagem das Forças Armadas na região. Se o intuito principal era o de combater os “guerrilheiros” que já estavam estabelecidos e prestavam inúmeros serviços essenciais e inexistentes até o momento, tornava-se profícuo tomar oficialmente este papel social para ter o apoio da maior parte dos habitantes do local.

A notícia acima aborda com detalhes as ações empreendidas pelos “guerrilheiros” nas comunidades ribeirinhas desde seis anos antes da chegada das forças militares ao lugar. A reportagem é longa e destaca pontos interessantes sobre a ocupação do território com aspectos de operação de guerra. Porém, não explicitaremos todos estes pontos, visto que não nos compete aqui um estudo minucioso sobre a Guerrilha do Araguaia, apesar deste tema suscitar profundas discussões. Nos deteremos na questão do conhecimento do inimigo pela população, já que o “estrangeiro” Castiglia protagoniza neste cenário.

Castiglia ficou conhecido como um elemento “terrorista” que fez parte dos primeiros grupos de militantes do PC do B que chegaram à região do Araguaia. Uma área pouco atendida pelo Estado brasileiro, que só foi se dar conta do espaço deixado para as ações da guerrilha rural após a prisão de alguns militantes que conheciam as operações do PC do B no Pará. O fio da meada que conduziu as Forças Armadas para lá, em uma operação digna de guerra e que contou com a participação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica mobilizados para distintas frentes de atuação no norte do país, ocorreu após a prisão de Pedro Albuquerque Neto.

⁵⁵ Nos impressos que abordaram o meio urbano, em relação as organizações clandestinas de esquerda e seus integrantes, verificamos o uso da terminologia “terrorista”. Contudo, sobre o Araguaia e a movimentação de militantes no âmbito rural, recorre ao termo “guerrilheiro” que é alterado para “terrorista”. A reportagem destacada explica essa questão: “A guerrilha já deixou mortos e feridos entre os militares, mas a expressão ‘guerrilheiros’ não é empregada. Os militares usam o termo ‘terroristas’, afastando, dessa forma, qualquer conotação aventureira ou romântica, que a palavra guerrilheiro possa implicar”.

Interrogado e torturado, Albuquerque Neto despistou os agentes com algumas informações falsas, nomes e lugares trocados, mas deixou “pistas” que levaram a repressão a enviar agentes disfarçados à região a fim de investigar. Esta mobilização recebeu o nome de Operação Peixe I e deu início ao combate do “comunismo” no âmbito rural, eliminando a quase totalidade dos quadros militantes. A estimativa é de que Castiglia, muito provavelmente, tenha sucumbido às ações das Forças Armadas em meio à selva amazônica ao final do ano de 1973⁵⁶.

Benetazzo e Castiglia foram dois imigrantes italianos que vivenciaram o período da Segunda Guerra e, depois de duas décadas, enfrentaram o regime ditatorial brasileiro em duas frentes de atuação: a urbana e a rural. Suas impressões pessoais permearam o universo da guerra e as mazelas do fascismo, o deslocamento da terra natal e as relações com a violência e a repressão. Benetazzo tornou-se mais conhecido como um “inimigo terrorista” por sua atuação no meio urbano, através das muitas divulgações que a imprensa proporcionava sobre o “comunismo”. Castiglia dedicou-se à implementação do modelo socialista proposto pelo PC do B para o meio rural⁵⁷.

Por caminhos diversos e convicções próprias, estes dois indivíduos escolheram se opor ao regime empreendendo ações para combatê-lo, cujo intuito era o de implementarem o socialismo no Brasil. Militantes dedicados, estes italianos foram mortos pelas forças de segurança e por militares nos locais que escolheram operar. Os familiares de Benetazzo puderam enterrá-lo depois de algum tempo e após variadas e confusas versões sobre a sua morte. Os de Castiglia ainda esperam a identificação de seus restos mortais, ou pelo menos informações mais concretas que os levem a eles.

2.1.2 Repressão ao “estrangeiro”: tortura, morte e “versões oficiais”

O italiano Antonio Benetazzo foi preso no dia 28 de outubro de 1972, na Vila Carrão na capital paulista, quando entrava na casa do militante político Rubens Carlos da Costa, logo após ter retornado ao Brasil clandestinamente. Segundo o Dossiê Ditadura (2009, p. 385), após a sua prisão, ele teria sido levado ao DOI-CODI de São Paulo e “lá permaneceu dois dias, sendo torturado até a morte”. No endereço onde fora detido, os

⁵⁶ Segundo o Dossiê dos Mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 2009.

⁵⁷ As suas ações estiveram voltadas para o auxílio da população que carecia de recursos básicos dos mais variados. Ele acabou por se estabelecer como comerciante na região conhecida como Faveira, no Pará. Memorial da Resistência. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/libero-giancarlo-castiglia/>. Acesso em: 12 out. 2022.

agentes de segurança apreenderam uma variedade de documentos referentes, conforme já discutimos anteriormente. A “versão oficial” sobre a morte de Benetazzo afirma que ao ser levado a um “ponto”⁵⁸ a fim de reconhecer outro militante, ele teria sido atropelado por um caminhão enquanto fugia dos agentes de segurança.

A *Folha de S. Paulo* de 2 de novembro de 1972, corroborou com esta versão, irradiando a seguinte notícia:

Agentes dos órgãos de segurança, após localizarem um “aparelho” do MOLIPO - “Movimento de Libertação Nacional”, prenderam no último sábado o terrorista Antonio Benetazzo. Anteontem, Benetazzo foi levado a um ponto de encontro com outro membro da organização, na Rua João Boemer, no Brás, por volta das 15 horas. Mesmo vigiado pelos agentes de segurança, ele tentou fugir atravessando a rua à frente de um caminhão Scania Vabis, que o atingiu em cheio e matou, na altura do nº100 daquela via, junto a um ponto de ônibus onde grande número de populares testemunharam o fato.

A revista *Veja* publicou a versão sobre o suposto atropelamento no dia 8 de novembro de 1972. A *Folha da Tarde* e o *Diário da Noite* já haviam publicado a mesma versão no dia 2, simultaneamente à *Folha de S. Paulo*⁵⁹, já que estes se tratavam de periódicos diários e a revista circulava semanalmente. Estes periódicos exibiram uma suposta imagem fotográfica de Benetazzo. No entanto, tanto a *Folha de S. Paulo* quanto a *Folha da Tarde* e o *Diário da Noite*, reproduziram a fotografia de Natanael de Moura Girardi como sendo a de Benetazzo. Referimos anteriormente às confusões com as identidades de militantes da parte dos órgãos de informação, porém, não deixa de ser um dado interessante, já que a repressão conhecia Benetazzo, o que a impediria de cometer tal erro. Além deste engano, outras reproduções fotográficas referentes a Girardi apresentam confusões de identidades com Benetazzo e com outro militante de nome João Carlos Cavalcanti.

Publicamente, as causas da morte de Benetazzo foram anunciadas através de mais de uma “versão oficial”. Esta metodologia de encobrimento dos assassinatos resultantes da tortura, por exemplo, ocultou as reais circunstâncias sobre as mortes de militantes de esquerda no Brasil. Isso era largamente utilizada pela repressão, principalmente para

⁵⁸ No jargão dos militantes de esquerda clandestinos, “ponto” significa um encontro marcado para troca de informações ou instruções para ações.

⁵⁹ Reportagens sobre Benetazzo disponíveis em: 009 Arquivo-CEMDP-imprensa; <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/009-Arquivo-CEMDP-Imprensa.pdf>. Acesso em: 24 set. de 2022.

aquelas que ocorriam em decorrência da violência, onde o indivíduo ficava tão marcado e machucado que era impossível não admitir que fora torturado. Como o governo de então negava que este tipo de violência fosse praticado nas dependências policiais e militares, as “versões oficiais” construíam cenários fictícios que se alteravam de acordo com a falta de comunicação entre os órgãos.

O periódico *Jornal do Brasil*, com data condizente a *Veja*, confirma a versão do atropelamento: “Mesmo vigiado, escapou, mas quando corria pela rua foi atropelado por um caminhão Scania Vabis e morreu logo”⁶⁰. Os dois impressos em questão atribuem a morte de Benetazzo a um “acidente”, pois teria sido atropelado ao empreender uma fuga quando estava sob a guarda dos agentes de segurança. Outra versão para a morte de Benetazzo afirma que ele teria cometido “suicídio”⁶¹. O suposto ato de tirar a própria vida teria se efetivado quando ele fora levado a um encontro, ou “ponto” como era chamado pelos integrantes das organizações clandestinas, para reconhecer um “companheiro” e durante uma distração dos agentes e policiais, Benetazzo teria se “atirado” embaixo das rodas de um caminhão vindo a falecer.

Benetazzo foi “enterrado como indigente no cemitério de Perus, no dia 31 de outubro de 1972, dois dias antes da divulgação oficial da sua morte pela imprensa” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 218). Portanto, a sua morte, que oscilou entre o “acidente” e o “suicídio”, encaixa-se na metodologia das “versões oficiais” que buscavam encobrir os fatos em relação ao destino dos militantes capturados com vida ou feridos, que acabavam passando por sessões de tortura para a extração de informações sobre as organizações, seus integrantes e dos planos de ações “terroristas”.

A metodologia destas “versões oficiais” caracterizou-se não somente como uma sistemática do modelo de repressão brasileiro, mas também como justificativa pública para as mortes nas mãos do Estado, visto que a vítima seria conhecida como “terrorista”. Eram criminosos, assaltantes e assassinos, como bem diziam os cartazes de procurados afixados em locais estratégicos para o conhecimento e reconhecimento no meio social. Muitas destas “versões” vinham a público em um relativo espaço de tempo depois das vítimas estarem mortas e, em inúmeros casos, já enterradas sem identificação. Houve casos emblemáticos como o de Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, cuja

⁶⁰Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 22, 2 de novembro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁶¹ Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/antonio-benetazzo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

versão oficial para a sua morte fora publicada antes da efetivação do óbito, como um prelúdio para o destino dele.

Em relação à morte de Benetazzo, os órgãos de informação e segurança produziram uma ficha qualificativa referente à sua fotografia nos “álbuns de terroristas e procurados”. Parte da documentação do departamento Estadual de Ordem Política e Social, a informação proveniente da 2ª Auditoria da 2ª CJM é de que ele: “Consta ter falecido”. Na mesma ficha, no item “Informação da Ordem Política”, a afirmativa é de que ele: “Faleceu quando resistia a prisão⁶². Esta declaração corrobora com outro documento produzido pelos órgãos de segurança pública, cujo carimbo é do “Setor de Análise Operações e Informações (DOS)”, onde consta: “Falecido em tiroteio com os órgãos de repressão”⁶³. Portanto, além das versões de acidente por atropelamento e de suicídio, atribuiu-se a Benetazzo a famosa “morte em tiroteio”, que de longe foi a versão mais utilizada pela repressão.

No documento supracitado, do Setor de Análises, averiguamos um reconhecimento feito “fotograficamente por Ricardo Frota de Albuquerque Maranhão” em 12 de junho de 1973, referente a Benetazzo, ou seja, mais de seis meses após a sua morte. As inconsistências das versões e das informações sobre Benetazzo demonstraram serem falácias em relação ao que lhe aconteceu após ser detido pelos órgãos de segurança, pois os órgãos de repressão o conheciam. Fato é que a sua irmã Nordana prestou um depoimento na OBAN no ano de 1971 relativo a ele.

As informações na ficha de qualificação do DEOPS, item IV- Histórico, dizem o seguinte: “Em declarações prestadas por Nordana Benetazzo em 25.1.71, no II Exército, consta que Antonio Benetazzo, seu irmão, viajou para Paris em 1969, por estar implicado politicamente[...]”⁶⁴. Sobre este fato, verificamos que, no seu passaporte italiano, apreendido pelos agentes da repressão, consta um visto de saída do país em 29 de janeiro de 1969 com validade até 26 de outubro do mesmo ano. Em 10 de dezembro de 1970, o passaporte fora renovado por mais dois anos em Cannes, na França. No referido

⁶² Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSOS000343, 1972. p.20. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_documento. Acesso em: 20 out. 2022.

⁶³ Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSA0000858. p. 5. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_ficha. Acesso em: 20 set. 2022.

⁶⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSOS000343, 1972. p. 20. Acesso em: 20 set. 2022.

passaporte seguem vistos de entrada temporário na Argentina, em 20 de agosto de 1971 e em 6 de outubro de 1971, e no Uruguay, em 12 de novembro de 1971.

No documento do Ministério da Aeronáutica de 21 de março de 1971 sobre elementos banidos do território nacional com carimbo do CISA⁶⁵, já citado anteriormente, consta que Benetazzo realizou cursos de guerrilha em Cuba e formou o “Grupo da Ilha” juntamente com outros elementos de dissidentes da ALN. As informações são de que o grupo, ao retornar ao país, tinha a “intenção de estabelecer a infraestrutura para o recebimento de novas turmas que deveriam deixar Cuba”, e afirma que os “primeiros a chegar em SÃO PAULO, conseguiram contato com a ALN, mas não fizeram fusão, continuando dissidentes[...]”⁶⁶.

Um dos primeiros foi Benetazzo, pois o seu nome está no início de uma lista de dezesseis indivíduos. Destes dezesseis, doze morreram, dois desapareceram e dois sobreviveram ao processo ditatorial⁶⁷. Apesar de ser um elemento “terrorista” identificado pela repressão, a requisição do exame cadavérico feito pelo Instituto Médico-Legal do Estado, com data de 30 de outubro de 1972, consta o seu nome, sendo enterrado como indigente.

2.1.3 A Operação Condor e o desaparecimento de dois ítalo-argentinos

Na segunda metade dos anos 1970, o Brasil e a Argentina tinham muito em comum. Os dois países eram governados por regimes ditatoriais e, juntamente com outros países da América Latina, mancomunaram-se na chamada “Operação Condor”, que tinha como objetivo compartilhar informações para o enfrentamento do “comunismo”. Contudo, muito além desta perspectiva, esta “parceria” transnacional permitiu a implementação de ações estruturadas para capturar indivíduos estrangeiros que eram detidos e entregues ao seu país de origem onde acabavam sendo torturados, assassinados, ou desapareciam em meio as suas fronteiras. No caso, brasileiros eram detidos em

⁶⁵ Centro de Informações da Aeronáutica.

⁶⁶Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivos Digitalizados sob a nomenclatura de: BR_SPAPESP_DEOPSOS001035, 1972; fls. 17. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS_001035.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

⁶⁷ Os que morreram, além de Antonio Benetazzo, foram: Arno Preiss, Carlos Eduardo Pires Fleury, Flávio de Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Jeová de Assis Gomes, João Carlos Cavalcanti Reyes, José Roberto de Arantes de Almeida, Lauriberto José Reyes, Marcio Beck Machado, Maria Augusta Tomaz, Ruy Carlos Vieira Berbet; os desaparecidos são: Aylton Adalberto Mortati e Boanerges de Souza Massa; os sobreviventes são: Natanael de Moura Giraldi e Otávio Ângelo.

território argentino e entregues ao Brasil e vice-versa. A “Condor” foi uma operação repressiva conjunta que se utilizou de uma vasta rede conectada com o objetivo de capturar seus “inimigos” quando eles escapavam dos seus domínios.

A Operação Condor teve características definidas: operação de natureza multinacional; ação transfronteiriça dirigida a pessoas exiladas no estrangeiro; estrutura paraestatal de funcionamento; seleção precisa de dissidentes; utilização de grupos extremistas, como “sindicatos do crime” e “esquadrões da morte”; e uso de tecnologia avançada para acesso a um banco de dados comum. Multinacional, porque suas unidades incluíam efetivos especialmente treinados em dois ou mais países e organizados em esquadrões baseados nas forças especiais do Exército dos Estados Unidos, US Army Special Operation Forces (SOF), que têm como missão treinar e conduzir quadros de combate não convencional ou de guerrilhas clandestinas. Transfronteiriça, porque utilizava os aparatos de Inteligência dos países parceiros ou as redes paramilitares dos países-membros nas ações de vigilância, seleção de objetivos, sequestro, tortura e traslado de exilados. Paraestatal, porque atuava em um Estado paralelo, à margem da lei, clandestinamente, sempre de forma coordenada. Precisa e seletiva, porque mirava alvos certos entre os líderes de organizações de esquerda e também outros dirigentes, reais ou potenciais, da resistência da sociedade civil às ditaduras militares do Cone Sul (CNV-VOLUME 1, 2014, p.222).

Um número significativo de militantes da esquerda revolucionária, envolvidos com organizações clandestinas e armadas, morreu ou desapareceu em decorrência desta estrutura de investigação. Entre eles estavam os estrangeiros Lorenzo Ismael Viñas Gigli e Horacio Domingo Campiglia, detidos no Brasil e entregues às autoridades argentinas. Ambos eram integrantes dos *Montoneros*, uma organização peronista caracterizada como “terrorista” vigiada no Brasil. Esta organização era monitorada pela repressão brasileira, pois evidências apontavam para as ligações entre os seus quadros e as organizações clandestinas de esquerda brasileiras, conforme podemos aferir no excerto do informe reproduzido logo abaixo:

Consta que terroristas argentinos integrantes das organizações ‘Exército Revolucionário do Povo-ERP’ e ‘Montoneros’ receberam orientação de seus chefes p/ procurarem homoziar-se em território brasileiro, até a diminuição da pressão anti-subversiva na República da Argentina p/ onde regressariam quando a situação fosse menos desfavorável (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1974, p. 1-2)

Sendo assim, fica evidente este monitoramento que também possibilitou o reconhecimento de militantes argentinos que estavam ou passavam pelo Brasil para retornarem à Argentina, como é o caso de Viñas Gigli e Campiglia.

O ítalo-argentino Lorenzo Ismael Viñas Gigli nasceu no ano de 1955 em Buenos Aires. Era filho do argentino Boris David Viñas e da italiana Adelaida Gigli. Boris foi um escritor e professor renomado com inclinações políticas esquerdistas. Em 1950, juntamente com seu irmão Ismael, fundou a revista “Contorno”, de linha marxista. Autor de novelas como “*Dar la cara*” e “*Los dueños de la trama*”, ficou conhecido como um dos mais fortes e polêmicos literatos argentinos sobre a realidade política do seu país. Morreu em Buenos Aires no ano de 2011.

Adelaida, que imigrou para a Argentina com a família ainda criança, foi uma artista plástica e, como Boris, uma escritora. Com a implementação da ditadura na metade dos anos setenta na Argentina e o desaparecimento da filha mais velha, María Adelaida Viñas Gigli, no dia 29 de agosto de 1976 em Buenos Aires, ela acabou por exilar-se no Brasil. Em seguida, retornaria a sua cidade natal Recanati, na Itália, local onde faleceu no ano de 2010.

A repressão argentina atingiu a família Viñas Gigli, pois além de Lorenzo e da irmã, que também integrava a organização dos Montoneros, o marido de María, Carlos Andres Goldenberg, fora assassinado em uma via pública na capital portenha em 10 de agosto de 1976, dias antes do desaparecimento da esposa. Goldenberg participou do movimento estudantil na JUP, integrou as FAR e a organização Montoneros. Eles tinham uma filha chamada Inés Goldenberg que estava com a mãe quando ela foi detida em Palermo. Antes de ser levada, Maria Adelaida deixou a menina com uma pessoa desconhecida que passava pelo local e, posteriormente, a menina foi entregue aos avós paternos⁶⁸.

A militância política de Lorenzo iniciou com a sua participação no movimento estudantil argentino ao final dos anos sessenta. Neste período, ele cursava Ciências Sociais em Buenos Aires e acabou ingressando na Juventude Universitária Peronista (JUP). A JUP surgiu nos anos 1960 como uma organização de estudantes universitários e formou os futuros quadros para a atuação política durante a ditadura argentina de 1976. Esta agremiação foi o braço universitário do movimento peronista: “Su prioridad es construir un peronismo universitario democrático y representativo de los estudiantes. Su

⁶⁸ Informação constante em: <http://www.memoriapalermo.org.ar/baldosa-zoo.php>. Acesso em 10 fev. 2022.

máxima autoridad es la Mesa Nacional compuesta por un secretario por cada universidad nacional” (FILO DIGITAL-ARCHIVOS)⁶⁹.

Da JUP, Viñas passou a militar no grupo peronista *Montoneros*, assim como sua irmã María Adelaida. Os *Montoneros* eram o principal grupo de oposição à ditadura de Videla e de acordo com Mariano (2006, p.37):

Os Montoneros apareceram em 1968/1969, proclamando-se herdeiros do Peronismo, quando a Argentina era sacudida por crise econômica e política. Queriam reformas sociais, exigiam a volta do proscrito Juan Domingo Perón, expulso do país com o golpe de 1955. Orientavam-se por uma mescla ideológica: nacionalismo, Teologia da Libertação, culto ao Peronismo e a luta armada de Che Guevara. O distintivo era um fuzil e uma lança de taquara (homenagem aos gaúchos primitivos) cruzados. No meio do escudo, podiam figurar as letras M (de Montoneros) ou P (Peronismo). O estilo dos Montos era voluntarioso, agressivo, violento. Nas manifestações de rua, hostilizavam os policiais que formavam os cordões de isolamento para conter as multidões. Gritavam insultos (“éguas putas, apátridas, gorilas”) e cuspiam nos capacetes e nas fardas.

No ano de 1974, Viñas Gigli contraiu matrimônio com Cláudia Olga Romana Allegrini. Nove meses depois ele foi detido sem julgamento no Presídio de Villa Devoto, na capital Argentina. Após ser libertado, o casal deixou a Argentina rumo ao México, país que possuía uma estrutura de auxílio para militantes da organização. Entre os anos de 1977 e 1979 ele e a esposa residiram no Brasil “circulando entre São Paulo, Santos e Rio de Janeiro (MARIANO, 2006, p. 90). Retornaram à Argentina em meados dos anos 1980 para a contraofensiva *montonera*, fixando residência na localidade de Entre Ríos. Foram viver em um sítio de propriedade da família de Cláudia, onde permaneceram incógnitos se passando por agricultores locais.

Em junho de 1979, Lorenzo e Claudia chegaram a Buenos Aires, instalando-se no bairro periférico de Bella Vista, para tentar organizar a resistência dos moradores à ditadura. Mas aconteceu o contrário. Sentindo-se encurralados, no mês seguinte eles fugiram ao Paraná, na província de Entre-Rios, para morar em uma chácara da avó de Claudia, Haydeé. Viveram como agricultores, às margens do Rio Paraná, criando patos, galinhas, porcos e plantando hortaliças. Ao lado do pai de Claudia, Roberto Allegrini, Lorenzo vendia a produção em uma carroça puxada a cavalo (MARIANO, 2006, p.90).

⁶⁹ Disponível em: <http://collective-access.filo.uba.ar/pawtucket2/index.php/Detail/entities/699>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Entretanto, com o “cerco se fechando” em torno do agrupamento guerrilheiro, além dos desaparecimentos e das mortes de seus integrantes e, principalmente, por ocasião do nascimento da filha do casal, María Paula, em maio de 1980, ele decidiu afastar-se da militância política. Junto com a esposa, Viñas Gigli optou em deixar o país para morar na Itália. O casal planejou os detalhes e ambos concordaram em realizar a travessia por *Paso de los Libres*, cidade fronteiriça entre a Argentina e o Brasil. Fariam isso separadamente e em datas distintas. O local de encontro escolhido foi a cidade do Rio de Janeiro, logo após Viñas Gigli se estabelecer com segurança para depois seguirem viagem rumo a Europa. Porém, ele desapareceu em meio a travessia no dia 26 de junho de 1980, mais precisamente em Uruguaiana, cidade na região sul do Brasil e que faz divisa com *Paso de los Libres*, deixando de ir ao encontro de Cláudia e da filha.

Ele embarcou em Buenos Aires num ônibus da empresa brasileira Pluma com destino ao Rio de Janeiro, no dia 26/06/1980. Um mês depois, sua esposa Cláudia percorreu o mesmo trajeto, pois os dois haviam combinado de se encontrar na capital carioca e juntos viajarem para a Itália. Ao chegar no Rio de Janeiro, Cláudia não encontrou o marido e começou imediatamente a buscar informações. Em Curitiba, sede da empresa Pluma, obteve a informação de que Lorenzo havia embarcado, mas não conseguira ir além de Uruguaiana, cidade gaúcha na fronteira com a Argentina. Nos autos, encontra-se um documento oficial contendo informações sobre o seu embarque, com o nome falso de Nestor Manuel Ayala, chegando a cruzar a fronteira do Brasil (COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2009, p.708)⁷⁰.

O seu desaparecimento resultou das ações conjuntas da Condor entre o Brasil e a Argentina. Não se tem a localização do corpo ou mesmo dos seus restos mortais, mas os eventos que se sucederam depois disso puderam ser operacionalizados a partir dos testemunhos de sobreviventes do regime, como o da ex-presa política Silvia Noemí Tolchinsky Brenman. Enquanto esteve presa em um centro clandestino de detenção, ela pôde ter contatado Viñas Gigli, e, desta forma, ter dado o seu testemunho, desvelando alguns detalhes sobre os eventos após o desaparecimento, como poderemos ver logo a seguir:

⁷⁰ Acevo Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/181>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Pero en los días posteriores sí pudo comenzar a entablar diálogo con otros secuestrados, por ejemplo Lorenzo Viñas. “A partir de ahí empiezan los interrogatorios diarios. Lo traen a Viñas al lugar donde yo estoy. Me suben las vendas y me aflojan las cadenas para que me pueda sentar. Hablamos unos minutos delante de los carceleros. Me cuenta que hacía más de noventa días que había caído. Me muestra una foto de su beba de veintiséis días, que se la habían dejado tener. Me dice que lo habían torturado mucho y le piden que me muestre cómo tenía las piernas. Lo volví a ver al tiempo, cuando se despide porque lo trasladan. Pocos días antes habían trasladado al padre Adur”. El traslado, siempre conviene aclararlo aunque resulte tenebroso, era el eufemismo con el que se nombraban la muerte y la desaparición. Silvia aclara que había conocido a la hermana de Viñas, María Adelaida, que desapareció en 1976. Ambos eran hijos del escritor David Viñas. “Después lo traen a Archetti, que fue secuestrado en el mismo centro fronterizo que yo”. Silvia recuerda que junto a Viñas escuchaba sus gritos durante la tortura (LA RETAGUARDIA)⁷¹.

Tolchinsky foi uma *marcadora*, ou seja, uma denominação para aqueles militantes que depois de serem detidos e passarem pelos centros de detenção clandestinos, eram cooptados para colaborar com a repressão para auxiliar com informações mais precisas para a captura de outros militantes. Esta metodologia de colaboração forçada proporcionou para muitos deles um acesso a determinadas informações que se tornaram importantes para a reconstrução dos fatos. Para esta tarefa infame, a repressão recrutava aqueles indivíduos “considerados menos resistentes e que detinham informações estratégicas” (MARIANO, 2010, p.83). Em geral eles pertenciam aos *Montoneros* e, assim, podiam identificar estratégias usadas pelos seus companheiros, principalmente sobre as rotas para cruzar a fronteira, local onde geralmente estes “colaboradores” atuavam.

Na fronteira entre Brasil e Argentina, órgãos e agentes repressores, de ambos os países, trabalharam juntos no combate ao comunismo. Eles trocavam informações, vigiavam determinados elementos, efetuavam sequestros e agiam em grupos mistos quando preciso. Nesta “parceria” colaborativa e repressiva, agentes brasileiros detinham *montoneros* que tentavam utilizar o Brasil como rota de fuga para outro continente, ou mesmo para se refugiar da repressão argentina.

Os órgãos brasileiros compilavam informações de militantes argentinos e das possíveis ligações com os grupos clandestinos brasileiros, bem como a Argentina tinha a suas metodologias para ser recíproca nesta conjuntura. Nessa situação, o indivíduo que

⁷¹ Ver em: <https://juiciocontraofensiva.blogspot.com/2019/12/dia-32-silvia-tolchinsky-parte-1.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

estava sendo procurado ou era visado pela repressão tanto brasileira como argentina, ficava sujeito a pouca mobilidade ou de buscar exílio pelas fronteiras, diminuindo as chances de escapar. Além disso, para reforçar esta imobilidade, tinham os *mardadores*, que conheciam os métodos e as ações dos militantes argentinos, tornando toda a ação de saída do país cada vez mais difícil pelas rotas que compreendiam os domínios da Condor. Segundo o relato de Tolchinsky:

...*El Turco Julián*, que en realidad se llama Julio Héctor Simón. Era un integrante de la Policía Federal que actuaba en inteligencia vinculado al Batallón 601 del Ejército, el epicentro del genocidio en esta causa en particular, “un personaje absolutamente siniestro, cruel, que no hacía otra cosa que generar terror y crueldad, que hablaba de cómo torturaba a la gente, cómo los enloquecía la tortura... Vino a proponerme ir a Paso de los Libres (uno de los pasos fronterizos hacia Brasil) a marcar gente en la frontera. Entonces yo le dije que no conocía a nadie, que era muy difícil que pudiera marcar, porque no conocía a nadie. Él me dice que no hay nadie dentro de mi cabeza y que yo podía decidir. Me trae una foto y me la tira, una foto enorme donde están él, su mujer, tres hijos y un perro, y me dice que esa foto era de su familia, que había desaparecido por una bomba que le habíamos puesto. A mí eso me destruye. Yo sabía que no era cierto, sabía que esas cosas no eran ciertas, pero igual era esa doble sensación entre creer o no creer lo que decían, aceptar o no aceptar ese discurso perverso que tendía, no sólo a confundirlo a uno, sino a enloquecerlo”, reflexiona. Antes de meterse en el viaje a Paso de los Libres, al que sitúa en junio de 1980, Silvia reconoce entre sus torturadores a “(Oscar) *Cacho* Feito, Santillán o Sánchez y alguien al que le decían *Gitano*” (LA RETAGUARDIA)⁷².

Além de ser detida e tornar-se uma *marcadora*, Tolchinsky perdeu o marido, o irmão, a cunhada e uma prima, Mónica Suzana Pinus de Binstock, para a violência do regime argentino. Quando foi liberada da prisão em 1983, foi morar na Espanha, juntamente com os três filhos. Casou-se pela segunda vez com Cláudio Gustavo Scagliussi⁷³ e o casal fixou residência em Barcelona.

Scagliussi é conhecido por ter sido um torturador do Batalhão de Inteligência 601 (B. 601), uma divisão de espionagem e repressão cujas responsabilidades incluíam as rotas de passagem nas fronteiras frequentemente usadas pelos *Montoneros*, como a de *Paso de los Libres-Uruguiana*. Esta relação entre algoz e vítima, certamente suscita alguns questionamentos morais e éticos que em determinados momentos possam ter

⁷² Disponível em: <https://juiciocontraofensiva.blogspot.com/2020/02/dia-32-silvia-tolchinsky-parte-2.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

⁷³ Encontramos duas formas de grafia para o seu nome: Scagliussi e Scagliusi. Optamos aqui em utilizar a primeira forma, Scgliussi, conforme o compêndio Dossiê Ditadura, 2009.

desmerecido Tolchisky como testemunha. Mas, diante da realidade, por ser ela própria uma sobrevivente e pela riqueza de detalhes em relação àqueles que desapareceram na clandestinidade do regime, a questão deste relacionamento torna-se um assunto secundário.

Sobre o B. 601 podemos dizer que:

Ao contrário de militares brasileiros, mais econômicos no registro da atuação anti-subversiva, os argentinos deixaram provas sobre a estrutura e as funções do B. 601. A documentação recolhida pela Justiça Federal da Argentina, no processo judicial 6.859, mostra que o B. 601 produziu detalhados e extensos relatórios – um deles tem 93 páginas – sobre as atividades dos grupos guerrilheiros, em especial os Montoneros. São informes escritos com máquinas de datilografia, em linguagem clara e objetiva, sem rasuras nas folhas. Contêm os antecedentes das organizações de esquerda, as biografias dos líderes, o histórico e as principais ações, além de previsões sobre possíveis movimentos futuros. No alto e ao pé de cada folha dos relatórios, consta a observação “Estrictamente Secreto y Confidencial”, indicando que deveriam circular somente entre os integrantes do batalhão. Entre 1974 e 1981, foi comandado pelo coronel Jorge Alberto Muzzio. O B. 601 abrigava os especialistas da repressão. Dentro da Argentina, fornecia interrogadores para outros centros de tortura (MARIANO, 2006, p.50).

Ao buscar mais informações sobre Scagliussi, averiguamos que era “filho de um general e agente da *Operação Condor* que atuou no Brasil. Ele teria sido um dos responsáveis pelas prisões do padre Adur, Horácio Campiglia e Mónica Susana” (DOSSIE DITADURA, 2009, p. 709). Também, encontramos uma notícia sobre ele ter sido detido em Barcelona sob um pedido de extradição. Segundo a matéria, Scagliussi negou as acusações de participação na repressão durante a ditadura argentina, diante do pedido.

La Audiencia Nacional de España ratificó la extradición a Buenos Aires del argentino Claudio Gustavo Scagliusi, ex agente civil de inteligencia del Ejército en la dictadura militar que está reclamado por el juez federal Claudio Bonadío. El fallo de la Sala en lo Penal de ese alto tribunal ahora está pendiente del visto bueno del Consejo de Ministros del Gobierno español, que en opinión de las fuentes españolas seguramente aprobará la entrega en breve de Scagliusi a la Justicia argentina. Bonadío le imputa a Scagliusi supuesta participación en la ‘Operación Murciélagos’ por la cual el Batallón 601 de Inteligencia del Ejército desbarató en 1980 la llamada ‘contraofensiva’ del ya por entonces derrotado grupo guerrillero Montoneros e hizo desaparecer al menos a una veintena de sus militantes (RÍO NEGRO, 2002)⁷⁴.

⁷⁴ “Espanha extradita a agente de la dictadura”. Disponível em: <https://www.rionegro.com.ar/espana-extradita-a-agente-de-la-dictadura-MDHRN02102117211019/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

A notícia ressalta, ainda, o envolvimento pessoal de Scagliussi com Tolchinsky.

Al reclamado hispano-argentino se le atribuyen hechos ocurridos en Argentina, no en España, especificó el juez. La particularidad de este caso, comentaron las fuentes, es que siendo Scagliusi hijo de un general del Ejército y habiéndose desempeñado como espía del Batallón 601 terminó casándose con una víctima de la represión: la ex montonera Silvia Tolchinsky. La mujer cayó detenida en la ‘Operación Murciélagos’ y luego de sufrir torturas y vejaciones en campos clandestinos recuperó la libertad en 1983. Al declarar en la instrucción del juicio de extradición aseguró haber sido liberada gracias a la ayuda del que luego fue su marido (RÍO NEGRO, 2002)⁷⁵.

Sobre o desenrolar do caso:

En la resolución la Sala II además revocó el procesamiento de Scagliuzzi, quien se desempeñó como "personal civil de Inteligencia perteneciente al Batallón 601 del Ejército Argentino" pues cumpla una función "netamente subalterna" y, en consecuencia, decretó su "falta de mérito" (DIARIO JUDICIAL, 2010)⁷⁶.

A *Operación Murciélagos* articulou-se através do B. 601 e trabalhou alinhada com a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), a polícia política do Chile. Scagliussi é apontado como um agente desta operação. Os agentes do B. 601 “conheciam em minúcias a estrutura *montonera*, dispunham de organogramas completos, com os quadros de diretores, nas áreas de guerrilha, comando tático, administração, relações públicas, finanças e arquivo” (MARIANO, 2006, p. 54).

Conforme Mariano (2006, p. 84), Tolchinsky é uma testemunha sobre os acontecimentos que envolveram a detenção de Viñas Gigli e de outros *montoneros*, pois os seus relatos:

[...]foram extensos, cheio de detalhes, datas e nomes. Ela ajudou a elaborar croquis dos lugares onde esteve detida, apontando as celas, a cozinha, o pátio, a garagem, o corredor e as galerias. Pela documentação analisada (depoimentos à Justiça Federal e à Subsecretaria de Direitos Humanos, do Ministério do Interior, ambos da Argentina), Silvia nunca deixou de responder perguntas. Confessou a infâmia da ‘marcação’, admitiu que não foi forte o suficiente para resistir ao jogo dos torturadores, pensou mais na sua sobrevivência.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Confirman la prisión preventiva de Nicolaidis. Disponível em: <https://www.diariojudicial.com/nota/9145>. Acesso em: 24 fev. 2022.

A repressão argentina eliminou um número significativo de “inimigos” durante a sua vigência. Poderíamos afirmar que a estruturação dessa eliminação foi massiva e aqueles que sobreviveram aos cárceres clandestinos puderam testemunhar acerca do sofrimento e das humilhações pelos quais passaram, além de esclarecer sobre agentes a serviço da repressão, locais de detenção, companheiros que desapareceram ou morreram e da graduação da violência utilizada pelo regime. Muitos dos relatos destas testemunhas puderam desvelar as circunstâncias e os destinos dos *detenidos* argentinos.

Há indícios de que o destino de Viñas Gigli tenha sido “traslado”, pois na “terceira vez que viu Lorenzo, Silvia ficou apreensiva. Notou que ele estava cedendo a cela para um prisioneiro recém-capturado, Hector Archetti, o que significava o traslado” (MARIANO, 2006, p. 97). Silvia Tolchisky teve contato com ele em três ocasiões. Eles teriam se encontrado em um local de detenção chamado de *Campo de Mayo*, para onde iam os indivíduos capturados pela Operação Condor e conhecido como um dos piores *chupaderos*, onde os presos eram torturados e interrogados até que não tivessem mais informações para dar, ou que não interessassem mais à repressão.

A terminologia apresenta significados distintos, por exemplo: para Mariano (2006, p. 64), a primeira coisa que a repressão fazia era “chupar (sequestrar) o suspeito apontado como perigoso subversivo”, neste caso, sugere que se retirava o indivíduo de um local para levá-lo a outro sob coação. Também podia designar aqueles militantes que haviam sucumbido às torturas e passavam a colaborar com o regime, tornando-se *marcadores*. Contudo, acreditamos que neste caso específico e devido às condições a que eram submetidas as vítimas, os *chupaderos* eram locais onde se extraía o máximo de informações do detido, deixando-o em tal estado de degradação física e psíquica que o sujeito resultava em um *chupado*. Em realidade era onde iam os desaparecidos, pois “chupar” era sumir com eles, permanecendo por lá até que tivessem algum interesse para os captores.

O termo *chupado* na tradução do espanhol para o português significa “aspirado”, o que nos parece ser o significado mais compatível no caso dos detidos argentinos, dentro de uma lógica de extração, descarte e eliminação. Portanto, os *chupados* terminavam por serem executados. Muitos dos *Montoneros* que chegavam ao este estado eram conduzidos aos “voos da morte”, ou seja, jogados de um avião em alto mar em condições lamentáveis: machucados, mutilados, baleados, nus e desacordados por soníferos.

Pela mecânica do Terrorismo de Estado Argentino, o traslado era reservado ao prisioneiro ‘chupado’, o que deveria desaparecer por não ter mais utilidade, já contara o que sabia e apenas ocupava lugar nas penitenciárias. Uma das melhores descrições de um chupado foi dada pelo eletricitista Oscar Héctor Peira, que atendia ao II Corpo do Exército, com sede em Rosário. Ele foi chamado a instalar um sistema de iluminação que projetasse fochos potentes para ofuscar os olhos dos interrogados, deixando uma área de sombra onde sentariam os comandantes que assistiam à tortura. Ao realizar o trabalho, Peira viu os chupados, todos jovens, as cabeças raspadas, com feridas no couro cabeludo, a maioria tinha as unhas das mãos e dos pés quebradas ou levantadas, brancas e purulentas. Exibiam sinais de queimaduras (dos choques elétricos) nos antebraços, no pescoço, nas orelhas e nos tornozelos, algumas dessas machucaduras estavam ulceradas e infeccionadas (MARIANO, 2006, p. 98).

Podemos dizer, a partir do excerto acima, que a estruturação repressiva na Argentina tinha intenções de eliminação do “inimigo” de maneira sistemática e em larga escala. O circuito a que eram submetidos os detidos seguia uma lógica que ia desde a captura, o aprisionamento, a tortura, o interrogatório, a degeneração física e psicológica ao extremo até, por fim, o descarte. Assassinar o indivíduo que não teria mais utilidade, ao invés de soltá-lo, consistia no grau de “terror” imposto aos prisioneiros. O forte impacto no psicológico daqueles que conviviam neste ambiente de degradação e inutilidade humana, nos faz refletir que “depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida” (ARENDDT, 2010, p. 506), onde sobreviver não depende em manter a dignidade humana.

Esta impossibilidade de uma pessoa se defender a si mesma ou aos elementos da sua família (isto é, de agir como mãe, pai, marido ou mulher) face aos abusos dos dominadores representa um ataque à integridade física, mas também a dignidade ou identidade de um indivíduo. A consequência mais cruel da submissão humana é transformar a afirmação da dignidade pessoal num risco mortal. Desta forma, a submissão face à dominação passa muitas vezes - e fatalmente - pela supressão de uma raiva violenta no interesse do próprio ou dos entes queridos (SCOTT, 2013, p.71)

O tenente *montonero* Lorenzo Viñas Gigli foi um militante ativo até onde a preocupação com a sua família o fez recuar, pois em dado momento percebeu o perigo que a sua família corria, além da situação de desmantelamento da sua organização. Caiu nas “garras” da Operação Condor e foi vítima da violência e do desaparecimento forçado. Como era filho de uma italiana, ele tinha dupla cidadania. Era um “estrangeiro” por assim dizer, apesar do pai ser argentino. Por ser cidadão italiano, o seu caso foi aceito pela Corte

romana que julga crimes de lesa humanidade contra cidadãos italianos vítimas das ditaduras latino-americanas ligadas à Operação Condor.

Outro *montonero* vítima da Condor foi Horacio Domingo Campiglia. Ele nasceu em seis de junho de 1944 em Buenos Aires, como Viñas Gigli. Filho de Domingo Argentino Campiglia e Dora Pedamonti, estudou Medicina e Sociologia e casou-se com Pilar Calvero Garrido. Eles tiveram duas filhas. Como secretário militar da organização *Montoneros*, ocupava o segundo lugar na cadeia de comando da organização. A ditadura argentina também atingiu a sua família. A sua irmã Alcira cometeu suicídio depois de ser detida e Pilar ficou detida sete meses na Escola Superior de Mecânica Armada (ESMA) em 1977, onde foi torturada.

Diante destes fatos e com o aumento da intensidade da repressão dispensado ao “inimigo”, principalmente os *Montoneros*, Campiglia exilou-se na Costa Rica e depois no México, onde reuniu-se com a esposa. No México havia uma base de apoio dos *Montoneros*. No início de 1980, junto a outra militante *montonera*, empreendeu uma tentativa de retorno para a Argentina, a fim de organizar pessoalmente uma contraofensiva pela organização. Este retorno contava com a travessia pela fronteira com o Brasil⁷⁷.

A situação dos guerrilheiros era tão delicada que um dos comandantes da contraofensiva, Horacio Domingo Campiglia, o Petrus, saiu da base no México e viajou a Buenos Aires, em agosto de 1979. Dos 16 guerrilheiros do grupo de Eduardo Astiz que haviam se infiltrado na Argentina cinco meses antes, compondo a segunda Tropa Especial de Agitação (TEA II), restavam nove. Os que vieram da Espanha também estavam sendo exterminados.

Líderes *Montoneros* não deixavam o México e a Espanha para se arriscar na contraofensiva. Insuflavam os combatentes, rotulando de *cagón* a quem hesitasse (e a dúvida nascia do medo ou da convicção do engano, às vezes os dois fatores se combinando), mas permaneciam na segurança do exílio, a milhares de quilômetros das mandíbulas da repressão. Horacio e alguns outros eram diferentes, entendiam que deveriam estar junto dos comandados (MARIANO, 2006, p. 66).

Viñas Gigli tentava sair da Argentina através da fronteira em *Pasos de los Libres*, cujo destino era o exílio na Itália. Campiglia tencionava fazer o caminho inverso, ou seja, planejava retornar à Argentina pelo sul do Brasil para juntar-se aos *Montoneros*. Ambos se ocuparam da mesma rota fronteira para chegarem aos seus destinos. Esta questão aponta para uma rotina sobre os militantes argentinos, o que vem a reforçar ainda mais os

⁷⁷ Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Volume 3, 2014, p. 1944-1947.

relatos sobre os seus desaparecimentos e do *modus operandi* da repressão em relação ao conhecimento das rotas e do seu uso, por assim dizer, contínuo.

Segundo o depoimento de Nestor Cendon para a *Comision Nacional sobre la Desaparicion de Personas*:

El sevício de inteligencia de Ejército contaba con bases en Paraguay, Bolívia, Perú, Brasil y Uruguay. La más notória era la de Brasil con sede en Sao Paulo y Rio de Janeiro. En Paso de los Libres también ya que con solo cruzar el puente se estaba en Uruguayana. El objetivo de estas bases eran los de dectar gente vinculada a la subversión, cotrolarlos y mantener informados de todos sus movimientos, de manera tal de que si sospechara que iban a reingresar a territorio argentino en los supuestos fronterizos. Además en los passos de frontera había equipos de gente destacada con MARCADORES (detenidos quebrados o colaboradores) para que senalan a conocidos o bien por la presunción de que se podría tratar lo “subversivo”, teniendo en cuenta por ejemplo aspecto físico, la vestimenta, las peculiaridades al caminar, etc. observaba sobre todo la documentación que traía por si fuera falsificada. Para ello contaban con total colaboración de la Gendarmería de[ilegível] personal de Aduanas⁷⁸.

Os *marcadores* tiveram um papel decisivo nas fronteiras entre o Brasil e a Argentina, seja colaborando com o sequestro de companheiros *montoneros* ou despistando a repressão. Por esta colaboração coagida, os militantes podiam ser identificados e apanhados com sucesso pelos agentes argentinos ou brasileiros. O fato é que esta colaboração representou mais um mecanismo que atribuiu determinada eficácia em capturar os “inimigos” e, ainda, manter um domínio sobre os elementos detidos na lógica do combate ao comunismo.

O caso de Campiglia tem similitudes com o de Viñas Gigli, pois mostra que a parceria entre Brasil e Argentina através da Condor obteve êxitos. Contudo, não deixemos de lado a questão de que a organização *Montoneros* estava em franca debilidade de quadros, visto que uma parcela considerável dos seus integrantes estava fora de circulação, desaparecida ou morta. Os quadros caíam como cartas empilhadas e o jogo de “gato e rato” entre os *montoneros* e a repressão não era mais uma questão de escapadas e de reorganização.

⁷⁸ Este depoimento provém de uma denúncia sobre o depoente Nestor Norberto Cendon, guarda da Unidade 16, do *Servicio Penitenciario Federal*, cuja data provável seja de 13 de setembro de 1984, p. 37. Disponível em: https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo6/Nota%20129%20-%20000092_000779_2014_95%20-%20Depoimento%20de%20Norberto%20Cendon%20ao%20CONADEP.pdf. Acesso em: 28 nov. de 2022.

Os agentes a serviço do regime estavam em situação vantajosa dentro e fora da Argentina, uma situação que demonstrou ser um desastre para aqueles militantes que ainda julgavam haver alguma possibilidade de inversão desse jogo, pois:

Em 1979, na primeira etapa da contraofensiva, a ditadura havia desmantelado a estrutura político-militar dos *Montos* em províncias como Mendoza, Tucumán, Santa Fé, Salta, Jujuy, Rosário, até mesmo Córdoba, uma das mais rebeldes, onde ocorreu o Cordobazo (MARIANO, 2006, p. 67).

Horacio Campiglia foi detido na fronteira entre Uruguaiana e *Paso de los Libres* juntamente com outra companheira de organização, quando ambos retornavam à Argentina. “Petrus”, codinome de Campiglia, “se converteria no terceiro argentino sequestrado dentro do Brasil. Em 12 de março de 1980, em nova investida pela contraofensiva, foi preso ao desembarcar no Rio de Janeiro”, e Mónica Binstock, prima de Eliane Tolchinsky, “de 27 anos, a quarta a ser capturada em território brasileiro” (MARIANO, 2006, p. 68). Eles são vítimas da cooperação repressiva no Cone Sul.

Segundo um informe de James J. Blystone⁷⁹, responsável pela segurança da Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires, Campiglia e Binstock foram levados ao centro de detenção *Campo de Mayo*, o mesmo que Viñas Gigli esteve segundo Tolchinsky, e lá passaram pelo círculo de terror até os seus assassinatos. Este campo de detenção, ou Lugar de Reunião de Detidos (LRD), ficava “dentro da Guarnição, perto da praça de Tiro e das pistas de aeroporto e do campo de paraquedismo” (NUNCA MAIS, 1985, p. 76-77), na Grande Buenos Aires, próximo ao Hospital Militar Campo de Mayo, outro LRD. Segundo o memorando de Blystone:

La inteligencia militar argentina (601) contactó a su colega de inteligencia militar brasilera para solicitar permiso para realizar un operativo en Río para capturar a dos Montoneros llegando desde Méjico. Los brasileños otorgaron su permiso y un equipo especial de argentinos voló bajo el comando operacional del Teniente Coronel Román, a Río en un C130 de la fuerza aérea Argentina. Ambos Montoneros de Méjico fueran capturados vivos y volvieron a Argentina en el C130. Los argentinos, que no querian alertar a los Montoneros que habían realizado una operación en Río, utilizaron una mujer y un hombre argentinos para registrarlos en un hotel empleando los documentos falsos obtenidos de los Montoneros capturados, de esta manera dejando rastros de que los Montoneros de Méjico habían llegado a Río, se habían registrado en un hotel y Después se marcharon. Esos dos Montoneros están actualmente bajo custodia en el cárcel

⁷⁹ Mariano, 2006.

secreta del ejército, Campo de Mayo (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1980)⁸⁰.

O memorando de Blystone dá outras explicações sobre as operações nas fronteiras brasileira e argentina, bem como releva que rotas eram utilizadas para o retorno de militantes *montoneros* ao país. Ele também ressalta que estes militantes não tinham a intenção de retomar ações armadas contra o regime, mas que estavam dispostos em “reorganizar su estructura política, lo que es un cambio drástico de sus operaciones anteriores”, o que para os argentinos significaria uma mudança nas diretivas do grupo que “han decidido abandonar los ataques armados y tratar de obtener sus objetivos a través de medios políticos” (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1980).

Esta proposta de mudança de ação da parte dos *Montoneros* consta no memorando da Embaixada dos Estado Unidos em Buenos Aires. Supomos que as fontes que possibilitaram as informações não tenham vindo somente da inteligência argentina, mas do convívio com outros indivíduos ligados à repressão e de uma análise de opinião pública daquilo que circulava entre a população. Cogitamos que nem toda a organização comungava com a intensão de se rearticular. Os quadros que tinham uma consciência de luta diante de um modelo que não era mais eficaz, tentavam retornar à Argentina para reorganizar uma contraofensiva, mas estavam sendo capturados e mortos.

Vimos pela trajetória de Benetazzo que alguns quadros da ALN brasileira relevavam esta linha de pensamento, de rearticulação dos objetivos de “luta”. Estavam insatisfeitos com as ações de expropriação para manter financeiramente a organização e tencionavam retomar as bases da militância política frente às massas. Possivelmente, esta forma de retomada obtinha mais adeptos entre os militantes incrédulos quanto a uma reviravolta na luta contra as ditaduras, cientes do desmantelamento das suas organizações enquanto os dirigentes demandavam as ordens do exterior.

Campiglia era um dirigente *montonero* que optou em retornar para uma nova contraofensiva, mesmo sabendo dos perigos. Em 1979, ele saiu do México e encontrou-se com outro *montonero*, Mario Eduardo Fimenich, que vinha para reforçar a primeira etapa da contraofensiva no TEA II. Cada Tropa Especial de Agitação (TEA) “mobilizava de 15 a 20 combatentes. Deveriam conquistar adesões, mas, ao contrário, encolhiam” (MARIANO, 2006, p. 64). Neste encontro em 1979:

⁸⁰ Argentina: Secret U.S. Documents Declassified on Dity War Atrocities. Documento 10: Tema: Conversación con fonte de inteligencia argentina, 7 abril de 1980. Disponível em: sarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB73/index2.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

Numa conversa a sós com Horacio, conforme relatou no seu livro, Eduardo tentou avisar que não havia nenhuma contraofensiva em andamento, que as ações somente enfureciam ainda mais a ditadura. Sugeriu que se trocasse as armas pela mobilização política, adiando a guerrilha. Eduardo argumentava com a experiência de quem estava açoitado pela repressão, vendo colegas sendo abatidos. No entanto, Horacio recusou a avaliação [...] (MARIANO, 2006, p. 68).

O excerto acima reforça a noção de mudança no modelo de ação para alguns integrantes dos *Montoneros*, como também aponta para a resistência dos comandos em reorganizar o formato de militância da organização. Campiglia poderia não corroborar com a situação dos *Montoneros*, porém, não podia negar totalmente, abstendo-se ele mesmo do exílio seguro, se propondo a encabeçar a retomada da contraofensiva *montonera* pessoalmente. Não chegou a Buenos Aires para efetivar o que supunha ser “virar o jogo” sujo da repressão. Detido em uma das rotas mais visadas pelos agentes brasileiros e argentino, rota esta que Fimenich preferiu por precaução não tomar em 1979, foi levado para a Argentina e lá rapidamente desapareceu em um centro de detenção. Tinha 30 anos e liderou as Tropas Especiais de Infantaria (TEI) treinadas no Líbano pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), deixou a esposa Pilar e duas filhas pequenas.

2.2 As trajetórias dos judeus e suas relações com a repressão das ditaduras brasileira e argentina

As perseguições ao povo judeu vêm de longa data. Sejam elas de cunho religioso ou econômico, esta etnia espalhou-se pelos continentes em diásporas conforme a situação as compelia. Antes da Segunda Guerra Mundial, viviam em países europeus e acreditavam estarem seguros, mesmo que não fossem totalmente aceitos pelas comunidades locais, mas podemos dizer que gozavam de certa estabilidade econômica e social. Prosperavam na Alemanha, na Áustria, na Polônia, na França, na Holanda, entre outros países. Cultuavam a arte, a música, a literatura. Culturalmente prezavam pelas suas tradições e pela religião judaica. Mas os judeus ainda eram estigmatizados como pessoas que atribuíam valor ao capital e ao seu acúmulo e isso os distanciava das questões de Deus, pelo menos no que diz respeito às crenças cristãs.

Este fato tem relação com a absorção de parte das muitas crenças, mitos e lendas pagãs que edificaram as religiões ocidentais embasadas no cristianismo. Desumanizar ou

ressignificar estas mitologias antigas foi um mecanismo utilizado para a consolidação do poder cultural, social e político da Igreja Católica que contribuiu para que elementos ditos “mágicos” ou relacionados a eventos naturais fossem reorganizados a fim de assumirem novas significações.

En todo ello, el caso eslavo no es una excepción en su contexto europeo, y nos recuerda por ejemplo al caso hispano con el apostolado de san Martín de Braga, así como otros muchos, a los que la Iglesia respondió muchas veces con la cristianización de ciertas creencias o costumbres paganas. También es digno de señalar otro fenómeno de heterodoxia popular de origen eslavo, que además fue un fenómeno de alcance continental: el bogomilismo. Esta herejía, nacida en Bulgaria y que pronto se extendió por otras áreas eslavas, presenta importantes concomitancias con otras corrientes heréticas, anteriores y posteriores, que han hecho debatir a los especialistas sobre la relación entre ellas. Asimismo, algunos autores ven en el bogomilismo una contestación de los eslavos a la Iglesia bizantina. Sea como fuere, se ve como un resultado de las contradicciones y circunstancias (históricas y culturales) de la conversión de los eslavos, que además tuvo una proyección en toda Europa (CABALLERO, 2010, p. 83).

Assim como os povos pagãos no limiar do mundo ocidental cristão, os judeus deveriam ser cristianizados. Eles profetizavam uma crença tão antiga, que dera origem ao próprio cristianismo, unificando a figura de Deus em uma única entidade. Contudo, a figura de Jesus, como filho de Deus, messias e salvador do mundo não tinha reconhecimento na religião judaica, que o negava como tal. Assim, os judeus foram perseguidos em vários reinos europeus. Foram julgados em tribunais da Santa Inquisição, condenados, destituídos de bens e propriedades e coagidos a conversão cristã. E, para que as pessoas adquirissem certa ojeriza diante dos judeus, a imagem construída deste povo assumiu contornos de uma figura feia, grotesca e avarenta que se consolidou no imaginário popular, deixando-os à margem de uma sociedade cristianizada e temente a Deus. Entretanto:

[...] a pesar de la piedad sencilla que se nos pide imaginar en el núcleo de la vida diaria en la Europa de las catedrales, y a pesar de la envidiada posición que los judíos ocuparon en sus estructuras políticas y financieras, parece necesario concluir que herejes y judíos no debieron su persecución en primer lugar al odio del pueblo, sino a las decisiones de príncipes y prelados (MOORE, 1989, p. 147).

Uma das questões que se relaciona com a fé cristã é de cunho “racial”. No continente latino-americano, o encontro entre o branco europeu, o indígena e o africano legaram uma população miscigenada, distinta daquilo que se considerava uma sociedade “civilizada”. Permeadas por parâmetros de organização das nações a moldes europeus, Brasil e Argentina cultuaram a ideologia da supremacia branca e da fé única na religião católica, proporcionando uma frequente inferiorização de determinados grupos étnicos, além de converter a população em vigias da boa fé no combate à “barbárie” e “selvageria”. Incontáveis foram as manobras governamentais para europeizar e branquear esta população miscigenada, desde as incursões das missões de ordens católicas até os programas de recrutamento para trazer imigrantes brancos oriundos da Europa.

O protagonismo judaico esteve associado ao acúmulo de riquezas e estas possibilitaram muitas das mudanças para o mundo moderno. Ao longo dos séculos e diante das muitas perseguições, os judeus buscaram se inserir em locais que lhes ofereciam oportunidades de assentamento. Distribuídos pelo continente europeu organizaram comunidades e seguiram suas vidas associando-se às sociedades locais, contudo, uma aversão a este povo e ao que ele simbolizava, o “estrangeiro”, mantiveram-se no seio das comunidades cristãs.

A sociedade medieval cristã associava os judeus ao Demônio. Discriminava os judeus, excluía-os de determinadas ramos da produção econômica e marcava-os como perigosamente envolvidos com a magia e o poder satânico. A Igreja decretou inúmeras leis e regras para isolar os judeus do mundo cristão. As mais famosas regras foram determinadas, por Inocêncio III em 1215, no quarto concílio de Latrão. O objetivo era separar e isolar os judeus do mundo cristão. Os judeus deviam portar a “marca infame” nas suas roupas e habitar em bairros segregados para evitar que contaminassem os cristãos. Percebemos que se trata do mesmo concílio que colocou o maior empenho na guerra contra a heresia maniqueísta. Os judeus também eram considerados um perigo e deviam ser separados da sociedade cristã de maneira radical (FELDMAN, 2007, p. 5-6).

Os judeus passaram a enfrentar o antissemitismo, eram chamados de “assassinos de Jesus”, representados como pessoas avarentas e sem compaixão, gananciosos por dinheiro e bens e, além de tudo, sentiam-se superiores ao restante dos humanos. A acumulação de capital judaico promoveu os eventos revolucionários e reformadores da modernidade ocidental e consolidou as futuras bases para os movimentos antissemitas do século XX, perpassando a modernidade rumo à contemporaneidade com premissas de

ódio e exclusão. Movimentos que representam “um tipo de ação coletiva no qual a participação de organizações que apoiam as suas causas é fundamental para o seu sucesso” (NUNES apud MCCARTHY E ZALD, 2014, p.133).

No final da primeira metade do século XX e com o término da Segunda Guerra, vislumbramos um grande deslocamento de europeus para o Brasil e a Argentina. Nesta lógica de deslocamento pós-guerra, estes países foram o destino de muitos judeus que sobreviveram ao conflito, aos campos de extermínio nazistas, bem como aqueles que estiveram sob o jugo do regime stalinista. Em sua maioria, provinham da Polônia, país invadido pelos nazistas em 1939 e que acabou por oficializar o início da guerra. Entretanto, não foram somente os alemães que invadiram o território polonês, pois, ao norte, o exército vermelho ocupou grande parte deste território. Com a chegada das tropas nazistas à Polônia, uma parcela de judeus se encaminhou para a parte ocupada pelos soviéticos na esperança de fugir ao antissemitismo alemão, que naquela altura já se demonstrava como algo nefasto para este povo.

O Brasil e a Argentina receberam muitos judeus-poloneses nesta situação, aspecto que se sobressai pelas conexões entre os deslocamentos judaicos e determinados “estrangeiros” que se envolveram com a oposição às ditaduras nos respectivos países. Filhos de judeus-poloneses, eram jovens militantes que se mobilizaram de diferentes maneiras contra o autoritarismo dos regimes latinos. Estes “estrangeiros”, no compasso dos regimes ditatoriais, “mais do que nunca, seriam vistos sob a perspectiva da “segurança nacional”, com as “políticas públicas sendo elaboradas, aberta ou reservadamente, sob este princípio” (BARRETO, 2015). Sob esta ótica, o elemento “estrangeiro” era percebido como um inimigo portador de ideias antinacionais.

Alfredo Hélio Sirkis e Daniel Lázaro Rus vivenciaram de forma distinta e particular as memórias familiares referentes ao conflito mundial. Cada qual trilhou caminhos diferentes diante da implementação das ditaduras no Brasil e na Argentina. Movidos por sentimentos únicos, suas trajetórias se conectam pela descendência e pelo posicionamento político contrário ao ideário dos regimes e que, de certa forma, pode ter relação com o passado dos seus familiares. Quem sabe ao certo o que cada um destes dois judeus-poloneses pensou exatamente em realizar naquele momento, a nós resta remontar o quebra-cabeça de peças e inferir através das pistas deixadas para, então, compreender os mecanismos que estas ditaduras criaram diante de um “inimigo estrangeiro” e judeu.

2.2.1 Um descendente de judeus-poloneses e a militância política no Brasil entre os anos de 1960 e 1970

Alfredo Hélio Sirkis⁸¹ nasceu em 8 de dezembro de 1950 na cidade do Rio de Janeiro, em uma família de classe média abastada. Era o filho único de um casal de imigrantes poloneses de origem judaica que vieram para o Brasil no final dos anos cinquenta em meio aos deslocamentos do pós-guerra. Eles desembarcaram em datas distintas e se conheceram poucos anos depois da chegada ao país. Para abordar o seu percurso de vida, selecionamos o período que vai do início da sua militância estudantil no colégio até o seu autoexílio no início dos anos sessenta.

Quando a ditadura civil-militar brasileira foi implementada em 1964, Sirkis contava com a idade de quatorze anos. Poucos anos depois ele engajou-se na militância política estudantil para, em seguida, ingressar em uma organização clandestina de luta armada. Para um filho de pais que sofreram com o antissemitismo durante e após o término da Segunda Guerra, o engajamento político contra as injustiças de um sistema autoritário demonstrava ser um caminho contra a opressão.

A militância política de Sirkis se iniciou no Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia (CAp)⁸², pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro. O CAp é uma instituição pública de valor acessível e no período que ele ingressou era bastante conceituada. Foi neste colégio que experimentou as discussões de esquerda com colegas do meio estudantil e com eles participou das primeiras passeatas e panfletagens.

O movimento estudantil tinha tradição de luta na defesa das liberdades democráticas, das reformas de base, principalmente no sentido da conquista da reforma universitária, que implicava, dentre outras coisas, a extensão do ensino público e gratuito e a cogestão das faculdades, inaceitáveis pelo regime militar. Essa tradição do movimento, a repressão governamental numa conjuntura de relativa liberdade de ação entre 1965 e 1968, bem como a agitação cultural do período e a crise econômica que se vivia, tudo isso contribuía para que as organizações

⁸¹ Existe mais de uma forma de grafia para o sobrenome Sirkis, podendo ser encontrado Sirkis, ou ainda Syrbis (BR_SPAPESP_DEOPSOS_000241, p.114), Sirkys (BR_SPAPESP_DEOPS_SAN_P003326_01, 1971, p. 4), conforme diferentes fontes. Aqui optamos em utilizar Sirkis, conforme ele utiliza em seu livro “Os Carbonários”.

⁸² O Colégio de Aplicação-UFRJ foi fundado em 1946, vinculado à Faculdade de Filosofia, através do Decreto-Lei federal n. 9053. Estabeleceu-se a obrigatoriedade de todas as Faculdades de Filosofia manterem ginásios de aplicação, destinados à prática docente dos alunos dos cursos de Didática. O colégio não tinha sede própria e funcionou em alguns locais distintos até 1962, quando passou a funcionar na rua J.J. Seabra (em prédio cedido pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro), local onde desenvolve suas atividades até o presente momento. Ver em: <https://cap.ufrj.br/index.php/sobrecap/historico>. Acesso em: 04 jan. 2023.

de esquerda encontrassem público entre os estudantes, que iam aderindo à militância clandestina no correr do tempo, dedicando-se exclusivamente a ela depois do ‘fechamento’ total com o AI-5, que não deixava lugar para a luta nas escolas, nem para as lideranças, nem para as massas universitárias (RIDENTI, 2010, p. 121).

Os protestos, as mobilizações, os confrontos com a polícia, as pixações e outras tantas transgressões imbuíram o seu cotidiano com ares de liberdade e rebeldia. Estes jovens rebeldes não queriam estar errados, eles desejavam protagonizar o hoje e integrar-se ao futuro que estava por vir. Porém, o desenrolar dos acontecimentos alterou os objetivos traçados desde as reuniões estudantis dos “rebeldes” do CAP, transformando largamente a tipologia das ações de protesto até então empreendidas pelo grupo. Esta transformação culminou com uma militância na clandestinidade e levou muitos deles a optar pela “luta armada”, o que tornou os embates juvenis mais sérios e perigosos.

No Brasil a chamada “luta armada” entre os anos 1960 e 1970 demonstrou ser uma forma de radicalização da esquerda revolucionária que não conseguia mais atuar legalmente no meio social. Com a extinção dos partidos políticos em 1964, a proibição de formação de outras agremiações e a definição por um bipartidarismo⁸³ controlado, muitos jovens militantes perceberam que esta seria a única via para levar adiante seus ideais de lutas e reivindicações contra o sistema ditatorial implementado naquele momento. Mas, na verdade:

A luta das esquerdas em armas após o golpe de 1964 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe, embora houvesse divergências entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo. Alguns optavam por uma etapa necessária de governo popular para cumprir as tarefas da revolução democrática, outras preconizavam diretamente a conquista do socialismo, [...] (RIDENTI, 2010, p. 66).

Sirkis ingressou na agremiação política clandestina chamada de Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e pegou em armas para combater a ditadura com o intuito

⁸³ Em outubro de 1965, o presidente Castello Branco editou o Ato Institucional nº 2, que, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos. No início de 1966, foram organizados os dois partidos que dividiriam a cena política brasileira nos anos seguintes: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena). O MDB assumiu o papel de partido de oposição, e a Arena se tornou o partido do governo. Em 1968, o presidente Costa e Silva decretou o Ato Institucional número 5, o AI-5, que deu plenos poderes ao governo. O Congresso foi fechado e diversos parlamentares tiveram seus direitos cassados. Em 1972, foram restauradas as eleições diretas para senador e prefeito, exceto para as capitais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/143270-anos-60-e-70-ditadura-e-bipartidarismo/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

de instaurar um regime socialista no Brasil. Participou de ações consideradas importantes para os quadros da VPR, figurou nos cartazes de terroristas procurados e foi um guerrilheiro e militante da esquerda revolucionária no Brasil. Levando em consideração a bagagem de experiências familiares contra o nazismo e o stalinismo, fato que sozinho não dá conta em compreender as suas opções políticas e sua aderência à luta armada em nome da “liberdade”, pode ter influenciado os ideais que ele edificou ao longo da sua juventude no bairro de classe média no Rio de Janeiro, do ingresso no tão afamado CAP e com o advento do golpe de 64.

O filho de dois judeus-poloneses que se viram deslocados das suas comunidades e perseguidos pela sua origem, destituídos da liberdade e das escolhas, sobreviventes conforme a situação lhes proporcionava, não ficou indiferente às restrições impostas pelo autoritarismo do regime militar. O cerceamento das liberdades e a estruturação de um ideário moralista, patriótico, hierárquico e excludente surtiu um efeito contestatório diante das revelações do totalitarismo recente e da desestruturação social e familiar resultante dele.

Se, em seu íntimo, ele associava a ditadura repressora com regime que submeteu seus pais ao exílio e às penosas provações durante o conflito mundial, isso não sabemos. O fato é que Sirkis estava imbuído em fazer parte daquilo que acreditou ser uma libertação da ignorância e da uniformidade do meio em que vivia, fato que demonstra ser inegável quando narra a sua aversão à banalidade de um cotidiano pequeno burguês e repele modelos tiranos aos quais não ponderava se adequar.

Não gostava do governo militar, brutal, truculento e antidemocrático. Adotei toda uma bateria de máximas liberais: ‘Não concordo com uma só palavra do que dizes, mas lutarei até a morte pelo teu direito de dizê-las’ ou ‘A liberdade de um homem acaba onde a do outro começa’. Frases que eu deixava cair nos debates com a turma, sonhando ser igual ao Pablo Ortega, aquele personagem do *Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo, que participara de uma revolução, mas mantinha seus valores liberais. Eles, inteligentemente, não desdenhavam as minhas posições e não me discriminavam apesar dos nossos embates ideológicos. Revoltado com o fechamento do nosso grêmio, com a censura do nosso jornalzinho de escola e com a supressão dos jornais-murais, eu concordava também com os objetivos daquela passeata, convocada pela UME e pela AMES, contra as condições imundas e degradantes do Calabouço, o restaurante universitário, contra os acordos MEC-USAID e o pagamento de anuidades. Naquele fim de tarde, em frente ao MEC, a instantes da manifestação, eu já me sentia em luta com o governo, ou melhor, a ditadura (SIRKIS, 1998, p. 51).

A passeata a que Sirkis se refere foi a sua “prova de fogo” contra a ditadura. Ele e um grupo pequeno de colegas do CAP foram até a frente da sede do MEC, no Rio de Janeiro, para protestar contra “a ingerência da USAID, os planos educacionais, as baratas e ratos do Calabouço e a repressão contra os colegas da Faculdade de Filosofia” (SIRKIS, 1998, p.51), em outubro de 1967. Menos de um ano depois, no Restaurante Calabouço, ocorreu a morte de Edson Luiz de Lima e Souto, resultado de outra manifestação contra as condições estudantis. Este episódio surtiu efeito no meio social. Explorado pela mídia no período, ficou provado por laudos periciais que Souto fora alvejado diretamente no coração, desmistificando as falácias de que a polícia atirou para o alto a fim de dispersar os manifestantes, quando uma bala perdida o teria atingido. Souto foi morto dentro do restaurante e não na rua como relatou a versão oficial.

Criado longe do cenário de guerra e destruição a que seus progenitores foram submetidos, experiências que eles não ocultaram do filho, Sirkis cresceu em um ambiente sem privações e necessidades. Vindo do seio de um núcleo familiar de classe média alta, interessou-se por política desde muito cedo, principalmente através das histórias sobre a guerra que o pai compartilhava com ele. O jovem atento aos acontecimentos dos movimentos sessentistas, a idealizar a sua lógica de luta pela conscientização social dos problemas brasileiros, assunto em *voga* nas discussões com os colegas mais teorizados que ele, enxergou nas manifestações juvenis o caminho para as soluções dos problemas nacionais. Mas sobretudo, o movimento estudantil assumiu a forma de controle sobre as suas escolhas, sobre a ideia de liberdade e como um sujeito em seu tempo.

Conjecturas à parte, Sirkis decidiu sair da casa paterna e entrou para a “clandestinidade” em 1968 pela VPR, logo após a sua formatura no CAP. Ele optou em fazer parte de uma geração que aspirou mudar o “mundo” como todo os seus entusiasmos e idealismos adolescentes. Mas o tipo de militância política que muitos destes jovens optaram em aderir, exigia muito mais do que predisposições e heroísmos, pois ela preconizava um estudo aderente das bases e fundamentos socialistas em suas múltiplas variantes sobre qual a política de condução para o país, após a derrota da ditadura, seria implementada. As táticas dispostas para os quadros das organizações exigiam uma razoável bagagem teórica muito bem absorvida pelo indivíduo participante.

Um conjunto de regras e a hierarquização da cadeia de comando seguia princípios militares, onde as ações eram distribuídas aos quadros mais aptos em liderar grupos para implementá-las sem hesitações. Também exigia um treinamento básico e prático com armas e explosivos para empreender as ações que de fato iriam enfraquecer as estruturas

vigentes. Muitos dos integrantes das organizações estavam preparados, tinham o socialismo imbricado em seu âmago, acreditavam nas suas convicções com uma noção clara de que entraram nesta espécie de guerra para matar ou morrer. A militância política assumida nesta forma era mais que uma escolha, era um modo de vida, uma convicção que outros militantes⁸⁴ não conseguiram projetar para si.

Por um lado, a repressão após 1964 e, sobretudo, após dezembro de 1968, dificultou a sobrevivência política dos militantes no local de trabalho e a possibilidade de levar uma vida cotidiana legal no interior da sociedade; por outro lado, a própria dinâmica das organizações armadas empurrava para a militância guerrilheira clandestina [...]. A opção pela clandestinidade rigorosa e pela luta armada imediata, generalizada nas esquerdas em 1969, afastou muitos simpatizantes e militantes de base que, até 1968, acreditavam que ‘só a luta armada derruba a ditadura’ (*slogan* usado na inscrição de cartazes e como palavras de ordem nas passeatas estudantis) (RIDENTI, 2010, p. 244-245).

Imerso neste universo, Sirkis escolheu um caminho adverso às expectativas dos seus progenitores, ocupando um espaço que julgou ser o seu. Na clandestinidade, foi um quadro da VPR de Carlos Lamarca, e, nesta organização, praticou as chamadas “expropriações”⁸⁵ das instituições capitalistas. Participou dos sequestros de dois embaixadores estrangeiros no Brasil. Virou um “comunista” para a desaprovação paterna, pois a sua organização pretendia derrubar o governo imposto pelos militares para implementar um sistema socialista, modelo do comunismo tão odiado pelo seu pai.

Nos arquivos referentes à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontram-se dossiês do Ministério da Aeronáutica - Gabinete do ministro - cujo assunto trata do “Grupo da Ilha” - Departamento da Polícia Federal; Centro de Informações - sobre elementos banidos do território nacional. Estes exilados políticos eram, mais precisamente, “presos solicitados para troca pelo embaixador suíço”⁸⁶ Giovanni Bucher, refém pela VPR (Vanguarda

⁸⁴ Segundo Marcelo Ridente, em seu livro “O fantasma da revolução brasileira”, só eram considerados militantes aqueles que aparecem expressamente qualificados nos processos judiciais do BNM, nos quadros estatísticos, como “militantes” ou profissionais da subversão”. Contudo optamos em denominar como militantes todos aqueles indivíduos que de certa maneira movimentaram-se em prol de alguma causa social contra o modelo de ditadura imposta em 1964.

⁸⁵ Expropriações são assaltos a bancos e a carros-fortes. Chamado assim pelos militantes que não queriam ser comparados a assaltantes comuns.

⁸⁶ Arquivo Público do estado de São Paulo: BR_SPAPESP_DEOPSOS001035. Sobre a vigilância dos exilados banidos do território nacional; guerrilheiros com curso na China e em Cuba. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Popular Revolucionária) no final de 1970 e liberado no início de 1971. Assim como outros quarenta indivíduos banidos em troca do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben, sequestrado dia onze de julho de 1970 e libertado dia quatorze do mesmo mês.

No período em que ocorreram estes sequestros, dois anos após o decreto do AI-5⁸⁷, um razoável número de presos políticos encarava a tortura nos porões do aparelho repressivo.

A repressão se intensificou e se massificou após a edição do Ato institucional n° 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1969, como reação ao início da resistência armada. A partir deste fechamento inédito na história do país, produziu-se a ‘segunda geração’ de exilados brasileiros, mais numerosa, jovem, socialmente mais heterogênea e com destinos mais diversificados (Argentina, Chile, países europeus). Muitos dos integrantes desta segunda geração percorreram vários países de acolhida, conforme foram sendo expulsos de seus primeiros destinos, em razão da multiplicação de ditaduras (Uruguai, Chile, Argentina) no continente durante a década de 1970 (MARQUES; ARTURI, 2014, p. 156).

Os sequestros de embaixadores, inicialmente com o êxito, como o caso do embaixador estadunidense, caracterizaram-se como um meio promissor das organizações clandestinas para libertar aqueles companheiros que sofriam as agruras da prisão. Os canais de mídia irradiaram as notícias dos sequestros, dando vãs esperanças à existência de “grupos terroristas” que agiam dentro das fronteiras nacionais, aterrorizando a população. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo* de 8 de dezembro de 1970, “o embaixador da Suíça no Brasil, sr. Giovanni Enrico Bucher, foi sequestrado pouco antes das 9 horas de ontem, no Rio, por um grupo de terroristas - oito homens e uma mulher”. Os sequestros de autoridades estrangeiras alcançaram algum êxito, o que era uma estratégia para chamar a atenção da sociedade brasileira e da opinião internacional para os abusos da violência empregada contra presos políticos.

O sequestro do embaixador suíço foi o mais longo em termos de negociações até se chegar a um consenso. Após intensas discussões foram libertados, ou melhor, banidos do país para o Chile setenta pessoas envolvidas de forma direta e indireta com a “subversão” e o “terrorismo”. Quatorze meses separam o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick⁸⁸, realizado por grupos de esquerda, do suíço Bucher. Neste interregno,

⁸⁷ Ato Institucional de n° 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, vigorando até dezembro de 1978, possibilitou uma miríade de perseguições e ações arbitrárias.

⁸⁸ A primeira ação desta natureza no Brasil ocorrida durante o regime militar resultou em uma ação audaciosa para os grupos clandestinos de esquerda. O sequestro do embaixador norte-americano Charles

o embaixador alemão Von Holleben entrou para a lista dos diplomatas que dariam salvo conduto a quarenta presos políticos, entre eles constavam os sequestradores de Elbrick⁸⁹. Os órgãos de segurança prendiam e torturavam militantes “caídos”, esquadrinhavam “aparelhos” e estruturavam as informações para lidar com os casos dos embaixadores estrangeiros no Brasil.

Apesar atingir resultados positivos nos sequestros anteriores, no de Bucher “o Governo Médici decidiu mudar de orientação. Desta vez recusou vários nomes da lista original: presos sob acusação ou condenação por homicídio, condenados à prisão perpétua, participantes de sequestros, etc.” (GORENDER, 1987, p. 196). Também determinou que os banidos pudessem optar pelo país que desejassem ser asilados, sendo que alguns optaram em continuar no Brasil, retirando-se da lista em questão. As negociações em caráter sigiloso, apesar da imprensa noticiar com certa frequência, arrastaram-se por um período maior que o esperado, gerando discussões dentro do grupo de sequestradores sobre a demora da parte do governo, as negociações e se o diplomata deveria ou não ser executado. Por fim, após as resoluções, os setenta partiram para o Chile, e o embaixador Bucher foi libertado. Mas este seria o último sequestro, uma “forma de luta” segundo Gorender (1987, p.196), que se exauriu por conta da soma de alguns fatores e mudanças. No entanto, os “banidos” seriam constantemente monitorados da partida do Brasil à chegada e permanência no exílio, segundo o documento supracitado do Ministério da Aeronáutica referente ao “Grupo da Ilha”.

Sirkis tornou-se um exilado político, mas não em razão das trocas dos embaixadores, embora tenha participado de ações de sequestro. Por conta das investidas da repressão contra os indivíduos “sequestradores”, ele decidiu sair do país no auge do desmantelamento das organizações clandestinas em 1971, regressando somente em 1979 com a Lei de Anistia. Na verdade, ele se autoexilou em meio às baixas e à aniquilação da VPR como organização revolucionária, abandonando a militância no Brasil. Contudo, estava consciente do que esta decisão acarretaria. Alguns o criticaram por “desbundar”⁹⁰,

Burke Elbrick, em setembro de 1969, contou com o planejamento do grupo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da execução conjunta com a ALN (Ação Libertadora Nacional). Elbrick foi trocado por quinze presos políticos. Na lista dos quarenta presos para troca de Von Holleben constavam alguns dos participantes no sequestro de Elbrick.

⁸⁹ Sobre os dois embaixadores pelos quais Sirkis fora condenado a prisão perpétua, pela Lei de Segurança Nacional: o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, sequestrado em 11 de junho de 1970 e liberado no dia 16 de junho do mesmo ano e suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em 7 de setembro de 1970 e libertado em 14 de janeiro de 1971. O sequestro de Von Holleben foi o segundo destinado a libertar presos políticos, mais precisamente, quarenta pessoas.

⁹⁰ Jargão utilizado pelos militantes de esquerda clandestinos, referentes àqueles que abandonavam a luta pelo socialismo e contra a ditadura.

por não ser corajoso o suficiente e manter a posição de enfrentamento ao regime, outros o apoiaram, pois fariam o mesmo caso pudessem ou tivessem condições.

Antes de partir, confidenciou a um companheiro: “Você é o primeiro que [es]tou comunicando. Decidi me desligar da VPR e ir pro exterior. Acho que [es]tamos nas últimas. Não vamos fazer revolução porra nenhuma, tamos totalmente isolados das massas, não acredito mais que possa dar certo” (SIRKIS, 1998, p. 378). Contava com a simpatia de muitos dos companheiros que não acreditavam mais na derrubada do regime ou na reviravolta do quadro crítico em que se encontravam, não viam outra saída e não queriam morrer, a grande maioria estava descontente com a “luta” por um Brasil melhor, ou com o tipo de “luta”.

Mesmo com a decisão de ir embora do país, Sirkis preocupava-se com as mortes dos quadros da organização que estavam ocorrendo em larga escala. Para ele:

Muito pior eram as perdas humanas. A morte súbita dos companheiros me deixou arrasado. O fato de não me dar com eles fazia doer ainda mais, sentia-me culpado. Por Ivan, valente, implacável na sua determinação como no seu sectarismo. Confuso politicamente, stalinista, mas dera a vida pela revolução. Acaso podia exigir-lhe mais? Onório, com suas espinhas adolescentes. Feições magras e pálidas, atrás dos óculos esverdeados. Assustadiço, agressivo. Ar inquieto de puberdade. Fim aos 19 anos, numa *fruit en avant*, fuga pra boca do leão, pro campo de mira das metralhadoras dos homens sem rosto. Seu corpo comprido, macérrimo, estava sem vida, gelado, num gavetão do necrotério, e a sua foto infante-juvenil, de carteira de colégio, era exibida como um troféu para milhões de telespectadores. “Terrorista de alta periculosidade”, dizia a anota do 1º Exército (SIRKIS, 1998, p. 382).

Ele se refere à morte dos companheiros da VPR, Gerson Teodoro de Oliveira de 23 anos e Maurício Guilherme da Silveira de 19 anos, que seriam suspeitos de participarem do sequestro do embaixador suíço, conforme anunciado no programa televisivo Reporter Esso⁹¹. Segundo a versão oficial, os dois militantes morreram em decorrência de um “tiroteio” com forças de segurança, ambos ficaram feridos e não teriam resistido até a chegada a um hospital. Contudo, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos chegou à conclusão de que a versão sobre o “tiroteio” era uma falácia, isso após uma análise dos indícios, dos fatos ocorridos e de documentação.

⁹¹ Os Carbonários, 1988.

O “aparelho” em que se encontravam os dois militantes estava sob a vigilância da repressão já fazia algum tempo⁹² e, segundo o relatório da comissão, os dois teriam sido capturados com vida e levados para interrogatório, torturados e mortos em decorrência desta situação. Sirkis lamentou estas mortes e como se autodefinia um sujeito “bem-criado”, conhecedor das letras e dos livros, com condições financeiras suficientes para partir, fez um balanço geral da situação da VPR e das outras organizações em relação às ações e quedas dos seus quadros. Percebeu que se permanecesse no país acabaria em uma situação semelhante à de Oliveira e Silveira e de outros companheiros detidos.

O dilaceramento no interior dos grupos armados não era vivido apenas pelos militantes, indecisos entre deixar a sua organização-e se sentirem traidores, humilhados pelos companheiros como ‘desbundados’- e permanece na luta, que traria quase fatalmente a prisão ou a morte. [...] O dilaceramento era também dos próprios grupos, cada vez mais cortados por cisões, conforme crescia seu isolamento social. Em 1971, as organizações armadas já eram quase totalmente marginais. A partir de então, sua dinâmica autodestrutiva - embora entremeada por um discurso e uma prática armada que privilegiavam a sobrevivência material dos grupos guerrilheiros urbanos - expressava-se, por exemplo, nos casos de ‘justiçamentos’ de militantes considerados traidores, que eram julgados à revelia, por um ‘tribunal revolucionário’. Se fossem condenados no ‘julgamento’, deveriam ser executados, ou ‘justiçados’, como se dizia no jargão dos guerrilheiros (RIDENTI, 2010, p. 270)

A VPR apresentava, de acordo com Sirkis (1998, p. 365), uma “situação de crise orgânica e material. Tínhamos poucos aparelhos e estes já estavam bastante sobrecarregados. A repressão era cada vez mais intensa e eram de prever quedas”. Contudo, ela já havia sido uma organização de esquerda clandestina de significativa atuação, tendo como líder o “procurado” capitão Carlos Lamarca. Em determinado período da sua existência, reuniu nomes que se tornaram famosos entre os agentes da repressão pelo teor das ações e militarização dos seus quadros.

A Vanguarda Popular Revolucionária foi criada por integrantes da Política Operária (POLOP) e por ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) em 1968. A sua origem se deu a partir do desmantelamento da chamada “Guerrilha do Caparaó”, resultante de um trabalho envolvendo os sindicatos de operários paulistas durante a greve dos metalúrgicos, em 1968. Seus quadros se constituíam em maioria por estudantes e ex-militares.

⁹² Dos Filhos deste Solo, 2008.

Dentre os grupos de esquerda clandestinos e revolucionários foi um dos de maior expressão durante o regime ditatorial. Vinculada ao nome de Carlos Lamarca, um militar que desertou da corporação que servia em Osasco, São Paulo, juntamente com outros militares e um arsenal de armamentos, a VPR embasava-se em teses “guevaristas” e nas influências socialistas do POLOP. Em 1969, ela juntou-se ao Comando de Libertação Nacional (COLINA) para formar a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), mas acabou por retomar a sigla no mesmo ano⁹³.

A organização de Lamarca realizou um número significativo de ações armadas e com isso foi atingida por uma sucessão de prisões de seus militantes entre os anos de 1968 e 1971, quando a organização entrou em declínio.

A partir de 1971, entretanto, a VPR mergulhou em uma crise envolvendo divergências, prisões e mortes que praticamente desestruturou a organização no país no segundo semestre daquele ano. Lamarca, pouco antes, afastara-se do grupo, indo militar no MR-8, nas fileiras do qual viria a ser morto. No ano seguinte, ainda houve uma tentativa de rearticulação da VPR no Nordeste, orientada do exterior por Onofre Pinto e executada no país pelo cabo Anselmo, agente infiltrado que provocou a chacina de seis militantes em Pernambuco, conhecida como Massacre da Chácara São Bento (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 319).

A VPR foi uma das responsáveis pelo sequestro de três cônsules estrangeiros no Brasil, o da Suíça, da Alemanha e do Japão que foram planejados e executados a fim de obter a libertação de militantes que se encontravam presos e torturados. Estas ações acabaram por projetar a organização como altamente perigosa para a ditadura, que dispensou muito dos seus esforços para o seu desmantelamento completo. Esforços que levaram a sua desestruturação no ano de 1971, a partir de crises internas, de prisões e mortes da quase a totalidade dos seus integrantes. Antes de dissolver-se por completo, Onofre Pinto tentou rearticular a organização, juntamente com o agente infiltrado cabo Anselmo, porém, não deu sustento por muito mais tempo.

Nesta tentativa de rearticulação projetada para a VPR, Pinto acabou sendo preso quando retornava ao Brasil em 1974 com a finalidade de juntar-se a um pequeno grupo e dar continuidade às ações da VPR. O cabo Anselmo, que veio a falecer recentemente, foi considerado um agente infiltrado a serviço da repressão por denúncias de militantes da esquerda revolucionária. Ainda hoje, seu nome desperta conturbadas opiniões entre

⁹³ Dos Filhos deste Solo, 2008.

aqueles que sobreviveram⁹⁴ à ditadura, pois, segundo eles, a sua colaboração com a repressão resultou nas prisões e mortes de companheiros militantes, como por exemplo: a emboscada na Chácara São Bento, em Pernambuco, onde seis quadros da VPR foram detidos e mortos sob tortura.

Uma das mortes resultantes da emboscada em Pernambuco foi a de Pauline Philipe Reichstul, integrante da VPR e uma “estrangeira”. Assim como Sirkis, Reichstul tinha descendência judaica. Ela nasceu no ano de 1947 em Praga, na antiga Tchecoslováquia e hoje capital da República Checa. Era filha de Selman e Ethel Reichstul, dois judeus-poloneses sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Selman era mecânico profissional e imigrou para o Brasil em 1953. Ethel chegou ao país em 1955 com Pauline, então com nove anos, para juntar-se ao marido. Ambos constam como apátridas pelas fichas de qualificação de imigrantes emitidas pelos consulados brasileiros na Europa.

Aos dezoito anos, Reichstul foi morar em Israel onde estudou e trabalhou por cerca de um ano e meio. Após este período, foi para a França e depois à Dinamarca e, por fim, em 1966 fixou residência na Suíça onde graduou-se em Psicologia pela Universidade de Genebra no ano de 1970. Durante a sua estada na Suíça, ela manteve contato com brasileiros exilados, pois fazia parte de um grupo de resistência ligado às denúncias contra as violações dos direitos humanos decorrentes de regimes repressores, trabalhando com vários órgãos de divulgação das violações de direitos humanos, torturas e desaparecimentos ocorridos no Brasil.

Em 1972, ela retornou ao Brasil e aderiu à luta armada ingressando na VPR em um momento bastante delicado para as organizações de esquerda clandestinas. Morreu em decorrência de um “tiroteio com forças de segurança” em 1973, no que ficou conhecido como o “Massacre da Granja São Bento”. Este suposto “tiroteio” encobriu as reais circunstâncias sobre a sua morte⁹⁵. Os órgãos de repressão conheciam a sua

⁹⁴ José Anselmo dos Santos foi um dos líderes da Revolta dos Marinheiros ocorrida em 1964 um pouco antes do golpe civil-militar. Após a implementação da ditadura, ele passa a atuar ao lado da oposição ao novo regime. Fez treinamento de guerrilha em Cuba. Retornou ao Brasil no comando regional da VPR e com o desenrolar dos acontecimentos passou a trabalhar como agente infiltrado da repressão.

⁹⁵ Segundo as investigações posteriores sobre o suposto “tiroteio”, descobriu-se que Pauline e Soledad Barret foram detidas na loja que Barret trabalhava em Pernambuco como fachada. As duas foram abordadas por agentes e levadas sob muita violência para outro lugar. Dos seis integrantes da VPR que morreram na suposta emboscada na São Bento, sabe-se hoje que foram apanhados, separados e levados para interrogatório e tortura, o que ocasionou as suas mortes, sendo montada a cena da suposta emboscada e do tiroteio travado entre os militantes e os agentes de segurança. Cabo Anselmo, que tinha uma relação amorosa com Barret, foi apontado pelos companheiros como o delator do grupo que retornava ao Brasil. Assim foi possível prende-los separados e quase ao mesmo tempo. Ver em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/pauline-reichstul/>. Acesso em: 29 dez 2022.

verdadeira identidade, mesmo assim a enterraram como indigente no cemitério da Várzea⁹⁶ em Recife. Pouco tempo depois, no mesmo ano, a família recebeu permissão para exumar e trasladar o corpo para o Cemitério Israelita de Pernambuco.

As motivações de Reichstul para regressar ao Brasil durante um período tão conturbado podem ter sido inúmeras, mas levando em consideração a sua atuação e envolvimento com os relatos das graves violações de direitos do regime ditatorial junto aos exilados brasileiros, inferimos que ela optou por participar de uma maneira que julgou mais efetiva para as questões das violações. O ingresso tardio na VPR, em um período em que a organização estava efetivamente sendo desmantelada, nos alerta para o fato de engajamentos militantes além das fronteiras nacionais. É possível que outras questões estavam sendo consideradas por ela, como o fato de o irmão Henri ser um militante ativo contra a ditadura brasileira.

Assim como Pauline, Henri Reichstul também era um quadro da VPR. Preso em 1970, interrogado e torturado, ele prestou um depoimento aos órgãos repressores onde aparece o nome da irmã⁹⁷, proporcionando aos agentes de segurança o conhecimento dela. Anos depois do término da ditadura, Henri fundou o Instituto Pauline Reichstul com o dinheiro proveniente da indenização recebida pela família sobre a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte da irmã. Esta associação não tem fins lucrativos e define-se em prol da justiça social⁹⁸, tendo a sede na cidade de Belo Horizonte.

Um conjunto de fatores podem ter influenciado Reichstul a engajar-se na luta armada, como por exemplo a prisão do irmão pela repressão, o contato que teve no exterior com as graves violações dos direitos humanos, ou ainda, o contexto familiar de deslocamento da Europa com a guerra e razão do nazismo. Mas havia uma influência mais íntima com a causa revolucionária: a sua relação com o militante Ladislau Dowbor⁹⁹, com quem acabou se casando na Suíça quando ele fixou residência após ser “banido” do território nacional, em 1970. Mas a relação entre eles era anterior à Suíça. Reichstul e Dowbor se conheceram no Brasil antes do golpe e, depois, foram viver juntos em Israel

⁹⁶ Dossiê Ditadura, p. 412.

⁹⁷ É provável que a repressão já tivesse conhecimento de Pauline, porém, Henri ficou pouco tempo preso, o que para muitos militantes significava que o companheiro teria “aberto tudo”, ou seja, delatado outros companheiros de militância, esconderijos e pontos de encontro. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/depoimento-de-henri-philippe-reichstul-na-oban>. Acesso em: 19 jul. 2020.

⁹⁸ Sobre o instituto ver em: https://www.facebook.com/pg/InstitutoPauline/about/?ref=page_internal. Acesso em: 19 jul. 2020.

⁹⁹ Ladislau Dowbor nasceu em 1941, na fronteira espanhola nos Pirineus, pois a família teve que sair da Alemanha em razão do nazismo. Foram morar na França e de lá vieram para o Brasil.

no ano de 1964. Dowbor também era um “estrangeiro” imigrante de origem polonesa que chegou ao Brasil como apátrida junto com os pais em 1951¹⁰⁰.

Sirkis, Reichstul e Dowbor tinham origem judaica do leste europeu. Eram imigrantes ou filhos destes que se deslocaram para o Brasil após o final da Segunda Guerra Mundial tendo vivenciado o conflito ou o antissemitismo na Europa. Os três integraram a VPR e envolveram-se com as ações armadas da esquerda revolucionária. As suas relações permeiam dois eventos repressivos, violentos e excludentes. Como eles, há outros descendentes do pós-guerra e sobreviventes que se envolveram com a oposição à ditadura brasileira. Não nos compete aqui trazê-los em seus percursos de vida, bem como Reichstul e Dowbor configuraram-se em um exemplo para determinar esta significativa participação de “estrangeiros” durante o período autoritário brasileiro ao lado das organizações clandestinas, aspirantes a modelos socialistas de governo para o país.

As conexões entre eles nos conduziram aos fatos relacionados com a repressão do regime brasileiro em relação aos judeus “estrangeiros”. Pensando nesta conexão, um ano antes de Reichstul retornar ao país para fazer parte da reorganização da VPR na região nordeste do Brasil em 1971, Sirkis ressentia-se com as prisões dos companheiros integrantes da sua organização. Encontrava-se isolado e pensando no autoexílio.

Apesar das inúmeras ações “subversivas” nas quais participou e de estar nos cartazes de terroristas procurados pelos órgãos de informação e repressão, para o Ministério do Exército, II Exército, na informação de número 163, consta “ter vida legal e viajou para o Chile, sendo provável que regresse ao Brasil”¹⁰¹. Bem-informada, a repressão estava certa quanto a partida voluntária de Sirkis, feita inicialmente para Buenos Aires com destino ao Chile em um voo comercial saindo do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, no dia 5 de maio de 1971.

O nome de Sirkis aparece no documento do CISA - Ministério da Aeronáutica - datado de 25 de maio de 1972¹⁰² como participante no sequestro do embaixador alemão a partir dos depoimentos de Alex Polari de Alvarenga, Manuel Henrique Ferreira e José

¹⁰⁰ Ficha Consular de Ladislau Dowbor. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QSQ-G967-4FHL?i=314&cc=2140223&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQKMS-LH4J>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹⁰¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP - Documentos digitalizados - BR_SPAPESP_DEOPS_SAN_P003326_01, 1971, p. 2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

¹⁰² Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP - Documentos digitalizados - BR_SPAPESP_DEOPSOS000241, p.114-115. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Roberto Gonçalves de Rezende, que se encontravam presos. O documento em questão trata dos sequestros dos dois embaixadores, Bucher e Von Holleben, empreendidos pela VPR e abrange uma lista de indivíduos envolvidos, a localização do “aparelho” em que ficou o embaixador alemão, a falta da localização do “aparelho” em que ficou detido Bucher, de quem viajou para fora do país, de quem morreu e de quem estava preso.

A circulação de informações sobre as atividades de elementos exilados era constante. Informações de ordem relativa à saúde pessoal, das relações íntimas e pessoais, das divergências ideológicas, dos possíveis regressos do exílio e as articulações políticas eram devidamente elencadas nos informes dos órgãos de segurança brasileiros, muitos feitos por informantes infiltrados no exílio. O repasse destas informações para os órgãos interessados a partir da vigília sobre estes indivíduos, resultou nas mortes daqueles que retornaram clandestinamente ao país, com o intuito de se rearticularem.

Os que sobreviveram seguiram a vida de exilados políticos em países europeus, para onde se deslocaram após os seguintes golpes aos governos no Chile, na Argentina e no Uruguai. Assim, entre os abalados emocionalmente e desiludidos em processos de reavaliação da luta contra o regime e aqueles que firmemente retornaram com a intenção de retomar a luta, os órgãos de segurança compilavam nomes, codinomes, organizações pertencentes entre outras informações importantes sobre eles.

Sobre o exílio é preciso ressaltar que este se tornou uma saída oportuna, ou mesmo a única opção, para muitos militantes dos grupos de esquerda revolucionários no Brasil. Voluntário ou não, o indivíduo que se encontrava nesta condição enfrentava percalços e desafios nos países estrangeiros, pois, além de vigiados, muitos foram perseguidos nos países em que se estabeleceram, principalmente quando os modelos ditatoriais assolaram o continente latino-americano.

No Chile, por exemplo, a vida dos exilados não demonstrava ser fácil. Apesar de estar longe da repressão brasileira, os exilados não se livraram do controle da repressão brasileira. A comunidade de informações mantinha contatos privilegiados após a organização da Operação Condor. Sirkis e os companheiros de exílio estabeleceram relações com militantes de organizações esquerdistas no Chile, formaram uma rede de apoio por cumplicidade de causa. Eles sabiam das investidas dos agentes brasileiros sob a suas vidas no exílio e estas, muitas vezes, eram precárias em termos de documentação e mobilidade.

Com visto de turista em seu passaporte, Sirkis entrou no Chile e iniciou uma carreira jornalística como correspondente do jornal francês *Libération*, profissão que

manteria em exercício na Argentina e depois em Portugal. Juntamente com outros companheiros de militância e organização, ele fixou residência em Santiago do Chile até o golpe que derrubou o presidente Salvador Allende em 1973 e que resultou em sua morte¹⁰³. Diante dessa situação e com a implementação de um modelo ditatorial violento regido pelo general Augusto Pinochet, a situação dos brasileiros exilados passou a ser crítica, já que muitos eram vigiados e conhecidos pela repressão brasileira que passou a contar com a DINA (Dirección de Inteligencia Nacional) para “caçar” os “banidos”.

São divergentes as informações sobre Sirkis nos fragmentados documentos produzidos pelos órgãos de informação e repressão, que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). A começar pelo seu sobrenome que apresenta mudanças da grafia, como por exemplo: “Syrkis” ou “Sirkys”, quando a forma correta é “Sirkis”¹⁰⁴. Outra questão refere-se à sua condição como “banido”, pois em um documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Setor de Análise Operações e Informações, pasta 98, doc. 4, consta: “Elemento procurado pela Justiça Militar e foi Banido do Território Nacional”¹⁰⁵. Mas sabemos que esta não era a sua situação no exílio, pois Sirkis saiu em situação legal do país.

A partir de um comparativo de datas nos referidos documentos, percebe-se que os órgãos de informação e repressão não sabiam da sua verdadeira identidade, ou não associaram o indivíduo ao nome, já que as informações são de um período posterior à sua partida para o exterior. Nas fichas do Dops consta que Sirkis “deixou o Brasil, embarcado legalmente pelo Aeroporto do Galeão com destino a Buenos Aires”, informação correta. Acrescenta também que: “É um dos sequestradores do Embaixadores Von Holeben e

¹⁰³ O golpe de Estado no Chile, a morte em martírio de Allende, a implantação do regime autoritário e a duríssima repressão contra simpatizantes da Unidade Popular – doravante UP – e de outras agrupações provocaram repercussões imediatas – favoráveis ou contrárias – em quase todas as capitais latino-americanas. Alguns países decretaram luto oficial (Argentina, México); outros lamentaram profundamente a morte do mandatário – com ou sem condenação expressa do novo regime militar –; alguns manifestaram privadamente satisfação com a queda do modelo da “via pacífica ao socialismo”, impulsionada pelo governo da Unidade Popular – a esse respeito, parece pertinente adiantar que os governos do Brasil, da Guatemala, do Paraguai e do Uruguai foram os primeiros do continente e do mundo a aceitar a manutenção das relações diplomáticas com o regime militar chileno –; e outros suspenderam suas relações diplomáticas com Santiago (Cuba). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/cKZLbWqYyRFGcvXs4wzbMPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jul 2023.

¹⁰⁴ Alfredo levou o sobrenome paterno de forma alterada de Syrkis para Sirkis no registro de nascimento.

¹⁰⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo- APEESP- Documentos digitalizados- BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSA002931- BR_SPAPESP_DEOPSSFIEXSAN008779- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Giovani Enrico Bucher ocorrido no Rio de Janeiro”¹⁰⁶. Inferimos que a repressão passou a ter conhecimento de quem ele era realmente em um período posterior à sua saída do país, pois não nos parece que, se soubessem dele, permitiriam que um “terrorista” e “sequestrador” viajasse para o exterior como turista.

O informe a seguir esclarece os fatos em relação a esta questão, a partir do reconhecimento de quem era Sirkis:

Por comparação de fotografias trata-se da mesma pessoa de ANDRE ALBUQUERQUE E LINS ou ANDRE LUIZ ALBUQUERQUE MURBACH, elemento que por ocasião da queda do Presidente Allende encontrava-se no Chile, tendo se asilado na Embaixada do México ou Suécia¹⁰⁷.

A ficha do DOPS referente a André Albuquerque Lins define que ele é “brasileiro e participante do governo comunista de Allende até 11/09/73”; o seu destino é o “Panamá após/73”; destino atual: “?”; “Terrorista”. Em outra ficha do Dops referente a Albuquerque Lins encontramos a confirmação de que ele e Sirkis são a mesma pessoa. A pasta contendo o Informe 0264¹⁰⁸ do CISA está nominado como: “Alfredo Helio Sirkis”, cujo conteúdo informativo é o mesmo da ficha supracitada.

Nesta mesma pasta de fichas referentes a ele, consta um comunicado do II Exército datado de 14 de junho de 1971, onde conferimos a seguinte informação:

O marginado é militante da/ VPR e tomou parte nos sequestros do Embaixador Alemão em 11.06.70 e Embaixador Suíço (07.12.70), sendo que/ nestas duas ações atuou como motorista e interprete. Roubo de carros (3), e assalto a Agência de São Jose do Meriti da Agência União de Bancos Brasileiros, assalto a um carro pagador em São João do Meriti. Tendo viajado para o Chile com provável regresso ao Brasil. Pasta Ministério do Exército 9 doc. 28¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP- Documentos digitalizados- BR_SPAPESP_DEOPSSFITEXNS001052- BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNL001677- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

¹⁰⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP- Documentos digitalizados- BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSA002931- BR_SPAPESP_DEOPSSFIEXSAN008779- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

¹⁰⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP- Documentos digitalizados- BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICONSA002931- BR_SPAPESP_DEOPSSFIEXSAN008779- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

¹⁰⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP- Documentos digitalizados- BR_SPAPESP_DEOPSSFIEXSAN008779- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

No que diz respeito à documentação produzida pelos órgãos de segurança, Sirkis acabou sendo “reconhecido como um dos terroristas que assaltou hoje a INDÚSTRIA CIMO/AS., em Santo André, espalhando panfletos subversivos ‘Venceremos’ nº4 e pichando as parêdes com a sigla da “alça de mira” da ALN” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1971)¹¹⁰. Em outro documento do Ministério do Exército com data de 01 de julho de 1971, verificamos uma relação de ações atribuídas à participação de Sirkis, enumeradas da seguinte maneira:

O epigrafado é militante da VPR e tomou parte nas seguintes ações, na GUANABARA:

- Sequestro do Embaixador Alemão (11 Jun 70)
- Sequestro do Embaixador Suíço (7 Dez 70)
- Nas duas ações acima atuou como intérprete e motorista;
- Roubo de 3 carros, em uma garagem da Rua JOSÉ BONIFÁCIO (12 Out 70);
- Assalto à Agência de SÃO JOÃO DE MERETI da UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS (6 set 70);
- Assalto a um carro pagador em SÃO JOÃO DO MERETI (Set 70) (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1971)¹¹¹.

O periódico *Folha de S. Paulo*, de 4 de janeiro de 1972, divulgou uma notícia sobre alguns assaltos ocorridos no Rio de Janeiro no dia anterior. Nela, encontramos uma lista com os nomes dos supostos “assaltantes”, identificados pelos órgãos de segurança, e seis reproduções fotográficas dos referidos “terroristas”, entre eles Sirkis.

Pela manhã cinco homens e três mulheres entraram no posto policial da PM, na favela Nova Holanda, dominaram os três patrulheiros, que não puderam reagir devido às crianças que brincavam perto. O bando, armado de metralhadora, levou fardas e armas. Fugiram em direção a Campo Grande. Os órgãos de segurança já identificaram 6 deles: Alfredo Helio Syrkis, o ‘Montanha’, ‘Victor’ ou ‘Fritz’; Antonio Prestes de Paula, o ‘Alfredo’, ‘Ciro’ ou ‘José’; João Lopes Salgado, o ‘Dino’, ‘Maurilho’, ‘Xisto’, ‘Pajé’, ‘Fio’, ‘Diogo’, ‘Thiago’ ou ‘Ribeiro’; José Pereira da Silva, o ‘Alexandre’ ou ‘Antonio’; Helcio Pereira Fortes, o ‘Alex’, ‘Ernesto’ ou ‘Nelson’ e uma das mulheres, Carmem Monteiro Jacomini, a ‘Coelhinha’, ‘Patricia’, ‘Claudia’ ou ‘Fátima’¹¹².

¹¹⁰BR_SPAPESP_DEOPS_SAN_P003326_01, 1971, p. 3. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_documento. Acesso em: 12 set. 2022.

¹¹¹BR_SPAPESP_DEOPS_SAN_P003326_01, p. 2. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_documento. Acesso em: 12 set. 2022.

¹¹²“Três assaltos ontem no Rio”, p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=4258&anchor=4626466&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=420d8e6ee2ad702297214bcb8b4e4be9>. Acesso em: 20 abr. 2020.

No dia em que ocorreu o suposto assalto, Sirkis já se encontrava no Chile, portanto, são ínfimas as probabilidades de ele ter retornado ao país para efetuar uma ação desta natureza arriscando suas chances de sobrevivência, conforme a notícia. Diríamos que a repressão aproveitou a ocasião para “legalizá-lo” como um “terrorista procurado”, pois naquela altura dos acontecimentos ela sabia do seu envolvimento com os sequestros dos embaixadores.

As seis reproduções fotográficas que ilustram a notícia, em uma ordem da esquerda para a direita, sendo de duas em duas no sentido horizontal, são de: Antônio Prestes de Paula, José Lopes Salgado, Alfredo Hélio Sirkis, Carmem Monteiro Jacomini, José Pereira da Silva e Hécio Pereira Fortes. Quatro deles sobreviveram à ditadura. Fortes morreu em 28 de janeiro de 1972 decorrente de um “tiroteio” com forças de segurança, vinte e quatro dias após a sua identificação. Exposto semanas antes como “assaltante” e “terrorista” pelo periódico supracitado, sua morte justificou-se por tratar-se de um elemento de “alta periculosidade” e procurado pelos órgãos afins. Jacomini exilou-se no Chile e, com o golpe de 1973, ela acabou por deslocar-se para a França onde veio a falecer em decorrência de um acidente automobilístico no ano de 1977.

Pensamos que os órgãos de informação e repressão tinham interesse na divulgação de notícias sobre assaltos vinculados ao “terrorismo” mesmo que as autorias não fossem necessariamente verídicas. Se os indivíduos realizaram ou não as ações descritas pelos periódicos não tinham muita importância, visto que onde se desejou chegar não é somente a existência do “terrorismo”, mas atribuir o maior número possível de ações aos elementos “terroristas” cujo alcance vitimizaria a população. Como os órgãos de repressão perderam Sirkis quando ele viajou para o Chile “legalmente”, precisaram marcá-lo como um “terrorista”, pois as informações constantes nos documentos oficiais advertem para a possibilidade do seu regresso ao país e, caso isso ocorresse, seria mais fácil eliminá-lo por “versões oficiais”.

Após o golpe chileno, ele e um pequeno grupo de exilados conseguiram sair do país rumo à Argentina. Ficou lá até golpe de 1976 que derrubou o governo de Isabelita Perón, quando foi implementada outra ditadura violenta sob a égide de uma junta militar. Com as mudanças políticas nos países latino-americanos em que viveu depois de 1971, Sirkis optou por ir para a Europa, mais precisamente para França e depois Portugal. A sua jornada de exílio durou quase nove anos e fez isso conforme a situação lhe impunha para a condição de um ex-militante da VPR condenado por “terrorismo” em seu país de origem. Durante este período vivenciou as efervescências de dois golpes de Estado,

trabalhou como correspondente da imprensa cobrindo muitos dos eventos que levaram a mudanças políticas no Chile e na Argentina; sob pseudônimo, conheceu lugares, pessoas, militantes, perdeu amigos. Enfim, passou por diversas experiências.

Retornou ao Brasil com a Lei de Anistia resultante de uma movimentação de vários setores da sociedade civil antes de ser elaborada e sancionada pelo governo do então presidente militar João Batista Figueiredo, em dia 28 de agosto de 1979. Ela proporcionou o indulto a presos políticos, exilados, agentes da repressão e militares. Apesar da conquista, ela perpetrou algumas restrições, visto que não beneficiava todos os indivíduos como os “terroristas” condenados por homicídio e sequestro que cumpriam pena. A contrapelo, outros indivíduos em igual situação, mas que ainda tinham como apelar para tribunais superiores, poderiam ganhar o indulto. Esta restrição motivou vários protestos e apelos, bem como da extensão de anistia para aqueles indivíduos que infringiram a tortura, assassinatos e desaparecimentos em nome do regime, em uma lógica dos chamados “crimes conexos”¹¹³.

Em seu primeiro momento a lei de 1979 não favoreceu Sirkis. Ele se encontrava fora do país e fora julgado e condenado à revelia pela Lei de Segurança Nacional. Dizemos isto de acordo com uma de suas fichas do Dops, que consideram ele um “elemento condenado excluído da Lei da Anistia. Art. 27 DL 898/69 - 30 anos de reclusão - 1º [sic] 2º CJM”. Entretanto, como constatamos, estas fichas apresentavam várias informações com diferentes datas. Assim, o informe na ficha acima, com data de 28 de abril de 1978, afirma que: “segundo publicação do jornal Folha da Tarde, consta que o E. STM, confirmou absolvição do nominado, acusado de ter participado de ações da VPR”¹¹⁴. Isto se deve ao fato de que, em seguida à aprovação da Lei de Anistia, os presos acabaram sendo libertados de modo geral, os processos foram revistos pelo tribunal militar e o indulto acabou tornando-se uma prática irrestrita.

Em síntese, Alfredo Sirkis vivenciou um momento muito difícil da história brasileira. Devido às suas escolhas ele se viu obrigado a deixar o país e a família. Quando retornou, construiu uma carreira que o manteve próximo das causas sociais e de uma

¹¹³ Segundo a Agência do Senado, esta questão era o ponto obscuro da Lei da Anistia. Ela não cita especificadamente militares, agentes, policiais, delegados, apenas que seriam anistiados todos que tivessem cometido “crimes conexos”, ou seja, “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Ver em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹¹⁴Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP- Documentos digitalizados- BR_SPAPESP_DEOPSSFIEXSAN008779- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 12 jan. 2021.

carreira pública por muitos anos. Sobrevivente de um processo que condenou os militantes da esquerda revolucionária à morte, ele veio a falecer em outubro de 2020, vítima de um acidente automobilístico. Deixou dois filhos adultos, a mãe sobrevivente da Segunda Guerra e um legado de “lutas” entre o protagonismo político idealista típico dos sessenta e setenta em um cotidiano juvenil de namoros, flertes, cinema, encontro com amigos, estudos – o que estava no horizonte de um “estrangeiro” judeu-polonês.

2.2.2 Daniel Rus: um peronista judeu-polonês no regime genocida de Videla

Quando os pais de Daniel Lázaro Rus deixaram o continente europeu em razão do antissemitismo e das atrocidades cometidas contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial, eles reconstruíram as suas vidas na Argentina. Contudo, décadas depois desse deslocamento e estabilizados econômica e socialmente no país, viram-se diante de mudanças em relação à comunidade judaica e políticas que culminaram em um governo militar com políticas terroristas. Assim como Alfredo Sirkis, a trajetória de Rus compreende um contexto ditatorial e repressor, violento e excludente conectado a uma forte movimentação anticomunista e antissemita oriundas de posicionamentos conservadores e xenófobos durante a primeira metade do século XX.

Os pais de Rus, Bernardo e Sara, dois judeus-poloneses sobreviventes dos campos de concentração nazistas, imigraram para a Argentina no final dos anos quarenta. Em 24 de julho de 1950, em Buenos Aires, nasceu Daniel, “un hijo muy esperado por mí, porque pasé la última guerra de los nazis, sobrevivimos mi esposo, mi mamá e yo, y después de unas vivencias que tuvimos a través del Holocausto tan terrible, poder llegar a tener un hijo e una hija[...]”¹¹⁵, conforme relata Sara.

Apesar de ser filho de sobreviventes dos campos de concentração nazistas e ciente dos fatos ocorridos com os pais, Rus parece ter tido uma infância do tipo “normal”. Segundo Natalia Rus, ela e o irmão cresceram sabendo da situação a que seus pais foram submetidos durante a Segunda Guerra Mundial, em decorrência do nazismo e do antissemitismo,¹¹⁶ na Polônia.

¹¹⁵ Relato de Sara Rus a Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹¹⁶ Relato de Natalia Rus de Sheinkof a AMIA- Associação Mutual Israelita Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxba2ppYlgI&t=30s>. Acesso em: 3 nov. 2019.

Sobre o percurso de vida de Rus, sabemos que ele estudou na *Colegio N°9 Justo Jose Urquiza*, em Buenos Aires. Segundo a mãe, “era un joven sumamente inteligente, a los 12 años presentó una clase en su colegio primario del átomo y ciencias atómicas que es algo insólito de un nene de 12 años [...]”¹¹⁷. Rus apresentou um trabalho bastante específico e completo sobre átomos, sendo homenageado com distinção pelo professor, o “mestre”, sendo premiado com um livro por seu destaque como aluno.

A inclinação pelas ciências exatas está vinculada à sua convivência com um tio quando ainda era criança. Inferimos que o parentesco com este tio vem do lado materno, pois parece ter sido o mesmo que acolheu o casal quando eles emigraram da Europa. Este tio era médico e profundamente voltado ao estudo do campo das ciências. De acordo com Sara, ele era do tipo “intelectual”, gostava de falar de átomos, da física, entre outros assuntos afins. Rus gostava de ouvi-lo falar destes temas e, desde então, passou projetar em suas falas que seria um cientista, um físico.

Sendo assim, anos depois ele acabou por ingressar no curso de física das Ciências Exatas na *Universidad de Buenos Aires* (UBA), em 1969, já que desde pequeno ele demonstrava o gosto pelos estudos e aspirações em tornar-se um “cientista”¹¹⁸. Em 1976, durante o período em que estava estudando na UBA, Rus foi selecionado para trabalhar como físico nuclear na *Comisión Nacional de Energía Atómica* (CNEA), bem como outros colegas judeus e jovens estudantes. A instituição era voltada para a produção de energia nuclear e resguardava muitos “segredos de estado”¹¹⁹, portanto, ser aceito para trabalhar não consistia em uma tarefa fácil. Rus passou na seleção após a averiguação de seu histórico pessoal. Nesse momento, os avaliadores devem ter visto as suas inclinações políticas. Com o trabalho no CNEA, ele demonstrava estar satisfeito por fazer o que gostava, sendo muito dedicado ao trabalho¹²⁰. De acordo com Sara, paralelamente ao trabalho e aos estudos, ele ainda auxiliava o pai na fábrica têxtil da família.

Na UBA havia uma forte movimentação peronista, de jovens ingressos que acabavam por adentrar as fileiras de grupos ligados ao peronismo, além de uma relação desta com o trabalho no CNEA. Sobre esta situação, podemos dizer que:

¹¹⁷ Relato de Sara Rus a Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 12 jan. de 2023.

¹¹⁸ Relato de Sara Rus a Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹¹⁹ Relato de Natalia Rus de Sheinkof a AMIA- Associação Mutual Israelita Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxba2ppYlGI&t=30s>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹²⁰ Relato de Sara Rus a Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

Se difundió una imagen de la universidad como asediada por elementos ajenos a ella y por un Estado que habría tendido a convertirla en un espacio netamente político partidario. Ahora bien, es importante destacar qué ocurrió durante los años de gobierno peronistas en la universidad. En términos presupuestarios, el total destinado a la Universidad de Buenos Aires se multiplicó por siete en los nueve años de gobierno de Perón manteniendo la misma división porcentual de 75% para salarios docentes. En relación al desarrollo de la política científica es importante destacar que el 31 de mayo se firmó el decreto de creación de la CNEA (Comisión Nacional de Energía Atómica); la DNEA (Dirección Nacional de Energía Atómica) en mayo de 1951; y el CNICyT (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) el 17 de mayo de 1951 (RICCONO; NAIDORF, 2017, p.779).

Enquanto estudante da UBA, Rus integrou a *Juventud Universitaria Peronista* (JUP), uma agremiação com inclinações esquerdistas longe das armas. No entanto, ele mantinha ligações com indivíduos que eram integrantes dos *Montoneros*, essa sim uma organização armada e violenta. Este fato não é de maneira alguma excepcional, visto que muitos dos que militaram nos *Montoneros* foram integrantes da JUP ou ligaram-se ao movimento peronista, como, por exemplo, Lorenzo Viñas Gigli, também um estudante da UBA que ingressou na JUP e, posteriormente, tornou-se um *montonero*.

Ao falar em movimento peronista, indica-se não unicamente o partido peronista, mas o conglomerado social que se congregou em torno da atração exercida por Perón. O movimento peronista abrangia o setor sindical, o partido peronista e diferentes setores de classe, assim como ramos e organizações, porém, seu peso principal era dado por sua ascendência sobre os trabalhadores e os setores populares. Os jovens da época foram o setor da sociedade argentina que mais contribuiu para o desenvolvimento do peronismo de esquerda. Suas ideias giravam em torno de um quadro analítico que entendia que a luta dos trabalhadores, mediatizada pela experiência do peronismo, era o ponto de partida para uma luta ainda maior contra os países imperialistas, principalmente os EUA. É que os governos transitórios e a ditadura dos anos 60, com seus mecanismos repressivos e inibidores das várias formas da liberdade civil, não fizeram mais do que promover, nas novas gerações - que liam Marx, observavam os fenômenos político-sociais da Argélia, do Vietnã, da China e, bem de perto, de Cuba -, sentimentos de oposição e interesse pela transformação radical da sociedade argentina (ETULAIN, 2006, p. 319).

Rus não parece ter se destacado por uma militância ativa como peronista, pelo menos com base em outros militantes da JUP que foram para os *Montoneros*. As informações sobre ele, nesse sentido, são poucas e fragmentadas. As fontes analisadas

nos indicam que era militante no meio estudantil sem um envolvimento direto com ações de cunho “terrorista”, ou com ações que poderiam lhe atribuir um perfil revolucionário e ativo como tal. Também compreendemos, a partir dos relatos de seus familiares, que Rus era um estudante que participava do movimento peronista no meio universitário e que possivelmente comungava com um ideário oposicionista frente ao regime ditatorial argentino, sem um envolvimento em ações efetivas, pois acima de tudo ele presava pelo trabalho no CNEA e pelos estudos na UBA.

Conforme Etulain (2006, p. 328), no início dos anos 70:

surgiram (...) tentativas de unificar os grupos de jovens num mesmo corpo. Conseguiu-se, em 1972, definir entre eles uma organização com o nome de *Juventud Peronista* (JP). Criou-se, ao mesmo tempo, a *Juventud Peronista Universitaria*. Seu antecessor — o maior grupo universitário do momento — era a *Juventud Argentina por la Emancipación Nacional* (JAEN), cujo líder, Rodolfo Galimberti, estudante de economia com acesso direto a Perón em Madri, tomar-se-ia chefe e condutor da *Juventud Peronista*. A *Juventud Peronista* foi, de fato, responsável pela mobilização social dessa geração de jovens e pela organização das operações para o retomo definitivo de Perón à Argentina.

Aos quinze dias de julho do ano de 1977, Rus desapareceu do seu local de trabalho: “Testigos de la detención contaron que vieron como fueron obligados por personas vestidas de uniforme a subirse a una traffic. No hay ningún testimonio acerca del paradeiro de Daniel”¹²¹. Ele estava de saída do CNEA para a sua residência. Sara explica que:

Fue un día como todos los días, un viernes y había prometido al padre que venía a las 12 horas del mediodía para hacerle algunas tramitaciones que ayudaba al papá. Pero eso día transcurrían las horas y mi hijo no volvía a casa, y naturalmente ya nos pusimos en guardia. Llamé a mi yerno, a mi hija, le digo que está pasando algo que Daniel no volvía a casa. Teníamos antecedentes de un amigo que desapareció una semana anterior también de la Comisión Atómica, entonces ya estábamos[...].¹²²

Assim como Rus, outros cientistas do CNEA foram detidos, em torno de quinze ou dezesseis pessoas e a maioria deles se encontrava desaparecida, segundo o depoimento

¹²¹ Dados sobre Daniel Rus. Breve histórico sobre o seu desaparecimento- AMILAT. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

¹²² Relato de Sara Rus a Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

de Natalia Rus. Mas evidências indicam que o número é um pouco maior, no caso, seriam vinte e três cientistas que trabalhavam no CNEA que desapareceram. Quando indagada sobre as possíveis causas do desaparecimento do irmão, Natalia afirmou que ele era peronista e que tinha um ou outro amigo que integrava a organização dos *Montoneros*, porém ela não consegue imaginar o irmão pegando em armas e empreendendo ações contra o regime¹²³.

A residência de Rus situava-se na Avenida Segurola, número 2574, *Ciudad de Buenos Aires*¹²⁴, aproximadamente a uns doze quilômetros do CNEA. Atualmente, o tempo gasto para o percurso de carro seria de uns vinte minutos, mas há quarenta anos, pensando na infraestrutura e no tráfego automotivo nas vias da cidade, o tempo poderia ser reduzido de dez a quinze minutos. Com base nestes cálculos periféricos, diríamos que antes das três da tarde ele deveria estar chegando em casa.

Os relatos referentes ao dia em que ele desapareceu são suscintos e unânimes: saiu normalmente para trabalhar no CNEA, porém, não retornou para casa até o final do dia. A família ficou preocupada com o fato de ele não retornar, decidiu esperar até o dia seguinte para procurá-lo. Afinal, poderia ter ocorrido algum imprevisto de outra natureza, apesar dos casos de desaparecimentos serem uma constante naquele período. Assim, no dia seguinte, diante da ausência e de notícias de Rus, o pai e o cunhado foram ao CNEA na tentativa de saber o que havia acontecido. Chegando lá não obtiveram resposta alguma, visto que ninguém sabia nada sobre ele e nem do seu paradeiro. Mas o carro que ele usava para ir ao trabalho ainda estava estacionado no local¹²⁵, o que indicava que não deixou o local como de costume.

A família, então, empreendeu uma busca sem sucesso em delegacias e hospitais. Em seguida, eles cogitaram a hipótese de que o desaparecimento de Rus estaria vinculado às forças de segurança, já que ouviram falar de várias situações deste tipo na Argentina. Souberam de casos semelhantes de pessoas que haviam desaparecido, contudo, não tinham informações muito precisas sobre a extensão e a estruturação da repressão e nada sobre o que se passava com os indivíduos que eram submetidas a este tipo de detenção ou sequestro. Contudo, tomaram conhecimento do fato de que dias antes do

¹²³ Relato de Natalia Rus de Sheinkof a AMIA- Associação Mutual Israelita Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxba2ppYlgI&t=30s>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹²⁴ Arquivo contendo a caderneta de estudante universitário da UBA, de 03 de julho de 1969, seis anos antes do seu desaparecimento. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/vestigios/objeto2728.html?id=16>. Acesso em: 12 mai. 2022.

¹²⁵ Relato de Natalia Rus de Sheinkof a AMIA- Associação Mutual Israelita Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxba2ppYlgI&t=30s>. Acesso em: 3 nov. 2019.

desaparecimento de Rus, seu amigo Jorge Luis Badillo, físico pela UBA e cientista no CNEA, fora detido em sua casa e desaparecera. Natalia acredita que foi a partir da prisão de Badillo e da alta probabilidade do uso de tortura, que ele possa ter dito o nome de Rus em meio a revelações do seu círculo social¹²⁶.

Em meio aos fatos acerca de Daniel Rus, encontramos a informação de que ele fora abordado por uma patrulha policial quando dirigia o seu carro no início de 1977. Os policiais o pararam e revistaram o veículo, onde teriam encontrado alguns folhetos “suspeitos”. Acabaram por levá-lo detido. Segundo a informação, ele teria sido torturado por dois dias e liberado depois disso. Diante do ocorrido, o pai e o cunhado de Rus se dirigiram até a delegacia de polícia para retirar o carro e receberam pedidos de desculpas com a alegação de terem cometido um engano. Após este episódio, Bernardo teria insistido com o filho para deixar o país, mas ele se negou¹²⁷.

Pela falta de novas evidências que corroborem ou sustentem a versão acima, visto que não encontramos até o momento outras referências que contenham indícios desta situação, esta informação pode ou não ser verdadeira. Mas é uma pista sobre um possível antecedente que levou ao desaparecimento dele. Pensamos que haveria uma probabilidade de ser detido em algum momento, em razão da sua ligação com a militância na JUP. Quanto ao fato de ele sofrer tortura nesta detenção, pensamos que outros indivíduos também foram detidos e torturados antes de serem liberados para depois desaparecerem, como Viñas Gigli, por exemplo.

Passados três dias do seu desaparecimento, Rus foi oficialmente demitido do CNEA. Este fato deixou seus familiares em alerta e bastante preocupados, assim intensificaram as buscas por ele. Decidiram ir ao Ministério do Interior e ouviram de

¹²⁶ Relato de Natalia Rus de Sheinkof a AMIA- Associação Mutual Israelita Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxba2ppYlgI&t=30s>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹²⁷ Esta informação foi retirada de uma notícia intitulada “*Daniel Rus, compañero peronista, patriota de la energía atômica*”, do periódico eletrônico *Red Nacional y Popular de Noticias*, de 25 julho de 2015. Não encontramos maiores referências sobre esta prisão, no início de 1977, para cruzar os dados. Disponível em: <https://nacionalypopular.com/2015/07/15/daniel-rus-companero-peronista-patriota-de-la-energia-atomica/>. Acesso em: 23 set 2022.

Albano Harguindeguy¹²⁸ que lá nada sabiam sobre o seu paradeiro¹²⁹. Tentaram, então, outros meios de obter informações. Bernardo chegou a enviar cartas e telegramas para o exterior na esperança de que a ajuda externa os levasse a encontrar Rus, ou ao menos saber sobre o que havia lhe acontecido. Como todas as tentativas anteriores, esta não lhes rendeu esclarecimentos, apenas respostas com promessas protocolares.

Das cinco correspondências que encontramos por meio do *Memoria Abierta* destinadas a Bernardo, a mais próxima ao desaparecimento de Rus tem data de 20 de agosto de 1977 e está escrita a punho pelo emissor. O papel contendo a esperada resposta tem um timbre com o nome do Almirante Isaac Francisco Rojas e a mensagem não se apresenta por completa. Contudo, o interessante é que o remetente solicita a Bernardo que se dirija ao senhor Carlos Castro Madero, o militar que dirigia a CNEA quando Rus desapareceu, dizendo ser ele um cavalheiro e que tratará de dar-lhe uma ajuda, apoiando o seu pedido sobre os acontecimentos relacionados ao filho.

Outra delas vem da *Presidencia de la Nación - Secretaria Privada*, assinada por Mario Jaime Sanchez, com data de 18 de setembro de 1978, onde consta a seguinte resposta às indagações de Bernardo:

En nombre del Excmo. Señor Presidente de la Nación, cumplo en dirigirme a usted a fin de acusar recibo de la nota que le hiciera llegar, transmitiéndole la seguridad de la preocupación del Jefe de Estado por el grave problema que lo aflige en estos momentos.

Lamentablemente, pese las intensas averiguaciones practicadas para ubicar el paradeiro de su hijo Daniel Lázaro, no ha sido posible determinarlo - hasta ahora - no existiendo constancias de su detención por parte de las Fuerzas Legales.

No obstante ello, continúa la búsqueda de noticias y en caso de obtenerlas, le serán comunicadas a la brevedad.

Salúdole muy atentamente¹³⁰.

¹²⁸Segundo a biografia de Albano Eduardo Harguindeguy: ele foi um oficial do Exército argentino que alcançou o posto de major-general. Serviu como Ministro do Interior da Argentina durante a ditadura do Tenente-General Jorge Rafael Videla, no autodenominado Processo de Reorganização Nacional (24 de março de 1976 - 10 de dezembro de 1983). No momento de sua morte, ele estava sendo julgado por crimes contra a humanidade. Foi um dos beneficiários dos indultos concedidos por Carlos Menem em 1989. Disponível em: <https://www.todo-argentina.net/biografias-argentinas/albano-harguindeguey.php?id=1337>. Acesso em: 19 jan. 2023.

¹²⁹ Relato de Sara Rus a AMIA- Associação Mutual Israelita Argentina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CnICithi6Ag&t=4s>. Acesso em: 3 nov. 2019.

¹³⁰ Bernardo Rus, 11/11/1979. Archivo Memoria Abierta- Colección Cartas de la Dictadura. Disponibilizado a pedido para consulta em: 19 set. 2022.

Mario Jaime Sanchez era o secretário particular de Videla. Dentre as suas atribuições estava a de responder oficialmente aos questionamentos sobre as detenções de indivíduos advindas dos familiares. Exemplo disso é outro caso em que a mãe de Alfredo Mário Thomas Molina, soldado do *Grupo de Artillería Blindada 1 de Azul*, que buscava pelo paradeiro do seu filho detido pelo exército em 1976. Sanchez se utilizou de um argumento semelhante ao que deu para Bernardo: "Al respecto debo manifestarle que, de las averiguaciones practicadas, surge el desconocimiento del paradero de su hijo Alfredo Mario, desde que desertó de la unidad militar a la cual pertenecía"¹³¹.

Dentre as demais cartas remetidas a Bernardo, encontra-se uma advinda do *Comadante General da Armada Argentina* com data de 7 de outubro de 1977, que discorre da seguinte maneira:

Capitán de Fragata HECTOR HORACIO GONZALEZ saluda con atenta consideración al señor Dn. BERNARDO RUS, y en respuesta a su carta de fecha 26 de septiembre próximo pasado dirigida al señor COMANDANTE EN JEFE DE LA ARMADA, lleva su conocimiento que efectuadas las averiguaciones lamentablemente no se ha obtenido información, pese a lo cual se continúan las consultas en diferentes áreas.

Aprovecha la oportunidad para renovarle las seguridades de su mayor distinción.

Bernardo recorreu também ao Vaticano, pois o papa João Paulo I era polonês e como seu conterrâneo ele supôs que haveria um empenho maior em relação ao seu filho. Obteve a resposta em 11 de novembro de 1979, vinda da *Secreteria di Stato dal Vaticano*. Na correspondência remetida, que está escrita em polonês, ela agradece o recebimento da carta enviada por ele em julho do mesmo ano, informando que o seu pedido fora dirigido ao competente escritório da Santa Sé. A assinatura é do Monsenhor G. Coppa.

A última das cartas respostas é da *Organization of American States*, Washington D.C., da *Inter-American Commission on Human Rights* de 11 de março de 1980, contendo a seguinte informação:

¹³¹ Ver em: <http://www.desaparecidos.org/arg/doc/escuadron/escua124.htm>. Acesso em: 24 setembro de 2022. Além de Molina, outros soldados desapareceram ou foram torturados no mesmo período por suspeitas políticas. Este episódio nos lembra do caso de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, onde um grupo de soldados foi detido e torturado por suspeita de uso de entorpecentes durante a ditadura, divergindo um pouco do caso argentino. O de Barra Mansa desvela outras nuances da violência militar contra os seus subordinados, que usaram de artifícios do “combate ao terrorismo” para a “correção” de “desvios” considerados graves para a corporação. Entretanto, ambos os casos demonstram o abuso de violência contra militares de baixa patente.

Ref.: CASO 2588

De nuestra consideración;

Me refiero a la información que sobre el caso en referencia nos proporcionó durante la visita que la Comisión realizara a la Argentina em el mês de septiembre de 1979.

Deseo expresarle que sobre la base de los antecedentes que usted nos proporcionó, la Comisión ha continuado la tramitación de este caso. Cualquiera nueva información que la Comisión reciba sobre el desarrollo de este caso se le comunicará a la brevedad posible.

Saluda a usted atentamente,

Edmundo Vargas Carreño

Secretario Ejecutivo.

Rus tinha uma vida condizente com um jovem de vinte e poucos anos na década de 1970, estudava na universidade e trabalhava em uma instituição do governo. Afora suas ligações com o movimento peronista, relevando as devidas distinções com os *Montoneros*, nada de excepcional em relação a ações de cunho políticas sabe-se dele. Sua mãe alega que o trabalho no CNEA era de muita importância, não somente para o campo econômico argentino, como politicamente. Diante desta relevância, já que o campo da energia atômica na Argentina recebia polpidos fundos para a pesquisa, pensamos que o desaparecimento de Rus, juntamente como a de outros cientistas no mesmo ramo de atividades, possa ter ocorrido por razões de vigilância interna referentes à segurança nacional. Estando ligado a JUP, por certo isto teria interferido no ambiente de trabalho em que executava as suas funções. A questão do CNEA e do trabalho realizado ali, será retomada adiante de maneira mais objetiva.

Os fatos referentes ao desaparecimento de Rus são vagos e cristalizados por uma memória advinda daqueles que o conheceram e que buscam compreender os acontecimentos sem uma determinada profusão de dados. Pudera, sem informações mais claras ou concretas, advém a necessidade de se “explicar” os acontecimentos por intermédio de suposições e possibilidades. Os fatos relacionados a outros indivíduos que passaram por situações semelhantes, demonstram-se como uma saída pela carência de evidências. Assim, busca-se construir os eventos e ajustar-se ao contexto diante das múltiplas versões referentes a um mesmo problema.

A trajetória de Rus, a partir do seu desaparecimento, é permeada por informações rasas que não se confirmam em fatos possíveis. Por vezes são precisas, outras não. Por exemplo: pelo relato de Sara, ela soube muito tempo depois do desaparecimento do filho que uma “camioneta como de lavandería y bajó gente uniformada y lo llevaron”. Contudo, quando inquirida sobre a origem desta informação, ela não soube precisar, visto

que, como essa, outras versões foram aparecendo ao logo do tempo, sem que fossem comprovadas ou corroboradas com novos indícios.

Por esta situação, em não se saber ao certo o que ocorreu com ele, é que se repitam relatos que o destacam como um bom filho, bom estudante, bom amigo, entre outras atribuições¹³². O indivíduo que não foi visto e que não há indícios, sem corpo, cova ou DNA, o destino é incerto e a noção de vazio é profunda. Resta a lembrança, as roupas no guarda-roupa, os utensílios pessoais, as recordações de infância e as fotografias que carregam uma memória, ou memórias.

Os retratos fotográficos de jovens assassinados e desaparecidos durante a ditadura argentina constituem uma das formas mais usadas para recordá-los, representá-los, vivificá-los. A partir dessas imagens, enfrenta-se simbolicamente a categoria coletiva de “desaparecido”, “assassinado” ou simplesmente “morto” (a qual engloba todas as individualidades sem distinção de sexo, idade, temperamento, trajetória) e se pode mostrar uma existência individual, uma biografia. Essas fotos devolvem uma noção de pessoa, aquela que, em nossas sociedades, condensa os traços mais essenciais: um nome, um rosto, um corpo (CATELA, 2012, p. 113).

A identidade étnica do indivíduo foi um agravante na ditadura argentina. No caso dos cientistas do CNEA que desapareceram, havia os que tinham origem judaica como Rus. Entre eles estava Gerardo Streijlevich que desapareceu no mesmo dia que Rus, mas em local distinto. Alguns indícios levaram a crer que eles teriam sido detidos juntos, contudo, pelo relato da irmã de Streijlevich, às “cinco de la mañana del 15 de julio lo habían secuestrado en casa de un compañero”¹³³.

Nora Streijlevich, irmã de Gerardo, também foi detida e levada ao CCD *El Atlético*, ou *Club Atlético*, quando estava de partida para Israel. Lá, ouviu os gritos do irmão e de sua noiva Graciela Barroca, que trabalhava de técnica no CNEA, “cujas vozes pude distinguir perfeitamente. Além disso, os torturadores se referiam a uma cicatriz que

¹³² Nos relatos de Sara Rus, seja o testemunho para entidades de direitos humanos, judaicas, estudantes e outras referentes a ditadura argentina, ela exalta estas características do filho Daniel. Narra a sua história como sobrevivente do Holocausto e sobre o dia do desaparecimento de Daniel. Muito provavelmente por falta de maiores evidências, Sara ressalta as características de bom filho e aluno exemplar. Sempre atento aos estudos e comprometido com o trabalho no CNEA, onde destaca que o desejo dele sempre foi ser um físico nuclear. Este padrão de narrativa pode desvelar a falta, a lacuna que não pode ser preenchida sobre o destino de Daniel em razão da condição de ser um desaparecido. Esta falta ela parece preencher com a sua própria história, no sentido de demonstrar as possíveis semelhanças do nazismo com o modelo argentino, que nada mais é do que o sentimento de exclusão e a privação da identidade pessoal ao qual ela vivenciou.

¹³³ Relato de Nora Streijlevich à AMILAT- *Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina*. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ambos - meu irmão e eu - temos nas costas, o que confirmou sua presença nesse lugar” (NUNCA MAIS, 1984, p. 57). Contudo, em um relato posterior, ela relevou a sua condição psíquica durante a tortura e, assim, pensa não ter certeza de que fosse Gerardo: “quiero decir que escuché los gritos de mi hermano y justamente por eso que digo no estuve segura durante años si era mi hermano o no era, o sea que uno duda de las sensaciones que haya tenido en ese momento”¹³⁴. Nora ficou detida quatro ou cinco dias, submetida a interrogatórios, torturas e insultos por ser judia, até que enfim a liberaram sob a alegação de que a sua prisão fora um erro.

O Caso de Nora, assim como o de outros judeus nos centros de detenção, releva a presença do antissemitismo no combate ao “comunismo” pela lógica do regime argentino. Um significativo número de relatos aponta para a presença nos CCDs de diferenciadas e sistematizadas práticas coercitivas para aqueles indivíduos que tinham uma origem judaica. O levantamento da quantidade de judeus vítimas do terrorismo de Estado na Argentina constantemente é enfatizado por associações e grupos israelitas e por aqueles que buscam a verdade sobre seus entes queridos, como os familiares de Rus em sua jornada incessante por esclarecimentos.

Nos *Centros Clandestinos de Detención*, o antissemitismo predominou como “mais uma manifestação dos grupos repressores, dentro de uma visão totalitária que o regime vigente tinha com respeito à sociedade” (NUNCA MAIS, 1984, p. 56). A tipologia de um tratamento xenófobo destinado aos judeus que se encontravam detidos englobava um conjunto de fatores como simbologias, iconografia, reverências e discursos nazistas como parte do castigo. Percebe-se que este tratamento específico foi um fator aglutinador da violência e da tortura que estigmatizou o indivíduo judeu no interior dos centros de detenção. O inimigo, além de um “subversivo”, era um anticristão e, portanto, contra Deus, a pátria e a família tradicional argentina.

Desta forma, para estes indivíduos, os castigos eram infringidos de maneira excepcional. Também os colocava em um patamar inferior em relação ao outros detidos.

O antissemitismo apresenta-se como contrapartida de uma deformação do ‘cristão’ em particular e do ‘religioso’ em geral. Isto não era senão uma forma de encobrir a perseguição política e ideológica. A defesa de Deus e dos valores cristãos foi uma motivação ideológica simples, para que pudesse ser entendida pelos repressores, inclusive nos mais baixos

¹³⁴ Relato de Nora Streijlevich à AMILAT- *Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina*. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

níveis organizacionais e culturais. Esta necessária identificação se fazia para forjar em todo o pessoal repressivo ‘uma moral de combate’ e um objetivo tranquilizador de suas consciências, sem ter a obrigação de aprofundar as causas e os fins reais pelos quais se perseguia e castigava, não só uma minoria terrorista, mas também as diferentes expressões políticas, sociais, religiosas, econômicas e culturais, com tão horrenda metodologia (NUNCA MAIS, 1984, p. 56).

Os símbolos e simbologias que marcaram o período do nazismo nos anos trinta e quarenta, acabaram sendo retomados quase trinta anos depois pela ditadura argentina. Esta particularidade em relação aos judeus detidos, submeteu os filhos daqueles que vivenciaram o nazismo a reviver o passado. Esta retomada propiciou a desmoralização e inferiorização do indivíduo pela sua origem étnica e não somente pelas suas ações políticas. Também permitiu que os familiares das vítimas judias comparassem o totalitarismo nazista com o autoritarismo argentino por “uma avaliação pessoal e uma tentativa de encaixe de um acontecimento específico em um esquema mais amplo das próprias experiências do sujeito” (CEZAR; JUCÁ-VASCONCELOS, 2016).

Para Sara Rus, a ditadura de Videla é igual ao regime nazista, porém, “el ‘hablar juntos’ estos hechos-Auschwitz y la ESMA, el genocidio nazi y el genocidio argentino - conlleva un sentido distinto al de hablarnos separados” (FEIERSTEIN, 2011, p. 353). Mas é preciso levar em consideração o que leva a esta comparação, ainda que semelhante no sentido pessoal e diversa diante dos fatos, como a questão do genocídio sugerido por Feierstein (2011, p. 348):

Utilizar el concepto de genocidio permite involucrar una acción que tiene como objetivo a un grupo, y no a un conjunto de individuos. Cada una de las víctimas era ‘culpable’ de aquello que los perpetradores querían destruir, pero también eran ‘culpables’ de ello los sobrevivientes que estuvieron en los campos y los de dicha experiencia política que pudieron eludir el castigo concentracionario, aunque no necesariamente los efectos que ese tormento buscaba instalar en el conjunto social y en los modos de relacionarse, así como en sus memorias y sus consciencias.

Para os judeus que sobreviveram à guerra, a metodologia genocida utilizada contra os seus descendentes ou pares reavivou múltiplas lembranças. A eliminação em massa de indivíduos classificados pelo regime argentino como “inimigos” da nação e de toda uma estrutura ideológica nazifascista imbricada no meio repressivo, definem-se em “tratamentos desiguais que consistem na negação de direitos humanos básicos, com base

em determinados traços identitários percebidos como inferiores” (BRAGATO, 2016). Isso demonstra uma dimensão de abuso da violência direcionada ao “estrangeiro”.

Questões de cor, raça, religião, gênero e classe social não foram negligenciados pelos agentes repressores ao longo da ditadura argentina de 1976 e, neste contexto, os judeus foram submetidos à exclusão e à discriminação de maneira particular.

A lógica de exclusão não pertencia a um partido ou líder particular, mas estava arraigada profundamente no sistema político. Grande parte da história argentina foi vivida dessa maneira, através das relações, sempre dicotômicas, de amigos e inimigos. O slogan “Braden ou Perón”, cunhado em 1945, foi a síntese de uma fórmula que depois se projetaria por muito tempo, trocando-se apenas de antagonistas (RAMÍREZ, 2005, p.160).

Aa relações entre um ideário anticomunista e antissemita presentes no regime argentino, pôs em prática propósitos de aniquilação e descarte étnico. Isto foi possível através de um conjunto de fatores ligados a movimentos antisemitas muito antes do regime ser instaurado.

Se Rus passou por um tratamento diferenciado como muitos dos judeus que estiveram detidos durante o processo argentino¹³⁵, inferimos ser possível, apesar de não dispormos de dados mais concretos como um testemunho que o tenha visto em algum centro de detenção. Mas não há testemunhos de fato sobre a passagem de Rus por algum CCD, segundo a sua ficha de desaparecidos judeus na Argentina¹³⁶.

Entretanto, nos deparamos com a informação de que: “15 trabajadores de la CNEA fueron desaparecidos, cinco estuvieron secuestrados en la ESMA: Jorge Luis Badillo, Mariel Graciela Barroca, Daniel Lázaro Rus y Gerardo Strejilevich”¹³⁷. Não conseguimos até o momento informações mais precisas e que corroborem com isto, mormente não se sabe o que realmente se sucedeu com Rus. Apenas conjecturamos sobre o seu destino a partir de outros testemunhos relativos às práticas institucionalizadas para a tortura e a eliminação a que foram submetidos inúmeros indivíduos, e dos relatos sobre a discriminação aos judeus.

¹³⁵ Nunca Mais, 1984. Trataremos destes relatos no capítulo 3, onde abordaremos especificamente a questão do anticomunismo e o antisemitismo presente na ditadura argentina de 1976.

¹³⁶ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/judios/lista.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

¹³⁷ De acordo com o texto do cronista da Mario Weinfeld, no *Museo Sitio de Memoria* da ESMA, sobre a visita de cinco pessoas ligadas aos desaparecidos do CNEA, entre elas Sara Rus, ele afirma ser este local de detenção como sendo o de Daniel Rus e outros. Disponível em; <http://www.museositioesma.gob.ar/un-viaje-personal-por-la-visita-de-las-5-en-el-museo-sitio-de-memoria/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Como dissemos anteriormente, as informações referentes a ele não são promissoras. Assim, buscamos, partir dos relatos da mãe, da irmã e do cunhado, vislumbrar dados referentes a ele. Junto a isso, reunimos as poucas informações encontradas e analisamos as suas relações dentro das possibilidades, a fim de empreender a sua trajetória de maneira construtiva. Também, ressaltar em quais condições estiveram os indivíduos com descendência judaica diante de um ideário antisemita e da aplicação de castigos diferenciados por esta condição nos centros de detenção durante o regime de Videla.

Para os familiares e amigos de Rus, que mantem uma memória cristalizada sobre ele, não há o elemento “subversivo”, somente o bom filho, o bom irmão, o bom amigo. Notamos um padrão nos relatos de Sara e de Natalia e, também, do cunhado, José Sheinkof, que destaca em seu relato esta questão:

Al único que conocí y del cual puedo hablar profundamente es de Daniel, el otro grupo de amigos físicos y gente estudiosa que estaba en ese grupo no eran mis amigos directos sino que los conocí a través de él. Mi opinión sobre ellos es que todos pertenecían a un estilo de gente no interesada, no dedicada al pensamiento económico en consecuencia tenían una visión científica, una visión muy elevada de lo que es el ser humano, y posiblemente eso los haya diferenciado y enfrentado como cualquier otro científico hoy día se enfrenta con las ideas comunes. Podría decirles la forma en que él veía su futuro pero lo interesante de mi recuerdo es que pertenecían a un estilo totalmente diferente de lo que había en ese momento acá.

Por lo que recuerdo de las conversaciones con él cada uno de los integrantes de este grupo, dentro de la Comisión estaban orientados a determinadas partes de lo que es el conocimiento de la energía atómica. En el caso de Daniel, era un investigador de materiales y estaba realizando una tesis que no puedo precisar pero posiblemente fuera el efecto de la energía atómica sobre los materiales. La noche anterior a que él fuera a la Comisión y desapareciera estábamos reunidos la novia, mi señora, yo y él y su proyecto era presentar la tesis sobre los efectos de la energía atómica en los materiales, al cual ellos se oponían por lo que yo entiendo¹³⁸.

A escolha pelo percurso de vida de Daniel Rus não se deu somente pelos dados e informações que são poucos, mas pelas suas conexões indiretas com o holocausto e diretas com o regime de Videla, principalmente pela representatividade de Sara. Não tivemos a pretensão em desvendar o seu destino, mas analisar os fatos em torno da sua origem. Sara discursa e participa de eventos sobre a ditadura argentina. Em cada fala

¹³⁸ Dados sobre Daniel Lázaro Rus no AMILAT. Disponível em: <https://amilat.online/wp-content/uploads/2020/11/RusDaniel.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

percebemos a procura pelo filho. Ela revive intensamente esta procura mesmo que fatalmente seja em vão. As complexibilidades que permeiam as práticas e ações do regime puderam envolver “estrangeiros” que enfrentaram migrações “forçadas”.

Diante disso, Sara e outras tantas *madres judías* expõem os seus passados em nome de uma memória a fim de alertar aos “ressurgimentos” do antissemitismo e seus formatos na contemporaneidade. Mesmo que a perseguição e eliminação do povo judeu não tenha sido o plano imperativo da ditadura argentina entre os anos setenta e oitenta como fora décadas antes, o antissemitismo acabou desempenhando um papel determinante para a vida do “inimigo” judeu.

2.2.3 Os judeus do CNEA: antissemitismo argentino?

A *Comisión Nacional de Energía Atómica* (CNEA) foi criada em 1958. Subordinada ao Ministério da Economia teve como objetivo “fomentar el desarrollo de las aplicaciones pacíficas de la energía nuclear en la Argentina, y de realizar o promover la investigación científica correspondiente”¹³⁹. Atualmente, o CNEA desenvolve pesquisa e produção na área de energia, promovendo atividades de formação e capacitação no campo atômico e “atendiendo las necesidades e intereses del sistema nuclear argentino”¹⁴⁰. A instituição tem vínculos de integração com o âmbito acadêmico e possui três centros: *Centro Atómico Bariloche* (CAB), Bariloche, Río Negro; *Centro Atómico Constituyentes* (CAC), San Martín, Buenos Aires; *Centro Atómico Ezeiza* (CAE), Ezeiza, Buenos Aires.

Sobre a criação do CNEA, de acordo com Oliveira (1998, p.11):

O passo decisivo ocorreu em 1968, com a aquisição do reator de múltiplas finalidades da Alemanha, para a Usina Nuclear Atucha I, que produzia o dobro de plutônio em relação aos reatores de urânio enriquecido e comercializado pelos EUA, na época. Devido, porém, a seu baixo rendimento energético, não podiam concorrer com as grandes usinas de potência, representando à Argentina uma opção tecnológica de dupla convergência: científica e militar. As Forças Armadas argentinas sempre mostraram destacado interesse em criar bases para um complexo industrial militar. Com o golpe de 1976 e o general Jorge Rafael Videla no poder, a política nuclear passou a ser considerada como da mais alta prioridade ao país. O orçamento da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) atingiu níveis nunca vistos em

¹³⁹ Ver em: Informes CNEA. Disponível em: <https://www.cnea.gob.ar/nuclea/handle/10665/1521>. Acesso em: 17 jan. 2023.

¹⁴⁰ Informações retiradas no *site* do CNEA. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/cnea/formacion-academica>. Acesso em: 17 jan. 2023.

toda sua história. De 0,6% do total de investimentos públicos em 1970, passou a 6,2% em 1980, chegando a comprometer a 15% desses investimentos em 1983, último ano da gestão militar.

Durante o período ditatorial argentino de 1976 a 1983, a energia atômica era vista como uma “questão de Estado” sob a ótica da segurança nacional. Para compreender melhor esta questão, precisamos enfatizar que havia uma disputa no campo econômico entre as ditaduras latino-americanas ao estilo “corrida armamentista nuclear”, que se consolidou de maneira distinta na segunda metade dos anos sessenta. No caso da Argentina:

Os planos estratégicos de ambos os países se alicerçavam na suposta inevitabilidade de confrontação de forças, conflito que, dos anos 20 aos 40, fortaleceu os exércitos dos dois lados da fronteira. Posteriormente, a essa antiga disputa político-militar veio somar-se um fato novo e profundamente complexo: os avanços da era atômica, projetando um tipo diferente de rivalidade entre os dois países, o que mudou o cenário do conflito, frente ao perigo de uma corrida armamentista. (OLIVEIRA, 1998, p. 12-13).

Nesta conjuntura, o Brasil temia que a Argentina pudesse sair na frente e realizar os primeiros testes nucleares na América Latina. Isto evidencia um ponto de rivalidade com relação ao processo do desenvolvimento econômico entre os dois países, mesmo em um contexto de ajuda mútua no campo político¹⁴¹. Esta disputa foi abordada pelo periódico *O Globo*, em uma notícia intitulada: “Documentos apontam corrida nuclear na América Latina”, Conforme a informação constante:

Os arquivos do SNI guardam uma série de documentos sobre “a bomba argentina”. Em 1982, relatório produzido por agentes do serviço de informações lotados na embaixada brasileira em Buenos Aires foi enviado para agência central em Brasília. “Líder absoluta nesse campo (nuclear) na América Latina, a Argentina torna-se, a cada dia, o mais forte candidato do Terceiro Mundo ao ingresso no ‘Clube de Londres’ que reúne as potências nucleares”, diz o documento. Em meio às dificuldades financeiras que a Argentina enfrentava, os agentes concluía, no entanto, que, no momento, o país não estava construindo sua bomba.

Muito embora as relações para as estratégias nucleares estivessem em disputa, as práticas voltadas para a contenção do “comunismo” no Brasil e na Argentina integraram as duas ditaduras. Diante de um certo antagonismo no âmbito econômico de

¹⁴¹ O Globo/Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/documentos-apontam-corrida-nuclear-na-america-latina-durante-ditadura-11956778>. Acesso em: 12 ago. 2020.

modernização e de desenvolvimento, no campo político a lógica de ajuda mútua ofuscou este campo de disputas mais específico.

O Plano Nuclear Argentino (PLAN) preocupou-se em apresentar um modelo de ação independente, dirigido ao desenvolvimento de seu potencial humano e de matéria-prima, à fabricação de equipamentos e de seus próprios reatores, e, finalmente, à conquista do domínio completo do ciclo do urânio e suas alternativas, para assim projetar a hegemonia do país no plano regional e continental frente às pressões externas (OLIVEIRA, 1998, p.9).

Na pesquisa e no desenvolvimento da energia atômica no CNEA ao longo dos anos setenta, trabalhavam jovens cientistas com formação específicas que eram provenientes, em sua maioria, de cursos da *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Entre os cientistas que compunham os quadros de trabalho, estavam aqueles com origem judaica. Contando com Rus, ao todo eram nove judeus que trabalhavam na instituição e que foram atingidos pela repressão. Eles desapareceram durante a ditadura em locais e datas distintas e muitos deles estavam envolvidos com algum ramo da militância peronista¹⁴².

O depoimento do Capitão-de-fragata Jorge Félix Busico aponta para a relação da *Escuela Mecánica de la Armada* (ESMA) com o CNEA nos preâmbulos do golpe argentino. Segundo ele:

No final de 1975 e começo de 1976, começou-se a viver na ESMA um clima especial, reflexo da situação imperante no País; esse clima foi tornando-se mais consistente à medida que se aproxima o dia 24 de março. Eu tive a sensação de ser deixado de lado, porquanto percebia que não era incluído nas gestões que eram levadas a cabo pela Direção, às vésperas do golpe militar. Apenas no último momento me foi designada a missão de ocupar militarmente a Comissão Nacional de Energia Atômica, o que cumpri por um breve período, já que imediatamente encarregou-se dela o Almirante Castro Madero (NUNCA MAIS, 1984, p. 86).

A partir do excerto acima, verificamos que a intenção de controle desta instituição voltada ao campo atômico pelos militares, por seu caráter econômico e político, precedia a efetivação do golpe de Estado de 1976. Tanto que tão logo o golpe ocorreu, o Vice-

¹⁴² Pensando na comparação de Daniel Feierstein (2011) entre o nazismo alemão e a lógica de extermínio e a ditadura argentina de 1976. Para o autor, a eliminação do indivíduo no nazismo não estava associada a um projeto político e sim, principalmente, a uma etnia. Os demais eliminados, ou destinados à eliminação, que não eram judeus, consistiam em uma manobra de dar fim a outros indesejados. No caso argentino, ocorreu o inverso, a questão principal era política, sendo que os casos não relacionados tão diretamente à ela, eram uma possibilidade de “eliminar” outros desafetos. Entretanto, para o autor, os dois eventos históricos atingem a sociedade como um todo e assim a “limpeza” tem cunho social.

almirante Carlos Castro Madero, que primeiramente atuou como interventor da instituição, passou a presidi-la. No período em que ocupou o cargo efetivo no CNEA, ocorreram os desaparecimentos dos cientistas, inclusive de Rus.

A imediata ocupação da instituição relaciona-se com medidas pretendidas para o campo nuclear tecnológico argentino com propósitos econômicos. Estas medidas compunham programas de desenvolvimento nacional tanto da ditadura argentina, quanto da brasileira, dentro de um contexto “desenvolvimentista”¹⁴³ que se via na infiltração dos comunistas impedimentos para tais objetivos.

A Argentina, um dos países da América Latina mais bem dotado de jazidas de urânio, dispõe de uma reserva estimada em, aproximadamente, 80 mil toneladas desse minério. Esse país, que utiliza urânio natural como combustível, tem o abastecimento garantido por várias décadas. Em linhas globais, o PLAN argentino previa, além do complexo núcleo-elétrico de duas usinas nucleares em funcionamento, Atucha I e Embalse Río Tercero, mais quatro usinas de 650 MW, em operação comercial até o ano 2000, abrangendo, ainda, os Centros Atômicos de Constituyentes, Ezeiza e Pilcaniyeu, uma usina experimental de água pesada em Buenos Aires e outra industrial em Arroyitos, uma usina de enriquecimento de urânio em escala industrial em Pilcaniyeu e uma experimental de reprocessamento em Ezeiza e a construção de um depósito de lixo atômico em Gastre. Incluía projetos de produção de radioisótopos em escala industrial, exportando ao Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai (OLIVEIRA, 1998, p.9).

A partir disso podemos ter uma dimensão da importância do CNEA para o modelo econômico concebido pela ditadura e, conseqüentemente, a responsabilidade legada ao vice-almirante Madero que a presidiu de 1976 a 1983. Sobre Madero, sabemos que se formou em física pelo *Instituto Balseiro* em Bariloche nos anos 1950¹⁴⁴. Mesmo que tenha

¹⁴³ Nos referimos ao modelo de desenvolvimento proposto pelas ditaduras nos anos sessenta e setenta e não ao modelo econômico chamado de Plano de Metas, do presidente Juscelino Kubitschek (JK) nos anos cinquenta, que conhecemos como nacional-desenvolvimentista por colocar o Estado, mesmo com abertura ao capital estrangeiro, a frente de um projeto para o desenvolvimento nas áreas de transporte, alimentação, educação, energia e indústria, cujo *slogan* era “50 anos em 5”. Este modelo não só aumentou consideravelmente a dívida externa do Brasil, como as áreas em questão não desenvolveram de maneira equilibrada. No modelo brasileiro dos militares, o objetivo era equilibrar as contas públicas, controlar a inflação e fomentar o mercado de créditos, mais como um programa “modernizante” que, na prática, mesmo ofuscado pelo “milagre econômico”, resultou em hiperinflação, aumento das diferenças sociais e em uma vultuosa dívida externa. Mas que na prática inspirava o desenvolvimento econômico do Brasil, com a construção da rodovia “transamazônica”, por exemplo, e outras ações que buscavam a integração do país no sentido de fazer crescer a economia nacional.

¹⁴⁴ Como físico, o Vice-almirante Carlos Castro Madero tem uma significativa pesquisa no campo da energia atômica. É autor de alguns artigos sobre o tema e bem-quisto pela comunidade de físicos e pessoas ligada ao CNEA durante o período em que presidiu a instituição. Claro que sua ascensão se deu durante um período em que a sua posição como militar interferiu. Porém, é possível perceber que tinha certa determinação em relação aos estudos, pesquisa e projetos no campo atômico. Nossa intenção não é exaltar sua posição à frente do CNEA, mas demonstrar que, apesar da sua gestão e possível alinhamento ao regime

ocupado o cargo por ser um militar, a sua formação deve ter contribuído para o desenvolvimento energético atômico, pois ele era qualificado academicamente para o cargo, independente dos nefastos acontecimentos que protagonizou durante o regime quando presidia a instituição.

Enquanto esteve à frente do CNEA, ora subjugada por Eduardo Emilio Massera ou com a *Cancellería* e a *ESMA*, Madero levou em frente projetos para as instalações nas usinas e de armamentos nucleares. Muito embora a instituição aspirasse fins pacíficos, o regime não tencionava deixá-la à margem do militarismo no que compreendia um fortalecimento do seu governo.

Dentro desses propósitos, o PLAN argentino, ponto alto do projeto dos militares da ditadura, bateu o recorde ao comprometer 50% do orçamento da nação com a compra e fabricação de armas nucleares. Seus esforços buscavam, a qualquer preço, o domínio completo do ciclo do combustível nuclear, o desenvolvimento das tecnologias de reprocessamento e do enriquecimento do urânio e avançar em direção à tecnologia do plutônio. Tudo estava a indicar que a bomba atômica daquele país deveria ser desse material. No final de 1983, a Argentina conseguia chegar ao patamar do enriquecimento do urânio. A comunicação de tão inédita como fulminante notícia marcou os últimos dias da ditadura. Os argentinos acabavam de vencer um obstáculo tecnológico de grandeza nuclear. Junto ao Centro Atômico de Pilcaniyeu, secretamente, pelo método de difusão gasosa, haviam conseguido o domínio do combustível enriquecido, sem nenhuma ajuda externa (OLIVEIRA, 1998, p. 12).

É neste cenário de desenvolvimento econômico e tecnológico que aconteceram as perseguições e os desaparecimentos dos cientistas sob a gestão de Madero, que acabou por não responder pela responsabilidade em relação aos crimes do Estado no CNEA. Estando à frente das decisões da instituição, mesmo que subordinado a ESMA, é pouco provável que ele tenha permanecido incólume ao que se sucedia aos “opositores” do regime, até porque sua indicação ao cargo tinha entre as finalidades, além da pesquisa e desenvolvimento de projetos, a vigília aos “perigos” eminentes de um vazamento de informações para os “inimigos” do regime.

Esta tarefa incluía reportar-se aos seus superiores quando os planos para o desenvolvimento atômico estivessem sob ameaça, afinal, era de se esperar que tivesse algum conhecimento referente ao histórico e inclinações políticas do seu pessoal. Quanto

ditatorial, que no caso não vamos discutir, seu trabalho teve determinada importância durante a ditadura militar argentina, mesmo que ele se beneficiasse de um orçamento adequado para tanto.

aos funcionários do CNEA, eram nove os cientistas de origem judaica que desapareceram entre os anos de 1976 e 1983: Antonio Anselmo Misetich, Daniel Eduardo Bendersky, Daniel Lázaro Rus, Gerardo Streijlevich, Jorge Israel Gorfilkiel, Manuel Mario Tarchitzky, Marcelo Daniel Kurlat, Miguel Schwartz e Susana Flora Grynberg. Estes cientistas trabalharam juntos e militavam como peronistas de variadas maneiras. Alguns eram amigos desde as suas formações acadêmicas, na militância ou em ambos.

O pesquisador científico Antonio Misetich era militante das *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR), uma organização paramilitar fundada na década de sessenta com orientação comunista e inspiração de linha guevarista, que segue os pressupostos de revolução a partir de Ernesto “Che” Guevara. Misetich, que trabalhava como pesquisador científico nos Estados Unidos, retornou à Argentina em razão do desaparecimento da irmã, Mirta¹⁴⁵. Com este retorno ele acabou indo trabalhar no CNEA. Desapareceu no dia 19 de abril de 1976 do seu domicílio em *Vicente López*, Buenos Aires, em decorrência de uma operação de detenção ilegal. No mesmo dia foi demitido com a baixa do seu contrato de trabalho no CNEA¹⁴⁶ sem maiores explicações.

O militante Daniel Eduardo Bendersky, do *Partido Comunista Revolucionario* (PCR), estudava física na UBA e trabalhava no *Departamento de Metalurgia del Centro Atómico Constituyentes* do CNEA. Também desapareceu de sua residência, detido ilegalmente no dia 16 de setembro de 1978. Quando desapareceu tinha terminado de redigir o seu trabalho de conclusão de curso sobre a vida útil da usina atômica de *Atucha*, porém, não pode defender a *tesis*¹⁴⁷. O PCR, agremiação em que militava, foi fundado em 1968 resultante de uma ruptura com o *Partido Comunista* diante da necessidade de uma luta revolucionária operária e popular. O PC argentino era considerado pelos seus dissidentes como tradicional no que confere o abandono da revolução e por se negar a empreender a luta armada. O PCR se propunha a ser um partido vanguardista para a Argentina¹⁴⁸.

Assim como Bendersky, Gerardo Streijlevich era estudante de física na mesma universidade. Além de trabalhar no CNEA, ele lecionava na *Universidad Tecnológica*.

¹⁴⁵ Dados sobre Antonio Anselmo Misetich. Disponível em: <https://robertobaschetti.com/misetich-antonio-anselma/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

¹⁴⁶ Dados sobre Antonio Anselmo Misetich. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/misetich-antonio-anselmo>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

¹⁴⁷ Dados sobre Daniel Eduardo Bendersky. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/bendersky-daniel-eduardo>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

¹⁴⁸ Sobre o PCR, ver em: <https://pcr.org.ar/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

Militante peronista *montonero*, era integrante da *Juventud Trabajadora Peronista* (JTP). Desapareceu no dia 15 de junho de 1977 em um local não determinado. Alguns testemunhos de sobreviventes dos centros de detenção argentinos indicam que ele foi visto no CCD *Club Atlético* e, também, pode ter estado na *ESMA* a partir de uma investigação de um caso conexo¹⁴⁹.

O físico Jorge Israel Gorfinkiel integrou a *Juventud Peronista* e passou a militar nos *Montoneros*. Em fevereiro de 1975, iniciou suas atividades laborais no CNEA como especialista na *Area Reactores Nucleares – División Calculo y Análisis*. Com o golpe civil-militar e uma crescente perseguição ideológica aos peronistas, Gorfinkiel apresentou a sua demissão do CNEA em 17 de maio de 1976. Foi sequestrado em uma via pública no dia 25 de novembro de 1977. Testemunhos afirmam que o viram nos CCDs *Club Atlético* e *El Blanco*¹⁵⁰ enquanto estiveram detidas nesses centros.

Manuel Mario Tarchitzky foi levado da casa de seus tios maternos em *Bahía Blanca* no dia 20 de julho de 1976 e depois levado para o CCD *El Escuelita*¹⁵¹ no bairro *Villa Floresta*. Estudou no *Instituto Balseiro* onde formou-se no ano de 1972. O seu nome aparece em um episódio denominado de *La Masacre de la calle Catriel* descrito da seguinte maneira:

El criminal hecho fue dado a conocer en su momento por los medios de comunicación como un enfrentamiento de una patrulla de soldados del V Cuerpo del Ejército contra civiles armados. Las pruebas testimonian una realidad muy distinta! La masacre de la calle Catriel sucedió alrededor de la medianoche del 4 de septiembre de 1976 en una casa deshabitada de la calle Catriel 321 de Bahía Blanca. En dicha masacre se asesinó a Francisco Fornasari, Juan Carlos Castillo, Zulma Matzkin y Manuel Mario Tarchitzky. El patólogo Dr. Mariano N. Castex escribió en un informe, “sin lugar a dudas, las víctimas fueron fusiladas cuando estaban atadas al piso”¹⁵².

¹⁴⁹ Datos sobre Gerardi Streijlevich. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/strejilevich-gerardo>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

¹⁵⁰ Datos sobre Jorge Israel Gorfinkiel. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/gorfinkiel-jorge-israel>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

¹⁵¹ Dados sobre Manuel Mario Tarchitzky na página da Comisión de DDHH del Personal de CNEA, no Facebook-Fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=282775230025991&set=pb.100081336938418.-2207520000>. Acesso em: 8 jan. 2023.

¹⁵² Disponível em: <https://juiciobahiablanca.wordpress.com/2012/10/31/cronica-de-una-masacre/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

Assim como no Brasil, a repressão argentina adotou a metodologia das “versões oficiais” para justificar seus assassinatos. Em grande parte, pôs-se em prática este método para aqueles prisioneiros que no momento do golpe de 1976 estavam detidos oficialmente, mas também “acontecía com os que, por alguma circunstância furtiva, não ingressavam nas trevas do desaparecimento” (NUNCA MAIS, 1984, p.159). Essas mortes em “confronto” não se referem àquelas ocorridas durante as invasões de residências para a detenção de suspeitos ou militantes procurados, mas para aquelas ocorridas sob a custódia do aparato estatal, cujos indivíduos se encontravam presos e controlados pelas autoridades, quando “o destino que tinham designado era a morte, caíam crivados numa ‘tentativa de fuga’ ou apareciam abatidos em um ‘confronto armado’” (NUNCA MAIS, 1984, p.159).

As investigações sobre o episódio envolvendo Tarchitzky, citado como um dos indivíduos mortos, chegaram à seguinte conclusão:

En las evidencias que se rebelan contra los acusados están las declaraciones de testigos del hecho, que también, como las víctimas asesinadas, fuera secuestrados y trasladados al campo de concentración denominado “La Escuelita”, lugar en donde las víctimas fueron torturadas repetidas veces (no siempre para obtener información, sino para quebrarlas), para ser llevadas más tarde, cuando pensaban que ya no tenían más información, a algún lugar para su eliminación. Todos los testigos afirman que permanecieron en “La Escuelita” antes del asesinato. Esto, contradiciendo a los acusados que declararon que las víctimas fueron muertas en el enfrentamiento, de acuerdo al parte oficial del ejército. Muchos sobrevivientes que pasaron por ese campo de concentración afirmaron que lo que los acusados denominan como “enfrentamiento armado”, no fue más que un asesinato alevoso. Además, la autopsia demuestra que según los datos escritos en la acta de defunción presentada por el V Cuerpo de Ejército sobre el estado de los cadáveres es imposible que las víctimas fueran partícipes de un enfrentamiento armado¹⁵³.

Portanto, a ditadura argentina praticou a falácia em relação às circunstâncias impostas ao elemento detido, nas versões para as mortes de determinados sujeitos. Versões estas que acabaram desmentidas por investigações legais e especializadas.

Marcelo Daniel Kurlat era químico e um dos fundadores das FAR. Ele foi sequestrado da sua residência em *San Isidro*, Buenos Aires, no dia 9 de dezembro de 1976. Trabalhava como técnico no CNEA desde 1965 até desligar-se do trabalho em

¹⁵³ “Síntesis de un trabajo presentado en el marco del curso Argentina entre los 60 y los 70: entre revolución y dictadura dictado por el Dr. Efraim Davidi en la Universidad de Tel-Aviv, Israel, 2011. Maayan Miller es sobrina de Mario Manuel Tarchitzky”. Disponível em; <https://juiciobahianblanca.wordpress.com/2012/10/31/cronica-de-una-masacre/>. Acesso em: 8 jan. 2023.

1971. Conforme testemunhos, Kurlat teria estado na ESMA¹⁵⁴. Elsa Baliner afirma que ele:

Comandaba la ‘División Norte’ en la organización Montoneros. El 9.12.1976 soldados de la Marina rodearon la casa donde se escondía junto con su hija Mariana. Lo intimaron a rendirse y ante su negación se desarrolló un tiroteo en el que resultó herido de gravedad. Fue conducido a la ESMA donde se encontró con su ex esposa Mercedes Inés Carazo. Habló con ella cerca de una hora y luego falleció¹⁵⁵.

O militante *montonero* e engenheiro nuclear Miguel Schwartz está desaparecido desde o dia 14 de fevereiro de 1977. O fato ocorreu na sua residência no bairro de *Belgrado*, Capital Federal. Ele trabalhava no *Departamento de Ensayos No Destructivos del Centro Atómico Constituyentes* desde 1972. Pediu demissão em agosto de 1976, devido às perseguições políticas a que estava sendo submetido. Segundo testemunhos, encontrava-se detido na *Comisaría 3ª de Morón*¹⁵⁶.

Susana Flora Grynberg estava com três meses de gestação quando foi sequestrada em uma via pública de Buenos Aires, no dia 20 de outubro de 1976. Ela formou-se em física nuclear pelo *Instituto Balseiro de Bariloche*, instituição onde iniciou seu trabalho na função de estagiária. No CNEA, fez parte do *Departamento de Combustibles Nucleares del Centro Atómico Constituyentes* que consistia “en los laboratorios de Metalurgia y en el de procesamiento de Materiales Radioactivos”. Por sua militância nos *Montoneros*, ela afastou-se do cargo devido às perseguições de cunho político, como ocorreu com Schwartz, apresentando a sua renúncia em 2 de julho de 1976¹⁵⁷. Casada com Jorge Leonardo Fraga, desaparecido em 25 de junho de 1978, ela foi vista no CCD *El Campito* por Eduardo Cagnolo. A criança a que deveria dar à luz também está desaparecida de acordo com o levantamento das *Abuelas de Plaza de Mayo*¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Dados sobre Marcelo Daniel Kurlat. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/kurlat-marcelo-daniel>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

¹⁵⁵ Dados sobre Marcelo Daniel Kurlat- Elsa Beliner: “el testimonio presentado por Miriam Lewin de García en el juicio a los jefes de las Juntas, el día 18.7.1985”. Disponível em: <https://amilat.online/wp-content/uploads/2020/08/KurlatMarceloDaniel.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

¹⁵⁶ Dados sobre Miguel Schwartz. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/schwartz-miguel>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

¹⁵⁷ Dados sobre Susana Flora Grynberg. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obraspublicas/comision-ddhh/grynberg-susana-flora>. Acesso em: 5 jan. 2023.

¹⁵⁸ MEGACAUSA CAMPO DE MAYO: AUDIENCIA SOBRE EL CASO DE LA EMBARAZADA SUSANA GRYNBERG. Depoimento de Ernesto Víctor Grynberg. Disponível em: <https://www.abuelas.org.ar/noticia/megacausa-campo-de-mayo-audiencia-sobre-el-caso-de-la-embarazada-susana-grynberg-1334>. Acesso em: 7 jan. 2023.

Estes cientistas, em parte colegas de Rus, desapareceram depois ou enquanto ainda trabalharam no CNEA. Existem outros cientistas da instituição que sucumbiram ao regime argentino¹⁵⁹. Não nos detivemos em buscar ou analisar mais profundamente fatos e acontecimentos sobre eles, visto não ser este o intuito aqui, apenas reproduzimos as informações sobre eles e destacamos aqueles com origem judaica. Sobre as suas detenções, passagens por centros clandestinos ou sobre as circunstâncias das suas mortes não sabemos exatamente, visto que os informes relacionados a eles, ou mesmo às demais vítimas que desapareceram, apresentam divergências em relação a datas e locais. Todavia, o nosso interesse reside no fato das “semelhanças” de percurso entre eles, seja por suas atividades políticas ou como parte atuante em um setor econômico relevante para a Argentina dos anos setenta.

Pelos inúmeros testemunhos e relatos nos CCDs argentinos, pudemos inferir quais os possíveis suplícios que os detidos de origem judaica estiveram expostos. Melhor seria se realmente pudéssemos saber os seus destinos e de tantas outras pessoas subjugadas por situações extremas de violência. O antisemitismo parecia fazer parte do ideário dos algozes nos centros de detenção. Procuramos a partir das descrições advindas de órgãos e entidades afins, destacar o protagonismo deste grupo de cientistas judeus no campo da pesquisa pelo trabalho na *Comisión Nacional de Energía Atómica* e da militância política, além de serem sujeitos sociais como filhos, pais, irmãos e amigos.

Eles foram pesquisadores que de alguma maneira contribuíram para a promoção do desenvolvimento argentino no campo da energia nuclear, através das suas qualificações, estudos e projetos. Alguns deles não conseguiram encerrar os seus cursos universitários como pretendiam, outros já tinham certa experiência com o trabalho desenvolvido pelo CNEA. Por exemplo, Grynberg atuava como cientista desde 1968, entre estágio e trabalho efetivo, com formação na mesma instituição que Castro Madero graduou-se, o *Instituto Balseiro de Bariloche*. Rus, Bendersky e Streijlevich estudavam na UBA, possivelmente na mesma época, ou porventura, se conheceram nos trâmites universitários, já que contavam praticamente com a mesma idade: 26 e 27 anos quando desapareceram. Missetich defendeu sua tese de doutorado intitulada: “*Acoplamiento spin-*

¹⁵⁹ Héctor Antonio Abrales, Federico Eduardo Alvarez Rojas, Roberto Ardito, Jorge Luís Badillo, Graciela Mabel Barroca, Rosa Delfina Costa, José María Esteves, Secundino Garay, Miguel Ángel Gil, Maria Cristina Onis, Eduardo Alfredo Pasquini e Miguel Francisco Villarreal. Informação disponível em: <https://www.barriada.com.ar/baldosas-por-la-memoria-de-los-trabajadores-y-estudiantes-de-la-cnea/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

órbita y factor giromagnético en las teorías de campo cristalino y campo ligante” no ano de 1964, pela mesma universidade.

Estas pessoas desapareceram exercendo as suas profissões no CNEA, ou se demitiram antes em razão da militância política. Aqueles que desapareceram enquanto funcionários, receberam a baixa do trabalho tão logo ocorreu o desaparecimento. Um fato interessante, ou no caso irônico, é que os que ingressaram no CNEA em 1976, foram empossados na instituição pelo governo militar, como Rus que, de acordo com Sara: “él fue becado el Gobierno de facto por los militares, por el mismísimo presidente Videla en el año de 1976[...]” e mesmo assim o demitiram três dias depois de “sumir” do trabalho.

O grupo de cientistas judeus do CNEA militaram em agremiações estudantis peronistas, ou em partidos e organizações “subversivas” a partir de 1976. A detenção, sequestro ou desaparecimento deles acabou por vincular-se a esta militância política, considerada dentro do *Proceso de Reorganización Nacional* como “subversiva”. De acordo com Feierstein (2011, p. 309):

La ‘subversión’ o la ‘delincuencia subversiva’ se termina transformando en una definición a la vez *clara* (se vincula a cualquier modo de cuestionamiento o crítica al orden imperante, en el nivel que fuere) y *ambigua* (resulta tan complejo entender qué puede ser visto como crítico o contestatario por esta modalidad del poder que cualquier pensamiento, práctica social o modo de relacionarse con los semejantes puede serlo).

Entretanto, eram indivíduos “estrangeiros” e qualificados para levarem adiante as pesquisas, os projetos e planos referentes ao desenvolvimento nacional no campo da energia atômica tão importante para o governo argentino naquele momento.

O caso de Rus e dos outros cientistas do CNEA envolveram não somente a questão da origem étnica, mas em sua maioria eles militavam em organizações de esquerda. Não há como dizer com plena certeza de que foram vitimados por razões de antissemitismo, mas pensamos que na Argentina essa situação foi um agravante quando da detenção ou do sequestro por parte dos agentes a serviço da repressão. O fato de serem judeus e, também, de serem vistos como “comunistas”, “terroristas” ou “subversivos” agravava as suas condições nas mãos de algozes muito bem doutrinados.

O que nos chama a atenção nestes casos é que, além de serem militantes, os judeus do CNEA lidavam com a pesquisa e implementação de projetos em um setor de suma importância para o âmbito econômico, do ponto de vista da manutenção do regime. As suas detenções e posteriores desaparecimentos perfazem um número expressivo frente a

comunidade judaica. Esta refaz os seus levantamentos de dados e números em relação aos seus de maneira a destacar a questão da xenofobia, no caso do antissemitismo.

A Argentina conta com a segunda maior comunidade judaica do mundo. Assim, não é por acaso que a sociedade já presenciou, ao longo dos anos, inúmeros acontecimentos de natureza antissemita. Atentos a ressurgimentos e reaparições, as comunidades acabam por destacar características que se assemelham ao nazifascismo, como presente em outros contextos.

Nos universos familiares destes “estrangeiros”, as conversas sobre as experiências resultantes do conflito mundial nem sempre eram um debate constante. Cada núcleo familiar lidou de diferentes maneiras com o passado, onde nem todos expuseram os eventos vivenciados como lembranças, pois preferiram esquecer. Alguns deles cresceram ouvindo as histórias de guerra dos seus progenitores, cada um deles, pai ou mãe, trouxe uma percepção diferenciada do que passou. Outros permaneceram anos isolados pelos “silêncios” e, ao longo do tempo, seus filhos tiraram a suas próprias conclusões em relação ao conflito: a “memória e [a] identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 5). A complexidade destas relações dentro do âmbito familiar nos sugere infinitas possibilidades, em que a compreensão passa a ser intuitiva, desafiada por um conjunto fragmentado de evidências sutis que perpassam o universo de sociabilidade familiar.

3 O ANTICOMUNISMO E O ELEMENTO “ESTRANGEIRO”: AS MOVIMENTAÇÕES DA EXTREMA-DIREITA E SUAS RELAÇÕES COM AS DITADURAS BRASILEIRA E ARGENTINA

*Para abraçar seu irmão
E beijar sua menina na rua
É que se fez o seu braço
O seu lábio a sua voz...¹⁶⁰*

Os emigrantes europeus logrados pelos eventos que se desenrolaram na Segunda Guerra Mundial se deslocaram por diferentes destinos pelo mundo ao final dos anos quarenta. Aqueles que, porventura imigraram para o Brasil e para a Argentina, acabaram, posteriormente, vivenciando a implementação dos regimes ditatoriais de caráter militar nos anos de 1964 e de 1976, respectivamente. Com o deslocamento, o período entre o final do conflito e os regimes em questão foi para eles um momento de aculturação e busca da estabilização social e econômica. Nos anos sessenta e setenta, estes “estrangeiros” gerenciaram formas de viver que poderíamos chamar de estáveis, pelo menos em comparação ao que viveram em décadas anteriores na Europa.

Neste cenário, as sociedades brasileira e argentina estavam passando por uma aceleração e, posteriormente, uma consolidação da industrialização e do modelo capitalista. Certo otimismo pôde ser sentido, podemos assim dizer, ocasionado pelas oportunidades e pela melhoria de vida para uma grande parcela destes imigrantes urbanos a partir dos anos 1950. O trabalho árduo e as barreiras culturais e idiomáticas não impediram estas pessoas de refazerem suas vidas, bem como em tratarem das suas feridas. Para os judeus, a superação dos traumas ocasionados pela guerra edificou uma memória que girou em torno de uma única questão: a do não esquecimento.

Se olharmos atentamente para os modelos nacionais econômicos que estavam em vigor na segunda metade do século XX nos países supracitados, veremos que eles tinham como meta o desenvolvimento, a industrialização e a modernização para setores sociais, buscando o ordenamento necessário para estas sociedades a partir da implementação de ditaduras. Para tanto, as ditaduras definiram-se por ideias e práticas que foram institucionalizadas para esta finalidade, onde o combate ao “comunismo internacional” ocupou a base ideológica, o que desencadeou o uso da violência em determinados setores destas sociedades para o alcance de tais objetivos.

¹⁶⁰ Excerto da composição musical “Como nossos pais” de autoria de Antonio Belchior.

Estas práticas objetivaram manter uma forma de democracia controlada dentro de um quadro onde imperavam desigualdades sociais, acúmulo de capital e o predomínio da fé cristã como legitimadora da devoção à pátria. Esta noção de “democracia” construiu uma imagem da ameaça comunista que passou a ser representado pela figura do “inimigo interno”, este um perpetrador pernicioso que se imbuía do aliciamento de cidadãos comuns para a implementação de um ideário “estranho” às sociedades de então.

Nesta lógica de combate ao “inimigo interno”, os agentes preservadores do *status quo* valeram-se de metodologias repressivas para o seu enfrentamento. Com isso, um número significativo de imigrantes do pós-guerra e seus descendentes, que residiam no Brasil e na Argentina, viu-se envoltos em dinâmicas as quais eles pontuaram como sendo semelhantes aos acontecimentos no continente europeu como o nazismo, o fascismo e, igualmente, o stalinismo. Uma diversidade de nacionalidades e etnias como judeus, ciganos, poloneses, tchecos, espanhóis, entre outros, pereceram com a imposição, a violência e a discriminação “racial” genericamente falando.

Assim, estes “estrangeiros” vivenciaram múltiplas e traumáticas experiências com os regimes ditatoriais que perpetraram a violência, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de um número elevado de pessoas em toda a sua extensão. O fato de serem etnias ou nacionalidades estrangeiras, mesmo que inseridas nas sociedades brasileira e argentina, não as redimia de reações xenófobas, pois o elemento “estrangeiro” poderia ser uma ameaça aos interesses nacionais.

Mas de que maneira isto tornou-se possível? Por meio de legislações referentes ao elemento “estrangeiro” promulgadas entre 1945 e 1980¹⁶¹. De início, as leis consideravam o indivíduo “estrangeiro” dentro de uma lógica de modelo de reorganização populacional, o que não impedia a imigração de determinadas etnias e nacionalidades que não tinham a preferência para as proposições de um modelo populacional específico. Mais adiante, nos contextos ditatoriais esta lógica voltou-se exclusivamente para os interesses da segurança nacional.

As ditaduras brasileira e argentina classificaram a presença de determinados “estrangeiros” como uma possível ameaça aos valores nacionais, agentes a serviço da

¹⁶¹ No Brasil temos o Decreto Lei nº 7967 de 1945 que flexibilizava a política de imigração escolhendo imigrantes europeus que se adequassem a composição étnica desejada pelo Estado; o Decreto Lei nº 941 de 1969 promulgado durante a ditadura civil-militar que relevou os procedimentos de expulsão do estrangeiro indesejado, nocivo à segurança nacional; o Decreto Lei nº 6.815 de 1980 que seguiu as premissas do decreto de 1969 em relação ao estrangeiro. Estes decretos tinham um caráter isolacionista em relação ao direito internacional dos direitos humanos.

doutrina comunista no meio social. Nestas circunstâncias, agregaram-se propagandas e campanhas de apelo patriótico que apontavam para a urgência da defesa da nação diante do avanço do “comunismo internacional” e pela manutenção de valores cristãos.

A abrangência e conseqüente maleabilidade da ideia de ordem, porém, permitiu que este papel sustentasse não apenas o uso das forças armadas em segurança pública, mas um amplo conjunto de atividades, de diferentes naturezas, desempenhadas pelos militares ao longo da história argentina e brasileira. Estas compreendem operações que vão desde a ingerência política e destituição de governos, até a atuação direta na garantia da lei e na contenção de movimentos de contestação política (SUCCI; SAINT-PIERRE, 2020, p.226).

Percebe-se, com isso, que as relações entre o anticomunismo e a xenofobia se entrelaçaram durante este período. Contudo, estas relações advêm de décadas anteriores quando organizações e agrupamentos com vertentes de extrema-direita passaram a movimentar-se em campanhas nacionalistas e promover ações violentas contra indivíduos estrangeiros, em nome de fatores identitários em termos nacionais.

Um estrangeiro tende a ser medido a partir do grau de proximidade e distanciamento que está do mal, do erro, do falso, do diabólico, do feio, do sujo, do animal, etc. A lógica da identidade cobra de saída que o estrangeiro seja aquilo que ele não pode ser, pelo menos à primeira vista ou num primeiro momento: idêntico culturalmente às pessoas da sociedade a que chega. O pensamento identitário tende a expulsar a diferença, ou o diferente, como algo que constitui uma anomalia, ou um mal funcionamento do próprio mundo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p.83).

Surgidos no contexto da ascensão do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e nos governos populistas latinos, que para Löwy (2015, p. 659) são “governos nacionais populares ou movimentos ao redor de figuras carismáticas” e com “amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista”, os casos de Vargas e Perón¹⁶² foram sustentados por grupos de extrema-direita que assumiam uma postura autoritária alinhada a pressupostos antiliberais presentes nos anos 1930 e 1940, e que se desdobraram nas décadas posteriores.

¹⁶² Nos referimos ao governo de Getúlio Vargas no Brasil, em duas ocasiões: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, e ao governo de Juan Perón, entre 1946 e 1955 que foi marcado pelo dismantelamento das instituições democráticas na Argentina. Ambos os governos mantiveram políticas de exclusão e enfrentamento da doutrina comunista, bem como de manifestações populares e políticas para controle do Estado, apesar do forte apelo populista e dos incentivos e alinhamento da classe dos trabalhadores.

A crise ocorrida no mundo no contexto dos anos 1930 foi, sobretudo, uma crise vivida pelo liberalismo. A crítica ao liberalismo não era restrita à prática econômica em si, adicionada a um discurso essencialmente contrário à democracia, vista com descrédito total por determinados movimentos políticos. A democracia liberal, desse modo, era caracterizada como ‘frágil’, aberta aos diversos perigos internacionais, fossem eles econômicos, políticos, ‘raciais’ ou culturais. O sistema democrático era caracterizado como incapaz de garantir a integridade nacional e, conseqüentemente, proporcionava uma situação de perigo ao bem-estar moral ou mesmo físico das pessoas (CALDEIRA, 2014, 25).

Nesta conjuntura, Caldera (2014, p. 29) ainda destaca que:

O panorama político brasileiro nas décadas de 1920 e 1930 apresentava condições bastante propícias para a formação de diversos movimentos políticos que buscavam a construção de uma autêntica ‘nacionalidade’ e a solução dos problemas que afligiam grande parte da população. O fascismo foi, certamente, uma das correntes que mais arregimentaram partidários nessa época.

Ao final da primeira metade do século XX, o contexto econômico brasileiro priorizava políticas direcionadas para o desenvolvimento e a industrialização do país, fato que vinha de encontro com as políticas relacionadas com as entradas de mão de obra especializada europeia no país. Assim, muitos dos imigrantes do pós-guerra puderam se estabelecer sem maiores entraves, em oposição às dificuldades de imigração enfrentadas por pessoas de origem judaica e de membros do Partido Comunista que se viram obrigados a deixarem seus países de origem em decorrência da ascensão do regime nazista na Alemanha a partir dos anos trinta.

As décadas de 1930-1940 ficaram registradas na memória do século XX como símbolo da decadência dos ideais democráticos e do fortalecimento de um nacionalismo xenófobo e racista. Nesse período, múltiplas portas de entrada na América fecharam-se aos judeus, que, de imigrantes comuns, passaram a ser tratados como membros de uma “raça indesejável: a semita”. Após 1938, a imigração judaica estava praticamente proibida na maioria dos países da América. Mesmo assim, apesar das restrições impostas pela Argentina, Brasil, México, Cuba, Chile e Uruguai, refugiaram-se na América Latina cerca de cem mil judeus, dos quais a maior parte eram alemães e poloneses (CARNEIRO, 2018, p. 63).

As políticas de entrada de estrangeiros no Brasil, durante o primeiro governo de Vargas em 1930, voltaram-se para a ocupação do espaço rural, condição que priorizou a

imigração de “agricultores” e dificultou os vistos de entrada para outros trabalhadores, como para os judeus vistos como possíveis “comunistas”. Mais precisamente, de acordo com Carneiro (2010, p. 66):

A industrialização de um projeto imigratório étnico (seletivo) para o Brasil ocorreu a partir de 1937, após um longo processo de gestação, cujas raízes ideológicas remontam o final do século XIX. Até então, os judeus candidatos a um visto brasileiro não tinham contra si nenhuma legislação discriminatória especial, ainda que nossos diplomatas os tratassem com a necessária discrição e como indivíduos da raça semítica, mesmo que fossem cidadãos provenientes das civilizações ditas superiores.

Com desfecho da Segunda Guerra em 1945 e o desvelamento das práticas genocidas atribuídas aos nazifascistas, surge um cenário de disputa ideológica entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), contexto em que ocorre um certo relaxamento das restrições impostas a grupos étnicos e nacionalidades específicas para a entrada e permanência em solo nacional. Sobre o processo econômico do Brasil após o conflito mundial, podemos dizer que:

[...] a burguesia industrial se tornou a fração hegemônica da classe dominante a partir de 1945, quando pela primeira vez se instaurou no Brasil o que se poderia chamar de ‘democracia burguesa moderna’. Contudo o desenvolvimento não fortaleceu apenas a burguesia industrial, mas também o proletariado industrial. Fortaleceu-o *quantitativamente*, ao multiplicar a quantidade de empregos na indústria e em atividades para-industriais, como construção civil, transporte, comunicações, serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. E fortaleceu-a *qualitativamente*, ao concentrá-lo nas metrópoles e abrir-lhes as portas à participação na vida política e cultural. Antes de 1945 o proletariado era pequeno e ‘estrangeiro’, tanto no sentido de que a maioria de seus membros não era nativa, como no sentido mais profundo de que estava excluído do processo histórico. Sua ideologia, assim como suas organizações políticas, sindicais, culturais etc., guardavam um estilo ‘europeu’ totalmente estranho ao modo de ser do resto da sociedade, que se mantinha preso aos valores e tradições gestados ainda no escravismo ou, na melhor das hipóteses, na luta contra o mesmo. Mesmo os assalariados que exerciam trabalho ‘não-manual’ - funcionários públicos, empregados de escritório e do comércio, professores - de modo algum desejavam se identificar com o proletariado fabril e muito menos aceita a sua liderança (SINGER, 1997, p. 236).

O Brasil acabou recebendo outros tipos de profissionais que não eram exatamente aqueles ligados ao meio rural, como os agricultores, mas, sim, profissionais e técnicos

especializados cuja necessidade estava presente em áreas específicas, parte do plano traçado para o desenvolvimento industrial e econômico naquele momento. Esta mão de obra especializada contou com “estrangeiros” que imigraram entre os anos de 1945 e 1955. Em uma entrevista realizada com o economista e ex-prespo político Ladislau Dowbor, cujo pai emigrou da Europa para o Brasil nesta condição, ele expõe os fatos em relação ao deslocamento familiar:

Com a invasão alemã, meus pais fugiram para a França e eu nasci, em 1941, na fronteira espanhola, nos Pirineus. Moramos na França até 1951, ano em que viemos para o Brasil. Havia uma convicção muito ampla, na Europa, de que haveria uma terceira guerra mundial entre EUA e Rússia. Como a população já havia sofrido a guerra de 1870, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, meus pais estavam convencidos de que a dimensão histórica da sociedade geraria um massacre a cada geração. Meu pai era engenheiro metalúrgico e recebeu duas propostas de trabalho: uma para o Canadá e outra para o Brasil. Reuniu a família e a opção foi pelo Brasil¹⁶³.

O pai de Dowbor era um apátrida, “totalizando 11% dos ingressos”, constituindo o terceiro maior grupo (BASTOS; SALLES, 2014, p.158). A inserção deste tipo de “estrangeiro” no âmbito laboral, na metade dos anos quarenta, é percebido pela sociedade “burguesa” brasileira como um tipo de trabalhador que vai se ocupar de um espaço paralelo ao ideário nacional de maneira funcional. Com isso, percebemos que indivíduos que apresentassem determinada especialização e que vinham de encontro aos interesses econômicos de então, e não se qualificavam apenas como operários fabris, eram aceitos e absorvidos por suas capacitações, fato que sobrepujava as origens ou as condições deles.

Os poloneses correspondiam a 30% do contingente de deslocados reunidos nos campos de refugiados, seguidos pelos israelitas (20%) e baltas (17%), onde também se encontravam ucranianos, russos, iugoslavos e apátridas. Viviam fora dos campos os *Volksdeutsche*, depois incorporados à proteção da *OIR*, de origem remota alemã que viviam há várias gerações em outros países como a Tchecoslováquia e a Iugoslávia e que, depois da guerra e em função de vários acordos, foram enviados à Alemanha e à Áustria, onde somavam 200.000 pessoas, com excelentes referências de trabalho profissional.

¹⁶³ Entrevista dada a Revista IHU da Universidade do vale do Rio dos Sinos, edição 347 de 18 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3591-ladislau-dowbor-7>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Apesar das diferentes experiências anteriores de cada um dos grupos, aqueles que já haviam vivido alguns anos nos campos de refugiados possuíam um elemento em comum: o treinamento profissional e alguma habilidade técnica, que os tornavam atraentes como possíveis candidatos à emigração e permitiriam recompor suas famílias, que viessem acompanhados de esposas e filhos e, muitas vezes, de seus pais ou sogros ou outros parentes (BASTOS; SALLES, 2014, p. 156)¹⁶⁴.

Havia uma demanda por uma mão de obra especializada em inúmeros setores, o que propiciou um relaxamento em relação ao “tipo” de imigrante que passou a ser aceito no período posterior ao final da guerra. Mas o fato é que esta situação em relação aos “tipos necessários” diante das demandas para o desenvolvimento econômico, não modificaram posturas anticomunistas e xenófobas diante de determinadas etnias e nacionalidades pelas sociedades brasileira e argentina. A sua presença em uma sociedade “amedrontada” pelo “comunismo internacional” e de “postura xenófoba é nuclearmente conservadora, expõe o medo que se tinha do contato com o estranho, com o estrangeiro, ou seja, com o novo, com o diferente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p.86).

A edificação no imaginário popular de um ideário anticomunista relaciona-se às possíveis influências políticas que determinados imigrantes poderiam oferecer nos lugares de destino, principalmente aqueles que se viram estereotipados e vinculados à doutrina comunista. Mesmo diante das funestas consequências ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial e da comoção generalizada frente aos campos de extermínio nazistas, as intolerâncias “raciais” percebiam o indivíduo “estrangeiro” como um desviante dos modelos e crenças nacionais. Assim no caso do Brasil e da Argentina que receberam uma miríade de “estrangeiros”, aceitos ou não, eles alocaram-se diversamente aos hábitos e maneiras de ser das sociedades locais.

Os regimes ditatoriais no Brasil entre os anos 1964 e 1985, e, na Argentina, entre os anos de 1976 e 1983, possibilitaram a instauração de estruturas próprias para a manutenção da “ordem” social visando o desenvolvimento econômico. Com isso, ambas institucionalizaram práticas autoritárias e promoveram formas de repressão clandestinas e ilegais, articuladas por vários graus de violência para o combate do comunismo e da “subversão”. Esta lógica anticomunista atingiu indivíduos estrangeiros e acabou por submeter muitos deles à desconfiança constante das sociedades com pilares conservadores, hierarquizados, elitistas e xenófobos.

¹⁶⁴ Para fins de esclarecimento, os baltas são provenientes da Letônia, Lituânia e Estônia e a OIR é a Organização Internacional das Migrações.

Duas a três décadas depois dos deslocamentos de pessoas atingidas pela guerra, uma parcela dos imigrantes, ou dos filhos destes, acabaram por fazer parte de organizações políticas de oposição militante ou armada contra as ditaduras em questão. Nessa conjuntura, eles foram considerados “inimigos” nacionais, elementos perigosos que conspiravam para implementar modelos socialistas em terras latinas.

La primera da cuenta de los años de la segunda posguerra y el funcionamiento de regímenes democráticos en los cuales, sin embargo, era posible detectar fuertes niveles de autoritarismo así como procesos de exclusión legal de partidos políticos considerados extremos o antidemocráticos (el peronismo en Argentina y comunismo en Brasil). Esa etapa se cierra con el triunfo de la revolución cubana y la súbita actualización de la ‘amenaza roja’. En un segundo período, estos gobiernos civiles, en mayor o en menor medida acosados por grupos castrenses, dieron paso a regímenes dictatoriales orgánicos de las Fuerzas Armadas, dotados de una propuesta refundacional. Tanto el golpe de Estado en Brasil en marzo de 1964 como el realizado en Buenos Aires dos años después, dieron inicio a dictaduras inspiradas en la ‘Doctrina de la seguridad nacional’ que tuvieron como epicentro de sus preocupaciones políticas y de su estrategia de auto-legitimación la derrota del comunismo a través de una guerra contra-revolucionaria (BOHOSLAVSKY, 2016, p. 35-36).

O conceito de “inimigo” abarcou dimensões um tanto extensas nos contextos autoritários, exposto por definições sintéticas, cuja concepção e a construção de um estereótipo determinou estratégias de coerção ao meio social de duas maneiras: amedrontando a população ou cooptando o cidadão comum à vigília e delação. O inimigo como ameaça social proporcionou uma razão de ser para a manutenção do *status quo* dos regimes autoritários. Movidos em nome da ordem, da segurança e do desenvolvimento, o papel do “inimigo interno” como um perigo obteve o apoio dos setores da sociedade interessados e de militares que assumiram uma postura de força ideal para o seu combate. Para a historiadora Marina Franco (2012, p. 281):

[...] el miedo a la ‘subversión’ como alteridad absoluta y su imposición final como el ‘mayor problema de los argentinos’, junto con el miedo al ‘caos’ que producían la ‘violencia’ general y la crisis, se alimentaron colectivamente para legitimar los mecanismos de (auto) control social que caracterizaron la situación dictatorial.

Franco destaca que a violência empreendida pelos agentes a serviço da repressão contra a “subversão” precedia a alteridade da nação e da pátria, pois, segundo ela: “la violencia resultaba un problema externo y ajeno a la sociedad, ‘infiltrado’ y opuesto al

‘espíritu argentino’, a la ‘patria’, y al ‘ser nacional’ acosados por esa violencia” (2012, p. 272-273). Uma situação, podemos dizer, semelhante ao caso brasileiro. A autora também destaca que os meios de comunicação argentinos edificaram e propagaram a noção de uma ameaça comunista no meio social, bem como a necessidade do seu combate e eliminação, como “un vehículo funcional de eliminación de la disidencia dentro del movimiento y su uso legitimó un discuso político más amplio de estigmatización y persecución del ‘marxismo’ como expresión misma de lo ‘subversivo’” (FRANCO, 2012, p. 175).

O elemento “subversivo”, partindo do pressuposto de que todo aquele que se opunha à gestão dos regimes ou cometesse ações que atentassem contra a segurança nacional tornavam-se “inimigos”, formou uma categoria que abarcou uma variedade de sujeitos ligados aos movimentos sociais, estudantis, operário, campesino e de outros vistos como simpatizantes desses. Isso alocou uma diversidade de sujeitos à margem do convívio social, dividindo a sociedade entre aqueles que se mantinham dentro das “normatizações” dos regimes como “bons cidadãos” e aqueles que não se submetiam às regras da situação. Esta divisão ideológica definida a partir da lógica bipolar da Guerra Fria projetou ambivalências no imaginário popular. Uma forte apelação ao patriotismo e ao nacionalismo agregou-se ao ideário de combate do “inimigo”, inserindo o indivíduo “estrangeiro” nesta categorização.

Entretanto, as etnias e as nacionalidades “estranhas” ao modelo de ser “brasileiro” ou “argentino” permitiram formas de exclusão e de violência antes mesmo da implementação das ditaduras civis-militares nos anos de 1964 e 1976. Nas décadas anteriores às ditaduras em questão, um escopo ideológico fortemente nacionalista e xenófobo foi assumido por grupos de extrema-direita¹⁶⁵ formados sob a influência do nazifascismo e por fatores históricos como uma “longa tradição antissemita espalhada em certos países; a persistência daquelas correntes que colaboraram durante a Segunda Guerra Mundial; e a cultura colonial que impregna atitudes e comportamentos mesmo muito tempo depois da colonização” (LÖWY, 2015, p. 657).

¹⁶⁵ Historicamente o conceito de extrema-direita para o campo político surge “a partir da Revolução Francesa de 1789, uma dicotomia na linguagem política por excelência: a direita e a esquerda. Na Assembleia Nacional criada após a tomada da Bastilha ficou determinado que eram de direita aqueles que se sentavam à direita do rei (os girondinos) e de esquerda aqueles que se sentavam à esquerda (os jacobinos). Com esta distinção inicial começa a surgir novas denominações ou rótulos: esquerda moderada ou radical, direita conservadora ou liberal, centro-direita, centro-esquerda, ultradireita, entre outras”. Disponível em: <https://conceitos.com/extrema-direita/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Os grupos, organizações e agremiações de extrema-direita no Brasil e na Argentina constituíram-se ideologicamente em torno da manutenção de valores e padrões nacionais contra o comunismo de esquerda, bem como contra o elemento portador de suas ideias já na primeira metade do século XX. A contradição entre os grupos organizados de “direita” e os de “esquerda”, no Brasil e na Argentina, pode ser definido de acordo com a concepção de Bobbio (1995, p. 33):

A árvore das ideologias está sempre verde. [...] ‘esquerda’ e ‘direita’ não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. ‘Esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos em relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações (valutazioni) a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer.

A “extrema-direita”, envolta na defesa da restauração de valores conservadores e de uma herança “racial europeia”, defendia premissas relativas ao capitalismo, à propriedade privada, ao amor à pátria e pela família tradicional e cristã. Suas ações motivaram ainda mais o caráter excludente das sociedades brasileira e argentina e, ainda, parte dos seus quadros puderam atuar como colaboradores, direta ou indiretamente, nos regimes ditatoriais dos anos sessenta e setenta.

No Brasil temos como exemplo o movimento integralista, que com:

A decretação do Ato Institucional número 5 (1968), marco das investidas incisivas da chamada linha dura dos militares da ditadura, foi acolhida de prontidão pelos integralistas. No ano de 1969, após o afastamento do General Costa e Silva e a imposição da Junta Militar, que continha dos integralistas dentre três ministros militares (Brigadeiro Márcio de Melo e Souza e Almirante Augusto Rademaker), isso significa não somente o afastamento do governo com tendências ‘ufanistas’ da ARENA, mas também a possibilidade de uma real inserção dos integralistas na ditadura, via candidatura integralista General Albuquerque e Lima. Apesar da derrota do general Lima, os integralistas permaneceram com anseios de chegar ao poder e vislumbraram, na composição do governo, indícios da possibilidade de um ‘governo’ integralista (CALDEIRA, 2014, p. 71).

O modelo conservador autoritário, ao longo da construção nacional brasileira e argentina, permitiu políticas de mandonismo advindos das oligarquias paternalistas caracterizados pelo “racismo” e pela apropriação do aparato estatal que contaram com as forças militares, que:

[...] assumiram atividades que excediam amplamente a tarefa de defesa externa como: a centralização do poder, em oposição a rebeliões indígenas; controle do território, através de guarnições estabelecidas como representações do Estado; defesa da soberania e integração dos ‘diferentes componentes étnicos de uma mesma comunidade’” (SICCI; SAINT-PIERRE, 2020, p. 226)

O uso da força e da autoridade estiveram presentes na história colonial das Américas desde a conquista, onde subjugar os conquistados condizia com um ideário que fez distinção entre o “civilizado” e o “não civilizado”. Esta noção, muito mais europeia naquele momento, permitiu escravizar o nativo considerado “selvagem” por seu modo de ser, agir e viver. A superioridade “racial” fora aclamada por uma sociedade que temia mudanças acarretadas com o convívio entre povos que desconheciam e que atentavam aos valores econômicos e de relações hierarquizadas muito fortemente. O sujeito nativo das Américas representava o exótico e deveria ser manipulado no seio destas sociedades definidas como “superiores”. Esta acomodação do outro, catequizou, ocidentalizou e colonizou o “diferente”, permitindo o aceite destes estranhos sociais.

Hannah Arendt (2013, p.130) define a autoridade a partir da sua importância histórica:

[...] um dos aspectos de nosso conceito de autoridade é de origem platônica, e quando Platão começou a considerar a introdução da autoridade no trato dos assuntos públicos na pólis, sabia que estava buscando uma alternativa para a maneira grega usual de manejar os assuntos domésticos, que era a persuasão (péithein), assim como para o modo comum de tratar os negócios estrangeiros, que era a força e a violência (bía). Historicamente, podemos dizer que a perda da autoridade é meramente a fase final, embora decisiva, de um processo que durante séculos solapou basicamente a religião e a tradição. Dentre a tradição, a religião e a autoridade [...], a autoridade se mostrou o elemento mais estável.

No caso, a autoridade se tornou uma forma concreta no sentido de que a temeridade do subjogado constituiu a força de persuasão do conquistador. Esta persuasão perpassou as construções nacionais da América Latina e permitiu as muitas diferenças entre quem detinha o poder e quem prestava a obediência. Os princípios de exclusão do outro permearam os séculos posteriores à conquista e colonização, contudo, adquiriam outras nuances frente às rupturas e mudanças de mentalidade em relação ao papel do outro nas sociedades latino-americanas. Todavia, não foram capazes, nestas sociedades, de

superar a rejeição ao “estrangeiro”, pelo menos em um primeiro momento e em determinadas situações, principalmente aqueles que apresentavam divergências perigosas ou que não eram cristãos, como os judeus.

3.1 Os “estrangeiros” diante do anticomunismo e da xenofobia

O intenso movimento migratório após 1945 levou muitos “estrangeiros” a escolher o Brasil e a Argentina como destino. Dentre as muitas etnias e nacionalidades europeias que adentraram as fronteiras da América Latina, legítima ou ilegitimamente, estão judeus, italianos, húngaros, tchecos, poloneses e alemães que, por meio de contatos ou redes parentais, escolheram o seu destino. Na condição de “estrangeiros”, estes indivíduos enfrentaram uma diversidade de obstáculos como a língua, a cultura, os costumes e a posição social nas sociedades que se inseriram, a fim de sobrepujar as dificuldades para fazer parte delas.

Em relação ao campo de trabalho, uma grande parte destes imigrantes tinham alguma formação ou experiência técnica. Aqueles que tinham as conformidades para os setores que careciam de pessoal qualificado foram contemplados pelo projeto de industrialização e modernização destas duas economias, ambas amparadas por incentivos norte-americanos, pois:

Nesse contexto, o ano de 1947, que, sob diversos aspectos, caracteriza-se por ações internacionais visando a enfrentar os problemas decorrentes do final do conflito, é marcante, também, em função da proclamação da doutrina Truman, que anunciava a disposição norte-americana de combater a expansão comunista, e a aprovação do Plano Marshall. O Plano Marshall, como se sabe, foi concebido para recuperar a economia europeia do Pós-Segunda Guerra, dentro do espírito liberal e de multilateralismo de reconstrução, que animou o governo norte-americano desde 1941, e visava, ainda, a consolidação da hegemonia americana (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013, p.12-13).

A preferência dada a estes imigrantes que tinham aptidões e habilidades para a suprir carências em setores de trabalho específicos, “salientando-se a destinação industrial, para o qual interessa o estrangeiro que já possuía comprovada especialidade ou aptidão técnica, deixando para o elemento brasileiro local as atividades não especializadas [...]” (BASTOS; SALLES, 2014, p.155), foi motivada pela falta de mão de obra do tipo qualificada para os setores industriais. O Brasil, que nos anos de 1930 até

a metade de 1945, posicionava-se de forma discriminatória em relação a grupos específicos de imigrantes, acabou por modificar a sua postura em relação a eles.

Assim, na retomada da imigração pelo Brasil, em 1945, a legislação imigratória, apesar da preferência por imigrantes de origem latina como portugueses, espanhóis e italianos, discutiu e aprovou a entrada daqueles provenientes dos campos de refugiados da Alemanha e da Áustria, em parte por razões humanitárias que eram propaladas, mas sobretudo pelo caráter técnico e especializado desses imigrantes que possuíam qualificação muitas vezes obtida nos próprios campos (BASTOS; SALLES, 2014, p. 152).

Apesar disso, ainda imperavam alguns empecilhos de ordem étnica e ideológica que visavam restringir determinados “estrangeiros” de ingressar no Brasil. As restrições se estendiam principalmente aos judeus, poloneses, tchecos, húngaros e romenos, europeus orientais que não eram “bem-vistos” em termos morais e religiosos para se misturarem à população brasileira e argentina. Para os judeus, especificadamente a imigração para o Brasil ou para a Argentina, demonstrou ser mais dificultosa. Esta situação é percebida desde a ascensão do Partido Nazista na Alemanha no início dos anos 1930, quando judeus e comunistas perseguidos buscaram asilo fora da Europa.

No Brasil, segundo Decol (1999, pg. 84), “um decreto de imigrações de outubro de 1938 procurou aumentar as restrições impostas contra judeus. Apesar disso, de 1933 a 1943, entre 20 e 30 mil judeus fugindo do avanço nazista na Europa conseguiram entrar no país explorando brechas na legislação”. Entre 1945 e 1947, as restrições em relação à imigração judaica foram flexibilizadas, porém:

As polícias políticas do Rio de Janeiro e de São Paulo não baixaram a guarda no pós-guerra. Ao discurso estereotipado das autoridades policiais somavam-se denúncias provenientes de parte da população local que, por sua formação católica, sua identificação com valores nazifascistas, seus interesses particulares ou divergências partidárias, aproveitavam-se da ocasião para manifestar seu ódio aos judeus e aos comunistas (CARNEIRO, 2010, 404).

Considerados muito “exóticos” para os padrões nacionais, estes “estrangeiros” mantinham certa reputação de terem inclinações políticas para o comunismo e de não compactuarem com os preceitos cristãos. O imaginário popular absorvera o estereótipo em relação a esta tipologia de imigrante. Um estereótipo muito bem construído nas décadas anteriores, conforme define Carneiro (2018, p.116):

A eugenia conquistou espaço entre as elites que debatiam e pensavam sobre a questão imigratória interpretada como “problema”, ou seja: como um ameaça. Desde a década de 1920, o estrangeiro passou a ser classificado nas categorias “desejável” ou “indesejável”, selecionado segundo critérios políticos, étnicos, culturais e religiosos. Autoridades do alto escalão do governo argumentavam que, caso o imigrante não fosse selecionado entre os melhores exemplares, poderia “desfigurar” e “desnaturalizar” a população brasileira, principalmente se fosse judeu.

Entre 1946 e 1952, levas de imigrantes “indesejados” adentraram o território brasileiro e o argentino por meios legais ou adaptando-se a eles. Por terem conhecimento das discriminações, eles lançaram mão de alguns artifícios para imigrar, como por exemplo: “atestados católicos”¹⁶⁶ falsos, cujo intuito era o de disfarçar uma origem judaica. Outros imigravam de forma clandestina, apelando aos governos dos países de destino sob alegações referentes a condição de sobreviventes de campos de extermínio nazistas e sem a possibilidade de continuar vivendo no continente europeu diante das perseguições que ainda os vitimavam. Também faziam referência ao fato de terem parentes que residiam nestes países e que queriam recebê-los em suas casas, já que não restavam muitos dos núcleos familiares originais. Estes parentes enviavam cartas para motivar a vinda deles, discorrendo sobre as muitas possibilidades de trabalho e acolhimento.

As redes familiares que se formavam em outros continentes facilitavam a acolhida no país escolhido como destino. Estas relações indicavam que o imigrante teria algum apoio de outro “estrangeiro” que já se encontrava habituado aos costumes locais e de certa maneira com condições para auxiliar neste recomeço. Um número considerável de emigrantes europeus do pós-guerra mantinha ligações com algum familiar próximo, ou grupo de familiares fixados no país de destino. Este fato não era incomum, visto que na primeira metade do século XX as duas guerras mundiais possibilitaram deslocamentos para as Américas por inúmeras razões.

À contrapelo, Brasil e Argentina receberam uma parcela do *staff* nazista, agora “fugitivos” considerados criminosos de guerra. Eles deslocaram-se para estes países através de rotas clandestinas de fuga, operacionalizadas com a finalidade de escaparem

¹⁶⁶ Em seu livro de memórias, Liliana Syrkis alega que seus tios que residiam no Brasil imigraram antes do início da Segunda Guerra. Perguntavam muito frequentemente se ela e família já haviam conseguido um atestado comprovando que eram católicas, pois o Brasil não dava vistos a judeus no período. Segundo ela, um padre polonês lhes concedeu os atestados para ela, a mãe e a irmã menor e, com isso, os vistos brasileiros foram dados.

do julgamento nos tribunais de guerra europeus. Os governos brasileiro e argentino não impediram a entrada destes indivíduos, de acordo com Decol (1999, p. 84). A Argentina “recebia milhares de nazistas e seus colaboradores em fuga da Europa”. O mesmo não ocorria com as vítimas judias que não conseguiam vistos para a entrada no território argentino, pois o governo de Perón impunha entraves legais para imigração judaica no país, mas que não os impediu de imigrar por outros mecanismos de ação.

Com isso, o anticomunismo e a xenofobia foram direcionados a estrangeiros específicos, vistos como portadores de ideias estranhas ao contexto nacionalista brasileiro e argentino. A concepção de que uma influência por parte de determinados imigrantes pudesse ocasionar no meio social, compactuava com as distintas propagandas que reforçavam os sentimentos de hostilidade e exclusão. Estas propagandas comungavam com grupos, agremiações ou organizações assumidamente avessas ao comunismo e ao que não era nacional e que disseminavam um ideário nacionalista e nazifascista europeu.

Segundo Sorj (2007, p. 99), a questão do antissemitismo está arraigada nas sociedades europeias desde a constituição dos Estados nacionais.

Em uma Europa assim concebida, de nações, Estados e Estados-nações, os judeus eram praticamente o único grupo que não se enquadrava nesse modelo. Não formavam uma minoria étnica própria a cada Estado nacional, uma vez que estavam espalhados por toda a Europa; tampouco eram residentes locais de uma nação vizinha, situação comum na Europa de fronteiras cambiantes daquele momento. Eram, de fato, percebidos como símbolo da incongruência: uma nação não-nacional que lançava uma nódoa na perfeição almejada pelos projetos nacionais. A imagem dos judeus como os “fora de lugar” foi além da questão das fronteiras nacionais e forneceu a chave para as percepções, então correntes, a respeito do lugar social dos judeus nas sociedades europeias, inclusive entre as novas elites judaicas secularizadas.

Esta concepção do judeu “fora do lugar” foi absorvida pelos países da América Latina fortemente influenciados pela cultura europeia e envoltos em uma lógica que ressaltou “atributos típicos do judeu imaginário, construído por meio de categorias estereotipadas” (SORJ, 2007, p.108).

Os imigrantes do pós-guerra conviveram com as múltiplas lembranças sobre o conflito. Os seus descendentes diretos cresceram em meio aos relatos traumáticos dos seus progenitores ou mesmo dos seus “silêncios” que “têm razões bastante complexas” (POLLAK, 1989, p. 4). Mas é difícil precisar toda a amplitude destas lembranças no âmbito familiar, pois algumas histórias foram contadas, outras fragmentadas e outras

silenciadas em relação a perdas materiais, a mortes de entes queridos, aos sonhos e às aspirações que se dissiparam durante o conflito na Europa.

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões (POLLAK, 1989, p. 11).

As experiências traumáticas vivenciadas pelos sobreviventes do nazismo por exemplo, eram parcialmente divididas com seus filhos, quando não anuladas. As razões para isso “consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais” (POLLAK, 1989, p. 4). Em alguns casos as famílias conversavam abertamente sobre o período da guerra, em outros as conversas eram reduzidas ou substituídas por argumentos sugestivos ou permeados por proibições e segredos. Já o silêncio poderia se tornar extremamente perturbador, como foi o caso de Eva Borger.

Eva conviveu com o silêncio dos pais em relação aos fatos passado com a guerra. Na casa da sua avó paterna havia uma variedade de fotografias de pessoas que ela não conhecia. Uma vez ou outra, ela questionava a avó sobre quem eram aquelas pessoas e as respostas eram sempre vagas. Aos seis ou sete anos, ela desconfiou que alguma coisa estava errada em relação à religião protestante que a família passou a professar, quando o pai insistia que os filhos se afastassem do judaísmo. Segundo a sua suposição, ele tinha um certo temor de que acontecesse com os filhos o que ocorreu com ele, muito embora o pai não lhe dava muitas explicações em relação a isso¹⁶⁷.

Em outros dois casos essa situação se assemelha. Os pais de Yaffa, Golda e Abraham Weintraub, comentavam poucas coisas sobre o que passaram com o antisemitismo. Segundo ela, o pai falava pouco e quando o assunto era questionado ele ficava transtornado. Por outro lado, a mãe apresentava uma narrativa fragmentada em relação às experiências vividas, pois ela omitia alguns pontos por se sentir envergonhada. Na família de Arie Czertok, um descendente de judeus-poloneses, não se falava sobre a guerra. Ele revela um fato que lhe causava estranhamento: a família não comemorava a passagem do ano. Contudo, quando ficou mais velho, soube que o tio, irmão de seu pai, havia morrido na Holanda combatendo os alemães, exatamente no dia 31 de dezembro de

¹⁶⁷ Depoimento de Eva Borger. “Vozes da Segunda Guerra”. Arqshoah- Projeto Vozes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fpls5SfRf2Y>. Acesso em: 12 dez. 2022.

1944. Os avós de Arie ficaram inconsoláveis com este fato, tanto que ele se lembra do avô como um homem bastante deprimido¹⁶⁸.

O pai de Samuel Felberg, um sobrevivente de campos de trabalho nazista, lhe contava sobre as suas experiências, por mais dolorosas que elas fossem, porém, a mãe se mantinha em silêncio. Samuel cresceu sem a maioria dos seus parentes próximos, como “todo filho de judeu sobrevivente do holocausto”¹⁶⁹. Ele recorda que nas comemorações das festas judaicas eles acabavam por se reunir com famílias do seu círculo social, pois a maioria dos núcleos familiares originais estavam reduzidas ou seus integrantes estavam dispersos, residindo em outros lugares¹⁷⁰.

Os exemplos supracitados demonstram como determinadas famílias judaico-polonesas lidavam com as lembranças da guerra e do nazifascismo. Não significa que todas elas se caracterizaram desta forma. Todavia, a questão em conviver com um passado traumático desvela como foram múltiplas e subjetivas as memórias em relação aos fatos no íntimo desses núcleos atingidos por tragédias, além de oferecer uma “perspectiva e dimensão históricas interessantes não somente acerca do genocídio instigado pelo nazismo, já bastante pesquisado, mas também dos refúgios forçados dos judeus poloneses e do recomeço das suas vidas do outro lado do Atlântico” (CARNEIRO; AMBROZIAK, 2017, p. 167).

Estes “estrangeiros” sobreviventes do Holocausto e seus filhos obtiveram variados graus de conhecimento acerca dos fatos passados pelos pais e familiares. As lacunas referentes a lembranças e aos esquecimentos lhes proporcionaram identificar processos relativos à xenofobia como “denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas [...]” (POLLAK, 1989, p. 9). Quando o regime nazista estabeleceu uma operacionalizada “limpeza política e racial” a partir de 1933, com a seleção de indivíduos e grupos considerados indesejáveis à nação do nacional-socialismo”, incluiu também os comunistas e os desafetos políticos e partidários. Uma lógica que foi exportada para os países como Brasil e Argentina, nos anos seguintes e principalmente no momento em que os “estrangeiros” buscavam refúgio nesses lugares.

¹⁶⁸ Depoimento de Yaffa Zipori Assayag e Arie Czertok. “Vozes da Segunda Guerra”. Arqshoah- Projeto Vozes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fpls5SfRf2Y>. Acesso em: 12 dez. 2022.

¹⁶⁹ Depoimento de Samuel Feldberg. “Vozes da Segunda Guerra”. Arqshoah- Projeto Vozes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fpls5SfRf2Y>. Acesso em: 12 dez. 2022.

¹⁷⁰ Depoimento de Samuel Feldberg. “Vozes da Segunda Guerra”. Arqshoah- Projeto Vozes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fpls5SfRf2Y>. Acesso em: 12 dez. 2022.

3.1.1 Os Benetazzo, os Syrkis e os Rus: “estrangeiros” do pós-guerra no contexto social e político brasileiro e argentino.

Muitos são os casos de “estrangeiros” que foram vítimas do anticomunismo e da xenofobia durante os eventos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Pensando nesta questão e nas trajetórias dos militantes e suas relações com as ditaduras, buscamos esclarecer as circunstâncias em que as suas famílias se deslocaram para o Brasil, caso dos Benetazzo e dos Syrkis, e, para a Argentina, o caso dos Rus. Percebemos certa necessidade em compreendermos o entorno familiar destes sujeitos, a fim de “avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores” (SCHMITD, 2012, p.194). Dito isso, nos propusemos fazer uma abordagem sobre alguns aspectos destes grupos familiares, por exemplo: de onde vieram esses “estrangeiros”, que relações tiveram com o período da guerra, de que forma foram atingidos, quais motivos para o deslocamento do continente europeu, número de pessoas do grupo familiar, entre outras coisas.

Não almejamos com isso percorrer uma cronologia familiar definida ou definitiva sobre estes percursos familiares, mas, sim, inferir sobre o cotidiano de cada um e suas múltiplas experiências e influências que possam ter motivado as posições políticas assumidas frente às ditaduras brasileira e argentina. O ambiente familiar e social destes indivíduos pôde proporcionar fatores de identificação, ou de negação, diante das conexões entre os traumas de guerra e a opressão dos regimes ditatoriais, consciente ou inconscientemente.

Iniciamos com os Benetazzo, uma família de italianos que imigraram para o Brasil devido às restritas condições de vida na Itália ao final dos anos quarenta e início dos cinquenta. No ano de 1949, Pietro e Giuletta Benetazzo residiam à rua Magenta de número 45, na *frazione* de Cadidavid¹⁷¹ da *comuna* de Verona, juntamente com os dois filhos do casal Antonio e Nordana. Giuletta era natural de Cadidavid e Pietro de Saonara, na província de Pádua. Estas duas localidades fazem parte da região do Vêneto, localizada no nordeste do país.

Ambos nasceram em 1914, ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Pensando na idade de Antonio, que era o filho mais velho, é possível que o matrimônio

¹⁷¹ Atualmente, Cadidavid é uma localidade, ou um bairro, da cidade de Verona, com aproximadamente 8 mil habitantes. O endereço em questão não mais existe. <https://it.wikipedia.org/wiki/Cadidavid> Acesso em: 11 jul. 2023.

de Pietro e Giulietta tenha ocorrido antes do início da Segunda Guerra Mundial. Estes dois intensos conflitos bélicos permearam a vida de ambos, cada qual foi afetado de alguma maneira pelas imposições das guerras aos civis, como a instabilidade econômica, a dissolução familiar, o desemprego, a fome, a destruição, as mortes de pessoas conhecidas e amigas, entre outros tantos fatores.

Durante o segundo conflito mundial de 1939 a 1945, Pietro serviu no exército¹⁷² italiano e só retornou para casa ao término dele. Depois de algum tempo após o retorno para casa, ele decidiu imigrar para o Brasil, em 1949, em razão do desemprego e da falta de oportunidades, contexto imediato após 1945. Assim, Pietro foi admitido em caráter permanente, nos termos do artigo 9 do decreto número 7967 do ano de 1945, no território brasileiro. Em sua ficha consular de qualificação consta que era mecânico por profissão. Possivelmente, o visto de “caráter permanente” foi em parte pela sua especialização profissional, já que uma grande parcela daqueles que se envolveram com a guerra “possuíam treinamento técnico e qualificação profissional e se caracterizavam por apresentar um número grande de jovens treinados e com capacitação para o trabalho industrial” (BASTOS; SALLES, 2014, p. 154).

A emissão do passaporte de Pietro tem um carimbo do Consulado do Brasil em Milão com data do dia 2 de novembro de 1949. Inicialmente, ele emigrou da Europa sozinho, possivelmente a fim de se estabelecer com trabalho e moradia antes de trazer o restante da família. Pietro desembarcou no porto de Santos no dia 24 de outubro de 1949 e fixou residência na cidade de São Paulo, mais próximo aos parentes que residiam no interior do estado paulista. Por volta de oito a nove meses depois, quando já se encontrava estabilizado com as condições necessárias no país, chegaram a esposa Giulietta¹⁷³ e os filhos do casal: Antonio, que contava com oito anos, e Nordana, com quatro¹⁷⁴. Abaixo podemos conferir os cartões de imigração de Pietro e Giulietta Benetazzo.

¹⁷² Depoimento da irmã de Antonio, Nordana Benetazzo. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/a-vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

¹⁷³ As fichas consulares de Pietro e de Giulietta, onde constam os filhos do casal, podem ser conferidas em: <https://www.geni.com/people>. Acesso em: 11 abr. 2021.

¹⁷⁴ Tomando por base que as viagens de navio da Itália para o Brasil levavam em torno de trinta dias, no final da década de quarenta e na de cinquenta, inferimos que Pietro Benetazzo chegou ao Brasil em dezembro de 1949, pensando no embarque logo após o visto consular brasileiro em Milão. O visto consular de Giulietta é de 26 de julho de 1950 e, seguindo por esta linha de pensamento, ela teria chegado ao Brasil com os filhos no final de agosto ou início de setembro de 1950. Na base de dados do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu da Imigração, não foram averiguadas as entradas deles, mas encontramos quatro indivíduos de sobrenome Benetazzo que imigraram ao final do século XIX e início do XX. A irmã mais nova de Antonio destaca que ele fora morar com uma tia (ela se refere a *zia*, em italiano) em Mogi

Figura 6: Cartão de Imigração - Pietro Benetazzo - frente

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODELO S.C. 139

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO 122868

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso PIETRO BENETAZZO

Admitido em território nacional em caráter permanente (temporário ou permanente)

Nos termos do art. 9 letra do dec. n. 7267, de 1945

Lugar e data de nascimento Saonara (Padua) 23/6/1914

Nacionalidade italiana Estado civil casado

Filiação (nome do Pai e da Mãe) Narciso Benetazzo e
Enrica Trolese Profissão meccanico

Residência no país de origem Rua Magenta, 45-Cadidavid-Verona

NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 1828462 Expedido pelas autoridades de Polícia de
Verona na data 24/10/1949

visado sob n. 1719/1949

ASSINATURA DO PORTADOR

Pietro Benetazzo

SELO CONS

Consulado do Brasil em Milão

2 de novembro de 1949

O CONSUL:

Manoel B. Casado

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Family Search

Figura 7: Cartão de Imigração - Pietro Benetazzo - verso

OBSERVAÇÃO - As autoridades consulares não fazem lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque 29-1-50 Embarcação A ndrea C

Permanência em território nacional até

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d

..... registro n.

Foi residir à R. C. Cavalcante, 102-SP-

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

Inspeção Federal de Imigração

VISTO DE DESEMBARQUE

€ntas 29 / JAN.50

.....

INSPECTOR de imigração

1242/50

H & S Ltd. Estereotipado 6/9/38

Fonte: Family Search

das Cruzes para estudar. Supomos, então, que eles tinham algum parente, ou parentes, que já haviam imigrado anteriormente.

era natural de Kowel na Ucrânia, veio de “Frankfort/Meno” na Alemanha¹⁷⁵. A mãe, Ethel, chegou em 24 de agosto de 1955 vinda de Paris. Embora uma observação no verso da sua Ficha Consular de Qualificação conste a informação de que ela “viajou em comp. do marido”, vimos que ela imigrou para o Brasil dois anos depois¹⁷⁶. Podemos inferir que Selman pode ter retornado para trazer a esposa e a filha, Pauline, visto que teria obtido um visto de saída para a França em 13 de maio de 1955. Abaixo seguem os cartões de imigração de Selman e Ethel Reichstul.

Figura 10: Cartão de Imigração - Selman Reichstul - frente

551.582

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Selman Reichstul

Admitido em território nacional em caráter permanente

Nos termos do art. 9 letra - do dec. n. 7987, de 1945

Lugar e data de nascimento Kowel / 5.4.1910

Nacionalidade apátrida Estado civil casado

Filiação (nome do Pai e da Mãe) Isaak e Pauline Reichstul

Profissão mecânico espec.

Residência no país de origem Frankfort/Meno

NOME	IDADE	SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

SELO SEL CONSULAR



Titre de Voyage 51-AB 27294

Passaporte n. expedido pelas autoridades de Polónia

Central de Paris na data 3 de novembro de 1953

visado sob n. 1364

ASSINATURA DO PORTADOR:
Selman Reichstul

Consulado do Brasil em Frankfort/Meno

9 de novembro de 19 53

O CONSUL:
Adrien Raimon Lopez

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Family Search

¹⁷⁵ Ficha Consular de Qualificação e Registro de Estrangeiros da Delegacia Especializada de Estrangeiros da Secretaria de Segurança Pública sobre Selman Reichstul. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.givenName=selman&q.surname=reichstul>. Acesso em: 5 jan. 2023.

¹⁷⁶ Ficha Consular de Qualificação de Ethel Reichstul. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.givenName=selman&q.surname=reichstul>. Acesso em: 5 jan. 2023.

Figura 11: Cartão de Imigração - Selman Reichstul – verso

OBSERVAÇÃO— As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque 25 NOV 1953 Embarcação Bretagne

Permanência em território nacional até

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d.....
registro n.....

Foi residir a Rua Gaissonni, n° 30 ap. 302

Vai trabalhar 3214 h
4212 c

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

H & S Ltd.
Estereotipado
9/9/53

Fonte: Family Search

Figura 12: Cartão de Imigração - Ethel Reichstul - frente

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODELO S.C. 139

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso REICHSTUL Ethel

Admitido em território nacional em caráter permanente

Nos termos do art. 9 letra 9 do dec. n. 7967, de 1945

Lugar e data de nascimento Lwow 5.6.19

Nacionalidade apatrida Estado civil casada

Filiação (nome do Pai e da Mãe) Diamant Hendryk e Pops Ernestina Profissão sem

Residência no país de origem Paris

NOME IDADE SEXO

PILHOS MENORES DE 18 ANOS

<u>Pauline</u>	<u>8 anos</u>	<u>feminino</u>
APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO COMPLETA		

Passaporte n. 03335 expedido pelas autoridades de Prof. Paris na data 2.6.55

visado sob n. 1247

Assinatura do portador Ethel Reichstul

Consulado Geral do Brasil em Paris
23 de junho de 19 55
O CONSULADO
Rodolpho de Souza Bantas
Consul Adjunto

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida á máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Family Search

Figura 13: Cartão de Imigração - Ethel Reichstul - verso

OBSERVAÇÃO— As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque: 24-8-55 Embarcação: Augustus

Permanência em território nacional até.....

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d.....

registro n.....

Foi residir à 7 de abril, 1955

Vai trabalhar.....

Pretende deixar o Brasil pelo porto de.....

Observações: viagem em comp. de marido - art. 37 da D.L. 7967/55

H & S Ltd.
Estereotipado
9/9/38

BRASIL
24 AGO 55
SANTOS

Fonte: Family Search

A região da Itália em que os Benetazzo residiam fora atingida pela guerra. Verona fica mais ao norte da península itálica, sendo que esta região ficou sob domínio nazista a partir de 1943 com a chamada “República de Saló”. O *Duce* Benito Mussolini perdera a região da Sicília, ao sul do país, para as tropas aliadas e acabou sendo preso em 1943. Com receio de perder o domínio total da sua aliada, as tropas nazistas ocuparam Roma e tomaram o controle do norte. Os alemães acabaram por realizar uma operação de resgate e retiraram Mussolini da prisão. Protegido até certo ponto pelos nazistas alemães, ele criou a República Social Italiana (RSI) na *comuna* de Saló no final de 1943, tornando-se uma figura representativa aos interesses nazistas na região. A RSI teve uma vida curta, mas a influência nazista na região fez crescer ainda mais o ódio ao Estado fascista.

Se os Aliados precisavam de uma demonstração do quanto a atitude das pessoas mudara, eles tiveram uma assim que entraram no continente. Em setembro de 1943, enquanto estavam ocupadas expulsando os alemães do sul da Itália, as tropas britânicas e americanas ficaram surpresas ao descobrir que muitos vilarejos que haviam sido libertados se rebelavam - não contra os Aliados, nem mesmo contra os alemães, mas contra o próprio Estado italiano. Depois de vinte anos de governo fascista e de gerações exploradas por proprietários ausentes, muitos destes vilarejos tinham tido sua cota de forasteiros (LOWE, 2017, p. 312).

Dessa maneira, questionamos o fato do possível envolvimento de Pietro com o fascismo ou mesmo da sua adesão, o que não pudemos averiguar nas fontes analisadas. Entretanto, essa hipótese foi cogitada devido a tratativa com o período em questão e suas condições, pois não há como considerar que todo o italiano é um fascista, assim como todo o alemão seria um nazista. Por certo Pietro como um cidadão italiano dentro do contexto bélico na Itália, fora convocado para a guerra ou alistou-se para ela. A sua participação como combatente das forças militares durante o conflito não oficializa um apoio ideológico ao regime fascista ou em relação às suas posições políticas. O regime fascista na Itália não apresentava opções democráticas para os seus cidadãos desde 1921.

De acordo com a filha Nordana, Pietro estava servindo ao exército italiano em 1941 quando o irmão Antonio nasceu. Sobre os motivos que o levaram a emigrar da Europa tão logo retornou para casa ao final do conflito, ela alega que saíram da Itália em decorrência do fascismo e das problemáticas condições enfrentadas por lá.

As particularidades dos grupos de civis nas inúmeras vilas, vilarejos ou cidades do continente europeu apresentam inúmeras versões acerca dos eventos passados. Os interesses pessoais, na família e nos negócios revelam características muito próprias para explicar as condições de cada um neste conflito de grandes proporções como foi a Segunda Guerra. Quando nos reportamos a um estado de guerra, imaginamos que todos as pessoas atingidas vivenciam as mesmas experiências por se encontrarem em um mesmo contexto temporal e espacial. A fome, a miséria, a doença, a dor, a perda, a desesperança, o suicídio, a morte, a vingança são parte deste contexto, contudo, não dão conta da amplitude das reações a estes eventos. Lowe (2017, p. 86) define que em oposição a uma situação de privações:

Os anos de guerra viram uma vasta redistribuição de riqueza das cidades em direção ao campo, revertendo a trajetória dos últimos séculos. Na Itália, por exemplo, moradores de classe média das cidades foram abandonados por seus empregados, que preferiram voltar para as suas aldeias de origem, onde o alimento era mais abundante. Camponeses e comerciantes, como se queixou um *signora* do norte da Itália, eram ‘as pessoas ricas de hoje’[...]. Para os que foram incapazes de tirar vantagem das mudanças sociais impingidas pela guerra a libertação ofereceu outras oportunidades.

Os Benetazzo podem ter se beneficiado durante a guerra com o fato de Pietro estar no exército, afinal, ele tinha uma forma de ganho. Mas, ao final do conflito, a Itália estava ocupada pelas forças Aliadas e as possibilidades de sustento não se mostravam muito promissoras. A situação naquele momento era de vulnerabilidade econômica e social no

que diz respeito a uma retomada da vida como era antes da guerra, mesmo sob o fascismo. Sem uma forma de governo estável após a morte de Mussolini em 1945, o restante da Itália estava sob ocupação das forças aliadas que tiveram a incumbência de reorganizar, repatriar e realocar pessoas que foram deslocadas durante o conflito. Muitas delas estavam sozinhas, buscavam encontrar familiares e conhecidos que sobreviveram à guerra, ou mesmo se encontravam em situação de miséria pessoal.

A Europa estava destruída e a situação de muitas cidades era caótica. A necessidade de reordenar o continente em termos econômicos ficou a cargo dos EUA que concebeu um modelo de plano econômico denominado “Plano Marshall”¹⁷⁷. Contudo, a ajuda foi tardia, pois até o ano de 1947 “o continente todo permaneceu instável econômica, política e moralmente até muito além do fim da década” (LOWE, 2017, p. 89). Este era o cenário no qual estavam inseridos os Benetazzo, nesta espiral de caos e reorganização.

O deslocamento da família Benetazzo para o Brasil ocorreu devido às pressões econômicas resultantes do modelo fascista, uma das características do grande deslocamento após 1945. As motivações incluíam possibilidades de trabalho, que dava sustento familiar e segurança. Como Pietro imigrou sozinho para o Brasil em 1949, inferimos que houve uma determinada preocupação da família em primeiramente se estabelecer no país e só depois trazer a esposa e os filhos, ou seja, preparar um ambiente mais ou menos estável e seguro para todos eles. As experiências com a guerra, no exército italiano, outorgaram uma qualificação profissional a Pietro a ponto de se tornar um mecânico especializado. Em 1950, ele trabalhou na empresa Mineração Geral do

¹⁷⁷ Plano econômico de ajuda estadunidense para a reconstrução da Europa após a guerra.

Brasil¹⁷⁸, em Mogi das Cruzes, como “mecânico especializado”¹⁷⁹. Mesmo que a “inserção de imigrantes no Brasil no período fosse complexa, e não podia ser resumida à disponibilidade de trabalhadores na Europa e à necessidade de absorção dos mesmos nas indústrias paulistas” (PAIVA, 2006), esta situação não era incomum diante da demanda de mão de obra estrangeira especializada, como discutimos no início deste capítulo.

No Brasil, os Benetazzo alcançaram uma situação de vida estável, por assim dizer. Mesmo com as inúmeras mudanças de residência e trabalho da parte de Pietro, a esposa Giulietta era “do lar”¹⁸⁰ ou das “prendas domésticas”¹⁸¹, os filhos do casal puderam estudar e seguir carreiras diferentes e desfrutar de coisas que o casal não dispunha na Itália. Um fato interessante e que demonstra a inserção social do casal dentro desta estabilidade, é que Pietro foi um dos fundadores do *Rotary Club* de São Sebastião. Ele e Giulietta aparecem em uma fotografia juntamente com os demais fundadores, seguidos pelos nomes deles e das respectivas esposas, bem como das profissões ou locais de trabalho. Ao lado do nome de Pietro, entre parênteses, consta: comerciante¹⁸².

¹⁷⁸ Em 24 de julho de 1942 lavrou-se no cartório Mello Freire a escritura de aquisição de uma área de 1.753.998m² junto aos trilhos da Central do Brasil para a montagem de uma importante indústria siderúrgica. Os vendedores foram os Srs. Cel. João Muniz Barreto e Armênio de Almeida e Souza e a compradora dessa área a Mineração Geral do Brasil ao preço de 241:256\$000. No dia 12 de dezembro de 1943, chega a Mogi, o cônsul dos Estados Unidos, Sr. Cecil Cross com uma caravana de mais de cem pessoas. Visitam as obras da Mineração Geral do Brasil, jogam beisebol no campo do União e mais tarde participam de um grande churrasco na Chácara Castelões. Em 24 de agosto de 1944, o Vigário da Paróquia, Padre Lino dos Santos Brito abençoa o alto forno da Mineração Geral do Brasil e em seguida movimentam-se as primeiras caçambas conduzindo ao grande forno as primeiras toneladas do minério que transformará em ferro e aço. Em 1945, seguindo o exemplo da capital, os operários da MGB, promovem sua primeira greve, onde em completa ordem, percorrem as ruas da cidade. A partir de 1947 até 1967 foram 20 anos de predomínio da Mineração Geral do Brasil na economia de Mogi e região. O empreendimento levado avante pela família Jafet e liderado por Ricardo Jafet na euforia do pós-guerra chegou como uma espécie de redenção. Mogi tinha nessa época 62 mil habitantes e a economia era predominantemente agrícola. Com a indústria, Mogi viveu momentos de alto desenvolvimento durante esses vinte anos. Com investimentos em grande parte financiados por bancos estatais a empresa alterou a rotina da cidade com a criação de empregos especializados, chegando a ter 3 mil funcionários diretos, responsáveis pela sobrevivência de 12 mil pessoas (4 por família) em uma comunidade de 62 mil pessoas, ou seja 20% da população. Informação disponível em: <https://www.asemana.com.br/mineracao-geral-do-brasil-cosim/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

¹⁷⁹ A grafia original do documento foi mantida. Documento emitido pela Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Estrangeiros em 3 de maio de 1950. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.givenName=pietro&q.surname=Benetazzo>. Acesso em: 10 dez. 2022.

¹⁸⁰ Informação constante em documento oficial, expedido pelo SPMAF/SR/SP, expedição de segunda via de documento. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-8988-W3WZ?i=246&cc=2140223&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQVSN-NWVC>. Acesso em 18 out. 2022.

¹⁸¹ Informação constante em documento oficial; Delegacia Especializada de Estrangeiros- Registro de Estrangeiros. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-9988-WS1S?i=248&cc=2140223>. Acesso em: 18 out. 2022.

¹⁸² Rotary Club de São Sebastião. Disponível em: <https://rotarysaosebastiao.wordpress.com/about/>. Acesso em: 22 out. 2022.

Inferimos que esta família, apesar dos percalços enfrentados na Itália, pôde construir uma nova vida no território brasileiro. Como eram italianos, a imigração não teve maiores impedimentos em relação à inclinação política ou étnica. Eram “estrangeiros desejáveis” pela nacionalidade e pela cultura. Acabaram por se inserir econômica e socialmente no local de destino, pois a sociedade brasileira parece ter mantido formas de associação menos excludentes.

A família de Alfredo Sirkis era de origem judaico-polonesa. Os pais Eugenio (Herman) Sirkis e Liliana (Binensztok) Sirkis chegaram ao Brasil ao final dos anos quarenta, desembarcando na cidade do Rio de Janeiro separadamente e em datas distintas. Liliana veio da Suécia com a mãe Anna Wiera e a irmã Janezkca; Eugenio veio sozinho para reencontrar a mãe Roza Poznanska, que havia imigrado no início da guerra. Eles se conheceram no ano de 1949 e contraíram matrimônio em 15 de outubro do mesmo ano. Segundo Liliana, a afinidade com a língua, a localidade de origem e o que passaram durante a guerra os aproximou, ou seja, a identidade étnica foi um fator importante na escolha dos pares, tanto pela língua, quanto pela religião ou origem. Abaixo podemos conferir os cartões de imigração de ambos.

Figura 14: Cartão de Imigração - Eugenio “Herman” Sirkis - frente

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODELO S.C. 139
66699

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Herman Sirkis
Admitido em território nacional em caráter permanente
(temporário ou permanente)
Nos termos do art. 9 letra do dec. n. de 1945
Lugar e data de nascimento Poddebice 7.6.16
Nacionalidade polonesa Estado civil solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Juliuż e Rose
Profissão técnico
Residência no país de origem Paris

NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS
Visto autorizado pelo Ministério das Relações Exteriores -- Desp. Tel. No. 718.18 de Luau de 1947

Passaporte n. 059103 expedido pelas autoridades de Minist. Ext. Polónia na data 15.4.47
visado sob n. 1463

ASSINATURA DO PORTADOR: *Sirkis*

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

SEL. CON. 67
Consultado Geral do Brasil em Paris em 9 de junho de 1947
O CONSUL
Jorge Escagnolle Taunay
Jorge Escagnolle Taunay
VICE-CONSUL

Fonte: Family Search

Figura 15: Cartão de Imigração - Eugenio "Herman" Syrkis - verso

OBSERVAÇÃO—As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque 11.7.47 Embarcação Desirade

Permanência em território nacional até

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d.....


Foi residir a Sua Suador Verqueiro, 23 registro n.....

Vai trabalhar

Pretende deixar o Brasil pelo porto de

Observações

H & S Ltd.
Estereotipado
9/9/38



Fonte: Family Search

Figura 16: Cartão de Imigração - Liliana Binensztok - frente

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

MODELO S.C. 189
79539 P.23

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Liliana Binensztok

Admitido em território nacional em caráter permanente
(temporário ou permanente)

Nos termos do art. 9 letra do dec. n. 7.967, de 1945

Lugar e data de nascimento Pinsk, em 14 / 10 / 1923

Nacionalidade poloneza Estado civil solteira

Filiação (nome do Pai e da Mãe) Alfred e Anna-Wiera Binensztok
Profissão costureira

Residência no país de origem Warszawa

NOME	IDADE	SEXO
------	-------	------

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Obs: Aut. pelo tel. n.º 75 de 18/11/47 do Min. Rel. Ext.



29

Ser. V 050651 Nr akt 3263/664

Passaporte n. expedido pelas autoridades de Dyrektor Biura Konsularnego M.S.Z. na data 20 de março de 1947

visado sob n. 85

Assinatura do portador: Liliana Binensztok

Consulado Legação do Brasil em Estocolmo

17 de Abril de 1948

1.º Secretário

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida e rubricada pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Family Search

Figura 17: Cartão de Imigração - Liliana Binensztok - verso

OBSERVAÇÃO—As autoridades consulares não farão lançamentos nesta parte da ficha

Data do desembarque 8.6.48 Embarcação GROIX

Permanência em território nacional até.....

Carteira de identidade policial expedida pelas autoridades d.....
registro n.....

Foi residir a RIO RUA BUVIDOR 87

Vai trabalhar.....

Pretende deixar o Brasil pelo porto de.....

Observações.....

H & S Ltd.
Estereotipado
9/9/38

Fonte: Family Search

O primeiro filho do casal, Alfredo, nasceu no dia 8 de novembro de 1950, e, com isso, ambos se naturalizaram brasileiros. Ao registrar o nascimento do filho, também decidiram alterar a grafia do sobrenome de “Syrkis” para “Sirkis”, atribuindo uma aparência “mais brasileira” à sua condição estrangeira, seja por almejar um tratamento mais inclusivo ou para simplificar a escrita. De qualquer maneira, o intuito foi aproximar o filho da realidade do lugar. A modificação do nome foi feita somente para Alfredo, pois o casal continuou a utilizar a grafia original e, por este motivo, o sobrenome desta família não é igual para todos os integrantes. Assim, quando nos referimos a Alfredo, utilizamos “Sirkis” e, quando nos referimos aos seus pais, Eugenio e Liliana, utilizamos “Syrkis”.

O entendimento de igualdade não se admite como critério diferenciador da nacionalidade, tendo em vista que existem vários documentos internacionais que não cansam de reforçar o tratamento igualitário entre nacionais e estrangeiros, contudo, nem sempre é o que acontece. A adoção de medidas que promovam a igualdade é importante a partir do momento em que se tem o alcance da igualdade como objetivo. São imprescindíveis medidas que abranjam a necessidade de repensar as estruturas sociais, a fim de extinguir divisões que criam obstáculos para as pessoas apresentarem direitos análogos. É evidente a dificuldade de superar as barreiras da desigualdade no Direito, uma vez que este é voltado ao conservadorismo social (SILVA; LIMA, 2017, p. 388).

A fim de contemplar os percursos de Eugenio e Liliana, além da análise da documentação oficial referente a eles, recorreremos ao livro escrito por ela e publicado em

2011 como o título de “Lila”. A narrativa proposta pela autora abrange o período anterior, durante e posterior à Segunda Guerra Mundial. Incentivada pelo filho Alfredo, não são apenas algumas lembranças o que Liliana nos oferece, e sim uma narrativa cronológica e detalhada que nos conduz através dos fatos passados e das experiências com a guerra. Além de abordar fatos da sua vida, ela também confere aspectos da vida de Eugenio, passados antes de se conhecerem. No livro, Liliana busca resgatar os eventos traumáticos a que ela e sua família foram submetidas por meio de uma narrativa lúdica, pois os eventos mais difíceis são permeados por descrições intensas sobre as paisagens e os lugares por onde andou, saudosa da sua infância e repleto de detalhes.

Embora o foco principal do seu livro seja a guerra e as péssimas condições de sobrevivência na Sibéria, os lugares parecem ter uma significância maior para ela do que os traumas em si, o que nos remete à questão de que a “organização da experiência requer uma consciência do tempo, no sentido de demarcar claramente o presente que foi e o presente que é, e esta demarcação na verdade significa a criação de um novo tempo saturado de vivências” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 43). Liliana faz isto muito bem, as paisagens e os lugares em que viveu são apresentados por ela quase que como um “desvio de olhar” da tragédia, como uma procura por razões em continuar e sobreviver.

Estamos cientes das dificuldades em se trabalhar com as memórias, mas não pretendemos abordar um debate específico sobre uma análise detalhada acerca das memórias de Liliana, apenas buscamos as informações necessárias para compreender os acontecimentos vivenciados sob a sua ótica e compará-los com a documentação oficial e outras pertinentes, pois entendemos que a “linguagem, que é um código socialmente estabelecido, submete as memórias que narram a determinações sociais as mais variadas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.44).

Já Eugenio Syrkis, cujo nome na Ficha Consular de Qualificação é Herman Syrkis¹⁸³, nasceu em Poddebice na Polônia, no ano de 1916. Sua mãe Rosa estava grávida dele quando o pai morreu em combate ao lado do exército czarista durante a Primeira Guerra Mundial. Portanto, Eugenio não conheceu o pai cujo nome era Ilia Syrkis ou Juliusz Syrkis. Com a ausência do pai biológico, Eugenio foi criado pelo padrasto, um judeu de cultura polonesa chamado Josef Poznanski, que lhe ensinou a dirigir veículos

¹⁸³ Sobre o nome Herman Syrkis ver em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?count=20&q.surname=syrkis>. Acesso em: 20 nov. 2022.

a motor desde quando era muito jovem. A sua vida com o início da guerra não foi das melhores, assim como a de muitos outros europeus. Contudo, algumas oportunidades favoreceram sua sobrevivência durante o conflito, mesmo diante de tanta escassez e dificuldades.

Sobre a questão das diferenças de nome, Eugenio ou Herman, não encontramos uma razão específica. Em um primeiro momento pensamos tratar-se de um nome composto que ele acabou por utilizar conforme melhor lhe parecia. Ao analisar a documentação referente, percebemos que ele entra no Brasil como Herman e assume o nome de Eugenio, como conferimos na sua Ficha Consular de Qualificação¹⁸⁴. Em um documento do Dops, referente a Alfredo Sirkis, consta “Herman Syrkis” como pai no item “filiação”. Inferimos a partir de um conjunto de documentação que ele se chamava Eugeniusz Herman Syrkis¹⁸⁵, contudo isto não nos dá a certeza disto. Aqui optamos pelo modo como a família o chamava: Eugenio.

No ano de 1939, com a invasão alemã na Polônia, Eugenio e o padrasto se deslocaram para Rovno a fim de fugir do nazismo. Esta região se localizava na parte oriental da Polônia e estava ocupada pelos soviéticos. Ambos foram presos e seu padrasto acabou sendo morto pelo NKVD¹⁸⁶. As habilidades de motorista e mecânico aprendidas com o padrasto, salvaram-lhe a vida quando foi enviado para um agrupamento que realizava trabalhos forçados para os soviéticos. No “exército de trabalho” ele adquiriu alguns privilégios, como uma cota razoável de alimentação em relação aos demais. A certa altura contraiu malária e não conseguiu mais trabalhar. Doente, acabou internado em um hospital onde passou frio, fome e perdeu muito peso. Estas experiências lhe conferiram uma péssima impressão do modelo comunista soviético, tanto que esta impressão lhe atribuiu ao longo do tempo um posicionamento “anticomunista” convicto.

¹⁸⁴ Documentos de registros referentes a Herman Syrkis, onde podemos conferir Ficha de Qualificação consular, certidão de casamento e óbito dos filhos. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?q.surname=syrkis>. Acesso em: 24 fev. 2023.

¹⁸⁵ Dados na plataforma Geni sobre Eugeniusz Sirkis ou “Herman Syrkis”. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Eugenio-Sirkis/6000000142209170220>. Acesso em: 20 nov. 2021.

¹⁸⁶ *Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del* (em português Comissariado do Povo de Assuntos Internos), foi o Ministério do Interior da URSS. Criado em 1934, tinha as funções policiais e de segurança tradicionalmente atribuídas ao Ministério do Interior, como o controle de tráfego, corpo de bombeiros e a guarda das fronteiras, cabia ao NKVD controlar a economia e o serviço secreto, prestando contas ao Conselho de Comissários do Povo (órgão principal do governo soviético) e ao Comitê Central do Partido Comunista de Toda a União (bolchevique). No âmbito do NKVD, estabeleceu-se o Gulag (*Glavnoie upravlenie lagerei*, em português: “Administração Central dos Campos”), órgão responsável pelo sistema de campos penais de trabalho.

Quando a URSS entrou na guerra contra a Alemanha, formou-se uma divisão polonesa para o enfrentamento de guerra na frente oriental e com isso ocorreu um grande recrutamento nos campos de trabalho soviéticos. A divisão polonesa foi chamada de Tadeusz Kosciuszko (TK)¹⁸⁷ e terminou por agregar-se ao exército de Stálin. Ela consistia em homens deportados, prisioneiros dos *gulags*, alguns comunistas e prisioneiros de trabalho. A esta altura Eugenio se encontrava muito doente, mesmo assim foi tratado e incorporado às fileiras desta divisão, mais precisamente na unidade de tanques. A TK, como ficou conhecida, chegou a Berlim em 1945 sob o comando de Gueórgui Jukóv¹⁸⁸ e ocupou a capital alemã para os soviéticos.

Ao término do conflito, Eugenio retornou à sua terra natal. Diante de uma Polônia destruída, cujas condições escassas eram reforçadas por um antissemitismo latente, ele decidiu emigrar da Europa para o Brasil. Escolheu a “liberdade”¹⁸⁹, segundo seu filho Alfredo, desembarcando no país em 1946. Eugenio foi um daqueles muitos imigrantes que tinham conexões familiares com residência no país de destino, sua mãe Rosa Poznanski imigrara para o Brasil no início da Segunda Guerra devido ao avanço nazista. Encontrava-se inserida socialmente, o que facilitou a vinda do filho que fora admitido no

¹⁸⁷ Segundo Lychowski e Kepinski: Durante a II Guerra Mundial, após o rompimento das relações diplomáticas entre a União Soviética e o Governo Polonês no Exílio, um novo exército polonês foi formado no início de maio de 1943. A 1ª Divisão de Infantaria Tadeusz Kosciuszko, na qual Eugenio Syrkis combateu, foi constituída, na sua maior parte, por poloneses que deixaram as prisões e os campos de trabalhos forçados soviéticos após a Anistia de 1941, mas que, por motivos diversos, não se incorporaram ao II Corpo Polonês, comandado pelo General Anders, que deixou a Rússia em 1942. Desse contingente fizeram parte os soldados remanescentes no território da União Soviética, que formaram o I Corpo Polonês, sob as ordens do governo comunista soviético. Outro contingente integrado a esta Divisão foram os soldados poloneses recrutados para o Exército Vermelho após a invasão da Polônia pela Rússia em 1939, porém, seus oficiais eram todos russos. A supervisão política da Divisão coube à organização comunista “União dos Patriotas Poloneses” (ZPP) e a águia do estandarte que lhes foi atribuído era desprovida da coroa. Em 1944, o conjunto das forças armadas polonesas no Leste passou a ser denominado de Exército Popular Polonês (Ludowe Wojsko Polskie – LWP), já agora sob as ordens do governo comunista polonês subordinado à União Soviética. A 1ª Divisão de Infantaria Tadeusz Kosciuszko contava com mais de 11 mil homens e sua primeira batalha contra os alemães foi em outubro de 1943, pela reconquista da cidade de Lenino, onde sofreu grandes perdas. Entre julho e agosto de 1944, a Divisão lutou às margens do rio Vístula, na região de Deblin e, em setembro, na liberação de Varsóvia. Seguindo para o norte, em fevereiro de 1945 a Divisão Tadeusz Kosciuszko combateu na região da Pomerânia, na fronteira da Polônia com a Alemanha e, mais tarde, em conjunto com o Exército Soviético, encerrou sua campanha com a tomada de Berlim, em 2 de maio de 1945, quando os soldados fincaram a bandeira polonesa na Coluna da Vitória. Disponível em: https://poloniasociedade.com.br/wp-content/uploads/2022/09/2a-Ed_corrigido-final.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹⁸⁸ Jukov foi um destacado marechal soviético que participou de inúmeras batalhas, como a de Stalingrado, durante a Segunda Guerra Mundial. Sua divisão participou da tomada de Berlim em 1945. Ele foi designado para a zona de ocupação soviética na Alemanha. Era um crítico ao governo de Stálin, mas manteve a fidelidade até a sua morte em 1953. Devido a sua popularidade na URSS, Stálin enviou-o como oficial a localidades sem expressão e distantes de Moscou. Foi ministro da defesa da União Soviética de 1955 a 1957, ano em que se aposentou. Morreu no ano de 1976. Ver em: <https://br.rbth.com/historia/82649-jukov-contra-stalin>. Acesso em: 9 out. 2022.

¹⁸⁹ Alfredo Sirkis, 1988.

território brasileiro em caráter permanente na metade do ano de 1947. Na Ficha Consular de Qualificação, a sua profissão consta como: “técnico”, profissão que trouxe da guerra, sua residência original: Paris e o seu primeiro nome mudou para “Herman”¹⁹⁰.

Conterrânea de Eugenio, Liliana Binensztok nasceu no ano de 1923 na localidade de Pinsk que, à época, fazia parte do território polonês. A família Binensztok tinha uma vida confortável antes da guerra. O pai de Liliana era um dentista oficial do exército polonês que acabou sendo assassinado pela NKVD soviética, assim como o padrasto de Eugenio, no que ficou conhecido como o “Massacre de Katyn”¹⁹¹. Após a invasão de Pinsk pela URSS e com o pai distante em serviço com o exército polonês, Liliana, a mãe Anna e a irmã menor Janeczka¹⁹² foram deportadas para a Sibéria.

De acordo com Liliana, a viagem até lá durou vinte e um dias e noites de “uma odisseia ferroviária pela Europa Oriental”¹⁹³. Elas passaram quatro anos vivendo em um vilarejo chamado Novosvietlovka e trabalhando para sobreviver, sem condições higiênicas adequadas ou suprimentos suficientes para uma alimentação razoável, além de serem constantemente hostilizadas. Contudo, a deportação para a Sibéria salvou-lhes a vida. Após a partida delas, os judeus que ficaram na cidade acabaram sendo levados para os campos de concentração ou mortos pelos nazistas quase na sua totalidade.

As três mulheres sobreviveram às difíceis condições impostas pela guerra, porém não puderam retornar para a sua casa em Pinsk quando o conflito cessou, porque a cidade terminou sendo anexada à URSS e, atualmente, faz parte da Bielorrússia. Como não podiam voltar, Liliana, a mãe e a irmã iniciaram uma verdadeira peregrinação que as levou a Wrocław, cidade alemã conhecida como Breslau e que foi anexada à Polônia, passando por Varsóvia até a Suécia, de onde partiram para o Brasil.

¹⁹⁰ No livro “Os carbonários”, escrito por Alfredo Sirkis, ele se refere ao pai como Herman. No livro de memórias escrito por Liliana, ela se refere ao marido pelo nome de Eugenio.

¹⁹¹ Foi um massacre realizado pela União Soviética contra prisioneiros poloneses durante a Segunda Guerra Mundial. Ao todo, cerca de 22 mil poloneses foram mortos. O massacre foi divulgado pelos nazistas em 1943 como propaganda contra a União Soviética e carrega o nome da floresta de Katyn em referência aos corpos que lá foram encontrados.

¹⁹² Em se tratando de nomes estrangeiros é bastante comum as diferenças de grafia. O nome Janeczka aparece na Ficha Consular de Qualificação como “Janetta”, então com 15 anos. Como menor de idade seu nome aparece na ficha da mãe Anna Wiera. No Brasil seu nome foi trocado para “Janete”. A questão da grafia dos nomes de imigrantes estrangeiros em relação às mudanças que sofreram, pode ter relação com o fato de facilitar a escrita do nome em documentos e papéis onde seria necessário à sua utilização, mas também sugere uma tendência ao estrangeiro tornar-se mais nacional. Um mecanismo para incorpora-se ao local, uma forma de pertencimento.

¹⁹³ Segundo Liliana, em seu livro de memórias intitulado “Lila”, a viagem foi exaustiva, permeada por uma série de agruras vivenciadas em meio a vagões de gado lotados de velhos, jovens, crianças. Elas saíram de Pinsk em um vagão que tinha quatro prateleiras forradas de feno que serviam como colchão. A cada parada do trem, de vez em quando, elas recebiam pão e água fervendo para fazer chá.

De toda a família Binensztok apenas seis pessoas sobreviveram: Liliana, a mãe, a irmã, a tia Roma irmã do pai dela, o tio Leon Hinterhoff e o primo Ricardo. Estes últimos moravam no Brasil desde o início do conflito mundial. A escolha do local para imigrar se deu por este contato familiar entre eles, pois os parentes, além de instigarem a vinda delas para o país, lhes enviaram as passagens para a viagem. Estas conexões parentais além-mar propiciavam aos imigrantes uma rede de relações sociais que levavam também a oportunidades. Podemos compreender esta situação, pensando a partir das “cadeias migratórias” dos imigrantes italianos propostas por Vendrame (2018, p. 272-273):

As cadeias migratórias eram relações que os italianos possuíam com aqueles que já estavam instalados nos locais de destino na América. Nesse sentido, as redes e contatos que uniam os dois lados do Atlântico auxiliavam a organizar as partidas e a escolher os destinos, determinando, nas terras distantes, um padrão de acomodação e ocupação dos recém-chegados.

Liliana, a mãe e a irmã foram admitidas em caráter permanente no Brasil, assim como ocorreu com Eugenio, incentivadas pelas conexões familiares. Mas antes disto, elas tomaram conhecimento das restrições para a retirada de vistos de entrada para o Brasil por serem judias e polonesas. Por este motivo, acionaram outros mecanismos para a imigração e assim obter a permanência no país. Segundo Liliana:

As cartas de meus tios Leon e Roma, que viviam no Rio de Janeiro, eram frequentes. Perguntavam insistentemente se já havíamos conseguido um atestado comprovando que éramos católicos, já que nesse tempo o Brasil não dava visto de entrada para judeus. Depois de alguns meses, um padre polonês nos deu este atestado, e logo os vistos brasileiros foram outorgados (SYRKIS, 2009, p.153).

Como católicas, elas conseguiram os almejados vistos a partir da Suécia, pela Legação do Brasil em Estocolmo. Assim, desembarcaram no Rio de Janeiro em 8 de junho de 1948. A Ficha de Qualificação Consular de Liliana menciona que a sua profissão era a de costureira, ofício que aprendeu enquanto estava na Suécia, pois trabalhou em uma fábrica de confecções. Antes disso, obteve alguma experiência a partir de pequenos reparos e costuras mais simples em roupas. O contato com as técnicas e a máquina de costura aperfeiçoou o ofício ao qual tinha inclinação e gosto. Antes de partir para o Brasil, Liliana ganhou de presente uma máquina de costura de um conhecido, dono de uma loja de antiguidades, e com isso pode iniciar o trabalho que lhe rendeu o sustento na capital brasileira.

Ao desembarcarem, o tio Leo as aguardava, com sua esposa Roman. Foi um encontro emocionante, pois de 60 membros da família, somente seis (incluindo Ricardo, filho dos tios) sobreviveram ao holocausto da II Guerra Mundial. Leo alugou para elas um pequeno apartamento em Copacabana e a tia, por meio de uma conhecida, Rosa Poznanski, chapeleira da Casa Colette, de propriedade de Lucilla Gouveia Vieira, conseguiu para Liliana um trabalho no mais elegante ateliê de alta costura do Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil (LYCHOWSKI; KEPINSKI, 2022, p. 152).

Com a máquina de costura que trouxera da Suécia ela seguiu com a profissão de costureira. Sua tia Roma arranhou-lhe uma colocação de trabalho na *Maison Collete*, um famoso ateliê de alta-costura do Rio de Janeiro. Na *Collete*, Liliana trabalhou por quase toda a sua vida. Iniciou com pequenas costuras e acabou por tornar-se proprietária do local e uma estilista reconhecida. Viajava a Europa para os desfiles de moda e só atendia as mulheres abastadas da sociedade carioca. Mas para tanto, havia o excessivo trabalho à frente da máquina de costura. Foi lá que conheceu Rosa e, também, o filho dela: Eugenio.

O casal Syrkis era integrante da comunidade polonesa no Rio de Janeiro durante muitos anos. Eugenio foi o seu diretor tesoureiro e um proeminente membro da associação de ex-combatentes polonesa, a *Stowarzyszenie Polskich Kombatantón* (SPK). No Rio de Janeiro, uma primeira associação de ex-combatentes foi organizada por Roman Poznanski, porém, ela não foi reconhecida pelas autoridades brasileiras sob a alegação de que seus fins políticos contrariavam a legislação dos estrangeiros residentes no Brasil. Anos mais tarde a associação seria legitimada.

Os combatentes poloneses reuniram-se no dia 1º de outubro de 1964 com o objetivo de formalizar a Associação e elegeram Janusz Pawelkiewicz como seu presidente. O Estatuto da Associação foi publicado no Diário Oficial no dia 26 de novembro de 1964 e registrado em cartório. Dentre suas finalidades estatutárias, constavam o relacionamento com a organização dos ex-combatentes brasileiros e com as Associações SPK de outros países, o apoio aos integrantes da SPK no Rio de Janeiro e a manutenção das tradições polonesas, em particular as comemorações de caráter cívico. Ao longo dos anos, os integrantes da SPK mantiveram estreito relacionamento com representantes das Forças Armadas brasileiras, participando de inúmeros encontros e solenidades (LYCHOWSKI; KEPINSKI, 2022, p. 31-32)

Os imigrantes poloneses buscaram formas de manter as suas tradições no Brasil através de comunidades específicas. Tanto Eugenio quanto Liliana puderam recomeçar as suas vidas longe da Polônia contando com as relações com seus conterrâneos que já se encontravam socialmente adaptados, pois, de acordo com o relato do filho, os seus pais

não “escolheram destino, país ou profissão. Tornaram-se o que lhes coube se tornar. Depois venceram na vida, superando todos os obstáculos”. Isto esclarece muito da situação dos “estrangeiros” que, por um conjunto de necessidades, refizeram suas vidas pelas oportunidades que surgiram.

Eugenio e Liliana puderam proporcionar ao filho Alfredo uma vida confortável e segura, além do empenho para com os estudos em bons colégios. Cheios de perspectivas em relação ao único filho, vislumbravam possibilidades para o futuro através de caminhos menos tortuosos do que os deles. Por certo os dois almejavam uma vida bem diferente para ele daquela que conheceram na Europa, quando da irrupção da guerra que não lhes deu escolha diante das situações extremas de violência e sobrevivência, onde o vislumbre de um possível futuro se resumia em manter-se vivo por mais um dia. Experiências que permearam a criação de Alfredo, pois, segundo ele, os pais lhe contavam cotidianamente sobre aquilo que passaram com a guerra, queriam que o filho soubesse a situação que ambos enfrentaram e de onde eles vinham.

Alfredo não fora o único filho do casal. Na verdade, Liliana esteve grávida de mais duas crianças depois dele, cujas gestações não chegaram ao seu final. Estes fatos não são mencionados nas narrativas de Alfredo e nem de Liliana. Averiguamos nos documentos digitalizados pelo *FamilySearch*¹⁹⁴ duas certidões de óbito: uma em 27 de abril de 1955 de “um feto sexo masculino idade cerca de sete meses de gestação... natural de Distrito Federal¹⁹⁵... filho de Herman Syrkis e Liliana Syrkis” e outra, com data de 18 de março de 1957, cuja informação é de que: “na Casa de Saúde S. José foi expelido um feto do sexo feminino aos cinco meses e 10 dias de [ilegível] de idade...natural desta capital...filho de Herman Syrkis e Liliana Syrkis”.

Ambos os óbitos foram declarados por duas pessoas diferentes, ou seja, que não eram os pais ou que tinham relação de parentesco com eles, mas que apontaram como residência o mesmo endereço: Rua Santa Luzia, 206. O comerciante Roque Pereira Peixoto de 24 anos fez a declaração do primeiro óbito de número 47.189, com data de 28 de abril, exibindo atestado “firmado pelo Doutor Frank Paranhos” com a causa da morte como “Placenta baixa lateral-Hemorragia”. Consta na certidão que o nascimento foi

¹⁹⁴Informações sob o registro de Herman Syrkis. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D449-CHY?i=184&cc=1582573>. Acesso em: 16 ago. 2022.

¹⁹⁵No caso não é Brasília, pois esta iniciou a sua construção a partir de 1957 e passou a ser capital em 1961. O Distrito Federal se relaciona ao fato do Rio de Janeiro ser a capital do Brasil naquele ano e, assim, sede do governo federal.

registrado e que o sepultamento ocorreu no Cemitério São Francisco Xavier. Na outra certidão de óbito número 53.466, com data de 19 de março, o declarante foi Afro Chagas Filho de 34 anos, também comerciante, firmado pelo médico Ernesto Peçanha que dá como causa “inviabilidade fetal”. O sepultamento teria ocorrido no Cemitério São João Batista.

Sobre estes acontecimentos não encontramos qualquer menção ou registro pelos Syrkis. Possivelmente, não era um assunto que eles tinham o costume de comentar. Em relação aos abortos sofridos por Liliana, um deles ocorreu na residência do casal no Flamengo, bairro classe média alta da cidade do Rio de Janeiro. Quando Alfredo se envolveu com a esquerda revolucionária ao final dos anos sessenta, inferimos o quanto deve ter sido difícil para Liliana ver o único filho em situação de perigo e a desaprovação do marido em relação às escolhas dele.

Para além destas conjecturas, Eugenio e Liliana foram dois “estrangeiros” no Brasil que conseguiram construir uma vida confortável se comparada à que tiveram durante a guerra. Membros da comunidade polonesa e bem colocados nos seus campos de trabalho, eles propiciaram uma boa educação para o único filho, buscando suprir as faltas que sofreram diante dos acontecimentos decorrentes do nazismo, do stalinismo e do antissemitismo. Eugenio faleceu no ano de 2002, tinha 86 anos, e Liliana deve completar cem anos ainda neste ano de 2023.

A condição de serem judeus implicou na decisão de emigrarem da Europa frente ao antissemitismo que permaneceu hostilizando esta etnia mesmo com o final do conflito. O antissemitismo que prevaleceu na Polônia após a derrota da Alemanha não os intimidou a se deslocarem. Quando estava em Varsóvia, cidade que decidiu residir após o término da guerra por ser a cidade natal de seu pai, Liliana tomou conhecimento do *pogrom* de Kielce¹⁹⁶. Um evento que promoveu um massacre contra a população judaica sob a alegação de que alguns judeus haviam matado uma criança para fazer um sacrifício de sangue nas comemorações de Páscoa. Assim como represália, estas pessoas foram “caçadas barbaramente e trucidadas com pedras e paus ou a tiros. Depois disso o medo se espalhou entre a população judia, daí começaram a aparecer outros ataques em outras

¹⁹⁶ Segundo Keith Lowe, Kielce foi o mais conhecido e pior dos *pogroms*. Iniciou em 4 de julho depois que um menino polonês de oito anos acusou falsamente um judeu de tê-lo sequestrado e aprisionado no porão do edifício do Comitê Judaico. O judeu acusado pelo menino foi preso e surrado imediatamente. Quando a polícia chegou no Comitê para fazer as buscas, pois houve rumores de que havia mais crianças sequestradas, não encontrou nada, nem mesmo um porão. O menino acusador foi repreendido pela polícia que o mandou para casa, mas era tarde pois o boato causou um massacre em cadeia.

idades e pequenas aldeias” (SYRKIS, 2009, p. 146). Isso ocorreu justamente quando os judeus retornavam para suas comunidades e casas ao final da guerra.

A situação da maioria dos judeus permaneceu bastante crítica depois da libertação da Europa e não foi somente pelos nazistas. Além do antissemitismo, as tropas de libertação se deparam com uma situação de desordem generalizada no continente, sem leis e instituições que dessem conta de uma reestruturação adequada, além da falta de comida, eletricidade e destruição das propriedades. A xenofobia impulsionou ações de justificação, limpeza étnica e apropriação de bens, principalmente na Polônia.

Os Rus passaram por situação semelhante aos Syrkis. Os pais de Daniel Rus, Bernardo e Sara, presenciaram atos de antissemitismo mesmo depois do final do conflito mundial e da libertação nos campos de concentração. Ao retornarem para as suas comunidades de origem, eles enfrentaram a instabilidade, a violência e o medo após serem libertados dos nazistas. Assim, diante da falta de segurança na Polônia eles decidiram emigrar da Europa.

Ao lado da violência, judeus eram forçados a sofrer todas as formas de antissemitismo não violento: discriminação, intimidação, abuso verbal, e assim por diante. O nível de ódio racial era tão elevado e universal que ele claramente não pode ser explicado como uma simples desavença sobre as propriedades. Algo muito mais profundo acontecia (LOWE, 2017, p.232).

Bernardo e Sara Rus¹⁹⁷ imigraram para a Argentina ao final dos anos 1940. Sendo judeus-poloneses e sobreviventes dos campos de extermínio nazistas, buscaram recomeçar suas vidas em um outro lugar. Contudo, a condição de vítimas não lhes favoreceu o ingresso no país escolhido por eles. De posse de papéis estadunidenses, eles não conseguiram um visto de entrada na Argentina devido às políticas restritivas direcionadas à imigração judaica, como no Brasil, e, desta forma, buscaram uma alternativa. Com vistos carimbados para o Paraguai, o casal e outros imigrantes cruzaram de barco a fronteira a fim de chegar ao lado argentino. Quando o grupo aportou clandestinamente na Argentina, em 1947, acabou detido pela polícia local.

¹⁹⁷ Membro do *Museo del Holocausto* em Buenos Aires, Argentina.

Neste ano de 1947, Juan Perón ocupava a presidência da Casa Rosada. Bernardo soubera que a primeira-dama Eva Perón se mostrava condescendente com a questão dos judeus sobreviventes, assim, resolveu escrever-lhe uma carta contando a sua situação e a condição de sobrevivente dos campos de extermínio nazistas. Ele assegurou à primeira-dama que tinham um parente no país que os acolheria, ajudando a encontrar moradia e trabalho. A investida de Bernardo obteve uma resposta favorável e, desta forma, eles receberam papéis legais para residir no país.

Figura 18: Cartão de identificação Bernardo Rus/ frente

A.E.F. D.P. REGISTRATION RECORD <i>KZ</i>											
(1) REGISTRATION No 606695620						For coding purposes A. B. C. D. E. F. G. H. I. J.					
Original <input type="checkbox"/> Duplicate <input checked="" type="checkbox"/>						M. <input checked="" type="checkbox"/> Single <input type="checkbox"/> Married <input checked="" type="checkbox"/> F. <input type="checkbox"/> Widowed <input type="checkbox"/> Divorced <input type="checkbox"/>					
(2) Family Name Rus		Other Given Names Bernard		(8) Sex	(4) Marital Status	(5) Claimed Nationality Pol. = Jew.					
(6) Birthdate 20.6.1916	Birthplace Bedzin	Province Poland	Country	(7) Religion (Optional) Jewish		(8) Number of Accompanying Family Members: 1					
(9) Number of Dependents: Rus		(10) Full Name of Father Jochim				(11) Full Maiden Name of Mother Serwaka Maria					
(12) DESIRED DESTINATION U.S.A.						(13) LAST PERMANENT RESIDENCE OR RESIDENCE JANUARY 1, 1938. Bedzin Poland					
City or Village		Province		Country		City or Village		Province		Country	
(14) Usual Trade, Occupation or Profession Textil-worker				(15) Performed in What Kind of Establishment				(16) Other Trades or Occupations			
a. Jewish b. Polish c. German				(18) Do You Claim to be a Prisoner of War <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No				(19) Amount and Kind of Currency in your Possession			
(17) Languages Spoken in Order of Fluency				(20) Signature of Registrant: Wszedobylski				(21) Date: 24. 5. 46 Assembly Center No. Bln			
(22) Destination or Reception Center:											
(23) Code for Issue											
Name or Number											
City or Village											
Province											
Country											
(24) REMARKS RUS SZENA MIRIAM-WIFE KZ ROSENHILF UMFRA Team 597											

Fonte: Arolsen Archives

Figura 19: Cartão de identificação Bernardo Rus/verso

MEDICAL CLEARANCE CERTIFICATE										(31) SUPPLEMENTARY RECORD		
1st		2nd		L	L	L	L	L	L	Temporary identity certificate issued—:		
(25) Dates of Disinfection		Types		L	L	L	L	L	L	Number	Date	Signature of Authority
(26) PHYSICAL CONDITION ON ARRIVAL				(27) IMMUNIZATION RECORD								
L.	M.	C. D.	D.	Type	Dose	Date	Initials					
REMARKS				T (Epid)	1.							
					2.							
					3.							
				D.	1.							
					2.							
					3.							
				T. T. (Tab.)	1.							
					2.							
					3.							
					O.							
Arrival Medical Inspection —:				(28) Final Medical Inspection —:								
Date				Date								
Medical Examiner				Medical Examiner								
(29) MOVEMENT AUTHORIZATION or Visa				(30) RECEPTION CENTER RECORD								
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> SENT TO FILE 476 182 02.8 MAR 1955 </div>												

Fonte: Arolsen Archives

Figura 20: Cartão de identificação Sara Rus/frente

A.E.F. D.P. REGISTRATION RECORD										For coding purposes			
(1) REGISTRATION No		Original <input type="checkbox"/> Duplicate <input checked="" type="checkbox"/>		M. <input type="checkbox"/> Single <input type="checkbox"/> Married <input checked="" type="checkbox"/>		F. <input checked="" type="checkbox"/> Widowed <input type="checkbox"/> Divorced <input type="checkbox"/>		Pol. = Jewish <input checked="" type="checkbox"/>		A. B. C. D. E. F. G. H. I. J.			
(2) Family Name		Other Given Names		(3) Sex		(4) Marital Status		(5) Claimed Nationality		(8) Number of Accompanying Family Members: 1			
(6) Birthdate		Birthplace		Province		Country		(7) Religion (Optional)					
(9) Number of Dependents:		Laskier		Jakob		Szlamkowicz		Karola					
(10) Full Name of Father				(11) Full Maiden Name of Mother									
(12) DESIRED DESTINATION				(13) LAST PERMANENT RESIDENCE OR RESIDENCE JANUARY 1, 1938.									
U.S.A.				Lodz				Poland					
City or Village		Province		Country		City or Village		Province		Country			
(14) Usual Trade, Occupation or Profession		(15) Performed in What Kind of Establishment		(16) Other Trades or Occupations		(18) Do You Claim to be a Prisoner of War		(19) Amount and Kind of Currency in your Possession					
a. Jewish b. Polish c. Germ.		Yes		No		Date: 24.5.46		Assembly/Center No. Bln					
(20) Signature of Registrant:		(21) Signature of Registrar: Wazedobyla		(22) Destination or Reception Center:									
(23) Codo for Issue		Name or Number		City or Village		Province		Country					
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28													
(24) REMARKS													
RUS BERNARD - HUSBAND													
CENTRAL BERLIN													
MATHAUSEN													
UNRRA Team 597													

Fonte: Arolsen Archives

Figura 21: Cartão de identificação Sara Rus/verso

MEDICAL CLEARANCE CERTIFICATE										(31) SUPPLEMENTARY RECORD				
1st <u>29.5.46</u> 2nd		L	L	L	L	L	L	L	L	Temporary identity certificate issued—:				
(25) Dates of Disinfestation		M. S. R. S.		HEAT		OTHER								
(26) PHYSICAL CONDITION ON ARRIVAL				(27) IMMUNIZATION RECORD						Number			Date	Signature of Authority
L	M	C. D.	D.	Type	Dose	Date	Initials							
				T		<u>29.5.46</u>								
REMARKS				(Epid)		<u>29.5.46</u>								
						<u>29.5.46</u>								
				D.										
				T. T.		<u>29.5.46</u>								
				(Tab.)		<u>29.5.46</u>								
						<u>29.5.46</u>								
				O.										
				S.	Date	Initials	Reaction							
				Vacc.	<u>29.5.46</u>		L. V. VA.							
				Read.										
Arrival Medical Inspection —: <u>29.5.46</u>				(28) Final Medical Inspection —:										
Date				Date						M. R.				
Medical Examiner				Medical Examiner										
(29) MOVEMENT AUTHORIZATION OR VISA				(30) RECEPTION CENTER RECORD										
SENT TO FILE 74668X MAR 31 1955														

Fonte: Arolsen Archives

O casal construiu uma nova vida e uma família, tiveram dois filhos: Daniel e Natalia. Sara se naturalizou argentina, possivelmente por razões semelhantes à de Eugenio e Liliana Syrkis. O percurso de vida destes dois casais de judeus-poloneses, que acabariam imigrando para o Brasil e a Argentina, apresentam muitas semelhanças quanto ao processo migratório empreendido por eles. Apesar de Eugenio e Liliana terem padecido com o domínio soviético e Bernardo e Sara com o genocídio nazista, eles têm a Polônia, a guerra, o antissemitismo e o envolvimento dos filhos com regimes autoritários como pontos em comum.

Sara Rus, ou Szejne Mirjam Laskier¹⁹⁸, nasceu em Łódź na Polônia, onde a família gozava de uma situação financeira confortável. Łódź era uma cidade onde havia muitos judeus. Em 1939, os nazistas invadiram a Polônia e esta foi uma das primeiras localidades a ser invadida. Assim como muitos judeus, Sara e os pais foram confinados no Gueto de Łódź onde viveram alguns anos até a deportação para o campo de Auschwitz, em 1944. Em meio ao deslocamento da família para este campo, Sara relata que o pai desapareceu em meio ao caminho. Ela e a mãe nunca mais souberam sobre o seu paradeiro.

¹⁹⁸ Dados retirado da ficha de registro sobre Sara. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/en/search/person/81970013?s=szejne%20laskier%20rus&t=230434&p=13>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Transcorrido um espaço de tempo neste campo foram deslocadas para Freiberg na região da Alemanha, a fim de trabalhar em uma fábrica de aviões. Era comum o uso de mão de obra de prisioneiros dos campos de concentração como trabalho forçado. Lá, as duas ficaram por um período até que as deslocaram para outro campo: Mauthausen, devido aos ataques aéreos na localidade.

Em Mauthausen foram libertadas pela Cruz Vermelha em condições subumanas. Não é preciso dizer que ela sofreu com a fome, a doença, o desespero e a iminente ameaça de morrer, como muitos dos judeus sobreviventes dos campos de extermínio. Como resultado, Sara manteve uma memória viva sobre o Holocausto a fim de não esquecer, reforçado pelo desaparecimento de Daniel durante a ditadura argentina, empreendendo uma longa jornada em defesa dos direitos humanos ao longo da sua vida.

Após a libertação da Europa e por ocasião do seu retorno a Lódz, ela enfrentou novamente o antissemitismo. Desta vez não por parte dos alemães, mas dos seus próprios vizinhos poloneses. Eles haviam tomado posse dos bens e das propriedades dos judeus que haviam sido deportados para os campos nazistas, imaginando que não voltariam mais. Assim, os judeus ainda enfrentaram hostilidade étnica em locais onde antes conviveram socialmente, demonstrando a falta de espaço para eles nos locais de antes da guerra.

Ainda na Polônia, Sara casou-se com Bernard Rus, outro judeu-polonês que também sobrevivera ao Holocausto e às hostilidades polonesas. Inicialmente, eles se conheceram no gueto em Lódz e voltaram a se reencontrar ao final da guerra. Diante das tensões e hostilidades locais, o casal decidiu emigrar do continente europeu para a América Latina, por medo de permanecerem nessa situação na Polônia. Decididos a recomeçarem longe dali, escolheram a Argentina como destino pelos laços parentais, pois um irmão da mãe de Sara já residia lá há tempos. A Argentina recebeu um número expressivo destes imigrantes que, por mecanismos alternativos, conseguiam burlar as normas e restrições de entrada do país, como falamos anteriormente.

Bernard e Sara reconstruíram suas vidas na Argentina e conseguiram alcançar certa segurança econômica ao longo dos anos desde a chegada ao país. Eles se estabeleceram na cidade de Buenos Aires, onde Bernard tinha seu próprio negócio. Eles trabalharam muito, naturalizaram-se argentinos, participaram da comunidade judaica e assim seguiram com a vida dentro de uma certa normalidade. Sobre Bernardo, não contamos com um relato detalhado sobre as suas experiências com a guerra, apenas as informações oriundas de Sara. Apesar dos impedimentos em relação aos judeus no país,

o casal inseriu-se na sociedade argentina, proporcionando aos filhos, Daniel e Natalia, a estabilidade que eles não puderam usufruir quando jovens.

3.1.2 Anticomunismos e antissemitismos: duas nações com “aspirações” nacionalistas e “inspirações” nazifascistas

Um ideário xenófobo relativo ao “judeu/comunista” foi largamente difundido por meio de propagandas extremistas de direita que construíram uma imagem aterrorizante sobre esta etnia e da doutrina comunista em países como o Brasil e a Argentina. Sob inúmeras argumentações, um vigoroso debate se estendeu ao meio social cujo ditame se relacionava a uma suposta “conspiração internacional” com a pretensão em assumir o poder a nível global.

Este ideário vinculado aos “Protocolos de Sião”¹⁹⁹, propalava uma noção de que “os judeus teriam criado o comunismo por serem, supostamente, anticristãos, materialistas e internacionalistas, e a sua motivação seria o desejo de controlar o mundo” (MOTTA, 2020, p. 85). Os Protocolos em questão têm o seu auge nos anos trinta e quarenta em meio aos alinhamentos governamentais destes países ao “nacionalismo” italiano e alemão.

Neste ínterim, Eugenio “Herman” Syrkis, Liliana Binensztok e a família Benetazzo chegaram ao Brasil, assim como os Rus na Argentina. Por serem italianos, os Benetazzo eram “estrangeiros” desejáveis, apesar de Pietro ter sido um membro do exército fascista oponente da Força Expedicionária Brasileira (FEB)²⁰⁰ na Itália, não eram

¹⁹⁹ De acordo com compêndio “Os Protocolos de Sião” de 1936, cuja visão é antissemita: O plano completo está contido num pequeno volume que apareceu há uns trinta anos sob o título: "OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO". As primeiras edições dessa obra notável foram feitas na Rússia em 1901 e 1905. Rapidamente retiradas da circulação, passaram quase despercebidas. Encontra-se, entretanto, um exemplar no British Museum, n. 3.926. D. 17. A 18 de agosto de 1921, "The Times" escrevia: "O documento não despertou a menor atenção até a revolução russa de 1917. Então, o súbito e inesperado desabamento de um grande império pelas manobras dos bolchevistas e a presença de grande número de judeus nas suas fileiras fizeram com que muitas pessoas refletissem, procurando uma explicação plausível para o desastre. "Os Protocolos" pareciam dá-la, porque a tática dos bolchevistas era análoga à que eles preconizavam". Os "Protocolos" apareceram por toda a parte, apesar de vigorosos esforços para suprimir sua publicação. Imprimiu-se em Londres uma versão sob o título: "O Perigo Judaico", que causou sensação. A opinião pública alarmou-se subitamente com a revelação dum conjura sinistra tendo como escopo o arrazamento da civilização ariana-cristã.

²⁰⁰ O histórico geral da FEB é que foi uma força militar terrestre composta por 25.834 homens e mulheres que, durante a Segunda Guerra Mundial, esteve ao lado dos Aliados na Campanha da Itália, em suas duas últimas fases (o rompimento da Linha Gótica e a Ofensiva Aliada final naquela frente). A FEB era constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ªDIE). Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil manteve-se neutro, numa continuação da política do presidente Getúlio Vargas de não se definir por nenhuma das grandes potências em conflito. Tal “*pragmatismo*” foi interrompido no início de 1942, quando os Estados Unidos da América e o governo brasileiro acertaram a cessão de bases

passíveis de serem “comunistas”, afinal, os fascistas de modo geral eram anticomunistas. Já os judeus-poloneses Eugenio Herman²⁰¹ e Liliana, ele um herói de guerra pelo lado soviético e ela uma “falsa” católica, pois “parte dos judeus sobreviventes se identificaram como sendo de outra religião ou até mesmo declararam não ser adeptos de nenhum credo religioso” (DECOL, 1999, p. 42-43), perfilavam entre os “estrangeiros” indesejados. Segundo Carneiro (2010, p. 392):

[...] o perfil camaleônico do governo brasileiro, que, apesar de ter optado por lutar ao lado dos Aliados, sempre se mostrou indeciso entre o autoritarismo e a democracia, liberdades individuais (direitos humanos) e interesses nacionais. Tanto assim que não relutou em *autorizar*, entre 1946 e 1948, por intermédio da Missão Militar Brasileira em Berlim, a entrada no país dos alemães nazistas, mas continuou a dificultar a entrada dos judeus sobreviventes do Holocausto por meio de Circulares Secretas e resoluções. Assim mesmo, se comparado com a Argentina, o governo Dutra permitiu a entrada de um número maior de judeus do que aqueles admitidos na Argentina entre 1946 e 1947.

Os Rus não conseguiram ingressar no território argentino por meio legais. Assim, o fizeram por outros meios, pois, como vimos, o governo argentino estava mais rígido com a entrada de judeus do que o governo brasileiro. Mesmo assim, diante da “Argentina como modelo, a orientação dada pelo Itamaraty ao consulado do Brasil em Paris foi de negar vistos aos três mil apátridas alemães, poloneses e húngaros que, a caminho do Paraguai, pretendiam transitar pelo Brasil” (CARNEIRO, 2010, p. 393). Os Rus conseguiram vistos para o Paraguai, com a intenção de chegar à Argentina.

As múltiplas formas destas imigrações nos certificam que mesmo sendo “indesejados” por serem judeus, como Herman, Liliana e os Rus, eles encontraram outras vias de ingressar nos países desejados, desviando-se de determinadas restrições locais e

aéreas na ilha de Fernando de Noronha e, ao longo da costa norte-nordeste brasileira, para o recebimento de bases militares americanas. A partir de janeiro de 1942, começou uma série de torpedeamentos de navios mercantes brasileiros por submarinos dos países do Eixo na costa litorânea brasileira, numa ofensiva idealizada pelo próprio Adolf Hitler, que visava isolar o Reino Unido, impedindo-o de receber os suprimentos (equipamentos, armas e matéria-prima) exportados do continente americano. A ofensiva submarina do Eixo em águas brasileiras buscava também intimidar o governo do Brasil a se manter na neutralidade. A opinião pública, comovida pelas mortes de compatriotas, passou a exigir que o Brasil reconhecesse o estado de beligerância com os países do Eixo. O que só foi oficializado no final de agosto de 1942, quando foi declarada guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista. Após a declaração de guerra, a opinião pública passou a se mobilizar para o envio à Europa de uma força expedicionária com contribuição à derrota do nazifascismo. Informação disponível em: <https://www.adiexitalia.org/index.php/pt/forca-expedicionaria-brasileira-feb>. Acesso em: 12 jun. 2023.

²⁰¹ No livro “Os carbonários”, Alfredo Sirkis relata que Eugenio esteve preso no DOPS por alguns dias e quase foi expulso do país como “agente comunista”, denunciado por um passageiro com desavenças pessoais.

inserindo-se na sociedade de maneira a serem aceitos. Estas restrições não impediram que “mais de 200 mil poloneses” (DECOL, 199, p. 41) ingressassem no Brasil. Esta nacionalidade se sobressaiu como o grupo imigrante mais numeroso em relação a outros do leste europeu.

O anticomunismo e o antissemitismo estiveram presentes nestas sociedades latinas, diante de um passado colonial embasado em preceitos cristãos desde os primórdios da colonização na América Latina, com as devidas distinções em relação aos eventos que se desenrolaram a partir dos 1500. Destarte, no período colonial das Américas portuguesa e espanhola, as estruturas que se criaram a partir de formas distintas de conquistas e um posterior empenho para europeizar uma sociedade miscigenada, contou com diversos fatores. Entre eles, o protagonismo das variadas ordens religiosas ligadas à Igreja Católica que se ocuparam no mapeamento social das populações e na incorporação de fiéis para o caminho da cristandade, assumindo um papel moralizador naquele momento.

A movimentação antissemita está ligada às questões do cristianismo, pois, assim como o comunismo, o povo judeu foi visto como extremamente perigoso às nações latinas. Tanto a ideologia comunista quanto a religião judaica confrontavam a Igreja. Perseguir e banir a ambos seria uma solução justificável para as sociedades cristãs. Assim, o comunismo e o judaísmo foram representados por grotescas caricaturas que os diferenciavam do homem branco e cristão. Uma construção visual adquiriu variadas formas e epítetos e os personificou como o mal, a luxúria, a ganância, a soberba, e principalmente a imoralidade. Ambos foram estigmatizados por um conjunto de características negativas e específicas, tendo as bases cristãs como sua principal propagação.

De acordo com Motta (2020, p. 83), as “representações vinculando os judeus ao comunismo, que chegavam ao ponto de responsabilizar os ‘semitas’ pela criação do perigo revolucionário, originaram-se, geralmente, nos círculos fascistas e católicos”. Assim:

Para as lideranças católicas, o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. Tratar-se-ia de mais uma prova para os seguidores da palavra de Cristo, que desde a Antiguidade vinham se defrontando com uma série de adversários terríveis (MOTTA, 2020, p. 42).

O povo judeu foi satanizado pela Igreja Católica desde muito antes do advento do comunismo. Por séculos, desde a “Santa Inquisição”²⁰² católica e o movimento de “caça às bruxas” do “macartismo”²⁰³, a força motriz que promoveu a ojeriza aos judeus e comunistas esteve de certa forma ligado ao acúmulo de capital e à questão religiosa. A “identificación de los judíos como enemigos particulares de Cristo, y por tanto de los cristianos, há sido el rasgo central y más cruel del antisemitismo europeo” (MOORE, 1989, p. 47) que, com o passar dos séculos, os relegou a todo tipo de violência e perseguição.

Após ascensão do regime nazista na Alemanha, na primeira metade do século XX, o comunismo e o povo judeu passaram a ser encarados como “inadequados” dentro das propostas de composição social alemã. Diante de um quadro racial idealizado para o tipo “alemão”, implementaram-se padrões e normas para se chegar a tal modelo. Com isso, iniciou-se uma “limpeza política e étnica” nas instituições alemãs. As perseguições e a violência contra integrantes do Partido Comunista, além de demissões de funcionários públicos e de professores de origem judaica, ocorreram progressivamente.

Não obstante, além de serem assassinados ou jogados em centros de tortura e prisões improvisadas, montados pelos camisas-pardas, os funcionários comunistas, em especial que haviam sido detidos pela polícia, foram processados em grande quantidade nas cortes criminais regulares (EVANS, 2016, p. 411).

Estes indivíduos perseguidos e rejeitados, bem como as suas famílias, viram-se gradativamente expulsos dos seus espaços e posições ocupadas na sociedade alemã. Milhares perderam as suas “cidadanias”. Os comunistas sofreram com a violência dos camisas pardas tão logo os nazistas chegaram ao poder e os judeus foram condenados ao extermínio em massa nos anos que se seguiram²⁰⁴. O antisemitismo permeou as relações

²⁰² O chamado Santo Ofício ou Inquisição foi uma instituição formada pelos tribunais da Igreja Católica para perseguir, julgar e punir pessoas acusadas de terem se desviado de seus ensinamentos – os hereges. Inquisição é um conjunto de instituições criadas para suprimir as heresias que apareceram e qualquer tipo de sincretismo religioso. A Inquisição medieval ocorreu nos séculos 13 e 14 e a Moderna durou do século 15 ao 19, instalando tribunais sempre que surgiam casos de heresia e eles não eram permanentes. A Inquisição Medieval foi fundada no sul da França, em 1184, no Languedoc e combateu as heresias dos cátaros e albigenses. Em 1231, o Papa Gregório IX a instituiu oficialmente, pois queria acabar com as seitas religiosas na Itália, França, Alemanha e Portugal. O Santo Ofício recebia as acusações contra pessoas que professassem práticas diferente daquelas do cristianismo oficial, investigava esses hereges e seitas religiosas aplicando penas mais brandas: excomunhão e até mesmo algum tipo de tortura mais amena. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/inquisicao/>. Acesso em: 16 mai. 2020.

²⁰³ Discursos e ações estadunidenses, a partir do deputado Joseph MaCarthy, contra comunistas em vários setores da sociedade, dentro da lógica da Guerra Fria.

²⁰⁴ Para chegar ao poder, Hitler e seu séquito promoveram uma onda de violência contra o Partido Comunista na Alemanha, este um partido forte e de grande expressão. Antes mesmo do Partido Nazista

sociais, políticas e econômicas no continente europeu muito antes da eclosão do segundo conflito mundial de 1939. Mas, principalmente na Alemanha, os círculos políticos e sociais muito conservadores encontraram na população alemã aqueles que nutriam noções separatistas em relação aos judeus, os “novos alemães”, e não confiavam no modelo de República implementada após a Primeira Guerra Mundial.

A Alemanha, diferente de qualquer outro país Europeu, havia se tornado uma Nação-Estado não antes da Revolução Industrial, mas no seu auge; e com base não em um estado único, mas em uma federação de muitos estados diferentes cujos cidadãos alemães eram unidos principalmente por uma língua, cultura e etnia comuns. Estresses e tensões criados pela rápida industrialização entrelaçavam-se com ideias conflitantes sobre a natureza do Estado e nação alemães e seu lugar no contexto mais amplo da Europa e do mundo. A sociedade alemã não entrou na condição de nação em uma situação totalmente estável em 1871. Ela dividiu-se pelo rápido aprofundamento dos conflitos internos que foram crescentemente exportados pelas tensões não solucionadas do sistema político que Bismark havia criado. Essas tensões encontraram vazão em um nacionalismo cada vez mais vociferante, misturado com doses alarmantes de racismo e antissemitismo agudos, que viriam a deixar um legado maléfico para o futuro (EVANS, 2016, p. 59).

Vimos que as perseguições aos judeus vêm de longa data, ora alimentada pela questão do acúmulo de capital e questões religiosas, ora pela condição étnica. Todavia, este ideário excludente dos nazistas e dos fascistas em relação ao povo judaico atravessou as fronteiras geográficas europeias e alastrou-se pelo continente latino-americano rompendo as fronteiras nacionais dos países em que se originaram. Segundo Finchelstein (apud ZACHARIAH, 2019, p. 82), é preciso:

[...] reconsiderar as ligações transnacionais fascistas como processos de evolução convergente e reconhecimento mútuo e não como estruturas eurocêntricas ‘difusionistas’ e dedutivas. Este argumento representa

assumir o poder, os ataques aos comunistas eram intensos, e, após 1933, tornaram-se descaradamente violentos. De acordo com Evans (2016), os camisas-pardas, além de assassinar comunistas, praticavam “o confisco ilegal de propriedade de organizações marxistas durante as batidas, inclusive a retirada de instrumentos musicais, equipamentos de ginástica e até camas [...]”. Nestes ataques, alguns deles se aproveitavam das circunstâncias para acertar as desavenças pessoais do passado. Os comunistas foram os primeiros a serem submetidos à “limpeza” política e social promovida pelos nazistas na Alemanha. Heinrich Himmler, líder da SS em Munique, “ordenou a detenção em larga escala de figuras da oposição, que logo começou a abranger também os inimigos não comunistas do regime”, de acordo com Evans. A repressão aos comunistas se seguiu tão forte que as prisões estaduais e as cadeias de polícia ficaram superlotadas, demonstrando serem insuficientes para o que ainda estava por vir. Então Himmler achou uma solução para “depositar” um número maior de detidos. Em março de 1933, foi anunciado à imprensa que um campo de concentração para prisioneiros políticos seria inaugurado em Dachau, bem próximo de Munique. Seria o primeiro campo de concentração da Alemanha, e estabeleceria um precedente para o futuro.

uma nova tendência nos estudos transnacionais que reformula o fascismo como um grupo heterogêneo de formações nacionais com um conjunto distinto, mas convergente, de ideias e práticas políticas.

Nos anos trinta e quarenta o contexto brasileiro e argentino foi tocado por estas noções “nacionalistas”, onde um aprofundamento do anticomunismo e do antissemitismo foi possibilitado por governos alinhados ao nazifascismo, principalmente alemão. Estes governos conhecidos como “populistas”, um modelo que associa o poder estatal a uma figura pessoal e carismática de um líder, aproximaram-se dos preceitos nazistas. No Brasil, entre 1937 e 1945, o governo de Getúlio Vargas assumiu um caráter ditatorial que simpatizava com o nazismo alemão.

Dentro da cúpula governamental, os funcionários de setores públicos importantes apresentavam um perfil anticomunista e antissemita, através das “raízes na mentalidade racista persistente no Brasil desde os tempos coloniais” (CARNEIRO, 2010, p. 43). Neste segundo governo de Vargas, que ficou conhecido como Estado Novo e contabilizou oito anos, entre 1937 e 1945, os “estrangeiros” indesejados foram impedidos de imigrar para o país. Dentre eles estavam os judeus que tentavam a duras penas deixar a Alemanha em razão do nazismo.

O anticomunismo alcançou o seu auge com o movimento conhecido como “Intentona Comunista de 1935”.²⁰⁵ Vargas entendeu este evento como um possível incentivo para futuras investidas de mesma natureza, apesar da derrota dos comunistas. A intentona teria sido, para setores do governo e das Forças Armadas, um desdobramento de uma tentativa maior de “revolução comunista” brasileira, essa encabeçada por Luís Carlos Prestes e Olga Benário, uma judia-alemã, e outro casal de judeus comunistas.²⁰⁶ O caso de Benário, que se tornou companheira de Prestes, e do casal Artur e Elise Ewert,

²⁰⁵ Esta designação foi atribuída pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa do movimento. O termo “intentona” significa “intento louco” ou “plano insensato”. O movimento foi deflagrado em 23 de novembro de 1935 por sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores em Natal, no Rio Grande do Norte, depois em Recife e no Rio de Janeiro, além de outras localidades. Os levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo presidente de honra era Luís Carlos Prestes. De acordo com Motta (2020), o levante se deu sob a bandeira da ANL, porém, a verdade é que a preparação e o desencadeamento do movimento se deram pelos comunistas locais. Com a derrota dos insurgentes pelas forças de segurança do governo de Getúlio Vargas, os setores sociais amedrontados com o levante emprestaram apoio decidido ao presidente, ato considerado indispensável para o sucesso das campanhas anticomunistas.

²⁰⁶ Segundo Motta, 2020, Prestes era o maior líder da história do comunismo brasileiro, durante várias décadas teve sua imagem confundida com a do próprio partido. Atacá-lo era o mesmo que criticar o partido e, por isso, sua figura foi bastante explorada. Também, o fato da deportação de Olga, que além de estrangeira, judia e comunista, estava vivendo maritalmente com Prestes, pode ser resultado deste ataque, tanto a ele quanto em demonstrar que estes eram os indesejados que procuravam derrubar as nações livres e implementar o regime soviético.

repercutiu no meio social, afinal, eram “estrangeiros” que buscavam desarticular as bases cristãs e nacionais do país.

Após alguns anos, os três “estrangeiros” foram condenados²⁰⁷ e as duas mulheres judias extraditadas para a Alemanha de Hitler a partir de um decreto assinado em 27 de agosto de 1936. Benário, que durante o movimento passou a viver em companhia de Prestes, encontrava-se grávida quando foi presa e, mesmo assim, o governo de Vargas²⁰⁸, pelas legislações de segurança nacional vigentes e da marcada simpatia pelo modelo nacionalista alemão, a enviou direto para os campos nazistas²⁰⁹.

No Brasil, os movimentos anticomunistas se utilizaram de ataques verbais, de propaganda e de ações violentas contra indivíduos comunistas, arregimentando a população em uma verdadeira cruzada em nome do cristianismo e dos valores morais e nacionais e, a isso, somou-se o antissemitismo presente no governo de Vargas²¹⁰. A estrutura estatal varguista esteve pautada pelo anticomunismo conjugado ao antissemitismo.

Nos anos de 1930, o governo brasileiro estava cego e mudo para os problemas do mundo. Rodeado por políticos racistas e uma polícia política repressora, Getúlio Vargas colocou-se de prontidão contra aqueles que poderiam dificultar sua continuidade no poder e comprometer o projeto étnico-político idealizado pelo Estado. Eleitos os inimigos, um complexo sistema de vigilância e controle foi arquitetado em conjunto com o Deops e suas filiais estaduais. Anarquistas, comunistas, russos, lituanos e refugiados judeus entraram

²⁰⁷ O ex-deputado do Partido Comunista Alemão, Arthur Ewert, codinome Harry Berger, enlouqueceria por causa das torturas. Sua mulher, Elisabeth, depois de torturada e estuprada dezenas de vezes, foi deportada para a Europa, onde morreria num campo de concentração nazista. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/senador-denuncia-torturas-e-assassinatos>. Ewert desempenhou funções no escritório da América Latina do *Komintern* em Buenos Aires e, juntamente com sua esposa, Elisabeth Saborowsky Ewert foram, no fim de 1934, para o Brasil, onde participaram do levante de 1935. Foram presos e barbaramente torturados. Em consequência das torturas ficou louco. Em 1937 foi condenado a 13 anos de prisão. Em 1947, foi autorizado a deixar o Brasil, voltou para a Alemanha onde passou seus o resto de sua vida em um hospital psiquiátrico. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/e/ewert_arthur.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

²⁰⁸ Quando nos referimos ao governo Vargas, não estamos colocando o presidente Getúlio Vargas como único e sim toda a estrutura estatal, executiva, judicial e de departamentos da polícia.

²⁰⁹ O caso de Olga Benário marcou o governo Vargas de maneira contundente, principalmente após o término da Segunda Guerra e do desvelamento dos campos de extermínio nazistas. Embora não tenha tido diretamente atuação na extradição de Olga, seu governo ficou abalado pela opinião pública em relação ao Holocausto. No site do Superior Tribunal Federal podemos conferir o processo de Habeas Corpus impetrado pelo advogado Heitor Lima, que apelou para o fato dela estar grávida, cujo pai era brasileiro. Lima revela esta questão buscando apresentar uma mulher frágil e arrependida, apenas consciente do seu futuro como mãe, tecendo uma narrativa em que ela, Olga, estaria disposta a sofrer as consequências da legislação brasileira em relação à segurança nacional, porém, não quer ser extraditada, pedindo a permanência no Brasil. Como sabemos, a permanência lhe foi negada e ela foi extraditada para a Alemanha nazista. Olga foi presa em campos de concentração e morreu na câmara de gás no campo de Bernburg, em 1942. A filha de Olga e Prestes, Anita Leocádia, foi entregue a avó paterna que a criou.

²¹⁰ O Estado Novo, de 1937 a 1945.

para o rol dos suspeitos de subversão. Questões humanitárias não se prestavam como justificativa para a formação de grupos de solidariedade, principalmente quando a vítima era de origem judaica (CARNEIRO, 2010, p. 87).

Simpático às ideias do nacionalismo alemão, Vargas corroborou com preceitos que implicavam a xenofobia em relação a determinadas nacionalidades e etnias. Adepto a uma política “nacionalizante” no campo econômico e sobre a constituição racial brasileira com aspectos excludentes, a “postura antissemita sustentada pelo governo Vargas entre 1937/1945 tem suas raízes na mentalidade racista persistente no Brasil desde os tempos coloniais” (CARNEIRO, 2010, p. 43). Contudo, chamar de fascista o período do Estado Novo requer uma discussão devida acerca do período e das distinções entre os regimes.

Para Bertonha (2015, p. 209), o governo de Vargas “com certeza não era fascista”, estava mais para uma “ditadura autoritária com tons modernizantes”. Mas, de acordo com o autor, muitos dos seus membros eram simpatizantes de Hitler e Mussolini, o que leva a confusões conceituais em relação a estes contextos. Um ponto bastante divergente em relação ao fascismo e o Estado Novo é o encanto fascista pelo passado, “com certeza um traço importante na sua ideologia e que o faz diferir de ditaduras modernizantes” (BERTONHA, 2015, p. 205). Entretanto, outros traços inspiravam os governos populistas latino-americanos.

O fascismo, com efeito, utilizava a tradição de uma forma diversa, para definir contorno entre o ‘nós’ e os ‘eles’ e para mobilizar as massas dentro de um projeto político moderno, e não para pregar a volta ao passado. Nem reacionário, nem conservador, mas ligado a estes por parentesco ideológico e conveniência política, especialmente num período de grande agitação social e política como foi o entre-guerras. Fascismo, pois, é algo muito mais específico, ainda que haja variações de um para outro movimento e, especialmente, como seria inevitável, entre fascistas dos anos 1930 e os do mundo atual. É um regime ou movimento fortemente anticomunista, antissocialista e antidemocrático que propõe a substituição da ordem democrática burguesa e do liberalismo político e econômico por uma nova. Nessa nova realidade, haveria um Estado orgânico, hierárquico, baseado numa liderança carismática e num partido único que serviria para a transmissão de uma ideologia específica, mobilizando a sociedade. (BERTONHA, 2015, p. 206).

Sendo assim, podemos dizer o Estado “Novo” de Vargas assumia alguns pontos que lhes seriam favoráveis, assemelhando-se genericamente aos regimes totalitários. O posicionamento anticomunista do Estado Novo corroborou com a noção de erradicação

dos comunistas e dos “estrangeiros” indesejáveis. Mas o antissemitismo parece ser mais profundamente enraizado entre os seus membros e, conseqüentemente, após os eventos de 1935, na sociedade brasileira, associando o judeu ao comunismo. Isso também está relacionado com o movimento fascista, cuja necessidade de mobilização das multidões de forma contínua “utiliza uma política deliberada de ‘ódio’ ao ‘outro’ (judeu, comunista, imigrante, gay, etc.) para garantir essa mobilização” (BERTONHA, 2015, p. 207).

Em relação às imigrações, como a entrada no país era sancionada pelo governo e direcionada para o meio rural, os agricultores “europeus legítimos”, entre eles alemães e italianos, contemplavam um projeto de branqueamento populacional para o Brasil, onde “bom imigrante continuava sendo o agricultor, mas aparecia claramente a necessidade de um novo, do técnico, do indivíduo qualificado para o trabalho industrial” (BASTOS; SALLES, 2014, p. 155). Proporcionar a entrada de europeus trabalhadores braçais rurais, retiravam em parte as chances dos judeus que não se enquadravam de todo neste quesito. Percebidos mais como uma população urbana que rural, o imaginário popular os projetava como negociantes e acumuladores capitalistas. O perfil urbano desta etnia, pelo menos aqueles das cidades europeias de maior destaque, os relegava ao campo do profissionalismo liberal e da exploração de capital, portanto, despreparados para o trabalho no trato da terra.

Contudo, de um modo geral, os italianos, por exemplo, eram relacionados às movimentações grevistas que incitavam os trabalhadores locais a aderir a greves que eclodiram no primeiro quarto do século XX, associados aos movimentos “anarquistas” e “comunistas”. As inseguranças em relação ao liberalismo econômico e o temor do avanço de ideias “estranhas” para um fortalecimento do modelo nacionalista de Vargas para o Brasil, após os anos trinta, pressupunha não permitir a interferência destes valores “estranhos” à nação. Era preciso, naquele momento, edificar uma nacionalidade que fosse aceitável genuinamente de pessoas que se adequavam aos preceitos estabelecidos para o Brasil.

Na Argentina, as restrições também estiveram na pauta do governo populista de Juan Domingo Perón, que “era um líder carismático, líder de um partido com ideologia mobilizadora e, em certo momento, com simpatias fascistas” (BERTONHA, 2015, p. 218). Ele governou o país em três ocasiões: de 1946 a 1952, de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974. Caudilho controverso, era uma notória figura pública para grande parte dos argentinos. Apesar da simpatia pelo fascismo, “faltava a ele o ideal orgânico, os tradicionais valores da direita e a construção de um partido como máquina de mobilização

das pessoas para uma ideologia, e não como simples instrumento do líder” (BERTONHA, 2015, p. 218) para o seu governo ser conceituado como fascista.

No contexto do pós-guerra, em 1945, ano em que Vargas renunciava o cargo de presidente do Brasil²¹¹, Perón se encaminhava para concorrer à presidência da Argentina, apesar da oposição de setores como os dos militares, pois:

Em 9 de outubro de 1945, Perón foi deposto dos cargos públicos que ocupava por grupos de oficiais que se opunha a sua crescente influência no regime militar, para retornar, triunfalmente, no dia 17 de outubro, em consequência de grande mobilização popular levada a efeito por líderes sindicais (CAMPOLINA de SÁ, 2016, p. 96)²¹².

Na ocasião, ele ocupava um cargo na Secretaria do Trabalho, posição que lhe possibilitou estabelecer os primeiros vínculos com a classe trabalhadora intermediando conflitos e ampliando o regime de aposentadoria e de férias remuneradas. Enfim, eleito para o cargo de presidente diante da frustração da opositora União Democrática, que reunia socialistas, comunistas, nacionalistas e democratas progressistas, seu mandato assinalou a ascensão da classe trabalhadora como força política, porém, com um controle sindical por parte do seu governo.

Com base em um posicionamento que não era nem capitalista e nem comunista, seu governo assumiu uma “terceira posição”, o chamado “justicialismo”, que balanceava três pilares: justiça social, independência econômica e soberania política. O peronismo, como passou a ser conhecido, não se amparava nas instituições republicanas tradicionais da Argentina e sim no sindicalismo, em um dispositivo cultural e na propaganda de grande magnitude²¹³.

A visão tripartite (trabalhadores, guerreiros e governantes-filósofos) e ordenada da utopia política platônica, oposta ao modelo ateniense de democracia – no qual a “massa inconsciente” estava à mercê de demagogos, incapaz de perseguir o próprio bem e o da sociedade – prefigurava, em seu discurso, uma outra utopia: a da comunidade organizada peronista. Uma comunidade (Gemeinschaft) na qual reina a

²¹¹ Eles se encontrariam em seus segundos mandatos como presidentes do Brasil e da Argentina concomitantemente entre os anos de 1952 e 1954, considerados como governos “populistas”.

²¹² De acordo com Campolina de Sá (2016), com o retorno de Perón ao poder, foi iniciada sua campanha presidencial. Perón foi apoiado pelo Partido Laborista, composto pela maioria dos líderes da CGT1, de um setor dissidente do Partido União Cívica Radical do Povo, chamado Junta Renovadora, do Partido Patriótico, constituído por antigos conservadores e nacionalistas, e outras agremiações. 104 ARTIGOS Hist. R., Goiânia, v. 21, n. 3, p. 88–109, set./dez. 2016 políticas menores. A fórmula Perón/Quijano venceu as eleições de 24 de fevereiro de 1946, apesar da forte oposição da União Democrática, frente política que reunia a UCR, o PDP, o PS, o PC e contava ainda com um hesitante apoio conservador.

²¹³ O peronismo com Perón (1946-1955). Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/america-latina/2>. Acesso em: 20 maio 2022.

paz social e onde a diferença de funções, temperada por um sistema comum de direitos e deveres, não se transforma em desigualdade; uma comunidade na qual é encorajada a solidariedade entre os indivíduos e onde as reivindicações especiais, mantidas dentro dos limites precisos para o bem da coletividade, não dão espaço para a luta de classes. A busca desse meio justo, que também evita igualmente o arbítrio obscurantista do passado e o excesso de liberdade que tinha dado origem ao materialismo, refletia-se no que mais tarde se tornará uma das mais famosas teorias políticas peronistas: a *tercera posición* (BENEDINI, 2010, p. 11).

Os governos que sucederam a Perón, até os anos setenta, foram marcados por propostas desenvolvimentistas embasados em discursos modernizantes. Mas uma forte influência do movimento peronista, do populismo, da concentração e dependência de capital estrangeiro e das relações entre o governo argentino e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ocasionaram uma desvalorização da moeda, o congelamento dos preços e salários, a recessão e significativos conflitos com a classe operária.

Com base na simpatia de Perón pelo nazifascismo e do anticomunismo e do antissemitismo presentes em seus governos, de acordo com Bertonha (2015, p. 217), desde “1945, com o peronismo e a fuga de muitos nazistas para a Argentina, tem-se a impressão de que a direita fascista sempre teria sido incrivelmente forte no país”.

Em parte, os acordos ligados às *ratlines*²¹⁴ são fruto do alinhamento nacionalista de países como o Brasil e a Argentina e suas relações com a ideologia nazista.

Quando a Segunda Guerra foi declarada em 1939, membros da classe dominante argentina, descontentes com o avanço da diplomacia norte-americana no subcontinente, passaram a reforçar a propaganda pelo “hispanismo”, uma ideologia que advogava pelo reforço dos vínculos com a Espanha e, numa outra vertente, a retomada de antigos territórios que outrora havia pertencido ao vice-reinado do Rio da Prata. Na medida em que Franco e Hitler estavam em fina sintonia, expandiu-se a expectativa no país platino pela vitória do Eixo (CAVLAK, 2013, p. 6).

Começando pelos mais famosos como Josef Mengele e Adolf Eichmann até os menos visíveis. De algozes em Auschwitz, Treblinka, Sobibór, e de tantos outros campos de extermínio, estes supostos “honrados homens da raça ariana” declinaram do suicídio,

²¹⁴ Tradução do inglês: linhas de rato. Mas neste contexto o termo refere-se a um tramado de cordas e nós náuticos feitos como uma escada para se chegar ao topo do mastro, é um jargão náutico, cujo significado está mais para aquele que escalar e chegar ao topo estará salvo. Portanto, aquele que percorrer as rotas de fuga e chegar ao final estará livre.

a exemplo de Hitler e Goebbels²¹⁵, e se autoexilaram em países da América Latina, escapando das possíveis sentenças do Tribunal de Nuremberg. Culpados aos olhos da humanidade por um genocídio em massa, inspirados por uma ideologia eugênica, o mais contundente é que o Brasil e a Argentina os receberam sem grandes impedimentos²¹⁶, fato que aponta para o profundo enraizamento de preconceitos étnicos nestas sociedades.

Para a Argentina, citando os casos mais famosos, se deslocou o médico Josef Mengele, responsável pelas terríveis experiências genéticas realizadas em prisioneiros dos campos de concentração, e Adolf Eichmann, um dos altos funcionários a cargo do extermínio de judeus. O primeiro terminaria passando a vida no Brasil, onde morreria afogado na praia de Bertioga, em fevereiro de 1979; e o segundo, seria capturado dentro da Argentina por um comando israelense, em 1960, enforcado em Jerusalém dois anos mais tarde. Interessante que ambos foram prisioneiros norte-americanos na Alemanha ocupada, aproveitando-se do relaxamento das nações ocidentais para escapar sem maiores dificuldades. Em 1950, esse tipo de imigração se estancou na Argentina. Pelos cálculos na CEANA, 180 criminosos de guerra entraram por Buenos Aires, sendo que muitos acabaram se estabelecendo em outros países. Porém, a sensação de presença e continuidade das atividades nazistas no peronismo esteve calçada nos métodos de propaganda política, inspirados nos regimes autoritários europeus (CAVLAK, 2013, p. 8).

A simpatia por ideologias excludentes e de exaltação da superioridade racial em detrimento de outras minorias inspirou os “nacionalismos” brasileiro e argentino de muitas maneiras entre os anos 1930 e 1950. Estes acolhimentos de criminosos de guerra pelos governos brasileiro e argentino deslocaram o palco das disputas entre algozes e vítimas para além do continente europeu. Visto que a construção de uma memória coletiva sobre o Holocausto pode enquadrar estes elementos como criminosos, não pôde dar, porém, a devida sentença a muitos deles, pelo menos a nível jurídico, mas por outras vias acabaram sofrendo punições.

De acordo com Cavlak (2013, p. 9):

A presença nazista na Argentina foi causada tanto pela conjuntura pré-1943 quanto pela conjuntura pós-1945. De um lado, as influências da imigração italiana e alemã, a presença de um campo de intelectuais admiradores do autoritarismo fascista e o sentimento de que o nazismo seria uma forma justa de combater o comunismo. De outro lado, o neutralismo do regime peronista, suas alianças e necessidades

²¹⁵ Diante da derrota alemã e do avanço soviético sobre Berlim, Joseph Goebbels e a esposa Martha se suicidaram no bunker de Hitler em Berlim, depois de envenenarem os seis filhos, assim como Adolf Hitler e Eva Brawn, no ano de 1945.

²¹⁶ Outros países da América Latina receberam elementos nazistas em fuga como Brasil, Paraguai, Uruguai.

econômicas, levando a importação de quadros técnicos alemães e a capacidade de responder às necessidades dos aliados em evitar que o grosso do pessoal que servira ao nazismo fosse extraditado para o bloco socialista.

Desta forma, não somente o anticomunismo e o antissemitismo foi o ponto norteador da aceitação destes criminosos nazistas, mas o alinhamento ao capitalismo estadunidense que se movimentava no contexto da Guerra Fria que também criara laços com os movimentos da extrema-direita que estiveram à frente de ataques diretos à comunidade judaica na Argentina e proliferaram discursos de ódio no Brasil. A relação simpatizante das direitas nacionalistas com o nazifascismo também movimentou tensões e disputas dentro de uma dinâmica em que o comunismo estava intrinsecamente ligado ao elemento judeu.

Como vimos, o governo Perón assimilava de forma muito semelhante ao governo de Vargas as premissas para a imigração judaica. Mesmo assim:

En síntesis, entre 1946-1951 entraron 24.804 judíos en toda América Latina, de los cuales ingresaron a la Nueva Argentina peronista 10.401 sobrevivientes e inmigrantes judíos. Del total, se estima que no menos de 8.270 se infiltraron ilegalmente, pero que gracias a las amnistías concedidas por el gobierno peronista en 1948 y 1949 pudieron legalizar sin problemas su situación, asistidos por Soprotimis y la oficina local del HIAS (SENKMAN, 2007, p. 6).

Os Rus chegaram à Argentina no final dos anos 1940 em meio às restrições do governo peronista. Impedidos de entrar legalmente no país por conta do antissemitismo, conseguiram por outros meios e se naturalizaram argentinos por princípios de segurança. Eles reencontraram com os poucos familiares que lhes restaram na Argentina, consolidando uma vida promissora nos anos que se seguiram, até o advento do golpe civil-militar de 1976, quando uma estrutura repressiva os atingiu de maneira que os levou a cogitar similitudes com os eventos passados nos anos trinta e quarenta na Europa.

Entretanto, os regimes ditatoriais argentino e brasileiro da segunda metade do século XX, conforme Bertonha (2015, p.208):

[...] eram ditaduras, mas não eram fascistas. Isso não significa que elas fossem melhores ou piores do que o fascismo, mas simplesmente que não podem ser classificadas nesta rubrica. Afinal, todo o regime fascista é uma ditadura, mas nem toda ditadura é um regime fascista. E, do mesmo modo, se toda a ditadura fosse um fascismo, os dois termos seriam equivalentes e o segundo não significaria mais nada. Dizer que, metodologicamente, regimes fascistas e ditaduras militares estão em campos separados não resolve, contudo, a questão. Desde os anos 1920

e 1930, como visto acima, os vários grupos, movimentos e regimes de direita estavam permanentemente trocando ideias, perspectivas e modelos.

As discussões em torno da questão das ditaduras vistas como fascistas são muitas, mesmo que o fascismo que atravessou o Atlântico tenha assumido “dimensões clérico-fascistas radicais que não eram comuns na Europa” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 86). Bertonha aborda estas perspectivas em torno do movimento fascista e das ditaduras latino-americanas sob a ótica de alguns autores, como Deustch sob a avaliação de que os vários grupos nacionalistas eram alianças de indivíduos reacionários e fascistas que interagiam continuamente espalhando-se entre a sociedade; Finchelstein define como fascistas os nacionalistas dos anos 1930, onde o “fascismo local” e seu caráter cristão e militarista ajudou a consagrar a ditadura militar na Argentina; ou ainda, segundo Lvovich, por uma ótica em que os grupos de extrema-direita se viam como herdeiros do fascismo, sendo antissemitas e violentos com seus opositores²¹⁷.

Compreender as dimensões mundiais e internacionais do fascismo exige o conhecimento da sua história, primeiro como esta é formulada a nível nacional, e depois como essa manifestação do fascismo se relaciona com trocas intelectuais através do oceano Atlântico e do mundo. Como o marxismo e o liberalismo, o fascismo era um fenômeno mundial que assumia novas variantes nacionais e interpretações políticas. Também como os primeiros, o fascismo nunca teve um aparelho ideológico fechado. Suas ideias mudavam com o passar do tempo e só agora, olhando para trás, é possível compreender seus principais padrões ideológicos (FINCHELSTEIN, 2019, p. 57).

Cada um deles coloca argumentos a partir desta discussão comparativa e que vigora em meio aos debates relacionados à temática, mas o fascismo foi distinto e até “incompatível em lugares diferentes. Suas causas e efeitos divergiram relativamente a histórias nacionais mais amplas, mas também a contextos internacionais variáveis, desde a Primeira Guerra Mundial à Guerra fria e depois” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 92). Contudo, os autores supracitados e relevados por Bertonha, corroboram no que compete às distinções entre fascismo e os regimes militares latino-americanos no sentido de se querer defini-los como tal, bem como da participação da extrema-direita, como nos coloca Ramírez (2017, p. 383):

²¹⁷ João Fábio Bertonha sobre Sandra Deustch, Federico Finchelstein e Daniel Lvovich, 2015.

Los proyectos de los sectores de derecha que intervinieron en los golpes y la inestabilidad política parten de mucho tiempo atrás, fueron gestados en tiempos democráticos, y se implementaron en parte durante las dictaduras, muchas veces colonizadas por las mismas fuerzas que los impulsaban[...].

Estes regimes teriam na verdade influências perceptíveis advindas de grupos e movimentos da extrema-direita que se apropriaram de preceitos ideológicos e estruturadores do modelo nazifascista, dando destaque para a presença marcante do anticomunismo e do antissemitismo antes e durante os regimes ditatoriais dos anos sessenta e setenta.

3.2 Os “autoritarismos” e suas heranças presentes na violência estatal contra o “inimigo interno” das ditaduras brasileira e argentina

A história social e política da América Latina esteve permeada por mandonismos e autoritarismos por parte de grupos econômicos e políticos que se ocuparam dos bens públicos em prol de interesses particulares. O controle da sociedade diante do mando dos governos autoritários e ditatoriais de 1964 e 1976, no Brasil e na Argentina respectivamente, reforçados por suas coalizões, assumiu um patamar vigilante da moral e os bons costumes cujas relações remontam às estruturas dos seus passados coloniais. Uma noção de superioridade a partir de governos regidos por poucos, definiram muitos das prerrogativas em relação às populações miscigenadas com a intenção de organizá-las, sobrepujando as necessidades das muitas minorias dentro destas duas sociedades.

A fim de compreendermos o anticomunismo e as possibilidades da presença da xenofobia nos regimes ditatoriais supracitados entre as décadas de sessenta a oitenta, precisamos verificar algumas questões relativas ao autoritarismo brasileiro e argentino. Dito isto, visamos esclarecer as bases autoritárias do Brasil e da Argentina fortemente ligadas a padrões ordenadores e cristianizados, provenientes de um grupo seletivo de “donos de terras” que ocuparam o espaço social diante da ausência de um Estado forte e centralizado nos processos coloniais destes dois países.

No caso brasileiro, “quando a metrópole portuguesa, na impossibilidade de povoar tão vasto território, optou por governar seu domínio americano delegando poderes a uma série de colonos, que se transformaram em senhores de extensos domínios” (SCHWARCZ, 2019, p. 41), a autoridade de poucos acabou por subtrair as necessidades

de muitos. Isto provocou a destituição da participação na vida pública de grupos sociais menores e indivíduos que foram destinados à escravidão e a cristianização forçada.

Diante disso, a população, de maneira geral, sucumbiu a posição de um papel secundário como protagonista na construção da nação, reproduzindo em alguns casos discursos elitistas e xenófobos que defendiam a família “branca”, a tradição com “Deus” e principalmente a propriedade privada. Estes poucos delimitaram um território a dominar, cujas fronteiras acabaram por exceder os domínios físicos, segundo Albuquerque Júnior (2016, p. 47), quando as “formas de territorialidade humanas variavam enormemente ao longo da história, mas nunca deixaram de possuir estes traços definidores: estabelecimento de fronteiras, produção cultural e social de um lugar e a vigilância e luta do seu domínio”.

A figura do latifundiário, proprietário de grandes extensões de terras, mandonista e punitivo, “uma espécie de ‘aristocrata meritória’ recente, e não ‘hereditária’ como a europeia, uma vez que seu predomínio advinha da concentração da riqueza e do poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 42), assumiu um espaço de poder. Os problemas resultantes desta política “secular” de destituição dos protagonismos das chamadas minorias sociais e étnicas formaram as bases das futuras desigualdades, como a má distribuição de riquezas, a marginalização de indivíduos e grupos, a violência estatal e a exclusão social.

No caso da Argentina, em relação as bases que a edificaram como nação, verificamos algumas similitudes com o caso brasileiro. Todavia, com fatores divergentes que se demonstraram determinantes na construção nacional argentina logo após o processo colonizatório. Exemplo disto é o processo de independência da Argentina em relação ao domínio espanhol, pois esta ocorreu sem a instauração de uma monarquia, a exemplo do Brasil em 1822. Uma outra questão divergente está relacionada com a formação populacional argentina entrelaçada por nativos, *criollos* e *chapetones*²¹⁸, o que atribuiu um caráter mais libertário para algumas camadas da população em termos sociais e econômicos. Este caráter libertário proporcionou uma ruptura com o processo colonizatório que definiu um outro modelo de governo, apesar da permanência das prerrogativas coloniais.

O processo de independência argentino contou com a atuação de lideranças indígenas personificada na figura do “Cacique” que atuaram com certa autonomia no

²¹⁸ Categorias sociais da Espanha colonial. Os *Chapetones* eram a elite colonial, controlavam a colônia e ocupavam os altos cargos administrativos e os *Criollos* eram os filhos dos espanhóis nascidos na colônia e integravam a nobreza, sendo, ainda, grandes latifundiários.

plano econômico. Com características de centralismo político, patrilinear e foco na guerra os grupos indígenas apresentavam distintos graus de mestiçagem. Além de contatos nos dois lados da fronteira interestatal brasileira e argentina, movimentando-se para além das tensões com os *criollos* no que diz respeito à produção e circulação de mercadorias. “Caciques” e *criollos*, apesar dos conflitos econômicos, estreitaram relações durante o processo de independência no intuito de fortalecer posições políticas e econômicas diante das perspectivas da nova nação independente²¹⁹.

Ao final do século XIX, o Brasil adotava um modelo republicano de governo após mais de sessenta anos de um regime imperial, ao contrário da vizinha Argentina que, mesmo passando por diversos processos de construção nacional, consolidaria seu processo de independência sem coroar reis ou imperadores. Entretanto, nestes processos rumo às independências, duas forças se consolidaram como estruturas de poder estatais: a figura do “coronel” brasileiro, o mais alto posto da Guarda Nacional²²⁰, que se sobressaiu como autoridade política local de forma autoritária e paternalista, e o “*caudillo*” argentino, figura que exerceu o controle estatal, assim como os rumos da produção econômica submetendo a população as suas diretrizes.

A alcunha de “coronel” se referia ao latifundiário: político, pai da família e senhor de escravos. Este se utilizava da força para manter privilégios e o poder, ao mesmo tempo em que “glorificava um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros” (SCHWARZC, 2019, p. 54). O caudilhismo argentino não se consolidou por uma ideologia e organização política específicas, pois alguns “*caudillos*” assumiram posturas autoritárias e repressoras, além de outras mais liberais e progressistas. Mesmo assim eles acabaram por suceder a antiga administração colonial após o processo de independência.

O “coronelismo” e o “caudilhismo”, salvo as devidas distinções e particularidades, permearam as estruturas autoritárias na formação dos Estados brasileiro e argentino e estiveram marcadas por relações de mando, apropriação do aparato público e em parte

²¹⁹ Historia Argentina contemporánea. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2015. Disponível em: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL006510.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

²²⁰ Os membros da Guarda Nacional representaram mais uma situação histórica marcada pelo abuso das instituições públicas para fim estritamente particulares. Com o passar do tempo, os “coronéis” valiam-se de suas tropas armadas para simplesmente preservar seus interesses econômicos e políticos pessoais. Além disso, serviram como severo instrumento de repressão contra uma população que não se via representada no mando de líderes políticos oriundos das elites.

pela exclusão social. O elemento de conexão entre estes dois fenômenos é o sistema das oligarquias onde, em ambos os países, predominou o poder dos latifundiários brasileiros e dos *terratenientes* argentinos, emplacados por um modelo econômico monocultor e agroexportador. Modelo que legou uma estrutura estatal exploradora dos recursos naturais, aberta ao capital estrangeiro e com autoridade para manipular o poder do Estado.

Os desdobramentos das políticas autoritárias, as quais Brasil e Argentina se viram envolvidos na primeira metade do século XX, relacionam-se ao conservadorismo político dos “coronéis” e dos “*caudillos*” que perpassaram os eventos após 1900, de maneira a manter uma hegemonia política e econômica de antanho. Este conservadorismo acabou por destituir a participação ativa de uma maioria de cidadãos em vários momentos das suas histórias nacionais, onde as aspirações de uma unidade nacional ocasionaram políticas de ordem “racial” entre tantas outras determinantes autoritárias que prevaleceram dos sistemas coloniais.

A partir da segunda metade do século XX, diante das consequências da Segunda Guerra Mundial e com a divisão do mundo pela Guerra Fria, os países latino-americanos foram envolvidos pela disputa ideológica dos Estados Unidos diante da ameaça da expansão do modelo comunista soviético. Neste contexto, Brasil e Argentina alinharam-se ao modelo estadunidense capitalista fomentando uma forte propaganda anticomunista expressa “através da produção de cenas e imagens de rechaço, de recusa, de aversão, de rejeição, de medo, de indiferença, de agressão, de ódio, de não reconhecimento de outro como semelhante” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 115), principalmente em relação a determinadas nacionalidades e etnias provenientes do continente europeu.

Na contenção da ameaça comunista, o governo Johnson teve papel decisivo nos golpes militares do Brasil e da República Dominicana, ambos em 1964. Durante esse período, foi estabelecida a ‘Doutrina Mann’, que consistia em apoiar e oferecer ajuda econômica e militar a qualquer país, independentemente do seu regime político, ‘desde que se mantivessem anticomunistas’. A ‘Doutrina Mann’ continuou norteando as manobras norte-americanas durante a administração de Richard Nixon (1969-1974). Haja vista que durante a década de 1970 - como se verá a seguir - foram realizados golpes militares no Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976), todos com o total apoio do governo norte-americano. Entretanto, entende-se ser importante sublimar que a política externa dos EUA contou com a adesão de setores civis na região, mesmo antes dos golpes, ou seja, durante a fase de conspiração (FAGUNDES, 2013, p. 5-6).

Com o advento dos regimes ditatoriais brasileiro e argentino, as comparações com o fascismo ou o nazifascismo, diante do autoritarismo e da caracterização destes regimes, não podem se justificar de forma generalizada ou simplista. Todavia, é possível averiguar determinadas semelhanças a partir de influências culturais ou de bases ideológicas em comum como as movimentações anticomunistas e antisemitas advindas de setores empresariais, industriais e políticos nos países em questão. Do ponto de vista de Bertonha (2015, p. 205):

Na verdade, boa parte da discussão sobre a possibilidade de as ditaduras militares dos anos 1960 e 1970 serem “fascistas” se relaciona com um debate historiográfico maior, ou seja, a da construção de uma “memória” dos regimes ditatoriais e a sua inserção nas histórias nacionais e na regional.

Durante as ditaduras no Brasil e na Argentina, as vertentes anticomunistas eram múltiplas e irradiaram suas concepções ideológicas através de uma intensa propaganda contra o “comunismo internacional”. Esta propaganda destinou-se a construção de uma imagem aterradora da doutrina comunista no imaginário popular, reforçada pela noção de uma possível perda da soberania nacional para um regime “estranho” aos valores nacionais. A figura do “inimigo” associou não somente aqueles indivíduos opositores dos regimes, mas também os elementos estrangeiros, definidos como “subversivos” a serviço da doutrina soviética.

As ditaduras latino-americanas, da segunda metade do século XX, alargaram o entendimento de quem era tido como “subversivo”, e os imigrantes sempre foram o primeiro alvo dos processos de criminalização. Um dos paradoxos dessa época é observar que o Brasil na década de 1960 já era signatário da Convenção de Genebra do Estatuto dos Refugiados de 1951 e vivia, do ponto de vista jurídico, um estado de exceção. Ao “estrangeiro”, essa categoria que sempre serviu às necessidades do país, eram dedicadas sanções mais autoritárias, como o uso indiscriminado dos atos de expulsão (OLIVEIRA, 2022, p. 75).

Os “estrangeiros” inevitavelmente foram associados como portadores destas doutrinas “estranhas” e adversas ao modelo nacional, exteriores aos projetos de nação. Convertidos em uma ameaça à ordem vigente diante dos acontecimentos que se desenrolaram durante as ditaduras do Brasil e da Argentina, este caráter excludente foi compartilhado com grupos de extrema-direita com ideários de proteção e manutenção de Pátria, da família e do alinhamento cristão, além da exaltação de um ideário nazifascista.

Uma grande parcela dos “estrangeiros” que se envolveu com organizações de esquerda revolucionárias contra as ditaduras brasileira e argentina, tinha alguma conexão direta com o fluxo migratório do pós-guerra. Seus antecessores, ou mesmo eles próprios, experimentaram um cotidiano permeado pelo fascismo italiano e o nazismo alemão, ou mesmo pelo stalinismo soviético, ou seja, regimes totalitários que se utilizaram da violência, da exclusão e da eliminação dos seus oponentes e inimigos no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A violência gerada a partir de uma lógica de eliminação de determinados indivíduos, que se envolveram com o processo repressivo e considerados elementos nocivos à nação pelas ditaduras em questão, atingiu um número expressivo de vítimas tanto no Brasil quanto na Argentina, sendo que esta última os números são expressivos para o curto espaço de tempo que o regime atuou. Dentre estes elementos estavam os “estrangeiros” de origem judaica que foram vítimas de uma violência diferenciada.

Uma variante de denúncias específicas advindas das entidades judaicas afirma que a violência estatal atingiu níveis de xenofobia a moldes nazifascistas dentro de uma lógica de combate ao comunismo.

En Argentina, en cambio, son muy numerosos los testimonios que dan cuenta de la especial brutalidad con que fueron tratados los prisioneros judíos en los centros clandestinos de detención de la última dictadura militar (1976 y 1983). Los indescriptibles padecimientos a que eran sometidos los prisioneros en los ‘chupaderos’ del régimen militar eran especialmente para aquellos que tenían apellido judío (LVOVICH; BOHOSLAVSKY, 2007).

As práticas de rebaixamento moral e físico inspiradas pelo pensamento de superioridade “racial” branca advém de “discursos de inferiorização e depreciação, consolidados desde a Modernidade colonial, acarretam práticas de discriminação que se expressam em diferentes formas de violação de direitos humanos” (BRAGATO, 2016). O tratamento diferenciado a que foram submetidos os detidos de origem judaica durante o regime ditatorial argentino, entre 1976 e 1983, foi possível a partir de um antissemitismo arraigado desde antes da implementação da ditadura, em 1976.

A ditadura de massas pode ser simultaneamente não-totalitária e extremamente violenta e ideológica. O caso da ditadura da Guerra Suja na Argentina (1976-83) ilustra perfeitamente esta ideia. A Guerra Suja não foi uma guerra verdadeira, mas uma militarização ilegal da repressão do Estado. [...]. Na ditadura argentina dos anos 1970, a ideologia incentivou a burocracia da repressão e da violência. Os

tecnocratas do governo não contestavam os métodos radicais induzidos pela ideologia. Como os campos de concentração dos regimes nazistas, os da Argentina eram organizados pelo poder administrativo do Estado especificadamente como locais de violência ritualizada (FILCHENSTEIN, 2019, p. 215).

A Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (CONADEP) compilou depoimentos e indícios sobre uma violência antissemita perpetrada pela repressão argentina nos anos setenta e oitenta. Segundo ela, em 1981²²¹, a imprensa negou que houvesse alguma discriminação em relação a grupos étnicos específicos quanto às denúncias sobre as condições de prisão, tortura e desaparecimento de pessoas de origem judaica. Contudo, as declarações da mídia não são condizentes com os testemunhos e relatos de sobreviventes do regime, indicando que houve um encobrimento dos fatos em relação ao antissemitismo presente nos centros clandestinos de detenção e da parte do governo de Videla.

Nos testemunhos de judeus que vivenciaram os cárceres argentinos, encontramos referência ao fato de que havia um emprego constante de terminologias pejorativas de cunho antissemita. Os castigos aplicados por seus algozes diferiam dos demais prisioneiros e o uso de simbologia nazista era uma constante. Com isso, destacamos uma metodologia específica em relação ao prisioneiro de origem semita, aplicada não somente com o propósito de “quebrar” o detido, mas de inferiorizá-lo e desclassificá-lo a um nível mais elevado.

A presença simbólica e ideológica do nazismo dentro das estruturas repressivas argentinas, pode ser averiguada por estes inúmeros testemunhos, como no caso de Mário Villani, um físico que trabalhava no CNEA. Ele passou quatro anos detido e passou por cinco CCDs inclusive a ESMA. Ele afirma ter visto uma suástica pregada na parede de um centro de detenção que fora confeccionada em papel e pintado à mão. Isto significa que alguns repressores dispensaram um determinado tempo para fazê-la, demonstrando certo empenho em preparar formas de castigo específicos. Da mesma forma, outros testemunhos vêm a reforçar o de Villani sobre o antissemitismo nos centros de detenção. Neles, o uso de elementos nazistas pela repressão argentina como a suástica de papel foi acrescido de insultos por parte dos algozes, que aos gritos proferiam para os prisioneiros judeus que eram da “Gestapo”, aludindo à temida polícia secreta de Adolf Hitler.

²²¹ Nunca Mais. Informa da Comissão Nacional Sobre o desaparecimento de Pessoas na Argentina, por Ernesto Sábato, 1984, p. 54.

A situação em relação aos prisioneiros semitas, de acordo com o relato de Elena Alfaro, é intrigante. Ela alega que os judeus apanhavam constantemente somente pela questão étnica e que, por isso, muitos deles preferiam ocultar a sua origem²²². Alfaro declara que a vida nos centros já era bastante dura por si só, tornando-se muito pior quando a vítima era judia. Para Miriam Lewin de Garcia, detida clandestinamente nas dependências da Força Aérea, havia um forte sentimento antissemita em relação aos detidos. Ela chegou a ouvir que “o único judeu bom é o judeu morto, diziam os guardas” (NUNCA MAIS, 1984, p. 55-57); e ainda, que os agentes repressores colhiam todo o tipo de informações como nomes e endereços de pessoas desta etnia²²³.

Até então sabe-se pouco sobre o número exato de vítimas judias desaparecidas no regime ditatorial argentino, mas a estimativa é algo entre 1200 e 2000 indivíduos²²⁴. Muito embora se tenha testemunhos acerca das práticas repressoras contra judeus com um ímpeto ideológico nazifascista na Argentina, não podemos considerar esta questão como sendo o objetivo principal nos cárceres argentinos. O anticomunismo prestou-se como uma motivação maior na movimentação das engrenagens repressoras e suas metodologias extremas de eliminação. O caso dos judeus apenas nos confere o quão elástico foram estes mecanismos que se aproveitaram de uma lógica excludente e permissiva desde muito antes.

As organizações judaicas buscam manter viva as memórias sobre as perseguições e os genocídios de seu povo pelo mundo. A comunidade judaica na Argentina é uma das maiores em atividade. Pensamos que a presença destas entidades voltadas para a América Latina tem relação com os níveis de antissemitismo que as sociedades latinas apresentam, principalmente na Argentina. Estas entidades judaicas tencionam monitorar eventos de ordem antissemita no continente latino, caso da *Asociación de Investigadores Israelíes de Judaísmo Latinoamericano* (AMILAT) e a Delegação das Associações Israelitas Argentinas (D.A.I.A.). Entre os propósitos destas entidades está a contabilidade e o registro de casos de vítimas judias durante a ditadura argentina de 1976, sem apelar para a punição dos repressores, mas em localizar os restos mortais dos judeus desaparecidos²²⁵.

²²² Nunca Mais. Informa da Comissão Nacional Sobre o desaparecimento de Pessoas na Argentina, por Ernesto Sábato, 1984, p. 55.

²²³ Nunca Mais. Informa da Comissão Nacional Sobre o desaparecimento de Pessoas na Argentina, por Ernesto Sábato, 1984, p. 57.

²²⁴ Informação que consta em: <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/as-vitimas-da-guerra-suja.html>. Acesso em: 22 nov. 2019.

²²⁵ Disponível em: <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/as-vitimas-da-guerra-suja.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

A D.A.I.A esteve sob descrédito quanto à sua atuação durante o regime ditatorial, conforme Lvovich e Bohoslavsky (2007):

El final de la dictadura argentina implicó la necesidad de discutir el papel de la cúpula de la D.A.I.A y sus relaciones con la Junta Militar que gobernó el país hasta 1983. Ese año estalló una polémica al interior de la colectividad judía en torno a la responsabilidad dirigenal en el destino de los desaparecidos judíos: las acusaciones iban desde la complicidad a la pasividad. La cúpula de la D.A.I.A sostenía en su defensa que ni siquiera la Iglesia Católica había podido defender a sus miembros de la ‘Guerra Sucia’ y que tampoco podía proteger a aquellos judíos que no estuvieran afiliados a la institución.

O jornalista Jacobo Timmerman, fundador e diretor do periódico argentino *La Opinión* e autor do livro de memórias “Prisioneiro sem número”, foi detido em 1977 e torturado pelas forças de segurança nacional. Ele afirma que durante os interrogatórios e as torturas perguntas do tipo: “você é judeu?” lhe foram feitas inúmeras vezes²²⁶, além do uso excessivo o termo “judeu” de forma pejorativa.

No depoimento de Pedro Miguel Vanrell para o CONADEP, descreve alguns fatos que vivenciou nos cárceres argentinos em relação à sua condição étnica. Segundo Vanrell, os judeus eram obrigados a levantar a mão e gritar “eu amo Hitler”, além de serem obrigados a se despirem para terem os corpos pintados com suásticas. Esta marcação no corpo do prisioneiro tinha o intuito de reconhecimento de quem era judeu, assim quando iam para as duchas de banho os guardas os identificavam mais facilmente e lhes aplicavam um castigo extra. Nas suas declarações, afirma que um sujeito chamado “Turco Julián” trazia consigo um chaveiro com duas cruzes: uma suástica e outra cristã e que tinha o hábito de extorquir dinheiro das famílias de presos judeus²²⁷ (NUNCA MAIS, 1984, p. 55-57).

O repressor de nome Julio Héctor Simón, conhecido como “Turco Julián”, foi acusado de graves violações dos direitos humanos a partir de testemunhos de sobreviventes. Era um policial e agente de Inteligência da Polícia Federal que atuou em centros clandestinos de detenção como o “El Olimpo” e o Club Atlético”, além de colaborar com outros órgãos de repressão como o *Batallón 601*. De acordo com o

²²⁶ Disponível em: <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/as-vitimas-da-guerra-suja.html>. Acesso em: 24 nov. 2019.

²²⁷ Nunca Mais, 1984.

Clarín²²⁸, um “detenido en el campo de concentración ‘El Olimpo’ contó ante el tribunal como el represor torturó a un maestro hasta provocarle la muerte. Previamente, una mujer relató que los carceleros obligaban a los cautivos a pelear entre sí”. Os testemunhos relataram que “Turco Julián” se referia a um detido de origem judaica e comunista como “maestro”, a quem teria submetido a pesados tormentos. Em agosto de 2006, foi condenado à prisão perpétua pelos crimes de tortura e desaparecimento de José Poblete y Gertrudis Hlaczik, assim como pelo sequestro da filha de oito meses do casal, apropriada por Ceferino Landa, integrante da estrutura de inteligência do Exército²²⁹.

O tratamento aplicado aos detidos de origem judaica contou com a presença de um ideário e de simbologias nazifascistas em determinados CCDs argentinos durante a ditadura. Um dos mais cruéis centros de tortura era localizado na Província de Córdoba, o *La Perla*²³⁰, local onde Alejandra Ungaro esteve detida. Essa afirma que depois de ser espancada brutalmente seus algozes pintaram o seu corpo com desenhos de suásticas utilizando um marcador muito forte. Já em outro centro de detenção, o *El Atlético*²³¹, situado ao sul da cidade de Buenos Aires, um “repressor que se fazia chamar ‘o grande führer’ fazia os prisioneiros gritarem: ‘Heil Hitler!’” e que, ainda “durante a noite era normal ouvir gravações dos seus discursos” (NUNCA MAIS, 1984, p. 55).

Daniel Eduardo Fernández esteve no centro de detenção *Club Atlético*, o mesmo *El Atlético* citado acima. Suas lembranças definem de forma contundente o antissemitismo presente no centro alinhado com o uso e abuso de castigos físicos. Segundo ele, os judeus recebiam castigos somente pelo fato de serem judeus. Em diversos momentos, Fernández ouviu como justificativa para esta distinção étnica que a “subversão era subvencionada pela D.A.I.A.²³² e pelo sionismo internacional e a

²²⁸ Duros testimonios contra el “Turco Julián” en la quinta jornada del juicio. Clarín, 06/07/2006. Disponível em: https://www.clarin.com/ultimo-momento/duros-testimonios-turco-julian-quinta-jornada-juicio_0_SksftD41RKe.html. Acesso em 10 jun. 2023.

²²⁹ Informação disponível em: <https://www.tiempoar.com.ar/informacion-general/un-militante-que-respeto-su-pasado/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

²³⁰ Localizado na Província de Córdoba, na rodovia nacional nº 20, aproximadamente a 12 km da capital da Província, no trecho que liga com a cidade de Villa Carlos Paz. Centro subordinado à autoridade militar com jurisdição sobre cada área.

²³¹ Localizado em um prédio entre as ruas Paseo Colón e San Juan, Cochabamba e Azopardo. Conhecido também como “O Club” ou “El Atlético”.

²³² Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas, “entidad representativa de la comunidad judía argentina. A ella están adheridas ciento cuarenta instituciones judías, sociodeportivas, educativas, culturales, religiosas y profesionales de todo el país. Tiene también filiales en cada una de las provincias de la República en las cuales hay presencia de la comunidad judía. La DAIA tiene como objetivo la defensa de la dignidad del judaísmo argentino, denunciando el antisemitismo, luchando contra el antijudaísmo, la discriminación étnica, social o religiosa y la xenofobia. Previene también la amenaza permanente del terrorismo internacional. La DAIA es una Organización No Gubernamental que realiza importantes aportes a la construcción de la sociedad argentina, fortaleciendo los conceptos de justicia, respeto a la diversidad y

organização dos ‘poços’ (Centros Clandestinos de Detenção) era bancada pela ODESA (Organização Internacional para Apoio do Nazismo)” (NUNCA MAIS, 1984, p. 58).

Estes casos não são únicos. O Comitê de Imigração do Parlamento de Israel investigou outros testemunhos que apresentaram estas particularidades em relação aos judeus. Com isso, verifica-se que a ideologia de superioridade racial do nazifascismo se encontrava institucionalizada no aparato de combate ao “comunismo” e à “subversão”, praticada pelos altos escalões militares no governo e que permitiu que seus subordinados reproduzissem discursos de ódio e violência contra o detido de origem judaica dentro do Processo de Reorganização Nacional.

Do mesmo modo que se têm testemunhos de ex-presos sobre a violência e a discriminação nos CCDs argentino, também se encontram os depoimentos de militares. Um destes depoimentos é o de R. Peregrino Fernández, um oficial da Polícia Federal e membro do grupo de colaboradores do ministro Albano Jorge Harguindeguy. Segundo ele, o Chefe da Polícia Federal Alberto Villar e o Delegado Chefe da Polícia Federal Jorge Mario Veyra “desempenhavam as funções de ideólogos: indicavam literatura e comentavam obras de Adolf Hitler e outros autores nazifascistas” (NUNCA MAIS, 1984, p. 55). Isso confirma os desdobramentos ideológicos do nazifascismo como forma de preparar os subordinados para infringir determinados castigos e uso de simbologias em prisioneiros de origem semita. Uma clara demonstração das permanências do antissemitismo nas muitas esferas burocráticas do regime de Videla.

Os tumultuados acontecimentos que se desenrolaram na metade da década de setenta na Argentina, proporcionaram uma retomada de preconceitos que perfilaram junto ao controle da oposição. O anticomunismo presente na sociedade argentina bem antes do golpe de 1976, ocasionou uma conjunção de fatores excludentes que perpassaram o âmbito político. Uma noção de defesa da nacionalidade preconizou um ajuizamento equivocado de quem, ou quais grupos deveriam ser tratados como cidadãos. Este fato reacendeu antigas disputas e desafetos, a violência beirou a crueldade e alcançou patamares extremos de sadismo. Reutilizar símbolos e discursos que outrora se tornaram

valores democráticos. La tarea de la DAIA es esencialmente política y educativa, para lo cual lleva adelante su gestión interactuando con todos los poderes públicos y con todos los sectores de la sociedad civil argentina y/o entes representativos judíos del mundo, enfatizando en forma permanente sus vínculos con el Estado de Israel, centro espiritual de la vida judía. Asimismo, actúa permanentemente en el ámbito judicial a través de su área de legales”. Disponível em: <http://www.daia.org.ar/wp-content/uploads/2018/11/informe-antisemitismo-2018-2017-corre-2-1.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

a marca de um genocídio, no mínimo desloca a questão principal em conter o “comunismo” para outras instâncias.

Organizados de certa forma sob a ótica dos preceitos nazifascistas, o antissemitismo que ocupou os cárceres argentinos se caracteriza como um “nazismo criollo”. Conforme Molina (2019):

La existencia de nazis criollos es profundamente inquietante, pero no solo por las razones que se aducen normalmente. El nazismo latinoamericano muestra el lado más obscuro de nuestro ego ideal, dado que nos enfrenta directamente a su conclusión lógica: creer que el dominador es superior y que, por tanto, debemos someternos a su dominio. El nazi criollo es una persona que aspira a que nuestra sociedad esté regida por una jerarquía racial: en la cima deben estar quienes más blancos sean, luego todos los demás. El nazismo criollo es solo la versión más desagradable de la ideología racista que rige nuestra vida cotidiana en América Latina. Si se elimina todo el dulzor que hace la vuelve apetecible queda el nazismo criollo: los blancos son superiores y tienen derecho al dominio. Paradójicamente, empero, el nazi criollo usa la relativa fluidez simbólica del racismo latinoamericano a su favor: dado que aquí es posible el blanqueamiento, el nazi criollo se blanquea para defender una ideología donde el blanqueamiento es imposible. En suma, el nazi criollo no es una anomalía, el producto inexplicable de la estupidez latinoamericana, sino el resultado de nuestra historia y nuestra situación colonial. Tanto nos han repetido que ser blanco es mejor que algunos de nosotros han terminado por defender obscena y abiertamente el derecho de los blancos a dominar el mundo...

Porém, esta questão abrange maior quando se percebe que a questão do antissemitismo nos centros de detenção assumiu uma postura de desumanização do prisioneiro e sua destituição como indivíduo pelas mãos daqueles que doutrinado se viram diante de uma forma de vingança ou mesmo de escárnio pelos detidos judeus.

Os suplícios infringidos aos detidos de origem judaica com ou sem ligação direta com os grupos de esquerda e revolucionários ou comunistas durante o regime ditatorial argentino desvela uma monstruosa metodologia a serviço da repressão. Assim, dentre os indivíduos indesejados que deveriam ser erradicados da sociedade argentina sem direitos de existir, arrebatou um número expressivo de pessoas que não faziam parte dos grupos revolucionários, como os *Montoneros*.

Não há como dizer que os CCDs argentinos foram uma reprodução dos campos de extermínio nazistas, mas podemos comparar a estruturação destes lugares, visto que ambos projetaram um sistema prisional específico que levava à eliminação total como objetivo final, além de desumanizar as vítimas e assim deixá-las desorientadas,

psicologicamente abaladas e fisicamente destruídas a ponto de não mais se reconhecerem como humanas.

Hannah Arendt define que a proposição da igualdade de direitos para todas as “raças” e etnias é o ponto de discórdia e fomento da violência empregada a grupos considerados inferiores por ideologias eugênicas. Para ela este é o grande desafio da era moderna.

A antipatia social pelos judeus, que assumia formas de discriminação, não causou grande mal político nos países europeus, pois nele nunca foram alcançadas igualdade social e econômica genuínas. As novas classes se desenvolviam como grupos, aos quais uma pessoa pertencia por ascendência. Não há dúvida que somente em tal estrutura a sociedade poderia tolerar que os judeus se estabelecessem como um grupo especial (ARENDR, 2012, p. 77).

As denúncias referentes à violência diversificada contra judeus detidos já ocorriam durante o processo da ditadura argentina. Tanto que Albano Jorge Harguindeguy, Ministro do Interior do governo de Videla, precisou negar que os judeus sofriam com práticas diferenciadas e antisemitas. Entretanto, ele admitiu ser impossível controlar todo o pessoal envolvido no processo de detenção do inimigo, já que “sádicos e doentes mentais” estavam em toda a parte²³³. Sem o controle de todo o seu pessoal, a ditadura admite que seus subordinados acabavam por terem certa autonomia em relação às vítimas sem um controle efetivo dos seus superiores.

A possibilidade dos sequestros, desaparecimentos e assassinatos em massa de uma miríade de pessoas na Argentina e de outras cifras no Brasil são o resultado de anos de exploração humana, cujas raízes se encontram no processo colonizatório e de formação nacional na América Latina. A fabricação de uma noção da existência de “raças” superiores de homens brancos e ricos, destituídos de qualquer tipo de “degeneração moral”, é de longe uma construção eurocêntrica de dominação dos espaços conquistados. A classificação como “raça inferior” de grupos étnicos, nada mais foi do que uma forma de coexistir com o diverso dentro de uma lógica religiosa e capitalista, ou de eliminação.

La etapa del aniquilamento es el punto de llegada de la construcción montada previamente: la desaparición material de los cuerpos que encarnan determinadas relaciones sociales. Su realización definitiva implicaría la extinción física, psíquica e histórica de aquella fracción social que tiene capacidad de pensarse como tal, de asumir su

²³³ Segundo o informe Nunca Mais, 1984.

condición de *para sí*, el control de su propio cuerpo, su autodeterminación. Esta extinción, para ser definitiva, no sólo debe implicar la extinción material de los cuerpos, sino su desaparición simbólica: las forma em que esse ‘haber sido outro’ podrá ser pensado o reapropiado (FEIERSTEIN, 2011, p.235).

O antissemitismo perpassou as premissas medievais e cristãs com a desmoralização pessoal, a tortura e a apropriação de bens de hereges judeus. No século XX, estes procedimentos se reorganizaram, modificando-se a ponto da situação em relação aos judeus se tornar mais de caráter étnico-racial e político e menos religioso, alterando ou interagindo com outras mentalidades, dentro de quadro de rupturas e permanências. A propagação do ódio que leva certos sujeitos a praticar atos que eles próprios podem considerar horrendos ou pouco “cristãos” em outras situações, se amparam nas múltiplas formas que o homem edificou para excluir ou submeter determinadas nacionalidades e etnias e prover interesses políticos e dinâmicas econômicas.

No Brasil, visibilizamos alguns casos de judeus vítimas da repressão e que alcançaram alguma expressão na mídia em razão da origem, como, por exemplo: Chael Charles Schreier, Iara Iavelberg e Vladimir Herzog. O militante Schreier foi preso junto com outros dois companheiros, Antônio Roberto Espinosa e Maria Auxiliadora Lara Barcelos após um confronto com a polícia que os cercaram no prédio onde estavam residindo escondidos. Os três militavam na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e, após serem presos, foram levados por uma equipe mista de agentes do DOPS e da Polícia do Exército, sendo encaminhados para o quartel de 1º Companhia da Polícia do exército na Vila Militar no Rio de Janeiro. Submetidos à tortura, Schreier não resistiu aos ferimentos causados pelos castigos infringidos e veio a falecer. Segundo a versão oficial, ele teria morrido em decorrência dos ferimentos após intenso tiroteio com agentes de segurança²³⁴. A família recebeu o seu corpo em um caixão lacrado, proibidos de abri-lo e de realizarem adequadamente os rituais para o funeral judaico²³⁵.

²³⁴ Mortos e Desaparecidos: Chael Charles Schreier. Informação disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/chael-charles-schreier>. Acesso em: 12 maio 2022.

²³⁵ Em um documento produzido pelos órgãos de repressão, podemos verificar uma referência à origem judaica de um procurado e amigo de Schreier. Segundo o documento: “RAMON- o apelido de família é Zigar, de origem judaica; estudava medicina na Santa Casa e amigo de Chael Charles Schreier; atualmente //se encontra foragido em ISRAEL”. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 22 set 2021.

Iavelberg militou em quatro organizações: POLOP, VAR-Palmares, VPR e MR-8, onde ingressou em 1971. Conhecida como a companheira de Carlos Lamarca, ela tinha origem judaica. Morreu em um confronto com agentes e policiais enquanto estes cercaram o apartamento em que residia no bairro Pituba em Salvador, Bahia. A versão oficial para a sua morte foi a de suicídio, pois, segundo os órgãos de segurança, quando ela se viu cercada pelos agentes teria se refugiado em um banheiro e tirado a própria vida disparando um tiro contra a sua cabeça. De acordo com as informações coletadas pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo/Rubens Paiva:

Com base na versão policial de que Iara se suicidara, sua família não conseguiu enterrá-la com honras no Cemitério Israelita de São Paulo, sendo enterrada na ala reservada aos suicidas. Assim, em 1998, sua família iniciou uma ação judicial contestando a versão policial, julgada procedente em novembro de 2002. Os restos mortais de Iara foram exumados em 23 de setembro de 2003. Os resultados da perícia foram entregues em 16 de maio de 2005, quando o perito alegou não ter ficado comprovado o suicídio. Finalmente, em 11 de junho de 2006, com cerimônia oficiada pelo rabino Henry Sobel, os restos mortais de Iara foram sepultados na quadra 396 - setor R - sepultura 48, do Cemitério Israelita do Butantã, em São Paulo, fora do setor dos suicidas²³⁶.

A questão do suicídio era delicada para as famílias judias que não podiam realizar os funerais dentro das leis judaicas. Por isso, elas buscavam formas de levantar indícios que pudessem refutar estas versões e assim velar e enterrar seus mortos de acordo com as suas tradições. Caso de Herzog, um judeu-iugoslavo que imigrou com a família em 1942 em razão do nazismo e naturalizou-se brasileiro, que não pertencia a nenhuma organização de esquerda revolucionária. Ele era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e apresentou-se ao DOPS paulista voluntariamente para depor, mas foi detido em seguida. Conforme a versão oficial, ele “teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde sua entrada no DOI-CODI/SP, no mesmo dia em que foi preso, por volta das 15 horas”²³⁷.

Evidências inquestionáveis da tortura foram, ainda, identificadas pelo comitê funerário judaico responsável pela preparação do corpo para o funeral. Por essa razão, Herzog foi enterrado dentro do cemitério e não em área separada, como são tratados os suicidas no judaísmo. O assassinato do jornalista foi um dos mais divulgados e documentados do período da ditadura, sendo considerado um marco na luta de

²³⁶ Mortos e Desaparecidos: Iara Iavelberg. Informação disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/iara-iavelberg>. Acesso em: 12 maio 2022.

²³⁷ Mortos e Desaparecidos: Vladinir Herzog. Informação disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/vladimir-herzog>. Acesso em: 12 maio 2022.

resistência. Ao saberem do ocorrido, seus colegas de profissão pararam as redações em São Paulo. Os donos das empresas precisaram negociar para que trabalhassem apenas uma hora, garantindo a edição do dia seguinte. O Sindicato dos Jornalistas, presidido por Audálio Dantas, entrou em vigília permanente e divulgou um convite para o sepultamento. A repórter-fotográfica do jornal Ex, Elvira Alegre, então com 19 anos, foi a única a registrar imagens do velório de Vlado Herzog no Hospital Albert Einstein. Os estudantes convocaram uma assembleia no sindicato, quando foi aprovada a proposta de realizar um ato ecumênico na Catedral da Sé²³⁸.

Os procedimentos e as práticas instituídas para a eliminação sumária dos inimigos no Brasil e na Argentina, entre os anos 1960 e 1980, produziram inúmeros testemunhos que se ampliaram ao longo das décadas posteriores. Os sobreviventes dos Centros Clandestinos de Detenção (CCD) argentinos puderam esclarecer muitos dos fatos referentes às vítimas e sobre a estruturação da tortura, morte e desaparecimentos. No Brasil, isso também foi possível através dos muitos testemunhos referentes à repressão do Estado brasileiro. As múltiplas memórias referentes aos eventos durante as ditaduras em questão desvelaram as práticas repressivas impostas aos indivíduos “estrangeiros”, como pudemos verificar até então.

Se nos cárceres destes dois países a violência esteve direcionada contra o “inimigo comunista”, acreditamos que houve uma generalização desta categoria em relação a que se denominava de “comunismo”, onde o “judeu-comunista” esteve à mercê de uma atenção diferenciada, seja pela repressão ou pelos familiares que refutaram as versões oficiais desmascarando as do regime.

3.2.1 A movimentação da extrema-direita e as ditaduras de 1964 no Brasil e de 1976 na Argentina

Na atualidade, as questões raciais, étnicas e de gênero estão no centro de grandes discussões mundiais frente ao ressurgimento de ideologias conservadoras e reacionárias. O equilíbrio democrático frente a violações dos direitos básicos e fundamentais conquistados nas últimas décadas oscila entre grupos conservadores de direita e os de vertente esquerdista. Desta maneira, é imperativo reorganizar as discussões acerca de períodos anteriores para alertar a sociedade das nefastas consequências que xenofobia e a intolerância social e política causam para a sociedade. A expansão de vertentes

²³⁸ Mortos e Desaparecidos: Vladimir Herzog. Informação disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/vladimir-herzog>. Acesso em: 12 maio 2022.

excludentes classifica e persegue determinados grupos e pessoas que não são aceitas pelas normas e padrões definidos por elas, principalmente para a destituição de algum tipo de protagonismo social.

Analisando sobre a formação política e social da América Latina, concluímos que forças conservadoras, autoritárias e excludentes, longe de serem extintas, apenas se aquietaram em períodos que pouco lhes convieram se manifestar, porém, sempre estiveram presentes. Mas, dentre uma diversidade de questões relacionadas a ideologias discriminatórias e excludentes, se levarmos em conta apenas a questão da discriminação étnica, encontraremos uma gama de violações de direitos humanos com base no rebaixamento moral e social de determinadas pessoas sua origem, seja étnica ou de nacionalidade “estrangeira”.

Quando a Europa, sob o domínio do nazismo alemão, foi “libertada” pelos aliados em maio de 1945, o mundo presenciou a grande euforia de ver o fim de um conflito catastrófico e o retorno da tão almejada “paz”. Todavia, esta euforia não deu conta de todo o estrago causado nas sociedades europeias, que antes do conflito viviam com alguma prosperidade e estabilidade mesmo diante da xenofobia. Anos de destruição, fome, terror, perseguição e perda de entes queridos ocasionou um intenso deslocamento de vítimas da guerra. Com uma diversidade de etnias e nacionalidades entrando em países da América Latina, modificou-se a composição social e cultural dos lugares de destino.

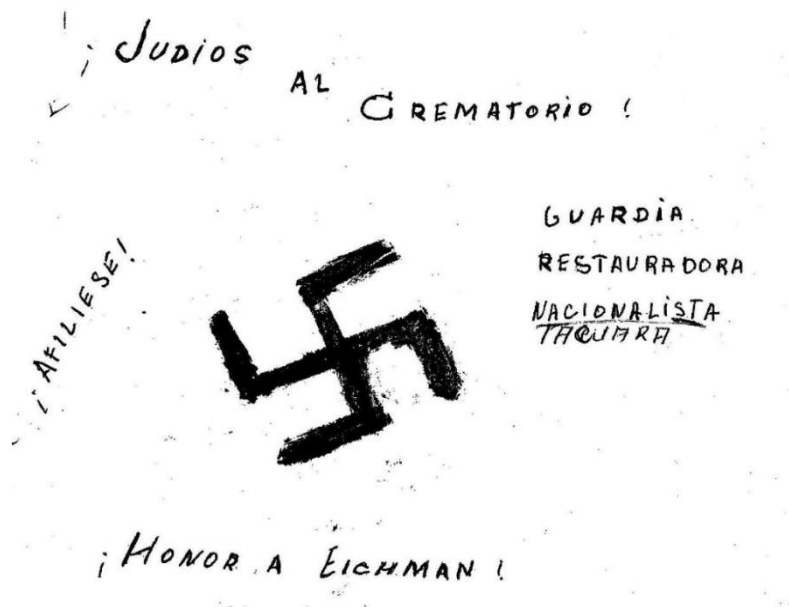
Neste ínterim, tanto no Brasil quanto na Argentina alguns modelos embasados em um nacionalismo ao estilo nazifascista, como grupos, organizações e agremiações de extrema-direita, movimentavam-se pela manutenção dos seus ideários. Surgida em meio à ascensão do fascismo na Itália temos, no Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB); do nazismo alemão, o *Movimiento Nacionalista Tacuara* (MNT), na Argentina, que “nace y se desarrolla sobre todo en pocos centros urbanos como expresión juvenil del nacionalismo ultramontano de fuerte prosápia antisemita” (GUTERMAN, 2003). Estas agremiações se empenharam em ações e difundiram propagandas contra “comunistas” e “estrangeiros” para manterem uma posição de defesa do nacionalismo local. Além da propaganda, estas agremiações que tinham uma forte ligação com o ideário nazifascista tornaram a comunidade judaica uma preferência para o uso da violência, como foi o caso do *Tacuara* ou *Guardia Restauradora Nacionalista Tacuara*, como podemos conferir abaixo a partir de panfletos de autoria do grupo.

Figura 22: Propaganda Tacuara



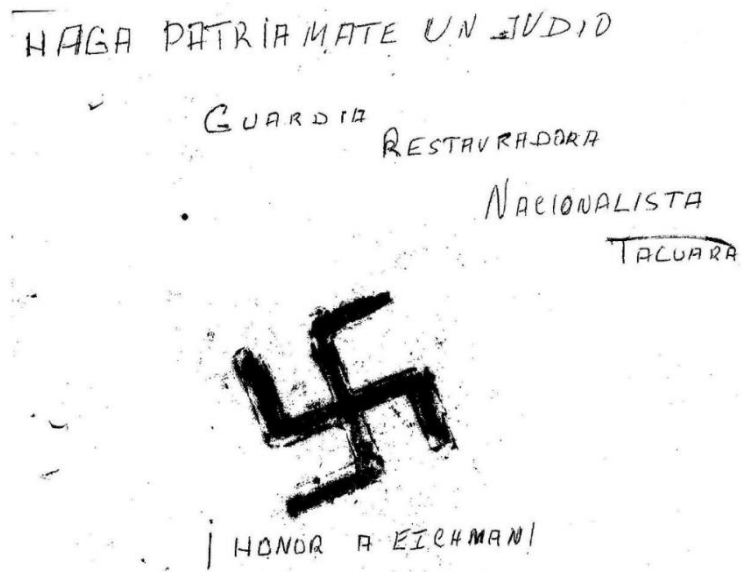
Fonte: *El Topo Blindado*

Figura 23: Propaganda Tacuara.



Fonte: *El Topo Blindado*

Figura 24: Propaganda Tacuara



Fonte: *El Topo Blindado*

Figura 25: Propaganda Tacuara



Fonte: *El Topo Blindado*

A AIB, que foi o “maior partido fascista surgido fora da Europa” (BERTONHA, 2015, p. 209), tinha premissas que apoiaram o golpe do Estado Novo, mas que não obteve as influências desejadas para assumir definitivamente o espaço do poder. Apesar do apoio dado a Vargas, este acabou por proibir a atuação da AIB. Uma das questões referentes à proibição da AIB foi o fascismo latente que ela apresentava, sem um espaço diante das recentes revelações sobre o Holocausto. Assim, em 1945, o líder da extinta agremiação Plínio Salgado fundou o Partido de Representação Popular (PPR).

De acordo com Bertonha (2015), os integralistas buscaram ocupar o poder em várias ocasiões. O PRP atuou constantemente na política brasileira nos vinte anos seguintes à sua fundação, tendo inclusive participado ativamente no governo ditatorial de 1964, buscando atingir este objetivo. Todavia, mesmo sem assumir o governo, não se pode deixar de revelar a profunda influência dos seus integrantes na conjuntura ditatorial brasileira de 1964, pelo menos no que consiste à proliferação de um ideário conservador anticomunista e xenófobo.

O nacionalismo do PPR diferenciava-se do praticado pela AIB, principalmente pelo abandono das profundas críticas ao capitalismo internacional, que era um dos elementos centrais do nacionalismo da AIB. As críticas ao capitalismo internacional na AIB, que eram difundidas por meio da doutrina, principalmente por Miguel Reale e Gustavo Barroso, embora para Barroso tal questão fosse pautada sobretudo na vinculação do capitalismo internacional ao judaísmo, enquanto Reale construía essa crítica a partir da formação doutrinária do “Estado Integral” nos moldes corporativistas fascista, aspectos que também foram renegados no integralismo perrequista (CALDEIRA, 2014, p. 57-58).

Outro exemplo é a agremiação Tradição, Família e Propriedade (TFP) que atuou tanto no Brasil quanto na Argentina, cada qual com suas particularidades, com base “na compreensão do católico leigo, como essencialmente militante”, a partir da Ação Católica instigada pelo Papa Pio XI (1922-1939) que “objetivava cristianizar as nações utilizando-se da atuação leiga como ‘extensão do braço da hierarquia eclesiástica’” (ZANOTTO, 2010, p. 6).

Importante ressaltar algumas características deste grupo, visto que a TFP no Brasil teve uma participação importante de acordo com Zanotto (2010), como um grupo de “pressão” para a manutenção de valores considerados imperativos para o modelo de nação dos setores direitistas. Foi decisiva a mobilização feita por seus integrantes para a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de março de

1964, onde se reuniram cerca de quinhentas mil pessoas na cidade de São Paulo para uma passeata contra o governo de João Goulart.

O anticomunismo foi um fator predominante neste evento que movimentou as bases eclesiais e organizações civis católicas para o apoio inicial que proporcionou o golpe semanas depois desta marcha, que foi mais que isto, “tornou-se um movimento forte, envolvendo expressivos segmentos do mundo social e político e abarcando um arco muito mais amplo que os tradicionais grupos da direita radical” (MOTTA, 2020, p. 284).

A Marcha de São Paulo inspirou a organização de atos semelhantes em outras grandes cidades. A estratégia era aumentar a pressão contra os “comunistas” e Goulart, e fazer frente às mobilizações esquerdistas programadas para os meses seguintes. Programou-se um grande evento para o Rio de Janeiro, no dia 2 de abril, que, em virtude da derrubada do governo, acabou se transformando numa comemoração. A Marcha do Rio teve os mesmos ingredientes observados nas manifestações da praça da Sé: ataque ao comunismo, acusado de almejar o poder ditatorial para destruir a pátria, família e religiões (no plural para ressaltar o ecumenismo anticomunista) (MOTTA, 2020, 291).

A “Marcha” expressou o engajamento de vertentes católicas ao golpe de 1964. Ao longo do processo ditatorial, algumas destas vertentes acabaram por modificar-se em diante da repressão do regime contra membros da Igreja Católica.

A Igreja Católica, de fato, estava mudada nos anos 1960. A própria disposição tradicionalmente anticomunista do clero começava a ser abalada pelo surgimento de tendências renovadoras no interior da instituição. Grupos criados sob influência do apostolado leigo, como a Ação Popular, aproximaram-se das posições esquerdistas e até aliaram-se a comunistas em determinadas atividades. Muitos católicos passaram a considerar o comunismo problema secundário frente à enormidade das mazelas sociais do país (MOTTA, 2020, p. 270).

Assim como a TFP brasileira, a TFP argentina apresentou-se, de acordo com Zanotto (2014, p. 234), em um “modelo doutrinário, organizativo e operativo da entidade brasileira”. Segundo esta autora:

A inserção da TFP-ARG no campo católico do país realiza-se pela via das fronteiras fluidas e da própria dinamicidade desse espaço de lutas pela imposição legítima do religioso e da ‘posse’ da verdade acerca dos bens e modos de salvação. Articulado aos demais campos (cultural, político, social, econômico, etc.), o religioso – em específico o campo católico inserido nele – vê-se incrementado por essa entidade confessional e civil que depende de um modelo de crer, de vivenciar as crenças, de agir a partir delas, de compreensão de igreja e também do

papel que essa instituição teria ante a sociedade e o Estado (ZANOTTO, 2014, p. 236).

Percebe-se que ambas TFPs se assemelham, pelo menos no que compete à questão da posição dos preceitos cristãos de ação religiosa do leigo católico. Contudo, a TFP argentina tinha intenções mais além em relação à brasileira, essa caracterizada expressivamente pelo movimento anticomunista pré-golpe. A TFP argentina posicionou-se em favor de radical “reforma social”. De acordo com Zanotto (2014, p.237), o “catolicismo de ação”, que no caso brasileiro está para o “leigo militante”, tem um caráter maior de comprometimento na TFP argentina que “terá como marcas distintivas no campo católico a defesa da construção de uma nova Argentina pautada em elementos de ordem, hierarquia, autoridade, verdade absoluta, combate e também dinamicidade, vitalidade e criatividade”. Apesar das devidas distinções entre as TFPs latino-americanas, as suas relações com os regimes autoritários pautaram-se pelas ações contra os movimentos modernizantes destas sociedades.

No que diz respeito ao *Tacuara*, este grupo tem a sua origem nos anos 1950, extinguindo-se em 1976. Formado por jovens católicos e nacionalistas de direita, ele surge a partir de algumas reuniões entre a *Unión Nacionalista de Estudiantes Secundarios* (UNES) e a *Alianza Libertadora Nacionalista* (ALN). Os integrantes destes dois grupos tomaram a decisão em formar um agrupamento político, adotando o nome de uma antiga publicação da UNES²³⁹.

O MNT iniciara sua militância defendendo as posições do ensino católico durante os conflitos gerados por uma lei do presidente Arturo Frondizi, a qual concedia o *status* de universidade a instituições privadas. Mais tarde, com o ingresso de militantes simpatizantes peronistas no MNT e com a declarada intenção de direção do movimento de aproximar-se do peronismo para cooptar bases sociais destes, a frágil trama ideológica de características direitistas, antissemitas e nacionalistas que sustentara suas práticas iria se dissolver ao ritmo dos acontecimentos políticos da tumultuada década de 1970 (GALVÁN, 2013, p. 91-92).

²³⁹ María Valéria Galván. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=RJ8Wy2_3nPUC&pg=PA91&lpg=PA91&dq=movimento+nacionalista+tacuara&source=bl&ots=cL1hg-DA3G&sig=ACfU3U0IjPhN6hA3KFRxeOi4BMBKglac5Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjrnZSgxrXmAhUWKLkGHZ65BZsQ6AEwB3oECAoQAQ#v=onepage&q=movimento%20nacionalista%20tacuara&f=false. Acesso em: 14 dez. 2019.

Entre as ações do *Tacuara* na Argentina está a autoria do assassinato de um judeu, quatro anos depois, em represália ao sequestro e à execução de Otto Adolf Eichmann, quando este foi localizado pelos integrantes do Mossad²⁴⁰, em 1960. O grupo capturou o ex-SS²⁴¹ que vivia no país sob identidade falsa desde o final do conflito mundial e o levou a Israel para ser julgado por crimes de guerra. Condenado por um tribunal israelense ele foi executado em 1962. Com isso, grupos antisemitas atentaram contra estabelecimentos cujos proprietários eram judeus e, quatro anos após a sentença de Eichmann, o membro do Partido Comunista Argentino, Raul Alterman, de origem judaica-polonesa, foi assassinado a tiros na porta da sua residência em Buenos Aires por integrantes do *Tacuara*. Os comentários que circularam na época eram de que este assassinato seria uma espécie de vingança pela morte do ex-oficial nazista.

Durante su estadía en Argentina, Eichmann tuvo contactos con otros nazisy colaboracionistas que habían hallado refugio en Argentina, como el médico Josef Mengele o Willem Sassen. Pero su vida económica no parece haberse beneficiado demasiado de esos vínculos, y, por el contrario, tuvo una existencia permanentemente jaqueada por la estrechez. La casa en la que vivía su familia en 1960, en las afueras de Buenos Aires, había sido construida por el propio Eichmann y sus hijos durante los fines de semana. Esa pobreza de recursos llevó [...] Eichmann hizo de todo para sobrevivir mientras vivió en Argentina: participó en estudios hidrológicos en la selva de Tucumán, reparo autos en un taller mecánico, puso - con poca suerte - una lavandería, fue inspector de la Mercedes Benz y junto con su familia vendió jugos de frutas los fines de semana en el puerto de Olivos, a unos cuantos kilómetros de la capital (BOHOSLAVSKY, 2008, p. 4).

Inferimos que mesmo levando uma vida instável economicamente, Eichmann se relacionou com outros nazistas além de Mengele e Sassen, pois, mesmo sob outra identidade, as relações cotidianas dos seus filhos - fruto do seu casamento com Veronika Lieblová, ocorrido em 1938 - criaram laços com outros jovens adeptos do nazifascismo. As relações propiciadas neste ambiente - e estamos mostrando apenas o núcleo familiar de Eichmann - podem dimensionar um ideário antisemita presente em determinados setores da sociedade argentina. Não somente pela presença de nazistas, mas pela simpatia entre adeptos locais.

Além de atentados e do assassinato de Alterman, outras manifestações nazistas ligadas ao caso Eichmann tiveram repercussão, como o caso de Graciela Narcisa Sirota

²⁴⁰ Serviço secreto do Estado de Israel, com sede em Tel Aviv. Responsável pela caça e captura de criminosos de guerra nazistas.

²⁴¹ Polícia do Estado, era o esquadrão de Proteção do regime nazista, ou Schutzstaffel.

de 19 anos e de origem judaica. Em 1962, ela foi sequestrada e marcada com uma suástica no peito, feita por um objeto cortante²⁴². Outro episódio semelhante ocorreu com Soledad Barret²⁴³ de 17 anos, que teve ambas as pernas marcadas com duas suásticas semelhante as de Sirota. A única diferença nestes dois atentados foi em relação à origem, pois Soledad não era judia. Na década seguinte, Barret se envolveria com a luta armada brasileira e seria assassinada pela repressão quando integrava a VPR de Lamarca. Ainda no mesmo ano, o corpo de uma jovem judia, Norma Mirta Penjerek, de 16 anos, foi encontrado sem vida em avançado estado de deterioração em um terreno baldio nos arredores de Buenos Aires: ela estava desaparecida a mais de um mês²⁴⁴. Especulações ligaram Panjerek aos casos de antissemitismo anteriores, porém, não ficaram provados os fatos em relação ao que aconteceu com ela²⁴⁵.

O *Tacuara* fora responsável pelo ataque à Sirota, segundo a sua própria declaração:

[...] la agrupación denunciaba la provocación de la colectividad judía al acusar del hecho al nacionalismo argentino, a la vez que pretendía ser un estudio científico del ‘problema judío’ en el país,

²⁴² Una cruz evástica marcada en el pecho y la sombra de Eichmann: el estremecedor ataque a una joven judía, por Daniel Guterman. Graciela Sirota tenía 19 años y en 1962 denunció haber sido víctima de un brutal ataque antisemita. La DAIA apuntó al grupo Tacuara y acusó a la policía de connivencia, convocó en protesta a una inédita huelga de la colectividad en todo el país, que provocó el cierre masivo de comercios en el Once y Villa Crespo. Los fanáticos del criminal nazi Adolf Eichmann y las dudas de un caso que conmocionó al país. Ante la gravedad del caso, la DAIA pidió la intervención estatal al más alto nivel. En un telegrama enviado al presidente de la Nación, José María Guido, señaló: “Interpretando indignación y alarma colectivos reclamamos inmediata acción represiva y preventiva contra bandas nazifascistas que ofenden impunemente la dignidad humana y procuran destruir la democracia”. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/historia-america/2020/01/17/una-cruz-esvastica-marcada-en-el-pecho-y-la-sombra-de-eichmann-el-estremecedor-ataque-a-una-joven-judia/>. Acesso em: 18 set. 2021.

²⁴³ Em 1973, Soledad Barret Viedma foi torturada e assassinada pela repressão brasileira durante o regime ditatorial, em um episódio que ficou conhecido como a “Chacina da Chácara de São Bento”.

²⁴⁴ Este caso é um tanto controverso, segundo o Clarín nunca ficou provado que era o corpo de Norma, houve algumas dúvidas que envolveram a autópsia, como o tamanho e a idade do corpo em questão. Um primo dela atribui o ocorrido a movimentos antissemitas contra a morte de Eichmann. Ao fim de algumas conjecturas não podemos descartar o caso de Norma, visto que se encontra no espaço/tempo dos dois atentados supracitados. Disponível em: https://www.clarin.com/crimenes/todavia-hoy-creo-cadaver-norma_0_ry6b9oX3v7e.html. Acesso em: 14 dez. 2019.

²⁴⁵ De acordo com a notícia do Clarín: “El 15 de julio, el cadáver de una mujer fue desenterrado en un descampado de Llavallol. Diez días más tarde se supo que era el de Norma Mirta. Había sido apuñalada y estrangulada. Según la autopsia, la asesinaron el 6 de julio. Un año después una mujer se presentó ante la Policía y denunció que Pedro Vecchio, un comerciante de Florencio Varela, había matado a la chica. Fue el comienzo de una intrincada trama de acusaciones que incluyeron a una supuesta organización dedicada a corromper adolescentes para prostituirlas, al tráfico de drogas, la pornografía y hasta actos de vampirismo. Actuaron varios jueces. Hubo policías felicitados y luego procesados por torturas y testigos falsos. En abril de 1965 todos los acusados fueron sobreesidos definitivamente. Norma Mirta Penjerek se llevó el misterio a su tumba, en la fila 3 de la manzana 45 del cementerio de La Tablada”. Disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/norma-mirta-penjerek-asesinato-queda-impune_0_rkEXCnxAtg.html. Acesso em: 07 jul. 2023.

donde explicitaba el carácter históricamente demostrable de la relación directa entre comunismo, judaísmo y antiperonismo y los erigía en responsables directos de la crisis económica (GALVÁN, 2008, p. 26).

De acordo com Bohoslavsky (2008, p. 6), “ex-miembros de Tacuara reconocieron que hubo alguna vinculación con los hijos de Eichmann”, determinando as relações no cotidiano argentino entre locais e criminosos nazistas. Assim, o chamado “*problema judío*” sob a ótica do *Tacuara*, indicava o tipo de posicionamento assumido pelo grupo. O antissemitismo praticado por seus integrantes pode ter perpassado os anos e ter influenciado ideologicamente determinados indivíduos que levaram adiante práticas de violência moral e física contra detidos de origem judaica após o golpe militar argentino em 1976.

Os eventos relacionados à morte de Eichmann, ocasionaram a depredação de estabelecimentos comerciais de proprietários de origem judaica. Segundo uma publicação no *Observatório da Imprensa*²⁴⁶:

Em 15 de dezembro de 1961, Eichmann foi considerado culpado e condenado à morte. Executado por enforcamento, em 31 de maio de 1962, seu corpo foi cremado e as cinzas espalhadas no mar, além das águas territoriais do Estado de Israel. Na Argentina, a morte de Eichmann foi seguida por mais de trinta ataques a alvos judaicos, como sinagogas e escolas. Um acampamento de estudantes foi invadido por vândalos que surraram os jovens. Muros de propriedades judaicas foram pichados com suásticas e as ameaças se tornaram rotineiras. Grupos neonazistas empunhavam cartazes com os dizeres: “Queremos Eichmann de volta”.

Os atentados e depredações de cunho antissemitista na Argentina durante o período supracitado, nos remetem a *Kristallnacht*²⁴⁷ na Alemanha nos anos trinta, quando,

²⁴⁶ Disponível em; <http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/nem-tudo-foi-contado/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

²⁴⁷ A *Kristallnacht* – “traduzida literalmente como a “Noite dos Cristais”, é muitas vezes chamada de “Noite dos Vidros Quebrados”. Ela refere-se ao violento massacre antissemita ocorrido nos dias 9 e 10 de novembro de 1938. Os ataques ocorreram em toda a Alemanha, a qual já incluía a Áustria e a região dos Sudetos, na antiga Tchecoslováquia. Centenas de sinagogas em todo o Reich alemão foram atacadas, vandalizadas, saqueadas e destruídas. Muitas foram incendiadas. Os bombeiros receberam instruções para que deixassem as sinagogas serem destruídas, mas que evitassem que as chamas se espalhassem para as construções nas proximidades das mesmas. Os vidros das vitrines de milhares de lojas de propriedade de judeus foram destruídos e suas mercadorias saqueadas. Os cemitérios judeus foram profanados. Muitos judeus foram atacados por membros das Tropas de Assalto (SA). Pelo menos 91 judeus foram brutalmente assassinados naquele massacre”. Informação disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/kristallnacht#:~:text=A%20Kristallnacht%2C%20que%20traduzida%20literalmente,10%20de%20novembro%20de%201938>. Acesso em: 01 abr. 2023.

então, uma onda de violência explicitava a política de ódio contra os judeus no país. A reprodução destas práticas nazifascistas nos conduz por dois contextos temporais e espaciais próximos e fortalece a noção de que no âmago da juventude argentina dos anos cinquenta aos setenta o antissemitismo esteve fortemente presente por posturas direitistas e nacionalistas que puderam dar vazão a ações reacionárias e discriminatórias.

Como bastiões da manutenção do *status quo* das elites argentinas e da nacionalidade, estes jovens reproduziram modelos específicos de violência a moldes latino-americanos inspirados pelo nazifascismo, como observa Albuquerque Júnior (2016, p. 144) quando se refere ao fato de que muitos dos “discursos e práticas xenófobos com caráter político e ideológico apoiam-se em acontecimentos históricos ou são alimentados pela memória e pelo ressentimento em torno de episódios do passado”.

Os discursos de ódio e as metodologias antissemitas, como os do *Tacuara* e outras agremiações com fins semelhantes, classificou o judaísmo e o comunismo como “estranhos” à composição nacional. Estes grupos, agremiações ou partidos políticos estiveram envolvidos diretamente ou indiretamente com a repressão dos regimes ditatoriais, seja pela colaboração e pelo apoio, ou irradiando discursos anticomunistas e xenófobos, principalmente por assumirem a autoria de atentados como o *Tacuara* fez.

Para além da reprodução ideológica, estas agremiações assumiram hábitos ritualísticos muito semelhantes aos do nazifascismo. No Brasil, a AIB realizou casamentos, nascimentos, funerais, entre outros²⁴⁸ devidamente uniformizados conforme a agremiação, e também fez uso de utensílios diários como louças decoradas com o *sigma*²⁴⁹. Tanto no Brasil quanto na Argentina as movimentações de grupos, agremiações

²⁴⁸ Em relação aos casamentos, segundo informações constantes no site da AIB: “Embora seja objeto de curiosidade de pesquisadores, os casamentos ao modo integralista não deixaram de existir com a dissolução da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo sido realizados por opção dos noivos em várias ocasiões nas décadas posteriores com algumas adaptações na parte civil da cerimônia. Em ocasiões mais recentes, outros companheiros realizaram casamentos integralistas, como o companheiro Paulo Fernando Melo, que no ano de 2002 destacou símbolos integralistas em seu casamento. Este cerimonial, previsto desde os “Protocolos e Rituais” da AIB, tem por objetivo reforçar a importância do casamento e da instituição familiar tradicionais e insubstituíveis, já naquele tempo e hoje cada vez mais ameaçadas por forças perversas que querem desfigurar a família para engendrar um processo revolucionário mais destrutivo e efetivo. Realizados nos tempos da Ação Integralista Brasileira, no período do Partido de Representação Popular e até mesmo mais recentemente, após a fundação da Frente Integralista Brasileira, a mensagem deste importante ritual permanece a mesma”. Disponível em: <https://integralismo.org.br/movimento/casamento-integralista-e-realizado-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

²⁴⁹ Símbolo do integralismo brasileiro, uma alusão a simbologia fascista que demonstra a união dos seus membros. É uma letra grega que corresponde ao nosso “S” sinônimo de soma. É usada para indicar a soma dos finitamente pequenos e também era a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam o nome de Cristo (Soteros). O símbolo lembra que o nosso movimento tem o significado de integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade, daí, a nossa luta para implantar o Estado Integral. Disponível em: https://integralismo.org.br/helpie_faq/o-que-e-o-sigma/. Acesso em 01 abr. 2023.

e partidos de extrema-direita, que atuaram entre os anos 1930 e 1970, promoveram ações e difundiram uma ideologia a fim de cooptarem mais adeptos, tomando por base o sentimento do nacionalismo.

A extrema-direita argentina compactuou com a ideologia do nazifascismo, por certo a presença de sobreviventes judeus e criminosos nazistas criou um campo de tensões e disputas no meio social entre aqueles que defendem a ideologia e aqueles que monitoram as manifestações antissemitas.

Mientras las expresiones de duelo de la comunidad organizada se manifestaban en conmemoraciones funerarias por la tragedia, los sobrevivientes que llegaban a la Argentina provocaban distancia y extrañeza, y todo el esfuerzo del judaísmo argentino se concentró en la ayuda para la rehabilitación de los sobrevivientes en Europa, no en el país (SENKMANN, 2007, p. 25).

No caso brasileiro não foi muito diferente, pois os “estrangeiros” tornaram-se uma preocupação do regime de 1964 como possíveis portadores da doutrina comunista e, com isso, passíveis de infiltração no território nacional. Contudo, não descartamos a presença do antissemitismo, ainda que velado, presente na sociedade brasileira do período. Nas décadas anteriores, de acordo com Motta (2020, p. 84-85):

A convergência entre antissemitismo e anticomunismo foi possível devido a algumas circunstâncias históricas. Os grupos conservadores e reacionários sentiam-se inseguros em relação ao processo de transformação mundial em curso, em suas diversas dimensões (social, cultura, política e econômica). Os judeus atraíram seu ódio por parecerem representantes perfeitos da modernidade e das tendências revolucionárias.

Se pensarmos que uma “revolução comunista” permeava os pesadelos do nacionalismo brasileiro, inferimos que em 1964 não tenha de todo desaparecido. Dos anos sessenta aos oitenta, os integrantes destes agrupamentos se somariam a outros de vertentes de extrema-direita. Estes “outros” grupos assumiram papel próximo ao de justiceiros na manutenção da ordem e da disciplina, pressuposto da ditadura civil-militar brasileira.

Envolvidos direta ou indiretamente com a estrutura repressiva, eles perpetraram a violência contra militantes de vertente comunista. Destituir, desumanizar, perseguir e expurgar constituíram-se medidas empreendidas por grupos como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC) no Brasil e a Alianza

Anticomunista Argentina (AAA), a *Tripla A*, que atuaram nos contextos ditatoriais latino-americanos de maneira contundente.

3.2.2 O CCC, o MAC e a Triple A: os grupos de extrema-direita e as ditaduras brasileira e argentina

Durante a vigência dos regimes ditatoriais brasileiro e argentino os acontecimentos relacionados ao anticomunismo e à xenofobia contou com a presença de grupos com posições extremistas que se relacionaram com a irradiação de ideologias, práticas e ações violentas contra oponentes das ditaduras. Dentre eles, estão o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento AntiComunista (MAC) no Brasil e a *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), conhecida como *Triple A*, na Argentina. Eles se organizaram antes e durante os processos de implementação dos regimes de 1964 e 1976.

Estes grupos de extrema-direita, reacionários e “racistas”, atuaram explicitamente no aparato repressivo estatal, em menor ou maior grau de influência, contribuindo para o combate do “comunismo”. Eles operaram dinamicamente agindo contra indivíduos determinados, militantes comunistas, socialistas e “estrangeiros”, movidos por questões “democráticas” e religiosas com ímpetos de supremacia, amparados por discursos de ódio e de exclusão.

A oposição entre ‘comunismo’ e ‘democracia’ foi outro elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos direitistas denominaram-se democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas ‘comunistas’ atribuídas ao governo de Goulart. A tendência devia-se, em parte, a uma tentativa de identificação com os valores do mundo ocidental, quer dizer, com os Estados Unidos. Por outro lado, a expressão possuía a vantagem de oferecer apelo mais amplo e até certo ponto neutro, efeito que não seria alcançado se os inimigos do comunismo fossem identificados como ‘católicos’, por exemplo (MOTTA, 2020, p.271-272).

O “nacionalismo” defendido pelos grupos anteriores às ditaduras deu lugar à defesa da “democracia”. Entretanto, uma determinada noção de proteção aos pilares da nação e dos seus valores principais como a família, o cristianismo e a propriedade privada se mantiveram presentes.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) surgiu em 1963 na cidade de São Paulo e reuniu indivíduos com posicionamentos direitistas no âmbito acadêmico com aspirações de combate aos “comunistas”. O CCC participou dos movimentos de deposição de Goulart em 1964, organizando-se antes da implementação do regime ditatorial brasileiro e tendo como premissa principal a caça e combate aos “comunistas”, que levou o grupo a assumir como “missão” se utilizando do vandalismo e da violência. Ele atuou em um contexto de formações e acirrados debates políticos no meio acadêmico.

Na década de 1960, o discurso anticomunista reverberava na sociedade e, obviamente, nos meios estudantis: os estudantes “democráticos”, preocupados com a “ameaça comunista”, atuavam na defesa da pátria contra o que entendiam como manifestações subversivas e almejavam disputar a direção de instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes (UEE). Foi nesse contexto de exploração do “perigo vermelho” que, em 1963, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) foi formado pelos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (LIMA, 2021, p.4).

Quando questionamos sobre a juventude dos anos sessenta, nos vem uma imagem de jovens rebeldes e revolucionários com intenções de modificar o meio em que vivem. Então, imaginamos se estes jovens compactuam ou não com ideias conservadoras e até reacionárias, pois, quando nos referimos às gerações de jovens sessentistas e setentistas, lembramos dos militantes das organizações de luta contra as ditaduras. Todavia, esta noção é generalizante, visto que uma parcela destes jovens, em sua maioria estudantes secundaristas e acadêmicos, identificou-se com vertentes extremistas e suas formas deturpadas da defesa da “democracia”. Eles também se reuniram em grupos para “lutar” contra seus opositores de modo extremo.

O CCC não foi somente um grupo ideológico defensor do *status quo* das classes sociais ao qual seus membros pertenciam, eles empreenderam suas forças contra jovens universitários esquerdistas e todo aquele que tivesse um posicionamento de cunho socialista. A maioria dos seus integrantes mantiveram relações estreitas com a repressão da ditadura brasileira, muito além de uma simples colaboração, pois, segundo Lopes (2014, p. 31), o “decoro acadêmico e a busca do saber deram lugar à brutalidade e covardia, promovidas por organizações como o CCC. A extrema-direita estudantil mantinha relações com os órgãos oficiais de segurança, nas grandes cidades do país”.

A violência empreendida pelo CCC, acabou por se estender ao meio cultural. Inúmeros teatros foram depredados, como foi o caso do Teatro Galpão e do Teatro

Opinião na cidade do Rio de Janeiro. Nestas ações, atores e atrizes foram agredidos, humilhados e até sequestrados em caráter temporário pelos seus integrantes.

Em 3 de outubro, véspera da estreia de “Roda Viva” em Porto Alegre, o grupo paramilitar encheu a cidade de panfletos nos quais ameaçava a integridade física dos atores. No dia seguinte, depois do espetáculo, o elenco foi cercado por cerca de 200 pessoas na rua quando voltava ao hotel. A atriz Elizabeth Gasper e seu marido, Zelão, foram sequestrados por algumas horas. No Rio, em 2 de dezembro, o Teatro Opinião, que exibia “Para Não Dizer que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré, sofreu um atentado a bomba. [...] O sequestro da atriz Norma Bengell, em outubro, também revelaria uma estreita ligação entre o grupo e os radicais militares: sequestrada em São Paulo por paramilitares, foi entregue ao 1º. Batalhão Policial do Rio de Janeiro e interrogada por quatro horas pelo coronel Helvécio, então chefe de gabinete do ministro do Exército (MEMORIAL DA DEMOCRACIA)²⁵⁰.

Em uma notícia da revista *O Cruzeiro* de 1968²⁵¹, conferimos alguns nomes ligados à tríade da extrema-direita, CCC, Movimento AntiComunista (MAC) e Frente Anticomunista (FAC). Dentre esses nomes está o de Raul Nogueira Lima, conhecido como “Raul Careca”, policial e delegado que atuou na repressão. No jornalista do *Jornal da Tarde*, o irmão do militante Aton Fon Filho²⁵², Antonio Carlos Fon (1979, p. 9), relata a sua prisão da seguinte maneira:

Fui preso às seis e meia da manhã de 29 de setembro de 1969[...]. Dormi duas horas e acordei com algo frio encostado no nariz. Abri os olhos e o quarto estava cheio de homens armados de fuzis e metralhadoras. O objeto frio encostado no meu nariz era o cano de uma pistola calibre 45, empunhado pelo delegado Raul Nogueira - que eu já conhecia como integrante do grupo clandestino de extrema-direita Caça ao Comunistas e policial que encontrava um estranho prazer em espancar estudantes.

Esta “tríade” anticomunista que atuou no cenário ditatorial brasileiro eram grupos que se movimentaram à margem das instituições legítimas. Eles se caracterizaram

²⁵⁰Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ccc-volta-a-cena-em-ataques-a-teatros>. Acesso em: 02 abr. 2023.

²⁵¹ Ver Lopes, 2014. Intitulado “CCC ou o Comando do Terror”, a reportagem foi assinada pelo repórter Pedro Medeiros (O Cruzeiro, 9 de novembro de 1968, Ano XL, nº 45, p. 19-23).

²⁵² Aton Fon Filho tinha 16 anos quando os militares tomaram o poder no Brasil, em 1964, e naquele mesmo ano se tornou membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Depois, engajou-se na resistência armada contra a ditadura. No final de 1969, foi preso e torturado por sua atuação na Ação Libertadora Nacional (ALN), organização comandada por Carlos Marighella, que morreria meses antes. Passou quase dez anos no cárcere. Ao ser liberado, em 1979, dedicou-se aos estudos. Informação disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/biografias-da-resistencia/aton-fon-filho/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

inicialmente mais por um embate direto em confrontos imediatistas. Seus principais pontos de ataque foram os estudantes e o meio cultural, onde podiam extravasar determinado grau de violência. Em geral, estes jovens de direita empreenderam o uso da força física mais como um espetáculo de punição dos “comunistas”, demonstrando que realizavam um serviço de “utilidade pública” em prol da “democracia”, no entanto, modificaram-se à medida que se imbricaram na estrutura repressiva.

A reportagem supracitada na revista *O Cruzeiro*, apresenta alguns nomes relacionados ao CCC, mais especificadamente trinta e dois deles com destaque para pequenos históricos referentes, que mais exaltam os seus membros do que realmente expõe a crueldade dos seus atos. Segundo Lopes (2014, p.52):

A atuação do CCC e de outras organizações similares ainda é a seara da investigação pouco explorada, se inserida em um debate historiográfico mais amplo sobre o período. A necessidade de estudar o terrorismo perpetrado por organizações paramilitares é imprescindível para compreender o processo de fechamento ditatorial do regime civil-militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985. Antes que as próprias forças armadas e as instituições jurídicas oficializassem a repressão-formalizada em cargos oficiais de segurança, organizações paramilitares atuavam desde antes do golpe de 1964.

O surgimento do MAC remonta ao final do ano de 1961 e foi “o primeiro grupo a aparecer, organizado na caudal de protestos provocados pelo reatamento de relações diplomáticas com a União das repúblicas Socialistas Soviéticas [...]” (MOTTA, 2020, p. 178). A sua aparição foi marcada por ações de pichação no âmbito público com *slogans* de cunho anticomunistas. As pichações pareciam inofensivas, porém, de acordo com Motta (2020, p. 178), elas “revelavam a disposição violenta do grupo[...]” em relação aos “comunistas”. No ano de 1962, o MAC passou a empreender ações mais violentas como metralhar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e jogar uma bomba em um escritório do jornal *Última Hora*²⁵³. Mais tarde, a sua participação acabou por vincular-se ao CCC, demonstrando uma relação forte entre os seus integrantes que não somente compartilham das ideias anticomunistas, como agruparam-se para determinadas ações.

Sem os meios legais necessários para extinguir a UNE no momento imediato da ‘Revolução de 1964’, radicais da direita atearam fogo na sede nacional da entidade. Neste acontecimento, acusou-se a ação conjunta do Movimento Anticomunista (MAC) e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Silenciaram-se estas organizações paramilitares, terroristas, à espera de uma derrota definitiva da esquerda estudantil sem suas entidades (LOPES, 2014, p31).

²⁵³ Motta, 2020.

Tanto o CCC quanto o MAC se inserem no “campo do terrorismo de direita” (MOTTA, 2020, p. 180). Juntamente com a FAC, estes grupos se constituíram no intuito de fazer frente ao crescimento das ideias comunistas no âmbito público. O CCC atuou diretamente no meio estudantil em 1966, embora tenha surgido nos preâmbulos do golpe de 1964. Os seus adversários eram os estudantes de esquerda aos quais buscavam combater. Depois de 1968, quando foram efetuadas prisões e o fichamento dos estudantes com “tendências” comunistas reunidos no “Congresso de Ibiúna”²⁵⁴, a situação se modificou para ambos os lados, os estudantes de esquerda e os integrantes do CCC assumiram outras posturas em relação aos seus confrontos.

Com o Ato Institucional nº 1 editado dias depois do Golpe de 1964, a UNE e demais entidades estudantis seriam postas na ilegalidade e substituídas por outras fundadas pelo regime civil-militar, medidas que, todavia, surtiriam pouco efeito desde o momento imediato do golpe. A esquerda estudantil, nos idos de 1966, reorganizava-se na clandestinidade, baseada em suas antigas entidades. Seus militantes reivindicavam uma reforma universitária que se contrapusesse ao Acordo MEC-USAID (entre o antigo Ministério da Educação e Cultura, e a United States Agency for International Development), acordo este que sistematizaria ao modo estadunidense a educação universitária brasileira; que supostamente ofereceria mais vagas aos alunos ingressantes no ensino superior, e que iria promover a modernização do sistema curricular em todas as áreas acadêmicas (LOPES, 2014, p. 31)

Para Lopes (2014), o CCC e as demais agremiações não passavam de “gangues” que agiam em nome do anticomunismo. Como tinham relações com pessoas ligadas ao governo dos militares, suas ações, ainda que permeadas por denúncias, tramitaram entre o combate direto no meio acadêmico, a exemplo do episódio da Maria Antônia, e a inserção de alguns membros na estrutura repressiva, como no caso de Raul Nogueira e Otávio Gonçalves Moreira Júnior²⁵⁵. Ele apresenta o conceito de “gangues” para definir

²⁵⁴ Trata-se da realização clandestina do 30º Congresso da UNE. A reunião aconteceu no sítio Murundu em Ibiúna, a 70 km de São Paulo, que recebeu cerca de mil estudantes de diversas partes do país. No dia 12 de outubro, cerca de 400 policiais invadiram o local reprimindo e prendendo os estudantes com base na Lei de Segurança Nacional. Os líderes foram encaminhados ao Deops/SP e os demais ao Presídio Tiradentes, onde foram fichados. Informação disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/sitio-de-ibiuna/>. Acesso em 2 de abr. 2023.

²⁵⁵ De acordo com o *site* do Museu das Vítimas do Comunismo, Moreira Júnio teria sido morto por integrantes da esquerda revolucionária como forma de justiça. Disponível em: <http://museuvitimasdoscomunistas.com.br/salao/ver/assassinato-de-octavio-moreira-junior-outras-vitimas-em-1973>. Acesso em: 06 abr. 2023. Segundo o Memorial da Resistência: ele era delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e posteriormente no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército. Foi morto no Rio de Janeiro em 1972. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura,

estes grupos paramilitares de extrema-direita, a partir da “definição e análise do crítico literário Anatol Rosenfeld para o conceito de cultura de gangues, que cabe adequadamente para uma elucidação sobre a possível estrutura organizacional, plano hierárquico e relações de poder inerentes ao grupo” (LOPES,2014, p. 33).

Na Argentina, assim como no Brasil, alguns grupos de extrema-direita se mobilizaram contra os “comunistas” e empreenderam ações violentas contra aqueles indivíduos considerados inimigos da nação, como a *Alianza Argentina Anticomunista*, ou a *Triple A*. Ela foi o principal grupo paramilitar que se envolveu diretamente com o sequestro, a tortura e o assassinato de opositores do regime, além de agir em conjunto com a estrutura repressiva nos CCDs.

La Triple A surgió en el marco de la “depuración ideológica” del peronismo, detonada por el asesinato de José Ignacio Rucci el 25 de septiembre y cuyas directivas fueron plasmadas en el Documento Reservado del 1 de octubre. La concordancia temporal se prestó para que sectores de la izquierda peronista postularan que la Triple A nació con el propósito de purgar al movimiento. Sin embargo, la organización demostró una lógica represiva superior respecto a los sujetos a violentar, compuestos por las disidencias políticas en general y no solo por el “enemigo interno” del movimiento peronista. Basta recordar que la primera acción que reivindicó fue el atentado contra el senador radical Hipólito Solari Yrigoyen el 21 de noviembre. En sus primeros meses de existencia, la Triple A giró en torno a la custodia del ministerio y de López Rega, un aproximado de treinta policías federales en activo o retirados. Entre ellos destacaron Juan Ramón Morales, Rodolfo Almirón, Miguel Ángel Rovira, Jorge Rivero y Edwin Duncan Farquharson. Estos individuos se conocieron en la década de 1960, cuando conformaron la “Brigada Trágica”, asociación criminal dedicada al contrabando y la extorsión en Capital Federal y el conurbano bonaerense (LA TORRE, 2020, p. 166).

Ela contava com centros clandestinos de tortura e desaparecimento de pessoas e uma considerável experiência em empreender a violência contra os grupos de esquerda armada. De acordo com Servetto (2008, p. 445), a organização contava com fundos e armamentos do *Ministerio de Bienestar Social*, e:

Lo integraban oficiales de las Fuerzas Armadas y policías en actividad, ex policías dados de baja por antecedentes delictivos, delincuentes de frondoso pasado, matones sindicales, miembros de la Juventud Sindical Peronista y de la Juventud Peronista de la República Argentina.

execução e ocultação de cadáver. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/otavio-goncalves-moreira-junior/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

Esta organização paraestatal tomou forma em um momento de divisão do movimento peronista, quando uma parcela dos peronistas se voltavam para as ideologias marxistas, pensando “que la única forma posible de producir el cambio era a través de la revolución” (SERVETTO, 2008, p. 443). Isto provocou um intenso conflito em relação aos preceitos ligados ao peronismo tradicional, mobilizado pela figura do líder Juan Perón. Mas esta questão estava vinculada a eventos que ocorreram entre os anos sessenta e a ditadura argentina em 1976, onde todo “ello sumó algo a una historia que ya tenía dos elementos intrínsecamente conflictivos; la resistencia del peronismo proscrito, establecido en 1955 y, la dictadura del Gobierno de la Revolución Argentina, instalado con el golpe de Estado em 1966 (SERVETTO, 2008, p. 443).

A *Triple A* caracterizou-se como um esquadrão paraestatal que agiu dentro das estruturas do regime ditatorial argentino. A organização listava nomes de indivíduos fadados à morte, produzia atentados à bomba, promovia execuções coletivas, além de mutilação e abandono de cadáveres, dentre outras formas de violência. De acordo com La Torre (2020, p. 162):

En el marco de la Guerra Fría en América Latina y Argentina, los escuadrones fueron fuerzas clandestinas que se constituyeron mayoritariamente con policías y militares adoctrinados en la contrainsurgencia y que se caracterizaron por utilizar métodos coercitivos ilegales que destacaron por una crueldad expuesta al público con la intención de que la visibilidad del terror disciplinara a opositores y a la sociedad en general [...]. En el peronismo de los setenta, los escuadrones adquirieron relevancia en la represión a consecuencia de la modificación de la estrategia contrainsurgente de Perón a principios de 1974. Inicialmente, el presidente planteó un esquema represivo diferencial. Por un lado, la ‘depuración ideológica’ del peronismo, desatada a finales de 1973 para contrarrestar la “infiltración marxista” apelando a las estructuras del propio movimiento en la ejecución de la purga sobre la izquierda peronista; por otro lado, el combate a la guerrilla haciendo uso de la fuerza policial.

Entretanto, para além da participação militar ou de movimentos sindicais peronistas, civis de setores da sociedade tiveram uma participação significativa tanto pelo arrecadamento e administração de recursos destinados a *Triple A*, como irradiadores ideológicos do peronismo de direita. Eles serviram como apoio aos quadros violentos da organização, para tarefas de colaboração repressiva e trabalhos burocráticos de suma importância para a manutenção do funcionamento dela.

Os meios de comunicação argentinos, anos antes e durante a ditadura, pouco falavam da *Triple A* e das suas ligações com o Estado argentino, ou mesmo com o líder

Perón. Supostamente era uma forma de manter a figura do líder fora dos holofotes públicos. Ao final do governo de Perón, um período bastante delicado, a “complejidad operativa de la Triple A coincidió con la maduración del aparato represivo paraestatal y su extensión por el territorio argentino entre 1974 y 1975” (LA TORRE, 2020).

Todavía, o periódico *La Opinion* ressaltou a existência da “violência de direita”, em contraposição às divulgações referentes aos atos advindos da “esquerda”, pois conforme Franco (2012, p.216):

[...] fue el único medio entre los analizados que sistemáticamente incluyó en la cobertura informativa las voces de denuncia de ese fenómeno, hasta transformarse en su marca característica desde fines de 1973. Para el periódico esto incluía ‘comandos parapoliciales’, ‘bandas fascistas’, ‘escuadrones de la muerte’ y grupos de choque sindicales, lo que inscribía en una tradición crítica de la violencia represiva presente desde el origen del matutino.

A autora revela que o periódico de Jacobo Timerman destacava que estes grupos tinham ligações com o aparato estatal, além de advertir que “una escalada de ‘violência terrorista’ como la que representaban las acciones de la Triple A podía llevar a la ‘Ley de la Selva’ que Perón quería evitar. De esta manera, la separación entre Perón y la Triple A era taxativa (FRANCO, 2012, p. 216-217).

Como represália, as dependências do periódico sofreram com vários atentados e Timerman acabou sendo preso e torturado. Apesar do periódico ser alvo de ataques da *Triple A*, não podemos deixar de enfatizar a origem judaica de Timerman. Ele denunciou as práticas antissemitas nos CCDs enquanto esteve detido, afirmando que constantemente era chamado pejorativamente de “judeu”.

O desmantelamento da *Triple A* como organização foi impulsionado pela saída de Lopes Rega, seu principal articulador, da Argentina. Com a ausência de Rega, o *Ministerio de Bienestar Social* sofreu uma desarticulação em agosto de 1975. Esta situação deu início ao desmantelamento da organização, visto que na iminência da tomada de poder pelos militares, seria imperativo desvincular as ações da *Triple A* com o aparato estatal e as Forças Armadas.

A implementação da ditadura como um projeto de reconstrução nacional não previa levar consigo as referências da violência paraestatal da organização, ainda mais vinculada às forças militares. Entretanto, de acordo com La Torre (2020, p. 179):

La desintegración de la Triple A no significó el fin de la participación de sus elementos en la represión ilegal. El Ejército los involucró en operativos clandestinos que fueron coordinados por los cuerpos y servicios de inteligencia del arma en la Provincia de Buenos Aires. Varios testimonios señalan que el capitán Mohamed Alí Seineldín era un nexo importante entre el Ejército y la extinta Triple A, reuniendo a varios policías en la guarnición de Campo de Mayo para identificar blancos a reprimir. El Batallón de Inteligencia 601 también recurrió a esta mano de obra. Orestes Vaello, suboficial del batallón, declaró a la CONADEP que, a finales de 1975, la superioridad le encargó una serie de crímenes políticos, que perpetró con exintegrantes de la Triple A y la CNU, entre ellos el asesinato del cura villero José Tedeschi en febrero de 1976.

Desta maneira, Brasil e Argentina contaram com a participação de grupos, agrupamentos e organizações paraestatais que se articularam em ações violentas e repressivas antes e durante a implementação das suas ditaduras em 1964 e 1976. Muito embora estes agrupamentos e organizações tenham se formado de maneira distinta, eles tinham como objetivo em comum a erradicação do “comunismo”. Se o CCC surgiu para fazer frente ao comunismo estudantil no meio acadêmico e daí seguiram para o aparato repressor brasileiro, a *Triple A* teve como finalidade primeira o controle do movimento peronista frente ao peronismo revolucionário, e também acabou por atuar efetivamente na repressão do regime argentino.

O CCC aparece no ambiente de determinados cursos em duas universidades específicas, cujo caráter era manter suas próprias posições sociais. A organização tinha braços em várias cidades brasileiras, mesmo que não seja possível estabelecer o nível de controle dos seus fundadores sobre os demais comandos espalhados pelo território nacional (LIMA, 2021). De acordo com Lima (2021, p.12), o CCC “se tornou uma ideia para além de um grupo, uma sigla em torno da qual congregaram muitas pessoas [adeptas] de um ideal anticomunista, autoritário e violento”.

A *Triple A* se organiza com indivíduos um tanto distintos, mas específicos como do exército e da polícia, além de sujeitos dos meios marginais.

Para la Triple A, resulta claro que buscó fortalecer su capacidad operativa, de inteligencia y extender su margen territorial de actuación. Para sus contrapartes, los intereses fueron más variados. En los casos analizados se observa que la policía bonaerense armonizó con la federal en encausar la ‘guerra’ contra la ‘subversión’ a través de la paraestatalidad, consecuencia del repudio de las fuerzas de seguridad hacia el estado de derecho (LA TORRE, 2020, p 188).

O imperativo aqui não reside em uma análise comparativa, mas demonstrar que agrupamentos e organizações de cunho militar estiveram presentes nas movimentações que proporcionaram a tomada de poder tanto no Brasil quanto na Argentina e da sua manutenção pautadas por um:

[...] adensamento da crise institucional - marcada por enfrentamento entre grupos armados da extrema-esquerda e da extrema-direita -, permitiu que os comandantes das Forças Armadas, com amplo apoio da população interessada em reestabelecer a ordem, capitaneassem mais um golpe de Estado (FAGUNDES, 2013, p.10).

O excerto acima não exemplifica somente o contexto argentino, mas também o brasileiro, onde a violência e as ações que se desenrolaram à margem das leis nos preâmbulos dos golpes foram fatores essenciais para educar a população em relação ao combate do comunismo e no controle das instituições de modo autoritário. Estes agrupamentos e organizações, juntamente com grupos menos expressivos, articularam as bases para a implementação das ditaduras brasileira e argentina, no sentido de dar vazão a determinados setores sociais que comungavam com os ideários de extrema-direita em favor da manutenção de posições e privilégios em detrimento de outras mobilizações sociais. Assim, eles assumiram uma missão restauradora da ordem nestes países por vias marginais, fomentando a desordem e o medo entre a população através de uma desenfreada violência.

4 APONTAMENTOS SOBRE AS RECONSTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS DIANTE DAS REPARAÇÕES REFERENTES AO “INIMIGO ESTRANGEIRO”

*Já faz tempo eu vi você na rua
Cabelo ao vento
Gente jovem reunida
Na parede da memória
Essa lembrança
É o quadro que mais dói...²⁵⁶*

As reparações dos crimes de lesa humanidade praticados durante as ditaduras brasileira e argentina estão constantemente em debate. No Brasil, formas punitivas de militares, agentes, cúmplices e tantos outros setores a serviço das metodologias repressivas aplicadas aos opositores não ocorreram como se esperavam. Todavia, as de cunho financeiro puderam ser contempladas a partir de processos direcionados ou específicos. Devido ao longo período em que o regime brasileiro permaneceu no poder, as possibilidades destas reparações se alongaram por demais. Visto que, nos vinte e um anos de ditadura, o governo dos militares obteve tempo suficiente para organizar um lento processo de abertura política, quando não mais tinha em ação a sua principal razão de ser: as ações subversivas do “inimigo interno”.

Na Argentina, os caminhos que levaram a possíveis reparações dos crimes cometidos ilegalmente pelos militares aconteceram de forma diversa ao caso brasileiro. As constantes manifestações públicas advindas das *Madre de Plaza de Mayo*, ainda durante o processo ditatorial, movimentou a sociedade diante da ferocidade com que a ditadura eliminou e descartou oponentes em tão curto espaço de tempo. Levando em conta o número de pessoas atingidas pela repressão argentina e a adesão de uma parcela considerável da população que apoiou essas mobilizações, pode explicar a maneira mais rápida e objetiva que a justiça teve para punir os militares que cometeram crimes durante a ditadura.

Muchas fueran las luchas en torno de la memoria, de la reconstrucción histórica y de la recuperación de documentos, algunas de las cuales aún están siendo trabadas, como demuestran los juicios en curso en Argentina. En tal sentido, es posible observar cómo el oficio de historiar se involucra, casi inexorablemente, con imperativos políticos y lo difícil que es lidiar con lo subjetivo, el que, si bien está contenido en todo este proceso, aquí alcanza grandes y profundas magnitudes, ya que las

²⁵⁶ Como nossos pais, Antonio Belchior

dictaduras han afectado de modo substantivo generaciones enteras, directa o indirectamente, las que fueron relevándose en la posta para sacar a la luz hechos en proporciones nunca antes vistas, lo que dificilmente se pueda repetir (RAMÍREZ, 2017, p. 386).

O *Juicio de las Juntas*, processo judicial realizado na Argentina contra membros das três juntas militares em razão das graves violações dos direitos humanos, movimentou-se durante o governo de Raúl Alfonsín nos tribunais civis entre abril e novembro de 1985. As *Juntas* julgaram e condenaram os responsáveis pelo sequestro, morte e desaparecimento de uma miríade de pessoas. Estes julgamentos fizeram parte da campanha à presidência de Alfonsín em 1983, e se confirmaram pouco mais de um ano após a sua posse na Casa Rosada. Segundo o *Ministerio de Justicia y Derechos Humanos* da Argentina:

Sobrevivientes, familiares de las víctimas del terrorismo de Estado y organismos de derechos humanos habían reclamado, desde la vuelta a la democracia, la condena de los crímenes de lesa humanidad y que sean jueces civiles los que juzgaran estos hechos. Sus declaraciones en el juicio resultaron definitivas para condenar a los ex jerarcas del régimen que mató y desapareció a 30 mil argentinos y argentinas²⁵⁷.

No Brasil, algumas manifestações relacionadas à revisão da Lei de Anistia, de 1979, consideraram as poucas possibilidades para levar à julgamento os responsáveis pela prisão, tortura, morte e desaparecimento de oponentes do regime, fato que não se efetivou por inúmeras razões. Contudo, algumas ações puderam surgir em termos de reparações, como processos específicos movidos por vítimas da repressão. Caso da família Telles, onde César, Amélia e os dois filhos pequenos do casal sofreram abusos de violência nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Além do casal e dos filhos, a irmã de Amélia, Criméia integrante do PC do B no Araguaia, sofreu com a tortura enquanto estava grávida. O caso chamou a atenção da opinião pública por tratar-se de um único grupo familiar que sofreu a violência de Estado pelas mãos de um mesmo responsável.

Neste caso, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, na época major, foi condenado em segunda instância pela justiça paulista como torturador dos Telles. Situações como esta foram únicas em relação à condenação de militares, agentes, delegados e outros envolvidos com as graves violações de direitos humanos durante o

²⁵⁷ Sobre o *Juicio de las Juntas* quando completou 36 anos da sentença. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/juicio-las-juntas-la-primera-condena-al-terrorismo-de-estado>. Acesso em: 7 abr. 2023.

regime brasileiro. Porém, trouxeram àqueles que ansiavam por uma forma de justiça, ainda que tardia, um lampejo de esperança em relação à punição dos crimes cometidos pelo aparato repressivo. O Estado brasileiro já havia sido condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), pela repressão e desaparecimento de militantes do PC do B na região do Araguaia, fato que não repercutiu como se esperava.

Apesar de não ter sido condenado a penas longas, o fato de Ustra ser juridicamente considerado um torturador, mesmo dentro de um processo falho de justiça em relação aos crimes da ditadura, pode ser considerado uma vitória diante do vasto campo de impunidade do período cujas irregularidades ficaram nas sombras da Lei de Anistia, gestada pelos próprios militares e aprovada pelo Superior Tribunal Federal. Se, porventura, ocorresse uma revisão desta lei, que previu uma anistia ampla, geral e irrestrita, inúmeros processos seriam levados a termo por vítimas e familiares de vítimas.

A busca pela reparação dos crimes cometidos pelos regimes brasileiro e argentino tomaram rumos distintos. Embora a Argentina tenha condenado seus militares ditadores, o destino de muitos desaparecidos ainda são um obstáculo a se vencer. O caso do desaparecimento dos filhos de mulheres que estavam grávidas quando foram detidas ou de crianças sequestradas junto com os pais e que desapareceram, alcançou um resultado favorável através da movimentação incansável das *madres*, e depois das *abuelas* da *Plaza de Mayo*. Além do *Juicio de las Juntas*, criou-se um banco de DNA para a localização destas crianças sequestradas ou desaparecidas. Entretanto, muitas famílias ainda aguardam explicações referentes ao paradeiro de seus entes sem obter resultados concretos.

Nesta busca por ações jurídicas, manifestações e movimentos advindos de grupos ou de famílias das vítimas, outras formas de reparação serviram a fins para a reconstrução dos fatos, os acontecimentos referentes ao contexto histórico das ditaduras e o esclarecimento dos seus mecanismos de repressão, além da própria estruturação e combate contra o “inimigo interno”. Dentre elas, podemos citar as narrativas pessoais através da literatura, a maioria autobiográficas, ou mesmo, a efetivação de ações afirmativas destinadas ao meio social para a reconstrução das memórias referentes àqueles que sucumbiram à violência dos regimes brasileiro e argentino.

Dito isto, abordaremos algumas destas formas de reparação, seja no campo jurídico ou no social, a fim de desvelar os sujeitos como protagonistas de seu tempo, indo além de uma imagem pré-estabelecida e estanque edificada com base nos seus

envolvimentos com o meio estudantil ou com as esquerdas revolucionárias e armadas, onde estes sujeitos acabaram por se caracterizar como elementos “terroristas”. Para tanto, no campo social, destacamos a literatura, as artes, as memórias pessoais e coletivas para compreender os sujeitos em seu tempo, pensando na “representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação de imagens (RICOEUR, 2014, p.170). No campo jurídico, trouxemos um processo movido no exterior por familiares de militantes mortos ou desaparecidos com base na dupla-cidadania que alguns portavam.

Passadas décadas em relação aos acontecimentos que provocaram a morte de Benetazzo, os desaparecimentos de Viñas Gigli, Campiglia e Rus e “os exílios” de Sirkis, distintas formas de reconstrução relativas às suas memórias acabaram por desvelar os sujeitos como eram atores sociais em seus meios. Embora o nosso recorte temporal esteja alinhado com um período que vai de 1964 a 1985, não podemos deixar de relevar as reconstruções memorialísticas e as múltiplas reparações que se desenrolaram pelas décadas seguintes após o término dos regimes, resultantes de uma não reconciliação com o passado recente do Brasil e como continuidade para os processos na Argentina, sejam eles movidos por familiares ou por entidades a fins, mas que ainda esperam esclarecimentos sobre os acontecimentos passados.

4.1 O Brasil e a reconstrução das memórias sobre o “inimigo terrorista estrangeiro”

No campo das memórias, a reconstrução de um passado recente perpassa as variadas expressões ligadas à literatura e às artes visuais. Como perceber o sujeito em seu tempo sem lhe atribuir a sua face social? Diante deste questionamento buscamos ressaltar determinadas reconstruções no campo das memórias, seja através da produção literária de Alfredo Sirkis ou da artística de Antônio Benetazzo, pensando nos sujeitos para além da imagem construída do “revolucionário”, “subversivo” e “terrorista”, a fim de evidenciar estes sujeitos e suas múltiplas faces sociais.

No caso de Sirkis, a literatura se apresentou como um meio de expressão para narrar os acontecimentos do período vivido intensamente por ele no envolvimento com a esquerda brasileira. Dentre a sua produção literária estão os livros “Os Carbonários” e “Roleta Chilena”. Narrativas que percorrem as suas experiências no meio estudantil, na luta armada e no exílio no Chile, além das relações com os pais imigrantes. A disposição dos fatos descritos por ele sob uma ótica muito particular nos possibilita um vislumbre

das rotinas e do perfil adolescente frente às ações dos grupos clandestinos principalmente na VPR, organização no qual militou.

Sirkis não enfrentou prisão ou tortura, contudo, presenciou uma proximidade desta situação através de muitos companheiros da sua organização que caíram nas mãos da repressão. A sua narrativa despojada de rigores acadêmicos constrói uma década de dissabores com vivências um tanto “aventurescas”. Segundo Silva (2010, p.60), “Os Carbonários” foi “escrito no embalo de leituras e autores convencionalmente denominados malditos e contraculturais [...], o que caracteriza uma influência cultural do período”. O “estilo literário livre” (SILVA, 2010) de Sirkis não ofusca detalhes do seu protagonismo juvenil diante das tipologias que envolveram as ações promovidas pela esquerda revolucionária e ainda, faz emergir o ponto de vista de um jovem adolescente em suas mudanças rumo ao amadurecimento.

Com relação a Antonio Benetazzo, o Instituto Wladimir Herzog apoiou uma exposição que contou com trabalhos de sua autoria, parte de uma significativa produção de desenhos e pinturas realizados por ele nos anos sessenta e setenta. Considerados com certo teor artístico décadas depois da sua morte, a exposição proporcionou a reunião de parte destes trabalhos que foram realizados em paralelo ao período da sua militância política. Mesmo com atribuições que ocupavam Benetazzo, ele manteve o hábito de reproduzir suas impressões por meio das artes visuais. Muitos destes trabalhos foram devidamente guardados por parentes e amigos próximos a ele, que de certa maneira salvaguardaram sua memória como um tipo de “recordação”, através de fortes laços com pessoas do seu convívio, seja família ou amigos.

A fim de apresentar à sociedade o homem além do guerrilheiro militante, no ano de 2014, e sob uma curadoria, estes trabalhos espalhados carinhosamente por casas fraternas e amigas contou com uma seleção que culminou na exposição “Permanências do Sensível”. Esta exposição possibilitou a reconstrução das memórias acerca deste “estrangeiro” italiano que sucumbiu à ditadura precocemente, mostra organizada pela família e amigos que conviveram com ele em diferentes momentos da sua vida íntima, acadêmica e laboral.

Antonio Benetazzo faleceu sem ver seus trabalhos expostos em um espaço de visitação e apreciação pública. Não que isso seja uma certeza se tivesse sobrevivido ao regime, mas uma hipótese plausível, já que transitou pelo universo cultural e artístico mesmo antes de aderir à militância política. Não somente através da expressão gráfica, como também no meio cinematográfico. O caso de Alfredo Sirkis foi diferente, pois

sobreviveu à ditadura, retornando ao Brasil em 1979 a partir da promulgação da Lei de Anistia, construindo uma carreira sólida na política e como ambientalista em entidades públicas e privadas no Rio de Janeiro.

A literatura de Sirkis parte justamente das suas experiências juvenis com o meio estudantil em ebulição nos anos sessenta e os seus desafios. O espaço das discussões políticas travada entre estudantes secundaristas, delineou o futuro de muitos destes jovens nas organizações clandestinas de esquerda revolucionárias. O papel que assumiram diante do reacionarismo e das problemáticas sociais de um Brasil desigual, esteve permeado pelas suas formações anteriores, seja nas escolas ou nas universidades. O que também propiciou as suas escolhas acadêmicas e profissionais após os anos de militância, ou durante o exílio, no caso daqueles que foram banidos ou decidiram sair do país.

Os desenhos e pinturas de Benetazzo desvelam a efervescência cultural nos meios acadêmicos daquelas pessoas que circulavam no meio cultural. Quando ingressou no curso superior de arquitetura, Benetazzo, além de estudante, precisou trabalhar para manter-se financeiramente. Foi professor em algumas instituições de ensino, lugares em que conviveu com as pessoas que guardaram muitos dos seus trabalhos que acabaram por compor a exposição em 2014. Esta dupla jornada, laboral e estudantil, denota que a sua situação não era a mesma de Sirkis, cuja família empenhou suas expectativas matriculando-o em renomados colégios, mesmo que públicos, como no caso do CAP.

Apesar de não ter se dedicado exclusivamente ao aperfeiçoamento no âmbito das artes, Benetazzo pôde, através dos seus trabalhos amadores, exprimir o universo em que orbitava, atribuindo singular valor a pontos importantes da sua própria militância política e da situação social ao qual estava ligado. Assim, o menino imigrante que deixou a Itália devastada pela guerra tornou-se um adulto preocupado com as “coisas” ao seu redor. Sensível e perceptível, deixou o seu lado artístico e intelectual em segundo plano para dedicar-se a uma causa que provavelmente julgou ser mais relevante que seu próprio universo particular.

4.1.1 A literatura testemunho de Alfredo Sirkis: relatos de um “carbonário”

A vida de Alfredo Sirkis foi intensa no que diz respeito à atuação política e profissional. Ainda no exílio chileno, ele atuou como jornalista correspondente do *Liberation*. De retorno ao Brasil, seguiu como escritor, jornalista das revistas *Isto é* e *Veja*, além de colaborar com outros jornais e semanários, bem como foi roteirista da *TV Globo*.

Tornou-se um militante da causa ambientalista, tendo realizado inúmeras ações neste âmbito. Em 1986, participou da fundação do Partido Verde (PV), juntamente com outras pessoas, elegendo-se vereador pelo partido, cargo que ocupou por quatro mandatos consecutivos. Candidatou-se à Presidência da República pelo PV nas eleições de 1989. No Rio de Janeiro foi secretário de meio ambiente de 1993 a 1996 e secretário municipal de urbanismo, secretário executivo da Fundação Onda Azul em 1997 e presidente do Instituto Pereira Passos, de 2001 a 2006, ambas com sede na cidade carioca. Em 2013, deixou o PV por divergências com as lideranças e filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), mantendo-se até sua morte em 2020.

Poderíamos discorrer sobre as múltiplas atuações de Sirkis, que vão muito além do que destacamos acima, contudo, nossa atenção reside na sua produção literária relacionada ao período da ditadura brasileira. Mais especificadamente, o livro “Os Carbonários”, onde o autor nos conduz por entre suas memórias que partem do envolvimento no colégio com o movimento estudantil, que, “embora bastante desarticulado, começa a conviver também com uma retomada gradual da influência da esquerda” (VALLE, 2008, p. 33). Seguindo pelos caminhos que o levaram à VPR, organização à qual ingressou na juventude e, por fim, sobre o exílio forçado.

O militante Sirkis, de codinome “Felipe” da Vanguarda Popular Revolucionária, “desbudou”²⁵⁸ no início dos anos 1970 em razão do desmantelamento da organização pelos órgãos de repressão. Partiu para o exílio no Chile levando consigo uma carta do capitão Carlos Lamarca²⁵⁹, seu superior dentro da organização e um conhecido “inimigo” da repressão. Com isso, sobreviveu para testemunhar as suas experiências dentro do movimento estudantil e depois como integrante da VPR, tomando a literatura como forma de expressar as experiências e sentimentos durante a ditadura brasileira de 1964 e sobre o exílio forçado que se iniciou no Chile, Argentina e depois Portugal.

A literatura de Sirkis se enquadra em uma tipologia denominada por Silva (2010, p. 51) como “literatura de testemunho”, cuja escrita apresenta uma linguagem livre e muito pessoal, mesmo quando se refere aos momentos críticos da nossa história recente.

²⁵⁸ Segundo Sirkis, a VPR estava em crise. Ela não possuía locais para os militantes se esconderem e manter a sua situação de “luta”, pois a repressão era intensa, ocorriam muitas prisões de militantes e os que restavam se encontravam desvinculados das estruturas operacionais.

²⁵⁹ Segundo Sirkis, ele levou uma carta que Carlos Lamarca lhe escreveu, juntamente com outros documentos que foram escondidos na bagagem, motivo de preocupação quando passava pela revista no aeroporto antes do embarque para o Chile, via Argentina. No livro “Os carbonários”, ele afirma que recebeu esta carta após um encontro em um “ponto” com os companheiros “Stuart” (Stuart Angel Jones) e “Muniz” (Carlos Alberto Muniz) no bairro da Tijuca, além de alguns contatos que poderiam dar apoio em Santiago do Chile.

Não que essa característica destitua os eventos presenciados e vivenciados por ele, pelo contrário, é o seu olhar sobre os eventos que nos apresenta a face do jovem idealista dos anos sessenta em suas particularidades e protagonismos. A narrativa-testemunho de Sirkis, advém de:

Um narrador adolescente, no tempo das passeatas, que vai construindo suas percepções sobre os sujeitos sociais, as alterações de espaço, de política – alterações objetivas que se confundem com a subjetividade de alguém tão jovem. Um narrador que tenta ser muito sincero e cujo autor se vale do uso de um estilo literário livre, mais despojado, em que romances escritos como um repertório do cotidiano pessoal, um inventário de fatos e situações, sem grandes ostentações e inventividades formalistas é aceitável (SILVA, 2010, p. 60).

O livro “Os carbonários”, editado nos anos oitenta, parte do envolvimento de Sirkis com o movimento estudantil em 1966 até a partida para o exílio no Chile. Em formato de narrativa autobiográfica, esta forma de testemunho reconstrói os passos do autor, os motivos que levaram a envolver-se com um dos grupos revolucionários de esquerda de maior expressão, das relações pessoais com amigos, militantes e familiares, as discussões ideológicas, a perda dos companheiros de organização, as frustrações com a luta armada, entre outras coisas. Assim, através dela, adentramos um universo de impressões frente aos acontecimentos que este jovem militante vivenciou.

As memórias dos autores, reelaboradas literariamente em seus romances, depoimentos e ficções políticas, bem como a recepção à publicação das mesmas, são a porta de entrada privilegiada para se analisar um período de extrema importância para a vida política e social brasileira, em âmbito mais geral. No particular elas permitem observar o itinerário político e cultural de uma fração geracional específica, que alçou a posição de vanguarda de um processo social dramático, entre o fim dos anos 1960 e 1970. E que ao final desta última década teve que se colocar em compasso com uma realidade estranha e com sujeitos sociais novos protagonizando interesses, por vezes diversos do que defendiam dez anos antes (SILVA, 2010, p. 67).

Em 1981, sua narrativa foi agraciada com o Prêmio Jabuti, cuja relevância destina-se em valorizar os autores e destacar obras literárias²⁶⁰. Sirkis começou a concebê-lo ao final de 1971, quando residia em Portugal, e a publicação ocorreu logo após o seu retorno ao país como anistiado político. O conteúdo relacionado às vivências cotidianas do

²⁶⁰ Sobre o histórico do Prêmio Jabuti, ver em: <https://www.premiojabuti.com.br/historia/>. Acesso em 08: mar. 2022.

protagonista, apresenta-se detalhado no que diz respeito aos episódios em que esteve envolvido, como a participação nos sequestros de dois cônsules estrangeiros. Todavia, ao mesmo tempo em que desvela acontecimentos, Sirkis deixa lacunas, principalmente quando se refere às relações familiares, abordando assuntos relativos de maneira um tanto generalizada.

Apesar da proposta desta literatura permear experiências com a militância política e o envolvimento com a luta armada, Sirkis não deixa de colocar as dinâmicas das relações entre ele e os seus progenitores, Eugenio (Herman) e Liliana, dois judeus-poloneses que sobreviveram à ocupação nazista e o predomínio do stalinismo na Polônia. Estas relações familiares oscilam entre um posicionamento de negação paterna em relação ao “comunismo” e o acolhimento materno, que, apesar dos rigores, é cercado por uma ligação afetiva intensa. A relação entre Sirkis e Liliana se faz muito presente em determinadas passagens do livro, principalmente no momento da sua partida para o exílio.

As dissonâncias familiares e o cenário político estão intrinsicamente ligadas às consequências da Segunda Guerra Mundial. No caso de Sirkis, o domínio soviético castigou seus pais que acabaram nesta situação diante do avanço dos nazistas nas suas localidades de origem. A escolha pela militância de esquerda e o fato de ser considerado um elemento “terrorista”, visto que seu rosto estampou os cartazes de procurados, afetaram o convívio familiar de certa maneira. Quando ele se refere ao pai, percebe-se um sentimento de carinho, ao mesmo tempo em que encobre uma mágoa não expressa com todas as suas letras.

Logo, é de se imaginar que as características do humanismo cético e apoliticismo, revelados por seu filho na imagem que montou dos pais, estão harmônicos, em certo sentido, com o período do pós-guerra do governo de Eurico Gaspar Dutra, marcado por uma aversão às ideias de esquerda (1945-1950) e reverberaram no estilo de educação passada para o filho (SILVA, 2010, p.59).

O choque entre estas duas gerações, uma que perdeu “tudo” mas pode reconquistar a estabilidade e a tranquilidade em outro lugar, e outra, que teve de “tudo” e declinou em nome de atitudes libertárias, orbitam em meio aos efeitos devastadores dos regimes totalitários e o desenrolar do processo autoritário brasileiro, onde ambos os casos convergiram para a violência. Se estes modelos afetaram uma miríade de pessoas em suas muitas etnias e nacionalidades, eles provocaram experiências distintas e modelaram indivíduos múltiplos em suas crenças e ideologias.

Conforme narra Sirkis, seu pai acabou por se converter em um anticomunista convicto após ter servido aos soviéticos durante a Segunda Guerra, mesmo tendo sobrevivido em razão disto. Pudera, a sua participação como combatente não teve nada a ver com idealismos ou nacionalismos, mas pontuou-se pela sobrevivência da guerra. Pela influência deste anticomunismo de Eugenio, Sirkis afirma ter tido todas as condições para posicionar-se como um “direitista”²⁶¹. Contudo, acabou por tornar-se um militante e “revolucionário”, sem se autodenominar um “esquerdista” de fato.

A partir de 65, tornou-se claro para mim que os militares, que haviam tomado o poder a pretexto de defender a democracia, estavam dispostos a continuar exercendo-o, sem consulta ao povo e afastando todos os líderes civis, inclusive Lacerda. Foi aí que começaram as minhas dúvidas e as minhas primeiras polêmicas com papai. Para ele, quanto mais autoritário fosse e quanto mais reprimisse tudo o que cheirava de perto ou de longe a esquerda, melhor o regime. Eu achava que, se o tal comunismo era sinônimo de falta de liberdade, não fazia nenhum sentido acabar com a liberdade e as eleições em nome do anticomunismo. Tinha essas ideias quando entrei no CAP (SIRKIS, 1998, p. 59).

Isto se deu, de acordo com o autor, depois que ingressou na conceituada instituição de ensino CAP para o regozijo do pai, que pouco tempo depois acabaria por mudar de opinião em relação ao colégio. De acordo com Sirkis:

[...] um ano depois, meu triunfal ingresso no liceu seria visto por ele como uma tragédia, uma cilada da vida, um erro a responder perante Deus. Por causa, até hoje acredita, daquele ‘maldito Colégio’, como diz, é que o seu filho rebelde, mas no fundo um bom menino e, em todo o caso, sadiamente direito, um belo dia trocou, no quarto, o retrato de John Fitzgerald Kennedy pelo Ernesto Che Guevara...”²⁶² (SIRKIS, 1998, p. 48-49).

Inicialmente, Sirkis se autodenominava um “lacerdista” convicto influenciado pelo anticomunismo do pai. Carlos Lacerda²⁶³ era um líder carismático que personificava

²⁶¹ Segundo ele próprio define em seu livro “Os Carbonários”.

²⁶² Mantivemos nas referências bibliográficas de Alfredo Sirkis, a grafia “Sirkis”, como está no livro “Os Carbonários”, a fim de manter a integridade do período em que foi escrito.

²⁶³ Em 31 de março de 1964 foi deflagrado o movimento político-militar que derrubou o presidente Goulart. No dia 8 de abril, Lacerda participou de uma reunião com Costa e Silva em que se decidiu o apoio à candidatura do general Castelo Branco à presidência da República. Em maio seguiu para a Europa em viagem oficial para divulgar os objetivos do novo regime. Seu apoio ao governo Castelo Branco, todavia, durou pouco. Aliados das principais decisões políticas, Lacerda e seus adeptos da UDN foram se desligando progressivamente do projeto político-militar que por muitos anos haviam defendido. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda. Acesso em; 20 jan. 2022.

um “sentimento” generalizado anticomunista e da sua representação no imaginário popular naquele momento. Mas os poucos ele se viu assolado pelos idealismos juvenis em relação às desigualdades sociais e às estruturas que as proporcionavam. Com isso, a militância por um Brasil mais justo e socialista o atraiu, abandonando as suas antigas relações de amizade que não compactuavam com seus novos preceitos.

Até então o cotidiano juvenil de Sirkis incluía o convívio com os garotos do edifício onde residia no Flamengo, bairro do Rio de Janeiro. Mas, aos poucos, ele passou a classificar esta relação como “estéril, no seu consumismo barato, nos seus valores da malandragem ociosa, nas brigas de turma[...]” (SIRKIS, 1998, p. 59). No seu entender, não foi difícil rechaçar garotos que não lhe compreendiam mais, ou não lhe ofereciam um pertencimento de grupo diante das mudanças de posicionamento que ele estava assumindo.

Com o ingresso no CAp, cujos colegas eram intelectualmente superiores aos amigos do edifício, Sirkis se encontrou como grupo. Diferente dos garotos do edifício, os colegas do CAp abordavam assuntos e se envolviam em discussões mais densas que a vida “pequeno-burguesa” dos seus vizinhos “baby boomers”. Contudo, não foi o seu ingresso no colégio que proporcionou uma mudança de ponto de vista político, pois não somente estudantes de esquerda compunham o afamado Cap, como também colegas que não compartilhavam dos mesmos ideais. Ele os classificou como os “colegas de direita”, “antipáticos” e “fascistóides”, denunciantes dos “comunas”, indivíduos que afrontavam o seu “liberalismo”²⁶⁴.

Sirkis não se considerava um “esquerdista” de fato. Vimos que, de início, após constituir o novo círculo de amizade no CAp, ele se autointitula um “liberal” distanciando-se do rótulo “esquerdista”. Mas um determinado encanto que parece ter conquistado as suas atenções pela dinâmica moderna que o movimento estudantil apresentava – era o “movimentar das coisas novas” e das “pessoas atraentes”, universo até então desconhecido para ele. O desafio de pensar que um conjunto de ideias e ideais poderia modificar as estruturas vigentes e a grandeza de ser parte desta mudança tinha uma importância agregadora e única para um jovem adolescente de classe média em sua púbere rebeldia.

As mudanças provocadas no seu posicionamento estão inseridas nas movimentações que fizeram frente às determinações impostas pelo regime ditatorial.

²⁶⁴ Os Carbonários, p. 59.

Percebidas como antidemocráticas, impositivas e de cerceamento das liberdades de expressão, as ações do regime não agradaram o meio estudantil que queria atuar fortemente dentro das instituições estudantis. Os descontentamentos juvenis queriam participar efetivamente das possíveis mudanças no cenário social, político e econômico do Brasil em um primeiro momento, porém, assumiram outro caráter de luta com o decorrer do aparelhamento repressivo do Estado. Mas o meio estudantil também produziu um movimento de direita, composto de estudantes incessantemente atentos aos possíveis “comunistas” nos âmbitos educacionais, mirando não somente em colegas como em professores e profissionais inseridos neste campo. De acordo com Valle (2008, p. 33):

O ano de 1966 continuará sendo palco do avanço da repressão geral, pois logo em fevereiro é editado o novo Ato Institucional, o AI-3. O movimento estudantil é diretamente atingido pelo decreto Aragão, segundo o qual a UNE fica proibida também de funcionar como associação civil, proibição que se torna extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades. Este ano assistira também a emergência das manifestações de rua que, iniciadas em março, estender-se-ão até o mês de setembro. A atitude repressiva do governo diante das mesmas é justificada pelo presidente Castelo Branco, que vê nestes protestos ‘inspiração comunista’ e ‘alcance subversivo’: uma ‘ameaça à segurança interna’ na ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Uma grande parcela dos estudantes secundaristas e universitários partiu para as organizações de esquerda após o Congresso da UNE de 1968, quando a polícia prendeu os estudantes que participavam do evento na localidade de Ibiúna. Muitos deles constituíram a oposição armada contra a ditadura. Caso de Sirkis, que partiu para a clandestinidade para atuar junto à VPR de Lamarca, deixando de lado o tempo das pixações e das passeatas e seus gritos de “abaixo a ditadura”.

Embalado por leituras como “A história da riqueza do homem”, de Leo Huberman, e uma tentativa em compreender “O Capital” de Karl Marx, ele buscou entender a situação do país em que vivia.

A percepção do extremo grau de injustiça social vigente no Brasil só escapava a quem queria, a cego de não olhar pra ver. Mesmo morando na zona sul da grande metrópole, me dava conta, facilmente, da atrocidade miséria em volta. Aí estavam os morros, as favelas, as crianças mendigando. Conhecia os índices de mortalidade infantil, subnutrição, analfabetismo e moléstia das grandes multidões do povo brasileiro, à quais são negados os direitos humanos, a vida, a saúde, a educação. Essa realidade me atormentava havia muito tempo, mas até uns meses antes eu só conseguia explicá-la como consequência do

subdesenvolvimento. Quando o Brasil se desenvolvesse economicamente, aquelas sequelas desapareceriam, haveria pão para todos (SIRKIS, 1998, p.76).

A visão romantizada de que a situação do país se resumia em desenvolvimento econômico faz parte de um universo idealista muito comum entre aqueles que estão distanciados da falta de oportunidades por questões de cor, classe social e nível cultural. Muito embora a noção de que estas mazelas identificadas por Sirkis tenham fundamento na estrutura social do Brasil naquele momento, a solução da igualdade na questão do “pão para todos”, que viria através do desenvolvimento do país, apresenta a visão utópica idealista desta geração classe média alta que assumiu a “luta” em nome do povo, execrando a burguesia nacional que mantinha as desigualdades sociais.

A hegemonia (cultural, política, econômica), no interior da sociedade brasileira, nunca deixou de ser burguesa, pelo menos desde o final da Segunda Grande Guerra. Sempre foram dominantes as ideias, os ideais, os valores, a visão de mundo da burguesia brasileira, comprometida com o desenvolvimento nacional desigual e combinado. Essa classe vem exercendo sua hegemonia em todos os campos da vida, penetrante em todos os poros sociais, hegemonia que necessariamente se transforma junto com a trajetória do próprio capitalismo no Brasil. O golpe de 1964 é o marco da reorganização da hegemonia burguesa, para cuja manutenção não bastava mais o ideário populista (RIDENTI, 2010, p. 89).

Além de presenciar o transcorrer dos acontecimentos entre os anos 1964 e 1970, Sirkis foi um militante ativo. Ao deixar a casa dos pais e se aventurar pelos perigos que a clandestinidade apresentava, ele já havia concluído que era preciso assumir uma postura menos pequeno-burguesa, como assim se autodefinia, ou fazer a “opção de classe”. A saída da casa dos pais era necessária, pois, após o decreto do Ato Institucional de nº 5 (AI-5), os “agitadores” estudantis estavam visados pela repressão e assim eles não viam outra forma de manter suas ações oposicionistas além de pegar em armas e enfrentar a repressão da ditadura. Com isto ele acompanhou os ideais dos grupos de amigos aos quais se identificava.

Todavia, Lilitiana, a mãe, não via a situação com agrado, pois o filho não se matriculara no vestibular e muito menos pretendia ir para Paris a fim de realizar um curso de um mês pago por ela. Com esta decisão, vieram os descontentamentos não só maternos, como também paternos. Porém, Sirkis estava muito determinado a não ser mais aquele menino classe média em seu refúgio confortável e agradar a mãe não era uma prioridade, conforme ele afirma:

No dia seguinte, tive uma briga tremenda com minha mãe, que inclusive, já pagara parte do curso na Sorbonne. Gritos, choradeira - ‘Meu filho, não faça isso comigo!’ -, cena familiar típica. Eu, bolchevique até a medula, permaneci implacável. Não podia só pensar na minha mãe, tinha que pensar também nas mães da classe trabalhadora, em todas as outras mães (SIRKIS, 1998, p. 135).

A vida na clandestinidade contava com idas e vindas para a casa dos pais. Com um pé nos “aparelhos” e outro nas ações de politização do “povo”, Sirkis mantinha contato com a família. Por certo não ficava desamparado, mesmo diante da desaprovação dos pais. Neste ínterim, a militância passava da Comissão Secundarista ou Comando Secundarista (COSEC) para as amizades com a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Com o “racha”²⁶⁵ desta última, ele opta por ficar com a VPR, uma organização com “pessoal da pesada”²⁶⁶, e se mantém nela até sair do país. As ações empreendidas pela VPR contaram com a sua colaboração, pois ele sabia atirar bem e fazer bombas caseiras.

A decisão de largar a organização que estava se desmantelando não foi fácil, mas o medo de ser preso ou morto e principalmente a desilusão com a luta pelas almejadas mudanças para um Brasil mais justo contaram muito. A partida para o exílio deixou-o apreensivo. Segundo ele: “O voo atrasou duas horas e voltei para o Flamengo. Despedi-me de papai, que teve que ir ao trabalho. Fazia tempos que não nos falávamos, mas ele foi legal, me desejou boa sorte” (SIRKIS, 1988, p. 391).

É perceptível certo distanciamento na relação entre pai e filho. Pudera, as expectativas de Eugenio para com o único filho tinham se diluído pelas escolhas de Sirkis que abandonara o concurso para o vestibular, um curso na renomada *Sorbonne* e tudo mais que poderia ter sido. Mas isto é compreensível, pois para o pai era inconcebível ver seu filho literalmente descartar a estabilidade de vida burguesa para se tornar um “guerrilheiro” e, ainda pior, defender os ideais “comunistas” tão abertamente condenados por Eugenio.

Os momentos antes da sua partida, ainda na casa dos pais, são narrados por ele da seguinte maneira:

²⁶⁵ A VAR-Palmares se divide entre duas linhas: a militarista e aqueles que acreditavam no trabalho com as massas. Esta organização já havia surgido da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a VPR.

²⁶⁶ Integrantes mais militarizados e menos teóricos. Sirkis optou por este grupo por questões de simpatia e amizades, embora discordasse do caráter de ação militar assumido pela VPR que deixava de lado o trabalho operário e estudantil que até então era realizado pela organização.

Olhando o meu quarto velho de guerra, a cama onde cresci noite após noite, os mil e um objetos que ia deixar para trás. A névoa de fluidos familiares, neurótico-aconchegantes. O útero no 10º andar da barulhenta artéria do Flamengo. Sumira aquela sensação fulgurante, maravilhosa do sair-de-casa que antegozara, tantas vezes, nas últimas semanas. A emoção de ir se esconder do DOPS em nome de uma causa mais elevada. Trocar o conforto pequeno-burguês do lar pela misteriosa clandestinidade da luta junto ao povo. Fazer a minha ‘opção de classe’ sob a escalada da repressão. Mas o antegozo pleno de predisposições heroicas se escondera em algum canto perdido da mente, e sentia apenas o cansaço do dia, tenso e abafado (SIRKIS, 1998, p. 123).

Eugenio e Liliana Syrkis representaram papéis distintos para o filho jovem e revolucionário. Apesar dos suplícios da mãe e das desavenças familiares em razão das suas escolhas, percebemos uma proximidade entre ele e Liliana nos momentos da clandestinidade e na partida para o exílio. Dessa partida, sabemos pela sua narrativa que o seu voo atrasou algumas horas, assim, ele retornou para o apartamento dos pais no Flamengo e encontrou-se com Eugenio. Sirkis (1998, p. 391) se despediu do pai “que teve que ir ao trabalho. Fazia tempos que não nos falávamos, mas ele foi legal, me desejou boa sorte”. Liliana o acompanhou ao aeroporto. Sirkis descreve este momento sem grandes lamentos, sua narrativa racional não abre espaço para isso, mas, ao observar o seu entorno, ele procura uma última imagem familiar.

O avião ficou parado um tempão exasperante. Mas ao cabo de uns vinte minutos ligou as turbinas, enquanto a aeromoça explicava aos senhores passageiros como botar sobre o nariz e boca a máscara de oxigênio, em caso de despressurização. Pelo vidro duplo eu olhava o terraço do aeroporto. Havia um amontoado de gente acenando, e à esquerda, junto ao muro, mamãe. Estática, olho fixo no grande pássaro de prata que ia me levar ao exílio, naquele dia 5 de maio de 1971 (SIRKIS, 1998, p. 392).

O período em que viveu o exílio no Chile resultou em outra narrativa testemunho: o livro “Roleta Chilena”. Nele, Sirkis dá continuidade às suas vivências no exílio, iniciando pela chegada ao país como uma sequência do livro “Os carbonários”. Lá, ele permaneceu até ocorrer o golpe no governo de Salvador Allende e que mergulhou o país em outra ditadura violenta. Depois do golpe, ele se deslocou para a Argentina, país em que residiu por um determinado período. Acabou saindo de lá em razão do golpe militar argentino de 1976, indo para Portugal.

Sirkis retornou ao Brasil no ano de 1979 com a promulgação da Lei de Anistia, ampla, geral e irrestrita. Proveniente do continente europeu, ele desembarcou no Rio de Janeiro juntamente com outros exilados. A partir daí retomou a sua vida no lugar onde

nasceu, reunindo-se com a família, amigos, antigos companheiros. Escreveu outros livros de ficção, além das narrativas testemunho. Ajudou a fundar o Partido Verde (PV), foi deputado federal, jornalista em periódicos de expressão popular, roteirista televisivo e ativista ambiental. Satisfeito com o retorno, ele relata:

Voltei nove anos depois, num dia de sol. Rio quarenta graus. O computador me deu uma colher de chá, o tira devolveu passaporte e gozou: ‘Agora que tu vai ficar complexado, né, rapaz? Não damos mais bola pra ti’. Complexado pela prescrição oficial da minha ‘periculosidade’? Nem tanto. Me senti anistiado e feliz, até segunda ordem. Alfandega e tal. Do outro lado do vidro fumê do novo Galeão o comitê de boas-vindas e as famílias esperando Minc, Jonjoca, Guida e Julinha (duas portuguesinhas importadas) e a mim, chegados de Lisboa no DC-10 da Varig. Lá estava mamãe exultante, tia-avó Irene curvadinha nos oitenta, tia Janete e os amigos (SIRKIS, 1989, p. 37).

Através das narrativas testemunho de Sirkis acerca do passado recente, das experiências com a militância no meio estudantil, dos lugares, das pessoas, das relações familiares, da luta armada, dos companheiros e do exílio, ele nos coloca diante de uma memória sobre os acontecimentos relativos ao período da ditadura civil-militar brasileira, sob uma ótica muito particular. O seu protagonismo demonstra as posições e idealismos de uma geração específica. As suas “aventuras” juvenis perpassam as ações armadas contra a ditadura, os dissabores frente à perda de amigos e companheiros, discordâncias familiares em meio ao amadurecimento físico e emocional. Por não ter enfrentado o pior da repressão como a tortura ou a morte, tomar a literatura como forma de contar os fatos lhe proporcionou acrescentar além do seu protagonismo, a reconstrução dos eventos passados e dar nomes aos sujeitos em seu tempo.

Criado em um contexto familiar que reúne as lembranças de guerra e a superação dos traumas por meio da conquista de uma vida estável, Alfredo Sirkis acabou por tornar-se um homem múltiplo. Veio a falecer recentemente em decorrência de um acidente automobilístico²⁶⁷, no ano de 2020. Deixou a mãe Liliana, a esposa Ana, com quem compartilhava uma editora alternativa, e dois filhos. Sua morte foi noticiada por inúmeros meios de comunicação e pela comunidade polonesa. Lembrado não somente por ter sido um “terrorista subversivo”, mas pela sua trajetória como militante das causas ambientais, Sirkis não ficou aquém das suas perspectivas em construir um país melhor.

²⁶⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/10/alfredo-sirkis-escritor-e-ambientalista-morre-em-acidente-de-carro-no-rio.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

4.1.2 A “arte” de Antonio Benetazzo: o sujeito além do “inimigo interno”

O imigrante italiano “Benê” e sua família atravessaram o oceano e aportaram no Brasil em busca de melhores condições de vida. Com o passar dos anos, o menino imigrante cresceu, estudou, inseriu-se politicamente no cenário brasileiro dos anos sessenta, ao mesmo tempo em que se dedicou à produção de desenhos e pinturas. O olhar infantil sobre o cenário caótico da guerra no norte da Itália, o fez interiorizar sensações e impressões a partir das experiências vividas. Se a escolha em se opor a um regime com aspectos “fascistas” tem ou não relações com a infância no continente europeu durante e após a Segunda Guerra Mundial, é algo passível de discussões. Entretanto, não buscamos reduzir o universo pessoal deste indivíduo a uma simples conjectura de causa e efeito, pois Benetazzo, assim como outros tantos, foi protagonista no palco dos acontecimentos em um período bastante crítico da história brasileira recente.

Passados mais de quarenta anos da sua morte em decorrência da repressão da ditadura brasileira, a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, promoveu uma exposição apresentando trabalhos produzidos por Benetazzo entre os anos de 1964 e 1972. Denominada de “Permanências do Sensível”, a coletânea reuniu desenhos e pinturas para serem apreciados no Cento Cultural São Paulo em duas ocasiões, nos meses de abril e maio de 2016. No mesmo ano, em outubro e novembro respectivamente, a coletânea foi exposta no centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

A iniciativa em reunir os trabalhos de Benetazzo resultou de uma pesquisa sob a curadoria de Reinaldo Carneduto²⁶⁸. Ele coletou trabalhos que estavam guardados com

²⁶⁸ Segundo informações da Universidade Federal Fluminense, Carneduto é: “Professor Adjunto do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em jornalismo (PUC-SP/2002) e em Ciências Sociais (FFLCH-USP/2005), mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (2008) e doutorado em Meios e Processos Audiovisuais também pela ECA-USP (2014). Com pesquisas voltadas principalmente para as áreas de História, Cinema e Dramaturgia, nos últimos anos publicou artigos como Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970 (2012, revista Estudos avançados), L’écriture de l’histoire dans le cinéma de Leon Hirszman (2013, Cinémas d’Amérique Latine), Mais humor, menos política: uma certa tendência no drama contemporâneo brasileiro (2016, revista Varia história) e Ser cineasta, ser historiador: Patricio Guzmán entre as memórias e a nostalgia da luz (2017, catálogo Paixão de memória). Como documentarista, realizou, entre outros, os filmes Entre imagens (intervalos) (2016) e Reconstituição de Acabaram-se os Otários (2019). Em 2016, foi curador da exposição Antonio Benetazzo, permanências do sensível, que resultou na publicação de um livro homônimo sobre esse artista plástico e militante político assassinado durante o regime militar. É autor do livro Por um cinema popular: Leon Hirszman, política e resistência (Ateliê Editorial, 2020). Além de atuar por anos no Conselho Editorial da revista Significação, atualmente é Chefe Editorial da revista C-Lenda (do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da UFF). Foi professor da Fundação Armando Alvares Penteado (de 2007 a 2018), além de

parentes e amigos. De acordo com a sua avaliação profissional, Antônio Benetazzo tinha um grande talento artístico, descrito da seguinte maneira: “estamos diante de uma bela obra, a transitar por diferentes estilos e a propor olhares ainda desconhecidos do Brasil do Regime Militar. É imprescindível destacar que ele foi um grande artista, autor de um projeto singular”.

A proposta desta coletânea intencionou resgatar o indivíduo para além do “subversivo e terrorista” da ditadura civil-militar. Expor este conjunto de “obras” produzidas ao longo de dez anos, acabou por desvelar o homem, o amigo e o irmão através de um legado muito pessoal para o seu círculo íntimo. Expor publicamente este legado propiciou uma forma de reconstrução da memória sobre Benetazzo, diante de “um tempo preenchido por vivências individuais ou coletivas e, portanto, é um tempo social, um tempo individual ou coletivo, portanto uma temporalidade múltipla [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 44), a partir daqueles que o conheceram intimamente. Para os familiares e amigos que guardaram com zelo os seus desenhos e pinturas, a mostra possibilitou divulgar uma parte deste convívio, realizados justamente durante os anos do seu envolvimento com a militância política.

Esta iniciativa reavivou as esperanças na manutenção das recordações e os sentimentos ativos em relação a Benetazzo. Assim como pode apresentar à sociedade do momento, um indivíduo com um determinado talento não reconhecido em seu tempo. De igual maneira, a mostra que apresenta parte do seu percurso de vida através da sua produção, proporcionou, para aqueles que conviveram com ele, uma oportunidade de trazer à tona este outro “lado” de Benetazzo. Segundo Arendt (2013, p. 131):

Estamos ameaçados do esquecimento, e um tal olvido pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão de profundidade na existência humana. Pois a memória e profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação.

A trajetória do militante revolucionário Benetazzo é complementada publicamente pelo sujeito com uma sensibilidade propensa às artes. As recordações que, para Nora (1993, p. 9), são “um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente”, partem daqueles que o conheceram como um sujeito sensível e criativo e se inserem no

docente temporário na ECA-USP (de 2017 a 2018)”. Disponível em: <https://pesquisadores.uff.br/researcher/reinaldo-cardenuto-filho>. Acesso em: 25 set. 2022.

campo das reparações referentes a este sujeito. Assim, este ser múltiplo e em transformação, um só em seus variados reflexos, necessita ser analisado em seus espaços. De acordo com Bourdieu (2012, p. 189):

A análise crítica dos processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade, na construção dessa espécie de artefato socialmente irrepreensível que é a ‘história de vida’ e, em particular, no privilégio concedido a sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida considerada como história em relação ao espaço social no qual eles se realizam não é em si mesma um fim. Ela conduz à construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.

Para Marie Goulart, integrante da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade do SMDHC, um dos órgãos promotores da mostra, “o projeto tira da clandestinidade a desconhecida obra artística de um importante militante político. Ao mesmo tempo, é também uma forma de reparação histórica”. Porém, esta iniciativa vem a ser mais do que uma forma de reparação, ela permite conhecer a outra identidade de Benetazzo para além do militante que pegou em armas e “aterrorizou” o país com ações subversivas. Dar-se conta de que é também um ator social por meio das suas obras, desconstrói a imagem estigmatizada de “inimigo” e que permeou o meio social durante a ditadura.

Benetazzo expressou uma visão de mundo em suas composições, atribuindo imagens que proporcionam ao expectador uma diversidade de sensações e significados, além de uma miríade de interpretações sobre um mesmo contexto. Os seus trabalhos estão alinhados com a militância política nos anos sessenta e setenta, contudo, não são o resultado exclusivo dela, ou a expressão pura do lado político dele, uma vez que elas demonstram uma leitura mais complexa a partir do indivíduo. Segundo Ferreira (2014, p. 183):

Arte não é apenas um conceito ou uma essência, mas um sistema de ideais, práticas, interesses e instituições; e “arte” diz respeito a um imenso e variável conjunto de comportamentos e discursos cotidianos. O que parece uma mudança apenas conceitual revela várias relações de poder nas entrelinhas.

Estas relações são inferidas no caráter militante de Benetazzo que ficou cristalizado pela exposição da sua imagem nos cartazes de terroristas e procurados produzidos pelos órgãos de informação e repressão para conhecimento e reconhecimento do “inimigo”. Por anos, seus familiares e amigos que o conheciam por “Benê”,

conviveram com uma memória pública destituída desta identidade pessoal, imagem estanque difundida nos cartazes supracitados e nas notícias dos periódicos da época que obscureceram a verdade dos fatos referentes às circunstâncias da sua morte, por tratar-se de um “terrorista” procurado.

Conhecer o “artista” Benê possibilitou atravessar a imagem estanque e adentrar um universo “paralelo” à luta armada, pois, segundo Albuquerque (1994, p. 44), nos “lembramos de imagens ou de sensações sempre localizadas no espaço a ele vinculadas. Como o espaço é uma criação social, nele os homens intervêm modificando-o, a memória a ele ligada é também agenciada por estas transformações sociais”.

Mesmo que as memórias nos revelem ao mesmo tempo que nos enganam, elas também se propõem a nos guiar na compreensão dos fatos através de inúmeras vozes que se calaram antes de serem ouvidas em seu tempo. Com isso nos vemos diante de transversalidades que permeiam as memórias acerca de um mesmo sujeito, onde os anos passam e parte das informações acaba por se cristalizar por entre acontecimentos e lembranças que são revividas e ressignificadas constantemente durante a vida dos indivíduos.

A vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repetidas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha. Poder-se-ia dizer, aliás, a mesma coisa dos lugares de amnésia, ou seja, os lugares onde somente o esquecimento trabalhou, dado que a lembrança era muito pesada para ser carregada (CANDAUI, 2011, p. 157). Contudo, os “lugares de amnésia” não são necessariamente o completo esquecimento de todas as coisas, já que eles podem ser percebidos como campos obscurecidos por episódios traumáticos ou mesmo silenciados por uma memória oficial. Sendo assim, não somente o resgate de uma memória se sobressai, mas formas de reconstrução de memórias apontam para os lugares de esquecimento temporário.

A reconstrução da memória referente ao homem, irmão, amigo, artista, estudante ou professor Benetazzo foi obstruída não por um passado traumático, mas pela difusão oficial de um estereótipo criminoso. Em contraponto, aqueles que conviveram com ele sob outras circunstâncias puderam preencher os “lugares de amnésia” através das lembranças íntimas e salvaguardando os trabalhos dele, preciosos para estas pessoas que

atribuíram determinados valores sentimentais em relação a eles, o que Albuquerque Júnior (1994, p. 42) sugere como “a descoberta do tempo e ao mesmo tempo a consciência do tempo perdido”. Acreditamos que para este círculo íntimo de Benetazzo seja mais esta “consciência do tempo perdido” a possibilidade de realocar a sua imagem no meio social.

A concepção inicial da mostra pretendia expor publicamente os trabalhos de Benetazzo com a intensão de conectar o indivíduo militante ao sujeito artista dentro do contexto da ditadura civil-militar brasileira. Contudo, o desenrolar da pesquisa, as entrevistas com familiares e amigos e o número expressivo de trabalhos realizados por ele ao longo dos anos, e paralelamente à militância política, acabaram por levar a curadoria a repensar o objetivo inicial. Como dissemos, durante o processo de reunião e organização dos trabalhos encontrados, a curadoria viu-se diante de uma significativa e vigorosa produção artística, definida por ela como obras de qualidade no campo das artes. Para as pessoas que se envolveram no projeto da exposição desde o seu início, esta produção é considerada “apurada e cuidadosa”²⁶⁹.

De acordo com Cadernuto, a exposição contaria com a apresentação de um vídeo bastante resumido sobre o sujeito artista e militante. Outra surpresa, quando o material coletado e reunido se transformou em um curta metragem documental, que posteriormente recebeu uma premiação na VII Edição do Festival Pachamama - Cinema de Fronteira que ocorreu entre os dias 19 e 23 de novembro de 2016 na cidade de Rio Branco no Acre, além do mesmo ser exibido em outros festivais do gênero. O Documentário intitulado “Entre imagens”, que seria uma pequena introdução para a abertura da exposição dos trabalhos de Benetazzo, acabou por transformar-se em uma envolvente narrativa que complementou as imagens e a história da vida e da obra deste indivíduo. Nele, em uma das cenas, nos chama a atenção que as obras estão emolduradas e compõe a decoração das paredes da casa daquele ou daquela que as guardaram, expostas em meio a outros objetos de escolha pessoal que ornamentam o ambiente, definindo uma presença ausente daquele que foi um dia muito querido.

Os trabalhos produzidos por Benetazzo foram classificados por uma variação de fases e estilos, caracterizados por um contínuo amadurecimento dele como artista. Da volumosa e distinta produção, espalhada pelas residências de amigos e familiares, somaram-se ao todo noventa trabalhos escolhidos pela curadoria, divididos em três partes conforme as suas relações, suas variadas temáticas e seus estilos. A datação deste

²⁶⁹ De acordo com as entrevistas do curador e demais pessoas envolvidas. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

conjunto situa-se entre os anos de 1963 e 1972, ano em que o artista morreu deixando uma obra inacabada. Esta foi devidamente emoldurada por quem a possui antes mesmo da seleção para a mostra, inferindo certo apreço pessoal em razão dos motivos pelos quais ela não pode ser terminada.

Podemos conferir o conjunto de obras deste “militante-artista” no *site* do Instituto Vladimir Herzog, que, como citamos anteriormente, foi uma das entidades promotoras da mostra. Segundo a instituição, das irmãs Nordana e Italia, esta última nascida no Brasil, vieram quarenta trabalhos; da amiga Zuleika Alvin mais quinze, pois a sua casa foi um local de refúgio para ele e onde realizou seus últimos trabalhos; da companheira Cida Horta mais três; do amigo de infância Luiz Carlos Poloni foram 3 pinturas do final dos anos sessenta e; mais dois trabalhos que se encontravam sob a guarda do Arquivo Público do Município de Caraguatatuba, estas mais antigas e datadas do anos de 1963. Desta composição de trabalhos advindas de acervos pessoais e de arquivo procedeu a exposição “Permanências do Sensível” sobre a vida e obra de Benetazzo.

Além das obras reunidas pela curadoria, Nordana possui uma coleção de fotografias tiradas pelo irmão. São imagens de paisagens, de arquitetura, de viagens, de populares, cliques de propaganda, entre outras coisas cotidianas que demonstram serem fontes de inspiração para ele, a partir de análises comparativas com os seus trabalhos feitos pela curadoria. O olhar atento deste sujeito permeou os seus sentidos ao longo dos anos e o amadurecimento como artista esteve conectado ao ideário do militante político, muito presente nos seus trabalhos finais. A constância de uma produtividade artística demonstra que, apesar do período que viveu clandestino, Benetazzo não deixou de desenhar ou pintar, mantendo ativo o processo de expressão diante dos acontecimentos em seu entorno. Através das cores ou da ausência delas, dos traços definidos ou das pinceladas soltas deixou um registro dos seus anseios.

Entretanto, para aquele expectador que tenciona ver imagens perturbadoras de guerrilhas, revoluções ou mortes, não as encontrará nos trabalhos de Benetazzo, mas poderá apreciar obras impressionantes e atemporais, elaboradas sem uma estética rígida, com estilos próprios do período e acrescidas de peculiaridades pessoais e de muitos sentidos que, para Todorov (2014, p. 187), “ só existe dentro de um processo de integração; o ato de interpretar (tomado em sentido mais amplo do que eu atribuo a esse termo) consiste em poder incluir uma significação particular num conjunto mais vasto”.

A fim de ilustrar o que até aqui discutimos em relação ao trabalho artístico de Benetazzo e, com isso, demonstrar o valor deste sujeito como protagonista social muito

além do “terrorista”, apresentamos a seguir reproduções de alguns dos trabalhos que compuseram a exposição “Permanências do Sensível”. Seguiremos de acordo com a classificação realizada pela curadoria, bem como tencionamos respeitar a cronologia organizada por ela e disponibilizadas pelo Instituto Vladimir Herzog.

Antes de apresentarmos algumas das obras de Benetazzo, precisamos esclarecer alguns pontos pertinentes ao processo que resultou na mostra. Primeiramente, segundo a apresentação de Rogério Sottili, a ideia de trazer à público estes trabalhos, partiu de conversas com Alípio Freire, amigo de Benetazzo, que exaltou o talento artístico a quem chamava de “Benê”. Então, juntamente com Carla, Sottili pensou em um curador alheio ao meio ligado aos estudos da ditadura militar e que não tivesse vínculo algum com Benetazzo.

A escolha recaiu sobre Reinaldo Carneduto, proveniente do campo das artes e do cinema e que ficou impressionado com os trabalhos que encontrou. Com um total de duzentas obras, Carneduto se viu diante do desafio de organizar os trabalhos no intuito de construir uma cronologia mais aproximada, já que muitos não tinham datas, nem locais. Segundo Sottili, foram encontrados em diversas posses mais de mil e duzentos trabalhos entre ensaios e obras.

O curador decidiu separar os trabalhos escolhidos por “eixos temáticos e estéticos”, sem romper com a cronologia que algumas apresentavam ou da oralidade que os definiam. Para ele, havia uma forte relação entre a expressão artística de Benetazzo e o contexto político que ele estava vivendo enquanto produziu. Ao realizar esta separação por partes, seis ao todo, Carneduto procurou demonstrar o amadurecimento dele como artista, mesmo nos últimos trabalhos, mais distantes dos primeiros, é possível conferir um estilo muito próprio do autor.

Dito isto, segundo o Instituto, “os primeiros passos de Benetazzo como artista ocorreram entre os anos de 1964 e 1967”, período em que ele estudava arquitetura e filosofia na Universidade de São Paulo. Esta primeira parte, de acordo com o curador, representa os anos de formação de Benetazzo como artista. Para ele, há uma herança impressionista, estudos pictóricos, desenhos figurativos, onde o autor está em busca de uma singularidade estética, como a reprodução a seguir, datada de 1966.

Figura 26: BR 66



Antonio Benetazzo, 1966. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Em 1967, seus trabalhos assumem uma diversidade de técnicas, onde há o acréscimo da técnica do desenho com tinta nanquim, próprio de desenhos arquitetônicos de plantas e projetos naquele período, além de colagens de outros materiais como podemos ver nas duas reproduções seguintes.

Figura 27: Sem título



Sem título, Antonio Benetazzo, 1966. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 28: Sem título (2)



Antonio Benetazzo, 1967. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

É neste mesmo ano, provavelmente, que ele realizou as séries “Haikai”, segundo a curadoria, visto que não estão datados por ele. A segunda parte da exposição contém uma série de trabalhos, aqui reproduzimos apenas três deles, onde Benetazzo faz uma aproximação com “expressões do orientalismo pictórico” conforme define a curadoria.

Figura 29: Sem Título /Haikai II



Antonio Benetazzo, s/ data. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 30: Sem título/Haikai III



Antonio Benetazzo, s/ data. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 31: Sem Título/Haikai VII



Antonio Benetazzo, s/ data. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Do mesmo período, encontra-se a série “Gestação de Monstros”, assim denominada por Carneduto, onde o autor apresenta-se “mais maduro”. Esta série é composta de oito trabalhos feitos com tinta nanquim. A seguir, destacamos alguns destes trabalhos.

Figura 32: Sem título/ Gestação de Monstros- 6/4(3)



Antonio Benetazzo, prov. 1967-68. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 33: Brasil 68/ Monstros- 8/4 (8)



Antonio Benetazzo, 1968. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 34: Sem título/ Gestação de Monstros- 6/4 (8)



Antonio Benetazzo, prov. 1967-68. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

As demais partes abrangem o contexto ditatorial brasileiro envolvendo as percepções de Benetazzo quanto às esperanças e desesperanças a despeito da luta armada e o seu desfecho. Nesta fase, ele apresenta um estilo não mais grotesco, acrescentando certa poesia e sensação de prazer, além de coincidir com um momento de maior maturidade realizado na clandestinidade. É neste período que as temáticas se relacionam

mais à guerrilha, ora de modo entusiástico ora melancólico diante da transparência do autor frente à iminência da morte. Para Carneduto, este é o momento mais singular de toda a produção de Benetazzo. Podemos conferir algum destes trabalhos a seguir.

Figura 35: *Y muerto se quedó*



Antonio Benetazzo, 1967. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 36: E quando não tem inspiração?



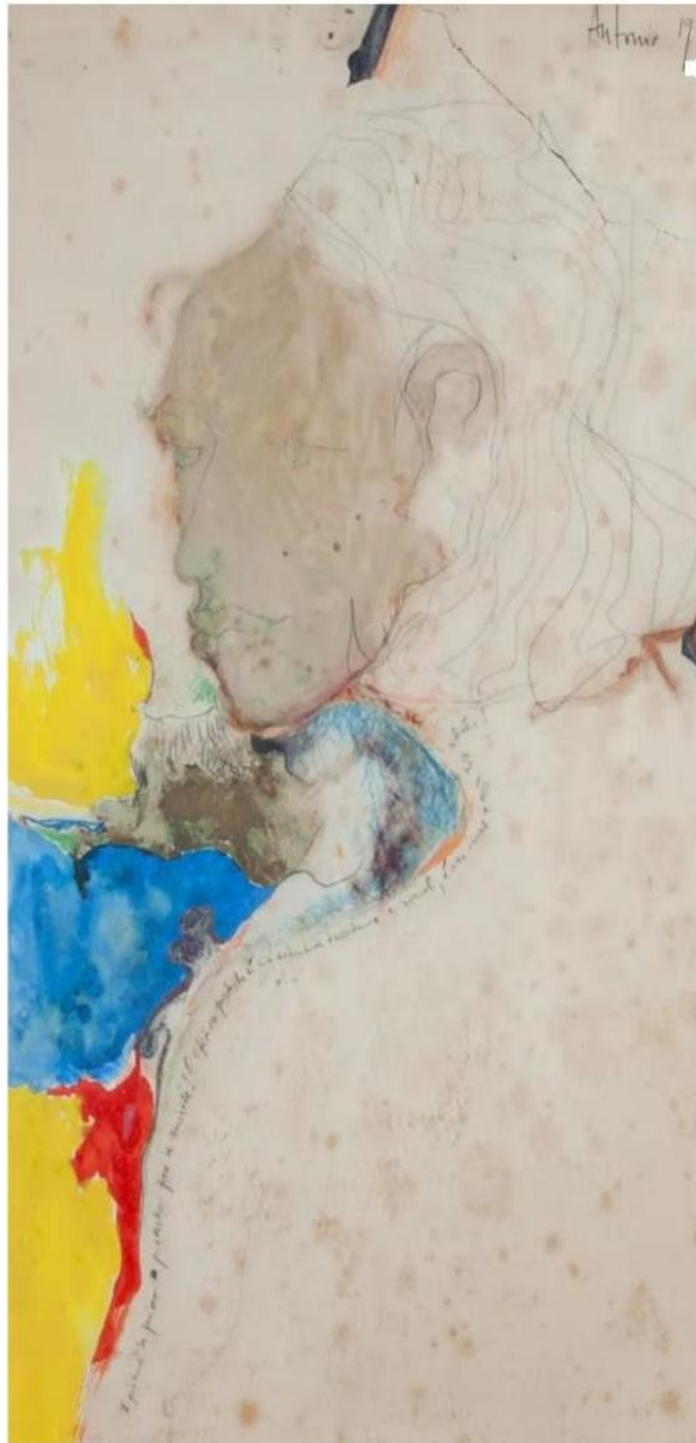
Antonio Benetazzo, 1968-10-07. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 37: O povo é contra a ditadura militar. Por um Brasil livre



Antonio Benetazzo, prov.1968. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 38: Sem título (3)



Antonio Benetazzo, 1969-03-19. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 39: A copa do mundo é nossa, com o brasileiro não há quem possa



Antonio Benetazzo, 1971. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

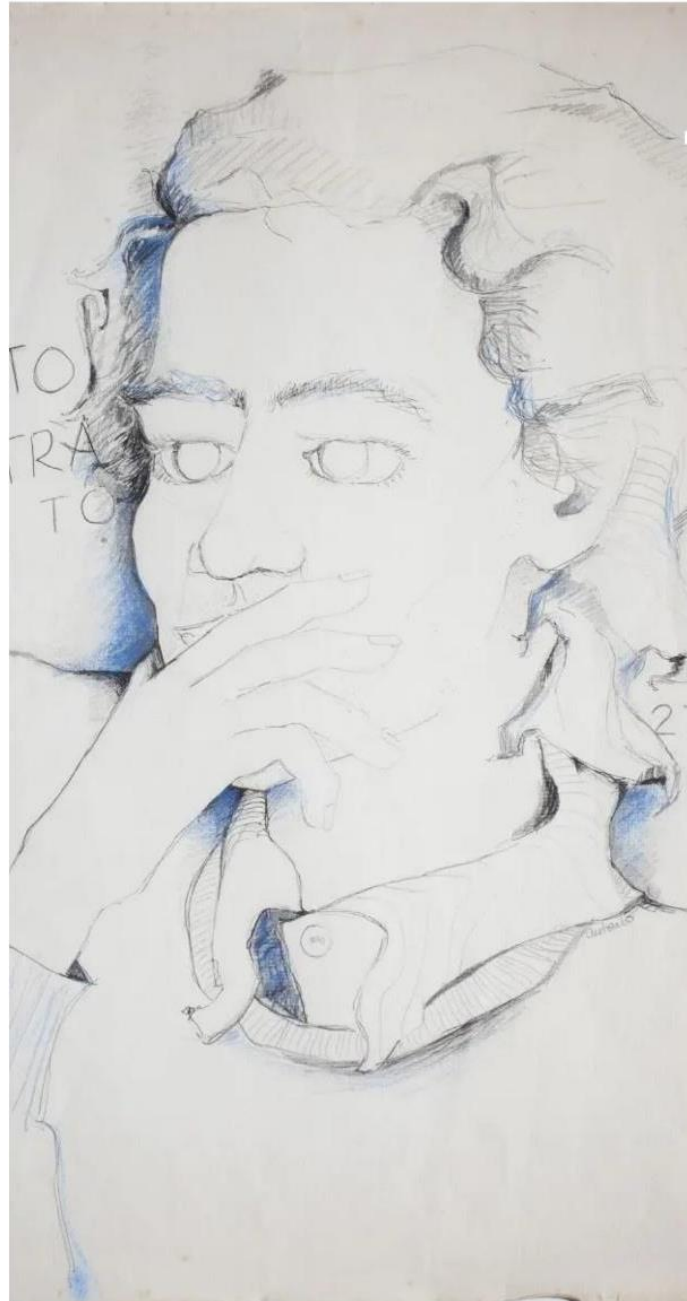
Figura 40: Brasil



Antonio Benetazzo, 1971. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Dentre a produção de Benetazzo, também se encontram os “autorretratos”. A curadoria organizou a colocação destes ao início de cada parte referente às fases que foram definidas por ela.

Figura 41: Homenagem ao azul/Autorretrato II



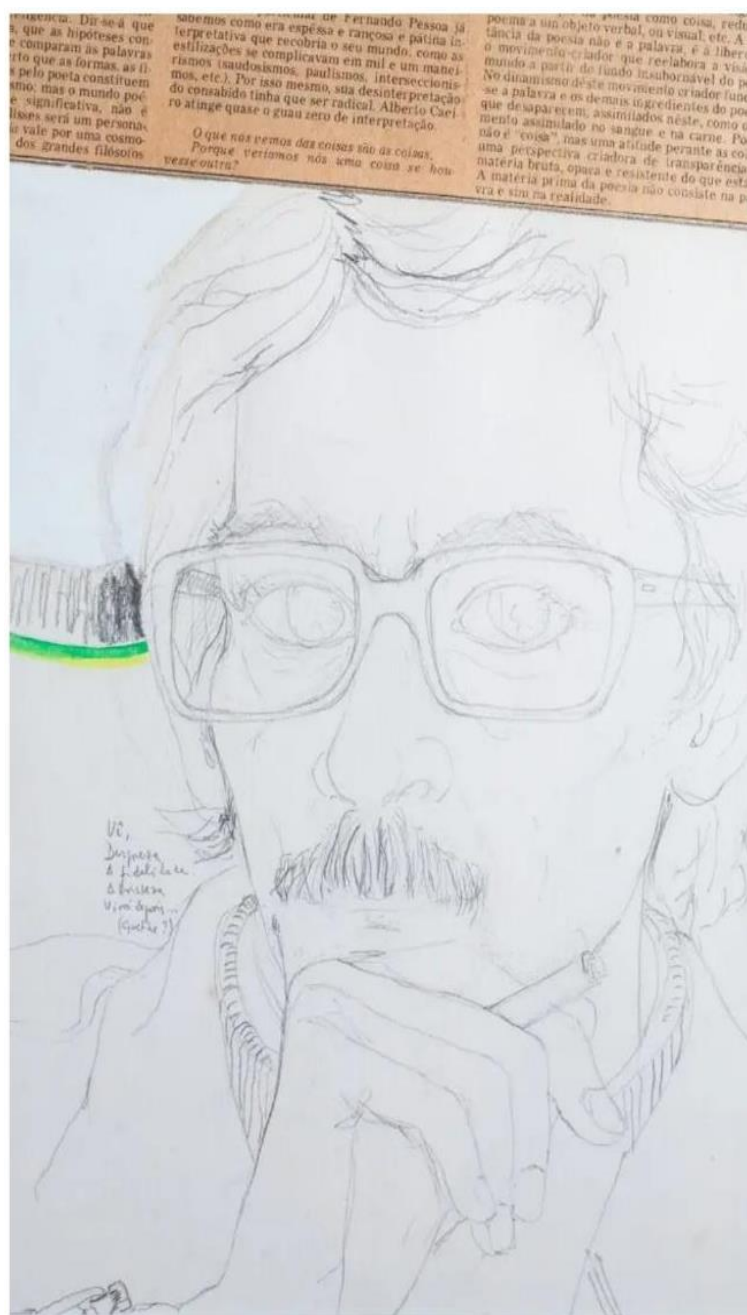
Antonio Benetazzo, 1967. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 42: Sem título/Autorretrato VII



Antonio Benetazzo, 1968-12-20. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Figura 43: Sem título/Autorretrato



Antonio Benetazzo, 1971. Fonte: Coleção do Instituto Vladimir Herzog

Para o filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman (2014, p.29), o que “vemos só vale - só vive - em nossos olhos pelo que nos olha. Inelutável, porém, é a cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha. Seria preciso assim partir de novo desse paradoxo em que o ato de ver se manifesta ao abrir-se em dois”. Portanto, mais do que relevar apenas o militante que sabia desenhar, pintar ou fotografar imagens

do seu interesse, a iniciativa para a divulgação da produção artística de Benetazzo reviveu em nossos olhos o que nos olha.

Os lugares por onde passou, o trabalho como docente, as conversas com os amigos, os flertes e tudo mais que dá corpo ao sujeito e o coloca no centro das relações sociais, podem ser percorridos através do seu olhar sobre o mundo impressos em suas obras do passado que revigoraram-se diante dos nossos olhos expectadores no presente, pois a “marca histórica das imagens (*der historische Index der Bilder*) não indica apenas que elas pertencem a uma época determinada, indica sobretudo que elas só chegam à legibilidade (*Lesbarkeit*) numa época determinada (DIDI-HUBERMANN, 2014, p.181).

A memória adormecida reabre suas portas e retoma o seu caminho. Congelada pelo tempo, ela adere novas significações, o presente a chama para ser ouvida. Passado e presente se encontram como que em um acerto de contas, nem sempre da maneira esperada, mas, no caso de Benetazzo, o tempo lhe fez a devida “justiça”, pelo menos no que diz respeito às pessoas que o conheceram e que por ele tinham grande apreço.

Ao contrário também de um ideal iconológico que pretende definir as condições do que seria pensável numa obra, para um artista ou para toda uma época por exemplo, dizer que a pintura do século XV italiano só é pensável através da representação do espaço em três dimensões, e que o que é impensável para uma época da arte não existe nessa arte), a abertura ao sintoma nos dá acesso a algo como um impensável que vem sob nossos olhos atravessar as imagens. Resquício de um conflito cuja soma dos prós e contras nunca saberemos, retorno de um recalco cuja exatidão dos nomes nunca poderemos declinar, formação e deformação, trabalho da memória e da espera ao mesmo tempo, o sintoma faz passar por nosso olhar o acontecimento de um encontro em que a parte construída da obra vacila sob o choque e o ataque de uma parte maldita que lhe é central (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 238)

A ditadura no Brasil ceifou as vidas de muitos indivíduos, em sua maioria jovens, deixando também inúmeras lacunas na existência daqueles que ficaram destituídos da convivência destes indivíduos. A mostra que reuniu uma variedade de trabalhos realizados por Benetazzo ao longo da sua atuação política, demonstra não somente fazer uma reparação em relação à sua memória, como proporciona uma forma de consolo justo aos familiares e amigos que tanto o estimavam, sobrepujando a imagem do “terrorista” perpetrada pela violência de Estado e apresentando à sociedade o sujeito como eles o conheceram. Se, a princípio, a iniciativa esteve ligada a um trabalho de memória, ao longo do projeto se redescobriu algo mais rico com o qual se devia lidar.

A vida de “Benê” não se resume à militância política ou às ações na luta armada, ela é um prisma, composta por diversas “vidas” que amaram, odiaram, sonharam, entrelaçando-se a outras vidas, cujos sentimentos se faziam mútuos. Aqueles que ficaram sem a sua presença, guardaram objetos, fotografias, pedaços de papéis escritos, cartas, entre outros pertences, como “colecionadores” daquilo que não ousaram esquecer. O amigo, filho e irmão queridos que, para eles, consistia em um outro sujeito, muito aquém do “guerrilheiro” ou do “terrorista”, não ficou fadado a uma “fórmula” de memória pronta, instituída como única, pois, de acordo com Portelli (2016, p. 56):

Essas fórmulas prontas representam, morfológicamente, a obsessão pelo controle; funcionalmente, representam a impossibilidade de controlar a memória e a consciência. Elas são, no fim das contas, o equivalente verbal da memória-monumento- um artefato imóvel de mármore ou bronze, que cobre ou esconde tudo o que há por trás, tudo o que não queremos enxergar. Tudo aquilo seria necessário enxergar e escutar para tentarmos compreender melhor quem somos por meio de que processos nós retornamos ao que somos.

Há um tempo certo e uma recepção adequada em que a restituição devida do papel do sujeito em seu tempo encontra-se com o presente, cujas lembranças edificam de certa forma outras memórias a serem consideradas. Uma análise mais profunda sobre as obras de Benetazzo seria merecedora de um estudo específico. Aqui, procuramos evidenciar a reconstrução das memórias como forma de reparação do sujeito Benetazzo, guardada nas gavetas das lembranças do passado e requerente de um espaço no presente. Ações como esta, conceber e promover a exposição das suas obras até então não reveladas publicamente por questões políticas, trazem ao palco da historiografia recente e dos estudos pertinentes outras compreensões em relação ao contexto ditatorial brasileiro.

Se Benetazzo tornar-se-ia um artista renomado, não nos compete tornar resoluto esta questão. Inferimos que, no presente, a iniciativa de realizar um evento contendo alguns de seus trabalhos como ilustração da história do sujeito que sucumbiu à ditadura, acabou por tornar-se uma exposição onde um talento foi reconhecido pelo grupo de profissionais que compôs a curadoria. A violência que o atingiu em pleno exercício criativo durante o processo da ditadura, acabou sendo sobrepujado pela essência como sujeito em seu tempo, pois estas memórias retiradas das gavetas amigas e fraternas desvelaram uma arte atemporal, apreciativa e repleta de significados. Se foram salvaguardados por mãos amigas e fraternas, os trabalhos dele não preencheram um vazio

somente, tocaram no fundo dos sentimentos daqueles que foram os primeiros a valorar o seu conteúdo.

As duas vidas de Antônio Benetazzo, ou de Benê, tramitaram entre o menino imigrante, cujo o trabalho era parte das raízes familiares, o adulto sensível e criativo de gosto refinado, e o militante que acreditou em um futuro mais igualitário para um país tão descrente da sua própria composição social. Podemos conjecturar que a influência do meio operário ao qual foi oriundo, requerente de direitos e melhorias, possa ter contribuído para os rumos que ele tomou, todavia, o meio ao qual se agregou o levou a descobrir habilidades mais polidas.

Sendo assim, fica a infância na remota Itália fascista e motivo do deslocamento do menino que cedo presenciou as dificuldades da vida, convivendo com o fantasma do fascismo para depois enfrentar a repressão do autoritarismo da ditadura brasileira. A opressão e a tirania demonstram-se como parte do seu universo. Os sentimentos que o jovem Antonio trazia consigo foram temperados por uma sensibilidade que o conduziu ao longo dos trinta e um anos da sua vida. Pensamos que ele possa ter vislumbrado na esquerda revolucionária e na “luta armada” uma via para combater um sistema e suas condições que anteriormente na Itália vira modificar o meio em que vivia, mas a suas obras deixaram um legado além dos limites meramente políticos.

4.2 Argentina: memórias e processos de reparação de um passado recente

Muito se tem discutido acerca das diferentes formas de reparação entre o Brasil e a Argentina quanto ao seu passado recente com as ditaduras. Enquanto o Brasil ainda não reconsiderou reparar os crimes cometidos pelo Estado autoritário, na Argentina inúmeras mobilizações clamaram para se elucidarem os fatos e levar à julgamento àqueles que violaram direitos básicos e fundamentais do homem para defender uma ideologia autoritária e abusiva em nome de uma reorganização da nação. Estas reparações se expressam nos movimentos de familiares por seus desaparecidos e mortos, por vítimas do regime argentino, por entidades e comunidades afins e ainda por causas judiciais de indivíduos por sua dupla cidadania.

Podemos afirmar que um dos movimentos mais expressivos na Argentina foi protagonizado pela presença constante de um grupo de mulheres que se reuniam em uma praça central de Buenos Aires, inconformadas por não saberem o paradeiro dos seus

filhos, durante a vigência do regime. Juntas, elas estruturaram uma organização que atualmente ainda se mantém firme e ativa. Conhecidas como as *Madres de Plaza de Mayo*, um grupo de mulheres se reuniram em “pleno coração da capital portenha sob a violenta ditadura que marcou a Argentina, seguravam cartazes com as fotos de seus filhos desaparecidos” (GONÇALVES, 2012, p. 131). Também as *Abuelas de Plaza de Mayo* buscavam o paradeiro dos netos sequestrados e/ou desaparecidos pela ditadura, muitos dos quais nascidos em cativeiro e apropriados indevidamente para a adoção. Em sua maioria, estas crianças cresceram sem saber nada sobre a sua verdadeira origem.

O movimento das *Madres argentinas* iniciou em:

Em 30 de abril de 1977 [quando] começaram a se reunir na praça mais conhecida de Buenos Aires, a mesma praça onde fica a Casa Rosada, o palácio presidencial argentino. Bem em frente à janela do ditador, ocuparam a praça pública, o local das grandes manifestações políticas. A vida da *Res Pública* era totalmente estranha àquelas donas-de-casa que, como tantas outras mulheres ao longo da história, viviam no espaço doméstico, privadas da esfera das decisões políticas. Nada ou pouco sabiam sobre política, mas estavam determinadas a entregar uma carta ao General Jorge Videla, queriam saber o que se passava com os, como acreditavam até então, filhos detidos. [...]. Os militares não as atenderam. Começaram a ser perseguidas, mas não se intimidaram com a pressão e o terror de Estado. Continuaram marchando e empunhando cartazes com as fotos dos filhos desaparecidos. Novamente não foram atendidas, mais uma vez não se intimidaram, se politizaram (GONÇALVES, 2012, p. 131).

A questão da reparação na Argentina acabou por motivar a memória coletiva sobre este passado triste do país. Diante do expressivo número de vítimas, mortos e desaparecidos políticos em tão curto espaço de tempo, ao término do regime e com o andamento da movimentação das *Madres*, outras ações ganharam espaço. Dentre elas, a compilação de dados da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) da Argentina, que resultou no livro “Nunca Más”:

[...] en las postrimerías de 1983, el presidente Raúl Alfonsín encomendó a la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) una tarea similar, la que, con el prestigioso escritor Ernesto Sábato al frente, publicó, en 1985, el libro Nunca Más, que no sólo se convirtió en documento oficial, sino que fue prelude del primer juicio a los mandantes de la represión - en juicio que tal vez tuvo lugar en Argentina como consecuencia de que fuera el único caso nacional en el que la transición se diera por implosión del régimen (RAMÍREZ, 2017, p. 384).

O *Nunca Más* reuniu testemunhos que levaram à elucidação de inúmeros aspectos da repressão argentina, como as caracterizações de centros de detenção e as modalidades de sequestros, tortura e desaparecimentos, a estruturação da repressão, a questão do antissemitismo presente nos cárceres, a situação dos prisioneiros, entre outros fatores. As informações oriundas destes testemunhos puderam dar suporte às iniciativas em relação às graves violações dos direitos humanos.

As memórias referentes aos acontecimentos durante o processo ditatorial proporcionaram inúmeras informações, levando em consideração que:

As memórias ainda possuem um nível imaginativo em que operam a invenção, o desejo, a fantasia. A partir de fragmentos de imagens e sensações experimentadas socialmente, somos capazes de inventar novas imagens e a partir de novos desejos e fantasias, novas sensações, incorporando-as inclusive na narrativa de nossas memórias como fatos socialmente ocorridos e sensações realmente vividas. Este nível imaginativo das memórias é importante para relativizar o império dos objetos, da matéria, sobre as memórias, embora por outro lado, também relativizem o império do sujeito e do espírito, as memórias são cruzamentos entre signos emitidos pela empiria e o trabalho sobre eles do consciente ou do inconsciente ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 45).

A partir das informações organizadas pelo CONADEP, foi possível fazer um levantamento de dados sobre a localização dos muitos lugares utilizados como centros de detenção, tortura e desaparecimento. Com isso, ao longo do tempo, ocorreu o estabelecimento legal destes locais como sendo lugares de memória. Definidos como instituições a serviço de uma memória coletiva e, portanto, organizada para tal finalidade, estes espaços se constituíram não somente como lugares resgatados e identificados como importantes para a reconstrução dos fatos, como, por exemplo, os locais de detenção das vítimas. Estes espaços acabaram conectados em um circuito que abarca uma variedade de locais tornando perceptível para a sociedade a extensa geografia urbana implementada para a repressão de indivíduos.

Se, para Nora (1993, p. 22), os lugares de memória “só vivem de uma aptidão para a metamorfose, no incessante exaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações”, compreendemos que os espaços localizados em Buenos Aires, locais de detenção, tortura e desaparecimento, a partir da permanência dos períodos que muitos estiveram presos e testemunharam fatos importantes, não são somente repositórios de uma memória e, sim, espaços metamórficos e cheios de significados. Eles se modificam

à medida em que oferecem não somente a representação pura e simples de um ambiente relacionado a um contexto histórico, mas uma dinâmica, pois promovem encontros, palestras, exposições, ciclos de filmes, além da conservação e da investigação referente ao passado recente. Estes lugares podem determinar-se para alguns como uma permanência do sofrimento de outrem e para outros significa um espaço de visibilidade da defesa das democracias e dos direitos humanos.

Tomamos como exemplo alguns dos lugares de memória localizados em Buenos Aires como o *Espacio Memoria y Derechos Humanos* (ex-ESMA), o *Parque de la Memoria*, os antigos centros de detenção clandestinos: *Virrey Cevallos*, *Automotores Orletti*, *El Vesuvio*, *Olimpo*, *Club Atlético* e a *Plaza de Mayo*. Estes espaços, além de outros tantos que não citamos, sinalizam para um conjunto de locais afins, cujas atividades durante o processo ditatorial tiveram um papel fundamental para a repressão e foram reconstruídos a partir dos testemunhos daqueles sobreviveram. Quando pensamos que poderia ser um local único em conteúdos referente ao propósito, a predominância de uma multiplicidade de locais para a manutenção de uma memória referente à ditadura nos confere uma presença constante e, assim, assegura a devida credibilidade referente aos eventos e mesmo a própria razão de existir destes espaços.

O *Espacio Memoria y Derechos Humanos* está localizado na *Avenida del Libertador* na zona norte da Cidade de Buenos Aires, onde funcionou a *Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA)* inaugurada em razão de novas instalações “en 1928, durante la presidencia de Marcelo Torcuato de Alvear, con pabellones de alojamiento, aulas, gabinetes y talleres. Era una escuela de marinería para la formación de suboficiales”²⁷⁰. Após a implementação da ditadura em 1976, o local funcionou como um dos mais expressivos centros clandestinos de detenção, “sin perder su funcionamiento como escuela, fue un eslabón clave del plan sistemático de secuestro, tortura, exterminio y robo de niños y bienes”²⁷¹. Com a redemocratização:

El testimonio y el trabajo de los sobrevivientes y de los organismos de derechos humanos convirtieron a la Argentina en un referente internacional en el campo de la memoria, la consolidación de la democracia y los derechos universales. La experiencia argentina permitió impulsar la figura de la desaparición forzada de personas como crimen internacional. Con la recuperación de la democracia y luego del

²⁷⁰ Informações do Espaço de memória y Derechos Humanos (ex-ESMA). Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/24m/historia/>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

²⁷¹ Informações do Espaço de memória y Derechos Humanos (ex-ESMA). Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/24m/historia/>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

Juicio a las Juntas, el movimiento de derechos humanos debió luchar contra las políticas de impunidad. En el caso del predio de la ESMA, en 1998 se intentó construir aquí un monumento para la reconciliación nacional. Esa acción fue impedida por un amparo judicial interpuesto por Laura Bonaparte y Graciela Lois, ambas familiares de desaparecidos. La justicia federal entendió, entonces, a la ESMA como “un testimonio de verdad y una prueba judicial sobre el horroroso y vergonzante pasado de nuestro país”. Esa perspectiva fue consolidada con el convenio firmado, en 2004, entre los gobiernos de la Nación y de la Ciudad de Buenos Aires para la creación de este Espacio²⁷².

Abaixo, podemos conferir a fachada da antiga ESMA, agora lugar de memória.

Figura 44: *Museo Sitio de Memoria* (ex-ESMA).



Fonte: Argentina.gov.ar

O *Parque de la Memoria* é um espaço público localizado na faixa costeira do Rio da Prata, na Cidade de Buenos Aires. Sua extensão é de aproximadamente catorze hectares. Nele, foi construído um monumento às vítimas do Terrorismo de Estado contendo inscrições com os nomes de mortos e desaparecidos pela repressão argentina, acolhendo uma base de dados para consulta e um programa de arte destinado ao público.

²⁷² Informações do Espacio de memória y Derechos Humanos (ex-ESMA). Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/24m/historia/>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

Figura 45: *Parque de la Memoria*



Fonte: Moderna Buenos Aires-CPAU

Este espaço se ergue como um lugar de memória pela sua localização que tenciona “el contacto visual directo con el Río de la Plata, testimonio mudo del destino de muchas de las víctimas”²⁷³. Ele foi:

Creado en el año 1998, a partir de la sanción de la Ley 46 de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, el proyecto constituyó una experiencia inédita de participación: organismos de derechos humanos, la Universidad de Buenos Aires y el Poder Ejecutivo y Legislativo de la Ciudad trabajaron en forma conjunta para la concreción de este espacio. Hoy, el Parque alberga el Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado, la Base de Datos de Consulta Pública, un Programa de Arte Público y la Sala PAyS. Este lugar de memoria no pretende cerrar heridas ni suplantar la verdad y la justicia, sino constituirse en un lugar de recuerdo, homenaje, testimonio y reflexión. Su objetivo es que las generaciones actuales y futuras que lo visiten tomen conciencia del horror cometido por el Estado y de la necesidad de velar por que NUNCA MÁS se repitan hechos semejantes²⁷⁴.

O ex-centro de detenção e tortura denominado de *Virrey Cevallos*, funcionou como CCD entre os anos de 1976 e 1983, no bairro portenho de *Monserrat*. O local fazia parte do *Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aérea*, mas, segundo alguns testemunhos:

²⁷³ Informação disponível em: <https://parquedelamemoria.org.ar/parque/>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

²⁷⁴ Informação disponível em: <https://parquedelamemoria.org.ar/parque/>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

“también operaron en el lugar miembros de la Policía Federal Argentina y del Ejército Argentino”²⁷⁵.

Figura 46: *Virrey Cevallos*



Fonte: Comisión Provincial para la Memoria-COM Sitios de Memoria

Por curto espaço de tempo, entre os meses de maio a novembro do ano de 1976, o CCD *Automotores Orletti* manteve-se ativo e “fue la base de Operaciones Tácticas 18 (OT18), que estuvo bajo control de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), en

²⁷⁵ *Espacios de Memoria.* Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/espacios/virreycevallos>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

colaboración con el Batallón de Inteligencia 601, perteneciente al Primer Cuerpo de Ejército”. Podemos conferir na imagem a seguir a fachada deste “espacio constituye hoy un ámbito de investigación, difusión y construcción de la memoria del terrorismo de Estado y la lucha por la Memoria, la Verdad y la Justicia en América Latina”²⁷⁶.

Figura 47: *Automotores Orletti*



Fonte: Comisión Provincial por la Memoria-COM Sitios de Memoria

Na próxima imagem, podemos ver o centro de detenção, tortura e extermínio Olimpo que esteve em atividade entre 16 de agosto de 1978 até o final de janeiro de 1979. Localizado em um prédio que pertencia a *División Automotores de la Policía Federal* no bairro portenho de *Floresta*, se “estima que allí estuvieron secuestradas unas 500 personas

²⁷⁶ *Espacio de Memoria.* Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/espacios/orletti>. Acesso em: 8 de jul. 2023.

militantes de diversas organizaciones políticas, la mayoría de las cuales permanecen desaparecidas”²⁷⁷.

Figura 48: *El Olimpo*



Fonte: <https://www.exccdolimpo.org.ar/>

O *El Vesubio*, centro clandestino de detenção situado na *La Tablada* na província de Buenos Aires, funcionava em um prédio do *Servicio Penitenciario Federal* composto de três construções. O seu nome “clave para las fuerzas que operaban allí fue ‘Empresa El Vesubio’”, onde o grupo de tarefas que ali operava tinha credenciais que certificavam o pertencimento a tal empresa de fachada. O centro teria iniciado suas atividades por volta do ano de 1975²⁷⁸, ou seja, antes do golpe argentino, até meados de 1980²⁷⁹, quando o lugar sofreu algumas alterações, pois:

Los edificios donde funcionaron la “enfermeira”, la “jefatura”, las “cuchas” y el “quirófano” (con su inscripción “si lo sabe cante, si no aguante”), no existen más. Fueron demolidos ante la inminente visita de la Comisión de Derechos Humanos de la OEA. Sin embargo, a fines

²⁷⁷ Espacios de Memoria. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/espacios/olimpo>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

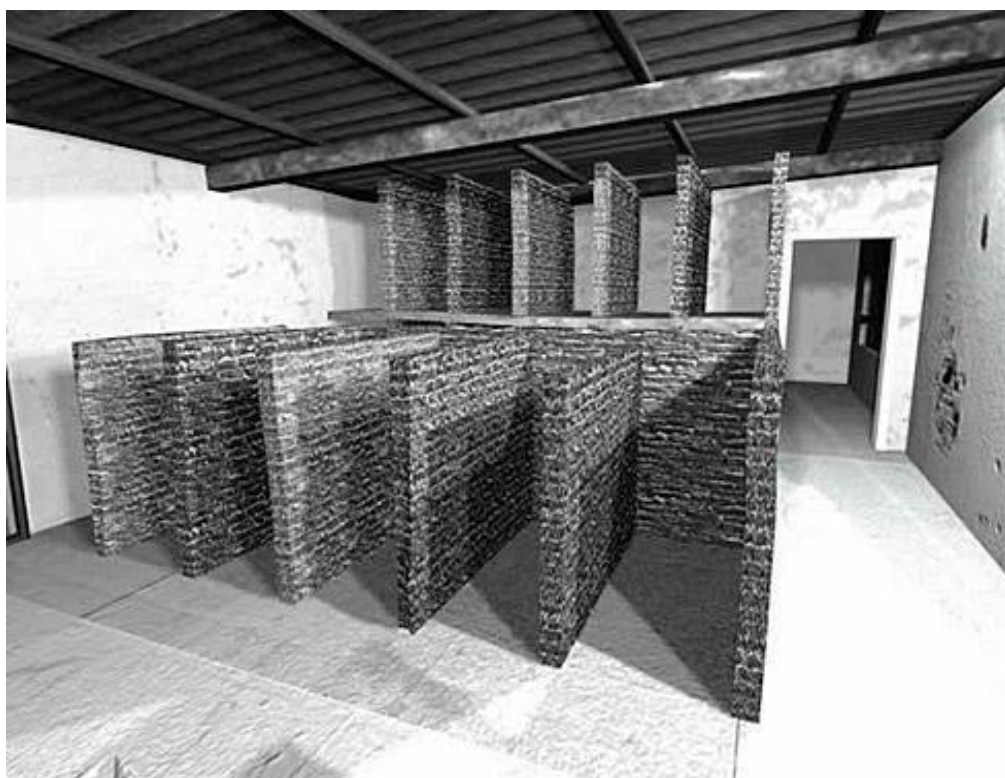
²⁷⁸ Centros Clandestinos de Detención - CCD. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/centros/vesubio/index.html>. Acesso em: 8 de jul. 2023.

²⁷⁹ Nunca Más, 1984.

del año pasado, el Juez Dr. Ruiz Paz, y este año la CONADEP, acompañados por testigos, encontraron entre los escombros las características baldosas descritas por los ex cautivos, también restos de las “cuchetas” de hormigón y pudieron determinar sobre el terreno el emplazamiento de cada dependencia descripta²⁸⁰.

A imagem a seguir apresenta a visão de uma parte interna do centro clandestino *El Vesubio*.

Figura 49: *El Vesubio*



Fonte: Elisabeth Käsemann Stiftung. Imagem: Memoria Abierta

O “Club Atlético” foi um centro de detenção clandestino que operou por um curto período, do início ao final do ano de 1977, “en el sótano del edificio del Servicio de Aprovisionamiento y Talleres de la División Administrativa de la Policía Federal Argentina, ubicado en la avenida Paseo Colón, entre Cochabamba y San Juan, en plena ciudad de Buenos Aires”²⁸¹. Há uma estimativa de que aproximadamente mil e quinhentas

²⁸⁰ Centros Clandestinos de Detención-CCD. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/centros/vesubio/index.html>. Acesso em: 8 de jul. 2023.

²⁸¹ Espacios de Memoria. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/espacios/clubatletico>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

pessoas tenham passado por este centro, sendo que a maioria se encontra desaparecida. No ano de 2005, a *Legislatura* portenha declarou o local como *Sitio Histórico* e, desde 2014, é um *Lugar Histórico Nacional*²⁸².

Figura 50: *Club Atlético*



Fonte: BBC News-Brasil

Por fim, a *Plaza de Mayo*, lugar de memória do movimento da *Madres* que a princípio requeriam do governo os paradeiros dos filhos detidos. Em seu entorno estão localizados alguns dos edifícios históricos e governamentais, como o *Cabildo*, a *Catedral Metropolitana*, a *Casa Rosada* e o *Palácio do Governo da Cidade de Buenos Aires*. Palco de inúmeros acontecimentos políticos, ela leva este nome em homenagem à revolução ocorrida em 25 de maio de 1810, que gestou a independência argentina²⁸³.

²⁸² Espacios de Memoria. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/espacios/clubatletico>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

²⁸³ Plaza de Mayo. Buenos Ayres Ciudad. Disponível em: <https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/otros-establecimientos/pr%C3%A7a-de-mayo>. Acesso em: 8 de jul. de 2023.

Figura 51: *Plaza de Mayo*



Fonte: Terra Argentina

Os lugares de memória referentes ao contexto ditatorial e às graves violações de direitos humanos empreendidas pelo aparato repressivo do Estado argentino, entre os anos de 1976 e 1983, como vimos nos exemplos citados e localizados em Buenos Aires, são espaços para a divulgação de uma memória coletiva que também se revelam como lugares de comemoração, no sentido de manter uma lembrança ativa, a fim de advertir sobre quão tênue é a linha que divide os homens da tirania.

Se as modalidades de reparação das vítimas têm um campo abrangente, levando em consideração às mobilizações da sociedade civil, elas acontecem concomitantemente em julgamentos de um *staff* envolvido com a repressão e os mecanismos de combate ao “comunismo” a nível transnacional. Estas modalidades tomam corpo a partir da necessidade de localização das pessoas que desapareceram (inúmeras famílias ainda não sabem o que de fato aconteceu com seus entes) e das manifestações de repúdio ao regime argentino. Com isso, muitos familiares encontraram outras formas de buscar reparação dos crimes cometidos contra aqueles considerados “inimigos” da nação.

A reconstrução das memórias a partir das narrativas de Sara Rus, mãe de Daniel Rus, apresenta um sofrimento que entrelaça o nazifascismo ao regime argentino de 1976 em relação ao desaparecimento do filho. As relações entre o nazismo e o antissemitismo na Argentina são apresentadas por ela de maneira intensa. As tensões geradas a partir desta relação, levaram Sara a participar ativamente em prol dos direitos humanos e nas

entidades judaicas que se desdobram entre o Holocausto judaico e o monitoramento do antissemitismo na Argentina.

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. É esse aspecto que salientam as apologias do testemunho como ‘cura’ de identidades em perigo. De fato, tanta atribuição de um sentido único à história como a acumulação de detalhes produzem um modo realista-romântico em que o sujeito que narra atribui sentidos a todo o detalhe pelo próprio fato de que ele o inclui em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem explicar as ausências, como acontece no caso da história (SARLO, 2005, p.51).

A composição social caracterizada pelas imigrações em diferentes épocas e motivos está caracterizada no Brasil e na Argentina. Dentre os imigrantes que chegaram a estes países, se encontram indivíduos portadores de dupla cidadania e que foram vítimas das repressões nestes países. A final dos anos noventa, a corte de Roma acatou um processo contra repressores que atuaram nas ditaduras latinas. O processo denominado “Condor” foi movido por familiares de vítimas dos regimes ditatoriais com relação ao Plano Condor ou Operação Condor, uma forma de “parceria” repressiva firmada entre Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

O processo ocorrido na Itália se ocupou em julgar e condenar repressores latino-americanos, a partir de denúncias na Corte de Roma, e demonstrou ser um precedente dentro das possibilidades de reparação, já que outras afirmativas foram insuficientes para muitos dos familiares das vítimas. No caso dos ítalo-argentinos Horácio Domingo Campiglia e Ismael Viñas Gigli, as famílias entraram no processo Condor com o intuito de reparação, mas também, como uma forma de manter a memória em relação aos acontecimentos que envolveram os seus entes.

Estas questões pertinentes aos “estrangeiros” vítimas dos regimes ditatoriais, possibilitam um desfecho aos percursos de vida dos indivíduos cujas trajetórias abordamos ao longo deste trabalho. De certa maneira, é um passado que não passa se pensarmos nas lacunas existentes acerca dos eventos da ditadura e os destinos de muitos dos indivíduos que dela foram vítimas. Explicar os fatos para muitas das famílias que não obtiveram os seus entes de volta, através dos sobreviventes que puderam dar um esclarecimento sobre a estruturação da violência a que foram vítimas, não preenche as angústias e as faltas que as devidas respostas poderiam trazer.

Sendo assim, tencionamos demonstrar estas formas de reparação e reconstrução das memórias dentro e fora da Argentina e, que de alguma maneira parte das múltiplas movimentações advindas da sociedade civil de diferentes frentes de resistência ao esquecimento das atrocidades cometidas pelo regime de 1976. Estas formas de reparação perpassam o nosso recorte temático, porém apresentam uma relação estreita com os fatos que abordamos anteriormente, visto que se referem a pessoas e eventos ocorridos dentro do contexto da ditadura argentina.

4.2.1 Daniel Rus e as entidades judaicas: conexões próprias entre o nazifascismo e a ditadura argentina de 1976

Em meio aos lugares de memória que se referem à ditadura argentina, estão os memoriais e as entidades judaicas com fins de educação e prevenção e que buscam monitorar, na atualidade, ações e práticas de cunho antissemita. Estas entidades, sejam comunidades ou instituições, passaram a movimentar-se em relação às formas de repressão que atingiram indivíduos de origem judaica durante o regime de 1976, diante de denúncias referentes à presença de um ideário antissemita nos CCDs argentinos.

A princípio, a comunidade judaica na Argentina tem como objetivo manter vivas as memórias sobre o Holocausto por meio de ações que destacam os depoimentos de vítimas judias que se deslocaram para o país após a guerra. Uma memória coletiva ao que Pollak (1992, p. 2) chama de “vividos por tabela” ou, melhor, “aqueles acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. Em razão do golpe de 1976 ter atingido algumas famílias sobreviventes do Holocausto, elas passaram a tratar esses dois eventos de maneira semelhante.

Dentre as entidades judaicas em atividade, temos a *Asociación de Investigadores Israelíes de Judaísmo Latinoamericano* (AMILAT) que está voltada às questões do judaísmo como as memórias do Holocausto e, também, da ditadura argentina. A AMILAT foi:

[...] fundada en 1974 por un grupo de siete estudiantes de maestría y doctorado de la División de América Latina, España y Portugal del Instituto de Judaísmo Contemporáneo de la Universidad Hebrea de Jerusalén, dirigida por el Prof. Haim Avni. Su objetivo es el desarrollo en Israel de la investigación y el conocimiento sobre las colectividades

judías de América Latina. AMILAT ha contribuido al mismo en marcos académicos en las Américas y Europa²⁸⁴.

Nesta linha de ação, advinda do meio acadêmico para as questões do judaísmo na América Latina, encontramos a *Comisión Israelí por los Desaparecidos Judíos en Argentina* voltada exclusivamente para as vítimas da ditadura de origem judaica. Ela compilou nomes e históricos destas vítimas, além de depoimentos dos familiares ou de pessoas que conviveram com elas.

A mediados de los años ‘70, la colectividad judía en la Argentina era dinámica y activa, estaba estrechamente identificada y cálidamente comunicada con el Estado de Israel y el sionismo, y se organizaba en centenares de organizaciones e instituciones y en decenas de escuelas y movimientos juveniles, que impartían educación y contenido a la vida judía. La comunidad solventaba por sí misma sus instituciones y brindaba apoyo a los más necesitados. Sus miembros tenían la sensación de pertenecer a una colectividad solidaria y acogedora. Existía un ente político central, la DAIA, que representaba a todas las organizaciones e instituciones, y que contaba con una indiscutible fuerza política²⁸⁵.

A *Comisión Israelí por los Desaparecidos Judíos en Argentina* foi organizada em junho de 2000 com o objetivo de analisar os fatos e de propor ações afirmativas de assistência aos familiares deste grupo de indivíduos desaparecidos. Estas ações buscaram levantar informações sobre os destinos e a localização de seus restos mortais para um sepultamento digno, segundo as suas tradições. Sobre os trabalhos desta entidade vinculada à AMILAT:

Hacia fines de la década del setenta, los familiares de desaparecidos sintieron que sus vidas peligraban. Algunos, desesperados por la incertidumbre sobre el trágico destino de sus seres queridos, temieron por su seguridad y, especialmente, por la actitud sustentada por el gobierno militar. Al llegar a Israel acudieron a personalidades influyentes para lograr que, en nombre del Estado, se dirigiesen al Gobierno Argentino, averiguando lo ocurrido con sus familiares. En aquella época, suponían que sus seres queridos estaban con vida y, desde ese punto, se sabía la premura con que se acompañaban los pedidos. Había el convencimiento que, aun, podían salvarlos. Para los familiares, la reacción de Israel estuvo alejada de sus expectativas, en cuanto a la posibilidad de ubicar a los desaparecidos y lograr su liberación. Tenían la convicción que el Estado no había actuado con los

²⁸⁴ Informação disponível em: <https://amilat.online/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

²⁸⁵ Comisión Israelí por los Desaparecidos Judíos en Argentina. Reclamos y expectativas de las familias. Disponível em: <https://amilat.online/wp-content/uploads/2020/04/Reclamosyexpectativasdelasfamilias.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

medios a su alcance ni ejercido la influencia necesaria para ubicar a las personas “desaparecidas”, liberándolas. Además sentían que este tema no era prioritario en la agenda del país ni tratado como correspondía. Estas circunstancias produjeron frustración y enojo. En los últimos años, varios países europeos ejercieron presión sobre Argentina requiriendo información y enjuiciando a los responsables del asesinato de sus ciudadanos. En este entorno no se había escuchado la voz de Israel demandando por sus ciudadanos (dos de los desaparecidos portaban ciudadanía israelí) o por el destino de cientos de judíos desaparecidos. Esta actitud acrecentó el enojo y frustración. Un pedido de familiares, renovando ante los Ministerios de Exterior y Justicia y la Knesset (Parlamento israelí) en 1999 condujo al establecimiento de la Comisión (Comisión Israelí por los Desaparecidos Judíos en Argentina)²⁸⁶.

Com isso, entendemos que, de início, o governo de Israel não se prontificou adequadamente a confrontar o governo argentino acerca da busca por esclarecimentos sobre as condições e circunstâncias dos judeus desaparecidos na Argentina durante o processo da ditadura. As famílias que buscaram esta alternativa, no intuito de receber apoio, foram logradas com um retorno que não receberam. Contudo, foram muitas destas famílias que promoveram a interação de suas histórias com a memória para o não esquecimento, através dos laços advindos das suas comunidades. De acordo com os familiares da comissão formada:

[...] los mismos han aceptado el hecho que los desaparecidos ya no están con vida, su reclamo en la actualidad es recibir información sobre lo realmente sucedido, los lugares donde permanecían detenidos, las condiciones de prisión, la forma en que fueron asesinados, el destino de sus cuerpos y también la identificación de los mismos, con el propósito de darles sepultura judía²⁸⁷.

No excerto a seguir é perceptível o descontentamento das famílias em relação ao esperado retorno do Estado de Israel quanto às providências em relação aos seus desaparecidos.

En el contexto de los testimonios sobre los desaparecidos se debe hacer referencia a dos casos: las familias Weinstein y Jaimovich. Si se puede explicar la “inacción” de la embajada con respecto a los desaparecidos, con el argumento que eran judíos ciudadanos de la Argentina (aunque la mayoría de las familias no aceptan este argumento), en los dos casos mencionados se trataba de jóvenes israelíes (con ciudadanía israelí),

²⁸⁶ Informação disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/#:~:text=La%20Comisi%C3%B3n%20Israel%C3%AD%20por%20los,cuerpos%20y%20brind%C3%A1ndoles%20sepultura%20digna>. Acesso em: 22 nov. 2022.

²⁸⁷ Comisión Israelí por los Desaparecidos Judíos en Argentina. Reclamos y expectativas de las familias. Disponível em: <https://amilat.online/wp-content/uploads/2020/04/Reclamosyexpectativasdelasfamilias.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

que fueron secuestrados y hechos desaparecer. De acuerdo con los reclamos de los familiares, las acciones emprendidas por la embajada y por el Estado de Israel durante el gobierno militar y con posterioridad a él estaban muy lejos de demostrar una preocupación real por sus ciudadanos²⁸⁸.

A necessidade de encontrar seus entes queridos se acentuava frente ao passar do tempo, aliás, do pouco tempo que tinham para localizar com vida aqueles que procuravam. Se, em um primeiro momento, havia esta esperança em mobilizar-se rapidamente, no decorrer dos acontecimentos estas pessoas perceberam que a procura por informações passara a ser de outra natureza.

Algunos familiares de los desaparecidos residían en Israel, o llegaron después de la desaparición de sus seres queridos. También estas familias se dirigieron a diversas personalidades y autoridades, con el propósito de requerir ayuda. En aquellos años (1976 y 1980), las familias suponían que sus parientes estaban con vida; por ello el carácter de urgencia que caracterizaba a sus pedidos, con el fin de alcanzar a salvar a quien fuera posible. Abrigaban la esperanza de que, con el apoyo de los organismos estatales de Israel, lograrían hacer desde allí lo que no habían logrado desde la Argentina. En un comienzo, las solicitudes se presentaban en forma particular a los diversos organismos (Primer Ministro, ministros, parlamentarios, altos oficiales del ejército israelí, etc.); no obstante, la sensación de las familias era que no se ocupaban de sus intereses con la efectividad necesaria, que los tiempos se agotaban y que no existió ayuda o información alguna; si la hubo, las familias no lo supieron. Con el fin de aunar esfuerzos y tratar de influir en forma más eficiente, algunas familias crearon el “Comité de familiares de desaparecidos en la Argentina” (que más adelante habría de convertirse en la “Asociación Memoria”), que exigió la injerencia activa del Estado de Israel.

Um dos nomes citados pela entidade é o de Daniel Rus, que também disponibiliza os testemunhos da mãe Sara, relatando o dia do seu desaparecimento e as circunstâncias que a família enfrentou quando buscava informações sobre ele, além do depoimento da irmã Natalia e do cunhado. Estes testemunhos foram transpostos por uma narrativa que compila um conjunto de perguntas e suas respectivas respostas, contempladas por estes familiares. Não são somente narrativas sobre os fatos, mas caracterizam-se “pelo modo como os acontecimentos repercutem no indivíduo” (HEINEBERG; FERREIRA; ASSUNÇÃO, 2020, p.12). Os testemunhos advindos dos familiares de Rus nos fazem refletir sobre a questão das lembranças como memória quando, de acordo com Ricoeur

²⁸⁸ Comisión Israelí por los Desaparecidos Judíos en Argentina. Reclamos y expectativas de las familias. Disponible em: <https://amilat.online/wp-content/uploads/2020/04/Reclamosyexpectativasdelasfamilias.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

(2014, p.110), “o reconhecimento de uma coisa rememorada é percebido como uma vitória sobre os esquecimentos[...].

O desaparecimento de Daniel Rus representou uma “dupla” perda para Sara. Antes de se deslocar para a América latina, foi diagnosticada com a impossibilidade de ter filhos devido às péssimas condições sanitárias e de alimentação enfrentadas, primeiro no gueto e depois nos campos de concentração. Anos depois, com o nascimento dos dois filhos, isso significou para ela uma renovação diante das perspectivas de uma nova fase de vida, quando emigrou da Europa. O convívio com a perda do filho mais velho significou, segundo ela: “sobrevivir dos veces”.

Tener a Daniel fue complicado porque mi cuerpo estaba deteriorado. Pero resisti. Era un chico hermoso y desde chiquito fue brillante en el colegio. Se recibió de lo que el quería. Fue un físico nuclear. Hasta el año 1976 estuvo conmigo. Fue un hijo muy esperado por mí, después de unas vivencias que tuvimos a través del Holocausto tan terrible, poder llegar a tener un hijo y una hija, fue increíble. Y mi yerno, mi hija y mis nietas están totalmente identificados con mi dolor, saben lo que me pasó a mí en los campos de concentración, jamás escondo mis vivencias²⁸⁹.

Neste processo, em que o vislumbre da morte iminente permeava a vida a cada dia, pressentida por aqueles que foram vitimados pela exclusão étnica e destituição da cidadania, a privação de elementos básicos para um desenvolvimento físico e psíquico sadio causou danos por vezes irreparáveis. Diante das doenças e sem um atendimento adequado ou, ainda, da falta de medicação, da violência e de um destino traçado por carrascos, o nascimento de um filho junto à promessa de uma segunda chance de vida, representava uma forma de “superação” e “renovação” em um sentido bastante amplo. Portanto, é compreensível que Sara relacione a concepção dos filhos como uma forma de resistência e superação dos traumas resultantes do que passou com a invasão nazista na sua cidade natal e nos campos de concentração em que foi confinada.

Outra entidade judaica que se mobiliza contra o antissemitismo na linha da AMILAT, e que também divulgou por meios audiovisuais o testemunho de Sara, é a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA). Essa entidade, localizada em Buenos

²⁸⁹ Depoimento de Sara Rus para o canal *Educación y Memoria* do *Ministerio de Educación* de Buenos Aires, Argentina. Além deste relato encontramos um canal de vídeos no *You Tube*, onde Sara Rus apresenta os fatos quando os nazistas chegaram à sua cidade e mandaram sua família para o gueto até a libertação, o encontro com Bernardo Rus, com quem veio se casar, e a vinda para a Argentina. O testemunho dela neste vídeo contempla a comemoração do Dia do Imigrante, em 04 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.educacionymemoria.com.ar/sararus>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Aires, tem como missão promover o bem-estar e o crescimento do espírito judaico na Argentina. Através desse objetivo, Sara afirma que, ao questionar os órgãos governamentais sobre o paradeiro do filho, teve um tratamento semelhante ao que recebia dos “nazis”, pois em suas declarações ela alega haver um crescente antissemitismo na Argentina.

A fala de Sara mantém-se inalterada em relação às suas lembranças sobre a guerra, a imigração e o filho Daniel. Por vezes, são quase automáticas, uma narrativa em sequência, passando os fatos sem acrescentar novas informações. Incansável nesta lembrança estaque pelo tempo, pouco nos é ofertado de fato sobre o passado de Daniel. Ela prefere dar destaque aos desafios diante dos contextos do nazismo e da ditadura argentina. Podemos dizer que a sua memória é “seletiva” (POLLAK, 1992, p. 4), onde nem todas as informações ficam gravadas ou registradas, quando atendem a um propósito específico.

Sendo assim, o ponto principal dos seus relatos parte da dor de uma mãe em busca do filho, mas que também não é de qualquer uma, é de uma mãe sobrevivente do nazismo, cujo processo de memória conecta os dois episódios em um momento contínuo, revivendo um processo cíclico de perda. Estas características podem ser verificadas nos vídeos realizados pelo canal *Encuentro*, reunidos em “*Tengo que contar*”, que apresentam o percurso de vida de Sara em quatro partes: *Supervivencia*, *Los años felices*, *Creecer de Golpe* e *La memoria*. De acordo com este canal, que tem apoio da AMIA:

La serie, compuesta de 4 capítulos, es un relato en primera persona de esta sobreviviente del odio nazi que, luego de ingresar a la Argentina, donde reconstruyó sus esperanzas ante tanta tragedia y conformar una familia, volvió a ser golpeada por el odio de la última dictadura militar.

Além do seu testemunho que podemos conferir em canais do *You Tube*, na imprensa, em palestras e outros meios de divulgação sobre o Holocausto e a ditadura argentina de 1976, ela ainda participa de algumas entidades com a finalidade de manter a memória viva sobre estes eventos e os resultados das graves violações de direitos humanos. Um destes lugares de memória é o *Museo del Holocausto*, com sede em Buenos Aires. O espaço apresenta em seu *site* na *Internet* uma visita virtual para aqueles que não tem a disponibilidade de presencialmente conhecer o acervo e sua história. A visita virtual não substitui as impressões causadas pela visita *in loco*, porém, aferem uma determinada dimensão da proposta deste local.

O *Museo del Holocausto* é um espaço de educação e memória sobre o Genocídio da 2ª Guerra Mundial, cujo acervo possui 5.550 peças originais. Além das peças, o museu oferece publicações como *Nuestra Memoria* e *Cuadernos de lo Shoá*, este último com a colaboração de Natalia Rus, irmã de Daniel. Ele conta também com a *Comisión de Sobrevivientes* em que Sara aparece como sua integrante, juntamente com outras pessoas atingidas pelo nazifascismo. Uma das iniciativas da entidade, em evento que ocorreu entre janeiro de 2017 a janeiro de 2018, foi uma exposição referente a Adolf Eichmann e da sua “passagem” pela Argentina. A mostra expôs imagens da casa em que ele morou em *San Fernando*, da carteira de trabalho na Mercedes Benz e algumas fotografias cotidianas. Segundo o museu:

La exposición intenta recordar y hacer saber acerca de cómo uno de los mayores asesinos del Siglo XX vivió entre nosotros, con nosotros. Saber cómo llegó a ser Eichmann un nazi, un planificador y ejecutor de la “Solución final”, como escapó y vivió en Alemania hasta su llegada a la Argentina con un salvoconducto de la Cruz Roja y del Vaticano. Saber cómo fueron los diez años en la Argentina respirando, caminando y compartiendo los mismos lugares que nosotros, sentado en un colectivo al lado de un niño, viajando en el mismo tren que viajaban miles de argentinos para llegar a su casa en San Fernando, comprando en los mismos almacenes de barrio que tantos vecinos bonaerenses. Saber cómo pasó de ser el organizador máximo del exterminio de millones de judíos en los campos de concentración a ser quien medía el nivel de aguas de ríos en Tucumán, o ser quien vendía licuados frutales en el puerto de Olivos o simplemente un trabajador técnico en Mercedes Benz Argentina²⁹⁰.

Em outubro de 2019, o museu recebeu oitenta e três artefatos de origem nazista, sendo setenta e um deles originais. Eles foram repassados pela Polícia Federal como resultado de uma investigação amparada na lei argentina de nº 25.743²⁹¹. Entre eles havia um busto de Adolf Hitler, um medidor de crânios, uma estátua da águia germânica sobre uma suástica, jogos de doutrinação infantil e outros objetos considerados como únicos. Segundo a imprensa: “são alguns dos objetos a serem expostos pelo *Museo del*

²⁹⁰ Informação disponível em: <https://www.museodelholocausto.org.ar/muestras/eichman-l-vivi-entre-nosotros/>. Acesso em 12 mar. 2023.

²⁹¹ A lei regula a proteção do patrimônio material, além de penalizar por infrações relacionadas a esta questão, chamada de: *Proteccion del Patrimonio Arqueologico y Paleontol; preservacion, proteccion y tutela patr. cultural; fecha de sanción 04-06-2003; publicada en el boletín nacional del 26-jun-2003*. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25743-86356>. Acesso em; 15 dez 2019.

Holocausto da Argentina, em Buenos Aires. A instituição abriu uma mostra contendo “71 artefatos nazistas apreendidos pela Justiça do país”²⁹².

Avalizadas como peças originais²⁹³, elas foram apreendidas na residência de um colecionador argentino que as guardava. Segundo o *El País*, as peças foram encontradas em um tipo de quarto oculto, um cômodo cujo acesso se dava por um passadiço situado atrás de uma biblioteca. O domicílio deste colecionador e comerciante de antiguidades está situado em Béccar, no subúrbio da capital argentina²⁹⁴.

Todas as peças faziam parte do antiquário de Carlos Olivares, processado pela Justiça argentina pela posse de peças arqueológicas e paleontológicas em violação à lei de proteção ao patrimônio. Em 2017, a polícia encontrou, durante buscas em sua residência, grande quantidade de objetos de origem japonesa, chinesa, egípcia e alemã. Os objetos nazistas estavam escondidos em uma sala secreta atrás de uma parede falsa de sua casa, localizada em um rico subúrbio de Buenos Aires. Olivares está sendo processado também por armazenar objetos nazistas para fins comerciais[...]. A coleção ainda inclui uma foto original tirada pelo fotógrafo oficial de Hitler, Heinrich Hoffmann, exibindo uma aeronave. Também chamou atenção um tabuleiro Ouija, usado para comunicação com os mortos. O objeto, gravado com símbolos nazistas, é uma relíquia dos elementos de ocultismo associados ao nazismo²⁹⁵.

²⁹² DW- Museu do Holocausto na Argentina revela relíquias nazistas. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/museu-do-holocausto-na-argentina-revela-rel%C3%ADquias-nazistas/a-50704092#:~:text=Objetos%20foram%20encontrados%20pela%20pol%C3%ADcia%20em%20casa%20de%20coleccionador.&text=Bustos%20com%20a%20imagem%20do,da%20Argentina%2C%20em%20Buenos%20Aires>. Acesso em 11 dez. 2019.

²⁹³ De acordo com a Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas, a DAIA, “en la provincia de Buenos Aires, en la localidad de San Isidro, se han secuestrado numerosos objetos provenientes del régimen nacionalsocialista de Hitler. Resultó de gran trascendencia tanto en el ámbito nacional como en el internacional la entidad de estos objetos, entre los que se destacan un bulto del rostro de Adolf Hitler, un águila imperial (símbolo que utilizaba el Tercer Reich en la Segunda Guerra Mundial), una lupa, diversos “juegos” nazis, cintas de acetato, entre otros. Todos estos objetos han sido debidamente secuestrados por orden de la Justicia. Por su parte, en el barrio porteño de San Telmo se ha procedido a allanar un local en el cual las fuerzas policiales advirtieron la venta de objetos con simbología nazi. Actualmente la causa se encuentra elevada a juicio oral. Asimismo, en la localidad de Morón, la División Contraterrorismo de la Policía de la Policía de Buenos Aires procedió a incautar múltiples objetos del régimen nazi. Se encuentra pendiente un juicio oral por estos hechos. Estos resultados permiten evidenciar tres cuestiones. Por un lado, el obrar de las Fuerzas de Seguridad conjuntamente con la DAIA en la lucha contra el antisemitismo. Por otro, lo llamativo que ha resultado para esta institución tomar conocimiento de la cantidad de objetos provenientes del régimen nazi que se encuentran a la venta, todos ellos en el mismo año. Por último, cabe destacar la postura asumida por muchos funcionarios judiciales y del Ministerio Público Fiscal, que diligentemente han ordenado diversas medidas de allanamiento y secuestro de objetos nazis. Disponível em: <http://www.daia.org.ar/wp-content/uploads/2018/11/informe-antisemitismo-2018-2017-corre-2-1.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019. Ver a notícia disponível em; <https://www.dw.com/pt-br/museu-do-holocausto-na-argentina-revela-rel%C3%ADquias-nazistas/a-50704092>. Acesso em: 13 dez. 2019.

²⁹⁴ Tesouro nazista é achado em quarto secreto na Argentina. *El País*, 20 de junho de 2017. Disponível em: <https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/otros-establecimientos/pra%C3%A7a-de-mayo>. Acesso em: 8 jul. 2023.

²⁹⁵ DW-Museu do Holocausto na Argentina revela relíquias nazistas. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/museu-do-holocausto-na-argentina-revela-rel%C3%ADquias-nazistas/a-50704092#:~:text=Objetos%20foram%20encontrados%20pela%20pol%C3%ADcia%20em%20casa%20de%20coleccionador.&text=Bustos%20com%20a%20imagem%20do,da%20Argentina%2C%20em%20Buenos%20Aires>

O museu foi nomeado como depositário legal destes objetos até que a justiça encerre os trâmites legais e determine o destino deles²⁹⁶. As informações acerca da originalidade dos objetos encontrados são de:

Que según el perito experto alemán Dr. Stephan Klingen, del Instituto Central de Historia del Arte de Múnich, la mayoría de los objetos recibidos corresponden a la era pre-nazi y nazi y tuvieron modificaciones posteriores. Fueron consultados 32 expertos durante la investigación. Que en la mayoría de los casos se les hicieron adulteraciones en la posguerra, que según el experto fueron “con el fin de politizar y personalizar en un sentido nacionalsocialista las piezas auténticas”. Según él, “fueron modificados en un grado mínimo, a fin de simular un significado ficticio (y con ello una unicidad y valor de coleccionista)”. Que las modificaciones identificadas no alteran, en palabras de Klingen, “su significado histórico-cultural, que cuenta con gran interés por parte de los museos alemanes relacionados con la temática” y menciona al menos tres instituciones que los incorporarían a su colección. Que entre la selección de objetos que van a incluirse en la nueva exhibición del Museo, no entrarán aquellos definidos como falsificaciones. Que el Museo se encuentra a disposición para cualquier consulta de expertos²⁹⁷.

A ocultação da posse de objetos raros desta espécie, e que só poderiam pertencer a algum membro da elite nazista, aponta para uma forma de resguardo destas relíquias como exaltação de princípios nazista em terras latino-americanas. Não somente no “acolhimento” de criminosos, mas, também, pela existência de grupos bastante alinhados à ideologia do nacionalismo alemão fora da Alemanha.

A principal hipótese dos investigadores e da comunidade judaica argentina sobre as antiguidades nazistas é que elas foram levadas para o país por um ou vários ex-dirigentes nazistas depois da Segunda Guerra Mundial, quando o país se transformou em refúgio de criminosos de guerra, incluindo alguns dos mais conhecidos, como Josef Mengele, que viveu em Buenos Aires durante uma década²⁹⁸.

[de%20coleccionador.&text=Bustos%20com%20a%20imagem%20do.da%20Argentina%2C%20em%20Buenos%20Aires](#). Acesso em: 11 dez. 2019.

²⁹⁶ Segundo as informações contidas no site do museu sobre os objetos. Disponível em: <https://www.museodelholocausto.org.ar/prensa/el-museo-del-holocausto-de-buenos-aires-es-el-depositario-judicial-de-83-objetos-incautados/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

²⁹⁷ Museo del Holocausto. Prensa: Sobre los objetos recibidos. Disponível em: <https://www.museodelholocausto.org.ar/prensa/sobre-los-objetos-recibidos-por-el-museo-del-holocausto-como-depositario-judicial/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

²⁹⁸ Tesouro nazista é achado em quarto secreto na Argentina. El País, 20 de junho de 2017. Disponível em: <https://turismo.buenosaires.gob.ar/br/otros-establecimientos/pr%C3%A7a-de-mayo>. Acesso em: 8 jul. 2023.

A permanência de objetos nazistas nas mãos de pessoas após décadas, desperta atenções redobrada em relação à continuidade de uma devoção ideológica ao nazismo. Preservar e guardar estas “reliquias” nefastas também atentam para uma possível procura deste tipo de objeto por parte daqueles que colecionam artefatos desta natureza.

Na imagem de número 43, podemos ver a fachada do *Museo del Holocausto* que está localizado na *Calle Montevideo* no bairro da *Ricoleta* em Buenos Aires.

Figura 52: *Museo del Holocausto/ Buenos Ayres.*



Fonte: DW Global Media Forum

Pierre Nora define que os lugares de memória são, “antes de tudo, restos”, porém, estes restos nos proporcionam a constância de um passado e, ainda, são a “forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA,1993, p. 12-13). Desta forma, quando determinadas comunidades se veem ignoradas pela história oficial das instituições estabelecidas como forma de poder, há a necessidade de estas requererem ou organizarem espaços para a divulgação pública, ou, como destaca Pollak (1992, p. 3), “lugares de apoio de memória, que são lugares de comemoração” também. Mas, para além dos lugares de memória, estes espaços buscam educar o meio social para as atrocidades cometidas pelos nazistas e fazem isso através destes marcos de memória sobre o passado entendidos como “fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 2).

Não é uma coincidência que a Argentina tenha a maior comunidade judaica da América Latina, visto que o país que comporta multiplicadores do antissemitismo. Também não é um acaso que a vigília de instituições e associações judaicas se mantém atenta a ressurgimentos apologéticos nazistas e de ações e práticas antissemitas, como já falamos no início. Dito isso, cabe também destacar a atuação da *Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas* (D.A.I.A), entidade que produz publicações anuais sobre o antissemitismo na Argentina, tendo como um ponto alto a educação da sociedade para o enfrentamento de ações e discursos de ódio de cunho antissemita.

La DAIA es la entidad representativa de la comunidad judía argentina. A ella están adheridas ciento cuarenta instituciones judías, sociodeportivas, educativas, culturales, religiosas y profesionales de todo el país. Tiene también filiales en cada una de las provincias de la República en las cuales hay presencia de la comunidad judía. La DAIA tiene como objetivo la defensa de la dignidad del judaísmo argentino denunciando el antisemitismo, luchando contra el antijudaísmo, la discriminación étnica, social o religiosa y la xenofobia. Previene también la amenaza permanente del terrorismo internacional (2018)²⁹⁹.

No ano de 2018, a entidade denunciou uma crescente onda de ataques antissemitas contra a comunidade judaica nos meios de comunicação locais e nacionais. Segundo o seu informe:

Respecto a los tipos de antisemitismo predominante durante 2018, observamos que un 27% estuvo representado por el tipo expresión xenófoba, un 18% por la categoría Medio Oriente y un 17% por las categorías simbología nazi y conspiración/dominación del mundo respectivamente. Dichos porcentajes no presentan variaciones significativas respecto a años anteriores, lo que expone estabilidad respecto de los tipos de antisemitismo que prevalecen en las manifestaciones discriminatorias contra los judíos en nuestra sociedad (2018, p. 20).

Os lugares de memória, do ponto de vista de Nora (1993, p. 21), são “com efeito nos três sentidos de palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” e as iniciativas de entidades judaicas em relação ao antissemitismo na Argentina, além de reunir os testemunhos sobre o genocídio judaico e disponibilizá-los em vídeos e material pedagógico para acesso universal, orientam-se pela preocupação com a preservação da memória sobre o genocídio judaico, alertando, educando e

²⁹⁹ Informação disponível em: <https://www.daia.org.ar/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

revalorizando ações que possam erradicar sentimentos e movimentos excludentes de cunho étnico-racial.

Como uma sobrevivente do Holocausto e mãe de um desaparecido durante a ditadura, Sara transita entre os muitos lugares de memória na Argentina, onde as “preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 4). Assim como ela, outras mulheres de origem judaica circulam neste mesmo universo, cujas histórias de vida apresentam semelhanças, terminando por convergirem para estes espaços definidos.

Bernardo Rus, pai de Daniel, não participou com a mesma atuação de Sara em relação ao passado na Europa, nem em relação ao desaparecimento do filho. Segundo Sara, foi um golpe terrível para ele procurar pelo filho e não obter informações que contemplassem as suas angústias. Bernardo faleceu em 1984 um ano após o término do regime. O tempo que dispôs até à sua morte, ele o utilizou para escrever às autoridades competentes rogando esclarecimentos sobre o filho. Nos discursos de Sara, ela alega que o marido estipulou um tempo para encontrar as respostas sobre Daniel, depois disto parece ter desistido da própria existência e, assim, adoeceu, vindo a falecer em seguida.

O posicionamento de Bernardo não o destituiu de uma atuação no campo social, porém, mais silenciosa diante daqueles que narraram as suas agruras. A busca por resultados se deu através de meios legais, e ele deixou um legado de cartas oficializadas para encontrar o filho desaparecido. Já Sara externalizou sua dor pelas falas, relatos, testemunhos e ações na manutenção de uma memória viva, pois, através da própria história, ela alertou para os perigos de reincidências destes tipos de governo, o nazista e a ditadura argentina. No ano de 1977, ela juntou-se às *Madres de Plaza de Mayo* como parte da linha fundadora, após o desaparecimento de Daniel, pois, em um determinado dia, ela avistou um grupo de mulheres que se juntavam na *Plaza de Mayo* compartilhando as incertezas, as probabilidades e as esperanças para a localização dos seus entes queridos que haviam desaparecido.

Neste ínterim, estas mulheres acabaram trocando as poucas informações que tinham entre si e acabaram por formar um movimento cuja dimensão perpassou a violência que recaiu sobre elas diante das manifestações que promoviam. O movimento conhecido como *Madres de Plaza de Mayo*³⁰⁰ possibilitou a mobilização da sociedade

³⁰⁰ O nome dos movimentos tem origem num ato de 1977, em que mais de uma dúzia de mães, cujos filhos foram sequestrados pelo governo durante a ditadura, reuniram-se numa praça central de Buenos Aires, a Plaza de Mayo, e caminharam em protesto em direção à Casa Rosada (sede do governo federal) exigindo

argentina na conscientização das práticas utilizadas pelo regime de Videla pelas vozes destas incansáveis mulheres. Sobre as *Madres*, Sara recorda que “su lucha fue muy dura, fueron muchos años sin encontrar noticias de sus hijos, lo cual afectó a muchas ellas en lo más profundo”³⁰¹. Além de juntar-se às *Madres* no ano de 1977, com seu *pañuelo blanco*, atualmente ela se autodefine como ativista dos direitos humanos.

Em determinados momentos de suas narrativas, Sara faz comparações entre as práticas da ditadura argentina e o regime nazista. Contudo, não existe um ponto de comparação que justifique tal colocação. Atribuir semelhanças é nada mais do que pessoal. No caso de Sara, esta questão está relacionada com a perda, com o vazio deixado pela ausência de detalhes em relação ao filho. Portanto, é aceitável que estas comparações sejam feitas por aqueles que vivenciaram o nazismo, embasados pelos testemunhos que se referem à existência de métodos diferenciados em relação aos detidos de origem judaica. Apesar do número de detidos nesta condição, na Argentina, ser pequeno diante do todo, os sobreviventes dos campos de extermínio nazistas tendem a somá-los aos milhões de mortos do Holocausto.

A partir do excerto a seguir, podemos inferir outro posicionamento em relação às comparações feitas por Sara entre os regimes de Videla e o nazista:

[...] con todas las cosas que hacía esta gente... las torturas que les pasaban a los jóvenes, desgraciadamente más a los judíos y escuchar estas cosas. No puedo hacer comparaciones, una cosa es sufrir como una madre y después de tanto luchar y sobrevivir una guerra tan tremenda y perder un hijo por nada, uno hijo deseado. Estos jamás uno podría imaginarse³⁰².

Sara mantém firmeza ao contar às pessoas o que se passou com ela nestes dois contextos. Sem dados ou informações mais precisas sobre o destino do filho, ela vai tecendo suas narrativas entre as parcas informações que dispõe sobre Daniel e o seu passado com a guerra. As ações empreendidas em defesa dos direitos humanos têm como

respostas ao fato de seus filhos terem sumido e seus registros civis anulados, tentando pressionar a Junta Militar que governava a responder pelos crimes contra os direitos humanos que teriam praticado. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/maes-e-avos-da-praca-de-maio-movimentos-pela-reparacao-dos-danos-causados-durante-a-ditadura-militar-na-argentina.phtml>.

Acesso em 29: nov. 2019.

³⁰¹ “La búsqueda de Sara”. Depoimento de Sara Rus ao Educación y Memoria. Disponível: <https://www.educacionymemoria.com.ar/sararus>. Acesso em: 20 mar 2023.

³⁰² Entrevista com Sara Rus. Ver em: <https://cnnespanol.cnn.com/radio/2019/06/18/sara-rus-la-madre-de-plaza-de-mayo-sobreviviente-de-auschwitz/>. Acesso em 23 nov. 2019.

finalidade oportunizar suas experiências aos mais jovens e, assim, transmitir aos referentes círculos familiares e sociais as memórias sobre os eventos.

Lo que les pedimos a los jóvenes es que sigan nuestros pasos en la lucha por reivindicar los Derechos Humanos. Las heridas permanecen abiertas en tanto y en cuando no se haga justicia. Por eso, mi deseo es que ellos sigan luchando con el compromiso y la apuesta por un mundo mejor, más justo y solidario con el otro³⁰³.

Ao longo dos anos, essa senhora, que contava com noventa e poucos anos, participava de palestras e discussões relatando a sua trajetória por uma Europa atingida pela guerra, sobre o antissemitismo e sobre a horror da ditadura argentina. Nas suas muitas falas, paralelamente ao recordar a sua história, percebe-se que ela preenche um espaço vazio em relação ao filho Daniel. A reconstrução dos fatos daquilo que poderia ter sido, ou o que se passou com ele, é preenchida através do seu próprio testemunho de vida e embasado em outros testemunhos de vítimas da tortura e do sofrimento que denunciaram o antissemitismo presente nos cárceres clandestinos argentinos³⁰⁴.

Até o dia em que Daniel foi detido no CNEA, Sara diz não ter conhecimento sobre o que ocorria na Argentina sob o comando de Videla, pelo menos no que diz respeito às modalidades de repressão. Mas, diante da perda e do convívio com outras pessoas em situação coincidente à sua, ela pôde compreender a extensão da violência a que seu filho foi submetido.

Como dissemos anteriormente, ela não tinha informações precisas sobre os fatos em relação ao desaparecimento de Daniel, apenas proposições embasadas em outros casos que puderam trazer à público as condições em que estiveram detidos. De acordo com ela: “No sé de qué manera lo mataran y torturaron. En el momento en que me llevaran a mi hijo mi madre, que estuvo conmigo mucho tiempo, dejó casi de hablar. No le interesó más la vida. Murió con su dolor”³⁰⁵. Continuando a narrativa, Sara diz:

Mi hijo fue llevado saliendo de la Comisión de Energía Atómica. Después de mucho tiempo, nos han informado que en ese momento apareció una camioneta como de lavandería y bajó gente uniformada y lo llevaron. Después de esas averiguaciones, empezó la marcha por los lugares de Derechos Humanos, por el Ministerio del Interior,

³⁰³ Depoimento de Sara Rus ao Educación y Memoria. Disponível: <https://www.educacionymemoria.com.ar/sararus>. Acesso em: 20 mar 2023.

³⁰⁴ Eva Eisenstaedt compilou em um livro a história de Sara Rus, intitulado “*Sobrevivir dos veces: De Auschwitz a Madre de Plaza de Mayo: relato testimonial de Sara Rus*”.

³⁰⁵ “La búsqueda de Sara”. Depoimento de Sara Rus ao Educación y Memoria. Disponível: <https://www.educacionymemoria.com.ar/sararus>. Acesso em: 20 mar 2023.

empezamos a mandar cartas a donde podíamos, mandamos al mismo presidente de la Nación, tengo respuestas directas del presidente, mandé incluso una carta al mismísimo Papa Juan Pablo II (también polaco), y me respondió que estaba haciendo todo lo posible por encontrar a mi hijo. Todas las madres obteníamos las mismas respuestas en los mismos lugares: que están sorprendidos, que no lo encuentran, que no lo pueden ubicar. Con cinismo, era increíble escuchar que nadie sabía nada ni tenía ninguna responsabilidad. La cuestión es que hasta hoy en día jamás tuvimos una contestación positiva sobre dónde lo llevaron. Nos han dicho que lo llevó la Marina, pero eso es todo³⁰⁶.

Pensando os tratados do pós-guerra para defesa de direitos e da integridade diante de crimes contra a humanidade, como genocídio nazifascista, constante na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, percebe-se que “el caso de las dictaduras del Cono Sur de la América Latina, los recursos de la jurisdicción interna son a menudo ilusorios para salvaguardar los derechos de la víctima indefensa por su propio Estado” (GUTIÉRREZ; CONTRERAS; VILLEGAS DÍAZ, 1998, p. 20). Se, anteriormente, os países latinos estiveram subjugados a uma cultura colonial eurocêntrica, com o passar dos séculos é perceptível um espaço para a disseminação de novas releituras de ideologias referentes às supremacias raciais, cujo imperativo residia em rearticular a submissão de determinados grupos a uma autoridade suprema.

A partir de relatos que afirmam a presença de um ideário nazifascista em alguns centros de detenção e de alagoes que prevaleceram sobre prisioneiros de origem judaica, percebemos determinadas particularidades que o regime argentino apresentou. Muito embora não tenham ocorrido práticas e ações diretas de cunho antissemita, os suplícios infringidos aos prisioneiros judeus ressaltam o viés político da repressão alinhado à origem étnica destes indivíduos.

Esta questão aponta para um fato, de que no combate ao comunismo empreendido por agentes a serviço da repressão, previam-se alguns antecedentes antissemitas que definiram um perfil ideológico de determinados repressores, como foi o caso, por exemplo, do “Turco Julián” no CCD *El Olimpo*. Em seu testemunho na quinta audiência do Juicio a las Juntas, Mário César Villani afirma que Julián lhe confessou que “menos mal que se murió ese judío de mierda porque si no le tenía que soltar”, em relação às

³⁰⁶ “La búsqueda de Sara”. Depoimento de Sara Rus ao Educación y Memoria. Disponível: <https://www.educacionymemoria.com.ar/sararus>. Acesso em: 20 mar 2023.

articulações empreendidas pelo Partido Comunista para a liberação de um dos seus filiados³⁰⁷.

Pela perspectiva de Sara, os métodos e as práticas da ditadura argentina lhe conferem certa semelhança com o regime nazista, talvez em um sentido de como estes dois eventos a atingiram. Reparar uma falta que não tem a explicação necessária para consolar esta família em termos de circunstâncias e acontecimentos, tornou-se o objetivo de vida desta sobrevivente que, ao repetir inúmeras vezes os fatos em seus relatos, reconstrói a ausência do filho Daniel. Passados os anos, segundo ela afirma: “Yo lucho por no olvidar. Lucho por la Memoria. Para que jamás los nazis, los de allá y los de aquí, tengan la fuerza que han tenido. La memoria es lo más importante. Si no tenemos memoria las cosas vuelven a pasar”.

A memória de Daniel Rus perpassa os eventos relacionados ao nazifascismo, pois, sendo argentino e inserido no meio social, outras ações agregaram-se às afirmativas de Sara. Exemplo disto vem da *Asociación Física Argentina* que mantém uma pequena homenagem em seu *site* na *Internet*, destacando vinte e dois nomes de físicos que desapareceram durante a ditadura argentina, cuja mensagem alerta: “No perder la memoria es la unica manera de evitar que la historia se repita”³⁰⁸.

Nesta mesma linha de homenagens-memória, o *Museo Sitio de Memoria ESMA* recordou os trabalhadores do CNEA que foram detidos, mortos ou desaparecidos, em um evento intitulado: *La visita de las cinco: un golpe en la ciencia* realizado em julho de 2019 na sede da instituição, que contou com a presença do sobrevivente Manoel Rojas e de Sara Rus. Neste encontro, ela recordou o ingresso de Daniel como físico nuclear na instituição e, segundo ela, ele: “sintió una felicidad enorme. Siempre nos decía: ‘cuando mi país me necesite, yo siempre voy a estar presente’”³⁰⁹.

³⁰⁷ Duros testimonios contra el “Turco Julián” en la quinta jornada del juicio. Clarín, 2006. Disponível em: https://www.clarin.com/ultimo-momento/duros-testimonios-turco-julian-quinta-jornada-juicio_0_SksftD41RKe.html. Acesso em: 9 de jul. de 2023.

³⁰⁸ Além de Daniel Rus, a homenagem cita os nomes de: María de los Milagros Baleriani, Jorge Bonafini, Gustavo Delfor Garcia Campannini, Federico Eduardo Alvarez Rojas, Daniel Eduardo Bendesky, Gabriela Carabelli, Susana Flora Grynberg, María Estela Gentile, Enrique Ernesto Espeche, Julia Natividad Huarque, Matilde Itzigzhon, Alfredo Antonio Girgi, Ignacio Ikonicoff, Federico Gerardo Ludden, Eduardo Alfredo Pasquini, Guillermo Claudio Vargas Aignase, Jorge Luis Badillo, Graciela Mabel Barroca Gerardo Strejilevich, Manuel Tarchisky, Antonio Missetich. Disponível em: <https://www.fisica.org.ar/institucional/fisicos-desaparecidos/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

³⁰⁹ Este lugar de memória está localizado no edifício Casino de Oficiales, onde funcionou um centro clandestino de detenção da *Escuela Mecánica Armada* (ESMA), durante a ditadura argentina de 1976. Estima-se que um número de cinco mil pessoas, entre homens e mulheres, que ali foram detidas, mortas ou desaparecidas. Estas pessoas era militantes políticos ou sociais, trabalhadores, sindicalistas, estudantes, professores, artistas e religiosos. O local abrigou partos clandestinos em cativeiro. Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/item/un-golpe-a-la-ciencia/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

A *Escuela Urquiza* também homenageou o seu ex-estudante Daniel nas comemorações de final de curso e recebimentos dos diplomas, cuja proposta para os jovens formandos consistia nesta homenagem e na nomeação da biblioteca da instituição com o seu nome “con el objetivo de recuperar la memoria histórica”. Sara Rus foi convidada e discursou em nome da família relatando um pouco sobre o filho, lembrando aos estudantes que “por estos pasillos y estas aulas transitaba mi querido Daniel”³¹⁰.

A imagem de Sara Rus como uma sobrevivente do Holocausto durante a Alemanha nazista, reforça a memória sobre o filho desaparecido na ditadura argentina. Quaisquer que sejam as suas participações em palestras, homenagens, testemunhos, relatos, entrevistas, os dois contextos que a vitimaram denotam uma relação intensa através da sua fala. É perceptível o vazio que ela preenche com o seu próprio testemunho. Diante da ausência de explicações exatas acerca dos eventos que levaram o seu filho a tornar-se um desaparecido político em 1977, ela o faz com através da sua história de vida. Transitando entre os múltiplos lugares de memória, seja no evento de formatura dos alunos da *Escuela Urquiza*, na atuação como *Madre de Plaza de Mayo*, ou mesmo nas muitas entidades ligadas à comunidade judaica, ela mantém uma memória dinâmica sobre o nazismo, o antissemitismo e a ditadura argentina por uma multiplicidade de espaços possíveis na sua busca por Daniel.

4.2.2 Vinãs Gigli e Campiglia: o Processo Condor e a violência de Estado entre duas nações contra dois ítalo-argentinos

A implementação de ditaduras a partir de golpes de Estado sincronizou países da América Latina em relação ao combate do “comunismo”, dentro e fora das suas fronteiras. Distintas e equânimes, em variados graus de estruturação, violência e perseguição, elas caracterizaram-se pela autoridade por parte de governos militares, de coalizões golpistas, de violação dos direitos básicos e fundamentais do homem, da irradiação do medo no meio social e no intuito de aceitação e colaboração e da violência excessiva aos seus “inimigos” ou de indivíduos que com eles tivessem ou não ligações aleatórias, ou seja, que não se configurassem apenas no campo político.

³¹⁰ *Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires: La Escuela Urquiza recuerdo a un egresado detenido desaparecido.* Disponível em: https://buenosaires.gob.ar/areas/educacion/eventos/daniel_rus.php?menu_id=21710. Acesso em: 12 nov. 2022.

Nesta lógica de diferenças/semelhanças entre os modelos ditatoriais latino-americanos, os regimes civil-militares no Chile, entre 1973 e 1990, sob Augusto Pinochet, no Brasil, entre 1964 e 1985, com os militares, na Argentina, entre 1976 e 1983, com Jorge Rafael Videla, no Paraguai, entre 1954 e 1989, com Alfredo Stroessner, na Bolívia, entre 1964 e 1982, com militares e no Uruguai, entre 1973 e 1985 iniciada com Juan María Bordaberry uniram-se em uma aliança para melhor combater os seus inimigos. De acordo com Ramírez (2017, p. 3):

Ciertamente todo atentado a la visa, por local las estadísticas pueden ser frías y algo desumanas, pero ellas sirven como termómetro para evaluar ese aspecto en términos relativos. Aún con una población mucho mayor, Brasil tuvo los menores índices represivos regionales, comparado a los otros casos nacionales, en particular a los de Argentina y Chile, tal vez los más emblemáticos. Los datos varían, pues distintos fueron los momentos de recopilación, pero todos corroboran esa tesis.

Iniciada pelo que conhecemos como *Plan Condor*, posteriormente ficou conhecida como “Operação Condor” quando efetivamente se concretizou em ações, dentro de uma lógica de orientação externa anticomunista estadunidense. De acordo com Padrós (2005, p. 720), “o nome *Condor* foi sugerido pela delegação uruguaia como homenagem ao país anfitrião” em uma reunião denominada de Primeira Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, firmada em Santiago do Chile ao final de 1975.

Ao final do ano de 1975, quando um grupo de militares, coronéis, majores e capitães representando seis países se reuniu em uma mansão na cidade de Santiago, no Chile, o intuito era o de criar um sistema integrado de colaboração mútua entre países da América Latina³¹¹. Estes militares eram “todos oficiales de inteligencia, hombres cuyo trabajo era ahora derrotar lo que denominaban indistintivamente subversión, terrorismo o comunismo internacional” (DINGES, 2004, p.31).

Este sistema, referido como “Sistema Condor”, “Organización Condor” ou “Operación Condor”, promoveu não somente o compartilhamento de informações sobre indivíduos alocados na categoria de “inimigos internos”, como possibilitou o sequestro e o desaparecimento de inúmeras pessoas entre as fronteiras do Brasil e da Argentina sem maiores impedimentos. A envergadura da “Operação Condor”³¹² alçou espaços fora dos

³¹¹ Chile, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

³¹² O Condor-dos-andes (Vultur Gryphos) é considerada uma ave que simboliza o poder, a saúde e a longevidade pelas culturas andinas. Ela integra os brasões oficiais de países como a Colômbia, a Bolívia, o Equador e o Chile. Na mitologia inca é considerada “imortal”, mas no mundo animal ela é um espécime

seus domínios, pois, aquilo que pareceu ser uma aliança informacional para o enfrentamento da “subversão” e as últimas ditaduras brasileira (1964-1985) e argentina (1976-1983), estiveram conectadas por relações de mutualidade através desta operação que consistia em uma aliança de cooperação para o combate ao “comunismo internacional” a partir de ações conjuntas ou do alinhamento entre os seus agentes e, ainda, pelas influências de outras nações estrangeiras.

La Operación Cóndor en sí misma fue reponsible de una relativamente pequeña proporción del total de muertes y violencia, pero representa la peor y última desviación del Estado de Derecho y la sociedad civilizada. En efecto, las más altas autoridades de varios países acordaron cooperar em el emprendimiento del terrorismo de Estado; esto es, no solo no protegieran los derechos humanos de sus propios ciudadanos sino que conspiraron para violar las normas internacionales de recaudo: el derecho de asilo, la protección a los refugiados, el *habeas corpus* y los cuidadosamente elaborados procedimientos de extradición de quienes enfrentan cargos por crímenes cometidos en un país y son arrestados en outro (DINGES, 2004, p. 39).

Esta “parceria” entre o Brasil e a Argentina, no período em que coincidiram as duas últimas ditaduras, permitiu a troca de informações e possibilitou sequestros de grupos e militantes “comunistas”, dificultando as poucas possibilidades de alguma forma de mobilidade pelas fronteiras destes dois países. O controle dos “inimigos” assumiu um caráter transnacional. Além da espionagem de *Montoneros* e militantes argentinos, uruguaios e outros pela repressão brasileira e de militantes brasileiros pela repressão argentina, a Operação Condor foi um braço das repressões que trabalharam clandestinamente, inclusive vigiando banidos políticos em outros países da América Latina.

Dentre os muitos indivíduos que foram detidos pela Operação Condor podemos averiguar aqueles que possuíam dupla cidadania italiana, no caso eram ítalo-argentinos como Horacio Domingo Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas Gigli, dois militantes *Montoneros* que foram vítimas da Operação Condor. Tratamos anteriormente dos seus percursos de vida, no entanto, intuímos ampliar as trajetórias destes dois sujeitos tendo em vista uma iniciativa para a reparação de vítimas do regime, ocorrido décadas após os seus desaparecimentos.

necrófago da família dos catartídeos (cathartidae), que se alimenta exclusivamente de carniça, animais mortos. O Condor é requerido como símbolo em uma diversidade de situações, seja por tradições e culturas locais ou pelo impacto da sua significação no imaginário popular. Além de estampar brasões, esta ave empresta sua nomenclatura para cidades, logradouros, edificações, estabelecimentos comerciais, entre uma miríade de outros usos, marcando presença em múltiplos lugares.

Esta iniciativa aponta para um processo jurídico movido no exterior pelas respectivas famílias de ambos os sujeitos. O processo chamado de “Condor” teve início a partir de denúncias que levaram a investigações em 1999, e o caso Viñas Gigli e Campiglia movido contra repressores brasileiros foi acatada pela *I Corte de Assise de Roma* no ano de 2015, movimentado em separado do grande processo, pois este já se encontrava em andamento quando recebeu denúncias referentes ao dois ítalo-argentinos.

Em 2005, a esposa de Viñas Gigli recebeu uma indenização do Estado brasileiro em reconhecimento ao desaparecimento forçado do ítalo-argentino, bem como a atuação de militares brasileiros na prisão e tortura enquanto ele estava detido. Esta questão trouxe um reforço para a acusação dos réus brasileiros, embasada no reconhecimento da culpabilidade no caso Viñas Gigli da parte brasileira.

O processo Condor, desde o seu início, colocou no banco de réus repressores que foram reconhecidos como atuantes nas ditaduras latinas relacionadas entre si através da Operação Condor. A Corte de Roma acatou as denúncias de graves violações dos direitos humanos ocorridas em países da América Latina advindas de familiares das vítimas com cidadania italiana.

A Procuradoria de Roma pediu o julgamento de 35 membros das juntas militares e dos serviços de segurança da Bolívia, Chile, Peru e Uruguai durante os anos 1970 e 80, pela morte de 20 cidadãos de origem italiana, confirmaram nesta terça-feira à Agência Efe fontes do judiciário. O Ministério Público os acusa de diferentes denúncias, entre as quais estão homicídio, massacre e sequestro durante a chamada Operação Condor, orquestrada pelas ditaduras da América Latina para reprimir a oposição nesses países de forma coordenada. O procurador-geral de Roma, Giancarlo Capaldo, explicou à Efe que a audiência preliminar em que se decidirá sobre os processos abertos acontecerá a partir do mês de outubro e detalhou que os nomes dos destinatários dos pedidos de envio a julgamento serão divulgados nos próximos dias.³¹³

A justiça italiana iniciou o primeiro julgamento do processo Condor em 13 de fevereiro de 2015 contra 31 indivíduos militares e civis do Uruguai, Bolívia, Chile e Peru, acusados de assassinato ou desaparecimento de quarenta e três pessoas.

Depois de 15 anos de investigações, vai começar na Itália o maior julgamento internacional sobre crimes cometidos pelos regimes militares da América do Sul nos anos 70 e 80, dentro da ação repressiva que ficou conhecida como Operação Condor. Focado na morte de 23

³¹³ Justiça italiana pede julgamento sobre Operação Condor. Exame, 18/06/2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/justica-italiana-pede-julgamento-sobre-operacao-condor/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

pessoas de cidadania italiana, o processo foi aceito pelo Tribunal de Roma. Ele acusa 35 militares e políticos latino-americanos por crimes contra a humanidade e pode condená-los até mesmo à prisão perpétua³¹⁴.

Dentre os acusados havia seis ítalo-argentinos e quatro ítalo-uruguaios. Contudo, o único réu presente no banco dos réus foi o ex-membro do Serviço de Inteligência da marinha uruguaia, Jorge Néstor Troccoli, acompanhado de seus advogados. Este foi o primeiro repressor julgado pela causa contra a Operação Condor na Europa, seguido de outro repressor uruguaio: o ex-integrante do Organismo Coordenador de Operações Antisubversivas (OCA), major Antranig Ohannessian³¹⁵.

Até o início desta primeira audiência o promotor Giancarlo Capaldo afirmou que levou mais de doze anos para reunir as devidas provas.

Após 40 anos dos fatos, este processo tem um valor moral e procura conhecer a verdade ou parte da verdade do que ocorreu na América Latina. Deve demonstrar o que ocorreu de modo autônomo, independente, imparcial”, disse à imprensa o promotor Giancarlo Capaldo, que começou a reunir provas há mais de 12 anos. Diante da falta de acusados argentinos neste processo - sendo que a ditadura argentina, como se sabe, fez parte da Operação Condor para a eliminação de opositores políticos junto às do Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile e Peru -, o promotor havia declarado anteriormente que se tratava de uma “escolha política” do governo argentino³¹⁶.

No caso tanto de Campiglia quanto de Viñas Gigli, ambos eram ítalo-argentinos cuja detenção e desaparecimento tinham ligações com a Condor, pois foram interceptados pelas autoridades brasileiras e entregue às autoridades argentinas para, em seguida, desaparecerem.

Estes dois casos exemplificam como Giancarlo Capaldo definiu quem deveria ser capturado para depor à Justiça italiana. O procurador buscou os responsáveis diretos pelos atos e também a cadeia de comando. No

³¹⁴ Itália começa a julgar 23 assassinatos no Cone Sul pela Operação Condor. Gazeta do Povo, 04/03/2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/italia-comeca-a-julgar-23-assassinatos-no-cone-sul-pela-operacao-condor-1ncsycrsll088fawy1vf1hlce/>. Acesso: 19 set. 2022.

³¹⁵ Antranig Ohannessian Ohannian, conhecido como “El turco”, “El armenio” ou “Oscar”, foi acusado pelo promotor Giancarlo Capaldo por participar no desaparecimento dos uruguaios Gerardo Gatti, Bernardo Arzone, Juan Pablo Recagno e Maria Emilia Gatti de Islas ocorrido entre setembro e outubro de 1976. Eles estavam detidos no CDC *Automotores Orletti*, em Buenos Aires. A sua participação na Operação Condor era inquestionável, pois estava a serviço de um órgão uruguaio que atuou na repressão de detidos em um centro de prisioneiros na Argentina. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/antranig-ohannessian>. Acesso em: 6 abr. 2023.

³¹⁶ Itália julga os repressores da Operação Condor. Revistas Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/539909-italia-julga-os-repressores-da-operacao-condor>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Brasil, só foi possível mapear os comandantes dos aparelhos repressores, já que o país nunca investigou profundamente os crimes da ditadura militar. Assim, no caso de Horácio Domingo Campiglia, que ocorreu no Galeão, foram consideradas responsáveis autoridades nacionais, como o então presidente João Baptista Figueiredo e o então ministro do Exército, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, ambos já falecidos, além de autoridades dos órgãos das polícias e do Exército no Rio de Janeiro. Já o caso de Lorenzo, ocorrido em Uruguaiana, envolve as mesmas autoridades nacionais e inclui autoridades gaúchas³¹⁷.

A colaboração existente entre Brasil e Argentina durante os processos ditatoriais vitimou estes dois *Montoneros* quando ambos utilizaram o Brasil como rota de passagem. Campiglia foi detido no Rio de Janeiro e Viñas Gigli na fronteira sul entre Uruguaiana e *Paso de los Libres*. Seus trajetos eram contrários e as suas intenções não correspondiam ao mesmo propósito, pois o primeiro retornava para a Argentina com o intuito de reforçar a luta contra a ditadura em uma contraofensiva; o segundo, estava deixando a Argentina com destino à Itália, em razão das investidas da repressão contra os *Montoneros*.

Segundo Machado (2022, p. 2131):

Finalmente, entre 1979 e 1980, outra operação dentro do Sistema Condor ocorreu no Brasil. A ditadura militar brasileira autorizou e auxiliou uma operação secreta das forças de segurança argentinas. Conjuntamente, as duas ditaduras militares da Argentina e do Brasil sequestraram dois membros da organização guerrilheira Montoneros, Horacio Campiglia e Susana Binstock, que desembarcaram no aeroporto do Rio de Janeiro vindos do México. Tratou-se, portanto, de uma típica operação de Fase 2 do Sistema Condor realizada na entrada da década de 1980.

Em 2015, quando a denúncia contra os indivíduos envolvidos na detenção de Campiglia e Viñas Gigli foi apresentada, colocou no banco dos réus quatro brasileiros: João Osvaldo Leivas Job, Carlos Alberto Ponzi, Marco Aurélio da Silva Reis e Átila Rohrsetzer. No decorrer do processo, três deles faleceram³¹⁸, restando apenas Rohrsetzer.

³¹⁷ Informação constante em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiasinternacionalnoticias/2011/02/italia-julga-ainda-este-ano-sul-americanos-envolvidos-na-operacao-condor/>. Acesso em 10 abr. 2023.

³¹⁸ Leivas Job era Coronel do Exército. Foi agente da Divisão Central de Informações (DCI) da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul no início da década de 1970. A DCI havia sido criada em Porto Alegre em 1969 e tinha por objetivo centralizar as ações de combate aos grupos insurgentes, sendo seu primeiro diretor o então major Átila Rohrsetzer; faleceu em 11 de novembro de 2019. Ponzi era coronel do Exército. Serviu em 1971 na área de informações da 6ª Região Militar, tendo participado da Operação Pajussara, de combate à VPR de Lamarca. Coordenador da Operação, Nilton Cerqueira ganhou prestígio com as execuções de Carlos Lamarca, Zequinha Barreto, Otoniel Barreto, Luiz Antônio Santa Bárbara e, em Salvador, Iara Iavelberg e a jovem Nilda Carvalho Cunha; faleceu em 20 de abril de 2019. Reis era

Além destes, mais nove brasileiros foram denunciados e notificados por vias judiciais. Leivas Job fora secretário de segurança no Rio Grande do Sul, Ponzi chefiava o Serviço Nacional de Informações em Porto Alegre, Reis era delegado de polícia ligado ao DOPS gaúcho.

O envolvimento de Rohrsetzer com o regime ditatorial faz dele um número em uma lista de 377 pessoas ligadas direta ou indiretamente com a repressão no Brasil, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo as informações do Memorial da Resistência, ele fazia parte da:

Divisão Central de Informações (DCI), órgão com funções equivalentes aos Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que atuava em parceria com as áreas de segurança e informações do III Exército, sendo, porém, formalmente subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, as chefias da Divisão Central de Informações (DCI), com a missão de centralizar as ações de combate a grupos insurgentes, eram exercidas por delegados de polícia e policiais militares. A DCI só fazia análise e informações, enquanto os interrogatórios e as ações de combate eram executados pelo DOPS/RS. Em 1974 e 1975, Áttila Rohrsetzer organizou o DOI-CODI do III Exército sob a chefia do coronel João Oswaldo Leivas Job, primeiro chefe desse destacamento. Além disso, foi um dos mentores do “Dopinha” – local clandestino de tortura e desaparecimento instalado no centro de Porto Alegre. Em 1967, foi denunciado na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul que investigou o “caso do sargento das mãos amarradas”. Motivo pelo qual, em 1973, no auge da repressão política, a viúva Elizabeth Chalupp Soares ajuizou ação requerendo pensão, ressarcimento pela União das despesas do funeral e indenização por danos materiais e morais. Além do major Menna Barreto, apontou o então capitão de Infantaria Áttila Rohrsetzer como responsável pela morte de seu marido Manoel Raimundo. Está na lista dos 13 agentes do Estado brasileiro citados pelo procurador Giancarlo Capaldo, responsáveis pelo desaparecimento forçado dos ítalo-argentinos Horacio Domingo Campiglia Pedamonti (1980), no Rio de Janeiro, e Lorenzo Ismael Viñas Gigli (1980), na fronteira de Paso de los Libres (Argentina) e Uruguaiana (Brasil). Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971³¹⁹.

Como vimos no excerto acima, o ex-coronel atuava na região sul do país, mais precisamente em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Presos nos anos 1970 nesta localidade em datas distintas, João Carlos Bona Garcia, Antônio Pinheiro Salles,

delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Teve participação em caso de prisão ilegal e tortura; faleceu em 02 de junho de 2016. Informação disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas>. Acesso em: 12 mai. 2023.

³¹⁹ Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/atila-rohrsetzer/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

Fernando Damata Pimentel, Vera Saavedra Durão, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Ignez Maria Serpa Ramminger afirmam que Rohrsetzer participava das sessões de tortura a que foram submetidos. Bona Garcia testemunharia no tribunal italiano contra o acusado no caso de Campiglia e Viñas Gigli. Entretanto, ele veio a falecer sete dias antes de dar o seu depoimento, em 12 de março de 2021³²⁰. Porém, antes de falecer, enviou ao ministério público italiano um relato sobre as condições de sua prisão e do tratamento que recebeu por parte de Rohrsetzer e de outros indivíduos.

As provas apresentadas para sustentar o processo na Itália constaram como sendo suficientes para manter a condenação dos agentes brasileiros referente aos casos de Campiglia e Viñas Gigli. Como desfecho, a Corte Assise de Roma reconheceu a culpa dos acusados na sentença publicada no dia 17 de dezembro de 2021, assinada pela juíza Marina Finiti. Porém, extingue a ação em razão da morte dos réus antes do término do processo. Segundo o periódico Estado de S. Paulo:

Essa é a primeira vez que um tribunal estrangeiro se manifesta a respeito do mérito em um processo criminal em que brasileiros eram acusados de participar da Operação Condor, que uniu órgão de repressão de ditaduras latino-americanas e que já levou à condenação de militares, argentinos, uruguaios, chilenos e paraguaios³²¹.

Os acusados pelos crimes de massacre, sequestro e homicídio qualificado não receberam à devida sentença, pois morreram antes do veredicto. Três deles já haviam falecido no início do andamento do processo e Átilla Rohrsetzer morreu no dia 3 de agosto de 2021, sem que a sentença fosse efetivada.

Um brasileiro poderia ser condenado, pela primeira vez, por participar da Operação Condor, aliança entre as ditaduras sul-americanas nos anos 1970. Não no Brasil, mas na Itália. O coronel Átilla Rohrsetzer, 91 anos, morreu antes do julgamento. Aposentado, ele vivia em um bairro rico de Florianópolis. Agora, o processo deverá ser extinto. Era esse caso que vinha sendo julgado há anos na Itália, em processo aceito pela Justiça. São vários acusados de cometer crimes contra a humanidade, que são imprescritíveis pelo Direito internacional. No Brasil, a Lei da

³²⁰ O ex-presos político e ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o advogado João Carlos Bona Garcia morreu devido ao Covid-19, aos 74 anos. Garcia foi preso pela repressão nos anos 1970 e acabou sendo trocado pelo embaixador sequestrado Giovanni Enrico Bucher da Suíça. Foi para o exílio e retornou ao país quase dez anos depois de banido. Ele acusou o ex-coronel Attila Rohrsetzer de ser um dos seus torturadores.

³²¹ Justiça Italiana reconhece culpa de brasileiros na Operação Condor. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/justica-italiana-reconhece-culpa-de-brasileiros-na-operacao-condor/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Anistia, de 1979, tem livrado agentes do Estado de prestar contas sobre crimes durante o período da ditadura³²².

Mesmo assim, o processo italiano representou uma possibilidade de reparação não somente pela questão legal, mas pelo fato de que, passadas décadas, os crimes dos regimes ainda suscitam atenção. O reconhecimento destes sujeitos como agentes a serviço da repressão, sob provas contundentes, tem muita relevância para o campo das reparações, principalmente por ter partido de uma corte internacional. O Brasil já fora condenado anteriormente pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por detenção, tortura e desaparecimento de militantes do PC do B e civis na região do Araguaia. Contudo, a condenação teve que ser retirada, pois o Tribunal Federal amparou-se na vigência plena da Lei de Anistia de 1979.

A partir dos anos 80, o caso da Guerrilha do Araguaia, iniciado em 1982 nos tribunais nacionais e ainda em tramitação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, foi o único apresentado contra o Brasil perante a CIDH a incidir sobre os crimes praticados pelos órgãos de repressão contra dissidentes políticos do regime militar. Além de sua relevância histórica, trata-se de um caso paradigmático da mobilização jurídica nacional e transnacional em prol da reconstrução da memória da ditadura. Este caso é importante por três razões principais. Primeiro, mostra claramente como o direito e a política se influenciam reciprocamente ao longo de diferentes contextos políticos. Segundo, ilustra a incansável mobilização dos direitos humanos por parte de atores organizados da sociedade civil, que usam a disputa judicial, tanto em escala nacional como transnacional, como parte de uma estratégia de luta social e política em prol do “direito à memória e à verdade”. Terceiro, mostra como o Estado atua de maneira contraditória ao longo de diferentes momentos políticos. Estes aspectos da mobilização dos direitos humanos e da atuação do Estado podem ser observados em três momentos que delimitaram o percurso e o objeto da disputa judicial: a partir do seu início em 1982; a partir de 1995, quando o caso foi levado à CIDH; e desde 2009, quando encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (SANTOS, 2010, p. 138).

O processo na Itália pôde proporcionar discussões frente à legislação brasileira, além de ter um efeito moral de reparação, ainda que pontual. A distinção entre o processo na Itália e o da Comissão Interamericana são as dimensões alcançadas pela Operação Condor como extensão do processo repressivo fora dos territórios nacionais de países da

³²² Morre brasileiro que seria julgado na Itália por participar da Operação Condor. Sul21, 26/10/2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/politica/2021/10/morre-brasileiro-que-seria-julgado-na-italia-por-participar-da-operacao-condor/>. Acesso em: 22 set. de 2022.

América Latina. Estão em julgamento crimes internacionais, com um viés de apelo sobre vítimas consideradas italianas pela questão da dupla cidadania.

Muito se tem discutido ao longo destas décadas sobre os efeitos da repressão na sociedade. Longe de uma condenação nos tribunais brasileiros de maneira mais efetiva³²³ em face das *Juntas* que os argentinos realizaram, a fim de levar a julgamento indivíduos que abusaram da autoridade de seus postos, os familiares das vítimas e as próprias vítimas que sobreviveram operam por entre as poucas “brechas” que o sistema apresenta. Este processo demonstrou-se como uma destas “brechas”, e, mesmo que não possa atender a todas as demandas em termos de justiça para aqueles que a solicitam, ele proporciona uma visibilidade de agentes repressores a serviço de um aparato metodológico por eles utilizados, além da sua vinculação ao Estado brasileiro.

Apesar do Estado brasileiro não encarar a responsabilidade em relação às suas vítimas e aos mortos e desaparecidos políticos entre 1964 e 1985, ele assume uma postura distinta em relação a estrangeiros condenados pela *Corte di Cassazione* em Roma, que julgou o processo Condor. Exemplo disso ocorreu em 2010 quando o governo brasileiro prendeu o argentino Cesar Alejandro Enciso que, nos anos setenta, participou em ações ao lado da *Triple A*. Ele integrou a *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE) e atuou na repressão no *CDC Automotores Orletti* em Buenos Aires, sendo acusado pelos desaparecimentos de quatro pessoas: os uruguaios Gerardo Gatti e Julio César Rodríguez Rodríguez, e as argentinas Manuela Santucho y Cristina Navajas de Santucho. Enciso residiu no Brasil portando identidades falsas por mais de vinte anos, e constava em uma lista de procurados da Interpol. A Itália pediu a sua extradição.

Enciso, que desde los 80 se escondió en Brasil con una identidad falsa, fue detenido en Río de Janeiro a fines de 2010 por un pedido del fiscal Giancarlo Capaldo en la causa del Cóndor que se instruyó en Italia. El Tribunal Superior de Brasil lo extraditó a la Argentina ante un requerimiento del juez federal Daniel Rafecas a condición de que se lo juzgue sólo por secuestros de personas que permanecen desaparecidas, que son delitos permanentes. Brasil no firmó la Convención contra la imprescriptibilidad de los delitos de Lesa Humanidad, por lo que considera prescriptos los asesinatos y las torturas que Enciso cometió

³²³ Algumas causas judiciais são movidas individualmente como o caso da família Telles e da família Merlino contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em outubro de 2008, o juiz da 23ª Vara Cível do Fórum de João Mendes, reconheceu Ustra como responsável pelas torturas infringidas à família Telles, César, Amélia e Criméia. Outra ação foi a condenação em primeira instância da 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo a dois anos e 11 meses de prisão em junho de 2021, pelo crime de sequestro qualificado do ex-fuzileiro naval Edgar de Aquino Duarte. Contudo, nenhum destes acusados cumprem, ou cumpriram no caso de Ustra que faleceu em outubro de 2015, alguma pena pelos crimes de que foram acusados.

hace cuatro décadas al servicio de la SIDE, que encabezaba su suegro, el general Otto Paladino³²⁴.

A *Automotores Orletti* era uma antiga oficina mecânica alugada por agentes da SIDE para instalar um centro de detenção e tortura. Localizado em Buenos Aires, o centro funcionou de maio de 1976 a novembro do mesmo ano, podendo ter se estendido até início de 1977 (PADRÓS, 2005). O local chamado de *El Jardín*³²⁵ pelos repressores foi a base da Operação Condor na Argentina.

A oficina mecânica *Automotores Orletti* foi a fachada que escondeu o centro clandestino de detenções e *chupadero*, além de ser a principal base de operações dos comandos repressivos uruguaios que agiram na Argentina, sob a cobertura de coordenação repressiva binacional. Sobreviventes relatam que a palavra em código que permitiu abrir a pesada porta metálica que permitia o acesso dos veículos era *Sésamo* (pertinente alusão à caverna dos ladrões de Ali Baba). Alguns autores consideram que foi a maior base do Condor naquele país; latino-americanos de outras nacionalidades também estiveram ali detidos, e vários acabaram desaparecidos (PADRÓS, 2005, p. 741).

A justiça italiana também condenou o brasileiro Pedro Antônio Mato Narbondo³²⁶, ex-militar envolvido com a Operação Condor, que solicitou ao governo brasileiro que cumpra a sua pena no país. Narbondo foi condenado à prisão perpétua pelo tribunal italiano em 2021 por sua participação em homicídios durante a ditadura argentina, cujas vítimas eram italianas. O Superior Tribunal de Justiça acatou o pedido e decidiu que o acusado pode contestar frente ao pedido italiano. Para que a sentença estrangeira seja válida é necessária a homologação pelo STJ do Brasil. Muito embora os crimes tenham ocorridos na Argentina, a ministra do STJ levou em consideração que o código penal italiano confere à justiça do país a competência para o processamento de crimes políticos cometidos no exterior³²⁷. No caso de brasileiros natos, a extradição é impedida pela Constituição Federal³²⁸.

³²⁴ <https://www.pagina12.com.ar/62169-secuestros-torturas-y-asesinatos-en-orletti>. Acesso em: 13 maio 2023.

³²⁵ <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/sitiosdememoria/espacios/orletti/ccorletti>. Acesso em: 7 mar. 2023.

³²⁶ Narbondo nasceu no Brasil, mas é filho de uruguaios. Ele optou pela nacionalidade brasileira junto ao cartório de registro civil das pessoas naturais e registros especiais de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, em 2003.

³²⁷ Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/62169-secuestros-torturas-y-asesinatos-en-orletti>. Acesso em: 13 maio 2023.

³²⁸ Superior Tribunal de Justiça-notícias. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/28022023-STJ-admite-processamento-de-pedido-para-que-brasileiro-envolvido-na-Operacao-Condor-cumpra-pena-no-Brasil.aspx>. Acesso em: 13 maio 2023.

O julgamento na Itália, voltado para indivíduos que cometeram crimes de lesa-humanidade durante as ditaduras que ocorreram em países latino-americanos, abriu um precedente para os casos de militantes ítalo-brasileiros que foram vítimas da repressão brasileira entre os anos sessenta e setenta. Em 2009, familiares das vítimas cogitaram levar as denúncias sobre os desaparecimentos e mortes dos seus entes aos tribunais da Itália e da Espanha. A historiadora Janaína Telles, membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, afirma que os familiares decidiram entrar em contato com o promotor italiano Giancarlo Capaldo e o juiz espanhol Baltasar Garzón para darem início às investigações dos crimes ocorridos durante a Operação Condor.

A intenção seria apresentar os casos de Antonio Benetazzo e Líbero Castiglia, os dois ítalo-brasileiros cujos percursos de vida foram relevados neste trabalho. Como Benetazzo morreu em 1972 e Castiglia desapareceu na região do Araguaia em 1973, o procurador italiano não viu como investigar esses casos que estavam fora do recorte temporal do processo. A Corte italiana destinou-se a denúncias referentes à Operação Condor e, de fato, ambos não se enquadram no período em que teve início a operação conjunta coordenada pelos militares dos países que firmaram a aliança. Diferentemente dos casos de Campiglia e Viñas Gigli, vitimados pela Operação Condor, os dois ítalo-brasileiros têm apenas uma questão em comum: a dupla cidadania italiana³²⁹.

Contudo, a questão da cidadania pode converter-se em um fator favorável para que os familiares destes ítalo-brasileiros levem seus casos à justiça italiana. De acordo com José Luiz Del Roio, um ex-militante da organização clandestina ALN, descendente de italianos e senador que mora na Itália desde 1977, o processo Condor “leva em conta tanto pessoas com dupla cidadania como descendentes”. Para ele, os familiares podem “driblar” a Lei da Anistia e apelar para a descendência ou a cidadania estrangeira. Para Del Roio, a importância deste processo reside na consequência política e no significado histórico para o caso de não ocorrer a prisão dos réus se condenados, pois a justiça italiana não permite o encarceramento de pessoas com mais de setenta anos. Mesmo assim, eles ainda seriam conhecidos pelas suas condenações a nível mundial³³⁰.

³²⁹ Vítimas da ditadura querem levar casos a tribunais europeus. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/vitimas-da-ditadura-querem-levar-casos-a-tribunais-europeus,c26a4999eed4b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 maio 2023.

³³⁰ Judiciário na Itália pode investigar repressão a descendentes no Brasil. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17401&anchor=5219642&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=5ab58942c855bf3a1f6f4843307497e4>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Em relação aos ítalo-brasileiros, a notícia intitulada ‘Família de Italiano quer indenização’ aborda a pretensão dos familiares de Benetazzo em levarem o caso à justiça dentro do processo que corre na Itália e da inclusão do caso Castiglia. Segundo ela:

Assim como os seis argentinos e uruguaios que tinham cidadania italiana (na verdade dupla cidadania) e moveram o processo, a irmã de Benetazzo, Nordana Benetazzo, tem uma vantagem em relação aos parentes de outras pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar. [...]. Por meio do processo, elaborado pelo advogado milanês Giancarlo Maniga e acolhido pelo Ministério Público italiano (está em fase de diligências), os parentes de desaparecidos querem a reparação institucional por parte das autoridades envolvidas, indenizações e responsabilidade penal³³¹.

A data desta informação é do ano de 1999, quando o processo ainda estava na sua fase inicial. As investigações iniciaram naquele ano, contudo, somente em dezembro de 2007 a juíza italiana Luisanna Figliolia autorizou o pedido de prisão de 140 suspeitos no envolvimento com a Operação Condor. De acordo com o procurador Giancarlo Capaldo, que pediu a colaboração do Brasil para punir os acusados no caso Campiglia e Viñas Gigli, o país deveria processar estes indivíduos ou permitir que a justiça italiana o faça. O Brasil demonstrou pouco interesse em conhecer a verdade sobre os fatos ocorridos durante o período, e, se estas pessoas são responsáveis por crimes de lesa-humanidade, então deveriam ser punidas legalmente. Capaldo se refere ao fato de que o Brasil se recusou a extraditar os acusados, rejeitando o pedido italiano³³².

A questão de punir judicialmente agentes, militares e demais envolvidos com o processo repressivo no Brasil ainda suscita grandes discussões. Percebe-se que, nestes dois casos de ítalo-brasileiros, não houve avanços no que diz respeito a efetivar uma participação no processo italiano. No caso dos ítalo-argentinos, houve precedentes que possibilitaram amparar as denúncias, visto que a justiça brasileira indenizou as famílias reconhecendo a responsabilidade em relação ao sequestro e entrega às autoridades argentinas, destacando o papel dos agentes brasileiros envolvidos com os desaparecimentos de ambos. Lembramos que a acusação referente aos treze brasileiros envolvidos com os ítalo-argentinos se deu em razão das relações entre o Brasil e a Argentina pela Operação Condor.

³³¹ Família de italiano quer indenização. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1709199917.htm>. Acesso em: 11 de maio 2023.

³³² Itália insistirá em punir acusados de sequestro. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080306-41778-nac-8-pol-a8-not>. Acesso em: 15 maio 2023.

Outro ponto é que a Argentina levou aos tribunais nacionais os seus repressores e envolvidos com a violência de Estado, coisa que o Brasil não efetuou devido à amarração legal de impunidade promovida pela Lei da Anistia de 1979, ainda em vigor. Desta maneira, os familiares das vítimas brasileiras vislumbram em outras instâncias formas de reparação em relação à violência que atingiu os entes queridos, como no caso do processo italiano. Tanto Benetazzo quanto Castiglia tinham cidadania italiana, mas isso não os torna aptos a participarem do processo, ou para que seus casos sejam acatados, como discutimos anteriormente. Mesmo diante da possibilidade de alargamento do processo para todos os descendentes de italianos ou com cidadania italiana, teria que se ampliar o ponto principal do processo que ainda é a Operação Condor. Fato que deixa de fora muitas das vítimas dos regimes repressivos que também precisariam de determinada estrutura para fazê-lo.

O processo Condor partiu de uma iniciativa do procurador da República italiana Giancarlo Capaldo. O intuito era atender denúncias sobre indivíduos que acabaram detidos, mortos ou desapareceram pelas vias da aliança entre os países da América Latina, dentro dos seus processos ditatoriais. O Plano Condor ou Operação Condor demonstrou ser o elo entre uma cadeia repressiva que cruzou as fronteiras latino-americanas e deixou desamparados muitos estrangeiros que estavam exilados ou escondidos fora dos seus países. Brasileiros pereceram sob outros regimes que não a ditadura brasileira, como no Chile, na Argentina e em outros países. Da mesma forma que argentinos, chilenos, uruguaios foram devolvidos aos regimes dos seus países de origem por meio desta relação com a Operação Condor.

A Justiça italiana condenou à prisão perpétua 24 políticos e militares sul-americanos por mortes e desaparecimentos de 23 opositores de origem italiana no âmbito da Operação Condor, aliança entre ditaduras militares da América do Sul nas décadas de 1970 e 1980. Os magistrados do Tribunal de Apelação de Roma consideraram o grupo composto por militares e policiais desses países responsáveis por intervir na operação militar acordada entre as ditaduras sul-americanas para sequestrar e executar dissidentes. Todos os 24 repressores foram sentenciados à revelia, com exceção do ítalo-uruguaio Jorge Tróccoli, ex-capitão e portador de passaporte italiano, que compareceu à primeira audiência do julgamento realizado em fevereiro de 2015 e é o único que reside livremente na Itália³³³.

³³³ Itália condena repressores envolvidos na Operação Condor. DW, 09/07/2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/it%C3%A1lia-condena-repressores-envolvidos-na-opera%C3%A7%C3%A3o-condor/a-49520587>. Acesso em: 4 ago. 2022.

De acordo com o *Archivio Desaparecido: storie di desaparecido italiani in America Latina*:

Durante gli anni '70 il continente sudamericano viveva la sua epoca più buia sotto il comando di feroci dittature militari. Chiunque si opponesse ai regimi veniva sequestrato, torturato e fatto sparire: erano gli anni dei desaparecidos. Decine di migliaia di persone sono state fatte scomparire dentro alle centinaia di centri clandestini di tortura e sterminio sparsi nei Paesi. Potevano essere ovunque: un garage, una villa in periferia, un casinò per gli ufficiali, una caserma, un appartamento in centro città. Dentro ai centri clandestini il sequestrato veniva disumanizzato e sottoposto alle più indicibili torture: stupri di gruppo, pestaggi, scosse di corrente elettrica, bambini pestati davanti ai genitori. Il sequestro poteva durare qualche ora, giorni, mesi o anche anni. In pochi sono sopravvissuti, la maggior parte sono stati buttati in mare ancora vivi con i "voli della morte" o interrati in una fossa comune. Le detenute incinte erano tenute in vita fino al parto e subito dopo erano assassinate mentre il neonato, come se fosse un bottino di guerra, veniva rubato da un militare o da una famiglia vicina alla dittatura³³⁴.

Quando indagado pelo entrevistador Alfredo Sprovieri quanto aos obstáculos enfrentados por este tipo de investigação, pelas diferentes jurisdições entre as nações envolvidas e qual a maneira de superá-los, Capaldo responde que:

Un sistema giuridico ci sarebbe e ci sarebbe stato anche per quanto riguarda l'Italia. Teniamo conto, per esempio, l'approccio diverso che ho avuto nel processo che ho svolto rispetto a quello di Garzon in Spagna. Garzon in Spagna ha avuto la possibilità di attivare la giustizia spagnola per tutti i casi, non soltanto su quelli che colpivano i cittadini spagnoli soltanto. Perché la Spagna come paese ha firmato la

³³⁴ Tradução: "Durante os anos 70, o continente sul-americano viveu sua era mais sombria sob o comando de ferozes ditaduras militares. Quem se opunha aos regimes era raptado, torturado e obrigado a desaparecer: estes eram os anos dos desaparecidos. Dezenas de milhares de pessoas desapareceram em centenas de centros clandestinos de tortura e extermínio em todo o país. Podiam estar em qualquer lugar: uma garagem, uma moradia nos subúrbios, um casino para oficiais, um quartel, um apartamento no centro da cidade. Dentro dos centros clandestinos, os sequestrados eram desumanizados e submetidos às mais indizíveis torturas: estupros coletivos, espancamentos, choques elétricos, crianças espancadas na frente dos pais. A convulsão pode durar algumas horas, dias, meses ou até anos. Poucos sobreviveram, a maioria foi jogada no mar ainda viva com os "voos da morte" ou enterrada em uma vala comum. As presas grávidas eram mantidas vivas até o parto e, logo em seguida, eram assassinadas enquanto o recém-nascido, como se fosse um espólio de guerra, era roubado por um militar ou uma família próxima à ditadura". Este projeto do *Centro di Giornalismo Permanente*, com apoio financeiro da *Ettica-SGR* e suporte de apoio da *Fundazione Lelio e Lisli Basso (ISSOCO)*, aborda a questão dos desaparecidos durante as ditaduras na América Latina por país. Além do histórico dos golpes no Chile, na Argentina e no Uruguai, estão listadas algumas das vítimas com cidadania italiana destes países. Dentre os argentinos não constam os nomes de Campiglia ou de Viñas Gigli, dentre os doze nomes argentinos listados acompanhados de depoimentos de familiares das vítimas. Podemos averiguar também, uma entrevista com Giancarlo Capaldo e sobre o julgamento da Operação Condor. A *Fundazione Lelio e Lisli Basso* tem sob sua guarda uma documentação reunida pelo senador Lelio Basso sobre tribunais internacionais realizados no âmbito da defesa dos direitos humanos. Documentos sobre Anistia no Brasil (1978-1979), fundos do tribunal Russel II (1978-1979) e do Tribunal Permanente dos Povos (1981, 1990, 1991, 1999). Disponível em: <https://www.archiviodesaparecido.com/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

convenção sulla giurisdizione universale per quanto riguarda i delitti contro l'umanità, l'Italia no. Noi infatti abbiamo potuto agire soltanto in confronto alle vittime italiane. L'Italia dovrebbe e tutti i paesi dovrebbero ritenere l'affermazione della giurisdizione universale per alcuni reati che colpiscono i crimini contro l'umanità. Probabilmente la difficoltà per questo qual è: la difficoltà per questo è che non tutti i paesi si fidano della giustizia degli altri paesi. Perché la giustizia è uno strumento molto delicato, non sempre fa giustizia, scusate il disturbo delle parole. È possibile usare uno strumento di giurisdizione universale per perseguire teoricamente anche, non so, il presidente della Francia o la regina d'Inghilterra potrebbero essere perseguitati da una giurisdizione universale usata un po' per vendetta. Così come noi procediamo nei confronti delle giunte sudamericane, teoricamente il giudice sudamericano, sottoposto spesso ai governi sudamericani, potrebbe agire contro il nostro presidente del Consiglio per questo, quindi: la giurisdizione universale sconta un problema di cultura giuridica complessiva che non è facilmente risolvibile. Credo che la storia dovrebbe portare in questa direzione, per l'affermazione della giurisdizione universale, anche per un altro motivo: perché così i dittatori non si sentirebbero mai sicuri; perché ogni dittatore, in realtà, si sente al sicuro nel suo paese. Se pensa di essere comunque essere messo sotto schiaffo in un momento storico in un altro paese, nascerebbe l'esigenza di una etica politica diversa³³⁵.

Nas relações entre o Brasil e a Argentina, no período em que coincidiram as duas últimas ditaduras, a cooperação conjunta para informações e sequestros de militantes “comunistas” através da Operação Condor tornou elástico os espaços para a atuação de agentes, militares e policiais tornando invisível os limites territoriais de onde cada nação

³³⁵ Tradução: “Haveria e teria havido um sistema jurídico em relação à Itália. Temos em conta, por exemplo, a abordagem diferente que tive no ensaio que realizei em comparação com a de Garzon em Espanha. Garzon na Espanha teve a oportunidade de ativar a justiça espanhola para todos os casos, não apenas aqueles que afetaram apenas cidadãos espanhóis. Porque a Espanha, como país, assinou a Convenção sobre a Jurisdição Universal em matéria de crimes contra a humanidade, a Itália não. Na verdade, só conseguimos agir em relação às vítimas italianas. A Itália deve e todos os países devem considerar a afirmação da jurisdição universal para certos crimes que afetam crimes contra a humanidade. Provavelmente a dificuldade para isso é que nem todos os países confiam na justiça de outros países. Porque a justiça é um instrumento muito delicado, nem sempre faz justiça, desculpa a perturbação das palavras. É possível usar um instrumento de jurisdição universal para processar teoricamente até, sei lá, o presidente da França ou a Rainha da Inglaterra poderiam ser perseguidos por uma jurisdição universal usada um pouco para vingança. Assim como procedemos contra as juntas sul-americanas, teoricamente o juiz sul-americano, muitas vezes sujeito a governos sul-americanos, poderia agir contra nosso primeiro-ministro por isso, portanto: a jurisdição universal sofre de um problema de cultura jurídica geral que não é facilmente resolvido. Creio que a história deve caminhar nessa direção, para a afirmação da jurisdição universal, também por outra razão: porque então os ditadores nunca se sentiriam seguros; porque todo ditador, de fato, se sente seguro em seu país. Se ele acha que ainda está levando um tapa na cara em um momento histórico em outro país, surgiria a necessidade de uma ética política diferente”. Sobre a entrevista de Giancarlo Capaldo ao *Archivo Desaparecido* referente ao Processo Condor. Disponível em: <https://www.archiviodesaparecido.com/il-processo-condor-intervista-a-giancarlo-capaldo/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

tinha ou não o domínio legal sobre os seus cidadãos, pelo menos no que diz respeito ao “inimigo” das repressões. Essa vasta “organização criminosa” que, de acordo com Padrós, (2005, p. 733) foi:

[...] baseada num acordo do máximo nível político e militar envolvendo os Estados argentino, chileno, uruguaio, paraguaio, boliviano e brasileiro, com sede no Chile, atuou no Cone Sul visando o sequestro ilegal de pessoas, sua desapareição, morte/ou tormento, sem importar limites territoriais ou nacionalidades das vítimas. Desse acordo surgiu o compromisso de obter, intercambiar e organizar informações de inteligência e realizar operações conjuntas contra alvos definidos em todos os países membro, prevendo o traslado das vítimas de um país a outro.

O controle do “inimigo” passou a ser transnacional como afirma Machado (2022, p. 2013), “transnacionais de ‘subversivos’ por meio da coordenação repressiva entre as ditaduras militares da América do Sul”, visto que agentes a serviço da repressão e suas práticas e ações não se limitaram somente à troca de informações, mas perpassaram as fronteiras brasileira, argentina, chilena, uruguaia e paraguaia cometendo sequestros e assassinatos e que teriam ocorrido antes mesmo da formalização ocorrida no ano de 1975.

O Processo Condor estendeu-se por algumas décadas, e determinadas fontes de imprensa definem que o seu início se deu no ano de 1999, porém, o que se percebe a partir das muitas informações é que parte do resultado das investigações deram entrada na corte neste ano. Entre os anos de 2005 e 2006 foram realizadas as sessões referentes aos julgamentos. Quanto ao desdobramento do processo Campiglia e Viñas Gigli, as datas apresentam-se compatíveis com os anos de 2014 e 2015, apesar de haver conjecturas que ele teria se iniciado em 2013. A esposa de Viñas Gigli:

Claudia Allegrini espera há 22 anos que a justiça italiana chegue aonde a brasileira não chegou: condenar por crimes contra a humanidade militares do Brasil que participaram da Operação Condor. Em 1999, ela apresentou ações contra quatro militares brasileiros em um tribunal do país europeu pelo sequestro e a tortura infligidos ao ítalo-argentino Lorenzo Viñas. Filho do escritor e crítico literário David Viñas, Lorenzo era seu marido e o bebê deles ainda não tinha um mês quando ele foi preso e desapareceu. “A Itália permite que seja julgado à revelia”, diz ela, explicando por que escolheu a justiça daquele país³³⁶.

³³⁶ Claudia Allegrini: “Quando Lorenzo desapareceu, me parti em duas. Criei minha filha e o procurei”. El País, 31/03/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-31/claudia-allegrini-quando-lorenzo-desapareceu-me-parti-em-duas-criei-minha-filha-e-o-procurei.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

De acordo com Machado (2020, p. 1664-1665), cujo trabalho de pesquisa resultou em uma “radiografia” estrutural de ligas anticomunistas pelo mundo e suas relações, o chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército do Uruguai, coronel Villar, argumentou, no final do ano de 1974, dentro da Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília, que o Brasil possuía experiência com o “intercâmbio de subversivos presos”. Em resposta, a delegação brasileira da *Confederacion Anticomunista Latino-Americana* (CAL), representada pelo coronel Jair do Amaral Vasconcellos do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), afirmou não possuir esta experiência. Porém, admitiu que este procedimento poderia ter valor para os serviços de Segurança de determinado país.

Eles deliberaram, portanto, no final de 1974, sobre o “intercâmbio de subversivos presos”, de forma secreta e clandestina, entre governos e Estados anticomunistas – a maior parte deles regido por ditaduras militares – e os “Capítulos” nacionais e organizações militares associadas da CAL. E o raciocínio feito pelo coronel do CISA no sentido de que, caso interessasse aos “serviços de Segurança de determinado país, o assunto deveria ser tratado de maneira informal e direta pelos interessados”, antecipou o que viria a ser, um ano depois, o Plano ou “Operação” Condor. Este se configurou historicamente como um Sistema “antissubversivo de Coordenação, Inteligência e Segurança regional operacionalizado pelo acionar repressivo de um robusto aparato do terrorismo transnacional de Estado e de seus aliados das extremas-direitas na América Latina (MACHADO, 2020, p. 1665).

Ao investigar e acatar as denúncias dos efeitos desta estruturação, percebe-se lacunas nos processos de reparação que muitos familiares têm para reivindicar. Pensamos que, ao chegar a um tribunal internacional, o processo inicial foi julgado pela *Corte de Casazione* de Roma e o dos ítalo-argentinos pela *I Corte de Assise* de Roma, destacando o fato de que havia muitos elementos com dupla cidadania italiana. O caminho aberto por este processo não colocou um ponto final na busca pelos possíveis espaços para a reparação dos crimes de lesa humanidade, mas deixa um alerta sobre um passado que não passa, explicitando a falta de conciliação com um passado recente que se abre em um momento tão atual de intolerâncias e disputas em nome das liberdades individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos somos conduzidos por caminhos que nos levam a pensar nas multiplicidades e particularidades dos protagonismos relativos aos sujeitos em seu tempo, bem como nos lugares que foram palco de acontecimentos e que marcaram determinados períodos da nossa história recente. Pensamos nas narrativas imediatistas que não dão conta em compreender fatos e ações de maneira profícua. Há certa facilidade em posicionar-se diante dos fatos a partir de um julgamento raso e rápido, concluindo uma verdade sem perceber as suas minúcias, distinções, faltas e, por que não, seus excessos.

Os percursos de vida de Benetazzo, Campiglia, Viñas Gigli, Sirkis e Rus nos levaram a perceber as distinções de cada um. Contudo, estes “estrangeiros” foram protagonistas em contextos de ditaduras no Brasil e na Argentina. Sobre o passado e suas relações familiares, inferimos que aqueles cujas famílias eram imigrantes do pós-guerra tiveram “conexões” com dois eventos históricos: os regimes totalitários nazifascistas e a repressão dos regimes latino-americanos. Por esta razão utilizamos o termo “conexões”, visto que os núcleos familiares vivenciaram ambos os contextos: a Segunda Guerra Mundial e as ditaduras no Brasil e na Argentina.

Procuramos, a partir destas características, reconstruir as trajetórias que aqui foram apresentadas. A finalidade foi a de compreender os sujeitos em suas minúcias, distinções e faltas, explorando um conjunto de fontes que nos conduziram por caminhos para contemplar as hipóteses por nós suscitadas. Como peças de um quebra-cabeças, reunimos indícios e pistas deixadas por este passado em nosso presente. Este encaixar de peças nos instigou, nos movimentou e por vezes nos frustrou. As expectativas por encontrar as respostas sobre os fatos acabaram por nos colocar diante das muitas clivagens sobre o autoritarismo brasileiro e argentino.

As temáticas referentes às ditaduras no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983) ainda requerem muitas investigações e estudos que contemplem as lacunas sobre estes eventos, além das múltiplas formas de repressão e exclusão que elas ocasionaram durante os anos em que estiveram vigentes, bem como das rupturas e permanências que elas nos legaram. Estes países se caracterizaram, ao longo do século XX, por fortes movimentações conservadoras de extrema-direita, ocupadas com campanhas anticomunistas e manifestações xenófobas para o controle da população e manutenção de um *status quo*.

A noção de que determinados imigrantes eram um perigo ao modelo nacional foi mais determinante nos anos anteriores aos golpes civil-militares brasileiro e argentino, pois esta questão permeou o ideário de parte dos setores sociais, políticos e religiosos. Após a implementação dos regimes ditatoriais, o caráter xenófobo não foi evidenciado, até porque os “estrangeiros” não foram alvo direto de ações por questões nacionalistas como em décadas anteriores. As ditaduras se voltaram mais para o combate ao comunismo, porém, as ações repressivas contra o “inimigo interno” atingiram indivíduos de outras nacionalidades.

As políticas para o desenvolvimento econômico e social destas duas nações buscaram “escolher” determinados imigrantes para compor as sociedades brasileira e argentina, excluindo “outros” com nacionalidades ou etnias que se determinavam como um perigo aos modelos nacionais, mesmo antes da implementação dos regimes ditatoriais. Pois, dentre uma diversidade de fatos que perfizeram a história destes países, um ponto em comum reside na entrada de uma miríade de nacionalidades na primeira metade do século XX, deslocados de guerra, sobreviventes do Holocausto e criminosos nazistas.

As trajetórias dos cinco indivíduos “estrangeiros” que apresentamos, três deles com um passado referente à Segunda Guerra e outros dois vitimados pela Operação Condor, eram imigrantes ou descendentes desses. Eles se envolveram com o movimento estudantil e/ou a “luta armada”, ou ainda, com a “guerrilha” das esquerdas revolucionárias, que tencionaram derrubar os regimes ditatoriais brasileiro e argentino para implementar modelos socialistas, cada qual com as suas linhas ideológicas. Com isso, estes “estrangeiros” expressaram concepções díspares nas formas como protagonizaram as “lutas” frente ao autoritarismo, à censura e à repressão no Brasil e na Argentina.

Houve a difusão de um forte ideário de que determinados imigrantes eram um perigo ao modelo nacional. Esta situação foi mais determinante nos anos anteriores aos golpes civil-militares brasileiro e argentino, irradiado por parte dos setores sociais, políticos e religiosos. Os “estrangeiros” elencados neste trabalho participaram das transformações dos modelos vigentes aos quais estavam inseridos, permitindo a visibilização das dinâmicas pertinentes aos seus protagonismos. Percebemos que as relações no âmbito privado diante das consequências do conflito mundial acabaram por fazer parte do cotidiano das famílias imigrantes, direta ou indiretamente. Buscamos evidenciar formas de xenofobia presentes nos regimes em

questão através de alguns indícios que relevaram esta situação, porém verificamos que somente no caso argentino o antissemitismo se fez presente, como parte de uma metodologia repressiva muito particular em determinados centros de detenção.

Não encontramos ao longo da pesquisa para este trabalho indícios que no levassem a confirmar se estes sujeitos escolheram o caminho da militância de esquerda e pela luta armada “estimulados” pelo passado familiar com a guerra, visto que as características de cada núcleo familiar e de como eles lidaram com os fatos foram múltiplas e peculiares. As relações familiares no âmbito privado, frente aos traumas e consequências do conflito mundial, legaram impressões distintas e que, de certa maneira, estiveram presentes na vida destes indivíduos direta ou indiretamente. Bem como o contato com os efeitos do nazifascismo e as condições de vida dos imigrantes após o final da guerra na Europa acabaram por se misturarem ao círculo das tensões quando a repressão e a violência os atingiram durante as duas ditaduras.

Identificamos que a condição de “estrangeiros”, de origem europeia ou de etnias como a dos judeus, apresentara alguns fatores determinantes em relação aos eventos ocasionados pela estruturação de combate ao “comunismo” implementada pelos regimes. Determinados “estrangeiros” acabaram por serem estigmatizados como portadores de ideias “estranhas” ou mesmo como um “perigo” nas sociedades aos quais se inseriram. Esta condição propiciou a movimentação de um forte ideário anticomunista e até xenófobo, quando necessário. Embasados em aportes nacionalistas, esta movimentação reorganizou grupos de extrema-direita que compactuaram, apoiaram e participaram das graves violações dos direitos humanos perpetradas por estes regimes.

O cenário político apresentado pelo Brasil e pela Argentina nos anos pré-golpe não esteve favorável para a manutenção dos processos eleitorais “democráticos”. No Brasil, o impedimento para a posse do vice-presidente João Goulart causou uma disputa entre opositores e legalistas³³⁷, fato que ocorreu sob uma intensa campanha da direita conservadora que acabou por criar mecanismos para limitar a sua autonomia. Ao longo

³³⁷ Neste jogo de forças políticas a “Campanha da Legalidade”, encabeçada por Leonel de Moura Brizola, acabou por realizar uma forte pressão para a legitimação da posse de Goulart à presidência. Mobilização civil e militar ocorrida em 1961. Iniciada no Rio Grande do Sul, a partir de uma série de pronunciamentos em defesa da legalidade e da democracia, o movimento se espalhou para outros locais do país e garantiu a posse de Goulart. O movimento da Legalidade mobilizou um contingente de eleitores, simpatizantes e partidários para legitimar a posse de Jango. Esta mobilização, que era de ordem política, acabou por assumir um caráter de levante armado, onde grupos estavam sendo convocados a defender a democracia. Estes grupos estavam espalhados por muitas cidades no Rio Grande do Sul, inclusive as pequenas, onde o PTB, Partido Trabalhador Brasileiro, tinha um número significativo de eleitores. Estes grupos chamavam-se “Grupo dos 11”.

do mandato, a gestão de Goulart foi abatida por greves, crises internas, inflação e acusações de simpatia ao modelo “comunista”, entre outras problemáticas difundidas por propagandas negativas e irradiadoras de um quadro de crises muito além do real. Os setores conservadores brasileiros mobilizaram-se pela apropriação do poder estatal através de um golpe perpetrado pelos militares em 1964.

Na Argentina, com a morte de Juan Perón, a vice-presidente Maria Estela Martínez Perón assumiu o cargo da nação em meio a convulsões políticas e sociais fomentadas por grupos de extrema-direita em favor do golpe de Estado. As pressões internas e externas ao frágil governo da esposa de Perón, acabaram por determinar a renúncia e deram espaço para que uma junta militar assumisse e controlasse o Estado argentino. Essa apropriação implementou políticas anticomunistas aos moldes genocidas, embasadas em um escopo ideológico nacionalista, cristianizado, anticomunista e, também, antisemita.

As vidas dos “estrangeiros” elencados neste trabalho, movidas por transformações dos modelos vigentes aos quais estavam inseridos, nos permitiram visibilizar as dinâmicas que os envolveram. Buscamos destacar o fato de que eram militantes de esquerda e “estrangeiros”, com potenciais de ameaça por serem considerados “comunistas” diante dos modelos vigentes. Eles foram vítimas da repressão brasileira e argentina pelas ações que empreenderam para combatê-las. Este foi o ponto para a escolha destes sujeitos, por serem imigrantes ou descendentes destes e pelo envolvimento com a militância estudantil e/ou a luta armada em organizações de esquerda clandestinas.

Brasil e Argentina contaram com um número significativo de imigrantes europeus deslocados de guerra fazendo parte das suas sociedades, cada qual a sua maneira. O pai de Alfredo Sirkis imigrou sozinho e a mãe, em um núcleo de três pessoas. No Brasil, constituíram família e prosperaram, e ambos haviam sido vítimas do nazismo e do stalinismo na Polônia, país ao qual não conseguiram retomar as suas vidas após a libertação da Europa. Apesar de a família não se autodeclarar “rica” e, sendo Alfredo o único filho do casal, mesmo assim ele obteve uma boa formação educacional em colégios conceituados do Rio de Janeiro. Não precisou trabalhar cedo para ajudar a família, pois contou com recursos financeiros para se exilar em outro país. Já Antonio Benetazzo, desde cedo, precisou trabalhar por questões culturais, familiares e financeiras apesar da família ter alcançado certa estabilidade econômica, pelo menos em relação ao passado na Itália fascista.

Horacio Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas Gigli eram casados e tinham filhos. Seus progenitores estavam bem estabilizados na Argentina, assim como os de Daniel Rus que, apesar de serem sobreviventes do regime nazista e de terem vindo para o país sem muitas posses, refizeram as suas vidas e constituíram uma família. Daniel Rus estudava e trabalhava no CNEA e ainda auxiliava na fábrica têxtil do pai. Portanto, demonstraram estarem estabilizados socialmente nos países que escolheram como destino.

Outro ponto foi compreender as relações das ditaduras brasileira e argentina com um ideário conservador e nacionalista advindos dos grupos e agremiações de extrema-direita que se formaram antes e durante os golpes civil-militares no Brasil e na Argentina. Em meio às suas movimentações e formações, parte dos seus membros atuou efetivamente nas ditaduras dos anos sessenta e setenta. Estas questões nos permitiram conhecer e avaliar as práticas e os métodos institucionalizados pela repressão em relação ao combate do comunismo internacional, quando o “inimigo interno” era de outra nacionalidade ou etnia. No caso da Argentina, percebemos formas peculiares de violência e desumanização com uma reprodução do ideário nazifascista em relação aos detidos de origem judaica. Muito embora a questão do nacionalismo em relação ao “comunismo internacional” tenha se destacado nos discursos destes grupos, foram as suas ações que os definiram como apoiadores ou participantes na estruturação repressiva direcionada aos “comunistas”.

As agremiações que se mobilizaram antes dos regimes, mas que de alguma maneira mantiveram relações com uma movimentação em defesa de preceitos conservadores e cristãos, foram a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Tradição Família e Propriedade (TFP) e o agrupamento argentino *Tacuara*, escopos de um ideário católico, nacionalista, reacionário e “racista”. De maneira geral, eles eram motivados pela ordem e disciplinarização da sociedade com uma base ideológica que promovia a exclusão e marginalização de determinados indivíduos, além de caracterizarem-se por aspectos doutrinários nazifascistas. Apesar das suas distinções, os grupos supracitados de vertentes extremistas, conservadoras e xenófobas, enalteciam premissas de superioridade racial em insuflados discursos sobre a defesa da nação, da fé católica e da estruturação de uma sociedade única e linear.

Em um primeiro momento, tentamos evidenciar formas de xenofobia presentes nas ditaduras brasileira e argentina através de alguns indícios que apresentaram esta situação. Porém, verificamos que somente no caso argentino o antisemitismo surgiu como parte da metodologia repressiva em determinados centros de detenção. Isso foi

possível a partir de inúmeros testemunhos de sobreviventes dos CCDs argentinos que afirmaram terem sido vítimas de um tratamento diferenciado pela questão da origem e, também, de outros ex-detidos que confirmaram essa situação, como foi apresentado no capítulo três. Esta diferenciação contava com o emprego de símbolos, discursos e expressões de cunho nazista, além da tortura cotidiana, oriundas de uma formação doutrinadora direcionada a agentes e policiais a serviço da repressão.

Todavia, no Brasil, tal característica não foi observada de maneira pontual. A atuação de um número significativo de indivíduos “estrangeiros” na resistência à ditadura no Brasil, dentre eles judeus, não nos fez concluir que tenham sido submetidos a um tratamento diferenciado em razão da condição étnica, que as prisões e torturas tenham sido motivadas por antissemitismo. As famílias de origem judaica que perderam seus entes para a repressão tiveram uma necessidade de prova, de que as “versões de suicídio” atribuídas a eles não eram verídicas. Isso em razão das impossibilidades de se realizar um funeral adequado às tradições e crenças judaicas.

Com as atitudes destas famílias em demonstrar que as versões eram fictícias, deu-se destaque às graves violações dos direitos humanos por parte das autoridades do regime brasileiro, além de descredibilizar outras mortes de militantes “explicadas” por “versões oficiais”. Estas versões obtiveram um amparo dos periódicos do período que apresentaram uma narrativa circundante em relação aos eventos que envolveram os militantes de esquerda, da mesma maneira que serviu para reforçar as versões oficiais para as vítimas da repressão. A imprensa divulgou a imagem do “inimigo”, irradiando um discurso bastante alinhado com os regimes.

Se, na Argentina, o anticomunismo pôde destacar uma tipologia de caráter antissemita, no Brasil, o anticomunismo atingiu muitos “estrangeiros”, dentre eles os judeus. Ser “comunista” representava um crime para os padrões do período, havendo uma preocupação por parte das repressões em manter uma atmosfera de medo entre a população. Desta maneira, o inimigo interno como categoria abarcou um número considerável de “estrangeiros” como “terroristas” e “subversivos”, e a divulgação das suas ações a partir dos meios impressos tiveram um papel determinante na opinião pública, constituindo fatores que influenciaram esta atmosfera de instabilidade no tecido social.

Os órgãos de repressão e seus agentes espionaram e esquadriharam as sociedades brasileira e argentina estimulados por atividades suspeitas de subversão, controle de saída e de entrada no país de elementos banidos do território nacional e na edificação de

informativos para circulação interna e externa. A detenção, a tortura, a morte ou o desaparecimento de militantes “estrangeiros” envolvidos com ações “terroristas” e “subversivas” foi efetivada a partir da coleta de informações de elementos detidos. Estas informações propiciaram um extenso volume de dados para a circulação entre os órgãos repressivos internos brasileiro e argentino, ou ainda, compartilhados entre eles.

Após o levantamento de fontes que nos conduziram às trajetórias dos “italianos” Benetazzo, Campiglia e Viñas Gigli, e dos “judeus-poloneses” Sirkis e Rus, nos deparamos com as influências de movimentos da extrema-direita nos dois países que receberam imigrantes. As trajetórias de muitos deles inseridos em contexto do nazifascismo nos sugeriu determinadas conexões entre os regimes totalitários europeus e os autoritários latino-americanos. Não tencionamos compará-los, mas, sim, ressaltar as memórias daqueles que vivenciaram estes dois momentos através dos relatos de familiares e das mobilizações advindas da comunidade judaica que atuaram principalmente na Argentina.

Pela análise das fontes referentes a estes sujeitos, percebemos uma necessidade em reconstruir as memórias em relação a eles pelo fato de serem protagonistas em seu tempo e apresentarem múltiplas vidas que compuseram suas trajetórias. Sendo assim, abordamos alguns eventos que ocorreram após o término dos regimes, mas que fazem parte do período em questão. Estes eventos incluíram as produções literárias de Sirkis e artísticas de Benetazzo que aludem ao período em que mantiveram uma militância política, seja no exílio ou durante a clandestinidade, mas que se reportam aos eventos que aqui trouxemos.

Abordamos, também, as múltiplas ações das entidades judaicas em relação à ditadura de 1976 e quanto às movimentações e ações diante das reparações referentes aos desaparecidos de origem judaica, mas, principalmente, pelas questões de antissemitismo na Argentina. No campo das reparações, a sociedade argentina pôde presenciar o julgamento de muitos dos envolvidos com a violência da ditadura de Videla. Isso proporcionou à efetivação dos lugares de memória em um período bastante recente após a ocorrência dos fatos, o que distingue os dois regimes, pois o Brasil não condenou seus repressores em tribunais onde a população pudesse visibilizar as condenações públicas dos crimes cometidos.

Por fim, e diante das distinções de como a sociedade lidou com o fim dos regimes, trouxemos o julgamento na Itália de repressores vinculados à Operação Condor. Os familiares de Campiglia e Viñas Gigli, pelo fato de terem dupla cidadania, utilizaram-se

das ações de procurador italiano para buscarem justiça. O julgamento em questão trouxe destaque às relações repressivas entre o Brasil e a Argentina no presente, apesar de alguns réus terem falecido antes das sessões e sentenças.

Entendemos que as reconstruções de memórias e a busca por meios de reparação tiveram um papel relevante para a finalização das trajetórias abordadas neste trabalho. Percebemos as distâncias temporais entre os eventos pesquisados, mas concluímos que eram parte destes sujeitos e estavam conectados ao período das ditaduras. Eles foram produtores em seu tempo para além da militância política, legando outras questões em relação ao que vivenciaram. As pessoas que fizeram partes dos seus círculos familiares e sociais buscaram manter a presença viva deles por meio da divulgação das memórias e obras artísticas. Rememorar e reconstruir o papel destes sujeitos nos levou a enfrentar questões sensíveis do passado recente, momentos importantes e tristes da história que desejamos que nunca mais se repitam.

Passados anos após o término dos regimes, os resultados desta repressão ocasionaram as múltiplas formas de reparação e reconstrução das memórias. Os sujeitos atingidos encontraram caminhos distintos para promover a divulgação dos crimes cometidos pelo Estado, seja no campo das memórias, lugares de memória ou nos ajuizamentos e causas. Mas, no caso do Brasil, as possibilidades de julgar repressores na justiça foram limitadas pela Lei de Anistia de 1979. Ao contrário da Argentina, que levou muitos dos militares e agentes envolvidos com as detenções, mortes e desaparecimentos de pessoas ao banco dos réus a partir dos *Juicios a las Juntas*.

No campo das memórias, muitas são as entidades que se ocupam em compilar relatos e testemunhos de vítimas e familiares, a fim de elucidar os fatos e alertar para as ocorrências do período. A partir destas memórias, desvelam-se as práticas da tortura, a estruturação da repressão, a participação de pessoas e entidades, os locais de detenção, as formas de desaparecimento, entre outros fatores. No que diz respeito aos locais ligados à repressão, tanto o Brasil quanto a Argentina contam com diversos lugares de memória. Memoriais relativos às ditaduras, comunidades afins e museus referentes ao holocausto judaico buscam manter e difundir a memória contra as violações dos direitos humanos e da contenção do antissemitismo, a partir daqueles que foram vítimas, diretas ou indiretas, nestes contextos.

Quanto aos ajuizamentos e causas, em fins de 1999 a Corte de Roma na Itália acatou acusações contra agentes e militares envolvidos com o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento de militantes, principalmente de indivíduos ítalo-argentinos,

oportunizadas pela cumplicidade entre Brasil e Argentina através da Operação Condor. O processo de esfera internacional foi movido por familiares das vítimas que encontraram uma maneira de fazer justiça e foi articulado em razão das conexões de mutualidade entre os países supracitados com o objetivo de consolidar o “combate ao comunismo internacional” além das suas fronteiras e de forma mais eficiente. Brasil e a Argentina trocaram informações, monitoraram grupos de opositores, sequestraram ou detiveram indivíduos em seus territórios, trocando-os entre si, edificando um sistema operacional alargado no qual se envolveram agentes, policiais, militares e os aparatos destinados a seguir os protocolos para os seus fins.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Daniela. “Bósnia, minha pátria ferida: Trauma, pós-memória e representação em Filha da Guerra. In: *Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual - Imagofagia*, nº 7, 2013. Disponível em: <http://www.asaeca.org/imagofagia/index.php/imagofagia/article/view/615>.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro*. São Paulo: Editora Cortês, 2016.

_____. Violar Memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. In: *CLIO-Série História do Nordeste*, nº 15, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24901/20169>.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARRETO, Gustavo. O terrorismo do Estado brasileiro contra os estrangeiros durante a ditadura civil-militar (1964-1985). In: *Mídia Cidadã*, 2015. Disponível em: <https://midiaacidada.org/o-terrorismo-do-estado-brasileiro-contr-a-estrangeiros-durante-a-ditadura-civil-militar-1964-1985/>.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 151-167, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/qW6Xfrqt7ZnYWN9ZmyxryVS/?format=pdf&lang=pt>.

BENEDINI, Giuseppe Federico. “FILOSOFIA PERONISTA”: as linhas ideológicas do justicialismo – análise do discurso de Juan Domingo Perón no encerramento do primer congreso nacional de filosofía. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 7 Ano VII nº 2, 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/259>.

BERTAGNA, Federica. A la búsqueda del fascismo transnacional luego de la segunda guerra mundial: la inmigración de fascistas italianos a la Argentina, 1945-1955. In: *Anuario IEHS*, 36 (2), 2021, pp. 163-179. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/anuario-ies/article/view/1216>.

BERTONHA, João Fábio. Sobre fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile. In: *Revista História Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.-203-231, 2015.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. In: *Quaestio Iuris*, vol. 09, no.04, Rio de Janeiro,

2016, pp.1806-1823. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/21291>.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). In: *Estudios Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 42, n.1, p.34-52, jan-abr, 2016.

_____. Contra la Patagonia judía. La familia Eichmann y los nacionalistas argentinos y chilenos frente al Plan Andinia. In: *Cuaderno Judaico*, nº 25, Centro de Estudios Judaicos de la Universidad de Chile, 2008, pp.223-248.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CABALLERO, Guillermo Fernando Arquero. Sobre el proceso de cristianización de los pueblos eslavos. In: *Norba. Revista de Historia*, vol. 23, 2010, pp. 65-87. Disponível em: https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/7066/1/0213-375X_23_65.pdf.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: Eduem, 2014.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

_____. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. In: *Revista USP*, (119), 115-130, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i119p115-130>.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; AMBROZIAK, Renata Siuda. Da Polônia ao Brasil (1933-1945): memórias dos refugiados do nazismo e sobreviventes do holocausto. In: *Revista del CESLA* (20), 2017, p. 165. -190. Disponível em: <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-cf9cb5f0-ca84-4374-8c34-fde6ee62338c>.

CATELA, Ludmila da Silva. Todos temos um retrato: indivíduo, fotografia e memória no contexto do desaparecimento de pessoas. In: *Revista Topoi*, 13 (24), Jan-Jun, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/r9dWmcxLNqWb4NDWrgsLHZp/?lang=pt>.

CAVLAK, Iuri. Nazismo na América do Sul: a questão do peronismo. In: *Boletim do Tempo Presente*, nº 04, de 08 de 2013, p. 1 – 12. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4206>. Acesso em 13 dez. 2019.

CEZAR, Adieliton Tavares; JUCA-VASCONCELOS, Helena Pinheiro. Diferenciando sensações, sentimentos e emoções: uma articulação com a abordagem gestáltica. In: *IGT rede*, vol.13, n.24, pp. 04-14, 2016. Disponível em: <http://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/424>.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. Do estatuto do estrangeiro à lei de imigração avanços e perspectivas. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*. BEPI, nº26; set. 2019/abr.2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9820>.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

DECOL, René Daniel. *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/186726>.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da Imagem*. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2014.

DINGES, John. *Operación Cóndor: uma década de terrorismo internacional en el conor sur*. Santiago: Ediciones B Chile S.A., 2004.

DOSSIÊ DITADURA: *Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. 2º edição. São Paulo, IEVE- imprensa oficial, 2009.

DEIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ETULAIN, Carlos Raul. Juventude, política e peronismo nos anos 60 e 70. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, n. 40, p. 317-337, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/17654/16215>.

EVANS, Richard J. *A chegada do Terceiro Reich*. 3º edição. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A extrema-direita nos golpes militares do cone sul: Patria y Libertad (Chile), Triple A (Argentina) e a Juventud Uruguaya de Pie (Uruguai). In: *Boletim do Tempo Presente*, nº 4, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4196>.

FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2011.

FELDMAN, Sérgio Alberto. A presença do diabo no cotidiano medieval judaico: os ritos de passagem. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4 Ano IV nº 2, abril/ maio/ junho de 2007. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/730>.

FERNANDES, Pádua. Migração na ditadura brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina de segurança nacional. In: *Segundo Congreso de la Sociedad Latinoamericana para el Derecho Internacional América Latina y el derecho internacional – herencia y perspectivas*, Rio de Janeiro, 23 al 25 de agosto 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/18958197/Migra%C3%A7%C3%A3o_na_ditadura_militar_brasileira_desejados_e_indesejados_perante_a_doutrina_de_seguran%C3%A7a_nacional.

FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese de Doutorado em História- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71934/000879939.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

FERREIRA, Debora Pazetto. *Investigações acerca do conceito de arte*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9RVFC9/1/tese_final_com_ficha.pdf.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Editores de Livros, 2001.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012.

GALVÁN, María Valeria. Militancia nacionalista en la era posperonista: las organizaciones Tacuara y sus vínculos con el peronismo. In: *Questions du temps présents*, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/65364>.

_____. Tacuara e suas ramificações: Uma análise de suas representações. In: BEIRED, José Luis Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *Política e Identidade Cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010, p.91-112. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/110771/ISBN9788579831218.pdf;sequence=1>.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.130-143, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/renata-goncalves.pdf>.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GREJO, Camila Bueno. “Do imigrante imaginado ao estrangeiro real”; “Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político”. In: *Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*, São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s59t6/pdf/grejo-9788598605982-03.pdf>.

GRIBAUDI, Maurizio. “Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX”. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021, p. 160- 197.

GUTERMAN, Daniel. *Tacuara: Historia de la primera guerrilla urbana argentina*. Buenos Aires: Ediciones B, 2003.

GUTIÉRREZ CONTRERAS, Juan Carlos; VILLEGAS DÍAZ, Myrna Roxana. Derechos humanos y desaparecidos em dictaduras militares. In: *América Latina, Hoy*, nº. 20, 1998, pp.19-40. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26472116_Derechos_Humanos_y_desaparecidos_en_dictaduras_militares

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo presente*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

HEINEBERG, Ilana; FERREIRA, Conceição Coelho; ASSUNÇÃO, Sandra. Pensando as narrativas memoriais e pós-memoriais em tempo de vulnerabilidade. In: *Revista Letras Raras*, v.9, n. 2, pp. 10-21, 2020. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1803>.

HUF, Paula Szuchmacher. *Bobe Mayse – Histórias de avós, seus netos e sua língua*. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/est_conteudo.php?nrSeq=32720@1.

KARSBURG, Alexandre. “A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias”. In: *Micro-história, trajetórias e imigração*. VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Micro-Historia%20-%20E-BOOK.pdf>.

LA TORRE, Carlos Fernando López de. La Alianza Anticomunista Argentina. Análisis de su trayectoria y articulaciones repressivas. In: *Estudios Sociales del Estado*, Vol. 6 N° 12 – pp. 155 a 193, 2020. Disponível em: <https://www.estudiossocialesdelestado.org/index.php/ese/article/view/233>.

LIMA, Danielle Barreto. *O comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23535/2/Danielle%20Barreto%20Lima.pdf>.

LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral sobre a atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014. Disponível em: <http://www.editorapontocom.com.br/livro/26/26-ensaios-de-terrorismo.pdf>.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. In: *Revista Teoria da História*. Goiânia, v. 20, n. 2, p. 219–245, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/56515>. Acesso em 10 mai. 2022.

LOWE, Keith. *Continente Selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2017.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdxwKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt>.

LVOVICH, Daniel; BOHOSLAVSKY, Ernesto; Los Judíos y la política em América Latina em el siglo XX. In: *Enciclopedia Iberoamericana de las Religiones*. vol. 6, El judaísmo en Iberoamérica, Madrid; Año: 2007; p. 171 – 195. Disponível em: https://www.academia.edu/520477/Los_jud%C3%ADos_y_la_pol%C3%ADtica_en_Iberoam%C3%A9rica_en_el_siglo_XX. Acesso em 10 dez. 2021.

LYCHOWSKI, Tomasz; KEPINSKI, Alessandra. *Polônia sociedade beneficente do Rio de Janeiro 130 anos: Atividades beneficentes, culturais e sociais Relatos familiares da*

comunidade. 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: https://poloniasociedade.com.br/wp-content/uploads/2022/09/2a-Ed_corrigido-final.pdf.

MACHADO, Rodolfo Costa. *Por dentro da Liga Mundial Anticomunista - gênese e gestão da WCLA: filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-americano da Operação Condor*. Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/26515>.

MALAN, Pedro Sampaio. “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964).” In.: Fausto, Boris (Org.). In: *O Brasil republicano, tomo III: economia e cultura*. Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 1997.

MARIANO, Nilson Cezar. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2342>.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. In: *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v. 13, n. 17, 2017. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=http%3A%2F%2Fseer.pucminas.br%2Findex.php%2Frevistaich%2Farticle%2Fdownload%2F15710%2F12445%2F>.

MARQUES, Teresa C. S.; ARTURI, Carlos S. “O Exílio Enquanto um Mecanismo de Exclusão Política Durante o Regime Militar no Brasil.” In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). *Entre a História e o Esquecimento*. Porto Alegre. Editora Deriva, 2014, p.155-169.

MARTINS, Ercilio da Silva. Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70. In: *Revista USP-Epígrafe*, São Paulo, v. 6, n. 6, pp. 43-66, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/132167>.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo*. 2ª edição. São Paulo: Editor Perseu Abramo e Boitempo, 2008.

MOLINA, Tomás. El nazismo criollo como versión obscena de nuestra ideología cotidiana. In: *Revista Nova et Vetera*, vol. 5 n. 45, 2019. Disponível em: <https://urosario.edu.co/revista-nova-et-vetera/el-nazismo-criollo-como-version-obscena-de-nuestra-ideologia-cotidiana>.

MOORE, R.I. *La formación de una sociedad repressora: Poder y disidencia em la Europa Occidental, 950-1250*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Rio de Janeiro: editora Eduff, 2020.

_____. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007. Disponível em:

[file:///C:/Users/driro/Downloads/Dialnet-AFiguraCaricaturalDoGorilaNosDiscursosDaEsquerda-8424994%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/driro/Downloads/Dialnet-AFiguraCaricaturalDoGorilaNosDiscursosDaEsquerda-8424994%20(1).pdf).

NORA, Pierre; AUN KHOURY, T. Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, v.10, 1983. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>

NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. In: *Revista Problemas e Práticas*, n.75, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1596>.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. Colonos, imigrantes, estrangeiros, refugiados e portadores de visto humanitário: os fluxos migratórios em direção ao Brasil no período republicano a partir das categorizações jurídicas. In: *PERIPLOS, Revista de Investigação sobre Migrações*, 6(1), pp. 61-92, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42698.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. In: *Revista brasileira de Política Internacional*. 41(1): 5-23, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/xqjcdTqPVKvnGkMwpDXpJ3b/?lang=pt&format=pdf>.

POZZI, Pablo A. La guerrilla argentina y las masas: el ERP y su inserción. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.7; n. 16; pp. 108-128; set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307162015108>.

PADRÓS, Enrique Serra. “Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional.” In: GALLO, Carlos Artur; RUPERT, Sylvania (org.). *Entre a Memória e o Esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

_____. *Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. Disponível em: <http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0755.pdf>.

_____. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. Tomo I e II. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, v.2 n.3, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte de escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1986*. Tese de Doutorado em História- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6439/000485443.pdf?sequence=1>.

_____. Develando las dictaduras del Cono Sur: reflexiones en torno a sus abordajes. In: *História Unisinos*, v. 21, n° 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.07/6393>.

_____. Memoria y olvido como estrategia política desde el caso brasileño. In: *Revista Ezquierdas*, n. 51, pp. 1-17, out. de 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352106392_Memoria_y_olvido_como_estrategia_politica_una_perspectiva_desde_el_caso_brasileno.

RICCONO, Guido; NAIDORF, Judith. La Universidad de Buenos Aires durante los años peronistas: imágenes, mitos, verdades y posverdades. In: *Revista Eletrônica de Educação*, v.11, n.3, p.770-788, set./dez., 2017. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2483>.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 6º reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODEGUERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimarães; DIENSTMANN, Gabriel. *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2013.

SÁ, Cristina Isabel Campolina de. Construção da “peronização” na argentina: da secretaria do trabalho e provisão à Presidência da República. In: *História Revista*, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 88–109, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/41799/22540>.

SÁBATO, Ernesto. *Nunca Mais: Informe da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas na Argentina*. Porto Alegre. Editora L&PM, 1984.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair; BASTOS, Sênia. “Imigração e política imigratória no pós-segunda guerra mundial: perfil das entradas e trajetórias.” In: SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair da Cruz; PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana (Org.). *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo. 2013. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaoSP/VOLUME_11.pdf.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

- SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro F.; VANIFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SENKMAN, Leonardo. Los sobrevivientes de la Shoa en Argentina: su imagen y memoria en la sociedad general y judía: 1945-1950. In: *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.
- SERVETTO, Alicia. Memórias de intolerância política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista). In: *Antíteses*, vol. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1596>.
- SILVA, Leda Maria Messias; LIMA, Sarah Somensi de. Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. In: *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v.7 n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4804/0>.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. De guerrilheiros urbanos a escritores de ficção política: Brasil, 1977-1984. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 105, pp. 51-68, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9189>.
- SILVA, Rafael Bianchi; SOUSA, Dandara Peraro. O estrangeiro, o estranho e a questão da alteridade: por novas possibilidades de traduções do outro. 4to. Congreso Latinoamericano de Filosofía de la Educación. In: *Actas del Cuarto Congreso de Filosofía de la Educación*, vol. 4, 2017. Disponível em: <http://filosofiaeducacion.org/actas/index.php/act/article/view/265>.
- SINGER, Paul. “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.” In: PIERUCCI, Antônio Flávio. *O Brasil Republicano, Tomo III: economia e cultura (1930-1964)*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 210-245.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- _____. *Roleta Chilena*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 88, 2010, pp. 127-154. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1719>.
- SORJ, Bila. Anti-semitismo na europa hoje. In: *Novos Estudos-CEBRAP* 79, novembro 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/thcX83bPZH9YprkRGgDBvZL/?lang=pt>.
- SUCCI JÚNIOR, David P.; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Forças armadas e segurança pública na Argentina e no Brasil: reafirmação e ruptura do papel interventor. In: *Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED)*, v. 7, nº 2, jul./dez. 2020, p. 217-241. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75218>.
- SYRKIS, Liliana. *Lila*. Rio de Janeiro: Tix Edições e Arte, 2011.
- TODOROV, Tzvetan. *Simbolismo e interpretação*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968 o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. In: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267 - 288, jul./set. 2018. p. 273. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018267>.

WERNER, Michel; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre a empiria e reflexibilidade. In: *Textos da História*, v.11, n.1/2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27853>.

ZANOTTO, Gizele. “Tradição, família E Propriedade (TFP): Um Movimento católico No Brasil (1960-1995)”. In: *Locus: Revista De História* 16 (1), 2010. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20136>.

_____. A atuação do movimento católico Tradição, Família e Propriedade (TFP) no cenário político-cultural argentino (1967-1983). In: *Revista Brasileira de História das religiões*, v. 7, n. 20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/25132>.

FONTES E ARQUIVOS

AMIA/ EDUIOT. Testímonios de vida de Daniel Lázaro Rus, desaparecido em 1977. Por Natália Rus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxba2ppYlgl>. Por Sara Rus. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CnICithi6Ag>. Acesso em: 15 jun. 2021.

AMILAT. Comisión Israelí por los desaparecidos judíos en Argentina. Disponível em: <https://amilat.online/comision-israeli-por-lo-desaparecidos-judios-en-argentina/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

ARCHIVIO DESAPARECIDO: Storie di desaparecidos Italiani in América Latina. Un Progetto del Centro di Giornalismo Permanente. Depoimentos de ex-presos políticos; julgamento Condor; Argentina, Uruguai, Chile e Itália. Disponível em: <https://www.archiviodesaparecido.com/#>. Acesso em: 2 maio 2022.

ARCHIVOS ABIERTOS: Centro de documentos digitalizados. Ministerio da Defesa da Argentina. Documentos; Fondo/ Colección documental Armada Argentina de 1972 a 1975; Ejército Argentino: Comando en Jefe del Ejército Argentino- EMGE- Jefatura III- Operaciones contra Elementos Subversivos, 1977; La Unidad de Inteligencia, 1973; Instrucciones para Operaciones de Seguridad, 1977; Instrucción de Lucha contra Elementos Subversivos, 1976; Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/defensa/archivos-abiertos/centro-de-documentos-digitalizados-0>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ARCHIVO MEMORIA ABIERTA- Colección Cartas de la Dictadura. Bernardo Rus: MA Carta 48: 20/08/1977; MA Carta 38: 07/10/1977; MA Carta 44: 18/09/1978; MA

Carta 45: 11/11/1979; MA Carta 41: 11/03/1980. Archivo Memoria Abierta - Colección Cartas de la Dictadura.

_____. Caderneta de estudante da UBA de Daniel Rus; 03/07/1969. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/vestigios/objeto2728.html?id=16>.

AROLSEN ARCHIVES: International Center on Nazi Persecution. Folder 55: DP Listen Berlin, US Sector Mariendorf, Schlachtensee- Código de referência: nº 3112055; nº do documento: 185. Lista referente a Sara Rus. Disponível em: <https://arolsen-archives.org/en/search-explore/search-online-archive/>. Acesso em: 12 set. 2020.

ARQSHOAH: Arquivo Virtual sobre o holocausto e antissemitismo. Projeto Vozes do Holocausto. Depoimentos e testemunhos de sobreviventes de campos de concentração que residem no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Arqshoah-usp>. Acesso em: 27 mar. 2021.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. BR_AHRS_MINEX 005. Ministério do Exército. Sobre a segurança do cidadão frente ao terrorismo e ao roubo, 10 fev. 1972. Visita em: 20 e 21 jul. 2017.

_____.BR_AHRS_MINEX 0021. Ministério do Exército. Sumário de Informações, 15 mar. 1972. Sobre o inimigo interno e as ações relativas a ele. Visita em: 20 e 21 jul. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. BR_AN_BSB_VAZ_041_0142_Pauline_VPR. Sobre Pauline Reichstul; depoimento de Henri Phillippe Reichstul na OBAN. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/depoimento-de-henri-philippe-reichstul-na-oban> . Acesso em: 17 jun. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO: _____.BR_SPAPESP_DEOPSOS000201. Retrospecto e Histórico de atividades subversivas de 1969 a 1972. Elaborado pelo DOI. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>.

_____. BR_SPAPESP_DEOPSOS000213. ofício de nº 257/73, datado de 23 de março de 1973, remetido pelo Chefe do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e destinado ao Delegado de Ordem Política e Social de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>. Acesso em: 14 jul. 2021.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSOS000233. Pasta sobre Antônio Benetazzo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/pesquisa.php>. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. BR_SPAPESP_DEOPSOS000241. Dossiê Ministérios. Informações sobre subversivos, roubo de armas, documentos e assaltos. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. BR_SPAPESP_DEOPSOS000342. Álbum de Terroristas e Subversivos contendo fotografias e fichas de qualificação; vol. 3, 1973. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. BR_SPAPESP_DEOPSOS000343. Álbum de Terroristas e Subversivos contendo fotografias e fichas de qualificação; vol. 3 (complementar), 1973. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em 10 jan. 2020.

_____. BR_SPAPESP_DEOPSOS001035. Sobre a vigilância dos exilados banidos do território nacional; guerrilheiros com curso na China e em Cuba. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSFICONSA0000858. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em: 21 maio 2019.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSFICONSA002931. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB001606. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em 21 jan. 2020.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSSFIEXSAN008779- Fichas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSSFITEXNS001052- Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI, 1971 a 1979. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>.

_____.BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNL001677- Fichas. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados>.

_____. BR_SPAPESP_DEOPS_SAN_P003326-01, 1971. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/acervo/digitalizados?textual>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL DOC. Arquivo Digital: Documentos produzidos por órgãos de informação e repressão; documentos sobre informantes, infiltrados, agentes e centros de repressão. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- Rubens Paiva/SP. Tomo I; Tomo III. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/m/outros-destaques/462-cnv-e-comissao-rubens-paiva-ouvem-em-sp-militares-da-resistencia-democratica.html>. Acesso em: 12 maio 2023.

_____. Mortos e desaparecidos. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/antonio-benetazzo>. Acesso em: 10 jun. 2020.

COMISIÓN PROVINCIAL DE LA MEMÓRIA DE CÓRDOBA: Periplos de Memoria y Historia Oral. Disponível em: <https://apm.gov.ar/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CONADEP-Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina: Lista Revisada de los Desaparecidos en Argentina. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/lista-revisada/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CANAL ENCUENTRO. Testemunho de Sara Rus, sobrevivente do nazismo e mãe de um desaparecido político na Argentina. Série: “Tengo que contar”. Episódios: Crecer de golpe. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OtcMm4rxNxc>. ; Los años felices. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3m2XCknOB8> ; La memoria. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pWspS75ckyI&t=55s>; Supervivencia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6OrsKFjAH-k> ; Raconto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JJd1nPFqIDA> ; Regresso a Lodz. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OQIZ_RfZICg&t=3s. Acesso em: 22 set. a 22 dez 2021.

CONIB. Confederação Israelita do Brasil. Disponível em: <https://www.conib.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

D.A.I.A. Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas. Disponível em: <https://www.daia.org.ar/la-daia/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO: United States Holocaust Memorial Museum-Imagens e documentos de identificação de vítimas do nazismo. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/pt-br/a-z/photo?letter=N>. Acesso em: 6 ago. 2021.

FAMILY SEARCH. Arquivos de registros de documentação de imigrantes. Disponível em: https://ident.familysearch.org/cis-web/oauth2/v3/authorization?client_secret=JY905%2FiWsQNLTXJyEeVYtvZu4Jp2avkqk5KkKou6Ye76QWYGQg%2F2dn0J5k6bgDGDzyR7heQF4MlI7XKzj8%2BVckuz7Xl2c2LPMiYr78eBz1%2FFDfMUfyXfoDURd%2B3HiD1rX8Fi7TrVeGynVMs%2B%2F7TMcgLXTmqM8UF7jVyEXtUyw4MIn6mKwuGDgohWtzspZRS6lhfgys6%2FUtZkdPufqVXcA6k5zHYnURgmKCAItMYINH1MQmtKbZqwEI8GSdqMLNS8knWgpGKrnGNVNGGhFBSla9gRH3QDNUtFuJoydgxwsN1UROWtXLPgKNhNS4ZXbfFXObCDEvGowrRvsZ%2B%2ByQ3AZw%3D%3D&response_type=code&redirect_uri=https%3A%2F%2Fwww.familysearch.org%2Fauth%2Ffamilysearch%2Fcallback&state=https%3A%2F%2Fwww.familysearch.org%2Fsearch%2Frecord%2Fresults%3Fcount%3D20%26q.givenName%3Dhoracio%26q.surname%3Dcampiglia&client_id=3Z3L-Z4GK-J7ZS-YT3Z-Q4KY-YN66-ZX5K-176R. Acesso em: 10 mar. 2020.

GENEANET. Informações sobre imigrantes e origens familiares. Sobre Pietro Benetazzo: <https://www.geni.com/people/Pietro-Benetazzo/772439>. Acesso 14 jul. 2020. Sobre Giulietta Benetazzo: <https://www.geni.com/people/Giulietta-Sguazzardo/772313>. Acesso em: 14 jul. 2020.

HEMEROTECA DIGITAL: jornais digitalizados sobre terrorismo e subversão nos anos setenta. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 set. 2020.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Exposição Antônio Benetazzo: permanências do sensível. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/exposicao-antonio-benetazzo/vida-de-antonio-benetazzo/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Histórico de Pauline Reichstul. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/pauline-reichstul/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS DE ARGENTINA. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MINISTERIO DE OBRAS PUBLICAS. Comisión de Trabajo por la Reconstrucción de Nuestra Identidad. Trabajadores detenidos desaparecidos del Estado Nacional. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/obras-publicas/comision-ddhh>. Acesso em: 12 out. 2023.

MORASHA: Comunidade israelita. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/as-vitimas-da-guerra-suja.html>. Acesso em: nov./dez. 2019.

MUSEU DEL HOLOCAUSTO. Disponível em: <https://www.museodelholocausto.org.ar/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MUSEO SITIO ESMA. Disponível em: <http://www.museositioesma.gob.ar/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PARQUE DE LA MEMORIA: monumento a las victimas del terrorismo de Estado- Ficha de Daniel Rus. Disponível em: <http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/>. Acesso em: 14 out. 2019.

THE NATIONAL SECURITY ARQUIVE. 1980. Argentina: Secret U.S. Documents Declassified on Dity War Atrocities. Documento 10: Tema: Conversación con fonte de inteligencia argentina, 7 abril de 1980. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/southern-cone/2019-05-30/inside-argentinas-killing-machine-us-intelligence-documents-record-gruesome-human-rights-crimes-1976>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PERIÓDICOS

AJUDA do povo contra subversão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 23 de março de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 out. 2017.

ALFREDO Sirkis, escritor e ambientalista, morre em acidente de carro no Rio. *Globo.com*. Jornal Nacional, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2020/07/10/alfredo-sirkis-escritor-e-ambientalista-morre-em-acidente-de-carro-no-rio.ghtml. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANTISEMITISMO crioulo: El caso Sirota. *La Opinión Popular.com.ar*, 20 jun. 2009. Disponível em: <http://www.laopinionpopular.com.ar/noticia/37249-antisemitismo-criollo-el-caso-sirota.html?fbclid=IwAR0pLSsfIZPZV5vkfgiLCocOjZ7x3aofHg332i9xk6pu37BczsgIsJdoZHE>. Acesso em: 20 dez. 2021.

A VOLTA do Terror. *Revista Veja*. São Paulo, p.3, 08 de novembro de 1972. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>, Acesso em: 9 mar. 2023.

CHEFE terrorista morre atropelado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.6, 2 de novembro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 14 set. 2020.

CHINA prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.1, Primeiro Caderno, 21 de novembro de 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso: em 10 mar. 2020.

DOCUMENTOS apontam corrida nuclear na América Latina durante a ditadura. O Globo/Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/documentos-apontam-corrída-nuclear-na-america-latina-durante-ditadura-11956778>. Acesso em: 12 ago. 2020.

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3866&anchor=4381844&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Disponível em: Acesso em: 19 jan. 2020.

NOS cartazes, os terroristas. *Diário de Notícias*, p. 2, 1º de outubro de 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2020.

2 MORTES e sequestro nas ruínas do terror. *Folha da Tarde*, São Paulo, 02 de novembro de 1972. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/009-Arquivo-CEMDP-Imprensa.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

O EMBAIXADOR da Suíça é sequestrado no Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 8 de dezembro de 1970. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3866&anchor=4381844&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acesso em: 17 jul. 2023.

TERRORISTA preso morre atropelado em São Paulo quando tentava fugir. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 22, 2 de novembro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2020.

TERRORISTAS sequestram embaixador da Suíça e ferem um agente federal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 8 de dezembro de 1970. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3866&anchor=4381844&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acesso em: 17 jul. 2023.

TRÊS assaltos ontem no Rio, p. 4, 04 de novembro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=4258&anchor=4626466&origem=busca&>

[originURL=&maxTouch=0&pd=420d8e6ee2ad702297214bcb8b4e4be9](#). Acesso em: 20 abr. 2020.

UNA cruz esvástica marcada en el pecho y la sombra de Eichmann: el estremecedor ataque a una joven judia. *Infobae*. Por Daniel Guterman, 17 de enero de 2020. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/historia-america/2020/01/17/una-cruz-esvastica-marcada-en-el-pecho-y-la-sombra-de-eichmann-el-estremecedor-ataque-a-una-joven-judia/>. Acesso em: 24 jun. 2021.